

Passo Fundo das Missões

JORGE E. CAFRUNI

HISTÓRIA DO
PERÍODO JESUÍTICO





Jorge Edeth Cafruni

Jorge Edeth Cafruni nasceu em Porto Alegre em 08 de agosto de 1913. Filho dos imigrantes libaneses Adala Kafruni e Marta Hadad Kafruni. Acompanhou seu pai e seus tios, que mascateavam pelo interior do estado, até por volta dos 12 anos. Aos 13 anos foi admitido como aprendiz de farmácia no Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre, trabalho que desenvolveu até os 21 anos. Nesse período, matriculou-se no Colégio Paula Soares, para frequentar a escola noturna. Após o falecimento de seu pai, teve que abandonar os estudos e dedicar-se ao ofício de barbeiro. Posteriormente empregou-se no comércio, exercendo a atividade de faturista por nove anos. Nos primeiros anos da década de 1940, já estabelecido em Passo Fundo, Cafruni foi caixeiro-viajante por cerca de dois anos.

JORGE E. CAFRUNI

Passo Fundo das Missões

**ESTUDO HISTÓRICO DO
PERÍODO JESUÍTICO**

JORGE EDETH CAFRUNI

Passo Fundo das Missões

Estudo Histórico do Período Jesuítico

Passo Fundo



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

2019

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

1ª Edição: Literatura, História, -Porto Alegre: Ed A Nação, 1966.

1ª Reimpressão, edição comemorativa ao 161º Aniversário de Passo Fundo, Projeto Passo Fundo, Julho 2019.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sítio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4,0 Internacional;

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Organização da reedição:

Djiovan Vinícius Carvalho

Alex Antônio Vanin

Editoração e reprodução da capa:

Alex Antônio Vanin

Djiovan Vinícius Carvalho

C129p Cafruni, Jorge Edeth

Passo Fundo das Missões [recurso eletrônico] : estudo histórico do período jesuítico / Jorge Edeth Cafruni. – Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

11,5 Mb ; PDF.

ISBN 978-85-8326-405-7

Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Passo Fundo (RS) – História.
I. Título.

CDU: 981.65

A PROVOCAÇÃO

CAMINHOS DO PASSADO QUE REVELAM UMA PASSO FUNDO ANTES DOS 7 POVOS DAS MISSÕES

O mês de dezembro já avançava para o natal daquele ano de 1632, na Província do Tape. Em algum ponto próximo do local onde hoje está a área urbana de Passo Fundo, às margens das nascentes e vertedouros de rios que formam o Jacuí, um dos primeiros exploradores de que se tem notícias nestas paragens - padre Francisco Ximenes, ergueu uma grande cruz de madeira e rezou uma missa. Estavam dados os primeiros passos para a catequização de uma nação indígena, que contava com a influência do índio Guaraé, cacique dos Tapes. Cerca de 200 anos antes da fixação na região do Cabo Manoel José das Neves e demais povoadores de Passo Fundo, um conjunto de reduções já crescia ordenadamente pelas paragens que iam de Rio Pardo a Santa Maria.

Publicado em 1966, o livro *Passo Fundo das Missões* é fruto de estudos e pesquisas minuciosas do jornalista e historiador Jorge Cafruni, que rendeu cerca de 670 páginas, retratando como a Missão de Santa Tereza assume o protagonismo da saga dos jesuítas 50 anos antes da criação dos 7 povos das Missões, localizados na região de Santo Ângelo e consolidados a partir de 1682. Entre escaramuças, flagelos, saques, escravidão indígena e a constante redemarcação das fronteiras - estando ora sob o comando da Coroa de Portugal, ora sob o comando da Coroa da Espanha, essa terra "sem dono e sem lei", forjada por caminhos milenares, onde transitavam bandeirantes e indígenas que tinham seus próprios processos de comunicação.

O trabalho de pesquisa de Cafruni abre um leque de possibilidades para outros estudos e aponta para caminhos de novas descobertas, embora os vestígios do passado vão se perdendo à medida que o tempo avança. Composto por relatos riquíssimos, a obra de Cafruni deixa claro que, aqui, bem próximo a nós, havia um aldeamento organizado por jesuítas que, já em seu primeiro ano, em 1633, "reuniram-se 800 famílias, tendo a escola 600 meninos". E que os mesmos jesuítas que foram expulsos do conjunto de missões de Guairá, no Paraná, fugindo dos massacres e se bandeando para o Uruguai e norte do Rio Grande do Sul, também não conseguiram salvar a redução de Santa Teresa.

Entretanto, esta obra referencial para a compreensão do primeiro período jesuítico no Rio Grande do Sul, encontrava-se esgotada, circulando nas mãos de alguns poucos.

De todo modo, por entender que cabe à gestão pública a responsabilidade de se aliar a novas provocações, de dar publicidade a protagonismos que não podem ficar à mercê do desaparecimento, como era o caso da obra de Jorge Cafruni, a Prefeitura de Passo Fundo aceitou o desafio da Academia Passo-Fundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo para empreender a reedição da obra “Passo Fundo das Missões”.

Essa empreitada traz à luz novamente fatos históricos pouco divulgados, preservando nossa história e o trabalho de Cafruni, pesquisador que se debruçou em mapas, relatos, leituras de outros historiadores, tendo ido à campo realizar a prospecção de locais, cotejando relatos, mapas e tradição popular.

Assim como no natal de 1632 que o Padre Ximenez rezou a primeira missa, foi “no dia 23 de dezembro de 1637, na véspera do natal, [...] o Capitão André Fernandes, à frente de sua tropa, chegou à vista de Santa Teresa, magnífica povoação, que tinha mais de 4.000 índios aldeados. A bandeira de compunha de 260 mamelucos e de grande número de índios, [...] caíram impiedosamente sobre os habitantes indefesos. A bandeira tudo destruiu.”

São fragmentos assim que devem vir à luz para novas leituras e novas interpretações, incentivando a produção de conhecimento, a partir desses relatos históricos, sobretudo em nossas escolas.

Esta é a nossa contribuição por ocasião do transcurso dos 162 anos de emancipação política de Passo Fundo e dos 53 anos do lançamento da 1ª edição. Assim como Cafruni, ao longo de suas pesquisas, também estamos olhando para os primórdios da nossa região, para Passo Fundo antes de ser Passo Fundo, focando em acontecimentos do século XVII, mais de 380 anos atrás.

Passo Fundo, 7 de Agosto de 2019.

Luciano Azevedo
Prefeito de Passo Fundo

A OBRA

PASSO FUNDO DAS MISSÕES Estudo Histórico do Período Jesuítico

Embora a data mais conhecida de nascimento de Jorge Edeth Cafruni seja 12 de agosto de 1913, em Porto Alegre, o bibliógrafo Pedro Leite Villas-Bôas informa que “Poucos dias antes da sua morte, o autor esclareceu-nos que a verdadeira data de seu nascimento era 08.08.1913. A certidão de seu casamento registra a data de 11.08.1913, e a certidão de registro foi extraída como nascido em 12.08.1914”. O seu falecimento ocorreu, na cidade natal, em 19 de setembro de 1974.

Cafruni foi jornalista, romancista e historiador. Viveu longos anos em Passo Fundo, trabalhando na redação d’*O Nacional*, na Câmara de Vereadores e na Prefeitura Municipal. Aqui escreveu seus três livros publicados.

O primeiro deles, *AURORAS E CREPÚSCULOS* (Gráfica Centenário, Passo Fundo, RS, 1948), é uma coleção de *crônicas* poéticas ou pequenos poemas em prosa, escritos, originalmente, para um programa radiofônico, do mesmo título, que apresentava na extinta Z.Y.F - 5, Rádio Passo Fundo.

Seu segundo livro, o romance indianista *IRAPUÃ*, teve duas edições, A primeira delas em 1955, pela Tipo-Lito-Fabril de Passo Fundo, e a segunda, também em Passo Fundo, pela Edições Dispel (Distribuidora de Publicações Especializadas Ltda.), em 1962.

PASSO FUNDO DAS MISSÕES: Estudo Histórico do Período Jesuítico, saiu a lume em 1966, pela Editora “A Nação”, de Porto Alegre. É sua obra mais importante. Nela Jorge Edeth Cafruni se apresenta como um pesquisador sério e um escritor escorreito, como sói acontecer com os jornalistas formados na escola das redações.

O jornalista e historiador se serviu das melhores fontes disponíveis, produzindo um livro que serve como ponto de partida para pesquisas

superiores. Narra a história dos jesuítas espanhóis que avançaram sobre o atual Estado do Rio Grande do Sul, fundando diversas reduções na primeira metade dos anos 1600, quando Portugal (e, por conseguinte, o Brasil) pertencia à Espanha.

O livro tem como centro a Redução de Santa Teresa, em Passo Fundo. Inicialmente instalada entre as nascentes do Rio Jacuí e Rio Passo Fundo e logo mudada para o Rincão do Pessegueiro. Ali estão as lutas entre os jesuítas e seus catecúmenos contra os atuais caingangues, que não aceitavam mudar suas crenças natais, e os bandeirantes que arrasavam as reduções inicianas.

Cafruni segue a tradição dos historiadores influenciados pela história registrada pelos jesuítas, em que satanizavam os índios que não se convertiam ao catolicismo e os bandeirantes, muitos deles cristãos-novos, que combatiam o fundamentalismo dos discípulos de Santo Inácio de Loyola.

PASSO FUNDO DAS MISSÕES: Estudo Histórico do Período Jesuítico, mais de meio século após sua publicação, é o que ainda há de mais importante sobre aquele trecho de nossa história.

Jorge Edeth Cafruni era um verdadeiro obcecado pelo índio. Além de IRAPUÃ e sua obra sobre os inícios de nossa história, conta Pedro Leite Villas-Bôas que deixou inéditos a novela OS GRANDES ÍNDIOS e o livro de contos CABRITA ZAROLHA. Ativista cultural, abriu as páginas do jornal em que trabalhava aos escritores locais e dos mais diversos pontos do País. Fundou o Instituto Histórico de Passo Fundo e integrou os quadros da atual Academia Passo-Fundense de Letras. Ficou na memória dos jovens do seu tempo de jornalista em Passo Fundo, como um semeador de amor à cultura entre os moços.

Cabe um reconhecimento público à decisão do prefeito Luciano Palma de Azevedo em reeditar PASSO FUNDO DAS MISSÕES: Estudo Histórico do Período Jesuítico.

Passo Fundo, 7 de Agosto de 2019.

Paulo Monteiro

Academia Passo-Fundense de Letras

O AUTOR

JORGE EDETH CAFRUNI E A OBRA PASSO FUNDO DAS MISSÕES

Jorge Edeth Cafruni nasceu em Porto Alegre em 08 de agosto de 1913. Filho dos imigrantes libaneses Adala Cafruni e Marta Hadad Cafruni, Cafruni acompanhou seu pai e seus tios, que mascateavam pelo interior do estado, até por volta dos 12 anos. Aos 13 anos foi admitido como aprendiz de farmácia no Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre, trabalho que desenvolveu até os 21 anos. Nesse período, matriculou-se no Colégio Paula Soares, para frequentar a escola noturna. Após o falecimento de seu pai, teve que abandonar os estudos e dedicar-se ao ofício de barbeiro. Posteriormente empregou-se no comércio, exercendo a atividade de faturista por nove anos. Jorge Cafruni contraiu núpcias com Rita Menna Barreto Maurmann, em Passo Fundo, no dia 9 de julho de 1941. Nos primeiros anos da década de 1940, já estabelecido em Passo Fundo, Cafruni foi caixeiro-viajante, passando, após isso, a dedicar-se ao jornalismo. Jorge Cafruni trabalhou na redação do jornal *O Nacional*, foi redator de debates da Câmara Municipal e da Rádio Passo Fundo, diretor da Rádio Municipal e chefe de Gabinete do prefeito Mário Menegaz (1964-1968). Completamente engajado na sociedade local, Cafruni participou ativamente de diversas entidades, sendo o idealizador do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), criado em 1954. Autor de diversas obras literárias e históricas, entre elas *Auroras e Crepúsculos* (1948), *Irapuã* (1951) e *Passo Fundo das Missões* (1966), vindo a falecer em Porto Alegre no início da década de 1970.

Em Passo Fundo, o homem de visão “quixotesca” empenhou-se na criação de diversas entidades. Dentre elas, talvez a que mais tenha contado com seu envolvimento, foi o Instituto Histórico de Passo Fundo, fundado em 1954. Cafruni, ao vislumbrar a possibilidade de Passo Fundo contar com uma entidade que reunisse, metodizasse e coligisse dados históricos, servindo de “despensa” àqueles que se dedicassem à

História, reuniu personalidades diversas, a partir de 1953. Do prefeito petebista, Daniel Dipp, ao líder do Partido Comunista, que se encontrava no ostracismo, Eduardo Barreiro, Cafruni reuniu nomes de destaque da sociedade passo-fundense da época, inclusive o do diretor da Faculdade de Direito de Passo Fundo, possivelmente, pensando no futuro e na sobrevivência da Instituição.

Em 2017, por intermédio de Gilberto Gomide, familiares doaram parte do arquivo privado de Jorge Cafruni ao Instituto. O acervo, composto pela produção intelectual do jornalista, inclui seus originais de publicação, incluindo os da obra “Passo Fundo as Missões”, colunas publicadas em jornais locais, com os devidos originais, correspondências e notas publicadas sobre o autor e as obras. Os documentos foram identificados, acondicionados e mantidos conforme organização do titular.

O material produzido pelo jornalista Cafruni, é, inegavelmente, uma rica fonte de pesquisa ainda pouco compreendida. Uma das preciosidades encontradas no acervo de Cafruni foi uma nota manuscrita pelo autor, idealizando uma possível abertura de uma segunda edição da obra Passo Fundo das Missões, transcrita na página seguinte.

O trabalho de recuperação de uma obra de tamanha importância à história de Passo Fundo – bem como a do Rio Grande do Sul – exigiu que determinadas escolhas fossem tomadas de antemão. Dessa forma, optou-se pela manutenção dos termos próprios do autor, isto é, em sua escrita original, **preservando as normas ortográficas** vigentes à época, tal como se escolheu reproduzir o mais fidedignamente o formato e as ilustrações da capa.

Passo Fundo, 7 de Agosto de 2019.

Fernando Severo de Miranda
Presidente do IHPF

NOTA DA 2ª EDIÇÃO

Se é verdade que foram muitas, sobretudo generosas as referências a esta obra, houve também, como esperávamos, os que condenaram o “exagero das transcrições documentais”, não só pelo número como pela extensão das mesmas.

Que não foi surpresa tal reparo verifica-se, logo, pelo presente tópico, inserto por nós já na introdução deste livro:

- “Segundo o plano adotado, a narrativa dos acontecimentos é toda feita pelos autores de nossa escolha, os quais trataram da suas respectivas matérias, informando-nos sobre aquilo que nos interessa e convém saber, atentos que estamos em nossa tese”.

E mais adiante:

- “Foi preciso, portanto, que nos apoiássemos a cada passo nos documentos, estudando-os e interpretando-os, à plena luz, criticando-os e deles utilizando-nos extensamente, a ponto de parecer este livro, em muitos trechos, verdadeira antologia de História”.

Vê-se que isto foi propositado, imperativo de um plano, por uma questão de método ver, e nisto prevaleceu o profissional de jornalismo, que somos. O jornalista, para bem informar, vale-se, primeiro, da observação própria e, a seguir, dos depoimentos, ouvindo as pessoas pertinentes a cada caso, tendo em mim a clareza do assunto e sua indiscutível autenticidade.

Como “repórter”, buscar documentar-se, referindo-se aos acontecimentos de cada dia e nada afirma ou desafirma de nota [?] própria, senão quando a registra.

Ele sabe que de nada adianta dizer a verdade, pura e simplesmente. O público não a aceita de olhos fechados. É preciso comprová-la a cada passo. A fotografia é um dos seus recursos, mas não se pode fotografar o que já não está ao seu alcance, ou aquilo que já passou. Recorre então aos depoimentos, ouvindo as pessoas autorizadas.

Assim mesmo, não se deixa levar pelas aparências. Discute aquilo que documenta. Sabe também que não fala apenas aos doentes como

médico, um cientista, um historiador da vela escola. Precisa escrever com clareza e objetividade afim de que todos o compreendam¹.

A handwritten signature in black ink, reading "Jorge Edeth Cafruni". The signature is written in a cursive, flowing style with some capitalization.

¹ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Nota à 2ª edição*. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE

PRIMITIVOS HABITANTES

O TERRITÓRIO E FATORES	25
PREPONDERANTES	25
FLORA E FAUNA	28
ESBÔÇO DAS MIGRAÇÕES INDÍGENAS	31
PROBLEMA ETNOGRÁFICO	31
REGIÕES ETNOGRÁFICAS	36
LOCALIZAÇÕES ETNOGRÁFICAS	37
IBIANGARAS E IBIAÇAGUARAS	39
REGIÕES ETNOGRÁFICAS DE PASSO FUNDO	40
CARIJÓS E IBIAÇAGUARAS	42
DIFERENCIAÇÕES ETNOGRÁFICAS	46
TRAÇOS ETNOGRÁFICOS	48
MIGRAÇÕES.....	48
OS TAPES.....	50
COMO ERAM OS TAPES DE PASSO FUNDO.....	56
OS GUAIANÁS.....	60
LENDAS INDÍGENAS.....	64

SEGUNDA PARTE

O TRABALHO JESUÍTICO

AS MISSÕES JESUÍTICAS	71
REDUÇÕES NA PROVÍNCIA DO URUGUAI	74
REDUÇÕES NA PROVÍNCIA DO TAPE	78
FUNDA-SE A REDUÇÃO PASSOFUNDENSE DE SANTA TERESA	82
PASSO FUNDO FOI, PRECISAMENTE, O LOCAL DE SANTA TERESA	86

TERCEIRA PARTE

A REDUÇÃO PASSOFUNDENSE DE SANTA TERESA

A REGIÃO DE PASSO FUNDO NO SÉCULO 17.....	99
---	----

CARIROÍ OU CAMPO DO MEIO	104
O RIO QUE DEU NOME À CIDADE	106
A PRIMITIVA TABA DE GUARAÉ.....	108
A RAÇA DE CUARAÉ.....	113
O PRIMEIRO CIVILIZADO QUE PISOU EM PASSO FUNDO.....	116
A FUNDAÇÃO DE SANTA TERESA.....	119
ONDE SE LOCALIZAVA O CURITI.....	123
O CAAPI – AS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DO PADRE XIMENES.....	131
DAS CONDIÇÕES MATERIAIS E CULTURAIS DOS MISSIONEIROS	136
A PROSPERIDADE DE SANTA TERESA.....	140
A INTRODUÇÃO DO GADO EM PASSO FUNDO.....	144
O DRAMA DA ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS	147
A IMPORTÂNCIA DE SANTA TERESA	153
HOSTILIDADE DOS IBIRAJARAS (GUAIANÁS)	156
MISSÃO EXPLORADORA E CATEQUÉTICA NA IBIA.....	159
CATEQUESE E LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS	164
CONSEQUÊNCIA TRÁGICA DA MISSÃO PASSOFUNDENSE	169
LUTA SELVAGEM POR UM CADÁVER.....	175
A SUBLEVAÇÃO DOS PAJÉS.....	178
ATAQUE FRUSTRADO A SANTA TERESA	184
CONFEDERAÇÃO DOS IBIANGARAS (IBIAÇAGUARAS)	188
O CONTRA-ATAQUE DOS CACIQUES TAPES	191
O FLAGELO DA PESTE	196

QUARTA PARTE

ATAQUES BANDEIRANTES

JESUÍTAS E BANDEIRANTES NO SÉCULO XVII	203
O DOMÍNIO ESPANHOL E A EXPANSÃO BRASILEIRA	212
AS BANDEIRAS.....	216
PREPARATIVOS PARA A DEFESA DE JESUS-MARIA	221
O ROTEIRO DE RAPÔSO TAVARES.....	226
DESTRUIÇÃO DAS REDUÇÕES DO JACUÍ.....	229
DESOLAÇÃO E MORTE NO TAPE	233
A BANDEIRA DE ANDRÉ FERNANDES.....	236

OS ATACANTES DE SANTA TERESA	242
A TOMADA DE SANTA TERESA	245

QUINTA PARTE

IGAÍ OU PINHAIS - CENTRO DO BANDEIRISMO NO RIO GRANDE DO SUL

PINHAIS, CENTRO DO BANDEIRISMO NO RIO GRANDE DO SUL.....	253
ATAQUE À PROVÍNCIA JESUÍTICA DO URUGUAI	260
CAÇADA GERAL AO ÍNDIO NO RIO GRANDE.....	263
REGRESSO DRAMÁTICO DE ANDRÉ FERNANDES	267
SOB O DOMÍNIO BANDEIRANTE.....	273
PINHAIS E LAGUNA.....	280
A BANDEIRA DE FERNÃO DIAS OU DE CAAÇAPÁ-GUAÇU	284
O MISTÉRIO DE DOMINGOS CORDEIRO	293
ATAQUES DE CATECÚMENOS E SELVAGENS.....	297
O DESBARATO DE MBORORÉ.....	303
PINHAIS SOCORRE OS RETIRANTES	307

SEXTA PARTE

PINHAIS E A COLÔNIA DO SACRAMENTO

AS BANDEIRAS POSTERIORES.....	315
PINHAIS E A INTEGRAÇÃO BANDEIRANTE NOS PAMPAS	325
SANTA TERESA E PINHAIS.....	328
OS BANDEIRANTES NA FORMAÇÃO	331
RIO-GRANDENSE	331
OS BANDEIRANTES E A COLÔNIA DO SACRAMENTO	337

SÉTIMA PARTE

IDADE-MÉDIA RIO-GRANDENSE

IDADE-MÉDIA PASSOFUNDENSE E	349
RIO-GRANDENSE	349
OS SETE POVOS	353
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS SETE POVOS.....	361
CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE JESUÍTICA	366
A ECONOMIA DOS SETE POVOS.....	372
A REGIÃO NO SÉCULO 18	374

OITAVA PARTE

O RETORNO JESUÍTICO NA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE

AS ESTÂNCIAS DOS SETE POVOS	387
OS ERVAIS DOS SETE POVOS	392
A REOCUPAÇÃO DE PASSO FUNDO PELOS JESUÍTAS.....	396
ESBOÇA-SE, A LESTE, A PENETRAÇÃO	405
LUSO-BRASILEIRA.....	405
GUARDA JESUÍTICA NO MATO CASTELHANO	411
VACARIA DOS PINHAIS: SEU FLORESCIMENTO	421
ERVAIS DE SÃO JOÃO	427

NONA PARTE

PASSO FUNDO E A GUERRA DOS SETE POVOS

O TRATADO DE MADRID.....	435
A OPOSIÇÃO INDÍGENA	441
OS JESUÍTAS E O CUMPRIMENTO DO TRATADO	447
ASSALTOS AOS REBANHOS DOS ÍNDIOS	454
DECLARA-SE A GUERRA CONTRA OS SETE POVOS	458
– ATAQUE A RIO PARDO	458
SEGUNDO ATAQUE A RIO PARDO	466
O EPISÓDIO DOS PRISIONEIRO TAPES	471
EPISÓDIO DO ESPANHOL VILALBA	476
O DESBARATO DE CAIBATÉ.....	484

DÉCIMA PARTE

PASSO FUNDO BALUARTE CASTELHANO

LUTA INDÍGENA CONTRA OS ESPANHÓIS	489
– A TRANSMIGRAÇÃO.....	489
PORTUGUÊSES EXPLORAM A REGIÃO DE PASSO FUNDO.....	493
DESERTORES PORTUGUÊSES FOGEM VIA PASSO FUNDO	496
DERRADEIRA E TRÁGICA ARRANCADA DOS MISSIONEIRO	501

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE

AVANÇOS LUSOS E CONQUISTA DAS MISSÕES

A CONQUISTA DAS MISSÕES.....	509
------------------------------	-----

O POVOAMENTO PELOS COLONIZADORES BRANCOS.....514

APÊNDICE N.º 1

VESTÍGIOS BANDEIRANTES EM TRÊS LAGOAS - PASSO FUNDO

VESTÍGIOS DE ESTABELECIMENTOS BANDEIRANTES
DO SÉCULO 17527

APÊNDICE N.º 2

BARREIRA JESUÍTICA NO PASSO DO RIO DA VÁRZEA-PASSO FUNDO

VESTÍGIOS DE FIXAÇÃO JESUÍTICA EM PASSO FUNDO.....543

INTRODUÇÃO

Na feitura dêste livro, não compulsamos documentos originais ou inéditos. Tudo é matéria já divulgada nos livros de Aurélio Pôrto, Carlos Teschauer, Gonzaga Jaeger, Walter Spalding, Olyntho Sanmartin, Arthur Ferreira Filho, Ptolomeu de Assis Brasil, Hemetério José Veloso da Silveira e outros autores; assim como na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na revista “Província de São Pedro”, etc.

E nem todos os documentos, nem todos os autores foram por nós consultados. Não obstante, cêrca de uma centena de obras, que se verão nas citações do texto, foram perlustradas exaustivamente.

Assim, na documentação, não apresentamos nenhuma novidade, visto que nos tínhamos limitado a fazer o que podíamos, dentro das restrições ambientais e dos poucos recursos de que dispomos. Fazer o que se pode, aliás, é o imperativo de um dever.

Não obstante, com base na documentação já divulgada, de comprovação meridiana, e na obra dos bons autores, julgamos que novas interpretações podiam ser feitas, não só quanto à história primitiva do Rio Grande, mas também no que tange ao papel saliente que nela desempenhou o torrão passofundense, cujos fundamentos históricos estavam completamente obscurecidos, apenas aflorando nas insistentes tradições locais.

Compreende-se que, não tendo ainda publicado obra de História que nos credenciasse perante o público; e que, dada a relevância da matéria, bem como ser ela em alguns aspectos, inovadora na historiografia passofundense e gaúcha o autor não podia escrever uma história, mas, simplesmente, fazer um estudo histórico; não podia valer-se de simples afirmativas e citações apressadas para dar um tom convincente às suas conclusões, contidas no presente trabalho.

Foi preciso, portanto, que nos apoiássemos, a cada passo, nos documentos, estudando-os e interpretando-os à plena luz, criticando-os

e dêles utilizando-nos extensamente, a ponto de parecer êste livro, em muitos trechos, verdadeira antologia de História. Não seja isso motivo de escândalo, não só diante das razões ponderáveis que fazemos, mas igualmente porque a presente obra é, sobretudo, um estudo, uma pesquisa, uma investigação.

Segundo o plano adotado, a narrativa dos acontecimentos é tôda feita pelos autores de nossa escolha, os quais tratarão das suas respectivas matérias, informando-nos sôbre aquilo que nos interessa e convém saber, atentos que estamos em nossa tese. E o que êles contam fica sob nossa inteira direção e constante vigilância, submetidos seus depoimentos à nossa crítica e detido exame.

Dois benefícios colheremos com o plano assim exposto: um, o de tomar o assunto tão autêntico e claro quanto possível, quer na relação dos fatos, quer na argumentação estabelecida por nós; outro, o de familiarizar o leitor com autores e obras, despertando-lhes o interêsse pela História, incentivando-o à pesquisa e afeiçoando-o aos raciocínios históricos, inclusive para reparos ao próprio autor, quando êste claudica.

A presente obra, assim como está, e por ser um estudo, é sujeita a eventuais correções, a revisões e acréscimos. Nem todos os autores foram por nós consultados. Nem tôda a documentação existente foi per-lustrada. Muito ainda há o que buscar nos arquivos do Rio, São Paulo, Assunção, Buenos Aires, Santiago do Chile, em Lima e, principalmente, em Lisboa e Madrid, onde muito ainda se pode revelar quanto à história rio-grandense e passofundense.

Por outro lado, damos ao presente trabalho um cunho humanístico, deixando os autores descerem, às vêzes, às particularidades da descrição, da crônica e do folclore, extensamente, porque entendemos que a História não é mera e fria relação de nomes, datas e lugares, mas um fenômeno dinâmico, em que é fator principal o Homem, que é o sujeito de tôdas as ações: vemo-lo, assim, em suas crenças interêsses, expansões, agrados e desagradados, por onde vislumbrará o leitor as motivações, atos de heroísmo e de dedicações fecundas, que são os caminhos condutores na perene marcha dos Povos.

Quanto ao plano desta obra, não nos censurem os passofundenses, porque, às vêzes, nos tenhamos transbordado dos limites de Passo Fun-

do, a fim de tratar, com algum vagar, da história geral do Rio Grande do Sul.

Dois motivos, entretanto, prevaleceram em nosso espírito:

1.º) não se pode compreender, com base, a história local, sem conhecermos suas ligações e implicações com os acontecimentos mais gerais, que foram origem ou consequência dos fatos locais, impondo-nos por isso o estabelecimento de uma relação lógica de causa e efeito;

2.º) salientar fatos importantes da história rio-grandense, dignos da maior divulgação entre os leitores passofundenses e outros, e que, embora mais remotamente, tiveram sempre influência na história local.

Gratos somos à cooperação que nos prestaram, facilitando-nos pesquisas: aos historiadores Walter Spalding, Olyntho Sanmartin e Dr. Paulo Xavier; aos Srs. Dr. Carlos Galves, Dr. Herculano Annes, Major Grey Belles, Professor Antônio Donin, acadêmico Paulo Roberto Pires, jornalista e deputado Múcio de Castro; a Isaac Linetzki, a Dorival de Almeida Guedes; à colaboração dos Srs. Cyrano Annes, Napoleão Monteiro da Silva, Paulino Carneiro de Sousa, Jardelino Braz, Aldino Cullmann, Joaquim Palhano; aos vereadores Romeu Martinelli, Delmo Alves Xavier, Arthur Canfield que se interessaram em prestar cooperação; aos Professores Vicente C. Fontana, Delma Rosendo Gehm e Córa Leitão Leite; ao Sr. Waldemar Gehm e aos alunos do 3.º Científico do Colégio Estadual “Nicolau de Araújo Vergueiro”, cujos nomes constam em Apêndice; ao Sr. Daniel Rizzi, e aos membros do Instituto Histórico de Passo Fundo, principalmente Emílio da Silva Quadros, Ruy Pitthan, Same Chedid, Hélio Gonçalves Dias e Pedro Ferrão Teixeira.

Gratos somos às observações e recomendações do Dr. Herculano Annes, que leu tôda a obra, antecipadamente, permitindo-nos as correções que se tornaram imprescindíveis, lamentando apenas não têmos podido aliviar esta obra das muitas repetições, no que tange à citação de certas passagens dos autores, conforme sua justa advertência, falha esta que não nos foi possível sanar, porque nos demandaria nôvo e exaustivo trabalho de retificações. Deixamos, pois, a devida observação aos leitores, pedindo-lhes escusas por êsse defeito e ainda por outros que possam encontrar nesta obra, e cuja existência somos os primeiros a reconhecer.

Gratos somos aos autores de cujas obras nos servimos largamente, com ou sem autorização, para a feitura dêste trabalho, aos quais se pode aplicar, com justiça, o título de “coautores”, inclusive aos falecidos, pois sem êles falhar-nos-iam os fundamentos para o presente estudo.

Cumpre-nos, sobretudo, prestar homenagem ao Dr. Carlos Galves, ilustre passofundense, por ter sido o primeiro que encareceu, neste Município, a necessidade de uma pesquisa sôbre o nosso passado jesuítico e bandeirante; e homenagear, do mesmo modo, a memória do inolvidável Dr. Pedro Silveira Avancini, que secundou, nessa orientação, ao Dr. Carlos Galves isso num tempo em que nós, ainda, nem pensávamos em tal assunto. E testemunhamos ainda nossa dívida aos saudosos amigos e confrades do Instituto Histórico de Passo Fundo: Antonino Xavier (sócio honorário), André Pitthan, Gomercindo dos Reis, Eduardo Barreiro e Samorim Kurtz Barbosa.

Queremos expressar louvores à Câmara Municipal de Passo Fundo, por cuja deliberação é publicado êste livro, tornando-se a Grande Benemérita da Cultura, em Passo Fundo e no Rio Grande do Sul, que lhe devem, por isso, o exemplo de um gesto magnífico, que constitui verdadeiro estímulo aos que se dedicam ao estudo humanístico. Não hesitou em aceitar a oferta dêste trabalho, pelo autor, que fêz à Municipalidade a doação dos direitos autorais de “Passo Fundo das Missões”, buscando, assim, o nosso Poder Legislativo encarregar-se da divulgação dêstes estudos despreziosos.

Resta-nos dedicar homenagem especial ao Prefeito Mário Menegaz.

Efetivamente, se esta pesquisa foi feita, devemos-la a êsse benemérito Administrador, que nos forneceu os meios necessários para tal consecução, do que resultou a descoberta dos vestígios bandeirantes e jesuíticos, em território passofundense. E, por isso, torna-se igualmente um exemplo aos Administradores do Rio Grande e do Brasil.

Informamos, afinal, que esta obra começou a ser redigida em 18 de fevereiro de 1964, concluindo-se em 19 de novembro de 1965, dentro dos dois primeiros exercícios da referida Administração.

Passo Fundo, 24 de novembro de 1965.

O AUTOR

PRIMEIRA PARTE

PRIMITIVOS HABITANTES

O TERRITÓRIO E FATORES PREPONDERANTES

O território passofundense, ao tempo da emancipação municipal, em 1857, diz-nos Antonino Xavier, em seu “Passo Fundo Físico”, compreendia, na linha norte-sul, do rio Uruguai às lides de Rio Pardo e Cachoeira, e na linha leste-oeste, do Mato Português, rios Ligeiro, Carreiro e das Antas aos rios Jacuizinho e da Várzea, “vastidão que bem poderia encerrar uma província”.

Se o nosso escopo fôsse fazer a história, a partir de 1857, e chegar aos tempos atuais, deveríamos narrar a sucessão dos acontecimentos, parte por parte, falando dos desmembramentos sofridos até o encontro das lindes atuais. Deveríamos, igualmente, contar a história de cada uma das partes que constituíram o seu vasto território.

Como, porém, vamos ocupar-nos de uma época anterior à emancipação e que nada influiu na mesma, historiaremos tão somente tudo o que se relaciona ao atual território, o mais chegado à cidade, isto é, as zonas do Pulador, Bela Vista, Pontão, Coxilha, Mato Castelhana, Campo do Meio, e Ernestina, citando, apenas de passagem, a vasta região circunvizinha.

Tendo-se, porém, em vista os fatores preponderantes que, para a História, influíram na vida passofundense, importam muito as seguintes considerações, antes de penetrarmos na matéria do presente trabalho:

Passo Fundo, atualmente, faz parte do Planalto Médio, sendo divisor de águas das maiores bacias do Estado, as dos rios Uruguai e Jacuí, característica que influiu decisivamente em sua história.

Até 1898, o Mato Castelhana, por ser passagem obrigatória para as Missões Orientais do Uruguai, quanto à penetração nortista, determinou os acontecimentos ligados à formação de seu povo, fator que, depois, foi transferido, em parte, para a viação férrea, tornando Passo

Fundo, até 1940, a chave da ligação terrestre do Rio Grande com o resto do País.

Além disso, contam-se, por certo, os elementos economicamente preponderantes: os ervais que cobriam quase todo o seu território e que foram o primeiro, na ordem cronológica; as pastagens de inverno, no Campo do Meio, Coxilha e Primeiro Distrito, para a criação de gado, como segundo; os vastos pinhais, aproveitados na indústria da madeira, como terceiro; e, por último, a partir de 1948, o aproveitamento de suas coxilhas para o plantio do trigo e da soja, com a mecanização da lavoura, e, ainda, a industrialização, além de outros fatores secundários para a História local.

A partir de 1956, as escolas superiores desempenham uma função notável na sociologia histórica passofundense.

E, como característica psicológica, predominando sobre todas as atividades, verifica-se um acendrado amor à liberdade, que transluz em todos os momentos da vida municipal.

O território missioneiro estendia-se do Campo do Meio até a barra do rio Ibicuí, e foram os jesuítas “os primeiros homens que trouxeram a civilização e as luzes do Cristianismo às tribos selvagens da raça guarani e que, divididas em grupos, habitavam esta parte da província, no estado selvagem” diz, com acerto, Evaristo Afonso de Castro.

Passo Fundo situa-se no dorso da Coxilha Grande, aqui chamada Serra do Ibitiru, Serra do Jacuí Albardão de Sant’Ana pelos primitivos sertanistas.

Tinha, naqueles tempos, ao norte, além de Coxilha, a selva impenetrável, chamada Sertão do Alto Uruguai e Sertão dos Pinarés; ao sul, os alcantilados da Serra do Botucarái, selvosa e acidentada; a oeste, a Serra do Jacuí-mirim, também selvática, e o rio Uruguai-pitã, hoje da Várzea, orlado de mata extensa; e a leste, o famoso Mato Castelhana, de cerca de quatro léguas de extensão, além do qual se via o Campo do Meio, que se estendia em albardões verdejantes, considerado como limite avançado das terras missioneiras.

Diz o Cel. Mário Calvet Fagundes, em seus “Estudos Regionais”, Separata do “Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul”, ano VI, n.º 12, páginas 4 e 5, tratando da área passofundense:

“Dos 157.000 km² que constituíam o município de Rio Pardo, abrangendo uma vastíssima região territorial do Estado, mais de cinquenta por cento, conseqüentemente, heterogênea em todos os aspectos geográficos - é que se formam os municípios de São Borja e Cachoeira; e dêste, Caçapava e Cruz Alta, para, por último, surgir o Município de Passo Fundo, abrangendo a área de 24.802 km².

“Êste município prossegue o autor seccionado por quatro vêzes em sua extensão original e reduzido à área atual de 3.237 km², compreendendo mais de dez por cento do denominado Planalto Médio Rio-grandense, de 31.252 km² constitutivo das onze zonas em que o moderno estudo da geografia física dividiu o território do Estado do Rio Grande do Sul”.

Descrevendo a região, diz o autor, depois de informar sôbre à constituição geológica metafísica, em sucessivas camadas, sôbre um fundamento de arenito:

“A escassez dos grandes cursos de água e o pequeno valor das massas líquidas existentes, estabelece, logicamente, uma condição própria à vegetação da região, que é destituída de grandes paisagens florísticas, aparecendo estas esporadicamente e fazendo predominar o campo sôbre a mata virgem. O pinheiro é a vegetação predominante e exclusiva do Planalto Rio-grandense, surgindo, na região do Planalto Médio, como um prolongamento da mata de araucárias do nordeste do Estado, em mistura com a mata virgem do Alto Uruguai”.

Referindo-se à importância do fator geográfico de Passo Fundo, o emérito geógrafo informa:

“A inexistência de obstáculos naturais de maior valor propicia a facilidade de penetração humana dos caminhos que se lançam por entre os divisores dos inumeráveis arroios... Por isso mesmo é o município de Passo Fundo um centro geográfico da vasta região do Planalto Médio, divisor das águas das bacias do rio Uruguai e do Jacuí-Taquari, confluente do estuário do Guaíba”.

Para a história de Passo Fundo, os rios que desempenharam um papel de relêvo, como marcos assinaladores, no panorama geográfico, são os seguintes:

Rio Jacuí, Carreiro, do Peixe, da Várzea, Jacuí-mirim e respectivos

afluentes; o rio Uruguai-mirim, atual Passo Fundo, era só conhecido, na época de que tratamos, pelos silvícolas, pois que os elementos civilizados o tinham apenas como arroio, conhecendo-o poucas léguas, a partir de suas nascentes, de modo que o não assinalaram como ponto de referência; já o rio da Várzea, então chamado Uruguai-pitã, era, pelo contrário, alvo de citação, principalmente pelos demarcadores do século dezoito, em busca do Peperi-guaçu.

Os jesuítas, que exploraram, detidamente, esta região bem como a atual zona colonial, não alimentaram dúvidas quanto à nascente do Jacuí, mas sertanistas portugueses, ao tempo da conquista do Rio Grande, tiveram sempre por Jacuí o atual Jacuí-mirim, dando margem a muitas confusões, principalmente no que tange à localização das Reduções de Santa Teresa e de São Carlos ou Visitação.

Dois locais, ao tempo dos jesuítas, tiveram proeminência, no território passofundente: o Igairi-apipe (cabeceira do Igaí, ou Jacuí, no atual Povinho da Entrada ou Povinho Velho, junto ao Mato Castelhana; e o Rincão do Pessegueiro, proximidades do Pulador.

No Povinho da Entrada, implantou-se, primeiramente, a Redução de Santa Teresa, depois transferida para o Rincão do Pessegueiro, por temor da penetração bandeirante, pelo Mato Castelhana.

Essa penetração se fez, por este território, através da Coxilha Grande, quase em linha reta, de oriente a ocidente, dando contra as Reduções Orientais do Uruguai (Assunção, Apóstolos, etc.), ao contrário da penetração jesuítica, de ocidente para oriente, pelo mesmo divisor de águas, buscando fixar-se no coração do Rio Grande; a situação privilegiada do território passofundense foi, portanto, o fator marcante de sua história.

FLORA E FAUNA

A designação de Ibitiru ou Serra Negra, dada pelos indígenas à região de Passo Fundo, teve por motivo a abundância de Pinheirais e Ervais que enegreciam os seus albardões. Assim, pois há que se consi-

derar, em primeiro plano, a existência do Pinheiro (araucária) e do mate (*ilex paraguayensis*), chamado também congonha pelos indígenas (de co-guaiy ou caaguaí, igual a caá, erva, mais guai, beber).

Segundo Afonso Mabilde, abundava na região serrana o pau de bugre (ou aroeira preta), a guarapiapunha, a cabriúva, o angico, o tarumã, o cambará, o louro prêto, a guajuvira, o cedro vermelho, o ipê de várias espécies, o pau alecrim, a guanachinga, o guatambu, a peroba, a tapura, o louro sassafras, o tamburiqui, a timbaúva preta, etc.

Hemetério José Veloso da Silveira dá-nos a relação de mais as seguintes espécies vegetais: salsaparrilha, salsa moura, erva do bicho, poaia ou ipecacuanha, erva tostão, carrapicho, alfavaca, língua de vaca, mata pastos, erva touro, bardana, guaxuma, baririçó, mastruço, figueira do inferno, juá, guaco, picão, fedegoso, maçanilha, cina-cina, caroba, carobinha, japecanga, capororoca, sabugueiro, tajuja, umbu, cambará, suçuaíá, sete-sangrias, corticeira, etc.

Entre as árvores frutíferas, menciona: o araçazeiro, o araticum, o bacopari, a goiabeira, a pitangueira, o guabiju, o vaporeti, o sete-capotes, a jaboticabeira, a guabirobeira, a ubaia, a ginja, a cerejeira brava, o maracujá, o jerivá, o butiá, etc.

Fala-nos das flores silvestres: rosa branca, rosa escarlata, cebola ce-cém, açucena escarlata, maravilha, cipó-de-São-João, bico-de-papagaio, flor-do-maranhão, jasmim-do-paraguai, parasitas, etc., ao passo que nos campos havia: a macega, o sapé, o capim manso, o santa-fé, o capim-limão, o barba-de-bode, que era a praga dos campos, como hoje.

A fauna era riquíssima, registrando-se, entre os quadrúpedes, a onça, a suçuarana (leão baio), tamanduá-bandeira, tamanduá-mirim, o guará, o guaraxaim, jaguatirica, guaitica, mão-pelada ou guaxinim, gambá ou sarigüéia, ratão-do-mato, serelepe ou coati, ouriço, o zorrilho ou maritacaca, etc. Cita ainda Hemetério: o mono, o mico, a preguiça, a capivara, a anta, a irara, a ariranha, o rato-d'água, o cateto, o rato-do-banhado, o cágado, o jacaré, o sapo, a rã, o lagarto, a lagartixa verde do campo, a lagartixa branca, o escorpião, a aranha, bem como as cobras: coral, jararaca, papa-pintos, cascavel e, papagaio, periquito, caturrita, gralha, arara, corvo veado, cervo, etc.

Entre alados, faz menção dos seguintes: tucanos, pombas, nambu,

rôlas, jaó, macuco, jacu, jacutinga, papagaio, periquito, caturrita, gralha, arara, corvo prêto, corvo branco, caracará (ou carancho), o chimango, o gavião pequeno, gavião grande (o de penacho), mocho, corujas, pica-pau, urutau, perdigão, perdiz, codorniz, pato mergulhão, socó, marreco bravo, colheireiro, narceja, galinha-d'água, quero-quero, sara-cura, caça-peixes, maçarico (grande e pequeno), taã, avestruz, seriema, sanhaço, colibri, João-de-barro, tesoura, bem-te-vi, corruíra, andorinha, tico-tico, sabiá, patativa, araponga, curió, graúna, etc.

Cita, entre os peixes: lambari, traíra, jundiá, pacu, cascudo, grumata, etc. Tanto Hemetério como Mabilde falam ainda de salmão, dourado, piava, etc., (nos grandes rios).

Abelhas: jataí, guaraipó, mandori, mandaguaí, tubrina, iratim, mandaçaia, lixiguana, etc.

Conta Hemetério, entre os bichos nocivos: bicho-de-pé, pulga, percevejo, pernilongo, borrachudo, mosquito-pólvora, mutuca, vespa, marimbondo, môsca varejeira, carrapato, micuim, barata, traça, punilha, gafanhoto, saúva, formiga-mineira, formiga-miúda, besouros (sendo o pior o marangongo), o morpião ou piolho-de-lázaro, piolho-dos-cavalo, bicho-da-sarna, o grilo, etc.

Acrescentaremos que, na época jesuítica, grande era a praga das onças (que chegavam a atacar as aldeias indígenas), a dos gafanhotos, a das cobras, no mesmo passo que abundavam as varas de taiacus ou queixadas, que eram ativamente caçadas pelos índios.

Os pinhões eram abundantes e serviam de alimento aos indígenas, ao tempo da carestia invernal.

O que mais impressionou aos jesuítas foi a nossa mata de araucária. O Provincial Diogo de Boroa, que visitou a Redução de Santa Teresa, em Passo Fundo, no ano de 1633, bem o expressa na seguinte descrição:

“O pôsto (da Redução) é ameno, assim pela variedade dos arroios que o rodeiam, como pela multitude de pinheiros que o coroam, se bem que diferentes dos da Europa; porém, são, sem comparação, melhores e mais agradáveis à vista. Têm, de ordinário, cem a cento e dez pés de alto, direitos e redondos, como se fôssem torneados, sem que se encontre um só entre eles torcido. À medida que vão crescendo, vão caindo os ramos baixos que, de quatro, ou de cinco em cinco, saem a espaços, ao

redor do tronco, opostos uns aos outros e tão iguais que parecem talhados... São seus nós avermelhados, de côr afogueada, tão sólidos e duros que, depois de lavrados, especialmente ao tórno, quase competem com o marfim na pureza. Os frutos são umas pinhas, muito parecidas com as da Espanha, tão grandes e maiores que a cabeça de um homem, e os pinhões muito maiores que os grandes dentes de ursos. Não parecem tão saborosos como os da Europa, mas são de muito sustento e assentam bem no estômago..." (Biblioteca Nacional, Coleção de Angelis, Cod. Mss. I, 9, 7, 25, segundo Aurélio Pôrto, "Terra Farroupilha").

Na mesma Carta Ânua, o Padre Boroa fala da abundância da erva-mate, dizendo: "Tem outra comodidade o sítio desta Redução, que não a faz pouco apetecível aos índios, que é a de estarem junto à erva, que os naturais chamam coguay, de que geralmente usa tôda esta nação Guarani, e sem ela parece que não pode viver".

ESBÔÇO DAS MIGRAÇÕES INDÍGENAS PROBLEMA ETNOGRÁFICO

De três a cinco mil anos atrás, já dominariam o Brasil, procedentes do istmo do Panamá, diversas raças primitivas, da Idade da Pedra Lascada, classificados pelos etnólogos, como do grupo jê as quais, depois de se espalharem por tôda a América do Sul sofreriam, com o andar dos séculos, o influxo de outras raças, já mais adiantadas, quer vindas do istmo, quer, possivelmente, pela costa do Pacífico, desalojando os primitivos senhores de tôda a costa do mar e das ribanceiras dos grandes rios. Tal a hipótese em voga.

Diz Estêvão Pinto, em "Índigenas do Nordeste", volume I, página 126: "Os jês são os tapuias dos cronistas tradicionais. Viviam, provavelmente, em todo o trato costeiro do País, de onde foram expulsos pelos tupi-guaranis..."

Depois de mencionar que Karl von den Steinen divide os jês em cinco ramos, que foram reclassificados por Ehrenreich, informa que os jês ou gês passariam a dividir-se em primitivos e derivados.

“Os proto ou jês primitivos assinala à página 128 bifurcam-se em dois galhos, o setentrional e o meridional, estando o primeiro, por sua vez, repartido em três famílias (os burungues ou botocudos, os camacãs e os pataxós, e o segundo em duas (camés ou caingangues; chamados também coroados, e os bugres)”.

No Rio Grande do Sul, os jês primitivos são representados pelos caingangues, primitivamente conhecidos por guaianás, camés e ibirajaras.

À página 134, assinala Estêvão Pinto:

“Os caingangues, nome genérico dado por Telêmaco Borba às tribos jês meridionais, descendentes dos Guaianazes... tinham, ainda no século XVIII, o nome de guaianás. Estão compreendidos nesse grupo: os indígenas da bacia do Tibagi, do Piquiri, os de Guarapuava e de Palmas; os de San-Pedro, na vertente da Serra Central, próximos do rio Jabuti (Missões, República Argentina); os da aldeia Nhucorá, no Alto Uruguai (Rio Grande do Sul), os dos rios Paranapanema (São Paulo), os da margem esquerda do Uruguai, entre o rio Passo Fundo e o rio Vinacora (Santa Catarina)”.

Entre as raças mais adiantadas, que teriam desalojado os tapuias ou jês da costa do mar e das margens dos grandes rios, destacamos a dos tupi-guaranis.

Angyone Costa, profundo conhecedor das migrações indígenas, em seu livro “Introdução à. Arqueologia Brasileira”, página 151, escreve:

“No momento que marca a chegada dos navegadores portugueses ao litoral, dominavam a costa, em marcha ascendente, os tupi-guaranis, que haviam impelido as tribos inimigas para a parte central do continente. Os povos do tronco tupi, falando a mesma língua, impunham seu comando, sem solução continuidade, por toda a extensa região da costa, que se prolonga do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, e adotavam diversos nomes, de acordo com as condições locais. Eram assim, potiguaras, tupiniquins, tabajaras, caetés, tupinambás, tupinaéns, temiminós, tamôios, carijós e tapes”.

Traça, à página 175 (e seguintes), o quadro etnográfico sul-brasileiro, ao tempo da conquista:

“No momento em que a expedição oficial de Martim Afonso de Sousa desce de São Vicente à procura da bacia do Prata... os Guaranis eram donos de tôda essa costa, desde a barra de Cananéia até as campinas que seriam mais tarde a Capitania do Rio Grande de São Pedro... A terra, por aquelas bandas, se aplaina, a Serra do Mar atenua o seu enrugamento e vai morrendo, até estender-se nas ondulações do pampa. Pero Lopes de Sousa conheceu de contorno essas terras e pôde chegar lá em baixo, onde as matas se abrem numa clareira, envolvendo as águas agitadas da Lagoa dos Patos... No momento da chegada do nobre português, nessas terras, predominavam, em luta com os vizinhos, as tribos Arexãs. Povos valentes, belicosos, levavam a guerra aos que, para adiante, lhes disputavam a posse dos caminhos”.

Acrescenta:

“Ao lado, os charruas e guaianazes, tribos que se entredevoravam, na disputa das terras. Mais para o centro, nas coxilhas interiores, dominando vastas extensões de um império que, pela continuidade, se tornava invencível, os guaranis, valentes índios guerreiros, firmavam sem contestação seu poder”.

Depois de mencionar o território ocupado pelos guaranis, desde a bacia do Paraná até a costa atlântica, sob diversas designações, diz o autor, à página 177:

“Dentre as nações distintas que nessa região viviam, os guaianazes e os carijós são os mais conhecidos. Metraux distingue entre guaranis e carijós, mas Garcia (Rodolfo) coloca-os como família à parte...”

Vejamos ainda:

“Conforme estudos de Antônio Serrano, nos sambaquis da costa rio-grandense, Mampituba, Torres, Bolaxa escreve o conceituado historiador Walter Spalding (Gênese do Brasil Sul, 13) foi tôda essa costa oceânica habitada por índios guaranis. Mas, ao sul, entretanto, na zona da Lagoa Mirim, serra do Erval, Vale do Camaquã e mais para o norte até Pôrto Alegre, residiam os charruas”.

Aurélio Pôrto, que melhor tratou do assunto, em nosso Estado, informa que os caaguás, habitantes de São Francisco de Paula, seriam os remanescentes puros da raça jê, confinados às selvas de Cima da Serra,

sendo designados guaraníticamente pela alcunha de Iraiti-Inhacamé (Camés, possivelmente).

Depois de atribuir aos tapes mescla jê-guarani, dá aos ibiaçaguaras, habitantes da região colonial e serrana até o Alto Uruguai, uma só origem jê, pouco distinguindo entre êles, a despeito de diferenças visíveis, por exemplo.

De um lado, ibirajaras, caamoguaras, de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, nitidamente guaianás (como também os caaguás de São Francisco de Paula; e, de outro, as demais parcialidades da região de Ibiaçá (Ibia), designadas por ibianguaras, caatiguaras, guaibeguaras, etc., dominadores da margem norte do Guaíba e vale do Jacuí até o Planalto Serrano, aos quais os portugueses, segundo os cronistas, chamavam carijós ou patos, mas que Aurélio Pôrto, com outros autores, negando-lhes essa identidade, afasta-os dos estudos rio-grandenses, dando-lhes a divisória do Mampituba.

Aurélio Pôrto, em “Terra Farroupilha”, tratando dos primitivos habitantes do Rio Grande do Sul, depois de afirmar que os índios araxãs seriam os mesmos tapes, encontradiços nas margens da Lagoa dos Patos, argumenta, no capítulo “Grupo Tape”:

“Outra nação que alguns historiadores colocam nessa região do território rio-grandense, por visível êrro de deslocação toponímica, é a dos carijós, também denominados patos. Já vimos acrescenta o autor que os carijós lindavam com os ibirajaras, ao norte, pelo Mampituba. E o êrro que deu margem a essa afirmação provém da cartografia antiga que deslocou a denominação de Laguna de los Patos (Laguna) para o Rio de São Pedro (Rio Grande). E como os carijós, ou patos, demoravam pela Laguna de los Patos, quiseram os cronistas situar na hodierna Lagoa dos Patos o habitat dêsses índios, que só penetrariam em território rio-grandense quando das guerras que levavam a seus fronteiriços inimigos, os ibirajaras, ou quando, com os aliados paulistas, fazendo parte das bandeiras, salientavam-se como preadores de tapes”.

Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 157 (e seguintes), não se conforma com essa explicação, e dá como região dos patos ou carijós a que se situa entre Laguna e Guaíba.

Também o Padre Inácio de Sequeira, que estêve em contato com

esses índios, em 1635, informa (Serafim Leite, “História da Companhia de Jesus no Brasil”, VI, 494 e seguintes):

“Ê a nação dos carijós a última, de tôdas as do Brasil, que habita para o sul... Estende-se o distrito dêste gentio por espaço de 160 léguas por costa que corre de nordeste a sudoeste que tanto se contam desta ilha de Santa Catarina até o Rio da Prata, e vai entestar com os charruas; e de oriente a poente, ficam metidos os carijós entre dois paralelos, que os cingem, pelo oriente, o Mar Oceano, e pelo poente, uma nação mui fera de tapuias, que chamam guaianás”.

E acrescenta:

“Assim viveram sempre os carijós, fechados, sem nunca poderem ganhar mais terra que a em que nasceram, porque o mar antes a come... contudo, não é esta manta de terra tão estreita que não se alargue a lugares, por espaço de 150 léguas”.

E o Padre Sequeira esclarece mais que suas terras, em Santa Catarina, ao norte, “se ficam levantando às nuvens; e, daqui para o sul, trocando as serras em campinas e o arvoredo em relva, se vai acamando e arrasando, de maneira que fica quase ao lume da água do mar, pôsto que para o poente, se levanta mais o lado, cobrindo-se juntamente de algum arvoredo raso...”

Vejamos:

A terra dos carijós ou patos, segundo êsse jesuíta, penetrava pelo interior de Santa Catarina, cêrca de 150 léguas, ou seja, mais de 900 quilômetros (o que parece exagerado), até entestar com os guaianás. Daí para o sul, as serras “se vão acamando e arrasando” até quase ao nível do mar. Ora, essa descensão não se processa no Estado de Santa Catarina, mas sim já em terras gaúchas, até a baixada do Jacuí, onde êsses índios, segundo os cronistas, também iam comerciar escravos com os Paulistas que, entrando pela barra do Rio Grande, Lagoa dos Patos e Guaíba, subiam pelo mesmo Jacuí.

REGIÕES ETNOGRÁFICAS

Em sua magnífica “História das Missões Orientais do Uruguai”, volume I, páginas 47 e 48, descrevendo as três regiões etnográficas ou Províncias Jesuíticas, Aurélio Pôrto, saudoso e extraordinário investigador do nosso passado, escreve o seguinte:

PROVÍNCIA DO URUGUAI (ÍNDIOS GUARANIS)

“Dentro do atual território rio-grandense, a Província do Uruguai, etnograficamente considerada e assim designada pelos primeiros penetradores brancos, lindava com a do Tape pelas fraldas mais meridionais da serra do Mar, indo até as nascentes setentrionais do Jacuí. E daí, pelas cabeceiras do Uruguai-pitã, hodierno rio da Várzea (Pôrto grafa, por lapso, turvo, mas escreve certo em seu “Dicionário Enciclopédico do R. G. do Sul”, verbetes “Aborígenes” e “Abanheen”); ia até o Uruguai, limitando-se por êle com a Província do Guairá (fora do Rio Grande do Sul)...Compreendidas nessa província ficavam as regiões de que eram caciques supremos Tabacã e Nheçu. A primeira se estendia do Ibicui ao Ijuí, e a segunda, desde êste rio até o Uruguai-pitã. Do sul do Ibicui até o Prata, limitando-se com a Província do Tape, dominavam os Guaicurus do Sul...”

PROVÍNCIA DO TAPE (ÍNDIOS TAPES)

“A Província do Tape diz o autor ficava entre as do Uruguai e Ibiacá. A norte e leste, dividindo-se com esta última, tinha por limites o curso do Jacuí, desde suas nascentes mais setentrionais até a Lagoa dos Patos. A sul e oeste, extremava-se da Província do Uruguai pela serra Geral, desde a secção ainda hoje denominada serra dos Tapes até as origens do Jacuí. Dominavam os tapes tôda essa vasta região abrangida pela serra Geral, cujos últimos contrafortes, a oeste, iam morrer entre os rios Ibicuí e Itu, isto é na coxilha do Boqueirão, ponto inicial da primeira penetração do Padre Roque Gonzales, no Tape”.

Acrescentamos a essas indicações de Aurélio Pôrto a observação de que dita província ocupava também mais ou menos a metade da

serra do Butucaraí, parte ocidental, sendo ainda problemático que se estendesse até a Lagoa dos Patos (chamada Upava pelos indígenas), pois que os araxãs, dados por tapes, pelo autor, não passavam de carijós ou mesmo charruas.

Isso vem corresponder, mais ou menos, ao estudo de Olyntho Sanmartin, em sua obra “Bandeirantes no Sul do Brasil”.

PROVÍNCIA DE IBIAÇÁ

“A Província de Ibiacá deveria estender-se desde Laguna e as cabeceiras do Pelotas (rio Uruguai), baixando pelo afluente do Uruguai o Uruguai-pitã, antigo Paricaí; por êste atingindo as cabeceiras mais setentrionais do Jacuí e todo o seu percurso, até a Lagoa dos Patos, canal do Rio Grande e o litoral até seu ponto inicial, na Laguna”.

Aurélio Pôrto estende demasiadamente esta província, a oeste, levando-a até o Alto Jacuí, quando não ultrapassava a serra do Butucaraí, ocupando-lhe a parte oriental.

LOCALIZAÇÕES ETNOGRÁFICAS

Escreve o informadíssimo Olyntho Sanmartin (“Bandeirantes no Sul do Brasil”, 15 e seguintes), informando sobre as localizações indígenas, conforme as parcialidades raciais: “A classificação de Antônio Serrano sofre diferenciação dos demais etnólogos. Confirma a existência de três grandes nações na antiga Província do Uruguai, que são: Setentrional (guaianá), Central e Oriental (tupi-guarani), e Meridional (chaná-charrua)”.

Isso, porém, não desmente Aurélio Pôrto. Os chanás-charruas ficavam ao sul do Ibicuí, limite da referida província; e os guaianás, no Alto Uruguai, a leste do rio Uruguai-pitã ou Várzea. Dentro desse limite não podia ter havido intercalações de guaianás, como parece concluir Serrano. Não compreendemos a classificação dos caarós como guaianás. Preferimos, nesse ponto, estar com Aurélio Pôrto, dando-os como guaranis.

IBIAÇÁ OU IBIA?

Sobre a Província de Ibiacá, de que nos fala Aurélio Pôrto, há observações que fazer quanto à propriedade dessa designação.

Sanmartin examina detidamente o assunto, em sua nota n.º 10, obra citada, e conclui que Ibiacá era o Guaíba, acrescentando judiciosamente: “Nem admira que, pela incerteza mesma de sua verdadeira situação, Mbiacá designasse, naqueles tempos primordiais, quase tôda a zona marítima, a região das vertentes orientais da serra Gerai, talvez desde Laguna até a Lagoa dos Patos, parecendo assim, às vêzes, como uma Província do Mbiacá”.

Ibiacá, por certo, devia ser uma parte da vasta região denominada Ibia, que compreendia o planalto e a serra, desde o vale do Jacuí até o Pelotas-Uruguai, ao norte. Aurélio Pôrto e outros autores, inclusive Teschauer, desfazendo o significado de Ibia (terra alta, penedias, etc.), dão-lhe o designativo de “caminho do rio”, fato que fez Aurélio Pôrto incorrer em inexactidões, inclusive quanto ao caminho das bandeiras, no Rio Grande do Sul.

Tais autores denominavam dita região Província de Ibiacá e designavam seus habitantes ibiaçaguaras.

Ibia, segundo Batista Caetano, que é a maior autoridade na matéria significa, na apropriada e sugestiva língua guarani, “terra erguida, barranco, ladeira, terra a pique”. Ê, aliás, a característica da terra alta, montanhosa, da vasta região a que aludimos.

Ibiacá é um composto, assim como Ibiamon. Segundo o mesmo Batista Caetano, ça (de eça), tem significação de “corda, liame, articulação, juntura, fio, seguimento; e como adjetivo, “amarrado, prêso, ligado, seguido, etc.”. E sua significação, com ibia (Ibiacá) só pode ser “região ligada ou que faz parte de ibia”.

Ibiamon, na exata interpretação de Aurélio Pôrto, também significa “junto, ligado, pegado a ibia”.

Logo, tanto ibiacá como ibiamon, serão partes de ibia.

Pôrto restringiu, porém, ibia geograficamente à região do rio Piaí, corrente conhecida antigamente por Ibiaí, ou “rio de Ibia”. Ora, quanto a ser um rio de Ibia, está certo, mas interpretar ibia como confinada a êle, está errado.

Basta atentar à morfologia linguística para verificarmos que o termo *ibia* se contém em *ibiaçá*, em *ibiamon*, etc., sendo, portanto, mais extenso e geral o seu significado.

Assim como sucede em lógica, à que está ligada a ciência da linguagem a compreensão de uma idéia está na razão inversa de sua extensão. A idéia de homem, por ser mais simples, é mais geral que a de homem branco. O termo *Brasil*, por ser mais simples que *Brasília*, *brasileiro*, *brasileiridade*, tem uma compreensão mais vasta e está contida em tôdas as três outras que dela derivam.

Isso vale para o guarani como para tôdas as línguas, porque, como sabemos, a linguística é considerada *Ciência Natural*, que se aplica a todos os povos, explicando leis de caráter universal, como, por exemplo: o monossilabismo, a aglutinação e a flexão não passam de estágios evolutivos, mediante os quais podemos inferir do desenvolvimento de uma língua.

IBIANGARAS E IBIAÇAGUARAS

Pelos mapas da época, bem como pelas referências jesuíticas, *Ibiaçá* deu margem a muitas discussões. Diz J. A. Padberg, conforme nota n.º 10, página 23, de “*Bandeirantes no Sul do Brasil*”, de Sanmartin: “Nem admira que, pela incerteza mesma de sua verdadeira situação, *Mbiaçá* designasse, naqueles tempos primordiais, quase tôda a zona marítima, a região das vertentes orientais da serra Geral, talvez desde Laguna até a Lagoa dos Patos, parecendo, assim, às vêzes, como uma Província de *Mbiaçá*”.

Ibiaçaguaras é a designação de seus habitantes.

Os habitantes de *Ibia* ou Província de *Ibia*, erroneamente chamada Província de *Ibiaçá*, são designados por *ibiangaras* ou *ibianguaras*. Dentro dessa Província estavam incluídas as regiões de *Ibiaçá*, *Ibitiru*, *Caamo*, *Caaguá*, etc. Aos habitantes dessas regiões podemos chamar *ibiaçaguaras*, *ibitiruguaras*, *caamoguaras*, *caaguaras*, etc.. ou, genericamente, *ibiangaras*, por pertencerem à mesma província jesuítica.

Temos preferido esta última designação ibiangulars porque é difícil determinarmos especificamente os elementos que intervieram nas ações que historiamos, tal é a escassez de dados sôbre tal ponto, assim como notória é a divergência entre os autores.

REGIÕES ETNOGRÁFICAS DE PASSO FUNDO

Três eram as regiões etnográficas do território passofundense: Curiti, Cariroí e Ibitiru.

Curiti, primitivamente, devia estender-se do arroio do Erval até o Povinho da Entrada, em linha oeste-leste, sendo habitado pelos índios tapes ou guaranis; o seu limite ao sul era a corrente do Jacuí, e, ao norte, as nascentes do rio da Várzea, então chamado Paricaí, no distrito de Bela Vista e as alturas da vila de Coxilha.

O Cariroí incluía o Mato Castelhana (então chamado Mondecaá) e o Campo do Meio (Cariroí, propriamente dito), e era habitado pelos carijós ou ibiaçaguaras, também chamados ibiangulars. Ocupavam tais índios, portanto, a parte oriental do município.

O Ibitiru era a região dos índios guaianás ou caingangs, tomando tôda a região norte do município, duma linha entre as localidades de Bela Vista e Coxilha, para cima. Êsse limite era sempre incerto e muito disputado entre os guaianás e os tapes, seus ferrenhos inimigos. Aliás, os guaianás costumavam hostilizar os carijós ou ibiaçaguaras, fazendo-lhes ataques de surpresa, a longas distâncias, penetrando fundo no território de seus inimigos.

Do território passofundense, pois, partiam as linhas divisórias das três províncias etnográficas do Estado, indicadas por Aurélio Pôrto.

Êste é um fato expressivo, que bem atesta a importância da conformação geográfica municipal, no centro do divisor de águas entre as bacias do Uruguai e do Jacuí, e possuindo como passagem obrigatória o famoso Mato Castelhana que, situado no centro-norte do Estado, dividia a faixa setentrional rio-grandense em duas partes iguais: a ocidental e a oriental. O Mato Castelhana ou Mondecaá dos índios desempenhou função histórica das mais relevantes.

A Província de Ibia (que propomos em vez do impróprio Ibiacá) cobria o norte e o leste do município, tendo como divisa o rio Capingui ou Taquari, o Mato Castelhana e as bacias do Uruguai-mirim (Passo Fundo) e Uruguai-pitã (Várzea, antigo Paricaí) margem oriental dêste rio.

A Província do Tape começava no Povinho da Entrada ou Povinho Velho (Nascentes do Jacuí) estendendo-se para oeste até as pontas do rio da Várzea, e daí, para o sul, até o rio Jacuí, por um dos seus afluentes, o Eral.

A Província do Uruguai penetrava em território passofundense pelo ocidente até o rio da Várzea (zonas de Bela Vista e Pulador).

Olyntho Sanmartin, informado autor de "Bandeirantes no Sul do Brasil", dando aos índios do Caaró, região dos Ijuís, como sendo guaianás, parece sintonizar com Aurélio Pôrto, quando dá o feiticeiro Ibapiri para aquela região, muito embora tal pajé fôsse carijó, e habitante do Cariuí, lugar que identificamos como zona do Campo do Meio.

Sanmartin traça um excelente mapa etnográfico, contido na mesma obra, onde se verifica a existência de uma linha do Ijuí até o Alto Jacuí, estabelecendo ao norte dessa linha a possessão dos guaianás. Isso daria o território passofundense, ao tempo das primeiras entradas jesuíticas, como ocupado pelos guaianás.

Isso parece demonstrar que o território de Passo Fundo teria sido, primitivamente, habitado por êsses índios, assim como os municípios vizinhos, onde ainda se encontram vestígios dêles, como parece indicar Antônio Serrano, em cujas hipóteses se louva Sanmartin.

Todavia, os índios tapes deviam ter conquistado grande parte do território passofundense, bom tempo antes da chegada dos jesuítas.

Aurélio Pôrto, em "História das Missões", I, 47 e 48, traçou os limites entre as Províncias de Ibiacá (habitada por guaianás e outras parcialidades), de Uruguai e do Tape (habitadas por guaranis, incidindo elas no rio Uruguai-pitã (atual Várzea e primitivo Paricaí, que nasce em Passo Fundo. Menciona ainda êsse autor, na mesma obra, página 55, as tremendas lutas que se travavam entre tapes e ibirajaras (que são os mesmos guaianás), "seus vizinhos".

A descrição feita da região de Santa Teresa (em Passo Fundo) pelo jesuíta Nicolau del Techo, dá as seguintes designações locais, em 1634:

Igaí, Ibitiru, Mondecaá, etc., nomes fornecidos, sem dúvida, pelos índios locais, acusando isso sua origem guaranítica, pois tal era a dos tapes, dominadores dessa zona, ao tempo das entradas missionárias.

Verificamos, ainda, que o rio Passo Fundo, naquela época, era designado, no trecho passofundense, por Curitiba ou Curiti, nome guaranítico (veja-se Milliet de Saint Adolphe), ao passo que o curso restante desse rio, mais para o norte, era denominado Goioen, acusando procedência guaianá ou caingang.

Diga-se, entretanto, que posteriormente, isto é, no século 18, os caingangs, com a retirada bandeirante, invadiram todo o território passofundense e mesmo os territórios vizinhos, reocupando, assim, seus antigos domínios, penetração essa que deveria ter começado em fins do século 17.

É possível que alguns vestígios deixados por esses índios tenham datado dessa época, e não dos tempos primitivos da ocupação guaianá.

CARIJÓS E IBIAÇAGUARAS

Como diz Paulo Montegazza, na seguinte citação do Marechal Rondon:

“Classificar numa ordem natural os indígenas da América do Sul é um dos mais árduos problemas da etnografia; e de quantos já o tentaram, o mais afortunado é aquele que cometeu o menor número de erros” (Prefácio ao livro “Índios do Brasil”, de Lima Figueiredo).

Entre os índios serranos, os que constituem o maior problema para a etnografia são os guaianás e os carijós.

Os guaianás são classificados como tupi-guaranis por Varnhagen, Romário Martins, Lima Figueiredo, etc., enquanto outros autores, como Estêvão Pinto, Angyone Costa, Aurélio Pôrto, etc., enquadraram-nos entre os jês primitivos. É certa hoje a universalidade desta última opinião, mas isso à custa de muitas investigações e trabalhos.

Mas é a respeito dos carijós que se expenderam as mais contraditórias afirmações, como veremos.

Falando sôbre os guaranis, Alcides D'Orbigny, em "O Homem Americano", Buenos Aires, páginas 366-367, informa sôbre seu habitat, referindo-se aos cários, interpretando-se que eram os mesmos carijós:

"Temo-los visto (aos guaranis), em Corrientes, na confluência do Paraguai e do Paraná, onde se chamam tapes, e formavam antes, como ainda hoje, a massa da população. É sabido quão numerosos eram no território ocupado hoje pela capital do Paraguai, onde, desde os tempos da conquista, são mais geralmente conhecidos pelo nome de cários. E, afinal, Alcides D'orbigny pode estar com a razão.

A própria fantasia tomou conta do assunto. Os referidos cários são mencionados por Paulo Setúbal, brilhante cronista, em seus "Ensaio Históricas", capítulo "Origens dos Indígenas do Brasil", transcrevendo êsse trecho do austero Varnhagen:

"O fato dos selvagens do sul se chamarem earys, de se denominarem carijós (cariões, escreve o cronista Herrera) e de se designarem, como honra, por êsse nome, aos europeus que aqui aportavam como amigos (de onde proveio caryoca) nos deu a suspeita de que os antigos emigrantes teriam êsse nome. E hoje temos quase a convicção de que houve efetivamente para o Brasil uma grande emigração dos próprios cários".

Lima Figueiredo, nos citados "Índios do Brasil", 2.ª edição, páginas 149-150, escreve:

"É deveras curioso como se explica a origem dos carijós. Naufragando nas proximidades da ilha de Santa Catarina, um navio português, seus tripulantes conseguiram atingir a terra, então campeada pelos índios guaranis. Entre os náufragos, contavam-se o português Henrique Montes, o castelhano Melchior Ramires e o prêto Francisco Pacheco, além de outros. Como sucedeu a Caramura e a João Ramalho, êsses homens resolveram unir-se às índias, adotando nôvo regime de vida. Resultou dêsse fato um nascimento enorme de mestiços mamelucos e cafuzos que de algum modo alterou o aspecto dos indígenas, que passaram a constituir uma sub-raça, com a denominação de carijó (caryoca) que, segundo Lucas Boiteux, significa "arrancado do branco, mestiço". Daí vem o costume de chamarmos carijó às galinhas de coloração preta e branca".

Essa mestiçagem efetivamente sucedeu, porém mais tarde, com elementos paulistanos, mas tais índios já eram, de há muito, chamados carijós (vejam-se as cartas de Anchieta, Nóbrega, etc.).

Paramos por aqui, porque é extensa a lista das coisas que se disseram sôbre êsses índios.

No que tange aos índios serranos, impõe-se uma reclassificação, começando, aliás, pelo restabelecimento da identidade entre carijós e ibiaçaguaras (da região de ibiaçá, parte da Província de ibia, comumente chamada pelo primeiro nome que, propriamente designava os vales do Taquari-Anta-Jacuí, identidade rompida por Aurélio Pôrto e outros autores. Mas, cautelosamente, não remontamos às origens, atentos à observação de Montegazza. Vejamos em que bases podemos tentá-la:

1.º) Era costume, conforme a região e a época, e ainda consoante às interpretações dos primeiros informes receber uma nação aborígine tantos nomes quantas as informações registradas. O mesmo pode ter sucedido com os carijós, que não seriam uma exceção à regra, ainda mais que os contatos com êles foram feitos, de um lado, pelos portugueses, na costa atlântica, começando por Cananéia, onde receberam o primeiro batismo; e de outro, pelos jesuítas espanhóis, na bacia do Jacuí-Taquari-Antas, recebendo o nome de ibiangaras ou ibiaçaguaras. A mesma nação pode ter sido, assim, carijó para os portugueses e ibiaçaguaras para os espanhóis, ainda mais quando êsses civilizados falavam línguas diferentes, e sentindo também diferentemente os problemas indígenas.

2.º) Os índios do Ibiaçá, ou seja os ibiaçaguaras, como vemos em Pôrto, falavam a mesma língua dos carijós o guarani o que não acontecia com o guaianá, ligada por Aurélio Pôrto aos habitantes de Ibia. Os Padres Francisco Ximenes, João de Salas, Luís Ernot, Cristóvão de Mendonça e outros, entendiam-se com êles, falando a língua dos guaranis, que aprenderam nas obras de Montoya. Nada referiram êsses padres em contrário, como aconteceu com o Padre Francisco Dias Tanho que logo acusou a diferença, quando tratou com os guaianás. Prova ainda de que falavam a língua dos carijós (guarani) está em que a região dos ibiaçaguaras está recheada de nomes guaranis, como se vê da seguinte toponímia: Mboapari (rio das Antas), Tebicuari (rio Taquari), Caramataí (rio Gravataí), Mbocariroí (rio Guaporé), além de outros nomes

guaranização que se estende à região dos mesmos guaianás, por onde costumavam passar os citados carijós para ganhar à costa catarinense, como, por exemplo: Caaguá (São Francisco de Paula), Caamo (Vacaria), Caamome (Lagoa Vermelha) etc. Também o nome próprio de seus principais eram da língua dos carijós (guarani), como por exemplo: Nacé, Ibapiri, Jaguacáporu, Jaguarobi, etc., o que não acontecia com a toponímia e nomes próprios dos guaianás, ligados por Aurélio Pôrto aos ibiaçaguaras, dando uns e outros como pertencentes à Província de Ibiacá (unidade racial).

3.º) As razões de Aurélio Pôrto e outros autores sôbre Laguna de Los Patos, dando-lhe exclusividade catarinense, merecem consideração, principalmente depois da esplêndida investigação de Olyntho Sanmartin “Bandeirantes no Sul do Brasil”), apresentando farta documentação, inclusive cartográfica. Mas isso não impede que o topônimo, na época, ganhasse uma extensão bem mais ampla que a da região leste de Santa Catarina. Era por Laguna que os paulistas penetravam, primeiramente, em solo catarinense, vencendo o planalto para a preia de carijós. Era conhecida dos bandeirantes a passagem do rio Pelotas, por Santa Vitória (Aurélio Pôrto, “História das Missões, I, 143 e 196), pela qual ganhavam também o planalto rio-grandense. Entravam ainda pelo estreito do Rio Grande e atual Lagoa dos Patos, fazendo seus contatos com os ibiangaras (ibiaçaguaras, para Pôrto), objetivando o comércio de escravos. Vemos que os paulistas podiam entrar ao mesmo tempo (como de fato aconteceu), tanto pelo norte como pelo sul. Chamavam Rio Grande ao rio Guaíba e vinham por êle à preia dos mesmos carijós, que só podiam ser os mesmos ibiaçaguaras. Assim, podiam os paulistas considerar todo o sertão gaúcho e catarinense como região dos Patos ou dos Carijós, o que é compreensível quando se sabe que os bandeirantes pecaram sempre pela imprecisão toponímica, o que tanto lamenta o Dr. Alfredo Ellis, em “Bandeirismo Paulista”, a ponto de não poder êsse autor identificar ao certo onde ficavam os índios bilreiros, se em Minas, como queria Washington Luís, se ao sul do Tietê, como dizia Simão de Vasconcelos, ou no Tocantins, como afirmava o Padre Antônio Raposo, ou ainda no Paraná, como esclareceu Rodolfo Garcia, por quem optou o autor (ibidem, capítulo VI). E, segundo parece, por todos êsses luga-

res andaram os tais bilreiros, inclusive em Passo Fundo, como informa Aurélio Pôrto, não sendo outros, afinal, senão os mesmos ibirajaras ou guaianás.

Releia-se, enfim, a descrição da terra dos Carijós, pelo Padre Sequeira, atrás mencionada: serras que alcançam as nuvens, em Santa Catarina, e que, correndo para o sul, “vão se acamando e arrasando”, até quase “ao lume das águas do mar” o que de fato sucede com a região serrana do Rio Grande do Sul, até alcançar a baixada do Jacuí, onde sabemos que os paulistas faziam tráfico de escravos com os ibianguaras (ibiaçaguaras, para Pôrto).

Claro, pois, se nos afigura que os carijós dos portugueses eram os mesmos ibiaçaguaras, de que nos fala Pôrto, com base nos documentos dos jesuítas espanhóis.

DIFERENCIAÇÕES ETNOGRÁFICAS

Tentada, em rápidas linhas, a identidade de carijós e ibiaçaguaras, passemos a demonstrar em que eles divergem dos guaianás (ibirajaras, bilreiros, camés, caingangs, etc.), em oposição à tese de Aurélio Pôrto, que dá êsses grupos como integrantes da família ibiaçaguaras (habitantes de Ibiacá, aliás, Ibia, entre o vale do Jacuí e o Pelotas-Uruguai).

Esclareça-se:

Damos como guaianás os antigos dominadores do Alto Uruguai, desde o rio da Várzea até os Aparados da Serra. E como carijós, os senhores das bacias do Taquari, Antas, Caí e Jacuí, até o planalto que divide as bacias do Uruguai e do Jacuí (guaibeguaras, caatiguaras, etc.).

NÃO ERAM PUROS GUAIANÁS

Os carijós (ibiaçaguaras) não eram puros guaianás, não podendo, portanto, ser classificados no grupo ibiaçaguara, como queria Aurélio Pôrto.

Vejamos as diferenças:

1.º) Os carijós ou ibiaçaguaras falavam o guarani. Sobre isso, veja-se o contato corrente que os jesuítas espanhóis mantiveram com eles, na expedição do Padre Francisco Ximenes, a que nos referimos no capítulo anterior, e mais dados contidos no item 2.º. Os guaianás falavam a língua dos atuais caingangs veja-se o mesmo item, a respeito da menção do Padre Dias Tanho. Toponímia diferente: veja-se no mesmo item.

2.º) Os carijós ou ibiaçaguaras praticavam a antropofagia ritual ou guerreira, como podemos verificar no relato do Padre Inácio de Sequeira (“Derradeira Missão aos Patos”, vol. VI, “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Serafim Leite), e sabemos que os guaianás ou caingangs não praticavam a antropofagia (veja-se “Revista do Museu Júlio de Castilhos”, n.º 6, página 232, compilação de Dante de Laytano).

3.º) Inimizade profunda entre carijós e guaianás, que se pode explicar pela tradição ou pelo complexo racial.

4.º) Os carijós tinham os seguintes hábitos e aquisições culturais dos guaranis: abatiam a caça e davam-na para as mulheres, a fim de prepará-la; os guaianás preparavam a caça que eles mesmos abatiam.

5.º) Os carijós moqueavam a caça, ao passo que os guaianás a cozinhavam em covas revestidas de pedras.

6.º) Os carijós sopravam os seus membis (flautas), com a boca, enquanto os guaianás o faziam com o nariz.

7.º) Os carijós faziam suas flechas de guerra com pau alecrim, ao passo que os guaianás usavam o guatambu.

8.º) Os carijós dormiam em rêde, ao passo que os guaianás o faziam no chão forrado de folhas, ou em giraus.

9.º) Os carijós usavam tacapes, que moviam com a destra, enquanto os guaianás usavam grandes clavas, que manejavam com ambas as mãos.

10.º) Os carijós eram polígamos, enquanto os guaianás tinham por hábito a monogamia.

A respeito dos pontos acima, vejam-se os estudos de Estêvão Pinto (“Indígenas do Nordeste”), e o que coletou Dante De Laytano a respeito dos caingangs e guaianás, (“Revista do Museu Júlio de Castilhos”, n.º 6).

NÃO ERAM PUROS GUARANIS

Vejamos, todavia, em que os carijós ou ibiaçaguaras se diferenciavam dos guaranis.

Embora guaranizados, eram ancestralmente ligados a seus tradicionais inimigos, os guaianás, que não falavam o guarani, como anotaram os jesuítas espanhóis e como também observa Pôrto. Êsse parentesco é observado “não através da língua”, mas sim pelas suas crenças, que eram as mesmas, adotando a êste respeito os mesmos nomes para a designação de seus deuses, duendes e “espíritos assessores”.

Tinham divindades guaianás, como Tópen (deus bom), Det Cori (deus mau), Acupli (almas), etc., de que tanto se valiam seus feiticeiros. Os guaranis assinalaram-se pela crença em Tupã, deus do trovão, com atribuições específicas, diferenciadas do Tópen dos guaianás.

Extensa é a lista dos duendes guaranis, e seria ocioso citá-la, bastando mencionar Caopora, Saci, Anguera, Urutau, etc., inexistentes nas credences do grupo jê, alguns dos quais adotados pelos carijós.

Êstes, no tocante a certos duendes, davam-lhes nomes guaranis (embora não acreditados entre os índios guaranis) e assim tinham deidades especiais com os nomes de Jaewa-Capuru, Japepoieca, Itaquecías, Ibipitas ou Ibitipós. E a si mesmos os feiticeiros carijós designavam-se guaraniticamente Apicairés, Hieroquiaras, etc., embora se distinguissem dos feiticeiros guaranis, pelos rituais e costumes.

Os guaianás não atestavam êsse grau de evolução.

TRAÇOS ETNOGRÁFICOS MIGRAÇÕES

O Rio Grande do Sul, que era povoado pelos ancestrais dos guaianás (primitivos jês, foi sendo tomado pelas hordas guaranis que, depois de atravessarem o Brasil Central, tinham-se estabelecido na bacia para-no-paraguaia (Angyone Costa).

De lá, pois, em época pré-histórica, devia ter partido a conquista guaranítica, que buscava dominar a bacia do Prata e principalmente as do Uruguai-Jacuí, penetrando fundo no território gaúcho.

A despeito da resistência dos primitivos jês, a penetração guaranítica foi incontrastável, talvez pelo terror que inspiravam os guaranis pelo seu hábito de antropofagia guerreira costume, aliás, que parece atenuar-se em algumas de suas parcialidades, como a dos tapes, simbiose já explicada pelas vicissitudes históricas e sociais de outras raças.

Impuseram os guaranis seus hábitos e costumes, e a tal ponto que obscureceu a cultura proto-guaianá.

Diz o preclaro Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 63, que os tapes não eram guaranis, e que deviam ter sofrido a influência desses dominadores. Diríamos melhor, talvez, que embora fossem guaranis, sofreram também o reflexo da cultura primitiva e autóctone (como, por exemplo, ausência de antropofagia), fenômeno, aliás, comum na História e na Etnografia. Que eram guaranis, parece prová-lo a tradição antiga de sua identidade com esta raça.

Quanto à penetração charrua a terceira raça encontrada no Estado deve ter-se dado quase à mesma época da guarani, provindo ela, segundo alguns autores, das regiões do Chaco, apossando-se da bacia do Prata, primeiro (onde deviam ter resistido ou desalojado a leva guaranítica). Mais tarde, vieram estabelecer-se na campanha gaúcha.

As demais tribos, relacionadas pelos autores, como guenoa, chaná, iaró e minuana pertenciam ao ramo charrua, cujo tronco é dado como sendo o grupo Guaicuru do Sul.

Quando os jesuítas, em 1626, pisaram pela primeira vez o território do Estado, pelo oeste sem mencionar os precursores levantinos, de origem portuguesa acharam os tapes e guaranis senhores da bacia oriental do Uruguai, a do Jacuí, até a Lagoa dos Patos, chamada Upava pelos índios; os guaianás demoravam no Alto Pelotas-Uruguai, desde o rio da Várzea até os Aparados da Serra, e os charruas na fronteira-sul com a República do Uruguai.

OS TAPES

Os tapes eram os mesmos guaranis, com designação local, e, por isso, sua língua e costumes semelhavam aos dos tupis, muito embora fôsem inimigos.

Diz uma lenda, recolhida pelos primeiros cronistas luso-castelhanos, que a origem de suas dissensões foi a seguinte: Tupi e Guarani eram irmãos, ambos com numerosa família. As esposas de um e de outro entraram a disputar a posse de um papagaio, espalhando-se a contenda pela tribo inteira, advindo à separação, ficando Tupi, o mais velho, no atual território brasileiro, enquanto Guarani, o mais mômço, buscou as terras do sul.

As crenças dos tapes eram, por isso, semelhantes às dos tupis. Em certas épocas ou por ocasião de grandes eventos, realizavam os guerreiros, com exclusão das mulheres e jovens não iniciados, cerimónias secretas, presididas pelos pajés (feiticeiros) e pelos anciãos, em que cultuavam a Anhã-Tatá, deus iniciador que, tirando o mando do matriarcado, o fêz depositar na mão dos guerreiros.

Tupã era o deus das trovoadas, Anhangá preservava a caça dos campos, corporificado num cervo, temido pelos índios; Caapora era um gigante da mata, protetor dos animais que nela habitavam, acarretando, sua vista, maus presságios; o Curupira era um duende de pés voltados para trás, sendo muito brincalhão, às vêzes bom, outras mau; o Pica-pau era o protetor das árvores, e trazia maus presságios, assim como o Uru-tau, protetor das aves.

Os pajés gabavam-se do seu poder sôbre as doenças, sôbre os animais, sôbre as tempestades e sôbre quanta coisa lhes vinha à imaginação. Foram os grandes adversários dos jesuítas, cujas práticas buscaram imitar, porém explorando-a no seu interêsse.

“Os índios -informa o Cónego Gay- conheceram a immortalidade da alma; mas era mui incompleta a idéia que dela formavam. Eternizavam a duração da alma no céu, entre as estrêlas, ou em alguma região dêles só conhecida ou imaginada. Uma coisa que parece certa é que êles não admitiam que as almas logo depois da morte, subissem às celestiais regiões; concediam-lhes alguns anos de gozos neste mundo,

segundo seu costume, não aparecendo visivelmente, mas divertindo-se invisivelmente, nos exercícios que praticavam, unidas aos corpos. Assim, êles as consideram amigas da boa comida, caçadoras, passeadoras, brincalhonas, guerreiras e inimigas de seus inimigos. Por isso, êles colocam viandas sôbre as sepulturas dos finados...Mas essa providência é temporária e limitada, porque confiam que, com seus arcos e flechas, os mortos hão de procurar depois o seu sustento e ser formidáveis para seus inimigos”.

“Entre os guaranis -prosegue o Cónego Gay- se o defunto é pessoa principal ou cacique, a mulher grita espantosamente. Se não era de tanta distinção, desata os cabelos e, abraçada com o cadáver, canta tristemente as façanhas e proezas do seu esposo ... Ao redor da sepultura ou dentro dela, colocavam o arco, flechas, panelas, cuias ou porongos, também chamados mates, com alguma porção de comida e de chicha (bebida)... O arco e flecha, para brigar contra os inimigos, caçar e pescar. As panelas para cozinhar e para que não lhe falte fogo; incumbem muitas vêzes a uma das mulheres pagas para chorar (carpideiras), de o entreter diariamente no sepulcro. O mate serve para tirar água e refrescar a mansão insípida da sepultura...Consideram o céu e a terra fazendo um só corpo, mas tão inquieto e buliçoso que anda sempre em movimento. As estrêlas são árvores, cujos ramos são raios lúcidos e brilhantes. Ao Cruzeiro chamam Anu, que quer dizer avestruz.».

As suas tabas eram o agrupamento de seis a dez ranchos, ocas, sem divisões internas, cobertos de capim, palha ou folhas de palmeira, com uma praça no centro, chamada ocará; essa aldeia era cercada de paus-a-pique caiçá, protegendo-os de ataques inimigos ou de animais ferozes. Nessa cêrca havia uma entrada (ou saída) que dava para o rio. Nos ranchos habitavam uma, ou diversas famílias, conforme o tamanho da habitação, cujo piso era escavado, em forma de pires, em cujo centro acendiam uma fogueira perene que lhes servia, à noite, para aquecer os pés que ficavam voltados para ela, quando os índios dormiam, quer deitados sôbre esteiras quer nas rêdes de algodão, tecidas pelas mulheres. Viam-se, por vêzes, num rancho dêstes até trinta casais, com os respectivos filhos.

As tabas, em geral, duravam quatro ou cinco anos, tempo suficien-

te, aliás, para que as caças de que os índios se alimentavam, fôsem escasseando, obrigando-os à busca de outra paragem. O aldeamento abandonado ficava sendo chamado tapera (aldeia que foi). A mudança era decidida em conselho da tribo, monoliongaba.

Se os tupis do norte andavam nus, os guaranis, devido ao clima, cobriam-se com peles de animais silvestres. Traziam na cabeça um cocar de penas amarelas ou vermelhas, acangapé; ostentavam um colar feito de dentes dos animais que abatiam, ajucá, e, nas ocasiões festivas, traziam nas ancas uma rodela de penachos de avestruz, enduapé.

Por utensílios, tinham o patiguá, baú de palha; a iguaçava, pote de barro para a bebida de milho, fermentada.

Caçavam com arco e flecha, designados, respectivamente, uirapá e uí, e pescavam com uma espécie de anzol, pindá, e rêde, puçá, quando não tonteavam os peixes lançando na água macerações de cipó tingui.

Moqueavam seus alimentos, principalmente a carne, a fogo lento.

Narra o Cónego Gay que, antes de declararem uma guerra, realizavam um conselho, reunindo as tribos vizinhas e amigas, 'de cuja combinação pende a última resolução'.

'Êstes conselhos de guerra -informa- não tomam resolução definitiva até que, tomados pelas bebidas e faltos de juízo, decretam ordinariamente, a guerra, considerando a utilidade que hão de tirar dos espólios dos inimigos, dos escravos que hão de fazer e da glória que hão de adquirir. Ao decreto da guerra, segue-se a eleição do general em chefe, que é sempre renhida, porque todos a ambicionam. Cada um expõe seus direitos, suas façanhas, etc.

Mas, apesar da dificuldade da combinação, uma vez eleito o chefe, todos, mesmo os caciques, lhe obedecem -e êle dá as ordens competentes para os preparativos da guerra e para tôdas as operações militares'.

Os avisos não deixavam de ser interessantes, de uma para outra tribo. Eis como procediam, segundo o mesmo Cónego Pedro Gay, que, em muitos pontos, nos revela os costumes indígenas: 'Convocam-se as companhias por fogueiras e fumaças, sinais que entendem perfeitamente, e todos concorrem ao sítio, onde principiam os fogos, levando suas armas, porque, não havendo depósito comum, cada um deve levar as suas...O arco, a flecha, a macana (espécie de bordão) são suas armas

principais. O dardo e as bolas são armas particulares de algumas nações de índios (charruas, por exemplo). Usavam de muitos enfeites e galas militares em suas maiores solenidades; plumagens na cintura, diversidade de cores com que progressivamente se pintam, imaginando que a pintura os torna formidáveis ao inimigo, e até causa espanto aos espíritos infernais’.

Diz o nosso cronista que o combate começa e acaba ‘com tal algazarra de vozes que enche o ar de confusão e os ouvidos de espanto. Pode-se dizer que principiam o combate aturdindo ao inimigo para entorpecer-lhe as mãos no momento da briga... Era lei invariável entre eles retirar seus cadáveres, seja para dar-lhes sepultura como costumavam, seja para ocultar suas perdas ao inimigo, uso louvável por sua natureza, mas que às vezes lhes roubava as vantagens de uma esplêndida vitória, por se entreterem muito tempo nessa escrupulosa observância. O vencedor desfrutava os despojos. O principal e o mais estimado eram os prisioneiros, a que cortavam a cabeça, que carregavam por troféu na ponta de suas lanças. Alguns se serviam deles ou os vendiam por escravos. Os guaranis e outras nações caribes faziam um célebre e solene banquete com a carne dos prisioneiros’.

Convém observar, entretanto, que a antropofagia, entre os tapes, nos tempos históricos, parecia atenuada, o que não ocorria entre os carijós, seus vizinhos, também povoadores de Passo Fundo.

Profunda mudança teriam sofrido em seu costume, neste particular. Vale aqui o esclarecimento de Milliet de Saint Adolphe, quando fala dos guaranis, em seu ‘Dicionário do Império do Brasil’:

‘Antes de serem doutrinados pelos jesuítas, eram um povo nômade que reduzia a cativo os indivíduos das outras nações, os entroncava em suas famílias para aumentar seu número e poder: o que deu ocasião a supor-se eram de tribos diferentes os índios que dominavam nas terras cercadas por estes três rios (Paraná, Paraguai e Uruguai)’.

Os ‘Comentários’, de autoria de Pero Hernandez, capítulo XVI, registram, efetivamente, o costume antropofágico, no Paraguai, entre os povos guaranis, quando ali os encontraram os espanhóis (não especificamente os tapes rio-grandenses, muito mesclados e de costumes mais brandos). Ali se registra:

‘Esta geração dos guaranis... quando estão em guerra uns com os outros... se fazem cativos, trazem-nos a seus povos, e com isto se tomam grande prazer e regozijo, bailando e cantando...’ Descreve, depois, o abate do prisioneiro, em praça pública, ao modo dos tupis da costa brasileira.

Sôbre a origem da antropofagia guerreira, diz Antônio Pigafetta, o cronista de Fernão de Magalhães, livro I, de 13 de dezembro: ‘Não é por apetite nem por gôsto que a comem (a carne humana), senão por costume que, segundo nos disseram, começou entre êles pela maneira seguinte:

‘Uma velha não tinha mais que um filho, que foi morto pelos inimigos. Algum tempo depois, o matador do seu filho foi feito prisioneiro e conduzido à sua presença. A mãe, para vingar-se, arrojou-se como uma fera sôbre êle, e a dentadas, cobriu de feridas sua espádua. Teve o prisioneiro a dupla sorte de escapar das mãos da velha e de evadir-se, voltando para os seus, aos quais mostrou os sinais das dentadas em sua espádua, fazendo-lhes crer (talvez o cresse êle também) que os inimigos haviam querido devorá-lo vivo. Para não serem menos ferozes do que os outros, se determinaram a comer de verdade os inimigos que aprisio-nassem nos combates, e os demais fizeram outro tanto’.

Hans Staden, que estêve prêso entre os índios do Brasil, assim ilustra o caso da antropofagia, sabendo-o por duas experiências:

‘Êles o fazem não por fome, senão por grande ódio e ojeriza, e quando estão em guerra, gritam uns aos outros: -A ti sobrevenha tôda a desgraça, minha comida! Quero arrebentar tua cabeça, ainda hoje! Vingarei em ti a morte de meus amigos, e é por isto que aqui estou! A tua carne será hoje, antes de entrar o Sol, o meu assado! -Tudo isso o fazem por grande inimizade’.

Sua linguagem era agradável, pelo testemunho de quantos trataram com êle, sendo interessante a sua flexão verbal, que não faziam com sufixo, mas com prefixo:

Acaru, eu como; Recaru, comes; Ocaru, come.

As consoantes b, d e g aparecem geralmente com o som nasal precedente, como nb, nd e ng ou mb, md e mg.

O r é sempre brando, razão pela qual temos escrito, neste livro,

igiari-Apipe, para a designação das nascentes do Igaí (Jacuí) e não como grafou o conspícuo Aurélio Pôrto: Igai-Ri-Apipe, que, na leitura, viria a ser Igai-Apipe, o que não é correto.

Raras vezes faziam distinção entre o singular e o plural dos substantivos: ibirá, árvore, árvores; guirá, ave, aves. Mas, quando pretendiam acentuar o plural, juntavam o sufixo tiba ou etá e, ainda, cuéra, como nos exemplos seguintes: ibiratiba ou ibiraetá, guiracuéra, etc.

O pronome da primeira pessoa do plural (nós) tinha duas formas: nhandé, nós, contigo; e oré, nós, sem ti.

Emendavam o pronome possessivo ao substantivo, por exemplo: che, minha; oca ou oga, casa, formando cheroga, assim como: reroga, tua casa; hoga, com h aspirado, em vez de ooga, pronunciando, pois, hoga, isto é, sua casaá nhanderoga, nossa casa; oreroga, casa dêles; peroga, vossa casa.

Distinguiam os tempos dos verbos, pelo modo seguinte: aguatá, ando; aguatá cuéra, andei aguatá né, andarei.

Itá significa pedra e ferro; itá-iú ou metal amarelo, significando ouro; itátin, metal branco ou prata.

O mês era o espaço de uma lua ou vinte e oito dias. Assim, jaci ou jacipucu (de jaci, lua) era a designação desse espaço de tempo o dia era designado por ara, talvez contração de coara ou simplificação de coaraci, Sol, e, dessa maneira, um sol era um dia, etc.; o dia, por sua parte, era dividido em períodos: coema-pirã ou coema-pitã, madrugada; coema, o espaço da manhã; coaraci-jaté, sol alto, meio-dia; jandara, a tarde; pituna, a noite; pituna pucu, noite comprida, o espaço da meia-noite em diante. Chamavam ao ano coaracipucu, que era também o nome do verão, ao passo que o inverno, para os índios das serranias, era designado por curipucu, época dos pinhões.

Seus numerais eram poucos: petein, um; mocoin, dois; mbohapi, três; irundi, quatro; acepó petein, cinco (uma mão); acepó mocoin, dez (duas mãos); acepó acepi avé, vinte (duas mãos e dois pés).

Significavam a alma com a palavra ang ou ã, por exemplo: che-anga, minha alma. Com a mesma palavra indicavam sombra, compondo, por exemplo: oaraci-ang, sobra do Sol; ibirá-ang, sombra da árvore. Anguçu era a alma grande ou sombra grande, como designavam os fan-

tasmas ou almas do outro mundo que, também, eram chamadas angóera (de ang cuéra), isto é, o que foi e não é mais.

Teschauer, citando os caracteres físicos dos guaranis, a que também pertenciam os tapes, escreve, segundo citação de Olyntho Sanmartin, obra citada, página 30:

‘Os guaranis apresentavam estatura média, reforçados e bem feitos. O tronco, em comparação com os membros, era grande; os pés e mãos pequenos. O corpo bem nutrido e robusto, o rosto largo, maçãs salientes, nariz achatado, olhos pequenos, pretos, encovados no ângulo exterior, algo corados; e feições um tanto melancólicas são os traços salientes em sua configuração física.

E Sanmartin acrescenta:

‘Eram resistentes, ótimo olfato e visão, pôsto que indolentes, adeptos da crueldade nas inconstâncias e desconfianças. Gostavam da pintura, e da tatuagem, etc.

COMO ERAM OS TAPES DE PASSO FUNDO

Valendo-nos do Cónego Gay, de Hemetério Veloso da Silveira, de Cezimbra Jacques e, ainda, de anotações pessoais, colhidas em 1946, quando, na região do Inhacorá e nas imediações de Erebangó, colhíamos material para o nosso livro “Irapuã” tentemos figurar como viviam os tapes de Passo Fundo.

Eram designados pelos seus parentes do Sul, os da campanha rio-grandense, por ibitiguaras (serranos), apelido que abrangia os demais índios da serra.

Viviam em aldeias rodeadas de estacas, num cercado redondo, protegendo-se dos inimigos ibiangularas e dos animais selvagens. Dormiam em rédes e também sôbre peles de animais selvagens. Os varões usavam caipis, feitos de algodão ou com peles de onça ou de veado, com o pêlo virado para dentro, enquanto as mulheres vestiam-se de tipoí, espécie de camisa sem mangas.

Sabiam secar a carne ao sol (xarque) e conservá-la pela fumaça,

alimentando-se ainda do que plantavam e também de peixe secado e triturado no pilão, formando farinha, a que chamavam piracuí, isto é, “farinha de peixe”.

Na caça e pesca, utilizavam-se do arco (uirapá), da flecha (uí), do anzol (pindá), rêde (puçá), canoa (igá).

Tinham por utensílios domésticos: a rêde (ini), a panela de barro cozido (nhempepó), potes em forma de talha (igaçaba), cêsto (ajacá), canastra de palha (patiguá), coador (tipiti), machado de pedra (ié).

Na guerra: o arco (uirapá), a flecha (ucuí), a lança (urugura), o escudo de couro (piretã), o tambor (uai), a busina (inubiá).

Cultivavam: o milho (avati), o feijão (cumandá), a batata (jeti), a mandioca (manió), o fumo (petim). Utilizavam-se do pinhão (curi), erva-mate (caa) e do chimarrão morno ou frio (caai).

Falando sôbre os índios de Santa Teresa (Passo Fundo), que não podiam separar-se do chimarrão, assim se expressa o Padre Francisco Ximenes:

“Nos dois últimos dias, estivemos sem comer até que, vendo a coisa mal parada, e que não havia senão erva (mate) para tomar; e (como) o tempo não se aplacava, nem cessava de cair neve e granizes, disse aos índios: Filhos, vocês se sustentam dormindo, e bebendo erva (mate), mas eu não posso mais padecer a fome e tenho a obrigação de me cuidar e de não me deixar morrer à míngua. Portanto, quero seguir, muito embora faça o frio mais intenso”.

A todo instante estavam a chupar na bomba de caniço, mergulhando na cuia a parte enodada, em que faziam pequenos furos para a passagem da infusão. Por vêzes, o mate era o seu único alimento durante um ou dois dias, principalmente no inverno, quando os recursos eram mais escassos.

Gostavam de tatuar-se, pintar-se, enfeitar-se com penas. Usavam seus cocares de plumas coloridas, os tufos de pena de nhandu (aves-truz), que traziam à ilharga ou como tanga; ostentavam colares e braceletes, feitos com dentes de onça.

Assim iam às festas, que eram por ocasião da safra do pinhão, da erva-mate, da jabuticaba, do milho, etc., entregando-se às danças (ieroqui), no terreiro da taba, bebendo líquidos fermentados (caaubi), e,

cantando e bailando iam até o dia seguinte, isto é, até se extenuarem.

Um guerreiro podia casar com quantas mulheres pudesse sustentar, bastando pedi-las ao pai, retribuindo-lhe a graça com trabalhos na roça, na pescaria, na caça, etc. O casamento era indissolúvel e, de um modo geral, eram ciosos da fidelidade matrimonial.

Dedicavam grande amor aos filhos. Quando nasciam, o pai recolhia-se à rêde pelo espaço de uma lua (um mês), a fim de que a fôrça dessa lua se concentrasse em benefício da criança. Piás e cunhatuins (meninos e meninas) eram criados com inteira liberdade, e desde que começassem a compreender as coisas, os meninos aprendiam a flechar e as meninas a fiar.

Competia às mulheres plantar, colhêr, cozinhar, fazer potes de barro, tecer, fabricar os caipis e os tipóis, a transportar os alimentos, as caças e outras cargas. Os homens dedicavam-se, apenas, a caçar, a pescar e guerrear - atividades que consideravam como únicas dignas de um guerreiro. Não obstante, competia-lhes a queima e a derrubada dos matos para a feitura das roças.

O cacique era estimado, sendo obedecido por prazer; lavraram-lhe a terra, apanhavam-lhe as frutas, caçavam-lhe e pescavam-lhe. A lavração era feita coletivamente, ao que chamavam pixirum, de que proveio o costume do puxirão, entre os gaúchos.

O cacicado passava de pai para filho, “herdando-o o primogénito, e na falta dêste, o segundo e terceiro filho” diz o Cónego Gay.

Mas, se algum silvícola, estranho à família do tubichá, se torna célebre por suas proezas militares, adquirindo muitos aderentes, os tapes o aclamam cacique, prestando-lhe obediência.

Salienta o autor da “História da República Jesuítica”:

“Entre os guaranis, a eloquência e a culta verbosidade, em seu elegante idioma, era um título para subir ao cacicado. Entre êles, não havia escola para ensinar a língua, mas fazia-se muito aprêço daqueles que falavam bem”.

O cacique, os membros de sua família e os chegados a êle (rubi-chás), possuíam, via de regra, um caráter, nobreza, majestade varonil que os espanhóis diz Gay sentiam-se bem estabelecendo com êles laços familiares. Apreciavam o que era nobre e sentiam-se orgulhosos de seu

povo e da proeminência que eles mesmos desfrutavam no seio da tribo.

Ao cacique pertencia, nas cerimônias coletivas, o caá-boapopé (a ramada oblonga, com folhas de palmeira), sob o qual sentavam em suas rêdes ou acoravam-se. E também a eles competia, em ditas solenidades, dar a voz para o curuguaçu (repastos em comum) e caaubi (bebida fermentada) que eram sempre de caráter festivo.

Na guerra, o cacique marchava à frente dos guerreiros, ladeado pelos mais valentes. Tinham o hábito de marchar em fila.

Os tapes de Passo Fundo viviam sempre vigilantes, dada a vizinhança de seus inimigos ibiangularas. Diz Lozano ("Pueblos Primitivos de Sudamérica", Buenos Aires, seleções):

"Têm sempre um corpo de guarda nalguma elevação, perto de sua aldeia, e, de noite, muitas sentinelas e espias, duas e mais léguas à redondeza, dando aviso uns aos outros com certo gênero de assovio (sempre imitando uma ave, esclarecemos nós); com isto, vivem alertas e apercebidos, pondo-se com grande presteza os varões em armas, quando há algum aviso de inimigos, e tôda a chusma de mulheres por acréscimo, dividindo-se cada família por sua parte, com ordem de colocar-se nos lugares sabidos e preparados, pelo que é quase impossível colhê-los, porque apenas deixam rastro (isto é, quando se afastam para abrigar-se e defender-se), e se deixam marca, é tão confusa e vária, que os inimigos não sabem qual delas hão de seguir".

Assim viviam os índios de Guaraé, na coxilha do Igairi-apipe, no atual Povinho da Entrada.

Escreve Carlos Teschauer, em "Poranduba Rio-grandense":

Para resolverem um negócio de maior importância, uma transmigração, a morte de algum dos prisioneiros, convocavam a cabilda, que se reunia no terreiro da taba... Ninguém comia ou bebia sem repartir com os demais. Não conheciam a propriedade de terras ou bens de raiz. Neste ponto eram iguais aos antigos germanos. Nenhum possuía um campo como propriedade pessoal. E se lhe tivessem perguntado a quem considerava senhor da sua terra, ter-lhe-ia parecido tão absurda semelhante pergunta como esta outra: quem era o proprietário de sua atmosfera. Também as guerras não se empreendiam para conquistar terras ou aldeias, mas sim para fazer prisioneiros que servissem de escravos, para

vingar uma afronta; ou, enfim, bastava o desejo de arrebatou ou reivindicar uma ou várias mulheres da tribo estranha... Os poderes do morubixaba eram absolutos durante o tempo de guerra. A decisão definitiva, porém, dependia de um conselho, em que tomavam parte os homens principais da tribo. Depois de armarem suas rês, assentavam-se, na melhor ordem, os do conselho militar, e ouviam, com muita atenção, o discurso do morubixaba. Em seguida, começando pelo mais velho, falava cada um por sua vez. Resolvida a guerra, todos concorriam para os preparativos da campanha. Êstes reduziam-se a apromptarem as suas armas e a fabricarem a “farinha de guerra”... (Apud “Bandeirantes no Sul do Brasil”, de Olyntho Sanmartin, pág. 30).

OS GUAIANÁS

Os guaianás, habitantes da faixa norte de Ibia (elevada a província pelos jesuítas), pertenciam à raça jê do sul, antigamente com uma vasta zona de influência, abrangendo os atuais Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de grande parte de São Paulo. Desde o século 17, vinha sendo ela escorraçada pelos bandeirantes, vindo concentrar-se, aos poucos, juntos aos seus irmãos de raça, ibirajaras, quer em Santa Catarina, quer no Rio Grande, penetrando mesmo em vários portos dominados pelos tapes e carijós, no século 18, notadamente em território passofundense.

Os guaianás eram assim referidos por Aurélio Pôrto, sob o nome de ibirajaras, num estudo sôbre os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul, inserto em “Terra Farroupilha”:

“Dividiam-se os ibirajaras em várias parcialidades, às quais davam os jesuítas espanhóis os nomes dos lugares em que estanciavam...Tiveram auxílio dêsses índios as primeiras bandeiras paulistas que penetraram em território do Rio Grande do Sul, indo destruir as Reduções aí fundadas pelos jesuítas”.

O mesmo autor, em “História das Missões Orientais do Uruguai”, diz que “andavam geralmente nus, mas as mulheres traziam uma es-

pécie de saio, feito de fibra de urtigas, ou manta do mesmo material, que lhes cobria o corpo, dos peitos aos pés. Eram os ibirajaras índios valentes e acérrimos inimigos de seus vizinhos, os tapes”.

Eis como faziam a guerra, segundo o referido autor:

“Para reunir o povo, o cacique principal dava aos outros uma porção de suas flechas de guerra, que eram levadas a tôda a parte, convocando os guerreiros das tribos. Vinham os índios armados de arcos e tacapes compridos, enfeitados todos com os seus cocares de plumas vistosas, e tendo os chefes à frente, em fileiras caminhavam um atrás do outro. Ainda nos combates conservavam essa formação, com que envolviam os inimigos, cercando-os ao som de seus instrumentos de guerra e de uma gritaria infernal. Apertando o cêrco, sucedia muitas vêzes tornarem-se os próprios companheiros alvos de suas flechas”.

Os atuais representantes dos guaianás são os caingangs, com vários toldos na região serrana.

Autênticos descendentes dos guaianás são os atuais caingangs da localidade de Rio Carreteiro, no vizinho município de Tapejara e sob a jurisdição passofundense. A êles se refere o historiador Antonino Xavier, quando fala dos bugres que infestavam o Mato Castelhana, no século passado, tomando-se amigos de José Domingues Nunes de Oliveira, mais conhecido por Bugreiro, e que, com Bernardo Castanho da Rocha, deixou rica nominata toponímica da região. Êsses mesmos índios narra o mesmo Antonino Xavier transmitiram ao sertanista Augusto César a informação de que o Campo do Meio, ao tempo das Missões Orientais, era o Potreiro Grande dos Jesuítas.

Êsses índios foram conhecidos sucessivamente pelos seguintes nomes: guaianás, no século 17; pinarés, no século 18; caingangs e bugres, no século 19.

Os guaianás ou guananas, como lhes chamava Teschauer, foram assim descritos por êste historiador, quase que traduzindo Lozano:

“Vivendo da caça e da pesca, não se demoravam os guananas muito tempo no mesmo sítio, mas mudavam-no de dois em dois anos. Estabeleciam-se em pequenas aldeias, separadas ainda por grandes distâncias, para que não fôsse demasiadamente acanhado o espaço em que pudessem exercer a caça e a pesca. Dos produtos delas, faziam provisões para

o ano inteiro, contra o costume quase comum das outras tribos que, com raras exceções, nem cuidavam do dia de amanhã.

“Suas casas ou choças construía-nas plantando um toro, de cuja ponta desciam quatro paus em forma de cruz; outras tantas divisões faziam para as famílias, por meio de paredes de folhas de palmeira. As aldeias comunicam-se entre si por picadas abertas no mato, que eram, porém, pouco trilhadas.

“Quando tinham motivo de castigar ou atacar uma aldeia, faziam a declaração de guerra, fixando nestas sendas umas flechas. Quando, pelo contrário, pretendiam convidar para alguma festa, colocavam no chão umas espigas de milho, dispostas em círculo, e suspendiam outras em árvores.

“Nessas festas, costumavam embriagar-se, rompendo então em uma gritaria infernal. Uns cantavam desentoadamente, outros choravam; êstes davam gritos, aquêles, suspiros; estoutros arremedavam as vozes de animais com bramidos, silvos, uivos, latidos e relinchos; aqueles outros, imitavam o canto das aves tudo em confusão de vozes e gritaria desenfreada.

Enfim, passando às vias de fato, arranhavam-se e mordiam-se uns aos outros, como se pelejassem com inimigos.

De fato, originaram-se daí, muitas vêzes, abertas hostilidades, e a despedida da festa degenerava em declaração de guerra. Também as mulheres tomavam parte nestas orgias, se embriagavam e, por causa delas é que se ateavam as contendidas. Maridos descontentes desfaziavam-se de más mulheres, e as repudiadas vingavam-se a valer.

Fora do tempo dessas borracheiras, portavam-se as mulheres com recato, e seu traje ordinário era mui decente. Era uma espécie de túnica, que cobria o corpo até os pés, deixando descobertos os braços...Os moços e as môças não tomavam vinho e, por conseguinte, lhes incumbia o ofício de esconder as armas durante a festa. O motivo dessa sábia providência não era difícil adivinhar.

As cordas de seus arcos eram feitas de fibras de certas urtigas. As flechas que serviam para a caça não tinham ponta farpada, mas mui largas para abrirem ferida grande e sacar muito sangue. Desta sorte, era fácil perseguir o rasto da caça até o emaranhado do mato.

Não tinham vestígio de religião, mas criam que a alma dos defuntos, à qual chamavam acupli, se convertia em demónio. Gozavam de grande autoridade as feiticeiras, que os traziam iludidos com seus embustes. Davam oráculos, depois de consultarem ou beberem mate e prefaciavam o oráculo com as palavras: a erva me disse isto ou aquilo.

Em cada aldeia, havia um cemitério, que guardavam bem limpo. Sôbre as sepulturas levantavam uma pirâmide de terra, em cujo cimo colocavam uma cuia, com água, ao pé; conservavam um fogo lento, nutrido diariamente pelos parentes. A cuia, diziam, serve para matar a sede ao defunto, e o fogo para afugentar as moscas. A sua língua era muito diferente do guarani... A esta tribo parecem ligar-se os restos de caingang no norte do Estado, mais conhecidos sob o nome de coroados, e os de Santa Catarina e Paraná. Lozano conservou-nos um vocábulo da língua dos guananás, o já mencionado acupli, alma. Esta palavra, com o mesmo significado, encontra-se na língua dos caingangs”.

Na magnífica compilação de Dante De Laytano, contida na “Revista do Museu Júlio de Castilhos”, n.º 6, página 215, encontramos a seguinte passagem sôbre o uso da urna funerária, em que apenas guardavam a cabeça do defunto:

“Em épocas primitivas, se uma pessoa morresse longe de sua aldeia, seus companheiros enterravam o corpo no lugar, mas guardavam a cabeça do mesmo num vaso. Ao retornarem à casa, celebravam uma cerimónia fúnebre e enterravam a cabeça no cemitério da comunidade”.

Grande devia ser a morte de ausentes das aldeias, nos períodos de guerra e de conflagrações, daí o também grande número de umas funerárias encontradas no Alto Uruguai, principalmente na região da confluência do rio Passo Fundo.

De sua língua diz Cezimbra Jacques, citando outro autor “era paupérrima”, acrescentando:

“A rudeza e a pobreza da língua bugre aumentava e inutilizava até os esforços dos missionários. Era um verdadeiro trabalho traduzir alguma coisa em sua língua; era quase impossível, por não possuir as necessárias palavras; queixa-se o missionário de que devia fazer mil circunscções, que quase mudavam os conceitos”.

Tivemos oportunidade de registrar alguma coisa, há alguns anos,

entrando em contato com o cacique Manoel Ignácio, e aqui está o que anotamos sobre esta língua, além do vocabulário, que faz parte do nosso arquivo: Ipronfi, meu, minha; tipronfi, teu, tua; içuni, nosso, nossa; aiatu, vosso, vossa. Quanto aos pronomes pessoais: ein, eu; ôh, tu; ti, êle; fi, ela.

A flexão verbal se faz por sufixos: titediou, eu mato a êle; titenra, tu o matas; titênia, êle mata; ineinvóio, eu corro; meinvóra, tu corres; meinvóia, êle corre; crorêign, eu bebo; crornra, tu bebes; croniadó, êle bebe; vinhón, eu falo; virá, tu falas; viedô, êle fala.

Usam a terminação fi, para a mulher, e ti, para o homem, quando aos mesmos se referem. Assim, por exemplo: mumetavifi, medrosa; mumetaviti, medroso; inhutavifi, corajosa; inhutaviti, corajoso.

O presente e o futuro, nos verbos, são uma só expressão: meinvóio, eu corro ou correrei; meinvóra, tu corres ou correrás, etc.

Quanto aos numerais, Hemetério José Veloso da Silveira dá os seguintes:

Pir, um; leinglé, dois; feiton, três; uiqueglé, quatro; petikara, cinco; ninguiante ouri, seis.

E o referido autor explica: “Os bugres de Nonoai só sabem contar até o número seis, e daí por diante empregam a partícula en, como para dizer basta”.

LENDAS INDÍGENAS

As lendas permitem, com mais facilidade, o conhecimento sobre o caráter de um povo.

Vamos inserir quatro delas, a do mate e da mandioca, de origem tupi-guarani, e fogo e dilúvio, de criação caingang-ibiangara.

“Várias lendas existem sobre a erva-mate diz Luiz Carlos de Moraes, em seu “Vocabulário Sul-rio-grandense”, desde a atribuída a São Tomé, que teria estado no Paraguai, onde revelou as virtudes da ilex aos guaranis, até a transformação da bela e pura caa-jari em pé de erva mate, passando a ser a avó da erva. No comêço, era o mate usado so-

mente pelos feiticeiros, únicos que lhe conheciam as virtudes, vulgarizando-se mais tarde por tôda a tribo”.

A primitiva lenda diz que um pajé, desejando subir até as estrêlas, onde queria fixar morada, e não querendo deixar desconsolados os componentes de sua tribo, chamou-os, revelando as virtudes da erva-mate e recomendando-lhes que a tomassem sempre, se quisessem adquirir bem-estar e felicidade.

Com o advento dos jesuítas, o pajé transformou-se em São Tomé, espontaneamente, entre os índios, dizendo que êste Santo, andando um dia pelas margens do rio Paraguai, abençoando os jaguares e outros animais ferozes, que lhe vieram prestar obediência, encontrou os guaranis, que dêle se afeiçoaram, proclamando-o seu guia. São Tomé respondeu-lhes que devia deixá-los, porque Cristo lhe deu outras terras a visitar, mas que, em recordação de sua passagem entre êles, lhes deixava a “erva paraguaia”, por êle abençoada. E tendo-o dito, foi ao rio, cujas águas o levaram até o mar, enquanto os índios, desconsolados, ficaram a pedir a Deus que o fizesse regressar para junto dêles. Romário Martins, em “Paiquerê”, dá uma versão da lenda, em versos castelhanos, colhidos no Alto Paraná.

Ainda do folclore tupi-guarani, foi recolhida a seguinte lenda da mandioca:

Em tempos idos, apareceu grávida a filha de um chefe selvagem, que desejou punir, no autor da desonra da filha, a ofensa que sofrera seu orgulho, e para saber quem êle era, empregou debalte rogos, ameaças e por fim castigos severos.

O chefe tinha deliberado matá-la, quando lhe apareceu em sonho um homem claro, que lhe disse que não matasse a môça, porque ela era inocente e não tinha tido relação com homem. A môça deu à luz uma menina lindíssima e branca, causando surpresa não só à tribo como às nações vizinhas, que vieram visitar a criança, cujo nome ficou sendo Mani e que andava e falava precocemente. Êsse prodígio de menina, porém, faleceu ao cabo de um ano, sem parecer haver sofrido.

Foi enterrada dentro da própria casa, sendo a sepultura regada diariamente, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo, brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram

de arrancar. Os pássaros que comeram os frutos embriagaram-se, o que despertou curiosidade. A terra, afinal, fendeu-se, e quando os índios cavaram, encontraram a mandioca, reconhecendo nesta o corpo de Mani. Comeram a raiz da planta e assim aprenderam a usá-la dali por diante. Essa lenda foi recolhida, entre outros, por Couto de Magalhães, e publicada em seu livro “O Selvagem”.

Quanto à cultura caingang-ibiângara, Dante De Laytano, na “Revista do Museu Júlio de Castilhos”, n.º 6, coligiu a lenda sobre a origem do fogo, acolhida por Metraux:

Tejetó transformou-se num urraca branco (pássaro) e deixou-se carregar por um regato que passava pela casa do Senhor do Fogo.

A filha deste apanhou o pássaro e o secou no fogo. Tejetó roubou uma brasa, e foi perseguido. Mas escondeu-se na fenda de um rochedo.

Para atingi-lo, o Senhor do Fogo empurrou a ponta do seu arco para dentro da fenda.

Tejetó fez sangrar seu nariz e manchou o arco com sangue. O Senhor do Fogo, convencido de que tinha matado o ladrão, foi-se embora.

Tejetó acendeu o galho seco de uma palmeira. Desde então os homens possuem o fogo.

Na mesma fonte, narra-se a seguinte lenda caingang-ibiângara:

Houve, em épocas passadas, um grande dilúvio. Do seio das águas emergia somente o pico da montanha Crinjijimbé, para o qual os caiurucrés e os camés nadaram, com tições em suas bocas. Ambos os povos afogaram-se, e suas almas passaram a viver no centro da montanha.

Os caingangs e alguns curutons ou arés, atingiram o pico do Crinjijimbé. Lá permaneceram durante vários dias, trepados nos galhos de uma árvore ou repousando no solo.

As saracuras chegaram com cestos cheios de detritos e começaram a encher o mar. Foram auxiliados em seu trabalho pelos patos.

Os caingangs que estavam no solo puderam afastar-se, mas aqueles que tinham escalado as árvores ficaram transformados em macacos, e os curutons transformaram-se em corujas.

Os caingangs estabeleceram-se nas vizinhanças da serra de Crinjijimbé. Os caiurucrés e os camés abandonaram a montanha, os primeiros por um caminho suave e nivelado, e os últimos por uma trilha abrupta,

de onde se explica os pequenos pés dos caiurucrés e os grandes pés dos camés.

Um rio jorrou uma passagem onde tinham estado os caiurucrés, mas o lugar de onde os camés emergiram, permaneceu como estava. Essa é a razão pela qual êstes continuam a pedir água aos caiurucrés.

Os caingangs ordenaram aos curutons que procurassem os cestos que tinham deixado ao pé da montanha, mas êstes não quiseram voltar. Desde então viveram separados dos caingangs, que os consideram escravos fugitivos.

A LENDA DE GOICI

As quatro lendas acima pertencem ao folclore brasileiro, em geral, inclusive Passo Fundo, e ainda aos países da bacia do Paraná.

Cabe aqui a menção de outra lenda, a da Mãe Cabocla, pertencente ao populário local e ligada à sanga do Lava-pés, afluente do arroio do Chafariz, que nasce no Boqueirão, que foi o começo de Passo Fundo.

Segundo uns, a lenda do arroio ou sanga do Lava-pés refere-se à Mãe Cabocla, de nome Goiexim ou Cogoin, da nação dos coroados. Tinha ela um filho que guardava os ervais e cujo nome ninguém sabe, o qual, um dia, foi à sua guarda e não mais voltou.

A Mãe Cabocla chorou tanto a ausência do filho que o Urubu-Rei a transformou num pé de milho que, arrancado pela tribo, deu origem a um córrego, que não é outro senão o arroio Lava-pés.

Disseram os índios, então, que, por aquele arroio, fluía a alma de Goiexim. E por êsse nome ficou sendo conhecido o arroio entre êles.

Até aqui a lenda caingang.

No exame dos nomes Goiexim e Cogoin, verifica-se o seguinte:

Goiexim nada mais é do que Goyci que, no vocabulário inserto por Hemetério J. V. da Silveira, em "As Missões Orientais", significa simplesmente "arroio".

Quanto a Cogoin (Congoin) se traduz por erva-mate, também conhecida antigamente por congonha.

O nome de Goici, o da Mãe Cabocla, acha-se, pois, ligado ao arroio.

O segundo, porém Cogoim seria, possivelmente, o nome ou alcunha de seu filho perdido, guarda dos ervais passofundenses.

A EVOLUÇÃO DA LENDA DE GOICI

O nome do arroio Lava-pés, segundo Antonino Xavier, remonta às origens de Passo Fundo. Em suas nascentes, foi erguido um chafariz ou bica, onde afluíam os escravos com suas jarras, potes ou baldes, para o transporte da água aos seus senhores.

A lenda que recolhemos entre a gente de côm já não citava Goici, a Mãe Cabocla, porém Mariana, que ficou sendo conhecida por Mãe Preta.

Diz-se que Mãe Preta era escrava do Cabo Manuel José das Neves, que primeiro aqui se estabeleceu e era senhor daquelas glebas. Mãe Preta tinha um filho único, que era a sua alegria. Certa vez, o jovem fugiu de casa e não mais voltou, causando a morte de sua mãe.

Das lágrimas da Mãe Preta teria brotado a fonte. Antes de morrer, Mãe Preta foi visitada por Jesus-Menino, o qual lhe disse que não chorasse mais, porque seu filho se encontrava na mansão celeste.

Jesus ter-lhe-ia dito ainda:

“Em recompensa de tua dor, pede o que quiseres que te darei”.

Mãe Preta então pediu:

“Dá-me a felicidade de ir para junto de meu filho. Mas, como lembrança, quero deixar esta fonte para que, todo aquele que dela beba, retorne sempre a este lugar.

Tais as lendas que correm sobre o arroio Lava-pés. Qual delas surgiu primeiro? Qual a autêntica? Cremos ser a primeira. Mas, em folclore, a segunda é mais rica e expressiva.

Ainda hoje, aquele que bebe da água do chafariz, mais cedo ou mais tarde, retorna a Passo Fundo.

Pelo menos é o que diz a lenda, que bem diz da hospitalidade do povo passofundense.

SEGUNDA PARTE

O TRABALHO JESUÍTICO

AS MISSÕES JESUÍTICAS

A República Jesuítica do Paraguai, que promoveu a catequese e civilização dos silvícolas foi a mais notável das instituições da Companhia de Jesus, e nenhuma outra entidade ou mesmo órgãos estatais conseguiram os resultados surpreendentes que ela alcançou.

A Companhia de Jesus foi fundada em 1537, por Santo Inácio de Loyola, nobre cavaleiro espanhol, um dos místicos mais impressionantes da História, canonizado, em 1622, pelo Papa Gregório XV.

A idéia de trazê-la para a América surgiu quando o governador do Rio da Prata, Hernando Arias Saavedra, derrotado pelos indígenas de sua circunscrição, “declarou ao Rei de Espanha que a conquista do gentio só seria possível pela persuasão religiosa”.

A República Jesuítica propôs-se realizar o regime idealizado por Tomás Campanela, autor da “Cidade do Sol”, e instaurou-o com imenso esforço e sacrifício, na opinião do próprio Southey, entre os aborígenes do Paraguai, cujo território foi separado, em 1607, como província independente.

“A missão, porém, diz Serafim Leite, já tinha sido fundada desde 1588 e essa é a glória dos três padres vindos do Brasil: Ortega, Saloni e Fields, que foram os primeiros a regar, com os seus suores apostólicos, aquelas históricas paragens”.

“Até 1608, as missões continuaram como existiam antes informa Romário Martins, em “História do Paraná”: peregrinando pelos sertões, defendendo, convertendo e batizando índios”.

Angyone Costa (Bibl. n.º 1) acrescenta que “foi o jesuíta, foram os padres da Companhia de Jesus, os que primeiro viram no habitante da nova região uma criatura humana em condições de interessar a outros homens”.

N. Sa. de Loreto, a primeira missão, foi instalada em território brasileiro e era a capital do movimento de evangelização. Fundou-se em

1610, junto à foz do Pirapó, no Paranapanema, nela escrevendo o Padre Ruiz de Montoya, em 1613, o seu precioso livro “A Arte e Vocabulário da Língua Guarani”, possibilitando aos missionários entenderem-se com os silvícolas. “Foi em território paranaense como observa Romário Martins que a imprensa começou a aparecer na América”.

Na bacia do Paranapanema, foram fundadas as seguintes Reduções: Loreto, Santo Inácio (no lugar Ipaubucu), São Pedro; na bacia do Tibagi: São José (no Tu cu ti), São Xavier (no Ibitirembetá), São Paulo (no Iniaí), Encarnação (no Natingui), Santo Antônio e São Miguel (na Ibituruna); na bacia do Ivaí: Nova São José e São Tomé; na bacia do Piquiri: Conceição (no Ipiturapina), Los Angeles (no Taiobá), Copacabana, Arcângelos e Tambó; em locais não elucidados: Nossa Senhora de Pacaúna, São Roque, São João Evangelista, Assento da Igreja, Santa Ana, e outras tôdas elas em território paranaense.

Graciano A. de Azambuja, em seu “Anuário para o ano de 1900” e baseado na “Exposição” do Barão do Rio Branco, diz que na Província de Guairá (atual Estado do Paraná), tinham sido fundadas as seguintes Reduções:

“Guairá ou Ciudad Real, sôbre o Pequiri, perto da confluência deste rio com o Paraná; e Vila Rica, à margem esquerda e junto à foz do Quiribataí (Corumbataí), afluente do Guaíbaí, hoje Ivaí (isso no século 16). Em princípios do XVII século, os jesuítas do Paraguai começaram a converter os índios guaranis dessa região e a reuni-los em tôrno das toscas igrejas que iam levantando e a que davam o nome de Missões ou Reduções. De 1610 a 1626, fundaram êles assim quatorze missões que tôdas ficavam situadas ao norte do Iguaçu, e portanto ao norte também e completamente fora do território contestado. Além das missões do Guairá acrescenta o autor tinham os jesuítas já estabelecido outras em 1630, ano da primeira invasão dos brasileiros de São Paulo. Porém, destas, umas ficavam ao ocidente do Paraná, outras entre o Paraná e o Uruguai, mas fora do território contestado; e três ao oriente e na margem esquerda do Uruguai, conseguintemente em território hoje do Estado do Rio Grande do Sul”.

Os nomes dessas Reduções eram, na quase totalidade, os mesmos da Província do Guairá. Na banda ocidental do Uruguai (lado argenti-

no), entre outras, as seguintes: São Francisco Xavier, Santa Maria, São Carlos, Apóstolos, Conceição, São Tomé, Cruz, Japeju e outras. Mais além da margem ocidental desse rio: Itapuá, Jaguapuã, Santo Inácio-guaçu, etc.

O Cónego Gay diz que “o primeiro cuidado dos missionários jesuítas, para a conversão e redução dos selvagens, foi, em consequência de ocuparem-se de ministérios temporais, como praticava São Paulo... entregar-se a todos os ofícios braçais para acomodar os infieis, agradecer-lhes com a abundância do sustento, e pelas conveniências que lhes proporcionavam, atraí-los ao grémio da Igreja”.

Em Guairá, no Estado do Paraná, como observa Romário Martins, “o sistema jesuítico teve seus delineamentos práticos, a demonstração de sua eficiência, os primeiros resultados da ação civilizadora, obra concluída no pampa rio-grandense representa uma página de relêvo na história americana”.

Graciano A. de Azambuja, no seu “Anuário” aludido, diz: “Em 1630 e 1631, os paulistas, dirigidos por Antônio Raposo Tavares e pelos subchefes Frederico de Melo, Antônio Bicudo, Simão Álvares e Manuel Morato (ou Preto?), atacaram e destruíram, na Província de Guairá, as missões de São Miguel, Santo Antônio, Jesus-Maria, São Paulo, São Xavier, São Pedro e Conceição dos Gualachos... Reunindo, então, em Loreto e Santo Inácio Mini os índios fugitivos das outras missões, resolveram os jesuítas abandonar a Província de Guairá e estabelecer êsses índios no território compreendido entre o Paraná e o Uruguai. A transmigração dos 12.000 catecúmenos que restavam, efetuou-se em 1631, sob a direção do Padre Montoya; e como os índios caingangs ou coroados, senhores das margens do Iguaçu e do Uruguai, acima dos Saltos Grandes desses rios, tornavam impossível a viagem por terra, foi ela empreendida por água, descendo o Paranapanema e o Paraná, em 700 balsas. Com êsses emigrantes, foram fundadas então as missões de Loreto e Santo Inácio Mini, perto da margem esquerda do Paraná, ao sul de Corpus”.

E o autor acrescenta: “No ano de 1632, os paulistas tomaram Vila Rica e Ciudad Real e no ano seguinte, dirigindo-se para a foz do Iguaçu, foram precipitadamente evacuadas as missões de Santa Maria Maior,

junto ao Salto Grande dêsse rio, e a de Natividade do Acarai. Desde então (1633) ficaram os paulistas senhores de todo o território a leste do Paraná e ao norte do Iguaçu”.

Informa ainda:

“Acossados pelo norte, começaram os jesuítas do Paraná, em 1631, a estender os seus estabelecimentos ao oriente do Uruguai e em território hoje do Rio Grande do Sul, onde possuíam, como ficou dito, três missões. Em 1636, elas eram quinze, compreendidas entre o Uruguai a oeste; o Ijuí e a Serra Geral ao norte; o Ibicuí (então Ibicuti) a leste. À parte oriental dêsse território, davam os jesuítas o nome de Província do Tape”.

Aurélio Pôrto, em “Terra Farroupilha”, página 21, escreve sôbre o pioneirismo jesuítico, no Rio Grande do Sul, obra do venerável Padre Roque Gonzales:

“Levando poucos companheiros, apenas transpusera, na altura da barra do afluente Aracatin, a fronteira rio-grandense, quando, por entre densas brenhas, se lhe apresentaram muitos índios, todos nus e pintados, como costumam para as emprêsas hostis e bélicas: exigiam, brandindo furiosamente as armas, que não passasse além. Respondeu o Padre Roque com calma; não lhe permitia a vocação recuar de qualquer obstáculo, e tão eloquentemente lhes falou sôbre os principais mistérios da fé que os índios, admirados de terem encontrado um branco que era tão senhor da língua dêles confusos se retiraram para suas aldeias”.

REDUÇÕES NA PROVÍNCIA DO URUGUAI

Deve-se ao Padre Roque Gonzales a fundação das primeiras Reduções rio-grandenses, à margem oriental do Uruguai e no Ibicuí, graças à boa influência do cacique Nheenguiru, que recebeu o batismo sob o nome de Nicolau, índio intrépido e estimado em todo o oeste gaúcho, incluindo as regiões dos tapes.

Com vistas nos vários autores que tratam da matéria, como sejam: Aurélio Pôrto, Gonzaga Jaeger, Rêgo Monteiro, Olyntho Sanmartin e

outros, vamos enumerar, a seguir, as Reduções estabelecidas no Rio Grande do Sul, na ordem adotada por Sanmartin. A situação de cada uma delas é controversa, mas esses autores, embora nem sempre concordem, chegam a indicações bastante aproximadas e exatas, conforme o caso.

Eis, pela ordem, missões fundadas na Província Oriental do Uruguai:

1. SÃO NICOLAU DO PIRATINI

Ergueu a cruz dessa Redução o venerável Roque Gonzales, a 3 de maio de 1626, em terras dominadas pelos caciques Nheenguiru e Guaracica, na margem esquerda do Uruguai e direita do Piratini, junto à foz dêste, em território que hoje pertence ao município de São Luís Gonzaga. Foram curas dessa Missão os Padres Afonso de Aragona, Antônio Crespo, Vicente Badia, Silvério Pastor e, por último, o Padre João Batista Mexia. Em 1634 contou ainda com o Irmão Bartolomeu Cardenosa, notável arquiteto.

2. SÃO FRANCISCO XAVIER

Fundada pelo Padre Roque Gonzales, em 1626, na margem esquerda do Uruguai, proximidades dos arroios Amanoá e Urucutaí, segundo indicações de Sanmartin, em território do atual município de São Borja. Não temos outros informes sobre essa Redução.

3. CANDELÁRIA DO IBICUI

Fundada pelo Padre Roque Gonzales, em 2 de fevereiro de 1627, em terra do cacique Tabaçã. Os informes dos autores são muito incertos sobre o local dessa Redução. Entretanto, informações do Padre Mastrilli (5.a Carta, de 12 de novembro de 1628, que lemos nas páginas 69 e 70 de "Bandeirantes no Sul do Brasil", de Olyntho Sanmartin), dizem o seguinte: "... entrando depois pela Redução de São Nicolau, cinco ou seis léguas pela terra adentro, saiu quase no mesmo pôsto: que andando mais de 80, pelo rio Ivicuiti..." Isso dá a entender que o Padre Roque,

quando subiu pelo rio Ibicuí, tomou, adiante, pelo rio Tebicuari (atual Itu), localizando-se, assim, essa Redução, com a maior probabilidade, na margem direita dêste último rio (isto é, ao norte do mesmo), território do atual município de Santiago. Essa Redução foi destruída no mesmo ano de 1627, pelos índios tapes.

4. CANDELÁRIA DO PIRATINI

Destruída a Redução anterior, o Padre Roque Gonzales fundou esta nova Candelária em 1628, em terras do cacique Aguaraguavi, região conhecida, na época, por Caaçapá-mini, entre os rios Ijuí e Piratini. Mastrilli informa que ficava cinco léguas de São Nicolau, para dentro das terras, o que não concorda com as coordenadas de Rêgo Monteiro. Devia ficar, pois, nas proximidades de Serrinha, no atual município de São Luís Gonzaga. Foi cura desta Redução o Padre Pedro Romero, companheiro de Roque, contando com o auxílio dos Padres Afonso Rodrigues e João de Castilhos; mais tarde, foram para essa Redução os Padres Manuel Bertot, Francisco de Molina e João de Salas. Por último, era cura o Padre Manuel Domenech que, quando dos ataques bandeirantes, foi o primeiro a levar seus índios para a outra margem do Uruguai. Era também cacique poderoso de suas proximidades o índio Carobaí.

5. ASSUNÇÃO DO IJUÍ

Fundada pelo Padre Roque Gonzales, a 14 ou 15 de agosto de 1628, nas terras do cacique Yeguacabaí (Felipe), entre os rios Ijuí e Piratini, ou melhor: na margem esquerda do Ijuí-Grande, “na fralda da Serra”, território do atual município de São Luís Gonzaga. Foi cura dessa Redução o Padre João de Castilhos.

6. CAARÓ OU SANTOS MÁRTIRES DO JAPÃO

Foi a última Redução fundada pelo Padre Roque Gonzales, em domínios do feiticeiro Nheçu e de seus parceiros Carupé e Maraguá, junto ao arroio Uruguá (primitivo Caaroqué) que deságua no Ijuí, situando-se no atual município de São Luís Gonzaga, conforme localização feita por

Luís Gonzaga Jaeger. Foram companheiros do Padre Roque, nessa fundação, os Padre Pedro Romero e Afonso Rodrigues. Depois do assassinio dos jesuítas Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, em novembro de 1628, por trama do feiticeiro Nheçu, foi essa Redução destruída e, mais tarde restabelecida, em julho de 1630, pelo Padre José Orégio, com o auxílio do Padre Jerônimo Porcel. No ano da peste, contaram êstes com a colaboração do Padre Pedro Espinosa.

7. APÓSTOLOS SÃO PEDRO E SÃO PAULO

A Redução de Apóstolos foi fundada pelo Padre Pedro Romero, em 23 de agosto de 1631, na região conhecida por Caaçapá-guaçu, sob a influência dos feiticeiros Nheçu, pelo ocidente, e Ibapiri, pelo oriente, situando-se essa Redução entre os rios Ijuí-guaçu e Ijuí-mirim, no atual município de Santo Ângelo, próximo aos lajeados Grande e Quirimau, quase na divisa com o município de Ijuí. Teve por curas Adriano Knud, Adriano Crespo (médico do povo), José Orégio, Luís Ernot e Francisco Ximenes que, mais tarde, foi cura da Redução de Santa Teresa, em Passo Fundo.

8. SÃO CARLOS DO CAAPI

Foi fundada pelo Padre Pedro Romero, em princípios de 1631, e reconhecida em agosto do mesmo ano, nas terras dos famosos e valentes caciques Apicabijia e Jandeía. Teve por curas e auxiliares os Padres Pedro Mola, Felipe Viveros, Diogo Ferrer e Nicolau Inácio. Situava-se na região conhecida por Caapi, a oriente de Caaçapá-guaçu. Compulsando-se os vários autores, chega-se à conclusão de que essa Redução ficava no divisor de águas e caminho natural, entre o rio da Várzea e nascentes do rio Jacuí-mirim, próximo às localidades de Cruzinha e Pinheiro Marcado, no atual município de Carazinho, distante um dia de Santa Teresa, consoante informação de Nicolau del Techo. Os índios que deviam formar a Redução de Visitação, vieram também reduzir-se em São Carlos, juntando-se aos índios de Apicabijia e Jandeía. A localização dessa Redução, vizinhanças de Pinheiro Marcado, é dada por Souza Docca, Gonzaga Jaeger e outros autores, como sendo o da Redu-

ção de Santa Teresa, confundindo as nascentes do Jacuí, onde ficava esta última Redução, com as do Jacuí-mirim, que muitos autores consignavam como as do verdadeiro Jacuí.

Sobre o território rio-grandense ocupado pelos jesuítas, escreve Walter Spalding, em "Gênese do Brasil-Sul", página 18: "Somente um século mais tarde, em 1620, a terra de ninguém seria incluída nos bens de Portugal pelo Alvará que a denominou Capitania del Rei que, aliás, nem sabiam ao certo onde ficava. Seis anos mais tarde, pelo oeste, invadem-no os jesuítas espanhóis, chefiados pelo primeiro mártir rio-grandense, o paraguaio Roque Gonzales de Santa Cruz, sacrificado pelos silvícolas no Caaró, em 1628. Assim, apesar do título português de 1620, passa a figurar na cartografia jesuítica como "adjacências do Paraguai". Aliás, os espanhóis, por mais de uma vez, tentaram, pelas armas, entrar no Rio Grande, não o conseguindo. Frustradas as tentativas de Hernández ou Hernando Arias, Governador do Paraguai, três humildes jesuítas operaram o milagre, dominando só pelo poder da cruz os silvícolas rio-grandenses da terra dos tape-guaranis ali se estabelecendo desde 1626. Mas êsses três roupetas pagaram, dois anos mais tarde, a 15 de novembro, com a vida, a ousada incursão: Roque Gonzales de Santa Cruz, Juan de Castillo e Alfonso Rodriguez foram cruelmente trucidados pela traição do feiticeiro Nheçu... Mas a semente estava lançada e as missões frutificariam e brilhariam por mais de um século, dominando a grei selvagem do Rio Grande do Sul, enquanto Portugal nada fazia".

REDUÇÕES NA PROVÍNCIA DO TAPE

Roque Gonzales foi o primeiro desbravador do Tape, mas seu trabalho aí não medrou em razão de sua morte prematura.

Mais tarde, em 1632, o Tape, transformado em Província, voltaria a ser visitado pelos jesuítas, nêle sendo fundado o melhor conjunto de suas Reduções, incluindo-se a missão de Santa Teresa, em território Passo Fundo.

Compulsando os autores já citados e na ordem adotada por Olyn-

tho Sanmartin, eis as Reduções seguintes, agora erguidas no Tape:

9. SÃO MIGUEL

Fundada pelos Padres Pedro Romero e Manuel Bertot, em junho de 1632, na região denominada Itaiacecó e terras do cacique Guaimica. Devia ficar nas cabeceiras do arroio Arenal, afluente do Vacacaí, pouco ao sul do Ibicuí-mirim, a sudoeste da cidade de Santa Maria, no município do mesmo nome. Foi cura o Padre Cristóvão de Mendonça, tendo por companheiro o Padre Paulo Benavides. Depois, ainda, foram servir nessa Redução os Padres Manuel Bertot e José Orégio. A Redução foi inquietada pelo feiticeiro Tajubaí, que foi aprisionado, por um dia, pelo Padre Cristóvão de Mendonça. Uma vez sôlto, o feiticeiro refugiou-se entre os carijós ou ibiangularas (e juntamente caingangs ou guaianás, ali acoitados, segundo uma informação de Walter Spalding), tornando-se êsse índio um dos mentores da morte daquele sacerdote, quando exercia o curato em Jesus-Maria.

10. SÃO TOMÉ

Fundada pelos jesuítas Luís Ernot e Paulo Benavides, em 13 de junho de 1632, depois de uma visita do Superior Pedro Romero às tabas dos caciques Araçai e Caarupé, acompanhado por Manuel Bertot e Luís Ernot. Ficava entre o Alto-Jaguarizinho e o Jaguari, no município de Santiago, não distante das divisas de Tupanciretã. Teve também por cura, juntamente com Benavides, o Padre Cristóvão de Mendonça.

11. SÃO JOSÉ

Fundada por Cristóvão de Mendonça, em 1632, na região então denominada Itaquatiá, a sete léguas de São Tomé, entre esta Redução e a de São Miguel, ficando à margem direita do Toropi, no sul do município de Tupanciretã, junto aos limites com São Pedro do Sul e General Vargas. Teve por dirigentes os jesuítas Manuel Bertot, Luís Ernot e, depois, José Cataldino.

12. NATIVIDADE

Fundada pelo Superior Pedro Romero, em 1632, nas terras do cacique Cunhambô, devia situar-se, segundo indicações de Rêgo Monteiro, Aurélio Pôrto e outros autores, abaixo da confluência do Ivaí, no Jacuí, proximidades do arroio da Reserva, no extremo leste do município de Júlio de Castilhos. Dirigiram esta missão os Padres Paulo Benavides e Pedro Álvares.

13. SANTA ANA

Fundada pelos jesuítas Pedro Romero e Cristóvão de Mendonça, em terras do cacique Aierobóia (Bartolomeu), em 1632, distava um dia de viagem de Natividade, ficando nas proximidades da localidade de Agudo, município do mesmo nome, antigamente pertencente ao de Cachoeira do Sul. O cacique Aierobóia manifestou grande espiritualidade, tendo sido morto na defesa de Jesus-Maria, quando do ataque dos bandeirantes. Foram dirigentes espirituais dessa Redução dos Padres Inácio Martinez e Manuel Bertot. Veio juntar-se, espontaneamente, a essa missão o valente cacique Itapaí e sua gente.

14. SANTA TERESA

Fundada depois da visita do Superior Pedro Homero e do Padre Pedro Mola, em fins de 1632, em terras do cacique Guaraé, que mandou buscar os jesuítas. Sua localização definitiva foi processada pelo jesuíta Francisco Ximenes, que se tornou seu verdadeiro fundador, em 1633. Situava-se, consoante Olyntho Sanmartin, ao norte do Alto-Várzea, próximo à localidade de Bela Vista, município de Passo Fundo. Segundo Aurélio Pôrto e Rêgo Monteiro, nas imediações da cidade de Passo Fundo, e, segundo o que temos podido apurar, ficava ao sul do ponto indicado por Sanmartin, entre aquele ponto e o rio Jacuí, no chamado Rincão do Pessegueiro, município de Passo Fundo. O Padre Ximenes foi cura substituído desta Redução, tendo por companheiro, sequentemente, os Padres Simão Maceta e João de Salas.

15. JESUS-MARIA

Fundada pelo jesuíta Pedro Romero, em fins de 1632, em terras do cacique Mínuaiá, na parte oriental da serra do Butucaraí, situando-se à margem direita do rio Pardo, no município do mesmo nome, junto aos limites dos municípios de Candelária e Vera Cruz. Trabalharam nessa Redução, inicialmente, os jesuítas Pedro Mola e Cristóvão de Arenas, e, mais tarde, Cristóvão de Mendonça. Depois do martírio dêste, novamente veio a ela o Padre Pedro Lima e o Irmão Antônio Bernal. Segundo Aurélio Pôrto, teria sido fundada pelo Padre Pedro Mola, acompanhado de Cristóvão de Arenas, que trouxe umas vacas para o Povo.

16. SÃO COSME E SÃO DAMIÃO

Fundada, ao que parece, pelo jesuíta Adriano Formoso, segundo a maioria dos autores, em 1633, na margem direita do Ibicuí, ao ocidente de São Miguel, próximo à localidade de São Pedro do Sul, no município do mesmo nome, consoante as indicações de Gonzaga Jaeger. Foi seu cura o mesmo Padre Adriano Formoso.

17. SÃO JOAQUIM

Fundada por Pedro Romero, em 1633, em terras do cacique Gamaí ou Caruaí, na serra do Butucaraí, à margem esquerda do Alto-Rio Pardo, no município de Santa Cruz do Sul, mais provável no de Soledade, nas vizinhanças do Arroio Simões, segundo Gonzaga Jaeger. Foi assistente em sua fundação o Padre Francisco Ximenes, cura de Santa Teresa, que dirigiu os trabalhos de sua fundação. Mais tarde, foram seus dirigentes os Padres João Soares e Cristóvão de Arenas.

18. SÃO CRISTÓVÃO

Fundada pelo Padre Augusto ou Agostinho Contreras, em 1633, nas terras do cacique Caraichuré (Antônio), à margem direita do rio Pardo, no município dêste nome, mais ou menos em frente à barra do rio Pardinho, sendo seu cura o mesmo Contreras.

NA PROVÍNCIA DE IBIA OU IBIAÇÁ

Não chegaram a ser fundadas as Reduções jesuíticas, nessa Província. Estava quase tôda tomada pelos mercadores de escravos, chamados mamelucos, vindos de São Paulo. As entradas aí feitas pelos Padres Francisco Ximenes, Cristóvão de Mendonça e outros, não chegaram a tomar um caráter de fixação, pois, devido àquele fato, os índios catequizados em Ibia ou Ibiacá eram transmudados para as Reduções do Tape e mesmo do Uruguai, a fim de estarem livres daquela influência.

Os carijós ou ibiangeras, aliás, demonstraram-se ferrenhos inimigos da obra jesuítica espanhola.

Foram êsses índios, igualmente, que constituíram sempre o grosso das bandeiras que iam atacar os tapes e guaranis, seus inimigos mortais, e que ajudaram os paulistas, constantemente, na conquista do Brasil interior, através das capitais de Minas, Mato Grosso, etc.

O CARÁTER DAS EXPANSÕES JESUÍTICA E BANDEIRANTE

Jesuítas e bandeirantes, aquêles em marcha do interior para o mar, e êstes, penetrando os sertões, em sentido inverso, obedeceram, em sua expansão territorial, não a causas nacionalistas, porém movidos por um único interêsse: o índio. Os jesuítas para ganhá-los à civilização, e os bandeirantes para o aumento de braços nas lavouras paulistanas.

Efetivamente, nenhum caráter nacional presidiu às suas conquistas territoriais, pois, como sabemos, em 1580, a Coroa de Portugal uniu-se à de Espanha, união essa que permaneceu até 1640.

Tanto jesuítas como bandeirantes realizaram sua expansão sob a mesma Coroa, e palmilhando terras a que tinham os mesmos direitos.

FUNDA-SE A REDUÇÃO PASSOFUNDENSE DE SANTA TERESA

A Província do Tape, como dissemos, ficava ao ocidente e ao sul do Jacuí, e foi penetrada, primeiramente, pelo Padre Roque Gonzales, e

depois, pelos jesuítas Luís Ernot, Paulo Benavides, Cristóvão de Mendoza, Manoel Bertot, Simão Masseta, Pedro Mola, José Cataldino, José Domenéch, Pedro Alvares, Adriano Formoso todos êles sob a direção do esforçado jesuíta Pedro Romero.

A maioria procede da Província de Guairá (Paraná), atacada e destruída pelos bandeirantes, “e trazem ainda no coração diz Aurélio Pôrto o travor dos dias dolorosos, da destruição, dos incêndios, das mortes e da escravização do povo guairenho”.

O Tape frutificou com a evangelização dos Padres Manoel Bertot e Luís Ernot, que fundaram a Redução de São Tomé, na região serrana do Jaguari; dos esforçados Cristóvão de Mendoza e Paulo Benavides, fundadores da missão de São Miguel, a primeira, na região de Santa Maria, à margem direita do Ibicuí; dos cultos Manoel Bertot e Luís Ernot, que iniciaram a Redução de São José na mesma região; Adriano Formoso que funda, enfim, a de São Cosme e São Damião, nas pontas da serra de São Martinho.

É quando Passo Fundo entra na história das missões jesuíticas.

É também o comêço da história do município, que se inicia no ano de 1632, quando o índio Guaraé, cacique local dos tapes, tendo notícia das doutrinas jesuíticas, pediu a vinda dos padres para a fundação, aqui, de uma Redução que fôsse igual às outras. O instinto de emulação, que era notável nesses índios, foi o fator principal dessa providência do tubichá, que vinha tendo notícias dos trabalhos apostólicos, certamente por intermédio de seus “bombeiros” ou esculcas avançados.

Os padres, que se consultaram diante do pedido, julgaram dificultoso remontarem às serras, até as distantes cabeceiras do Jacuí, vencendo mil obstáculos, quando outras tabas mais próximas também reclamavam sua presença. Havia ainda poucos jesuítas aquém do Uruguai, falta que aos poucos foi se preenchendo com os padres fugitivos de Guairá.

Mas o índio foi teimoso, e enviou novos emissários aos jesuítas, insistindo em suas pretensões. Os padres viram nisso um sinal auspicioso para o erguimento da cruz no extremo norte do território tape.

“Para lá se encaminhou, pois, o Padre Romero, no intuito de explorar a selva do Ibitiru informa o Padre Gonzaga Jaeger, erudito estudioso dos fatos jesuíticos. A boa disposição dos seus moradores, em face dos

missionários, o induziu a enviar-lhes o Padre Pedro Mola, que foi muito bem recebido por aquêles silvícolas (Charlevoix, II pág. 345)".

Por essa informação, verificamos que o primeiro explorador da região passofundense foi o Padre Pedro Romero, aliás, dirigente da entrada missionária no Rio Grande do Sul.

Acompanhou-o, nessa exploração, o cacique Nicolau Neenguiru, (o primeiro dêsse nome), o mesmo silvícola que recebeu o Padre Roque Gonzales, quando êste pisou em terras gaúchas, índio, aliás, de grande prestígio, a quem se deveu a entrada dos jesuítas na região do Tape. Sobre êste ponto, esclarece Aurélio Pôrto (História das Missões, II, 217): "foi êle a cujas palavras se abriu a porta da estendida Província do Tape e da Serra, e por quem os índios daquelas províncias pediram padres e os alcançaram". Êsses desbravadores percorreram a zona a cavalo.

Pedro Romero, vendo a boa disposição dos índios passofundenses, enviou para os primeiros contatos práticos, visando o estabelecimento de uma Redução, o Padre Pedro Mola, sendo "muito bem recebido por aquêles silvícolas". Todavia, sua permanência foi breve, pois outras missões o reclamavam. Não foi êle, portanto, o fundador da Redução passofundense, mas um dos preparadores da empresa.

O verdadeiro fundador da missão passofundense, sob a invocação de Santa Teresa, foi o Padre Francisco Ximenes que, erguendo uma grande cruz de madeira, rezou missa, acompanhada com respeito pelos índios, em fins do ano de 1632 possivelmente às vésperas do Natal.

Sua demora entre os índios de Passo Fundo também foi curta, pois viera encarregado dos preparativos espirituais, feitos sempre com antecedência, para a inauguração da Redução de São Joaquim, na vizinha serra do Butucaraí, em Soledade, na divisa com o atual município de Santa Cruz, fato que se verificou no ano seguinte.

Erguida a cruz no terreiro da taba construída a capela de taipa, recoberta de capim, os índios, entretanto, não contavam com padres residentes, sendo visitados esporadicamente pela missão evangélica.

"Por causa da situação demasiadamente remota e desarticulada daquele pôsto diz Gonzaga Jaeger os padres só se estabeleceram no Ibitiru um ano mais tarde..." Mas informa, por equívoco, que só então puseram "a nova Redução sob o amparo da grande Santa Teresa".

O Padre Francisco Ximenes veio ainda uma ou duas vezes, tendo, numa das visitas, a 22 de março de 1633, feito a transmigração do povo.

“Não ficaram no primitivo lugar diz Jaeger porque, vindo o Padre Ximenes, mudou o povoado para sítio mais conveniente”.

Motivou isso, aliás, a possibilidade de melhor defesa que, sem dúvida, foi encontrada no segundo local. O primeiro ficava num ponto extremado, mais próximo de Ibia, e sujeito a eventuais ataques por parte dos bandeirantes.

A propósito dessa mudança, o Padre Francisco Ximenes, estando já numa outra paragem missionária, onde, com mais descanso, podia escrever, assim informa ao seu superior, Padre Pedro Romero: “Parti, como V. Revma. me ordenou, para visitar Santa Teresa. No tempo preciso e com a graça do Senhor, pude fazer a mudança do Povo, muito embora estivesse a parcialidade do cacique Guaraé sem vontade para isso, por amor de suas terras e por lhe haverem dito que também teria padres ali (isto é, em sua nova posição), que pudessem ir à sua terra (isto é, que se fixassem nessa outra taba) com isso foram (os índios) voando, e se deram tal gana para fazer as suas casas que, antes eu viesse (isto é, regressasse), as tinham acabadas, com o que ficou já o lugar com a forma de povoação”.

A disposição desses índios, como se vê, era das mais entusiásticas, com relação aos jesuítas. Diz judiciosamente Gonzaga Jaeger: “Os índios domiciliados em Santa Teresa foram, entre todos, os que mais inclinação patentearam para aceitar a civilização cristã”.

Mas, o fato mais notável foi, a nosso ver, a conquista que os padres fizeram no Cariroí, entre os índios ibiangularas, trazendo-os para junto dos tapes, seus inimigos tradicionais, fazendo ambas as raças viver num mesmo povoado, em comunhão de relações.

Na mesma citada carta, o Padre Ximenes, sobre este ponto, alude ao fato alvissareiro: “Logo começou a chegar gente de Mbocariroí, e matriculei duzentas e cinquenta famílias, batizei cinquenta crianças e alguns enfermos que corriam perigo”.

Nada melhor do que isto pode exaltar a obra daqueles eloquentes soldados de Cristo.

Somente quatro meses depois, a 6 de agosto de 1633, o Padre Fran-

cisco Ximenes veio residir, efetivamente, em Santa Teresa do Ibitiru, assistindo ordenadamente aos catecúmenos e juntando os demais índios das cercanias.

Êste foi o comêço da Redução passofundense.

PASSO FUNDO FOI, PRECISAMENTE, O LOCAL DE SANTA TERESA

Cumpre-nos, antes de prosseguir o relatório histórico, dissipar dúvidas quanto ao lugar em que foi implantada a Redução de Santa Teresa.

Primeiramente, devemos verificar se essa missão foi estabelecida, de fato, em Passo Fundo, ou nas alturas de Pinheiro Marcado, como induzem, por exemplo, o Cónego Pedro Gay, Afonso Evaristo de Castro, Souza Docca, Hemetério José Veloso da Silveira, Luís Gonzaga Jaeger e alguns outros como que repetindo as indicações dos primeiros informantes, colocando-se entre êstes o já citado Pedro Gay, tão simples e confiado em suas abundantes e preciosas notícias.

Gay, por exemplo, é quem dá a orientação de Santa Teresa do “Jacuí”, seguido de Evaristo Afonso de Castro e outros, pois, em verdade, foi nas nascentes dêsse rio que se situou a mencionada Redução, conforme expressamente dizem as Ânuas dos jesuítas guairenhos.

Ficando isto claro, torna-se fácil explicar, depois, o equívoco dêses autores que, baseados, talvez, em alguns tratadistas e cartógrafos, enviados pela Coroa portuguesa dão como Jacuí Verdadeiro o atual Jacuí-Mirim, que nasce na coxilha de Dois Irmãos, junto à localidade de Pinheiro Marcado.

Admira-nos, entretanto, que Hemetério, embora viesse a retificar sua opinião sôbre o verdadeiro Jacuí, persistisse em consignar Santa Teresa como localizada em Pinheiro Marcado. Justificamo-lo em parte, porque talvez não contasse, então, com elementos bastantes para contradizer a opinião corrente. O mesmo podemos dizer em relação a Souza Docca que trocou as posições, dando Santa Teresa para Pinheiro Marcado, como podemos verificar, à luz dos estudos mais recentes e completos de Aurélio Pôrto e Rêgo Monteiro.

Os dados de origem portuguesa, no que respeita às nascentes do Jacuí, são muito confusos, porque a região se apresentava agreste e hostil ao elemento luso, que conhecia vagamente a zona, pelos fins do século dezoito, dando-grosso modo por “sertão do alto Uruguai” e região dos ferozes pinarés.

Creemos que a responsabilidade do inexato traçado do rio Jacuí, no que se refere às suas nascentes, caiba à carta de 1756, mandada levantar por Gomes Freire de Andrade, e que ostenta o seguinte título: “Mapa que contém o país conhecido da Colônia até as Missões e o caminho que fizeram as duas armadas de S. Majestade Fidelíssima e Católica”.

Fac-símile do mesmo foi examinado por nós na Divisão de Cultura, órgão da Secretaria de Educação e Cultura, na secção regionalista, dirigida pelo tradicionalista Carlos Galvão Krebs.

Esse mapa é de autoria de Miguel Ângelo de Blanco e João Bento Python, e relata os feitos da campanha guaranítica de 1752-1756.

Lá se vê o Jacuí nascendo ao ocidente, lá pelas alturas de Pinheiro Marcado, constando como afluentes uns pequenos galhos que descem em direção norte-sul, inclusive o verdadeiro Jacuí, cujo curso oriente-ocidente, desde suas cabeceiras, é completamente ignorado, figurando em branco, como, aliás, tôda a parte de Passo Fundo para o norte, revelando desconhecimento da região supra.

Corroborando o êrro, vemos o mapa de José Pedro César-Th. Duvothenay, “para acompanhar os Anais da Província de São Pedro”, do Visconde de São Leopoldo mapa em que se menciona o seguinte para a região de Passo Fundo: “Grande bosque dos Jacuís e seus galhos orientais”, dando assim o verdadeiro Jacuí como um dos referidos “galhos”.

O autor desconhecido de “O Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga”, volume 103 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, 1946 assinala, com razão:

“São os jesuítas espanhóis que lançam os fundamentos da cartografia do Sul. No primeiro quartel do século XVII cruzam o Uruguai, palmilham as terras do Rio Grande e estabelecem as suas Reduções à margem esquerda do Uruguai. Depois, numa penetração constante, perlustram a bacia do Jacuí, indo até o litoral. Com essa percepção admirável que foi sempre a característica de sua ação, tomam conhecimento da terra, le-

gam-nos as primeiras notícias geográficas, e estabelecem os lineamentos da nossa etnografia. Ainda hoje, perquirindo êsse passado longínquo, são a êsses elementos que os estudiosos vão pedir a solução dos complexos problemas relacionados com a terra e com os homens primitivos”.

É o que fazemos. E para que fiquem bem caracterizadas as verdadeiras nascentes do Jacuí e a fixação de Santa Teresa, basta a descrição dada à região passofundense, pelo Padre Nicolau del Techo, dando como pontos de referência o Ibitiru (matas do Alto Uruguai, que tem início em Passo Fundo, no Uruguai-Mirim), o Ibitirabebé (Serra do Butucarái, ao sul), e Mondeca (Mato Castelhana) indicações estas estudadas por nós, no capítulo seguinte, para onde dirigimos a atenção do leitor. Sobre a descrição de Techo, veja-se “Terra Farroupilha”, pág. 46.

Diferente dos portugueses, que desconheciam a região, é o informe jesuítico do século anterior, pois os padres estavam ligados à terra, metendo-se em tôdas as tabas, percorrendo rios e montanhas, explorando todos os recantos, com vistas mais amplas, quais sejam as de estabelecer os fundamentos de uma nova civilização.

No estudo intitulado “O Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga”, já citado (“Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 103), vemos a seguinte referência a respeito da comissão jesuítica, encarregada de fazer o levantamento cartográfico do território rio-grandense:

“Faziam parte dessa comissão o Padre Luís Ernot, que havia sido militar e cartógrafo na Bélgica; o Padre Francisco Ximenes, que percorreu tôda a região entre o Taquari e o litoral do Rio Grande; e o Irmão flamengo Luís de La Cruz, notável pintor e exímio cartógrafo”.

Dispondo de técnicos de reconhecida competência, com tôda a região franqueada e percorrendo-a em todos os sentidos, êsses jesuítas não cometeram o grave erro de consignar como verdadeiro Jacuí o de Pinheiro Marcado. No mapa de Ernot, vemos, efetivamente, que a Redução de Santa Teresa se encontra nas pontas do galho oriental do Jacuí (veja-se “Terra Farroupilha”, página 43, onde se encontra “fac-símile” do referido mapa).

Seremos justos, no entanto, não generalizando, como pode parecer, as deficiências da cartografia de origem lusa. Temos, a propósito, em

nossa mesa de trabalho, a carta geográfica de Michael Antonio Ciera, Lisboa, ano de 1772, inserta na “História da República Jesuítica do Paraguai”, do Cônego Gay, edição de 1942 carta baseada sem dúvida em informes jesuíticos, além dos elementos que o autor conseguiu colher. E nela vemos, com muita nitidez, como verdadeiro Jacuí, o seu extenso galho oriental, aquêles que nasce em Passo Fundo, o que está de acordo com a cartografia atual e unanimemente reconhecida, depois de muitas confusões, que perduraram, lamentavelmente, até princípios deste século XX.

Temos também em mão o mapa incluído no livro “Génesis do Brasil-Sul”, do criterioso historiador Walter Spalding, 1953, página 17, reprodução da carta divulgada pelo jesuíta Teschauer, e onde se lêem os seguintes dizeres: “O Rio Grande do Sul em 1634, segundo o mapa mais antigo, conforme cópia do Padre C. Teschauer S. J.”. Mas, sua data deve ser 1635.

Esse mapa, de evidente origem jesuítica, traça, com muita clareza, as bacias do Uruguai, do Jacuí e os galhos do Antas, e ainda a posição das Reduções de São Nicolau, São Tomé, São Miguel, São Cosme e São Damião, São Cristóvão, Maria e José (Jesus-Maria), São Joaquim, Candelária, Mártires, Apóstolos, Caapi, São Joaquim e Santa Teresa.

Ali vemos que a Redução de Santa Teresa se encontra nas pontas do Jacuí-Oriental, região de Passo Fundo.

Esse deve ter sido o mapa traçado pela comissão de jesuítas, de que fazia parte o Padre Francisco Ximenes, cuja exploração pelo interior gaúcho foi feita em janeiro de 1635, visto que, anteriormente, ninguém ainda se havia aventurado a entrar na Ibia, a não ser os mamelucos, mercadores de escravos.

Indicação importante sobre a localização de Santa Teresa vem, ainda, de outra fonte.

Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, volume primeiro, página 165, dá a seguinte indicação: “Santa Teresa de Los Pinales, ou Curiti, como a denomina o Padre Alfaro...”.

Curiti, termo guaraníco, tem a significação de Pinhal ou Pinhais. É uma corruptela da palavra tupi Curitiba.

Milliet de Saint Adolphe, autor do “Dicionário Geográfico do Im-

pério do Brasil”, tem sido acoimado de incorreto e mereceu a pecha, no tocante a dados históricos, e ainda no que respeita aos geográficos, por utilizar-se, já no seu tempo (1840) de informações desatualizadas ou antigas. Mas é justamente pelo seu sabor arcaico que êle nos serve agora.

Eis o que êle registra, em seu “Dicionário”, verbete: Mato Castelhana: “Lugarejo da Província de São Pedro do Rio Grande, nas adjacências da Província de São Paulo e do ribeiro Curitiba...”.

Como se sabe, antigamente, a Província de São Paulo vinha confinar com o nosso território, no Alto Uruguai.

Qual seria o ribeiro Curitiba?

É o mesmo Milliet que nos responde, no verbete Passo Fundo, onde se lê: “Vau no rio Curitiba, província de São Pedro do Rio Grande, ao norte do Mato Castelhana”.

Curitiba ou Curiti era, pois, a denominação do Uruguai-Mirim ou rio Passo Fundo, ao tempo da primeira entrada jesuítica, nome tirado da região, riquíssima em araucárias.

E daí a denominação de Curiti dada à Redução de Santa Teresa que, como vemos, ficava no coração de Passo Fundo.

O autorizado Aurélio Pôrto, no livro “Terra Farroupilha”, onde trata da bandeira de Aracambi, esclarece e dispersa melhor a confusão sôbre o importante assunto. Diz êle:

“A Redução de Santa Teresa, a mais extremada ao norte, fundada pelos jesuítas, estêve muito tempo sem direção espiritual por parte da Companhia, visitando-a os padres de São Carlos e Apóstolos. Estava localizada à “entrada de um monte grandioso que llaman los índios en su lengua el Ibitiru, sítio mui comodo, y a propósito para redución” (Anua de 1635, Col. d’Angelis, I, 29, 9, 25). Convinha, entretanto, restringir, para efeitos de defesa e catequese, as distâncias entre os vários núcleos já estabelecidos, e com êste fim, determinou o Provincial ao Padre Francisco Ximenes que fizesse a mudança dessa Redução, e nela congregasse outras parcialidades dispersas pelas matas da serra Geral. Depois de várias peripécias de acidentada viagem, desincumbiu-se o Padre Ximenes da missão, mudando Santa Teresa para as proximidades da atual cidade de Passo Fundo, levantando ali a cruz respectiva, em 22

de março de 1633. A 6 de agosto, assumiu a direção da nova Redução o Padre Ximenes, que passou a ter nela residência”.

Observamos: onde se lê, em castelhano, “entrada de um monte”, leia-se: “entrada de uma serra”. Isto é: Ibitiru ou Ibituruna (serra Negra). Ou ainda: “entrada de um mato” que era a floresta do Alto Uruguai, que vinha morrer nas nascentes do Uruguai-Mirim (rio Passo Fundo É que, como observa o General Ptolomeu de Assis Brasil, em “Batalha de Caiboaté”, página 104, ao tratar de Caajuru (Bôca de Mato) que, para os espanhóis, era “Bôca do Monte”, peculiaridade, aliás, notória em Nussdorfer e outros autores.

Cumpre-nos, além disso, não desdenhar, nessa questão, reconhecidas autoridades na matéria, como a de Rêgo Monteiro, que fez estudo especializado, justamente para a localização das missões jesuíticas. E nem a constantes citações de Aurélio Pôrto, que é o autor mais acreditado na matéria, por ser o que melhor focalizou aqueles tempos remotos.

Diz, efetivamente, Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 103: “A primeira povoação dessa nova série foi Santa Teresa, localizada nas terras do cacique Guaraé, nas pontas do rio Passo Fundo, antigo Uruguai-Mirim”.

Ora, as nascentes do rio Passo Fundo ficam no Povinho da Entrada ou Povinho Velho, onde também se acham as cabeceiras do Jacuí. O referido autor não quis, por certo, mencionar o Jacuí em face da confusão reinante - mas o faz noutra local. Mas, falando aqui apenas em rio Uruguai-Mirim acabou com tôdas as dúvidas.

Pouco adiante, acrescenta, referindo-se à mudança da Redução, embora já merecendo observação. Diz êle: “Vencida a resistência dos índios e feita a transmigração do Povo, a 22 de março de 1633, erguia o Padre Ximenes a cruz que marcava o local da nova Redução. Dá Rêgo Monteiro para esta as coordenadas prováveis de 28° 12’, latitude sul, e 9°8’ de longitude oeste do Rio de Janeiro, coincidentes, mais ou menos, com as da atual cidade de Passo Fundo, e nas pontas da vertente mais ocidental do Jacuí”.

O autor devia ter mencionado: “vertente mais oriental do Jacuí”: houve um lapso de sua parte, pois que a vertente “mais oriental, que

coincide, em latitude, com Passo Fundo, é o atual Jacuí-Mirim, do Pinheiro Marcado...”.

Sabemos que as coordenadas geográficas formam um ponto, determinando um dado lugar. A vertente do Jacuí-Mirim, com efeito, coincide em latitude, com a de Passo Fundo (28° 12' sul), mas sua longitude é de cêrca de um grau afastada desta cidade aproximadamente cem quilômetros, em linha reta...Então, é nessa faixa de cem quilômetros que devemos localizar a transmudada Santa Teresa?

Se é isso o que êle quer dizer, examinemos êsse aspecto.

Essa Redução achava-se, inicialmente, nas cabeceiras do Jacuí. Mas, nessa fase incipiente, que durou apenas alguns meses, destituída de curas fixos, era ainda uma taba, a mesma construída por Guaraé. Só depois que se mudou é que tomou forma e aspecto de Redução.

Verificamos, agora, que apesar dessa mudança, continuou ela no Alto Jacuí, no extremo norte da Província do Tape, como se verifica do mapa copiado por Teschauer e constante de “Gênese do Brasil-Sul”, de Walter Spalding, acima citado. Quem o diz também é o próprio Cónego Gay, (ibidem, 478), é o próprio Afonso Evaristo de Castro (“Notícia Descritiva da Região Missioneira”, 13), etc., quando designam essa Redução como Santa Teresa do Jacuí, e que só poderiam referir-se à Redução definitiva, com duração de muitos anos, conservando, por isso, o ponto de preferência que lhe continuou dando o rio.

Do mesmo modo indicavam-se as outras Reduções, como, por exemplo: São Carlos do Caapi (a que ficava no Caapi), Apóstolos de Caaçapá-Guaçu (a que ficava no Caaçapá-Guaçu), Jesus-Maria de Ibiticaraí (a que ficava no Ibiticaraí), etc.

E se deram sempre o rio Jacuí como ponto de referência, no que tange a Santa Teresa, não deviam referir-se apenas ao “projeto de Redução” à taba de Guaraé, que teve duração de meses porém, com mais propriedade e certeza, queriam indicar a Redução definitiva, a de fato estabelecida, que durou mais de cinco anos, até ser tomada pelos bandeirantes que, não obstante, lhe conservaram o nome de batismo.

Com base nesses dados, e noutros que acrescentaremos adiante, podemos afirmar, agora, que o nôvo local de Santa Teresa ficava no velho Rincão do Pessegueiro, lugar envolto de lendas e curiosas tradições.

Êsse lugar não só ficava afastado de perigos, como também se avizinhou da futura Redução de São Joaquim, no Butucaraí, que vinha sendo preparada pelo Padre Ximenes. E dêsse local, tornava-se, por outro lado, mais acessível a ligação com São Carlos, Apóstolos e outras Reduções que ficavam a oeste de Santa Teresa.

Quanto ao Jacuí-Mirim, que tanta confusão trouxe para os autores, isto é, o Jacuí de Pinheiro Marcado, é outra questão. Examinemo-la, entretanto.

Há silêncio nos autores a respeito do primitivo nome dêsse rio. Diante disso, recorreremos ao antiquado e injustiçado Milliet de Saint Adolphe, citado atrás, já que nem dos documentos jesuíticos pudemos colher algo diretamente. Diz Milliet em seu "Dicionário", verbete Jacuí:

"Grande rio da província de São Pedro do Rio Grande... é formado pela reunião das águas dos ribeiros Jacayoíba, Ibiraiopira e Jaí, e recolhe em si outros muitos, correndo do norte para o sul, etc."

Jaí era o antigo nome do próprio Jacuí. Indica Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 81: "Jaí (Aí-Igaí-Jacuí)". Assim era mencionado pelos jesuítas.

Ibiraiopira pode significar, através dos dados de Batista Caetano ("Vocabulário Guarani"): Ibiraiapirá. De Ibirá (árvore, madeira) e Iapirá (ruir, desabar, etc.), isto é: "árvores que costumam desabar". Seriam os pinheiros?

Pode também significar Ibiraiapiri. De Ibiraiá (árvore frutífera) e Piri (proximidade), isto é: "rio das proximidades das árvores frutíferas", que podem ser os pinheiros.

Creemos, entretanto, que provenha de Ibiraiá (truncamento ou corruptela de Ibiraiara, índios cujas terras se interrompiam no rio da Várzea), e Piri (proximidade), correspondendo ao Jacuí-Mirim, cujas nascentes ficam nas lindes do território antigamente habitado por aqueles índios, sem falar nos arroios de menor importância que também ficavam limítrofes. Porém, aprofundemos a análise:

Aurélio Pôrto (*ibidem*, I, 327), cita um documento jesuítico, que descreve os limites da estância de São Miguel, onde se lê: "... por aquela parte, é princípio da estância de São Lourenço que, pelo alto (norte), correm entre o Caaguaçu da Serrania e o Ibiraiopiri até o Jaí".

Êste Ibiraiepiri (como se vê pela menção também do Jaí) é o mesmo Ibirayopira, na grafia de Milliet.

Vejamos, agora:

No já citado mapa da “Guerra Guaranítica” (1752-1756), mandado fazer por Gomes Freire de Andrade, verifica-se que a estância de São Lourenço, nos seus limites ao norte, segue a linha ou curso do Jacuí-Mirim (galho ocidental). Êste rio, assim, fica identificado como sendo, antigamente, o rio Ibiraiapiri, mencionado por Milliet e também na obra de Aurélio Pôrto.

Aproveitamos, agora, a ocasião, para identificar, igualmente o Jacayoiba, citado por Milliet como afluente do Jacuí. O termo só pode provir de Jaca-Yoibi, conforme Batista Caetano. Isto é: Jaca (ribeiro), e Yoibi, do verbo Yoibir (juntar-se com outro, duplamente, irmãmente, etc.).

Entre as vertentes formadoras do Jacuí, as que apresentam tal característica, são as do arroio Ibirubá, ao qual se junta o Puxiretê, pouco acima da confluência de ambos no Jacuí. Era bastante conhecido na época, pela sua proximidade com o Jacuí-Mirim. O rio Ibirubá deve ser, talvez, o Jacayoibi, diante da especificação etimológica. Todavia, acreditamos que êste nome deve, mais certo, designar o Jacuizinho, que nasce na Soledade, por ser mais considerável, pelas indicações dadas nos “Anais”, pelo Visconde de S. Leopoldo, página 23.

A esta altura, convém salientar um fato: o Padre Gonzaga Jaeger, em “Terra Farroupilha”, página 46, depois de dizer que Santa Teresa mudou-se das pontas do Jacuí (Povinho da Entrada), dá a seguinte opinião: “... o Padre Ximenes mudou o povoado para sítio mais conveniente. Se as cartas antigas forem exatas, a situação geográfica antiga de Santa Teresa caía na divisa dos modernos municípios de Palmeira, Cruz Alta e Carazinho”.

Não sabemos por que êle não o diz em que carta se baseou para dar essa opinião, se bem que o faz sem afirmativa categórica.

O caso é que, como vimos, o mapa do jesuíta Luís Ernot (de 1631 a 1635), dá Santa Teresa nas cabeceiras do Jacuí-Oriental, isso em 1635, pois foi quando acompanhou o Padre Ximenes, cura de Santa Teresa, na exploração da região serrana. E isso, como se vê, foi depois de 1633, quando se efetuou a mudança da Redução, querendo isso dizer que dita

Redução permaneceu sempre perto das cabeceiras do Jacuí, apesar de haver mudado de lugar.

Mas, o Padre Gonzaga Jaeger parece que, depois, mudou de opinião, ou contradiz, mais tarde, sua afirmação sobre o que indicam os mapas antigos. Estampou êle, em sua obra “Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul”, um mapa antigo, em que vemos, nas cabeceiras do Jacuí-Oriental, a citada missão de Santa Teresa. Não temos essa obra, mas “fac-símile” dêsse mapa se encontra no livro de Alfredo Ellis Júnior, intitulado “Raposo Tavares e Sua Época”, entre as páginas 194 e 195, com a citação do Padre Jaeger.

Queremos agora registrar a seguinte menção de Olyntho Sanmartin: “Santa Teresa afastou-se para o norte, para o alto da serra, próximo às nascentes do rio Várzea e da Redução de São Carlos” (“Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 83).

E não está longe da verdade. As nascentes do rio da Várzea ficam em território passofundense, e da Redução de São Carlos, que ficava na parte ocidental do município de Carazinho, justamente nas proximidades de Pinheiro Marcado.

Ao sul do rio da Várzea, porém mais próxima do Jacuí, ficava a Redução de Santa Teresa, região conhecida por Campos ou Rincão do Pessegueiro.

Quanto ao local, podemos hoje afirmar, depois de pesquisas que fizemos, que a mencionada Redução foi erguida, precisamente, nas imediações do povoado de Pessegueiro e não distante, aliás, das cabeceiras dos arroios Chifroso e Gregório. Tal conclusão foi-nos imposta depois dos confrontos das tradições locais que indicavam não só a localidade de Pessegueiro, mas também as de Faxinaí, Bom Recreio e outras. Essas tradições foram conservadas pelos índios guaranis que viveram em toldos nas circunvizinhanças de Passo Fundo até o ano de 1900, quando ainda existiam, por todo o Alto Uruguai, nada menos de mil e quinhentos índios, confinados em glebas da antiga Diretória de Terras e Colonização.

A tradição foi se conservando, e dela nos informaram o saudoso Sr. André Pitthan, e Srs. Paulino de Sousa, Napoleão Monteiro da Silva,

Ervino Folmer e outros conhecedores da região, que, por isso, tem sido o alvo predileto dos caçadores de tesouros jesuíticos.

O bandeirante André Fernandes, depois de destruir a Redução de Santa Teresa, mandou levantar, não longe do local, seus fortins e paliçadas, em 1638 a 1640, conforme se vê em Aurélio Pôrto, "História das Missões", volume I, página 166 (veja-se apêndice n.º 1). E restos de um fortim bandeirante, inacabado, foi descoberto em Três Lagoas, não distante do local ou povoação de Pessegueiro, conforme nosso Relatório ao Prefeito Mário Menegaz, de Passo Fundo (Apêndice n.º 1, no fim deste livro).

TERCEIRA PARTE

**A REDUÇÃO PASSOFUNDENSE DE
SANTA TERESA**

A REGIÃO DE PASSO FUNDO NO SÉCULO 17

Em “Terra Farroupilha”, edição de 1935, consta o magnífico trabalho do Padre Luís Gonzaga Jaeger, intitulado “As Primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul”, onde, referindo-se a Santa Teresa, cita uma informação do Padre Nicolau del Techo, a respeito do território dessa Redução jesuítica.

Creemos ser esta a primeira descrição feita sobre a terra passofundense. Ali diz Techo:

“Cêrca das nascentes do Igaí, estendem-se dilatados campos, cobertos, a intervalos, de selvas. As mais famosas são as de Ibitiru, Ibitirabebo e Mondeca, onde os pinheiros costumam ter cento e vinte pés de altura e mais ainda. São tão direitos que parecem torneados. Estando a crescer, deitam galhos de trecho em trecho, a modo de coroas. Depois caem, ficando só a base, polida e dura como o osso. Os índios alimentam-se durante grande parte do ano com os pinhões dêsses bosques. Seu gôsto difere um pouco dos pinhões europeus. Também produz o mate, erva estimada pelos paraguaios. Há rebanhos de cabras (cervos) e muitos javalis (queixadas ou taiaçus)”. Veja-se em “Terra Farroupilha”, página 46.

Aí temos quatro indicações importantes: Igaí, Ibitiru, Ibitirabebo e Mondeca.

Igaí ou Igay é o mesmo rio Jacuí. Diz Aurélio Pôrto, na já citada “Terra Farroupilha”, obra que dirigiu e escreveu com vários colaboradores: “é designativo de Igay que se vai encontrando em todo o curso do Jacuí... Segundo o probo Sousa Docca, Igay (iga y), Rio da Canoa, figura com a denominação de Jacuí, no segundo mapa do Paraguai...”

Daí também deriva a designação de Igairi-Apipe, em terras de Passo Fundo. Diz Aurélio Pôrto: “Na carta já citada do Padre Dias Tanho, refere-se êle a Ibapiri, feiticeiro, que o Padre Geral fêz deter no Igayri-Apipe cabeceiras do Igay...”

Dessa forma, o Igairi-Apipe (ou Igari-apipe), nascentes do Jacuí, era, em 1632, o lugar hoje denominado Povinho da Entrada ou Povinho Velho.

Ibitiru, segundo o Padre Gonzaga Jaeger, obra citada, louvando-se em citações jesuíticas (Roque Gonzales) é um bosque cerrado, cobrindo a serra do Alto Uruguai e que vai sair nas planuras, em direção do Guairá; uma larga faixa, abrangendo o norte rio-grandense e terras do Peperi-guaçu, e que, segundo o mapa de Carrafa, chama-se Ibituruna, Serra Negra, de que Ibitiru, sem dúvida é corruptela, na evolução do tupi para o guarani.

Assim, Ibitiru ou Ibituruna, aqui no Rio Grande, compreendia serras e bosques do Alto Uruguai, vindo morrer, precisamente, em Passo Fundo, na Coxilha Grande, divisor de águas das bacias do Uruguai e Jacuí. E, dessa forma, o Ibitiru dos jesuítas (região de Passo Fundo), é o comêço da extensa mata que havia antigamente e que se estendia, para o norte, até o coração do atual Estado do Paraná.

Ibitirabebó, aliás, Ibitirabebé, vem de Ybytyra, serra, monte, montanha; e Bebé, voar, “o que voa”, etc. (Veja-se nos vocabulários de Lemos Barbosa e Batista Caetano). Assim, Ibitirabebé poderá dar a entender “serra muito alta, que voa, que sobe às alturas”. Mas seria forçado. Não é êsse o seu significado correto. Dava-se o designativo de Bebé ou Caraibebé aos antigos feiticeiros ibiangularas. Daí provém que Ibitirabebé e Ibiticarai dizem respeito à serra do Butucarai, do que falaremos com mais dados no capítulo seguinte: “Ibitirabebé ou terra do Grande Anjo”. Dessa forma, temos Ibiticarai, com significação de “Serra do Feiticeiro”, e Ibitirabebé, ou “Terra do Grande Feiticeiro”, ou “bruxo voador”, comumente chamados êsses tais por “anjos”.

Mondeca vem de mondé que, segundo Batista Caetano, significa “armadilha para apanhar caça, laço, fôjo, trapeira, alçapão”; e caá, que se traduz por “mato”, “selva”, etc.

Compreende-se, pois, por que mondeca venha a entender-se por Mato das Armadilhas ou dos Alçapões. Ora, as armadilhas ou muidéus dos indígenas eram covas que êles faziam nos caminhos, perfeitamente ocultas com ramos. Êsse era, aliás, o hábito notório dos ibiangularas e de

seus descendentes, os caingangs do Mato Castelhana e do Mato Português.

A êste propósito, diz Antonino Xavier, em seu livro "Passo Fundo na Revolução de 1835", página 14, referindo-se à passagem dos revolucionários farroupilhas por tais matos:

"Contrariamente ao que acontecera ao mencionado general legalista (Labatut), nada sofreu dos índios essa fôrça (a do general Canabarro), na passagem dos Dois Matos, no trajeto de Vacaria para cá (Passo Fundo); antes, abertos lhe deixaram êles, para que visíveis fossem, os alçapões que no caminho costumavam cavar e disfarçavam para colhêr e trucidar os viajantes".

Mondeca só pode referir-se ao Mato Castelhana, porquanto o Mato Português, na época jesuítica, era conhecido por Caamome, designação esta que se estendeu à região de Lagoa Vermelha.

Lamentavelmente, não temos em mão as "Cartas Ânuaas" e lutamos com deficiência de material. Bem ou mal, valemo-nos das poucas munições que temos, e principalmente de Aurélio Pôrto e Gonzaga Jaeger, para chegarmos àquelas Cartas, sem, entretanto, têrmos a certeza de que dispomos do que necessitamos.

Analiseamos, agora, a interessante referência que Pôrto em sua "História das Missões", I, 134, faz de uma outra região passofundense:

"Sabendo o Padre Superior (Dias Tanho) que se faziam juntas em Cariroí, em frente a Santa Teresa... escreveu ao Irmão Cárdenas que lhe avisasse qualquer rumor de portugueses, etc."

E, ainda, em "Terra Farroupilha", o seguinte trecho que já citamos a respeito de Igairi-apipe (Povinho da Entrada): "Na carta já citada do Padre Dias Tanho, refere-se êle a Ibapiri, feitiçeiro, que o Padre Geral fêz deter no Igairi-apipe, etc."

Onde ficaria o lugar chamado Cariroí?

Diz-se aí que ficava "em frente a Santa Teresa". Diz-se que Ibapiri, o feitiçeiro, foi detido pelo Padre Superior no Igairi-apipe. E êsse feitiçeiro era um agitador do Cariroí.

A expressão "em frente" pode significar "do outro lado", isto é, do outro lado do rio, do mato, da lagoa. Trata-se de uma região que ficava

em frente ou contígua à outra. Ora, em frente ou do outro lado do Povinho da Entrada (Igairi-Apipe), ficava o Campo do Meio.

Examinemos o caso, pois que Cariroí dá lugar a muitas significações. Segundo Batista Caetano, Lemos Barbosa e outros vocabulistas, eis o que podemos tirar daí:

- Caariru, de caá (mato), riru (o que segue, acompanha), isto é: o que segue ou acompanha o mato.

- Caroroí, de caró (erva amarga), roí (soltar-se com; desprender-se), isto é: erva amarga (mate?) que se desprende, que cai ou que se faz desprender (soltar-se com).

- Curirói, de curi (pinhão), ruí (que se desprende), isto é: pinhão que cai, pinhão caído, etc.

- Cororoí, de cororo (roncar, que ronca), e “i” (rio, água), isto é: rio que ronca, roncador.

Vemos que qualquer das designações pode servir para o Campo do Meio que, na época, abrangia, além do distrito dêsse nome: Cruzaltinha, Santa Cecília, Água Santa, Tapejara, e daí para o norte; e, opostamente pelo sul: regiões dos rios Carreiro, São Domingos, Quaraí e nordeste do município de Marau.

Isto é: Intercala-se e acompanha os dois matos, o Castelhana e o Português; a região era abundante em erva-mate e pinhões, que se apanhavam ou que caíam, e de que se alimentavam os índios; e que, na mesma região, existe o riacho Roncador, afluente do Marau, no município do mesmo nome, como vemos no mapa de Antonino Xavier.

Corresponde ainda à indicação de que “ficava em frente a Santa Teresa”, como já vimos. Tanto o Campo do Meio como o Mato Castelhana eram habitados pelos ibiangularas, ferozes inimigos dos tapes, índios de Guaraé, que dominavam do lado de cá do citado mato, isto é, a região que abrangia, de norte para o sul, os rios Invernadinha, Cachoeira, Campo dos Borbas, Butiázinho, Povinho da Entrada (onde tinham sua taba), atual cidade de Passo Fundo, Três Capões e Capingui.

Além de Ibitiru, Ibitirabebo, Mondeca, Igaí, Igairi-apipe e Cariroí, temos ainda as seguintes designações correntes em 1632:

Caapigui era o nome que se dava, com mais propriedade, ao atual Taquari, afluente do Guaporé. Felizmente o primitivo nome é conserva-

do ainda no curso superior, assinalado, principalmente, pela barragem do Capingui. Segundo o estudo intitulado “O Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga”, contida na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 103, o referido Caapingui vem assinalado no mapa do Padre Luís Ernot, que explorou a região em 1635.

O atual rio Carreiro, que fica na divisa com Lagoa Vermelha, era conhecido por Boapiari ou Mbóapiari, não devendo ser confundido com o Boapari (sem o “i” intersilábico), que era então o nome do rio das Antas. Pode ser corruptela do Mbapiri ou Ibapiri, famoso feiticeiro do Campo do Meio.

O rio Guaporé, onde deságua o nosso Taquari, aliás Caapingui, era chamado Bocariroí ou Mbocariroí.

Por Caamo se designava o atual Vacaria, e por Caapi se conhecia a região de Marau até a vizinhança de Passo Fundo: ficava nas “pontas do rio Taquari” (Pôrto, op. cit. I, 129). Por Caapi também era conhecida a região de Santo Cristo, na margem oriental do Uruguai. Devia êsse nome, aliás, ter sido o genérico de tôda a faixa, desde os Ijuís até Passo Fundo. Entretanto, êsse nome fixou-se no local da Redução de São Carlos, distante um dia, a cavalo, de Santa Teresa, para oeste desta, o que lhe dá as imediações do Pinheiro Mercado e correspondendo ao Município de Carazinho.

Paricaí era como se chamava o rio da Várzea (atual), e antigo Uruguai-pitã, do século 18. Aurélio Pôrto informa, por lapso: “Uruguai-pitã, antigo Paricaí, hoje Turvo” (Ibidem, I, 48). Mas corrige-se no seu “Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul”, nos verbetes: “Abanheen” e “Aborígenes”.

Caaiacó ou Caicó, até onde pudemos alcançar, pelo processo de eliminação, corresponde, mais ou menos, à região Tapera-Ibirubá, onde devia ter sido projetada a instalação do Povo de Visitação, e que não ficava distante de Santa Teresa, como transparece das indicações de Pôrto, obra citada, página 274).

Ibiraiapiri, como vimos no capítulo anterior, era o rio Jacuí-mirim; o rio Jacayoibi, era o atual Ibirubá, assim deduzido pela combinação do seu curso com o étimo guarani.

A região de Passo Fundo, todavia, era ainda conhecida por outro

nome, além de Ibitiru. Já vimos que o referido autor, *ibidem*, I, 165, insere: “Santa Teresa de los Pinales ou Curiti”, e por Curitiba era entendido o atual rio Passo Fundo (Milliet).

Eis, em rápidos traços, como era conhecida a região passofundense, no longínquo ano de 1632, quando da primeira entrada jesuítica em terras de Guaraé.

CARIROÍ OU CAMPO DO MEIO

Sôbre a posição geográfica do Carirói, lugar do feiticeiro Ibapiri, célebre na história das Reduções, precisamos de mais algumas demonstrações orientadoras.

Aurélio Pôrto, em sua magnífica “História das Missões”, à página 93, informa que o índio Ibapiri vivia na zona situada entre os dois Ijuís, isto é, no coração da Província Oriental do Uruguai dos jesuítas: “E a região era bastante trabalhosa diz êle porque ali vivia o célebre feiticeiro Ibapiri, que muito prejudicou a catequese”.

Mas, *ibapiri* e *Cariroí* são dois têrmos ligados por acontecimentos assinalados. Diz o próprio autor, na mesma obra (página 134): “... faziam juntas em *Cariroí*, em frente a Santa Teresa...”

À página 132: “Em seguida dão-se os trágicos sucessos de *Ibia*... e os consequentes acontecimentos da junta de feiticeiros, que se organiza em *Cariroí*, avança para *Taiacuapé*...” (região do médio Taquari).

À página 118: “Obedecia a junta ao mando dos terríveis feiticeiros *Chemboabate* e seus filhos *Iaguacaporu* e *Jaguarobi*, e outro não menos afamado, *Ibapiri*, que tomara o nome de um feiticeiro morto nas pontas do *Igai*, querendo fazer crer aos índios fôsse êle um morto ressuscitado”.

O *Ibapiri* morto nas cabeceiras do *Jacuí*, e que devia ter entrado pelo Mato Castelhana, surgiu diante de Santa Teresa vindo de onde? Do *Ijuí*? Não, por certo. Veio do Campo do Meio (*Cariroí*), de onde também desceu, como esclarece Pôrto, seu sucessor, o fingido *Ibapiri*, para o médio Taquari, que dali lhe ficava próximo.

Êsse *Ibapiri* atuava na região dos *ibiangaras*, dos quais provinha e jamais da zona do *Entre-Ijuís*, situada no meio de seus inimigos.

Ibapiri, por consequência, quando surgiu diante de Santa Teresa, em 1635, só poderia vir do leste, e não do doeste da referida Redução, como transparece no citado autor.

Guiando-nos pelas próprias indicações dêsse grande historiador, façamos, por exemplo, uma linha, cujo extremo oeste fique no Entre-Ijuís, e o extremo leste, no Igairi-Apipe (Povinho da Entrada, na bôca do Mato Castelhana), onde, em 1635, teria surgido Ibapiri, para atacar a Redução de Santa Teresa, situada no centro ou no meio dessa linha.

Se o referido índio partisse da zona de Entre-Ijuís, vindo do oeste, não poderia aparecer no Igairi-Apipe, na ponta leste, sem que tivesse primeiro passado por Santa Teresa, que ficava no meio do caminho. Para que se apresentasse ali, como informa Pôrto, só podia, efetivamente, ter vindo do leste, isto é, do Campo do Meio, atravessando o Mato Castelhana, também habitado por gente sua os ibiangaras.

Assim, êsse índio não podia viver no Entre-Ijuís e também não era tape, a não ser no apelido como era costume em seu trato pertencendo, em tudo o mais, aos ibiangaras, inimigos dos tapes, como êle, e entre os quais gozava de invulgar prestígio, a ponto de rebelar o Cariroí e a Ibia, como o mesmo Pôrto explica à página 132.

Assim, pois, não nos iludamos, nem mesmo diante de nomes guaraníticos, muito comuns então, até mesmo entre os charruas da campanha gaúcha, muito embora pertencessem, racialmente, ao tronco Guai-curu do Sul, com língua à parte, e que nada têm que vem com tapes ou guaranis.

Além de Ibapiri, celebrizaram-se os seguintes feiticeiros ibiangaras, com nomes guaraníticos: Nacê, Chemboabate, Jaguacaporu, Jaguarobi, e outros já citados todos vivendo nas matas do Taquari e Antas, assinando-se pela venda que fizeram aos “portuguêses”, de seus próprios vassalos, parentes e amigos costume êsse que não era comum entre a gente guarani, mais inteligente e ciosa de sua unidade.

A quase totalidade de Ibia, aliás, tinha designação guaranítica, sem ser habitada por guaranis.

A começar pelo têrmo Ibia, que era a província inteira, seguindo-se Caapi, Carirói, Taquari, Caamo, Caaguá, Mbocariroí, Ibiaçá, Ibiamon, etc. tudo toponimicamente guarani, mas racialmente ibiangara.

Acresce que os feiticeiros, entre os guaranis, tinham prestígio relativo, isto é, enquanto soubessem agradar, servir, curar e prometer ao passo que entre os ibianguaras sua influência superava a que impunham os caciques, sempre eclipsados por aqueles.

E quem tudo isso informa, em grande parte, não somos nós, mas o mesmo e honesto Aurélio Pôrto, a quem tanto devemos, aliás, nas pesquisas que temos efetuado.

Podemos errar, mas nosso raciocínio, nesta barafunda que sôbre o tema ainda reina, tem se guiado, à luz dos novos dados e sob vários aspectos, pelo que nos parece como o mais lógico e provável.

Isso não quer dizer que, em determinados casos, não possamos afirmar com certeza absoluta.

O RIO QUE DEU NOME À CIDADE

Perguntar-se-á, naturalmente, a esta altura: qual seria o nome do rio Passo Fundo, que deu nome à cidade? Como se chamaria naquele tempo?

Vimos atrás que, primitivamente, na época da fundação de Santa Teresa, chamava-se êste rio Curiti ou Curitiba. Isso no século 17, como se vê no “Dicionário Descritivo”, de Milliet de Saint-Adolphe, nos verbetes “Passo Fundo” e “Mato Castelhana”, indicando a designação de Curitiba, enquanto o Padre Alfaro menciona Curiti como o lugar onde se fixava Santa Teresa (Pôrto, “História das Missões”, I, 165).

Curiti, para os guaranis, significava Pinhais, assim chamado o território passofundense, naquela época, a partir do rio Passo Fundo até o rio da Várzea e o Jacuí, isso porque, para o norte, a designação era a de Ibitiru (serra negra), o Mato Castelhana era Mondecaá (mato das armadilhas), o atual Carazinho era Caapi, e a região sul do Jacuí era conhecida por Ibitirabebé, incluindo a zona do atual Butucaraí.

Assim, Curiti, nome primitivo do rio Passo Fundo, procedeu da própria região que regava, onde se erguiam alterosos pinhais.

Na centúria seguinte, passou a ser designado Uruguai-Mirim, isto é, Uruguai Pequeno designação que, depois da fundação de Passo Fundo, foi sendo esquecido, até que desapareceu de todo.

Convém assinalar que Curiti, Curitiba e Uruguai-Mirim eram nomes dados pelos índios tapes, habitantes do lugar e que falavam o guarani.

Ainda no século 17, o curso baixo desse rio (para o norte), devia ser Goioen, nome dado pelos índios guaianás ou caingangs, habitantes daquelas partes, nome que perdurou, transferindo-se para o Passo do rio Uruguai, na embocadura do mesmo rio Passo Fundo.

O nosso Antonino Xavier assinalou a coincidência de Passo Fundo e Goioen, em suas "Apostilas Geográficas", página 2, onde escreve o citado autor:

"O rio Passo Fundo entra no Uruguai no trecho em que êste, conservando o batismo que lhe foi dado pelos índios coroados, é chamado Goyoen, palavra composta que, na língua dos mesmos, significa muita água, rio fundo, e, portanto, por analogia, se pode também traduzir por passo fundo".

Mas observa a seguir: "O fato assim notado não podia, entretanto, concorrer para que o antigo Uruguai-Mirim recebesse do elemento luso o nome que tem, de vez que os referidos índios só vieram a ser convertidos à civilização muito depois de começado o povoamento destas plagas pelo mesmo elemento".

Nosso afeiçoado mestre poderia ter afirmado, sem dúvida, que o nome de Passo Fundo proveio de Goioen, e não apenas salientar uma coincidência que poderia não ter havido. Se não o fêz, foi por justas razões.

Apenas observamos que não era preciso que o índio viesse a civilizar-se como argumenta o insigne para impor o nome do rio. Os civilizados, quando batizaram o mesmo, eram apenas umas poucas famílias, ainda engolfadas pelos mistérios da mata, ouvindo, sem dúvida, as tradições dos índios que a enxameavam e a tornavam perigosa para os mesmos povoadores. Poderia haver colhido o nome, por tradição, o velho José Domingues Nunes de Oliveira que, por suas ligações com os mesmos caingangs, era conhecido pela alcunha de Bugreiro, morador do Mato Castelhana, passagem obrigatória dos tropeiros, a quem se atribui o batismo do rio.

Entre outros elementos, ainda, que poderiam recolher a tradição

indígena, podemos citar Cipriano da Rocha Loires e Bernardo Castanho da Rocha, sertanistas que devassaram Nonoai e o baixo rio Passo Fundo.

Se essa hipótese fôsse acolhida, como provável, poderíamos imaginar, assim, que êsse rio não recebesse batismo aqui, na entrada da cidade, tão próximo à sua nascente, quando então se argumentaria que, neste trecho de seu curso, nunca foi além de um passo raso.

Os tropeiros, de outro lado, poderiam não ter dado o nome, como se tem acreditado. Dir-se-ia que êles eram arrojados sertanistas, acostumados a vadear o perigoso Pelotas e outras correntezas profundas, seguindo longo percurso, que ia de Sorocaba às Missões, e vice-versa, e que não seriam êles, portanto, que iriam designar por Passo Fundo a passagem em questão, que nunca lhes constituiria obstáculo, a não ser nas enchentes, quando qualquer sanga é um sorvedouro.

Mas, tudo quanto se relaciona a êsse problema deixamo-lo, avisadamente, com assunto aberto às especulações.

A PRIMITIVA TABA DE GUARAÉ

Resta-nos estudar o assunto relativo a outro ponto essencial: a situação da primitiva taba de Guaraé, onde se iniciou a catequese dos tapes, em Passo Fundo, antes de passar para o Rincão do Pessegueiro.

Vejamos os elementos de que dispomos para isso.

O problema surgiu quando, em 1957, foi chamada a atenção do Instituto Histórico de Passo Fundo para as “bacias” primitivas, “cicatrices” de antigas escavações, no Povinho da Entrada, as quais se apresentavam em forma de pires, bem feitas e côncavas algumas pequenas, outras mais vastas.

Para lá se dirigiu uma comissão, integrada pelos sócios Pedro Ferrão Teixeira, Gomercindo dos Reis, Eduardo Barreiro, Laurindo Nozari e o autor dêste livro, tendo-nos sido facilitada a tarefa pelos Srs. Adelino Kurtz e Antônio Marchese, proprietários daquela gleba.

Entre outros dados, o Relatório menciona o seguinte: “Constituiu até aqui um enigma a localização da primitiva Redução de Santa Te-

resa. Segundo o historiador Rêgo Monteiro, ficaria ela no lugar onde se situa a cidade de Passo Fundo ou suas imediações, e dessa opinião participou o historiador Aurélio Pôrto... Tudo, porém constituía ainda um mistério... O assunto foi sempre largamente debatido neste Instituto. Foi quando vários sócios seguiram, em comissão, para o Povinho da Entrada ou Povinho Velho, junto ao lendário Capão da Guarda, proximidades do velho cemitério que fica à vista da estrada real que vai para Mato Castelhana, Campo do Meio e Lagoa Vermelha... Da coxilha se alonga o olhar para todos os lados, até o horizonte, apenas interceptado a leste pelo capão... Uma vista panorâmica das mais belas... Na coxilha acham-se as "bacias", escavações primitivas, em forma de concha ou prato, desde o ponto mais alto da coxilha até os mais baixos, ao norte. Acham-se a nada menos de seis, em pleno campo, ficando para examinar-se melhor noutra oportunidade. Outras seis notam-se no meio do capão, visto que árvores seculares tomaram conta de muitas delas, vendo-se espécimes de camboatã, guamirim, cambará, pimenta e canela guaicá, nascidas dentro das mesmas escavações. Algumas delas medem vinte metros de comprimento por quinze de largura (as maiores não são perfeitamente redondas), sendo porém a maioria delas menores, isto é, com cerca de seis metros e cinco metros. Tais "bacias" serviam, como se sabe, de piso para os ranchos dos índios, em cujo centro ficava o fogo para o aquecimento dos ocupantes, etc."

Verificamos o seguinte: as "bacias" maiores, oblongas, pertencem à cultura ibiangara-caingang, ao passo que as menores, embora pareçam ser da mesma cultura nada se podia dizer, na ocasião, sobre sua utilidade; o fato é que não podíamos atribuir as referidas bacias como sinal da primitiva taba de Guaraé. No momento, entretanto, estávamos convencidos de que eram marcas da mencionada taba.

O importante era que nossa atenção fôra chamada para aqueles lugares. E isso foi utilíssimo.

Sobre esse local, diz o nosso Antonino Xavier, em "Seara Velha", página 41, sob o título "Zona Lendária": "Merece este qualificativo o campo da Entrada, na parte em que, um dia, em velhos tempos da história passofundense, veio fixar-se, constituindo vasta fazenda... o assaz lembrado José Domingues Nunes de Oliveira, etc. É que na formação

do ambiente psicológico de um lugar, tem o passado influência, naturalmente exercida na proporcionalidade da emoção que origine êle; e tal fator é tão importante na zona em referência que, para excitar a imaginação popular, oferece etapas de alta sugestão, como sejam a cruzada jesuítica, em tôrno de cuja evocação jamais deixa de aflorar a crença dos tesouros enterrados, etc.”

A singularidade do fato, porém, não é nada que diga respeito a “tesouros enterrados”, mas à menção do riacho Quaraí, naquele local, segundo se verifica do mapa do mesmo Antonino Xavier, cuja orientação, na citação de acidentes e localidades, obedeceu a um critério histórico, que é o do nome tradicionalmente mais antigo, sem prejuízo das denominações consagradas.

A coincidência de Quaraí e Guaraé salta aos olhos.

Entre os indígenas, era comum batizar-se um lugar, um rio, uma montanha e até mesmo uma tribo com o nome do cacique tribal. O costume prevalece também entre o elemento branco, tão natural é essa tendência nos homens. Vemos, efetivamente, que o antigo município de Conceição do Arroio foi rebatizado para Osório, porque ali nasceu o grande cabo de guerra. Às vêzes até batizamos um lugar com o nome de um vulto nacional, sem precisão de que tenha ali nascido exemplo, aliás, comum e abundante: felizmente para nós, não é êsse o caso de Guaraé, cujo renome não era tão extenso que nos pudesse causar confusões.

De um cacique charrua, chamado Minuã, ao que conta a tradição, originar-se-ia uma nação inteira de índios, a dos minuanos, como sucedeu, aliás, com os irmãos Tupi e Guarani, da antiga lenda brasileira.

Lugares como Bagé, Nonoai, Marau, Votoro, Cacique Doble e muitos outros, provieram de caciques notáveis como êsses nomes.

Vejamos, agora, os elementos morfológicos:

A transformação de guaraé para quaraí (ou vice-versa), com o correr do tempo, poderia dar-se por simples alteração fonética:

Guaraé cuaraé cuaraí e, afinal, a grafia quaraí.

Isso é comum na evolução das línguas. Mas não deve ter sido êste o fenômeno ocorrido.

Tem sido convicção nossa que Guaraé, por certas peculiaridades, não deve ser a forma correta de grafar o nome dêsse índio passofunden-

se... Não que lhe falte uma tradução límpida, como seja: guará diferente ou guará singular.

Mas, essa maneira de traduzir, da simples e agradável morfologia tupi, parece-nos falsa. O tupi sofreu muito em sua evolução para o guarani, com modificações sensíveis no próprio significado dos sons e dos termos.

Começamos por increpar a grafia espanhola, principalmente dos séculos 17 e 18, no que tange aos nomes indígenas, conservados, na maioria dos casos, até por Aurélio Pôrto e Carlos Teschauer.

Vejamos em “Vida e Obra do Padre Roque Gonzales”, dêste último:

Escreve Anhangara por Anhangará (página 30), Apupe por Apupé (pág. 36), Nieza por Nheçá (pág. 43), Ibitiracua por Ibitiracuá (pág. 48), Tabaca por Tabacã (pág. 62), Itaiasaco por Itaiacecó (pág. 66), Caaro por Caaró (pág. 73), Caarupe por Caarupé (pág. 77), Marangoa por Maranguá (pág. 78), Caabure por Caburé (pág. 87), Tambabe por Tambabé (pág. 94), Ibitacua por Ibitacuã (pág. 111), etc.

E Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões” (2.a edição): Arapae por Arapaí (pág. 276), Carobai por Carobaí (pág. 65), Guarae por Guaraé (pág. 103 e 104), Jaraes por Jaraés (pág. 256), Taiubai por Taiubaí ou Tajubaí (pág. 65, 100), e assim por diante.

O mesmo Cónego Gay grafa em sua “História da República Jesuítica”, Obera em vez de Oberá (pág. 158 e seguintes).

Graças a essa incorreção, temos divulgada e consagrada a forma Paraguai, Uruguai, etc., por influência espanhola, quando o correto seria Paraguai, Uruguai, tal como portuguêsmente gravamos Comandai, Tramandaí, Gravataí, etc., mais conforme, a nosso ver, com as origens guaranílicas.

E dessa maneira, Aurélio Pôrto, por simples inadvertência, conservou a grafia do bom Padre Ximenes, consignando Guarae, alterando o som do ditongo da última sílaba, que soa Guarai (como Paraguai e Uruguai), em vez de Guaraé ou Guarai (o que seria defensável) e, mais acertadamente, se mais atentasse: Quaraí ou Cuaráí (com q ou c inicial).

Isso porque já assinalou Batista Caetano, em seu “Vocabulário Guarani” - usado na tradução da obra “Conquista Espiritual”, do céle-

bre jesuíta peruano A. Ruiz de Montoya à página 129, letra “g”, onde faz a seguinte advertência:

“g em vez de q ocorre com frequência na “Conquista”: busquem-se, pois q e ainda c as dicções que se não acharem aqui com g”.

E à página 137, adverte ainda, a respeito de que, muito usado em Montoya por ser pronome passivo: “Em vez de que ke, vem à pág. 132 (da “Conquista Espiritual”): ague miri, em vez de a que miri dormi um pouco”.

Ainda na mesma página, onde está guer: “Vê cuer” pede Batista Caetano. E o mesmo para gueb, em vez de cueb. Notadamente à página 132, no vocábulo guai (trocar): corrige-o para qual. Assim, para a formação do composto guaiaibi (beija-flor), dá como correto quai-aibi... E seria ocioso citar mais, porque iria longe.

Vemos, pois, que a grafia espanhola dos têrmos guaranícos deixa muito a desejar, pelo menos para o nosso gôsto. Utilizando-nos, pois, do vocabulário de Batista Caetano, eis o que encontramos a respeito de Quaraí ou Quaraé, com pronúncia de Cuaráí e Cuaraé: Quar (ferir, bater, golpear) e aí ou aé (diferente), isto é, “aquêlê que fere ou golpeia de modo diferente”, ou que peleja e luta de modo singular. Nome sonante para os tapes, porque os índios tinham muito em conta a valentia.

Daí concluímos que o nosso correto historiador e cartógrafo, Antonino Xavier, grafou bem o nome do rio Quaraí, riacho afluente do rio do Peixe, no Povinho da Entrada ou Povinho Velho e designação indubitavelmente originária do cacique Guaraé ou Quaraí, conservado pela sugestiva tradição, de que foi veículo o gentio caingang ou coroado, como já assinalamos em outros capítulos.

É o mesmo arroio que consta hoje como Anaraí, afluente do Pirasucê (ex-do Peixe), no mapa do Sr. Caio Moojen Machado, feito em 1957, na gestão do Prefeito Wolmar Salton.

E dessa forma, também, fica assinalado, concretamente, o lugar da primitiva taba daquele cacique, no Povinho da Entrada, primitivamente conhecido por Igairi-Apipe ou “Cabeceiras do Igaí” (Jacuí).

A RAÇA DE CUARAÉ

A propósito da taba e da própria raça de Cuaraé, outra ordem de idéias pode surgir.

Legítimo será arguir-se: a despeito da exposição feita, não, por exemplo, elemento de convicção, quanto a ser tape o índio Cuaraé. Tudo, pelo contrário, parece indicar seja êle ibiângara, assim como sua gente... Sua taba, pelo depoimento jesuítico e dos historiadores, foi dada como existente nas cabeceiras do Jacuí. Mas, o que ali se acha são os sinais de “bacias” ibiângaras... Além disso, ao norte das mesmas, dessas cicatrizes de arranchamento indígena, muito próximo, há o riacho Quaraí, reforçando essa suposição.

Assim, Cuaraé e sua gente pertenceriam à primitiva raça nativa, de costumes antropófagos e dada ao comércio escravagista com os lusos, e ainda à feitiçaria, como bem o patenteiam os sinais, em forma de pires, existentes no Povinho da Entrada... Tudo, ao que parece, reforça tal hipótese...

Várias são, porém, as razões que contradizem a referida suposição:

- 1.^a A Redução de Santa Teresa, formada pelo elemento de Cuaraé, pertencia à Província jesuítica do Tape, da qual, aliás, era cabeça... Nunca foi dada como inclusa na Província de Ibia. O Padre Gonzaga Jaeger, em “Terra Farroupilha”, capítulo referente à Redução de São Joaquim, diz que a fundação desta última Redução foi oportuna, e assim julgada pelo Padre Pedro Romero: “compreendia (Romero) a importância que tinha para o Tape a fundação de Reduções na parte ulterior dos montes (Butucarai), de modo que Santa Teresa não ficasse tão isolada”. E Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, volume II, página 55, falando sobre a colônia de Caaçapá-Mini, diz: “Dessa colônia constavam descendentes das antigas Reduções do Tape, São Joaquim e Santa Teresa, cujos retirantes haviam sido acolhidos em Conceição, etc.”
- 2.^a Ao que se sabe, Cuaraé mantinha contatos com o morubixaba Nheenguiru, da Redução de São Nicolau, cabeça

das Reduções Orientais do Uruguai, na costa dêste rio. Êste morubixaba gozava de grande prestígio no Tape, que era Província limítrofe à sua, e por sua interferência vieram os jesuítas fundar Santa Teresa.

3.^a Enquanto carijós e guaianás sempre demonstraram hostilidade ostensiva, digamos “fidalga inimizade” aos jesuítas espanhóis, Cuaraé foi quem, espontâneamente, chamou êses religiosos, em consonância com o espírito dominante entre os guaranis da Província Oriental do Uruguai, e entre os tapes da Província do Tape, notadamente da região serrana.

4.^a Os ibiangularas tinham por norma considerar amigos os que vinham do leste, e inimigos os do oeste, procedimento inverso ao que foi praticado por Cuaraé e sua gente. Aliás, entre tôdas as tabas do Tape, a que aceitou com mais entusiasmo a catequese foi a de Cuaraé, inclinação típica dos tapes, cuja docilidade soube ser aproveitada pelos jesuítas espanhóis. “Foram os tapes os índios mais acessíveis à catequese e à civilização” diz Aurélio Pôrto, em seu “Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul”, verbete “Aborígines”.

5.^a No mesmo verbete, Aurélio Pôrto dá a divisão do território rio-grandense naquela época: “Os espanhóis (jesuítas) dividiram êsse território em três províncias que limitavam três grupos raciais distintos: Província de Ibiaçá (aliás, Ibia), Província do Tape e Província do Uruguai. A primeira província (Ibia), compreendida entre o rio Jacuí até suas cabeceiras, na serra, rio da

Várzea até sua foz no Uruguai, e por êste acima, até suas cabeceiras, e pelo Mambituba e até o litoral, etc.” No livro do mesmo autor, “História das Missões”, I, página 48, informa-se ainda: “A Província do Tape ficava entre as do Uruguai e Ibiaçá (Ibia). A norte e leste, dividindo-se com esta última, tinha por limites o curso do Jacuí, desde suas nascentes mais setentrionais, até a Lagoa dos Patos. Ao sul e oeste, extremava-se da Província do Uruguai pela serra Geral, etc.” Assim, as cabeceiras do Jacuí, onde se encontrava a tribo de Curaé,

era o extremo da fronteira tape com os ibiangularas, posição altamente estratégica (sem que disso talvez se apercebessem os índios), por se tratar de passagem obrigatória, através da entrada do Mato Castelhana, habitado pelos ibiangularas.

Quanto à consideração dos sinais, ou melhor, do arranchamento dos ibiangularas, no Povinho da Entrada nada obriga que sua utilização, por estes índios, fôsse contemporânea de Cuaraé.

Bem podiam ter sido feitos antes ou depois da fixação dos tapes no Igairi-Apipe (nascentes do Jacuí), que fica naquelas imediações, mais ao sul.

De qualquer modo, impõe-se nossa admiração pelo valor de Cuaraé e de sua gente que enquanto selvagens, sem o trato com os missionários jamais quis abandonar suas terras, a despeito do perigo que corriam, a todo instante, de assaltos de ibiangularas, tão vizinhos de sua taba.

Se os tapes locais persistiam em fixar-se em ponto tão avançado, era porque amavam o lugar aquelas coxilhas verdes que se espraiavam até os horizontes, por onde serpejavam as cabeceiras do Jacuí, e pelas quais demoravam os nhandus e os cervos ariscos... Senhora dos campos ondulantes, a tribo de Cuaraé não queria abandonar os seus pagos...

E, como narra Ximenes, foi a caro custo que este jesuíta, a bem da segurança da Redução, conseguiu demover Cuaraé e sua gente a abandonar o torrão natal, para que fossem ocupar o Curiti (Rincão do Pessegueiro), sob a intimação de que só aqui, neste último lugar, é que teriam padres que os assistissem...

E essa admiração aumenta quando sabemos que, por aquela quadra, avultavam as tropelias de Ibapiri ou Ibapari, famoso e terrível feiticeiro, régulo dos ibiangularas do Cariroí (Campo do Meio), que logo se notabilizou como um dos mais ferozes inimigos das Reduções jesuíticas.

Finalizando, expomos a razão seguinte:

6.^a O Padre Provincial, Diogo de Boroa, em sua Carta Ânua

de 1633, informa:

“Tem outra comodidade o sítio desta Redução (Santa Teresa) ... que é estarem os índios) junto à erva, que os naturais chamam coguay, de que geralmente usa tôda esta nação guarani...” (loc. cit. no Capítulo “Flora e Fauna”). Êste jesuíta, embora mencione coguay, nome com que os guaianás chamam à erva-mate, especifica que a nação formadora do Povo de Santa Teresa era de origem guarani, a mesma dos tapes, que se distinguiam dos guaranis apenas pelo seu nome regional.

É o mesmo Padre Boroa, na mesma carta, quem diz:

“Também (estão) aqui próximos os guanánas, nação muito extensa, segundo dizem êstes índios (tapes) que têm feito com êles muitas guerras...”

O PRIMEIRO CIVILIZADO QUE PISOU EM PASSO FUNDO

Em 1632, como dissemos, era Padre Superior (Provincial) dos jesuítas, encarregado de dirigir a conquista espiritual, na banda de cá do rio Uruguai, o Padre Pedro Romero, que já tinha sido destacado, em 1613, em missão junto aos guaicurus, na bacia do Paraná, e, em 1615, no Guairá, e que era um dos primeiros que, em companhia do Padre Roque Gonzales, pisara terras rio-grandenses.

Tinha jurisdição, também, na bacia do Paraná, mas, com a destruição daquelas missões pelos bandeirantes, julgou que o seu dever era estar em solo gaúcho, buscando assistir aos catecúmenos e tudo fazer para evitar a repetição dos desastres do Guairá. Nada, entretanto, pôde evitar o seu martírio, anos mais tarde e se escapou dos bandeirantes, morreu à mão dos guaicurus, em 1645, ao norte do Paraguai.

Segundo o Cónego Gay (obra citada, página 264 e seguintes), os meios empregados pelos jesuítas para atrair os selvagens, foram, entre outros, a compra de índios prisioneiros (de outros índios) e sôbre os

quais pesava a ameaça de morte; o envio de caciques já cristianizados junto aos índios infieis, levando-lhes alimentos e outros socorros; e viagens dos jesuítas à terra dos infieis, com a mesma finalidade, acrescida de pregações evangélicas. No caso dos índios passofundenses, o encontro com os jesuítas partiu de um pedido dos próprios selvagens.

Foi o Padre Pedro Romero, na qualidade de Superior dos jesuítas, o primeiro civilizado que pisou em terras de Passo Fundo, em meados de 1632, duzentos anos antes da fixação aqui do Cabo Manoel José das Neves e demais colonizadores.

Veio, como dissemos, a chamado de Cuaraé ou Guaraé, prestigioso cacique local, e chegou acompanhado pelo célebre índio Nicolau Nheenguiru (ou Neenguiru), que intercedera junto aos padres em favor dos índios passofundenses.

“Para lá se encaminhou, pois, o Padre Romero diz Gonzaga Jaeger no intuito de explorar a selva de Ibitiru” (em “Terra Farroupilha”, capítulo relativo a Santa Teresa).

De onde teria partido esse jesuíta para chegar a Passo Fundo?

O Padre Romero, na qualidade de Superior, vinha fundando uma série de Reduções. A primeira que instalou na região serrana, foi a de São Tomé, a 13 de junho de 1632, à margem direita do Jaguari; e, continuando para leste, vadeou o Toropi, fundando a missão de São Miguel (a primeira), no mesmo mês, nas proximidades da vila de São Martinho, serra do mesmo nome. Desta última Redução teria partido a Passo Fundo.

Acreditamos tenha êle remontado à serra, seguindo mais ou menos o traçado da atual ferrovia, percurso que devia ter feito em vários dias de viagem.

Pela notícia que davam os jesuítas, no que se refere às distâncias e ao tempo gasto em percorrê-las, verifica-se que se locomoviam, de uma redução para outra, a cavalo, sendo, portanto, os jesuítas os primeiros cavaleiros que, cronologicamente, ginetearam pelas coxilhas do Rio Grande e Passo Fundo.

À vista da cavalgata jesuítico-guarani, que formava o cortejo do Padre Romero e Nheenguiru, somada, embora, de apenas três ou quatro cavaleiros, grande devia ser o pasmo da indiada passofundense.

O Padre Pedro Romero foi, sem dúvida, recebido com as cerimônias de praxe: primeiro, as mulheres rodearam-no, derramando muitas lágrimas, lamentando os padecimentos do viajante, através dos caminhos áteperos, matas agrestes, rios correntosos, ameaçado pelos tigres e pelos espíritos inimigos; depois, deviam ter-lhe trazido moquéns de veado e de caititu para que matasse a fome devoradora; e só depois teria sido recebido pelo cacique, em baixo da ramada, perguntando-lhe o índio se já se sentia bem e se desejava falar com êle e a razão da importante visita, muito embora soubesse do caso perfeitamente.

O jesuíta devia ter, então, respondido que viera anunciar os Evangelhos, as verdades pregadas e exemplificadas por Nosso Senhor Jesus Cristo, que morreu na cruz, depois de ser açoitado e humilhado pelos seus algozes e tudo sofrendo por causa dos pecados dos homens. E cumpria, E cumpria, antes de tudo, a todos os índios destas glebas, abandonarem seus maus costumes, seus demónios e espíritos malignos, sua poligamia e sua concupiscência vergonhosa, suas guerras, matanças, etc. E se estivessem dispostos a isto, teriam padres com êles, não só para dirigi-los espiritualmente, mas também para organizar lhes a vida temporal, dar-lhes método às atividades, a previdência dos cristãos e, assim, armas para se libertarem, para sempre, do embrutecimento a que se entregavam, desde o tempo dos seus maiores.

Sabe-se que Guaraé e seus índios receberam bem a doutrina do Padre Romero. “A boa disposição dos seus moradores, em face dos missionários, o induziu a enviar-lhes o Padre Pedro Mola, que foi muito bem recebido por aquêles silvícolas” acrescenta Gonzaga Jaeger.

“O Padre Romero prossegue o mesmo autor partindo de Santa Teresa para o sul, atravessou as serranias do Tape, onde lhe saiu ao encontro o valente cacique Caruaí, acompanhado de alguns vassalos, declarando ao padre que êles desejavam abraçar a religião cristã e “reduzir-se”... O missionário estreitou ao coração o nobre chefe... Considerada a natureza do país e o caráter de seus habitantes, acedeu gostoso ao pedido: por um lado, denotava Romero sumo interêsse em submeter a Cristo tantas almas seduzidas pelo demónio; por outro, compreendia a importância que tinha para o Tape a fundação de Reduções na parte ulterior dos montes, de modo que Santa Teresa não ficasse tão isolada...

Julgamos não andarmos muito longe da verdade se atribuirmos a São Joaquim (a nova Redução, ao sul de Passo Fundo), mais ou menos a divisa dos municípios de Santa Cruz e Soledade, na vizinhança do arroio Simões”.

Nessa penetração para o sul, depois de sair do Igairi-Apipe (nascentes do Jacuí, onde se situava a taba de Cuaraé, no Povinho da Entrada), devia ter passado pelo campo dos Três Passos e Tope (hoje no vizinho município de Marau), pela região de Soledade e Barros Cassai e, finalmente, a taba de

Caruaí, junto ao referido arroio Simões, isto é, em plena serra do Botucaraí.

Seria esta Redução a de São Joaquim uma região do Rio Pardo, Cachoeira e vizinhanças e a ponte entre as missões planejadas para o baixo Jacuí, distante Santa Teresa, encravada no extremo norte da província do Tape “terra abençoada”, de índios que “foram, entre todos, os que mais inclinação patentearam para aceitar a civilização cristã” nas elogiosas expressões do historiador Gonzaga Jaeger, referindo-se aos índios de Cuaraé.

A FUNDAÇÃO DE SANTA TERESA

O Padre Pedro Romero, como vimos assinalado por Gonzaga Jaeger, tendo explorado a região do Ibitiru e vendo a “boa disposição dos seus moradores, em face dos missionários”, enviou-lhes o Padre Pedro Mola, “que foi muito bem recebido” pelos silvícolas.

Foi, portanto, o Padre Pedro Mola quem iniciou os preparativos para a instalação de uma Redução em Passo Fundo, trabalhando e predicando na taba de Cuaraé.

Era êle um dos veteranos do Guairá, sendo-lhe devida, aqui na região serrana, a fundação da Missão de São Carlos do Caapi, no vizinho município de Carazinho, proximidades de Pinheiro Marcado, em 1631.

De São Carlos foi que, obediente às ordens de seu Superior, Padre Pedro Romero, veio a Passo Fundo, em missão catequética, sem, contudo, fixar-se aqui, presumindo-se que tenha vindo uma só vez.

Coube ao terceiro missionário aqui chegado, Padre Francisco Ximenes, a tarefa da preparação definitiva da Redução de Passo Fundo. Era êle companheiro do Padre Pedro Mola, em São Carlos do Caapi, e um dos mais dedicados servidores de Cristo e cuja nobre missão foi das mais assinaladas em território gaúcho. Foi o Padre Ximenes quem ergueu a cruz, em Santa Teresa, pelos fins de 1632.

Ximenes, todavia, aqui chegava transitoriamente, não tendo aqui moradia fixa, repartindo os seus cuidados com os preparativos para a fundação de São Joaquim, no Botucaraí. Aqui veio uma ou duas vêzes, tendo, numa das visitas, a 22 de março de 1633, feito a transmigração do Povo para o Rincão do Pessegueiro, como já assinalamos atrás.

Essa mudança do Igairi-Apipe (Povinho da Entrada) para Curiti (Rincão do Pessegueiro), teve duas causas: uma, a dificuldade da visitação dos missionários, e outra, os rumores de uma incursão dos bandeirantes. O historiador Luís Gonzaga Jaeger, na obra citada, diz a êsse respeito: "...por causa da situação demasiadamente remota e desarticulada daquele pôsto, os padres só se estabeleceram no Ibitiru um ano mais tarde...pondo a nova Redução sob o amparo da grande Santa Teresa... não ficaram no primitivo lugar porque, vindo o Padre Ximenes, mudou o povoado para sítio mais conveniente".

Quanto à denominação de Curiti, foi indicada pelo Padre Alfaro, conforme se vê em "História das Missões Orientais", Aurélio Pôrto, volume I, página 165, onde se diz: "Santa Teresa de los Pinales ou Curiti". Era também chamada Santa Teresa dos Pinhais e Ervais.

O Padre Ximenes, em carta que dirigiu ao Superior, o já mencionado Padre Pedro Romero, diz a respeito da mudança:

"Parti, como V. Revma. me ordenou, para visitar Santa Teresa. No tempo preciso e com a graça do Senhor, pude fazer a mudança do Povo, muito embora estivesse a parcialidade do cacique Guaraé (Cuaraé ou Cuaraí) sem vontade para isso, por amor de suas terras; e por lhe haverem dito que também teriam padres ali (isto é, que teria padres fixos no nôvo local), que pudessem ir à sua terra com isso foram (os índios) voando e se deram tal gana para fazer as suas casas que, antes que eu viesse (isto é, regressasse), as tinham acabadas, com o que ficou já o lugar com a forma de povoação. Logo, começou a chegar gente de Mbo-

cariói (região do rio Guaporé, isto é, ibiangularas), e matriculei duzentas e cinquenta famílias, batizei cinquenta crianças e alguns enfermos que corriam perigo”.

Mas, somente quatro meses depois, a 6 de agosto de 1633, o Padre Ximenes veio residir, efetivamente, em Santa Teresa, juntando os índios das cercanias.

O núcleo populacional de Passo Fundo, em 1634, contava com oitocentos habitantes, sendo batizadas quatrocentas crianças.

Diz Hemetério José Veloso da Silveira, em obra citada, páginas 16 e 17: “A princípio, êsses povos catequizados foram reunidos em acampamentos ou reduções provisórias, obedecendo, desde logo, a um plano, que seria o adotado para as reduções definitivas. Êsses acampamentos constavam de casas construídas de pau-a-pique (madeira e barro), cobertas com uma erva denominada carandaí, ou com o capim denominado santa-fé ou folhas de palmeira (pindoba). Essas povoações tinham uma praça, e nesta a igreja e os aposentos dos padres”.

O Cónego Gay, em obra citada, página 285, informa ainda:

“Cada redução tinha dois jesuítas, um com o título de cura que devia, em geral, ser um dos sujeitos distintos da Companhia, o qual não exercitava as funções paroquiais, não conhecendo, às vêzes, a língua dos índios, mas que estava ocupado unicamente da administração temporal de todos os bens da redução de que era diretor. As funções paroquiais eram confiadas a outro jesuíta, chamado companheiro ou vice-cura, que estava submetido ao primeiro”.

Como companheiros do Padre Ximenes, destacamos, entre outros, os Padres Simão Maceta, e João de Salas, sucessivamente.

Sobre o trabalho dos jesuítas, nas Reduções que fundavam, diz o Cónego Gay, obra citada, página 257 e seguintes:

“Fizeram-se, os caritativos missionários, lavradores, derrubando com o machado na mão, porções de mato para poder semear. Outros, com arados de pau, por faltarem ferros... lavravam o terreno. Mesmo lhes aconteceu principiarem a semear em umas covas feitas com pau, enquanto não aparecia alguma pequena enxada que suprisse a falta de animais domésticos para puxar o arado. Ao mesmo tempo, outros cortavam e tiravam do mato as madeiras necessárias para a fundação de uma

povoação de uma, duas e mais mil pessoas, que, ao princípio, se constituíram de paus e canas enlaçadas. Assim, os jesuítas, nascidos e criados com esmero, homens cheios de saber, se transformavam, voluntariamente, em lavradores, lenhadores, carreteiros, peões, e exerciam todos os ofícios braçais, com sumo afã e empenho, para que os infieis (índios), que, muitas vêzes, os presenciavam cansados e cobertos de suor, sem se dignarem dar-lhes a mão, sendo êles robustos, se afeioassem a êstes trabalhos e os aprendessem. Logo que as plantações estavam maduras, ficavam as Reduções abastecidas. Mas, durante o primeiro ano, em que os índios ainda não sabiam trabalhar, passavam os jesuítas trabalhos imensos e inauditos, para plantar, levantar casas e, sobretudo, procurar o sustento para tanta gente...”

“Os padres cuidam sumamente dos trabalhos dos índios acrescenta Gay para que semeiem, cuidem e conservem do que precisam durante o ano, e castigam os omissos (aliás, jamais com castigos corporais), segundo merece o descuido. Com tudo isso, pelo meio do ano, a muitos falta o sustento, por sua dívida no trabalho, ou descuido em conservar seus produtos ou, enfim, por sua prodigalidade. Para socorrer à penúria que disso poderia resultar, estabeleceu-se, em cada Povo, mandar-se fazer grandes plantações, de todas as plantas e frutos cultivados, para o que se escolhem as melhores terras, mais próximas ao Povo, e (também) os índios que são mais diligentes e que têm maior aptidão para cada uma dessas lavouras. Os produtos dessas grandes lavouras se recolhem em armazéns bem acomodados, e, segundo as necessidades, se repartem como esmola e gratuitamente a todos”.

No que tange aos índios de Passo Fundo, não eram preguiçosos nem lerdos, porquanto a Redução de Santa Teresa ficou célebre por sua produção abundante, a ponto de socorrer as demais, nos tempos de carestia, sendo por isso chamado “Terra da Promissão”, na frase de Gonzaga Jaeger.

Cumpre-nos, agora, dizer alguma coisa sôbre o benemérito fundador de Santa Teresa, que foi o abnegado Padre Francisco Ximenes.

Lamentavelmente, quase nada se sabe sôbre a biografia dêste sacerdote. Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões Orientais”, diz:

“Há grande número de padres, de não menos valor pela atuação

e pelas virtudes, que passaram pelas Reduções do Uruguai (margem oriental) e do Tape, fundando-as ou dirigindo-as, catequizando os seus índios, de que também não se encontram notícias biográficas”. Entre êstes, o autor cita: “Francisco Ximenes, fundador de Santa Teresa”.

ONDE SE LOCALIZAVA O CURITI

A Redução de Santa Teresa ostentava outros nomes, como sejam: Santa Teresa do Jacuí, Santa Teresa dos Pinhais e Ervaçais ou simplesmente Ervais, como se pode ver na “História das Missões”, de Aurélio Pôrto.

Todos êsses nomes eram dados à zona ocupada pela Redução, depois da transladação da tribo de Cuaraé... Trata-se, porém, de nomes impostos pelo elemento branco. O nome indígena dessa zona era Curiti, segundo a mencionada obra de Aurélio Pôrto, volume I, páginas 165 e 169. E Curiti significa simplesmente pinhal, que era a feição característica da região. A Redução não se fixaria, porém, nos matos do rio Curiti (Passo Fundo).

Onde, pois, ficava o Curiti?

Ora, diz Aurélio Pôrto, como vimos anteriormente, que a Redução de Santa Teresa, ao mudar-se das nascentes do Jacuí, veio fixar-se nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo, afirmativa corroborada pelos trabalhos de Rêgo Monteiro.

Mas, em que zona ficava? Ao norte ou ao sul? leste ou oeste? Ou seria no sítio da mesma cidade?

Esta última consideração foi por nós afastada, por um motivo preponderante: os jesuítas espanhóis procuraram distanciar-se do local da primitiva taba de Cuaraé porque ali não oferecia segurança, no caso de uma incursão dos bandeirantes. Ora, o mesmo perigo devia haver quanto ao local da cidade que, além de impróprio para os desígnios jesuíticos, se acha afastado de apenas quinze quilómetros do primitivo local.

Consideramos, também, que o Curiti não podia ser ao norte e nem a leste, porque seria aproximar a Redução da primitiva taba. Restavam duas suposições: a fixação da Redução a oeste e ao sul.

Se fôsse para oeste, iríamos dar no Pinheiro Torto ou em São Miguel, sem nada ganhar essa posição quanto à defesa da Redução. É verdade que estaria à distância de um dia de viagem, a cavalo, da Redução de São Carlos do Caapi, que ficava nas cabeceiras do Jacuí-mirim, distância esta precisada por Nicolau del Techo...Todavia, ficaria Santa Teresa muito afastada do Jacuí, que era uma de suas designações, embora se situasse junto às suas vertentes: lajeado Pinheiro Torto e arroio Bernardo Paes.

Investigamos essa parte, a despeito de tudo. Só podíamos guiá-nos pelas tradições, à falta de outros elementos. Alimentamos esperança quanto a São Miguel, onde se situa a capela dessa invocação e lugar de grandes romarias a 29 de setembro. Mas, nosso historiador Antonino Xavier, remonta essa tradição à Companhia do Paraguai, não indo mais longe, visto que a imagem do Arcanjo foi transportada para cá por dois legionários que, no regresso ao lar, a trouxeram do Povo de São Miguel...E as investigações amorteceram, caindo em ponto morto. Restava-nos pesquisar a zona sul.

Cumpra-nos, preliminarmente, fazer as seguintes considerações:

Como os estudiosos têm observado, o primeiro cuidado dos jesuítas era fazer um cordão de comunicações entre as Reduções que iam fundando.

Quando se realizou a mudança da tribo de Cuaraé, os padres levaram em consideração as comunicações com a Redução de São Joaquim, no Butucaraí, que devia ser sempre assistida pelo cura passofundense, Francisco Ximenes (autor da trasladação), e não só apenas tendo por motivo acautelarem-se dos bandeirantes.

As comunicações, obviamente, obedeceram ao seguinte esquema de ligações: Apóstolos (entre os dois Ijuís) São Carlos do Caapi (cabeceiras do Jacuí-Mirim, em Carazinho) Santa Teresa (em Passo Fundo) São Joaquim (no Butucaraí) e, finalmente, Jesus-Maria (no baixo rio Pardiño).

Assim, as comunicações, que partiriam das margens do Uruguai (Apóstolos), vinham quebrar sua direção oeste-leste em Santa Teresa (Passo Fundo), limite oriental do Tape. Daqui, de Passo Fundo, infletira

para o sul, em busca de São Joaquim, no Butucaraí, para, finalmente, chegarem a Jesus-Maria, junto à Baixada do Jacuí.

E, daí, podiam fechar o circuito, rumo às Reduções do Uruguai.

Verificamos que, para evitar descontinuidade e estorvos nessas comunicações, a Redução de Santa Teresa precisava mesmo afastar-se do Povinho da Entrada (nascente do Jacuí), por ficar fora de trajeto.

E, se veio fixar-se nas imediações de Passo Fundo, como indicam Rêgo Monteiro e Aurélio Pôrto, aliás, com acerto só um ponto pode chamar-nos a atenção: a faixa que de Passo Fundo ou de São Carlos do Caapi (Carazinho), seguia até o Butucaraí, em Soledade, faixa que é o Rincão do Pessegueiro, caminho antiquíssimo. Aí devia, pois, situar-se Santa Teresa, quando se fêz a trasladação da tribo de Cuaraá.

Ali, a Redução estaria efetivamente, a uma jornada de distância de São Carlos do Caapi (Carazinho), como indica Nicolau del Techo.

Dirigimos, pois, nossa atenção, para o sul da cidade de Passo Fundo, à procura do famoso Curiti. Mas, aí, então, nova dúvida: quem poderia afirmar que Santa Teresa não se teria fixado à margem esquerda do Jacuí, fora, portanto, do município de Passo Fundo? As indicações, porém, de Pôrto e Rêgo Monteiro são categórica: ficava nas imediações de Passo Fundo, e, portanto, só podia ficar à margem direita daquele rio, dentro deste município.

O Rincão do Pessegueiro fazia parte do caminho antigo, de épocas muito recuadas, como se pode ver nas obras “Passo Fundo na Viação Nacional”, “Passo Fundo na Revolução de 1835” e outras obras do historiador Antonino Xavier, Pai da História de Passo Fundo. Começa-se pela menção do Passo Velho, no Jacuí, que dizem as tradições remontar do Império, chamando-lhe Passo Imperial. Outros dizem ser mais antigo, que provinha dos tempos jesuíticos. Passo hoje está coberto pelo Alagado, parte do lago formado pela Represa de Ernestina.

Hoje, para irmos de Passo Fundo a Soledade, temos que seguir pela estrada que cruza por Ernestina, mas não era êsse o caminho que se utilizava antigamente. Seguia-se de Passo Fundo ou de Carazinho em busca de Rincão do Pessegueiro, vadeando-se o Passo Velho, no rio Jacuí, alcançando-se o Tope, de onde se buscava Soledade, Butucaraí e Rio Pardo.

As pessoas idosas ainda se lembram dessa entrada, hoje interrompida pelo Alagado. O referido Passo guarda ainda cicatrizes: os sinais da velha estrada que por ali passava. A faixa dêsse antigo caminho é, pois, a parte que nos chama diretamente a atenção.

Segundo os antigos, essa estrada e Passo foram se formando com a utilização de um caminho primitivo, de uso tão distante no passado que ultrapassava qualquer memória. À falta de outras indicações, esta já nos poderia bastar para afirmar que tal caminho fôra o utilizado pelo Padre Cristóvão de Arenas, em 1634, quando trouxe a primeira tropa de gado a Santa Teresa, desde a Baixada do Jacuí, em Jesus-Maria, subindo por São Joaquim, no Butucaraí, e dali vindo a Passo Fundo.

Vejamos o que nos dizem os documentos.

Antonino Xavier, em seu livro “Passo Fundo na Revolução de 1835”, página 4, escreve:

“O comércio local era feito em três direções: com o Rio Pardo, em cargueiros, pela estrada do Butucaraí, quanto à importação de fazendas, ferragens, molhados, etc.” (e cita outras duas que não vêm ao caso). E menciona, em nota de n.º 11:

“A parte mais rica em ervas ficava do centro para leste do Distrito, nas serras do Pessegueiro, etc.” o que justifica ter-se chamado a Redução por Santa Teresa dos Ervais.

Adiante, às páginas 15 e 16, escreve, dando o trajeto de uma fôrça do General Portinho:

“Na referida marcha, das alturas de Estância Nova, no atual município de Carazinho, enviou cá (Passo Fundo), um piquete... tomando êle, com o resto da fôrça, pelo Rincão do Pessegueiro e indo transpor o Jacuí no Velho Passo, hoje fechado, que havia logo abaixo da barra do Pinheiro Torto”.

Êsse livro foi publicado, anterior, portanto, à construção da barragem de Ernestina, que provocou o alagamento daquela zona.

Adiante, na mesma página, esclarece ainda que o piquete enviado a Passo Fundo, voltando atrás para reencontrar-se com o grosso da fôrça de Portinho, foi alcançá-lo “no Tope, caminho de Butucaraí”.

Dá Antonino Xavier, em seguida, à página 22, uma formação preciosa:

“Na antiga estrada que daqui seguia para o Tope, varando o Jacuí no Passo, hoje fechado, sito logo abaixo da barra do Pinheiro Torto, havia e deve haver ainda porque o povo é tenaz conservador de lembranças da espécie uma cruz de madeira, pregada alto, em secular pinheiro, rente ao qual se passava em uma restinga de mato”.

Em nota n.º 122, na mesma página, esclarece que ficava “entre o referido Passo do Jacuí e o do Brito”.

O grande historiador, não sabendo a que atribuir a existência daquela cruz, pregada no alto, aventa a possibilidade de ser sinalização de fato da guerra civil (farroupilha), mas não explica a razão dessa idéia: não há registro de combate ali, nem de mortos daquela fôrça guerreira, nada enfim... E se registrasse ali alguns mortos, mas com “a precaríssima situação em que se viu na sua retirada por estas plagas” como êle mesmo assinala não podiam os farroupilhas dar-se ao luxo de mandar pregar, no alto do secular pinheiro, uma grande cruz, acossados como estavam pelo inimigo... Nem era êsse o costume, pois as cruzes mortuárias eram fincadas sôbre as sepulturas, na própria terra.

Cruzes altas, cruzes nos passos dos rios e arroios, eram do costume dos missionários. E a cruz referida por Antonino Xavier, pelo que pudemos deduzir, devia ser um marco, uma sinalização, à margem do Jacuí, naquele caminho imemorial, indicando que ali já se estava em terra da Redução de Santa Teresa.

Gonzaga Jaeger, em “Os Três Mártires Rio-grandenses”, página 319, informa que nos mapas jesuíticos, os locais das Reduções eram assinalados por uma cruz. Isso nos mapas. Uma dessas cruzes estava no “Passo ou vau de Nheçu”, no rio Ijuí. Voltemos, porém, às indicações de Antonino Xavier, na página citada:

“Ao que se dizia, marcava tal símbolo de fé cristã, fato da guerra civil em referência, mas qual fôsse êste, saber não se lograva: era mistério que dormia no longo tempo escoado, desafiando qualquer pesquisa que devassá-lo quisesse... Mesmo assim, porém, devia ela, a velha cruz enigmática, figurar entre os demais vestígios da luta fratricida, lembrada nestas páginas, mesmo porque, assim, bem poderá acontecer que venha a ser esclarecida por alguma versão que porventura exista a respeito, até aqui ignorada”.

Assim, o projecto historiador, convicto da grande antiguidade dessa cruz, mas não podendo atribuí-la senão ao período luso-brasileiro, via-se inclinado, por falta de outras bases, a aceitar, em última instância, o recurso de um hipotético entrevêdo da época farroupilha.

Ora, os jesuítas costumavam assinalar os lugares significativos com uma grande cruz. É o que acontece, como consigna Gonzaga Jaeger, com os locais dos martírios dos Padres Roque Gonzáles, Afonso Rodrigues e João de Castilho. Sobre este fato, menciona Hemetério José Veloso da Silveira, em "Missões Orientais", página 265:

"Não existe, quem sabe se há mais de dois séculos, a cruz com a inscrição em latim, comemorativa do tríplice martírio; entretanto, em 1857, ainda existia uma outra cruz, nos campos do Cêrro Pelado, além do Ijuí Grande, que vem assinalado no mapa de Winckler, pois dela deu notícia o então Capitão Tristão Nóbrega, chefe da Comissão que, de ordem do govêrno, foi descobridor o jamais encontrado Campo das Vacas Brancas".

As cruces nos passos ou vaus dos rios e arroios ficavam bem à vista, anunciando os limites dos Povos ou indicavam aos itinerantes que a Redução estava próxima. Isso era de utilidade compreensível, na vastidão dos desertos e matarias, características daqueles tempos recuados.

No rio Uruguai há o famoso Passo da Cruz, por aonde se vinha à Redução de São Borja, para quem procedesse da margem ocidental, lugar que se celebrizou por um combate decisivo na campanha de 1801.

Passo da Cruz é também o vau do arroio Conceição, no município de Cruz Alta. Notável é a coincidência Redução de Nossa Senhora da Natividade, fundada de que, segundo as últimas investigações locais, a em 1633, situava-se na sua proximidade, não longe do lugar denominado Encruzilhada, segundo nos comunicou o sr. Gilberto Prates, conceituado tradicionalista cruzaltense.

Gonzaga Jaeger, em "Três Mártires Rio-grandenses", página 119, transcreve o seguinte de uma relação do Padre Roque Gonzáles:

"Veio (Hernandárias) com 40 soldados e, antes de saltar em terra, foi, com muita piedade, adorar e prestar' reverência a uma cruz, que havíamos levantado dias antes, quase no meio do grande rio Paraná, e lhe fêz salva de arcabuzaria...Procuramos recebê-lo com muito amor, etc."

Dita cruz foi chantada, por certo, numa ponta de terra ou ilhota do rio Paraná, dias antes, como se diz. Ê que o Padre Roque, “chegando a Itapuá, de volta de Santa Ana, por novembro de 1615 conforme Jaeger comunicam-lhe ao terceiro dia que, seis léguas mais abaixo, se achava o governador Hernandárias que, mediante uma carta, lhe manifestava o desejo de avistar-se com os Padres”.

E o Padre Roque foi recebê-lo no pôrto, local onde foi implantada dita cruz, e cuja finalidade não podia ser outra senão a de avisar ao itinerante que era chegado a Itapuá.

Êsse costume jesuítico está demonstrado, de modo mais preciso, na seguinte passagem de Aurélio Pôrto, “História das Missões”, I, página 310, onde se lê:

“O Padre Agostinho de Aragón, que era então cura do Povo (São Tomé), para melhor apreciar o gado, passou à outra banda do Uruguai. Um ano antes, visitando estas vacarias, aí estivera o Padre Jacinto Marquez, que assinalou o local com uma cruz, que se conservou até 1680, e encontrada pelos primeiros índios que aí foram vaquear, etc.”

Que a propriedade de cada Povo era assinalado com uma cruz, nos lugares frequentados, verifica-se na mesma obra, página 327, volume I, onde se diz:

“Constam os limites dessa estância dos documentos de doação de suas antigas terras, feita pelas autoridades, quando, em 1687, o Povo de São Miguel voltou à Banda Oriental do Uruguai. “Pelas partes das terras de São Luís, desde as duas cruces do Guirapondí, até o Ibicuí, etc.”

Verificamos que no século seguinte (XVIII), essas cruces demarcadoras eram de pedra, como se vê ainda na mesma obra, página 337, onde se diz:

“Ficou êsse perímetro assinalado com diversas cruces, inclusive uma lápide em que se inscrevera: “Ano de 1742 Assinalaram-se estes ervais e puseram estas cruces de pedras com as letras que se vêem nelas, por ordem do Padre Pedro de Cabrera, estando presente o Corregedor Pedro Chaury, o Secretário Francisco Cuaracy, e outros quatro homens de ambos os Povos”.

Êsses fatos também estão registrados no livro “A Pérola das Reduções Jesuíticas”, de José Hansel, páginas 46 e 55. Neste livro, à página

101, vemos o seguinte expressivo trecho do relato do Padre Sepp, fundador do Povo de São João:

“Na outra manhã, ao nascer do sol, subimos o outeiro onde erigimos o estandarte da cruz salutar, em sinal da tomada de posse daquela terra...”

E à página 104: “Logo que reparti a terra pelos caciques e famílias, mandei levantar uma cruz para limite de seus campos”.

Talvez por isso é que vemos diversos “Arroios da Cruz” ou “Passos da Cruz”, na toponímia rio-grandense, principalmente na chamada “zona missioneira”, como por exemplo:

Arroio da Cruz, afluente do Ijuí, no município de Santo Ângelo; arroio da Cruz, afluente do Uruguai, no município de Itaqui; arroio da Cruz, afluente do Jacuí, no município de Cruz Alta; sanga da Cruz, afluente do Uruguai, no município de Uruguaiana, além de outros que seria ocioso citar. Mencione-se ainda a denominação Curuçu que, em guarani, significa Cruz, e que são de arroios, como se vê a seguir: Curuçu, afluente do Itu, em Itaqui; Curuçu, afluente do Jaguarzinho, entre Jaguari e Santiago; Curuçu, afluente do Butiá, em Soledade; Curuçu, afluente do Facão, tributário do rio Passo Fundo.

Assim, fora de dúvida, a cruz que se achava postada no alto do pinheiro secular, a que se refere Antonino Xavier, cuja antiguidade se perdia, segundo o autor, em mistério insondável, só podia ser um marco e aviso, assinalando a chegada às terras da Missão de Santa Teresa.

Essa parte do Jacuí, no antigo e já extinto Passo, que dava para o Rincão do Pessegueiro, era uma restinga (como diz Antonino Xavier), parte de uma zona selvosa. Daí compreender-se que a cruz precisava estar bem alta para ser vista, e nada vinha tão a propósito do que o alteroso pinheiro daquela margem e que, em princípios do século dezenove, apresentava aspecto de velhice.

Sabemos que um pinheiro leva cerca de um século para sua completa desenvoltura (atinge então mais ou menos 50 metros de altura, em alguns espécimes), depreendendo-se daí que sua duração vai por várias centúrias, até seu tronco atingir um diâmetro que, conforme assinala João S. Decker, em “Aspectos Biológicos da Flora Brasileira”, página 529 atinge 1,20 m, podendo “mesmo ocasionalmente a importar 2 metros”.

A cruz mencionada por Antonino Xavier, como existente antigamente junto ao extinto Passo Velho, que ligava com o Rincão do Pessegueiro, cruz cuja razão mergulha no mistério, só podia ter origem idêntica aos fatos que citamos, corroborando, aliás, as conclusões a que havíamos chegado antes, no que tange à localização de Santa Teresa do Curiti, no atual Rincão do Pessegueiro.

Agora, vejamos outro aspecto: a que tradição se liga a denominação Rincão do Pessegueiro? Procuramos nas obras de Antonino Xavier e nada encontramos.

Nosso mestre, o ilustre historiador Walter Spalding, em Pôrto Alegre, numa visita que lhe fizemos, esclareceu-nos a respeito, ditando-nos o teor de uma nota que fêz a uma obra histórica. A nota é a seguinte: Durasnal ou Pessegueiro O nome Durasnal provém das grandes plantações de pessegueiros, ou Durasnos, do castelhano, que os jesuítas possuíam em suas estâncias. Verifica-se ainda hoje com êste nome um arroio afluente do São Sepé e outro em Santa Bárbara, e ainda uma coxilha nos municípios de São Luís e Santo Ângelo. José Saldanha, em seu “Diário Resumido Histórico”, de 1787 (publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 151, página 135 a 301) - dá lá muito nos Durasnais que encontrou em seu roteiro. À página 291, diz êle: “Determinamos mais dois postos da mesma estância de Santiago, entre os galhos orientais do segundo Jaguari ou São José Tubichá, o maior, e o pôsto de São Diogo, Cada um dêstes tem, segundo o costume, seu capão de pessegueiros e os ranchos ao lado, de leste a oeste”.

Assim, Pessegueiro ou Rincão do Pessegueiro, como é o caso pas-sofundense, liga-se à tradição jesuítica.

Seguramente, sem sombra de dúvida, foi nessa região que se estabeleceram os jesuítas, ao fundarem Santa Teresa.

E os fatos que narraremos, no decorrer dêste trabalho, vão reforçar essa afirmativa, como veremos oportunamente.

PADRE XIMENES

Estamos, pois, no Curitiba (Rincão do Pessegueiro), onde se situava a Redução de Santa Teresa, lindeira do Ibitiru, tendo por cura da missão passofundense o diligente Padre Francisco Ximenes.

Esse jesuíta notabilizou-se pelas explorações que fez em toda a região.

Era já conhecida dele a zona da Redução de Santos Apóstolos ou Natividade, fundada em 1631, entre os dois Ijuís (Caaçapá-Guaçu), e da qual tinha sido cura, antes de fundar Santa Teresa; e havia explorado toda a jurisdição de São Carlos do Caapi ou Visitação a mais próxima de Santa Teresa, pelo oeste, e que devia situar-se nas imediações da atual estação de Pinheiro Marcado e vertentes do Jacuí-Mirim.

A localização de São Marcos ou Visitação é, porém, assunto controvertido. Cumpre-nos esclarecer pontos, antes de prosseguirmos na narrativa histórica.

Gonzaga Jaeger, em “Terra Farroupilha”, capítulo referente à “Ocupação do Caapi e do Caaçapá-guaçu”, diz o seguinte:

“Mas, em vão forcejamos por localizar a posição da região de São Carlos, mencionada por Techo e pela 14.a Anua de Boroa. Não aparece em nenhum dos mapas antigos. O mapa etnográfico-histórico organizado por Teschauer (História do Rio Grande do Sul, I, 154), coloca São Carlos na altura do rio Comandai. Porém, segundo Techo (IV, 309), distava um só dia de caminho de Santa Teresa o que estaria em desacordo com Teschauer ficando entre as Reduções de Apóstolos e Santa Teresa... Atribuindo a São Carlos a altura da estação de Santa Bárbara, entre Cruz Alta e Carazinho, quiçá não estejamos longe da realidade geográfica”.

O argumento de Gonzaga Jaeger é procedente, por tomar como ponto de referência a Redução de Santa Teresa, da qual São Carlos distava apenas um dia de caminho (certamente a cavalo, como era uso no tempo jesuítico).

Fazemos, porém, a seguinte ressalva:

Tomando por base que Santa Teresa ficasse nas cabeceiras do Jacuí-Mirim (como acreditava Jaeger), seria justificada a localização de São Carlos na zona de Santa Bárbara. Porém, como Santa Teresa ficava,

como já vimos, nas vertentes do Jacuí (Rincão do Pessegueiro), a distância de um dia de caminho, para oeste, vai dar nas imediações de Pinheiro Marcado, em Carazinho, justamente na linha entre Santa Teresa e Apóstolos, que ficava entre os dois Ijuís, no Caaçapáguas, como bem salientou Jaeger.

Caapi, segundo Aurélio Pôrto, era o designativo de duas zonas:

1) “pontas do rio Taquari” (Pôrto, *ibidem*, I, 129), correspondendo à região Passo Fundo-Marau.

2) “atuais campos de Santo Cristo e Santo Ângelo” (Pôrto, *ibidem*, I, 166), pela divisa de águas entre o Ijuí e o Carandaí, explicando que daí partia um caminho “pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí, atravessava o Campo do Meio, etc.”

Impossível a primeira hipótese. Embora a região aludida do Taquari fôsse também chamada por Caapi, nela não podia ter-se estabelecido a Redução de São Carlos ou Visitação, porque dita zona ficaria a sueste de Santa Teresa, no extremo leste da zona missioneira, quando não é o caso, visto que São Carlos ocupava zona intermediária, entre Santa Teresa e Apóstolos, que se situava a oeste, entre os dois Ijuís.

Impossível também a segunda hipótese, como observa Jaeger, visto que a região Santo Cristo- -Santo Ângelo, chamada igualmente Caapi, segundo Aurélio Pôrto, estava muito distante de Santa Teresa, para justificar a jornada de apenas um dia, a cavalo, vencendo regiões ainda bravias.

O Cónego Gay, em sua “História da República Jesuítica”, página 461, esclarece que os jesuítas fundaram a Redução de “São Carlos do Caapi, nas montanhas do Capé”.

Notemos, agora, que as duas regiões denominadas Caapi (Aurélio Pôrto), ligavam-se por uma faixa leste-oeste o divisor de águas, ou montanhas do Capé, como diz o Cónego Gay.

Capé, segundo A. Lemos Barbosa, “Vocabulário Tupi-Português”, vem de caá (mato) e pé (caminho), isto é, caminho do mato, que só podia ser a linha do divisor de águas entre os dois Caapis mencionados por Aurélio Pôrto, o que confirma também a assertiva dêste autor, a respeito do caminho que seguia “pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí, atravessava o Campo do Meio”, lindeiro ao Caapi oriental.

E, logicamente, seguindo por esta Unha leste-oeste, partindo de Santa Teresa (Rincão do Pessegueiro), com um dia de viagem a cavalo, como era do hábito jesuítico, situar-nos-emos na região do Pinheiro Marcado, município de Carazinho, onde, fora de dúvida, foi erguida a Redução de São Carlos ou Visitação.

O contato do Padre Francisco Ximenes com a Redução de São Carlos, tão vizinha, devia ser assíduo, sabendo-se que a mesma teve também por cura o Padre Pedro Mola, seu antecessor em Santa Teresa.

Nessas ocasiões devia ter sido explorada, por Ximenes, a região do Ibitiru, ao norte de Santa Teresa e de São Carlos, mencionada por Nicolau del Techo, na descrição que fez da zona de Santa Teresa e lugar habitado pelos ferozes ibirajaras ou guaianás, mais tarde conhecidos por pinarés, bugres, tupis e caingangs, aliás com gritante impropriedade no que tange à denominação tupi, visto que êsses índios pertenciam ao grupo tapuia-gês, conforme Aurélio Pôrto, “História das Missões”, I, 52.

Devia igualmente ter sido Ximenes quem informaria sobre a delimitação das primitivas Províncias jesuíticas: a de Ibia, Tape e Uruguai, e cujo encontro ficava em território passofundense.

“De procedência não guarani é a grande família ibirajara, povoadora da região chamada de Ibiacá (aliás, Ibia), que se limitava, no Rio Grande, pelo rio Jacuí até suas cabeceiras; rio da Várzea, até o rio Uruguai...” (Aurélio Pôrto, “Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul”, página 13, verbete “Abanheen”),

A oeste do rio da Várzea (Uruguai-Pitã), ficava a Província do Uruguai; e, ao sul do mesmo rio, e do

Uruguai-Mirim (Passo Fundo), a Província do Tape. A parte norte, ou Ibitiru, a Província de Ibia, que seguia até o Alto Uruguai, passando além, estendendo-se aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

É interessante, também, mencionar a carta em que Ximenes dá conta de suas primeiras visitas e explorações, na região sul de Santa Teresa, na serra do Butucaraí e território de Vacacaí, como se vê em Aurélio Pôrto, obra citada, página 104, pelo sabor sugestivo e pitoresco:

“Dali (de Santa Teresa) parti para São Joaquim diz êle e no caminho não faltou o que padecer, porque me colheu um temporal tão rigoroso que me deteve seis dias, em que estivemos para morrer de frio

e de fome...E saí do rancho sob forte granizo, e os índios me seguiram. Fazíamos fogo a miúdo, porque nos cortava o frio, e com êste trabalho chegamos a um rancho, onde a Providência Divina nos fêz esperar um alcaide de São Joaquim, com muita comida de milho e lenha guardada para fazer fogo, o que nos confortou um pouco”.

E prossegue, dizendo da boa recepção que teve em São Joaquim, no Butucaraí, assim como sucedeu anteriormente com o Padre Romero:

“A gente do Povo nos recebeu muito bem; batizei as crianças que havia e matriculei cem famílias novas que vieram. Querendo fazer a igreja, como me mandou V. Revma., mandei abrir os buracos para os esteios, mas o terreno era todo pedra viva, com o que desisti da obra, dizendo aos índios que ia procurar melhor local para a construção. Ficaram êles muito tristes com isto e, havendo eu me recolhido a uma choça, saiu uma índia varonil, mulher do Capitão Camaí (ou Caruaí, como diz Gonzaga Jaeger, referindo-se ao mesmo índio: parece que houve confusão na interpretação da grafia de Ximenes); e começou (a mulher) a repreender os índios, chamando-os indolentes...e era de apreciar a energia com que a boa índia dizia que quebrassem as pedras e as furassem para fincar os paus da igreja. Êles, com isto, cansaram algum tempo em querer quebrar as pedras, sem que o conseguissem, mas não desistiram do intento e, de pena dêles, saí e mandei que cavassem em outro lugar, onde havia até três palmos de terra sôbre as pedras. Ali, como foi possível, armei a igreja, onde se pode doutrinar os índios por enquanto, com que ficaram consoladíssimos, e eu ainda mais por ver seu bom coração”.

Concluída assim a sua missão, em São Joaquim, devia voltar parte de seu caminho, por terra, a noroeste, ou subir, inicialmente, pelo Jacuí, em canoa, com a finalidade de chegar a Apóstolos, nos Ijuís, conforme as ordens do Superior Pedro Romero. Mas, não pôde fazê-lo, e resolveu continuar para o sul, explorando a região e catequizando os índios. Diz êle na carta:

“Não pude atravessar em direção a Apóstolos, por não estar aberto o caminho (isto é, os índios não tinham feito as picadas), nem haver canoa no Igaí (Jacuí), e assim baixei por Santa Ana, onde matriculei mais cem famílias e batizei as crianças”.

Santa Ana, segundo o Cónego Gay, *ibidem*, 454, situava-se “a leste do rio Igáí ou Jacuí”, situação confirmada por Souza Docca, “História do Rio Grande do Sul”, página 46, onde diz: “margem esquerda do Jacuí, no passo do seu nome”, e fundada pelos Padres Romero e Mendonça, que aí aldearam mais de 7.700 almas”.

Essa Redução, para Aurélio Pôrto, ficava “nas alturas do Vacacaizinho, antigo Araricá”, o que é problemático.

Depois dessa excursão, que foi das mais proveitosas, é que Ximenes se fixou definitivamente em Santa Teresa (Passo Fundo).

DAS CONDIÇÕES MATERIAIS E CULTURAIS DOS MISSIONEIROS

Antes da catequese, os índios viviam sofrivelmente, consoante seu próprio padrão. Se estavam ao Deus dará, de outro lado, suas maiores preocupações eram as caçadas, pescarias e algum cultivo periódico da terra. Julgavam-se num paraíso, embora constantemente perturbado de guerra, enfermidades e outros males que, na verdade, a civilização não extirpou ainda.

Já pelo padrão europeu, sua vida parecia indigna e miserável.

“Em verdade diz Florêncio de Abreu, à página 27 da “Província de São Pedro”, n.º 11 a *Ânuas* dirigida em 1634 ao Padre Diogo de Boroa, assim descreve a situação das Reduções do Paraná e Uruguai (rios), em 1633: “São êstes índios pobres em extremo, pois não têm para vestir-se mais do que quatro penas de pássaros, com que cobrem e tapam o seu “empacho natural”, e o mais rico e poderoso não tem mais que um pelego de veado por vestido; e para seu sustento, a duras penas alcançam quatro espigas de milho e quatro raízes com que passam sua vida miseravelmente”. E as *Letras Ânuas* de 1635, relativas ao ano de 1634, mostram que a situação ainda se não havia modificado neste particular: “Não há ano nenhum em que êstes pobrezinhos naturais não padeçam mil calamidades e desventuras de fome, frio, enfermidades e mortandades de que abundam tôdas estas pobres terras... Só estão solícitos para o dia de hoje, e nêle acabam quanto topam, sem dar-lhes cuidado o que

hão de comer no dia de em que têm entregues tôdas as suas esperanças...amanhã, fiados em sua indústria de caçar ou pescar, E, assim, nesse exercício, gastam o ano inteiro, dando só alguns dias de cultivo às suas chácaras, deixando depois tudo ao cuidado das suas pobres mulheres que são as que semeiam e fazem as suas colheitas”.

O europeu não podia compreender, então, a mentalidade do nosso índio, para quem as atividades da lavoura eram um desdouro, competindo elas às mulheres e não guerreiros que se prezassem.

Conseguir que o índio abandonasse, pois, essa tendência natural e milenar, transformando-o em trabalhador agrícola, foi, sem dúvida, o maior milagre da obra civilizadora dos jesuítas.

Santa Teresa tornou-se, desde logo, o grande celeiro das Missões Orientais do Uruguai, tal a obediência devotada dos índios passofundenses aos mentores jesuíticos.

O milagre, segundo os estudiosos, deve-se à conversão religiosa.

Carlos Dante de Moraes, à página 49 e seguintes da “Província de São Pedro”, n. 7, busca interpretar essa conversão, e consigna:

“No estágio mental em que se encontravam os tupi-guaranis, e entre êles os tapes e guaranis do nosso Rio Grande, teriam parcas disposições para conceber um Ser onipotente, criador de tôdas as coisas. Se, em relação ao passado, o seu espírito repousava sôbre um fundo imemorial de mitos, abria-se, com terror, a cada passo, a uma natureza povoada de figurantes, forjados por seu animismo, em geral maléfico...Não lhe resta senão esconjurar os malefícios, as traças hostis que lhe prepara o mundo circundante, e para isso, possui um intermediário : o feiticeiro ou pajé...Ã sua mente agreste, o bruxo aparecia como um ser cumulado de forças e podêres... Ê inconcebível que os índios pudessem adorar a Deus em espírito, como a um Ser transcendente. O objeto de seu culto tinha de ser concreto, visível, tangível, palpável. E não o encontravam, em verdade, na adoração das imagens? Diante de Jesus, da Virgem, dos Santos, dos Arcanjos, estátuas que pareciam falar, pintadas de côres vivas, os seus anseios religiosos se precisaram, ganhando uma grande intensidade”.

E, referindo-se ao poder civilizador dêsse fenômeno, aproveitado pelos jesuítas, diz o citado autor:

“Ali, a seus olhos graves e humildes, na atmosfera de reza e de cânticos, estava a divindade para ouvidos e entendê-los...Quando iam ao trabalho, em cortejo festivo, com flautas e melodias, levavam aos ombros a imagem de Santo Isidro lavrador, padroeiro das lavouras. Esta era posta em lugar elevado, para que todos, enquanto trabalhavam, pudessem avista-la...”

Dante de Moraes, entretanto, conclui que o catecúmeno, por isto, só poderia ter sido idólatra. Parece que o autor não considera o papel do simbolismo, patente em quase todos os atos humanos. À vista da Bandeira Nacional, um brasileiro consciente tem logo uma imagem viva de sua grande Pátria, do amor que lhe inspira, das obrigações que lhe sugere, etc. Levar tudo para o terreno da idolatria, quanto aos sentimentos religiosos dos missioneiros, é, sem dúvida, uma interpretação fragmentária.

“O realismo do índio acrescenta o mesmo autor, no seu bem elaborado trabalho era, por certo, um poderoso auxiliar do missionário. Podia êste apontar à volta de si, em mortes que sucediam, em desgraças e flagelos, os sinais multiplicados da Providência, o castigo distribuído aos pecadores renitentes e aos insubmissos... A palavra evangélica, porém, perigava de ser tomada ao pé da letra...Um jovem, da Redução de Santana, ouvindo em sermão pregar contra a luxúria e exaltar a castidade, foi ao Padre e lhe suplicou que o castrasse...Um outro, do Caaró, muito sujeito a tentações, lembrou-se, por ocasião de uma falta, do sermão: “se teu ôlho te enganar, arranca êste ôlho”. E, enterrando as unhas nos olhos, com fúria, estêve mesmo a ponto de arrancá-los...”

A imaginação viva do índio correspondeu, sem dúvida, aos apelos evangelizadores. E, do selvagem, guerreiro e ignorante, fêz um titã da civilização rio-grandense, que ainda hoje, na contemplação das ruínas dos Sete Povos, nos enche de recolhida admiração.

O que é lamentável, em parte, é que os jesuítas tivessem, de modo absoluto, buscado moldar o índio ao caráter europeu, quase nada conservando de seu folclore e do seu sabor nativo. Os índios aprendiam a ler e escrever, mas o faziam sem originalidade, quando, nessa raça, brota uma imaginação portentosa que saborosos frutos poderia legar-nos. As cartas que êstes índios escreviam, de um modo geral, iam pelo estilo

de um escriba da Catalunha. Daí a falsa interpretação de que o índio só fazia imitação e nada criava.

A. Lemos Barbosa, num estudo, à página 39, na “Província de São Pedro”, n.º 9, observa com razão: “Mas, o que singulariza a literatura indígena das Reduções... é que se esboçava um começo de literatura nativa, com obras inteiras redigidas na língua guarani. São, claro, quase só traduções ou adaptações (feitas pelos padres), modelados no espírito e no estilo europeus da época. Não têm o sabor das lendas indígenas, das conversas espontâneas das com. petições orais que os índios transmitiam de geração a geração. Os missionários, apesar de tão grande contribuição para os estudos ameríndios, não tiveram a lembrança de nos conservar, na própria língua dos povos naturais, as conversações vivas, os cantos, as histórias, numa palavra, o folclore indígena...”

Essa inadvertência, infelizmente, equivalia à despersonalização do índio, influenciando não pouco para a rápida decadência das missões, à frente dos primeiros embates da adversidade, nos dois períodos da ocupação jesuítica rio-grandense.

Os próprios índios, por vêzes, concorriam para isso, inocentemente, como aconteceu com a lenda de Sumé, deus civilizador dos tupi-guaranis, fato, aliás, ocorrido quase em todo o Brasil. Era êsse deus indígena confundido com São Tomé, cujas pisadas, diziam os jesuítas portugueses, estavam impressas numa rocha, em Cabo Frio, enquanto os jesuítas espanhóis afirmavam estarem gravadas aqui próximo, no Piquiri (Peperi-Mirim), afluente do Uruguai. A crença motivou-se, naturalmente, pela semelhança da pronúncia, e nada mais.

O Padre José Cataldino, tão crente como os próprios índios, escreveu, em 1613, a respeito dessa lenda, ao Provincial Diogo Torres:

“Muitas coisas me tinham dito, desde o princípio, êstes índios, acêrca do glorioso Apóstolo São Tomé, que êles chamam Zumé... Dizem, pois, os índios anciãos e os caciques principais, que têm por certíssimo, por tradição derivada de pais a filhos, que o glorioso São Tomé, apóstolo, veio atravessando o rio de Tibaxiba (Tibagi, no Paraná) onde êles e seus antepassados moravam, então povoadíssimo de índios foi passando por seus campos ao rio Haybay (Uruguai), e que daí foi ao Piquiri, de onde não sabem para onde foi”.

E prossegue o Padre Cataldino:

“Nas cabeceiras dêste rio (Piquiri), dizem os índios, se acham as pisadas do glorioso santo, impressas em uma penha, e o caminho pelo qual atravessou êstes campos está ainda aberto, sem ter nunca fechado, nem ter crescido nunca a erva, apesar de estar no meio do campo, onde não trilham os índios; e asseguram que as penhas, por aonde vem êste caminho, estão abertas, deixando no meio um caminho igual ao mesmo chão; e afirmam terem-no êles visto” (Rev. do Inst. Histórico e Geogr. do R. G. Sul, volume correspondente aos quatro trimestres de 1949).

Dentro de tais condições delineava-se a catequese dos jesuítas, no Rio Grande do Sul.

A despeito dos pequenos pontos negativos e seria de admirar se os não tivesse a obra dos missionários, em Santa Teresa, revestiu-se de grandeza, cujos frutos, infelizmente, não chegaram a sazonar, devido à atuação demolidora dos bandeirantes.

A PROSPERIDADE DE SANTA TERESA

A Redução de Santa Teresa, desde logo, foi se distinguindo das demais, na Província do Tape, tendo-se em vista a natureza pródiga de seus arredores e a excelência de suas terras, criando, por isso, fama de verdadeira “terra da promessa”, na terminologia de Gonzaga Jaeger.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 83, cita o Padre Nicolau del Techo, e diz:

“Informa o Padre Techo que, nessa bela região, “os índios alimentavam-se, durante grande parte do ano, com os pinhões dêsses bosques; seu gôsto difere um pouco dos pinhões europeus... Também se produz o mate, erva estimada pelos paraguaios. Há rebanhos de cabras (corças) e muitos javalis” (queixadas).

O mesmo também dizia o Provincial Diogo de Boroa, na já citada *Ânuua* de 1633:

“Tem outra comodidade o sítio desta Redução, que não a faz pouco apetecível aos índios, que é estarem junto à erva, que os naturais cha-

mam ooguay, de que geralmente usa tôda esta nação guarani, e sem ela parece que não pode viver”.

Embora fôsse ainda um núcleo incipiente, já se prenunciava seu próspero futuro, pois acrescenta Boroa, na mesma carta:

“Não é muita a gente que até agora está assentada no Povo, porque não havia nenhuma chácara feita, nem comida para os índios. Mas já, nestes poucos meses, têm (os índios) trabalhado muito bem. E assim já têm muitas e boas (chácaras), e colhem já êste ano algum milho e feijões. E, com a ajuda dos pinhões, que já começaram a sazonar, espera-se que farão tantas chácaras que, no ano que vem, possam estar muitos índios assentados no Povo”.

Informa então sôbre o número de índios reduzidos, depois de quase um ano de instalação definitiva, e diz:

“Os matriculados até agora passam de 800 e há muita gente na comarca, pelo que se pode aumentar (esta) e fundar outra, ou outras Reduções”.

“Também (estão) aqui próximo acrescenta os guananás, nação muito extensa, segundo dizem êstes índios (tapes) que têm feito com êles muitas guerras, em cuja conversão concluída a da nação guarani poderia ter não pequeno emprêgo na Companhia” (“Terra Farroupilha”, página 67).

Olyntho Sanmartin, obra citada, página 83, baseado neste e noutros documentos, dá ainda a seguinte notícia:

“No decurso de um ano, reuniram-se 800 famílias, tendo a escola 600 meninos. Foi um agrupamento feliz, de grande fartura, dividindo suas provisões alimentares com outros núcleos necessitados, conseguindo os missionários, sem grandes esforços, fôsse abandonado o uso do tembetá, que tanto deformava o lábio inferior”.

E o autor acrescenta:

“Cedo Santa Teresa agrupou mais de mil famílias, com 1.600 almas cristianizadas”.

À página 35, informa:

“A obra jesuítica desenvolveu-se grandemente entre os guaranis, de início, e mais tarde, ao norte, os guaianás e caaguás, e ao centro, os tapes. Basta a certeza de que o aborígine povoava, em diferentes setores,

a região riquíssima, para que melhor se identifique o quanto fêz o Brasil de ontem para ser o Brasil de hoje”.

Olyntho Sanmartin amplia nosso conhecimento sôbre as condições das primitivas Reduções rio-grandenses, quando nos informa à página 63:

“As Reduções idealizadas pelo espírito empreendedor do Padre Roque, que possuía os mais altos dotes de engenheiro e arquiteto, como aldeia modelo, apresentava uma área dividida em nove quadras. Dessa área, apenas separava uma quadra para que a Redução possuísse sua praça indispensável. As oito restantes eram tôdas construídas, destacando-se, como edifício de relêvo, a igreja”.

E assim descreve ditas povoações, tôdas de um só tipo, o que nos permite imaginar o que foi Santa Teresa:

“Cada quadra edificava seis barracões, com pé direito de dois metros, dividido cada um em cinco peças, com vinte metros de frente. Cada peça abrigava uma família indígena, do que resultava poder alojar cada Redução duzentas famílias aproximadamente. Frente à igreja, estava a habitação dos missionários, fechada com paus e enclausurada. A cobertura era de palha, e o madeiramento de cedro, dando assim uma feição superior em todos os sentidos às primitivas habitações, onde viviam os índios na mais bizarra promiscuidade, homens, mulheres, crianças e velhos. Isso ocorria no Paraná, em Santo Inácio Guaçu, e que iria repetir, depois de sua partida...em terras à margem esquerda do Uruguai.”

Ainda Olyntho Sanmartin, *ibidem*, 90, referindo-se aos esforços evangelizadores na Província do Tape, com inclusão de Santa Teresa, escreve:

“O trabalho religioso continuava atento e processava-se de duas formas: a volante e a estável. Esta antecipava a outra, e o trabalho fazia-se com “todo e êxito. As Reduções não eram facilmente aceitas. Para um aldeamento, impunha-se uma série de particularidades, reunião onde eram discutidos os interêsses e as novas vantagens dos que vivessem em aldeamentos”.

E o autor cita Teschauer, que diz:

“Pode-se imaginar quantos obstáculos se levantavam quando se tratava de abandonarem os filhos da selva sua raça, sua cabana e os

terrenos de caça e pesca e apertarem-se em um recinto estreito, particularmente da parte dos tuxavas que, para viverem no mesmo Povo, com seus clientes, deviam ceder uma parte de sua autoridade e antiga independência regional”.

Explica às páginas 64 e 65 que os contatos para isso “começavam com a convocação de um grupo de maiorais, os tuxavas, pertencentes à mesma comarca, e exposto pelo missionário o plano para ser fundado um povoado; reunidos, onde seus filhos seriam educados e mesmo os pais, eliminando-se as longas distâncias em busca de caças e outros meios para seu sustento. Na mesma ocasião era exposta a doutrina cristã, a necessidade de viver com fé espiritual, crer e batizar-se”.

Bem assim se preparava o ciclo civilizador dos nossos índios, naqueles tempos recuados, assim em Passo Fundo como nas demais missões rio-grandenses.

Era bem êsse um trabalho ingente, a que se dedicava, com esforços incomuns, o Padre Francisco Ximenes, cura da Redução passofundense, e seus auxiliares, no congregar os índios comarcãos, fazendo de Santa Teresa, como de fato o fêz, uma das Reduções mais prósperas e afamadas de todo o conjunto missioneiro.

O já citado Sanmartin, na mesma página 90, de sua obra citada, menciona que, na conquista do selvagem, os índios reduzidos, por sua conta, faziam até assaltos, com ocorrências engraçadas:

“Havia igualmente diz o autor outras formas pitorescas para atrair o índio espantado e tímido. As crônicas referem como era necessário proceder para atraí-los. Os caçadores guaranis se armavam de arco, flecha, corda e um pau, armas manejadas apenas para a defesa e evitar a fuga dos alcançados. Quando os cristãos descobriam o curral dos fugitivos, procuravam cercá-los durante a noite; e, à madrugada, surpreendiam-nos ainda dormindo. Todos eram manietados, e as crianças eram procuradas pelos bosques ou no alto das árvores; e depois de tudo estar acorrentado e o bloco humano subjogado, tratavam-nos fraternalmente, conduzindo-os à Redução, onde aceitavam imediatamente o nôvo estado social e espiritual”.

E conclui:

“Outros trabalhos de aproximação eram feitos pelos próprios ín-

dios reduzidos que, orientados por tuxavas, faziam ligação com o genio, explicando o trabalho jesuítico. Muitas turmas se locomoviam à voz dos seus irmãos das selvas e se agregavam de pronto”.

E assim, a despeito das dificuldades da tarefa, a Redução passo-fundense prosperava, alargando a fama de sua pujança e prosperidade.

A INTRODUÇÃO DO GADO EM PASSO FUNDO

As condições alimentares dos índios era o que mais preocupava os jesuítas, visto que nenhuma Redução vingaria, segundo diziam sempre, sem um regular abastecimento, não só de gêneros agrícolas, mas principalmente de gado.

Diz Florêncio de Abreu, no seu estudo à página 26, “Província de São Pedro”, n.º 11, depois de relatar a precariedade do abastecimento, nos primeiros anos jesuíticos:

“No empenho de remover tão precária situação e, sobretudo, no congregar os silvícolas, de modo a torná-los aptos a receber a catequese, uma solução se impôs desde logo aos padres da Companhia a do estabelecimento de currais de gado nas Reduções. Assegurando, de modo permanente, as provisões de alimentação, evitariam a dispersão contínua dos índios, na sua lida cotidiana, de caça e pesca, ao mesmo passo que se promovia a sua estabilidade na sede das Reduções”.

Assim como as primeiras Reduções, as do Guairá, se estabeleceram em terras brasileiras; e, assim como foram três padres do Brasil, Ortega, Saloni e Fields, os precursores das Reduções jesuíticas; e, assim, ainda, como foi em terras brasileiras que se escreveram e imprimiram os tesouros da literatura guarani, do Padre Montoya assim também o primeiro gado das Reduções originou-se dos rebanhos vicentinos, das fazendas do Brasil. Quanto ao armentio gaúcho, vejamos:

“O gado sul-rio-grandense, pelo exposto diz Walter Spalding (“Gênese do Brasil-Sul”, página 29) é descendente do vicentino, mesclado com o descendente da introdução hernandariana (do governador Hernandárias) no Uruguai; êste, por sua vez, mesclado com o paraguaio-vicentino”.

O Superior Pedro Romero, o civilizado que primeiro pisou Passo Fundo, ordenou a introdução do gado, no Rio Grande do Sul, gado êste conduzido de Corrientes, em 1634, sendo tropeiro o Padre Cristóvão de Mendonça (Cristóbal de Mendoza), que se tornou, assim, o precursor do tropeirismo gaúcho (Walter Spalding, obra citada, página 29).

“Êsse gado escreve Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, página 271 deveria se achar em São Miguel (na serra de São Martinho), de onde seria distribuído para as outras Reduções, em lotes iguais, como se depreende da declaração do Padre Romero: “Como nesta Redução (Apóstolos) aprovou tão mal o gado vacuum, passei agora dois anos em São Miguel, para esta Redução, noventa e nove cabeças, que são as que couberam de cada Redução, de uma tropa de gado no ano de 1634, etc.”.

À página 273 e seguinte, consigna o mesmo autor:

“Ainda em fins do mesmo ano de 1634, deu ordem (Pedro Romero) ao Irmão Antônio Bernal, que me viesse alcançar em São Miguel para que dali levasse cento e vinte cabeças do gado que está ali, de Jesus-Maria (no rio Pardinho), São Cristóvão (no baixo rio Pardo), e São Joaquim (no Botucaraí), o que foi difícil; e vindo, caiu doente de um resfriado, em Natividade (junto ao Vacacaí-Mirim), etc.´. Destinadas às três Reduções de Santa Teresa (Passo Fundo), Visitação e Caicó (estas duas não chegaram a ser fundadas, definitivamente), pôs o Padre Romero, em Santa Ana (à margem esquerda do Jacuí, na fralda do Botucaraí) e São Cristóvão (baixo rio Pardo), mais duzentas cabeças, que foram mais tarde levadas para a primeira dessas Reduções (Santa Teresa, em Passo Fundo), constituindo, em parte, a origem da atual Vacaria”.

Assim, a origem da futura e famosa Vacaria dos Pinhais ou dos Pinharés, segundo Aurélio Pôrto, foi Santa Teresa, isto é, Passo Fundo, e que daqui, alastrando-se para leste, no século seguinte, ia dar fermento bravio às manadas alçadas de Lagoa Vermelha e Vacaria (município), embora já um fermento desfalcado pelos bandeirantes.

O Superior Pedro Romero, em carta, informa sobre a estância pas-sofundense, conforme o supracitado autor, *ibidem*, página 274:

“A Estância desta Redução (Santa Teresa) é tão boa como qualquer da serra, e o gado está muitas vezes bom; e o haver-se encontrado êste Pôsto se deve aos vaqueiros, que sentiam tanto que lhes levassem as

vacas de sua terra (isto é, de suas outras Reduções), porque morriam de magreza, que andaram com elas provando ventura (campereando, buscando campos), até que Nosso Senhor lhes deu, topando com um Pôsto que êles têm, que estava não mais de uma légua da Redução (Santa Teresa), e ali têm também os porcos e terão também trinta cabeças de cabras que estavam em São Miguel (na serra de São Martinho); e aos padres lhes era pesado cuidar delas, e o Padre Ximenes mas pediu; e, assim, lhes enviei aos Apóstolos (no Ijuí), para que dali se as busque. Ao Padre Ximenes levei comigo à Serra (Botucaraí) para que, já que tinha tão boa estância, trouxesse duzentas cabeças de vacas, que havia pôsto em depósito em Santa Ana (à margem esquerda do Jacuí, no comêço da serra do Botucaraí), e São Cristóvão (à margem direita do baixo rio Pardo); e, assim, as levou, e são `pró rata´, pela Quantidade, para as três Reduções de Santa Teresa, Visitação e Caicó, etc.” (E como estas duas Reduções não chegaram a ser fundas, o rebanho ficou todo em Santa Teresa).

Por esta informação verificamos que, à distância de uma légua de Santa Teresa, achava-se o Pôsto, onde “ali também tinham porcos e também trinta cabeças de cabras”.

E que “a estância é tão boa como qualquer da Serra, e o gado está muitas vêzes bom”. E frisa que “era tão boa estância” que para ela mandou conduzir duzentas cabeças de vacas que estavam em Santa Ana. De outro lado (Aurélio Pôrto acrescenta, à página 275, referindo-se a Jesus-Maria, “onde havia excelentes campos de pastagens, que rivalizavam com os de Santa Teresa”.

O Pôsto e a estância acima referidos, e que se dizia ficarem a uma légua de Santa Teresa, no Rincão do Pessegueiro (Curiti) podiam ser quaisquer dos “campos situados entre o Jacuí, a Serra de Baixo e o arroio do Brito, no Primeiro Distrito” na precisa informação que nos dá Antonino Xavier, sôbre o mencionado rincão, em seu “Dicionário Geográfico”, elaborado em 1922 ou 1923, e que ainda está inédito.

Quem foi o primeiro tropeiro de Passo Fundo? Isto é, aquêle que conduziu o primeiro gado para Santa Teresa? Não foi o Padre Ximenes, como pode transparecer das citações acima, embora nada digam sôbre o assunto.

Vamos sabê-lo na sucinta biografia que o mesmo autor, Aurélio Pôrto, na citada obra, página 222, faz do Padre Cristóvão de Arenas, onde diz:

“Ê o primeiro tropeiro da Companhia (o Pe. Arenas), pois mais tarde, nas novas Reduções do Uruguai e o Tape, continuou nos amanhos do campo, em que se tornou exímio, passando incalculáveis trabalhos e privações... Serviu no Tape, em várias Reduções, e foi o descobridor do caminho, por serranias ásperas, que ligou S. Teresa às missões do vale do Jacuí”.

Foi êle, pois, quem conduziu o gado “depositado” no vale do Jacuí (Jesus-Maria e São Cristóvão), até São Joaquim (no Botucaraí); e dali, subindo sempre ao norte, veio a Santa Teresa.

Diz o mesmo autor, à página 107, que êsse jesuíta “conseguiu, em dois dias, descendo o planalto (desde São Joaquim, onde estava), ir a Jesus-Maria, que ligou por um pique a São Joaquim (no Botucaraí), facilitando, assim, as comunicações entre ambas, até então inexistentes”.

De São Joaquim para cá, em Santa Teresa, sua jornada devia ter sido mais fácil, e vadeou o Jacuí, com sua boiada, no Passo Velho, provavelmente, hoje coberto pelas águas da barragem de Ernestina. Êsse Passo, que era o mais antigo do Alto Jacuí, foi também conhecido por Passo Real e Passo Imperial, segundo os moradores da região, entre êles o Dr. Justiniano Augusto Trein, proprietário das terras então servidas pelo mesmo Passo. O local tem hoje a denominação particular de Alagado, na divisa com o município de Soledade.

Cristóvão de Arenas era natural de Espinosa de Los Monteros, em Castela a Velha; e, “em 1649, mandado a Itatines (no rio Paraguai) diz Aurélio Pôrto é ali injuriado, martirizado e ferido pelos bandeirantes que investiram sôbre a aldeia em que estava. Morreu na retirada que fêz com os índios, em consequência dêsses ferimentos”.

O DRAMA DA ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

O Rio Grande era olhado, naquele tempo, como o viveiro dos escravos de tôdas as Capitânicas do Brasil.

A propósito da região e das atividades escravagistas na Ibia, nada mais oportuno do que transcrevermos, aqui, a narração do Padre Inácio de Sequeira que, com o Padre Francisco Carneiro, em 1635, esteve em contato com os carijós, em Laguna índios saídos do Rio Grande e ali concentrados pelos escravagistas.

Carijós, como vimos atrás, era o nome que os jesuítas portugueses davam aos ibiangularas. E guarde-se que êsses índios sempre foram muito amigos dos padres portugueses, tanto quanto detestavam os religiosos espanhóis. E isso nos lembra o que nos relatou o velho Caetano, do tôl-do caingang do Rio Carreteiro: para os seus ancestrais, os que vinham de leste eram considerados amigos, no mesmo passo que inimigos os chegados do poente.

A narrativa do Padre Sequeira, que é pitoresca, vem estampada na “História da Companhia de Jesus no Brasil”, de Serafim Leite, volume VI, página 493 em diante, sob o título “Derradeiras Missões aos Patos”. Êsse religioso português veio com seu companheiro, Francisco de Moraes, embarcando no Rio e fundeando em Laguna, em busca de salvar os carijós (ibiangularas) da escravidão que, sob a capa da amizade, faziam nêles os portugueses, que se valiam da confiança e rudeza dêsses índios.

O Padre Sequeira, depois de falar sôbre a região habitada pelos carijós rio-grandenses, sua produção agrícola, variedade de caça e pesca, aos costumes dos índios e notável diligência dêstes para ouvir sermões, “ainda que o céu se esteja desfazendo em tempestades”, menciona:

“Com ser isto assim, são os carijós, de sua natureza, muito interesseiros vício comum a tôdas as nações do Brasil mas êles, nisto, excedem a tôdas; e a causa é o trato que têm com os portugueses que, começando a comerciar com êles, chegaram a tanto extremo, na venda de si mesmos, que por uma carapuça, resgatou um português cinco carijós de seus mesmos naturais. E outro português comprou três carijós por uma soalha de um padeiro. Que emprêgo fizera, se o padeiro lhe tangera encordado com tôdas as peças? Sem dúvida, trouxera uma aldeia inteira...”

E informa:

“Dêste pôrto (Laguna) até ao Rio Grande, que dista para o sul 70 léguas, não há outro onde possam entrar embarcações; e, por isso, aqui

(em Laguna) ficam tôdas ancoradas, e nêle achamos 62 (embarcações) dos portugueses que, de várias Capitânicas, tinham ido êste ano de 1635, ao resgate dos miseráveis carijós; destas, eram quinze navios de alto bordo, e as demais, canoas muito possantes, nas quais, feita lista pelos mantimentos que levaram, e pelo porte das embarcações, esperavam os portugueses trazer acima de doze mil carijós cativos.

“Aqui mesmo continua o informante foi dar fundo o navio “Santo Antônio” (dos jesuítas), no pôrto (para) botar arpão nos corações de quantos portugueses andavam nas terras dos carijós; e, assim, foram totalmente feridos 600 homens brancos, escopeteiros, que lá foram êste ano (à Ibia), afora outros, índios escravos que, por todos, passavam de 1.300; porque, como êles sabem que todo o gentio do Brasil não tem, depois de Deus, outro amparo senão aos padres da Companhia, ficamos sendo para o gentio, anjos; e para os portugueses, diabos, e havidos pelos maiores corsários que pode padecer seu interêsse”.

O jesuíta, depois de referir-se à peste do “sarampão”, que dizimou aldeias inteiras, prossegue:

“E logo após o sarampão, se seguiu outra maior peste que foi a guerra injustíssima e bruta que os portugueses fizeram aos carijós...”

Refere-se aqui à premente situação dos carijós, desde 1626, divididos e escravizados por dois prepostos, ambos índios, “senhores idólatras” como os apelida:

“O primeiro diz êle é o Anjo, de que já falamos, que, por outro nome, se diz também Ara-Abaeté, que quer dizer “Dia do Juízo” (no Butucaraí, como já vimos atrás). Outro, era um índio, parente mui chegado do mesmo Anjo, chamado Marunaguaçu, que quer dizer “Grande Papagaio” (e cujo domínio, mais ao norte, segundo o jesuíta, parece indicar a zona entre Soledade e Marau ou mesmo Passo Fundo, mas que, pelas nossas conclusões, devia ser Lagoa Vermelha, isto é, na vizinhança leste dos guaianás, do Ibitiru, contra os quais movia contínua guerra, além de ficar sua zona mais vizinha do comércio dos portugueses, de Laguna).

Por intermédio de Marunaguaçu (Grande Papagaio) diz o jesuíta que “tiraram os mesmos portugueses segundo êles confessam acima de 120 mil carijós, fazendo-os escravos, contra tôdas as leis divinas e hu-

manas, comprando-os e vendendo-os por estas Capitánias...Foi sempre êste índio tão amigo e benemérito dos brancos que, na verdade, se podia dizer do Papagaio que era Real para os portugueses, porque êle foi o que em tudo os sustentava e lhes dava de graça seus mantimentos, por espaço de vinte anos, mantendo-lhes a mesa todos os dias”.

E o Padre Sequeira diz amargamente:

“Porém sem mágoa o não digo valeu mais ao Anjo, em matéria de seu estado, ter por amigo ao mesmo diabo, que não ao Papagaio ter por amigos aos portugueses. A causa disto foi que, enquanto o Papagaio (Marunaguaçu) teve juntado de si muitas povoações e aldeias de sua gente, faziam algumas entradas, levando consigo bons guerreiros, nas terras do guaianás; e com ciladas que lhes armavam, trazia (Marunaguaçu) alguns dêles cativos para conforme a sua brutal fereza matarem em terreiro, armando-se cavaleiros; e, depois desta solenidade, os comiam em ódio e vingança, por serem inimicíssimos seus (costume da antropofagia guerreira).

“A êstes explica o padre que os carijós cativavam e vendiam aos portugueses, chamaram sempre ‘cativos de corda’ ... e êstes deixavam (os carijós) algumas vêzes de matar, para os vender vivos, tirados das prisões em que os tinham, aos portugueses, a trôco de ferramenta, roupas e outras coisas, a que chamam resgates. E por aqui começou o comércio dos portugueses com os carijós...”

E o jesuíta, em seguida, descreve longamente a cerimônia da manança do prisioneiro de corda, denominação que davam aos cativos que, para bem de serem mortos em terreiro, eram amarrados a uma corda, ao meio, tendo as extremidades da mesma seguras por dois índios. Isso patenteia que os tapuias rio-grandenses eram antropófagos, pois que, depois de mortos, êsses prisioneiros eram comidos por tôda a tribo, em meio de ruidosas festas. Desfaz-se, assim, a afirmativa de Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, página 56. Convém, todavia, esclarecer que não comiam para matar a fome, pois um prisioneiro não dava para alimentar cinquenta pessoas, mas os que participavam do festim iam, por vêzes, à conta de oitocentos para mais. Tocava migalha para cada um, e o resto servia para ensopados, a fim de permitir que todos tomassem o seu bocado. A antropofagia guerreira era um ritual, destinado a

despertar o valor dos guerreiros e dar-lhes ensejo de satisfazer o ânimo de vingança.

Voltando ao assunto das escravizações, relata o Padre Sequeira:

“Porém, como totalmente careçam (os carijós) de ferramentas para lavrarem seus mantimentos, uma necessidade vencia a outra, e acabava por êles largarem aos portugueses alguns guaianás, que tinham em cordas, em trôco da ferramenta que lhes davam (os portugueses). E assim deixou êste comércio alguns anos, enquanto os carijós puderam fazer entradas e dar assaltos aos guaianás, aos quais achavam descuidados, ou a pescar, ou na comedia dos pinhões, trepados nas árvores, aos quais faziam descer às flechadas. Porém, foram-se os guaianás acautelando, de maneira que, para os carijós trazerem um dêles prêso, deixavam lá muitos mortos dos seus; e... os carijós foram desistindo da conquista, mas não da cobiça da ferramenta e resgate dos portugueses; e como êstes lhes não haviam de dar de graça, deram em um ardil, que só o diabo pudera inventar: e foi que entravam os mesmos carijós ribeirinhos pelas aldeias que estavam mais pelo interior do sertão que era gente muito singela e simples, ainda que da mesma nação, e como tal, a traziam enganada dizendo-lhes que descessem para o mar (Laguna) a ver gente branca, e tratar com os portugueses, que davam roupas e ferramentas a quantos os iam visitar; e com êste engano, faziam descer aldeias inteiras aos portos de mar, onde os portugueses tinham suas embarcações, os quais os recebiam (aos índios) com muita festa e os faziam entrar debaixo da coberta (do navio) para lhes mostrar as peças da ferramenta ou as roupas, cujas côres mais lhes contentassem; e, depois que o navio estava bem cheio de carijós, fechava os portugueses as escotilhas e se faziam à vela”.

E o missionário português, Inácio de Sequeira, a quem se devem tantas informações preciosas daqueles tempos, conta com o coração trespassado de justa indignação:

“E, assim, por um vestido que davam a um traidor, levavam 300 e 400 almas, às quais vendiam nas Capitânicas, dizendo que eram cativos de corda; e essas cordas não eram outras, salvo a enxárcia do navio e as das polés dos mastros, e das vêrgas e amarras, entre as quais vinham os miseráveis carijós ...”

E diz adiante:

“Com semelhantes enganos, traziam os portugueses os navios carregados de carijós, em tanta cópia que se foram, em bem poucos anos, despovoando de gente, mais de 60 léguas de sua Província, da parte norte (Ibia), por onde o comércio dos portugueses entrou...até que, vindo os portugueses que o trato e resgate se acabava, começaram ir entrando pelo sertão adentro e, com mão armada, sem outros resgates que o da espada e pelouro, chegando a qualquer povoação, tomarem à força aquela gente...”

E o Padre Sequeira conta como, inclusive Marunaguaçu, que tanto beneficiou aos portugueses nesse comércio, também foi colhido nas malhas dos mesmos... E conta muitas outras coisas... Isso basta, entretanto, para a nossa compreensão dos fatos e também para turvar e enlutar, lamentavelmente, um assinalado período da nossa história...

No seu livro “Conquista Espiritual”, escreve Ruiz de Montoya, à página 261 e seguintes:

“Teve notícia de uns tupis que são banqueiros ou caixeiros dos moradores de São Paulo (isto é, prepostos), aos quais, em língua portuguesa, chamam ‘pombeiros’, e na nossa espanhola ‘palomeiros’, à semelhança dos pombos, destros em recolher e furtar pombas em outros pombais; os naturais chamam-nos mu, que quer dizer contratantes. Êstes dividem entre si as comarcas; e cada um no seu pôsto tem seu aduar e mesa de câmbio, para comprar índios, mulheres e crianças, para o qual enviam os moradores das vilas do litoral do Brasil, machados, facões, facas e tôda espécie de ferramentas, vestidos velhos, chapéus, pedaços de linho rústico, e mil bugigangas, para a compra de almas, como...na Espanha se envia a comprar um lote de carneiros ou tropa de vacas. Êsses ‘pombeiros’, embora professem ser cristãos, são os mesmos demónios do inferno, oficina de todo o gênero de maldades e pecados, aduana de embriaguez e torpíssimos pecados. Têm eles as casas cheias de mulheres pagãs (índias), compradas para as suas torpezas; incitam os gentios (ibiangaras) para que se façam mutuamente a guerra e se cativem e prendam, e os tragam ao contraste e à venda. A necessidade daquelas ferramentas (para as suas lavouras), fá-los cativarem-se (uns) aos outros, e às vêzes os mesmos parentes, e moradores de suas mesmas

casas, os entregam por um machado, ou um facão, pois esta é a taxa. E, assim, quem mais pode, abraçando-se com aquêlo que não lhe pode resistir, prende-o, dizendo: “Já és meu escravo”... Reunidas já muitas tropas (de índios), avisam para São Paulo e demais vilas da costa, de onde acodem barcos e canoas, em que os levam para lucrativas empresas porque o custo foi de dois ou quatro pesos, e pôsto em suas vilas, valem quinze ou vinte; levados ao Rio de Janeiro, vendem-nos por quarenta ou cinquenta cruzados”.

Menciona Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, que havia diversos postos de compra, instalados por tais “pombeiros”, ao longo do Jacuí, nos lugares chamados Tarabirem, Ibataiti e outros, notadamente no Guaiberendá, à margem do Guaíba.

Daí, penetravam pela região de Ibia, principalmente no alto Guaporé e Taquari, enquanto outros, partindo da aguada de Laguna, entravam pelo nordeste, arrebanhando a indiada que lhes bastasse.

Quando o Padre Ximenes transferiu a Redução de Santa Teresa, arrancando-a do Igairi-Apipe (Povinho da Entrada) para o Curiti (Rincão do Pessegueiro), o fêz por temor dêsses escravagistas, dada a vizinhança de Mondeca (Mato Castelhana), e do Cariroí (Campo do Meio), que eram habitados pelos ibiangularas, muito amigos daqueles intrusos.

Mas, a despeito da mudança, o perigo continuava latente e, por isso, provavelmente, foi que o referido sacerdote se decidiu, desde logo, a entrar na Ibia, a fim de explorar a região ameaçada e, principalmente, ganhar suas populações para a causa do cristianismo, tal como fazia, quase na mesma ocasião, mas pelo outro extremo, o jesuíta Cristóvão de Mendonça, barbaramente trucidado pelos silvícolas.

A IMPORTÂNCIA DE SANTA TERESA

Em Candelária, no lugar chamado Caaçapá-Mini, ao norte do rio Piratini, fixaram-se os Padres Superiores das Doutrinas Jesuíticas, sob cuja ordem e jurisdição estavam tôdas as missões rio-grandenses.

Não obstante, tendo-se em vista a posição vantajosa de Santa Tere-

sa, praticamente a esta se achavam as demais subordinadas, a ela recorrendo, de imediato, as Reduções da Província do Tape e Província de Ibia, com posterior deliberação em Candelária.

Com o decorrer do tempo, a supremacia de Santa Teresa foi se acentuando, e não declinou nem mesmo quando os bandeirantes a conquistaram, juntamente com as demais Reduções.

Em Santa Teresa estiveram os padres que depois eram enviados a fundar novas missões ou exercer importantes funções diretivas, entre os quais Pedro Romero, Pedro Mola, Francisco Ximenes, Simão Maceta, Cristóvão de Arenas, Manuel Berthot, José Cataldino, Francisco Dias Tanho, Antônio Ruyz de Montoya, Diogo Alfaro, João Soares de Toledo, João de Salas, etc.

No Vale do Jacuí, abaixo da Serra, gozava também de notável importância a Redução de Jesus-Maria. Não obstante, era de Santa Teresa, pela sua proximidade com Candelária, e indicando já um futuro promissor, que emanavam as instruções gerais. Era da Redução passofundense que partiam, para todos os lados, os estafetas a cavalo, levando a correspondência dos padres orientadores, inclusive de Ximenes, que era uma das figuras mais respeitáveis do jesuitismo rio-grandense.

Nos momentos difíceis, era de Santa Teresa, ainda, que partiam as determinações dos Superiores, que nela iam se fixar, assim como para ela convergiam as consultas e as solicitações dos curas dos outros estabelecimentos missioneiros.

Subordinados praticamente a Passo Fundo estavam, assim, entre outras, as Reduções de São Carlos do Caapi (município de Carazinho), São Joaquim, no Butucarai (município de Soledade), São Cristóvão, no Jejuí, baixo Rio Pardo; São Cosme e São Damião, na serra de São Martinho (município de Santa Maria) ; Nossa Senhora da Natividade, (no município de Cruz Alta); Santa Ana, entre o Jacuí e o Vacacaizinho, (município de Restinga Sêca), e, notadamente, Jesus-Maria, no rio Pardinho, apesar de gozar esta Redução, como dissemos, de importância extraordinária, pela situação e número de habitantes.

De Santa Teresa partiu a conquista espiritual, para o sul, no Tape, até o rio Vacacaí; e, para leste até próximo ao Guaíba, passando pelo rio Taquari e outros, sendo devida ao Padre Francisco Ximenes, cura de

Passo Fundo, acompanhado pelo Padre João Soares de Toledo e pelos índios de Guaraé.

O Superior Francisco Dias Tanho fixou-se em Santa Teresa e daqui dirigiu a Província do Tape, em momentos os mais difíceis e trágicos.

“Quando os padres fundaram Santa Teresa, que ficava nas imediações da hodierna cidade de Passo Fundo, em 1634 escreve Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 60 avançou a fronteira das Reduções, que era pelo Jacuí, até o rio Taquari, Guaporé, a entroncar no rio Ligeiro, que deságua no Uruguai, e daí a observação do Padre Dias Tanho que, em carta de 6 de setembro de 1635, dizia parecer que “temos tôda a fronteira contra nós: os ibiangulars que mataram o Padre Cristóvão, e êsses caatime (junto ao Caati) e de Caamome, e os de Taiaçuapé, Pirajubi e Taquari, aos quais ajudam os de Guaiibe-Rendá, também muito dos portugueses”.

Estando em Santa Teresa e notando a rebelião dos ibiangulars do Carioí (Campo do Meio), e noutros locais da Ibia, o Superior Dias Tanho, com residência em Santa Teresa, alertava daqui tôda a Província do Tape.

Aurélio Pôrto, nosso informado mestre, em sua obra citada, I, 134-135, escreve:

“Sabendo o Padre Superior (Dias Tanho) que se faziam Juntas em Carioí, em frente a Santa Teresa, e em Pirajubi (margem direita do Taquari), mas ignorando a intenção com que eram feitas, escreveu ao Irmão Cárdenas (Jesus-Maria) que lhe avisasse qualquer rumor de portugueses”.

E os avisos chegaram em tempo a Santa Teresa, com algumas solicitações dos padres de Jesus-Maria.

Sôbre a importância de Santa Teresa, diz ainda Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 105:

“Torna-se a povoação conhecida, principalmente dos paulistas bandeirantes, pelas suas extensas florestas de araucária e de erva-mate: Santa Teresa dos Pinhais e Ervaçais. E ali, mais tarde, estabelece André Fernandes um pôsto de aprovisionamento para as bandeiras...” E aí permaneceu até além de 1669, dominando daqui, êsse entreposto, a campanha das bandeiras no Rio Grande do Sul.

“Além dos catecúmenos antigos diz Pôrto, *ibidem*, I, 163 haviam

afluído para Santa Teresa, localizada nas pontas do Jacuí...inúmeras tribos que demoravam pela Província de Ibiacá (Ibia), regiões do Caamo e litoral atlântico”.

Tal era, pois, o crédito de Santa Teresa que se tornou o centro da campanha missionária, em território rio-grandense.

Isso provinha das condições geográficas, tendo o Mato Castelhana como atração e busca das migrações, desde o tempo das tribos primitivas, como lugar de passagem obrigatória.

Daí o motivo de tornar-se a região de Passo Fundo o limite das três Províncias jesuíticas o coração do Rio Grande primitivo, a começar pelas divisas territoriais dos grupos raciais indígenas, pelas quais, depois, os jesuítas traçaram as fronteiras das Províncias do Uruguai, do Tape e de Ibia. Êsse privilégio topográfico, talvez único em todo o Estado, determinou a convergência das tribos bárbaras para a zona passofundense, coroando-se com a fundação de Santa Teresa, e depois com os estabelecimentos bandeirantes que, daqui, dominaram os caminhos, por onde faziam suas incursões a todos os pontos visados por sua ação predadora.

Santa Teresa tornou-se o coração dos domínios jesuíticos o ponto de convergência de suas três grandes Províncias, no Rio Grande do Sul.

HOSTILIDADE DOS IBIRAJARAS (GUAIANÁS)

Santa Teresa sofreu pressão de todos os lados, cercadas por inimigos ferozes, graças à expansão de suas fronteiras.

“Quando os padres fundaram Santa Teresa (escreve Pôrto, *ibidem*, 60, como já vimos) que ficava nas imediações da hodierna cidade de Passo Fundo, em 1634, avançou a fronteira das Reduções, que era pelo Jacuí, até o rio Taquari, Guaporé, a estancar no rio Ligeiro, que desagua no Uruguai (limites da Lagoa Vermelha), e daí a observação do Padre Dias Tanho que, em carta de 6 de setembro de 1635, dizia parecer que “temos tôda fronteira contra nós: ibianguaras que mataram o Padre Cristóvão, e êsses de Caatime (junto ao Caati), e de Caamome, e os de

Taiacupé, Pirajubi e Taquari, aos quais ajudam os de Guaiberendá, também muitos dos portugueses”.

Maior pressão, entretanto, devia a Redução ter sofrido dos vizinhos mais chegados, os ibirajaras ou guaianás, habitantes das matas do Ibitiru, cujas lindes, em território passofundense, iam do rio da Várzea (Uruguai-Pitã) ao Mato Castelhana (Mondeca), e que fora do município, iam ao extremo leste do Estado (Pôrto, *ibidem*, I, 52), e ao norte até o interior do Paraná.

“De origem tapuia-jês meridionais e conhecidos pelo nome genérico de guaianás diz êsse autor, prosseguindo na mesma página e seguinte os ibirajaras, cuja designação se traduz por ‘senhores do pau’, devido aos grandes tacapes que usavam, eram também apelidados pelos portugueses de bilreiros, dos compridos batoques, em forma de bilros, que lhes pendiam do lábio inferior...” Descrevendo o martírio dos Irmãos Pêro Corrêa e João de Sousa, ocorrido na fronteira entre carijós e ibirajaras, depois do Natal do ano de 1554, em sua Crônica da Companhia, Baltasar Teles diz “que teve notícias, nesse tempo, o Padre Manuel da Nóbrega, de uma nação de gentios que está além dos carijós que, em sua língua se chamam ibirajaras... dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplináveis que os índios da costa do Brasil; pôsto que divirjam alguma coisa na língua, o Irmão Pêro Corrêa, com seu grande zêlo, tinha já alcançado o conhecimento de seus vocábulos e modo de falar, por via de um índio que muito tempo cativara entre êles”.

À página 54, esclarece ainda sôbre ditos selvagens:

“Inimigos ferozes dos espanhóis, haviam rechaçado o jugo que êstes lhes queriam impor, e eram terríveis em sua ferocidade. Combatiam com grandes paus (tacapes) de que lhes adveio o nome ibirajaras”.

À página 55, dá-nos o autor interessantes indicações, como já citamos capítulos atrás:

“Falavam os ibirajaras língua diferente do guarani. Observa Lozano que essa língua era “mui elegante, não faltando o f, j e h, de que carecem os guaranis, e admite muda com líquida, e dobrada, o que não se encontra em outro idioma”. Essa língua pode identificar-se com o caingangue, hoje ainda falado pelos bugres do Rio Grande do Sul, que descendem dos guaianás. Na toponímia rio-grandense, além de outros

étimos que se poderiam filiar ao caingangue, encontram-se alguns tipicamente dessa origem, como no Alto Uruguai: Capoerê, Erechim, Erebangó, Guaporé, etc.”

A êsses nomes podemos acrescentar: Nonoai, Goioen, Xaxim, Xanxerê, Xapecó, Votouro, etc., da toponímia gaúcha e catarinense.

E prossegue o autor:

“Eram os ibirajaras índios guerreiros e valentes, e acérrimos inimigos de seus vizinhos, os tapes. Caçavam-nos como se caçam os javalis. De suas incursões à margem direita do Guaíba e do Jacuí, traziam sempre grande prêsa de tapes, que vendiam aos paulistas. Ao princípio, alguns ibirajaras, usando da maior cautela, conseguiam localizar uma aldeia ou grupo de silvícolas inimigos. Voltavam, dando aviso ao povo que, em chusma, armados de arcos e tacapes, cercavam a aldeia e surpreendiam a todos, levando-os prisioneiros”.

Devido, talvez, ao seu comércio de escravos com os tupis, vanguardeiros dos bandeirantes, os índios reduzidos apelidaram-nos com o mesmo nome, depreciativamente.

Escreve Romário Martins, em “História do Paraná”, segunda edição, página 33:

“Vem de longe a discussão sôbre se os guaianás eram tupis ou tapuias...Carlos Teschauer...entende que o guaianás, como também os camés e xoclens, eram caingangs. Também H. von Ihering...conclui que os guaianás descritos por Gabriel Soares “são os atuais caingangs”.

O Cónego Gay, à página 100, de sua “História da República Jesuítica”, dá-lhes também o nome de bugres, que veio a prevalecer mais tarde, embora o autor os descreva à parte, sem perceber sua identificação.

Diz Gay, na citada página:

“Algumas tribos dêsses índios furam o beicho inferior, como os botocudos; outros se distinguem pelos cabelos que cortam em modo de coroa. As casas dêstes índios são formadas de estacas, forradas e cobertas com as folhas da palmeira anã, a que chamam guaricanga: são compridas, com a porta mui baixa e sempre situada num dos extremos. Cada família acende o seu fogo, debaixo do mesmo teto, estendidos em esteiras, com os pés para o lar. Alguns cultivam amendoim, abóboras, feijão e milho; outros fazem algumas panelas para o seu uso”.

Esses índios atacavam os tapes que entranhavam pelos matos. Seus assaltos aos índios de Santa Teresa eram, assim, de caráter peculiar: tocaias e cercos a elementos dispersos, trazendo com isso grande inquietação ao Povo missioneiro.

Assim como aconteceu mais tarde, na informação de Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 336 os tapes, “não obstante o perigo da própria vida, pela contínua incursão dos tupis... jamais deixaram os índios de se suprir de erva nos matos nativos dessa planta...”

Todavia, em 1635, deviam engrossar as hostes do feiticeiro Ibapiri ou Itapiri, como veremos adiante, fazendo uma entrada pelo Mato Castelhana, sendo ali rechaçados pelos catecúmenos de Guaraé, sob a direção do Superior Dias Tanho.

MISSÃO EXPLORADORA E CATEQUÉTICA NA IBIA

O desconhecido autor do artigo “O Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga”, inserto na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, volume 103 informa:

“Não se conhece, infelizmente, um mapa da região, levantado em 1667, por uma comissão de jesuítas para êsse fim designada. Faziam parte dessa comissão o Padre Luís Ernot, que havia sido militar e cartógrafo na Bélgica; o Padre Francisco Ximenes, que percorreu tôda a região entre o Taquari e o litoral do Rio Grande; e o irmão flamengo Luís de La Cruz, notável pintor e exímio cartógrafo”.

Estranhamos essa data: 1667.

Bem sabemos que os jesuítas, corridos pelos bandeirantes, saíram do solo gaúcho em 1638 para só retomarem meio século depois, isto é, em 1698.

Êsses mesmos missionários, que fizeram parte das primeiras entradas jesuíticas de 1626-1631, deveriam estar, em 1667, muito longe das nossas fronteiras, já velhos e gastos para um tal empreendimento. Sabe-se, além disso, que a expedição de Ximenes verificou-se em janeiro de 1635, saindo de Santa Teresa, aqui em Passo Fundo.

De outro lado, até o ano de 1669, como está averiguado, os bandeirantes ainda permaneciam em Santa Teresa, tomada em 1637, dominando toda a região. Como é, pois, que a citada comissão de jesuítas poderia ser organizada, levando a cabo um tal levantamento em 1667?

Aurélio Pôrto, em sua "História das Missões", baseado nas Cartas Anuas, diz, à página 129, volume primeiro:

"Fundada, como vimos, a Redução de Santa Teresa, pelo Padre Francisco Ximenes, iniciou este, em companhia do Padre João Suarez e alguns índios vaqueanos, a exploração da vasta região a que ia servir, estendendo sua excursão à bacia oriental do Taquari e ao litoral. Nessa viagem empregou o padre vinte e quatro dias, tendo partido de Santa Teresa a 3 de janeiro de 1635".

E note-se que a notícia do autor desconhecido e a referência de Aurélio Pôrto se referem a uma e mesma região: à do Taquari e litoral.

Sem dúvida, essa expedição só podia ter ocorrido em 1635, como informou Pôrto, e não em 1667, quando já não havia jesuítas no Rio Grande do Sul e estava Santa Teresa, ponto de partida, em mão dos bandeirantes.

Entretanto, Aurélio Pôrto só menciona como companheiro de Ximenes ao Padre João Suarez, que era, sem dúvida, seu assessor nessa época, em Santa Teresa. E na carta do próprio Ximenes, como transparece, não há menção do Padre Luís Ernot e do Irmão Luís de la Cruz. Mas isso bem se compreende, tornando-se em vista que a missão de Ximenes e Suarez era, principalmente, catequética e dessa missão deviam dar contas ao seu Superior, ao passo que Luís Ernot e Luís de la Cruz eram técnicos, cumprindo-lhes diferente tarefa, qual seja a do próprio levantamento da região.

Isto pôsto:

Confiando os catecúmenos, provavelmente, ao Padre Cristóvão de Arenas, um dos audazes desbravadores do Botucaraí iniciou, pois, Ximenes, a 3 de janeiro de 1635, a exploração da Ibia, região dos hostis ibiangularas, muito amigos dos pombeiros, ou mamelucos, levando em sua companhia, além dos jesuítas mencionados, diversos tapejaras (vaqueanos) do cacique Guaraé.

Atravessou a pé, durante nove dias, a região do Caapi, que se es-

tendia de Casca a Nova Prata, embarcando, então, em canoas, por um riacho, e, assim, andou meio dia, chegando ao Mbocaroió (rio Guaporé).

Andou por êste rio dois dias, saindo no Tebicuari (rio Taquari), pelo qual navegou três dias, entrando depois pelo Mboapari acima (rio das Antas), em cujas margens abandonou as canoas, perfazendo a pé o regresso a Santa Teresa, em Passo Fundo, gastando cinco dias.

Durante a viagem, fêz obra de catequese, falando nas diversas povoações de índios, consumindo ao todo, vinte e quatro dias de exploração. E, a 4 de fevereiro, Ximenes relata, em carta ao seu Superior, Padre Pedro Romero, os pormenores da viagem, dizendo que a região entre os rios Jacuí e Antas era habitada por numerosa tribo, cujo cacique, de nome Nacê, demonstrou interêsse pelas doutrinas, acompanhando o padre, ao seu regresso, até Santa Teresa (Passo Fundo), e, assim, enviava êsse chefe indígena à Redução de Piratini (São Nicolau, onde era cacique o índio Nheenguiru), para que, de viva voz, convencesse o mesmo Superior Romero, que ali tinha sede, a fundar, no Povo do mesmo Nacê, uma Redução como a de Santa Teresa (Passo Fundo), expondo, porém, as dificuldades oferecidas pela região.

Diz na mesma carta cujo portador devia, sem dúvida, acompanhar o citado cacique que a zona entre o Taquari e o Jacuí, mais ao sul, era habitada por gente numerosa, tendo por chefe o índio Tapeei, aliás, pouco interessado, como seus vassallos, na conversão que lhe foi proposta.

Informou, por outro lado, que um índio Tupi (mameluco ou pombeiro), enviado, sem dúvida pelos bandeirantes, e de nome Ibiraperobi, fôra encontrado na região do rio Guaporé, índio êste que, todavia, foi acessível, acompanhando e auxiliando o jesuíta, durante três dias de viagem, dando esperança de conversão.

Disse, também, que se lhe deparou outro emissário tupi, de nome Mboapari, responsável pela entrega de grande leva de ibiangularas, apreçada pelos paulistas, que entravam na região de Ibia, através de Laguna, por terra, e também vindos pelo Guaíba, tripulando enormes canoas.

Quis o Padre Ximenes ganhar êste índio, preposto dos bandeirantes, o qual acedendo, acompanhou o padre cinco dias de viagem, ao cabo dos quais fugiu, levando consigo outros tupis que o mesmo Ximenes catequizara.

A carta é longa. Vejamos como Aurélio Pôrto, obra citada, página 129 e seguintes, a sintetiza, em parte:

“Entrou o Padre Ximenes pelo Caapi (pontas do rio Taquari, diz Pôrto, nove dias distante de Santa Teresa, o que, infelizmente, não tem sentido, confundindo êsse autor a expressão ‘sôbre o Taquari’ com ‘pontas do Taquari’); e, embarcando aí em uma canoa, com mais meio dia de viagem, atingiu o Mbocariroí (Guaporé, rio), pelo qual em dois dias saiu no Tebicuari (Taquari), e tendo navegado mais três dias, entrou no Mboapari (rio das Antas), onde deixou as canoas, voltando, cinco dias depois à sua Redução. Encontrou o missionário, nos lugares visitados, aproximadamente dois mil índios que poderiam ser reduzidos em três pontos: Caapi, Iuti (serras que ficam sôbre o Taquari, diz Pôrto, e que ficavam contíguas ao Caapi, acrescentamos nós), e na bôca do Mboapari (Antas). Havia em outros lugares grande número de gente reunida, mas não convinha localizar nêles qualquer Redução, ‘porque la tierra es fragosíssima, sus caminos infernales, no ai campo onde tener cuatro bacas’. O padre foi bem recebido de todos. Acompanharam-no em trinta e quatro canoas, perto de duzentos índios, ‘que, pintados e emplumados a seu modo, espalhadas pelos rios as canoas, causavam agradável aspecto’. Tentou o Padre Ximenes localizar parte dessa gente nas Reduções já existentes no Tape, prometendo trezentos dêles ir para Santa Teresa. Os outros, naturalmente, acompanharam, mais tarde, os seus parentes”.

Prosseguindo, diz Pôrto:

“Sentiu o jesuíta, entretanto, que a “gente de Taquari estava mui pouco disposta e nada afecta a nós outros e assim não tratei muito de ganhá-los; falei e procurei atrair os caciques de mais nome (não me custou pouco alcançá-los, porque tôda a gente, quando eu chegava, fugia para os matos) e trouxe alguns comigo, tendo-os presenteado e despachado satisfeitos. Entre o Jequi (Jacuí) e Mboapari (Antas), sôbre o Tebicuari (Taquari) e os matos adentro, onde é cacique principal Nacê, que mandei a Piratini falar com Vossa Reverendíssima (Padre Pedro Romero) ainda que por tardar V. R., voltou sem fazê-lo havia muita gente e confiavam que lhes havia eu de levantar cruz; eu lhes mostrei as dificuldades que havia, e que, se quisessem ter padres, saíssem dessa parte

do mato; êles ficaram de juntar os caciques e procurar ver onde melhor fazer o seu Povo, e creio que o farão, porque êles já conhecem o mal que os espera, e que é forçoso deixar suas terras e vir buscar seu remédio". "Ficava-lhes, acrescenta o desbravador, por ver os princípios (origens) do Tebicuari, Caramataí (Gravataí) e Jequi (Jacuí), etc., onde estava a maior fôrça da gente que da parte do mar se há retirado, mas eu e meus companheiros estávamos cansados e tendo-se-me dito que Tapeei, que vanguardeia tôda essa gente, havia saído para ver-me (embora não fôra assim, só me mandando boas palavras) me pareceu bem voltar para tratar com êle que fizesse êsse Povo, que se pretende, entre esta Redução e de São Carlos (Visitação), porque só êle me parece (que) o pode fazer, mas não há de ser necessário darmos algum princípio; de forma por que tratei com V. R., porque de outra maneira, quem há de querer vir a êste destêrro? Sem base alguma para comida?"

Aurélio Pôrto, por fim, transcreve, na íntegra, o seguinte tópico da carta de Ximenes, aliás, dos mais expressivos:

"Dois mercadores ou mais, dos portugueses, achei por estas terras: um estava sôbre o Mbocaroií (Guaporé) e se chama Ibiraperobi; está aborrecido com êles, deixou já seu mau trato; falei-lhe e ganhei-o, de maneira que me acompanhou três dias, com mostras de grande amor; e, querendo-o êle assim, matriculei a gente que se lhe havia aproximado para a Visitação (ou São José do Caapi, no município de Carazinho, informamos nós) onde me deu palavra de reduzir-se, e creio que o cumprirá. O outro se chama Parapoti; êste é grandíssimo velhaco e que vendeu tôda esta nação, e a êle vinham parar todos os tupis, assim pelo rio (Guaíba), como por terra (Laguna) e os que Vossa Reverência tomou, a êle vinham, e eu já tinha notícia de sua vinda; dêle fiam os portugueses todos os seus resgates, e da sua casa partem, todos os anos, as frotas de miseráveis cativos que os tupis levam por terra (por onde me dizem que gastam apenas cinco dias até o mar). Eu ia na intenção de trazê-lo por fôrça, se por sua vontade não quisesse vir comigo; mas não sei que índio se me adiantou, e, de noite, lhe deu aviso; e fugiu com alguns tupis que eu comigo tinha. Fiz-lhe queimar a casa e destruir quanto pude a comida para que se vá dali".

Se é verdade que o desbravamento da Ibia veio alarmar os trafi-

cantes de escravos, de outro lado a verificação, por parte de Ximenes, das entradas bandeirantes ali veio causar grande inquietação em Santa Teresa, havendo os padres, além das práticas de doutrina, ministrado, desde então, o exercício bélico aos índios de Cuaraé e a todos os demais que afluíram a Passo Fundo, industriando-os nas armas de fogo, sem desprezo dos arcos e flechas. E, dessa forma, tencionavam opor-se à invasão bandeirante.

Sobre a expedição de Ximenes, escreve Gonzaga Jaeger, em “Terra Farroupilha”, capítulo referente à Redução de Santa Teresa:

“Se lançou de novo a uma afoita exploração de vinte e quatro dias, através dos montes escarpados e rios quase invadeáveis, como êle mesmo refere a seu Provincial. Segundo tôdas as probabilidades, tomou o rumo do alto Jacuí (o que, aliás, não é certo, porquanto Ximenes partiu justamente do alto Jacuí) e acrescenta êsse historiador alto Taquari, região que encontrou densamente povoada e que pedia, insistentemente, um missionário. Não havendo, porém, possibilidade de atendê-los, por ora, cento e cinquenta famílias se prontificaram a trasladar-se, desde logo, para a Redução de Candelária (a que ficava na região do rio Piratini, afluente do Uruguai, sede do Provincial Pedro Romero), sendo que outros preferiram ficar em Santa Teresa.

Ximenes é o primeiro desbravador e o que melhor descreveu a região, dando inclusive notícias sobre o Caramataí (Gravataí), Jequi ou Jequi-Guaçu (rio Pardo), Jequi-mini (rio Pardinho), Guaíba e outros locais. Mencionaremos ainda o Pirajubi, local do feiticeiro Xemboabate, antropófago e feroz inimigo dos jesuítas, local êste dado por Aurélio Pôrto como à margem direita do Taquari.

CATEQUESE E LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

É preciso, todavia, que tenhamos uma idéia mais completa, mais viva, do que foi essa excursão de Ximenes pela Ibia.

Devemos não só penetrar nos objetivos evidentes, que nos falam da exploração da terra e cristianização dos índios, mas também saber como

se processavam essas entradas, ao primeiro contato com os silvícolas, e quais seriam os outros desígnios que Ximenes levaria em mente.

Vejamos, primeiro, como procediam os padres.

O Cónego Gay, obra citada, páginas 266 e 7, nos dá um relato preciso dessas entradas, verdadeira página de folclore:

“Nessas viagens diz êle os primeiros missionários jesuítas encontravam, com efeito, suma dificuldade e grandes perigos, a ponto de serem alguns dêles vítimas do seu zêlo... levam escoltados índios cristãos, com suas armas (no caso de Ximenes, os guerreiros de Cuaraé), suficientes para que os respeitem os infieis, e tenham maior idéia de autoridade dos padres, e não se atrevam a atacá-los. Os bárbaros já estão informados que nunca os padres lhes causam danos, nem tampouco seus neófitos, senão para justa defesa. Portanto, mesmo que os vejam superiores em número, quando reconhecem que são índios das Reduções, perdem todo o mêdo; e se vêem o padre adiante, abandonam as armas, e o cacique principal, desarmado, se adianta para beijar a mão do padre, cumprimentando-o por sua chegada e perguntando-lhe o motivo de sua entrada nas terras do seu domínio”.

A informação de Gay, que é preciosa para a restauração de uma época, dá-nos perfeitamente a idéia de como teria sido a expedição de Ximenes entre os selvagens de Ibia, a mais célebre levada a efeito pelos jesuítas daqueles tempos. Vejamos o resto:

“Então o padre, por si ou por seu intérprete, lhe agradece a cortesia e humano trato; louva o seu valor e os seus soldados (isto é, guerreiros), de cuja fama está cheia a terra inteira; e que só para o ver, empreendeu tão larga peregrinação; e com outros cumprimentos dêste gênero, põe tão inchado ao bárbaro, como se fôsse o maior triunfador que nos tempos antigos entrasse em Roma. O padre faz um pequeno presente ao cacique, e assim consegue afeição. Êste lhe apresenta sua família, seus amigos, e o ministro de Deus, que se estabelece perto do alojamento do cacique, pode examinar as disposições de todos. De ordinário, o cacique principal, com tôda a sua gente, se deixa reduzir pelo padre, mas se o cacique não abre os ouvidos às vozes do céu, as ouvem vários de seus vassallos e cativos. Acontece, às vêzes, que o mêdo dos caciques, dos magos ou feiticeiros impede tôda uma nação a receber a luz do cristia-

nismo, mas como o padre leva soldados (guerreiros) para os amparem, êstes protegem a todos nessas carreiras (missões), se agregam aos padres...”

Vejamos agora as dificuldades da pregação catequética. O mesmo autor, à página 272, reproduz o relato vivo de um jesuíta (Francisco Garcia), que parece calhar, pelas circunstâncias, a Ximenes, em seu contato com os ibiangularas:

“Deferi em lhes declarar (aos índios) o fim principal da minha entrada em suas terras, esperando que êles fôssem ao meu rancho, onde, agasalhando-os, minhas razões seriam mais atendidas. Porém, como conhecesse que não gostavam de ir comigo, querendo, pelo contrário, que eu me fôsse embora... reuni de noite os caciques, aos quais patentei o intento da minha empresa, dizendo: “Que os portugueses (escravagistas) estavam perto de suas terras e que, encontrando-os espalhados (aos índios), podiam prendê-los”. A isto responderam dois feiticeiros... que fariam cair trovões e raios, e promoveriam tais tempestades que as águas dos rios haviam de transbordar; e que incendiariam os campos, para os pôr a salvo dos seus inimigos, etc.” Repliquei-lhes o que foi suficiente para os fazer calar.

Os caciques levantaram-se, então; agradeceram-me o trabalho que eu tinha tomado de ir às suas terras, por amor dêles, e me ofereceram de presente cinco filhos seus, etc.”.

E, às páginas 279-80:

“Mas antes de eu tomar a palavra, se pôs em pé um feiticeiro e me disse: ‘Muita impressão teríamos se agora fizésseis um milagre’. Ao que retorqui que não seria dificultoso fazê-lo, se fôsse necessário para que êles se convertessem, mas tendo-lhes Deus dado luzes suficientes para conhecerem a verdade, não serviria o milagre, senão para satisfazer sua curiosidade. Outros disparates continuava a propor o feiticeiro, etc.”.

Social e politicamente importante é, porém, o que nos diz Gay à página 264, falando sôbre os três meios empregados pelos padres, na catequese dos índios. Informa que o primeiro dêles era o de comprar índios cativos, fazendo-os neófitos cristãos. Para isso, iam às tabas dos eventuais triunfadores, envolvidos em guerra, e recolhiam os prisioneiros, cujo destino seria, entre os índios, o “terreiro da morte”.

A missão de Ximenes, em Ibia, não fugiu a essa praxe, com a diferença de que não tratou de comprar escravos, mas simplesmente conquistar, suasóriamente, os prepostos do escravagismo, pombeiros ou mamelucos, decidindo-os a mudarem de vida e libertarem suas “mercadorias”, postas em verdadeiros “campos de concentração”, à espera de serem remetidas para o norte.

“A ação dos jesuítas no Brasil e, conseqüentemente no Rio Grande do Sul, para ser apreciada com imparcialidade, sine ira ac studio, exige que o historiador se transporte ao tempo e ao meio em que aqui iniciaram sua campanha civilizadora” escreve Souza Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, página 43, acrescentando: “Um balanço consciencioso, sereno e justo, creditará para os loiolanos um grande saldo de benefícios prestados”.

O anti-escravagismo de Ximenes reponta claro nessa passagem de Aurélio Pôrto, “História das Missões”, páginas 102-3:

“Era a região (bacia do Jacuí) a grande porta que se abria para ligar o Uruguai (Missões Orientais) ao litoral, e essas fundações (Reduções) facilitariam as comunicações pelo Iguai ou Rio Grande, uma das vias de penetração dos inimigos paulistas, de que já havia veementes indícios de aproximação. Era também ali o campo de ação dos predadores de índios e seus prepostos, os ibiangularas, amigos dos tupis, que entravam pela Laguna descendo até o Tibiquari, onde assaltavam os tapes para resgate com os paulistas. Logo que foi possível dispor de maior número de padres, alguns mesmo retirados das aldeias antigas, tratou o Padre Romero, Superior das Reduções, de estender para leste do Jacuí a linha de penetração missioneira. Entretanto, veteranos consumados na obra da catequese, estendiam, cruzando o Taquari e o rio das Antas, a exploração das terras ainda não palmilhadas pelos padres espanhóis, indo, como os jesuítas Cristóvão de Mendonça, Francisco Ximenes e João Soares, até a bacia do Caí. Urgia a providência, pois era voz corrente que, em Piratininga, aprestavam-se bandeiras para reproduzir, no Tape, a depredação que tão viva ainda estava na memória dos retirantes do Guairá”.

Quanto a Ximenes, expeditamente, refere-se o autor, às páginas 129-130, como já vimos no capítulo anterior:

“Encontrou o missionário, nos lugares visitados, aproximadamente, dois mil índios que poderiam ser reduzidos em três pontos: Caapi, Juti... e Mboapari... Acompanharam-no em trinta e quatro canoas, perto de duzentos índios... Tentou o Padre Ximenes localizar parte dessa gente nas Reduções já existentes no Tape, prometendo trezentos dêles ir para Santa Teresa. Os outros, naturalmente, acompanhariam, mais tarde, os seus parentes...Entre o Jequi e o Bboapari, sôbre o Tibiquari e matas adentro, onde é cacique principal Nacê... havia muita gente, e confiavam que lhes havia eu de levantar cruz; eu lhes mostrei as dificuldades que havia, e que se quisessem padres, saíssem dessa parte do mato; êles ficaram de juntar os caciques e procurar ver onde melhor fazer o seu Povo, e creio que o farão, porque êles já conhecem o mal que os espera (alusão aos bandeirantes), e que é forçoso deixar suas terras e vir buscar remédio”.

Particularmente interessante, sôbre êste aspecto, é o que transcreve Pôrto à página 145:

“Em sua incursão pelo Taquari, em carta de 4 de fevereiro de 1635, o Padre Ximenes dá notícia detalhada dêsse ‘grandíssimo velhaco’ (que vendeu tôda esta nação; a êle vinham parar todos os tupis que chegam, tanto pelo rio (Guaíba) como por terra. E os que Vossa Reverência colheu, vinham a êle, e eu já tinha notícia de sua vinda. Nêle confiam os portugueses todos os resgates, e de sua casa partem todos os anos as frotas de miseráveis cativos que levam os tupis, por terra (por onde me dizem só tardam cinco dias até o mar) (Laguna), etc.”.

Foi Ximenes particularmente enérgico com Parapoti, que mantinha um “curral de escravos”, destruindo seus estabelecimentos, demonstrando que, se êsses ‘velhacos’ na expressão do padre não vinham por bem, encontrariam mão forte e dura, pronta a opor-se àquelas práticas.

Essa finalidade social e libertadora é que, politicamente, teve singular repercussão, como veremos adiante.

Trata-se, por certo, de um capítulo honroso da história passofundense que, a despeito da época e da circunstância, tomou-se notável, digno, portanto, de perpetuação e louvor.

CONSEQUÊNCIA TRÁGICA DA MISSÃO PASSOFUNDENSE

A presença do Padre Ximenes na Ibia, a sua maneira pronta de agir, as medidas enérgicas tomadas contra os mercadores de escravos, demonstraram aos pombeiros ou mamelucos a decisão firme dos jesuítas de acabar, de uma vez por tôdas, com o tráfico de escravos no Rio Grande do Sul.

Mas, tal atitude, lamentavelmente, embora inspirada pelos mais nobres sentimentos, determinou uma série de sucessos, entre êles um, particularmente trágico.

O Padre Ximenes estava lidando com gente endurecida, os tais prepostos, “muito insignes dos lusitanos”, na referência do Padre Dias Tainho homens que não renunciavam tão fãcilmente às regalias, aos lucros e à devassidão em que viviam, explorando a boa-fé dos silvícolas.

Foi como que mexer em abelheira. Estavam dispostos a tudo promover e remover, a tudo sacudir, custasse o que custasse, desde que assegurassem o seu predomíno ameaçado.

Parapoti era um dos mais afamados mercadores, em tôda a Ibia, amigo incondicional dos bandeirantes, dos quais era preposto e maioral.

Mantinha o seu “aduar” (palavra de origem árabe, que significa acampamento, lugar de licencioidade), quatro léguas abaixo da bôca do Mboapari (rio das Antas) como se vê na carta de Ximenes portanto no atual município de Estrêla (localidade de Corvo, como especifica Pôrto). Ali, pois, concentrava os escravos, que comprava em troca de um machado, de uma peça de roupa velha ou de bugigangas, mandadas de São Paulo e fazia-os levar em canoas, rio abaixo, até os entrepostos paulistas que havia ao longo do Jacuí e nas margens do Guaíba, de onde eram embarcados para Piratininga.

Naquela populosa região da Ibia, disputava êle, com Ibiraperobi (no rio Guaporé), a primazia do tráfico de escravos, como esclarece Ximenes; porém, êste último preposto, “aborrecido com êles (portuguêses, diz o Padre), deixou já o seu mau trato, falei-lhe e ganhei-o...” Foi êste o primeiro dos pombeiros com que se encontrou Ximenes, pois ficava mais próximo de Santa Teresa (Passo Fundo) e Parapoti, “grandíssimo

velhaco”, na expressão do padre, não devia alegrar-se com o rumo dos acontecimentos, que equivaliam à perda do seu prestígio entre os índios e bandeirantes, além do prejuízo das regalias que desfrutava; e, por isto, afastou-se do lugar, temendo, sem dúvida, o já avolumado acompanhamento do missionário.

Ximenes foi inflexível: “fiz-lhe queimar a casa e destruir quanto pude a comida para que se vá dali”.

Parapoti pelo que se viu depois não fugiu simplesmente... Mas foi, isto sim, conclamar aquêles povos a uma revolta contra os missionários e que, dentro em pouco, iria incendiar tôda a Ibia.

A caravana passofundense, procedente da missão de Santa Teresa, alvorotou, sem dúvida, os escravagistas que, mal viram Ximenes pelas costas, trataram de fazer a reação, percorrendo êles os sertões e montanhas, tendo Parapoti à frente e levando uma palavra de ordem que poderia resumir-se nisto “Acabemos com Santa Teresa!”, tal qual o “de-lenda Cartago” dos romanos...

Julgavam-se poderosos para isso, pois contavam com as principais parcialidades dos ibiangeras, encabeçadas por feiticeiros de renome, cujo prestígio entre êstes índios era incontrastável.

Como era de esperar, a zona conflagrada foi a do Taquari, dominada pelo pombeiro Parapoti, cujo aduar havia sido destruído, como vimos, pela caravana passofundense.

Entre os apicairés (feiticeiros), da citada zona, que haviam alçado o grito de desforra, avultavam Xemboabate, Jaguacaporu e Jaguarobi, que foram os primeiros a correr pelas regiões de Ibia, em apoio a Parapoti. E, nessas andanças, convocavam as tribos para uma assembléia (junta), no lugar chamado “Taiaçupé, na mesma região do Taquari, dominada por êles, e que devia ser no município de Estrêla, isto é, no mesmo local em que Parapoti mantinha, até pouco antes, o seu aduar escravagista, aliás, propositadamente escolhido, como réplica a Ximenes.

E, logo, pelas serras da Ibia, alçaram-se as fumaças das fogueiras, dando sinal e aviso de convocação, às tribos esparramadas como era de seu costume, para ocasiões semelhantes, tal como vimos, ao tratarmos de seus hábitos na guerra.

Ora, justamente nessa oportunidade, que tão perigosa se apresen-

tava, é que um grande vulto do jesuitismo, o Padre Cristóvão de Mendonça (ou Mendonça), que teve a glória de ser o primeiro tropeiro no Rio Grande do Sul vai em arriscada missão ao Caaguá (São Francisco de Paula), atravessando uma vasta porção da Ibia.

Cristóvão de Mendonça era cura da Redução de Jesus-Maria, fundada em fins de 1633, junto à foz rio Pardinho, depois de haver instalado a Redução de São Miguel (a primeira), na serra de São Martinho “e por tôda a parte, diz Pôrto, aonde mesmo não vai, seu nome corre, sua fama transborda e os índios se acolhem à sua sombra benfazeja e amiga”.

“Está (o Padre Mendonça), em 1635, em Jesus- -Maria diz o referido autor (obra citada, página 113 e seguintes) quando se avolumam rumores do próximo surto de bandeirantes paulistas, capitaneados por Antônio Raposo Tavares, o destruidor das Reduções do Guairá. Corre, então, valente e destemeroso, no intuito de organizar a resistência, aliás improfícua, ao Caaguá, por onde, necessariamente, deveriam descer os inimigos temidos. Ê nessa ocasião, de volta do Caaguá, onde consegue impor-se àqueles selvagens primitivos e simples que, junto ao arroio Ibia (atual Piai, Caxias do Sul), é martirizado e morto pelos ibianguaras...”

No cadáver desse missionário se concentraram todas as iras dos rebeldes. O citado autor descreve a notícia do fato, pormenorizado no seguinte trecho da carta do Padre Diogo de Boroa (adaptada por Pôrto):

“Quando o padre (Cristóvão de Mendonça) chegou junto ao arroio, começara a chover. Relâmpagos contínuos cortavam o céu, com ziguezagues de fogo. E, ali mesmo, desmontando do cavalo em que viajava, procurou abrigar-se, para o que, os índios amigos de sua comitiva começaram logo uns a erguer o rancho e outros a trazer lenha para fazer a comida, e alguns a arrancar a palha para fazer as suas choças. Poucos eram esses companheiros, mas valentes, pois os caaguaras, certo de que nada aconteceria ao bom padre, haviam ficado em suas aldeias. Voltavam os catecúmenos carregados de lenha e de palha, quando do mato surgiram as chusmas de índios, armados em guerra, que lhes tomaram o passo. Alguns conseguiram chegar até o lugar em que estava o sacerdote, avisando-o, aos gritos, do perigo que corria. Desarmados, tentaram opor-se à investida dos infiéis, mas, ante a superioridade numérica dos inimigos, a maior parte, sob uma nuvem de flechas, fugiu para os

matos. Poucos ficaram, arrostando a morte, junto a Cristóvão. Êste, ao primeiro alarma, tornara a montar o seu cavalo, tomando de um escudo que um índio lhe dera, para se defender das flechas de que era alvo. E, preocupado com os índios infiéis que o acompanhavam, para que não morressem sem batismo, gritava-lhes que fugissem e com êle só ficassem os cristãos. Não queria perder aquelas almas em caminho do céu. Moribundo, cai um dos pagãos que o acompanhavam, crivado de flechas. Indizível a aflição do padre. `Água, gritava, `tragam-me água para batizá-lo'. Mas, naquela confusão horrível, ninguém atendia a seus rogos. E, assim, andava escaramuçando o cavalo, de uma parte para outra, até que a chusma enfurecida o cercou por todos os lados, brandindo tacapes e atirando-lhe setas”.

Êsse ataque era desferido pelos já citados feiticeiros Jaguacaporu, Jaguarobi e Xemboabate, além de outros amotinados, entre os quais Tajubaí, comandante; e o famoso Ibapiri, feroz inimigo dos jesuítas e senhor do Cariroí (Campo do Meio), do qual falaremos adiante.

Seus esculcas preveniram-nos da ida do Padre Mendonça ao Caa-guá (São Francisco de Paula) e lhe prepararam a espera, na volta, começando por aí suas hostilidades.

Prosegue a narração de Boroa, adaptada pelo historiador Aurélio Pôrto:

“Um tremedal próximo colheu o cavalo, que dêle (o padre) não se pôde desvencilhar. Entregue à fúria dos inimigos, o padre apeou. Poderia ter fugido, mas não o quis. Que se cumprisse essa destinação ancestral, que desde um século pesava sôbre a estirpe dos velhos avoengos. Seu sangue era a redenção, porque Deus o acolheria em suas mãos misericordiosas. E vendo que era impossível livrar-se com a vida, quis antes morrer e perder a sua temporal, para que não perdessem a eterna os que estavam em sua companhia. Instintivamente, defendia-se com a rodela, das flechas que lhe eram dirigidas. Mas, pesando já muito, por estar coberta de setas, e querendo o padre quebrá-las, para aliviar o pêso, descobriu o corpo, e tão deram-lhe um flechaço na face, ´com que meio o aturdiram´, e um índio, que lhe veio pelas costas, tirou-lhe o chapéu da cabeça, e um outro, vibrando um tacape, derribou-o por terra. Novos golpes, novos flechaços e assim o tiveram por morto. E para que

efetivamente não lhe restasse resquício de vida, deram-lhe, alternativamente, muitos golpes pelo corpo, e um dos feiticeiros, como troféu de vitória, cortou-lhe uma das orelhas. Desnudaram-no completamente. Um Cristo pendia-lhe do pescoço. Arrancaram-no, blasfemando: `Salva-o!`, diziam-lhe, escarnecendo”.

Mas, êsse martírio era o comêço.

“Mas, a chuva apertara continua a narração. Copiosa, em fortes bátegas, caía dos céus escuros e tristes. Para fugir à intempérie, correram os índios às suas aldeias (próximas). Voltariam no dia seguinte para queimar o corpo e furar-lhe o ventre, porque, se assim não fizessem, quando o corpo do morto inchasse, o mesmo sucederia ao do matador que, inchado, morreria. Levaram consigo as vestes do padre e as dos meninos, ajudantes de missa que, mortos, jaziam junto ao corpo de Cristóvão, a quem não quiseram abandonar, porque com êle preferiam subir à bem-aventurança eterna. Mas, `Pai Quirito` (Pai Querido, como chamavam os índios cristãos ao Padre), não morrera ainda. E naquela noite, tornou novamente a si, no silêncio do descampado. Chovia, e um frio terrível sobreviera. Estava estendido na terra fôfa do banhado, e o sangue lhe escorria de mil feridas. Doía-lhe, como maior ferida, o pudor de sua nudez. Procurava em tôrno alguma coisa com que cobrir-se. Só o céu negro e profundo estendia-lhe do alto, como imensa batina, naquela agonia indizível”.

O martírio dêsse apóstolo de Cristo comove profundamente, e, por nosso gôsto, aqui mesmo parariamos, perturbados, não fôsse quebrar a narrativa de um fato que, por ser um libelo contra a fúria escravagista, viria a ser rebate em todo o Rio Grande cristão.

“Estava só (o Padre Cristóvão), a cabeça partida em duas parte, uma orelha decepada, que os índios levaram como troféu, as faces em sangue, um ôlho vazado, o corpo moído a pancadas, completamente desnudo, molhado, inteiriçado de frio, e banhado em seu próprio sangue. E levantou-se a custo, arrastando-se; andou um trecho em busca de um abrigo, procurando ver se encontrava algum de seus companheiros. Mas, não podendo continuar, estendeu-se novamente sôbre a terra dura, cheio de dores das feridas, moído pelos golpes, tiritando de frio, que a noite alta aumentava. Só Deus velava-o naquela agonia. E o padre

passaria aquela noite, os colóquios que teria com Nosso Senhor, os atos heroicos e fervorosos que faria, e como se ofereceria de nôvo para pa-
decer maiores trabalhos e tormentos, por seu amor e pela salvação das
almas, só Deus o saberá. Pela manhã voltaram os índios e não o achando
no lugar em que o haviam deixado, pelo rastro de sangue conseguiram
descobrir o corpo. Cristóvão ainda vivia. Ergueram-no, mofando de
Deus, escarnecendo e martirizando-o novamente. Diziam-lhe: 'Oroyuca
mbae catupae Tupã?' (Ferimos-te e matamos-te; por que teu Deus não
te livrou das nossas mãos?). E o padre respondeu com mansidão: 'Vie-
ra para fazê-los filhos do verdadeiro Deus, e Deus permitira que fôsse
assim tratado para sua própria glória e para salvação dêles'. E disse-
-lhes muitas outras coisas, que os índios não sabiam reproduzir, falando
sempre manso e doce, na sua gloriosa agonia. Mandaram-no calar, e êle
continuou na sua prédica. Deram-lhe novos golpes, de que o sangue jor-
rava. Com um dêles, arrancaram-lhe os dentes que, um rapaz, mais tar-
de, recolheu, entregando-os aos padres, em Jesus-Maria. Mas, nem por
isso deixou de lhes pregar e lhes dar a entender as coisas e os mistérios
da Fé, recebendo, por isto, mais pauladas e golpes; e, vendo êles que o
padre não morria e nem deixava de lhes falar, disseram uns aos outros:
'Êste não deve morrer no campo; levemo-lo ao mato para que morra lá'.
Atravessaram -lhe o corpo num pau comprido, de cabeça para baixo,
e assim o conduziram até o lugar em que fizeram uma choça de palha
para abrigá-lo, por compaixão ou, talvez, para melhor queimá-lo ali, e
ouvindo que ainda lhes dizia 'não lhe causar dó que lhe despedaçassem
o seu corpo, porque à alma nenhum mal poderiam fazer, e logo subiria
para gozar da paz do Senhor', êles, loucos de fúria, cortaram-lhe o nariz
e outra orelha, os lábios e, como ainda falava, abriram -lhe a garganta,
tiraram-lhe a língua e foram-lhe, a golpes, rasgando e cortando o peito e
o ventre, enquanto o padre, olhos no céu, para onde sua alma havia de
subir logo, agonizava ainda. Acabaram, arrancando-lhe as entranhas e o
coração que cravaram de flechas para ver se morria assim".

Isso ocorreu a 26 de abril de 1635. Mendonça tinha 46 anos de ida-
de. Foi a primeira vítima da vingança escravagista.

LUTA SELVAGEM POR UM CADÁVER

O martírio de Mendonça, segundo o Cónego Gay (“República Jesuítica”, página 234 e seguintes), é atribuído a uma trama dos cacique Ibitiraí e Manandara, tendo o primeiro atraído o padre ao Aguapeí, para uma conversão de gentio, armando-lhe depois uma cilada.

Rodolfo Garcia, em nota a Gay, informa que “o instigador dêsse ato foi um índio de São Miguel, chamado Tayubaí (Tajubaí), a quem o padre, um ano antes, procurara corrigir; êsse índio acrescenta fugindo da Redução, tramou vingança; e, em companhia de outros, armou cilada para quando o padre passasse na Ibia, terra a propósito pelos penhascos e passos forçosos do caminho; aí lhe deram morte, com requinte de crueldade, etc.”.

O que é certo é que todo um conjunto de circunstâncias favoreceram a obra dos escravagistas e feiticeiros. E, assim, o concurso de Tajubaí, que deu aviso sôbre a missão do padre, na Ibia, foi decisivo para aquêlê desfecho trágico.

Gay diz então:

“Tendo-se espalhado esta infeliz notícia pelos povos cristãos que o Padre Cristóvão de Mendonça havia catequizado, quiseram os índios batizados, em número de mil e quatrocentos, ir procurar os assassinos e os matar também, mas intervieram os outros padres jesuítas, dizendo-lhes que o que tinha acontecido era um mal irreparável; que tratassem, antes, de ir buscar o corpo, do falecido Padre Cristóvão de Mendonça para lhe darem sepultura, ao que se conformaram”.

Essa foi, efetivamente, a conformada atitude dos jesuítas, aliás, a única que convinha a apóstolos de Cristo. Já se encontra na Redução enlutada, a de

Jesus-Maria, o Padre Pedro Romero, o primeiro civilizado que pisou terras passofundenses.

De outra parte, não devia ser pequena a dor e a consternação do Padre Francisco Ximenes, o venerável de Passo Fundo, bem se compreende, devia censurar-se, intimamente, pelos resultados inesperados e trágicos de sua entrada na Ibia.

Mas a conformação, por certo, teria sido igual, visto que era lei, en-

tre êsses combatentes de Cristo, a aceitação amorosa dos inescrutáveis desígnios de Deus.

Ânimo forte, cômscio de suas responsabilidades como, aliás, seus confrades não hesitou um instante: deixou logo Santa Teresa, onde tantos cuidados o prendiam, e cavalgou para Jesus-Maria, a Redução desconsolada, para, com os demais jesuítas, participar das graves deliberações que o caso exigia.

Mais tarde, já de regresso, recolher-se-ia em Natividade, no trajeto para Passo Fundo, onde escreveria ao seu Superior, Diogo de Boroa, dando relação completa dos sucessos de Ibia.

Ali, em Jesus-Maria, encontrou a mais completa consternação. A fúria dos tapes contra os ibiangularas era inenarrável. Sem dúvida que se aliava ao seu desejo de vindita, bem compreensível em tal situação, o ódio ancestral que dividia as duas raças.

O Cónego Gay diz, resumidamente, à página 238, obra citada:

“Guaibi, cacique principal do Povo de São Miguel, que também tinha sido fundado pelo Padre Cristóvão de Mendonça, onde tinha sido substituído pelo Padre Miguel Gomes, que ainda no dito Povo se achava Guaibi, que era cristão, em suas diligências, agarrou a um dos assassinos do Padre Cristóvão de Mendonça. Chamava-se êste índio Taiubai (Tajubaí), e o pôs em confissão”.

Mas a empreitada, como a narra Gay, pareceria fácil. Mas, não foi êsse o caso.

Sôbre a missão dos índios cristãos, Aurélio Pôrto, baseado na “Relación de lo Sucedido”, esclarece, em “Terra Farroupilha”, capítulo referente à bandeira de Raposo Tavares:

“Morto pelos ibiangularas, trataram logo os padres de mandar transportar o seu corpo para Jesus-Maria, que ficava, como já se disse, junto ao Botucaráí.

Diz o Padre Ximenes, em sua carta, que `no dia seguinte, chegaram onde estava o corpo... `Depois de escaramuça com os índios que procuravam impedir a transladação, `tiraram o corpo da água e pôsto numa rêde e envolto num lençol que para êsse efeito levaram, trouxeram-no a Maria (Jesus-Maria), domingo à tarde de 20 de maio´. São, assim, cinco

dias de viagem que não deveria ter sido muito folgada pela perseguição dos inimigos, que os faziam andar a `toda priesa`.

O mesmo autor informa ainda (“História das Missões”, página 117 e seguintes):

“Ao aproximarem-se do local em que estava o corpo do Padre Cris-tóvão, saíram-lhes à frente, organizados para combatê-los, ao som de seus instrumentos de guerra os ibiangularas que receberam os cristãos sob nuvens de flechas. Intentaram êstes dizer-lhes que não vinham com o intuito de combater e somente levar os despojos do jesuíta para sepul-tura condigna.

Mas, os malfeitores mostraram-lhes pedaços da sotaina do padre e lhes diziam: `Matamos a vossa avó´ (que assim chamavam os feiticeiros aos padres, por escárnio da sua continência); `Vinde também para que vossos ossos fiquem com êle´. E acometendo os nossos com fúria (quem fala é um jesuíta e não propriamente Pôrto), foram rechaçados valoro-samente, morrendo muitos e sendo outros presos. Procuraram nova-mente os malfeitores impedir que trouxessem o santo corpo do mártir, juntando-se com maior número (de ibiangularas) que ia chegando onde estavam os nossos. Organizaram os infieis, com sua tática de guerra, o cêrco que, em forma de anel, vai se estreitando para colhêr dentro dêle os inimigos, perigosa manobra em que eram exímios”.

As flechas deviam, sem dúvida, “escurecer a face do sol”, como se diz entre os clássicos gregos...Era o combate encarniçado de uns, bus-cando a recuperação de um cadáver afeiçoado, e de outros, aprovei-tando a oportunidade que lhes parecia feliz para o aniquilamento de odiados inimigos.

“Mas continua agora a citação de Pôrto os cristãos, exercendo a mesma tática, romperam o cêrco, colhendo nêle os inimigos, da mes-ma forma, e assim mataram muitos, principalmente aquêles que mais encarniçados se haviam mostrado na morte do padre. Outros muitos foram presos, e entre êles o feiticeiro Tajubaí, autor dessa maldade, cap-turado pelo cacique principal de São Miguel, Guaimica que, levando-o ao lugar em que o tirano havia maltratado e morto o santo mártir, ali o prostrou a golpes de macana”.

A narração conclui:

“Transportaram o corpo para Jesus-Maria, mas assediados sempre por numerosos bandos de infiéis que os inquietavam com suas arremetidas”.

Vemos aqui uma discordância: o Cónego Gay diz que o chefe índio de São Miguel, herói dessa desforra, chamava-se Guaibi, ao passo que Aurélio Pôrto, escudado em citação jesuítica, isto é, de figuras daquele tempo informa que era Guaimica.

Guaimi e Guaibi são têrmos equivalentes, pois que Batista Caetano, no seu “Vocabulário”, à página 132, dá essa identidade, com a significação, para ambos, de “mulher idosa; também voz de carinho do marido”. Para ter sentido, necessita, efetivamente, do sufixo ca, que significa ser, fazer ser (idem, página 62). Podemos traduzir assim: “marido (que é) carinhoso com sua velha esposa”. O Cónego Gay, sem dúvida, não registrou o nome completo.

Falando sôbre o venerável de Passo Fundo, Rodolfo Garcia informa, em sua aludida nota a Gay, página 237:

“O Padre Francisco Ximenes, em carta ao Padre Provincial Diego de Boroa (que havia sucedido ao Padre Pedro Romero), datada de Natividade (Redução situada entre o Jacuí e o Araricá, atual Vacacaizinho), 26 de maio de 1635, descreveu com minúcia o martírio do Padre Cristóbal de Mendoza, às mãos dos índios infiéis, no Ibia, na quinta-feira, 26 de abril daquele ano”.

Foi dêsse relato que Boroa tirou, sem dúvida, a descrição do martírio, adaptada por Aurélio Pôrto, e que reproduzimos no capítulo anterior.

Mas, as consequências da missão de Ximenes, na Ibia, buscando a conversão do gentio e combatendo o escravagismo, iriam continuar ainda, pois que repercutiram desfavoravelmente nos meios bandeirantes, o que bem se deduz dos fatos posteriores.

A SUBLEVAÇÃO DOS PAJÉS

A cruzada que Santa Teresa, sob a direção de Ximenes, iniciou contra a escravatura, secundada por Jesus-Maria, no vale do Jacuí, pela pre-

gação evangelizadora de Mendonça atraiu para êstes dois Povos a ira dos feiticeiros de Ibia.

Uma outra causa, de origem mais remota e não menos poderosa, veio, porém, agravar a situação dos catecúmenos de Ximenes e comandados de Guaraé: a campanha anti-religiosa dos pajés, levantada na Província do Uruguai, ao norte, com repercussão tremenda no Tape e na própria Ibia, à voz eloquente e terrivelmente aliciadora de Nheçu e Imapiri.

Ê, pois, necessário remontar às causas primárias, que eclodiram com o assassinio dos Padres Gonzales, Rodrigues e Castilhos, em 1628, isto é, cêrca de sete anos antes.

Vamos resumir os acontecimentos, fazendo a seguinte transcrição de excertos ou tópicos de “Os Três Mártires Rio-Grandenses”, do Padre Gonzaga Jaeger:

Página 223:

“Cabecilha dêsses infiéis apóstatas era Potiravá, autor de um atentado contra a vida do Padre Aragona, renegado, fugitivo da Redução de São Francisco Xavier” (do lado argentino) ...

Páginas 227 e 228:

“Diz Montoya que foi Potiravá quem incendiou a centelha da cólera contra os padres, com o seguinte arrazoado”: A liberdade antiga de vaguear por vales e selvas vejo que se perde, porque êsses sacerdotes estrangeiros nos empilham em povoados, não para nosso bem, mas para ouvirmos doutrina tão oposta aos ritos e costumes dos nossos antepassados. E tu, Nheçu, se reparas bem, já começa a perder a reverência devida a teu nome, porque, se os tigres e os animais ferozes dêstes bosques te estão sujeitos, operando coisas incríveis em tua defesa, amanhã ver-te-ás já o estás vendo em outros sujeitos à voz daqueles intrusos. As mulheres que, segundo usança nossa, gozas e te amam, amanhã verás como te aborrecem, feitas mulheres dos teus mesmos escravos. E que ânimo tão forte haverá que possa sofrer semelhante afronta? Dirige teus olhos por todos êstes povoados, onde o pouco critério de seus moradores permitiu fixarem-se esses pobres homens, e verás diminuído seu poder; já não são homens, são mulheres, sujeitas à vontade estrangeira; se aqui não se atalha êste mal e tu te entregas, tôdas as gentes que, des-

de aqui até o mar habitam, a despeito teu e desonra tua, verás sujeita a êles; e tu, que és o verdadeiro deus dos ventos, ver-te-ás miserável e abatido; tens remédio fácil, se aplicas teu poder para tirar a vida a êsses miseráveis”.

Nheçu, cuja vaidade e poder era imenso, aproveitou o conselho.

“Avivados deste modo os instintos do selvagem diz Jaeger êste convocou secretamente, para o Pirapó, não só a sua gente, como ainda os caciques da redondeza; e (numa grande assembléia, arengou-os, mostrando-lhes quanto convinha a todos abandonar de nôvo a religião dos espanhóis e voltar às práticas que haviam herdado dos seus antepassados, de terem quantas mulheres quisessem e de viver, outra vez, segundo as suas paixões. E, armando-se de autoridade, declarou aos assistentes que, por isso mesmo, era necessário matar a todos os padres das bandas do rio Uruguai, queimar tôdas as suas igrejas e destruir as cruzes que se haviam levantado... e que, os que se haviam batizado voltassem a seu antigo modo e gentilidade, porque êle assim o queria e assim o mandava. E para que vissem de que maneira se apagava o batismo, chamou a umas crianças batizadas e, mostrando uma água, que tirou debaixo de si, dizia que aquilo era suor ou licor que êle destilava do seu corpo, com o qual lhes lavou a cabeça, o peito e as costas; e lhes raspou a língua com uma concha, dizendo que era assim que êle tirava o batismo; e que o faria tirar a todos os demais cristãos do Uruguai. Rebatizou as mencionadas crianças, impondo-lhes nomes pagãos, declarando: `Esta, sim, é nossa lei perfeita, e não a que êsses padres ensinam´.

Depois lhes ordenou, com grande império, que todos se apercebessem para pôr em execução o que êle lhes mandava e era o de matarem os padres e extirpar o nome cristão de tôda aquela Província. Por fim, tomando ares de incrível soberba prossegue Jaeger profetizou, dizendo:

“Não temais; como deus que sou, vos ajudarei, envolvendo em trevas escuríssimas os que defenderem os padres e mandando-lhes tigres para que os devorem. Se, porém, não fizerdes o que vos mando, hei de fazer com que os tigres vos comam, e enviarei um dilúvio de águas que vos afogará; e lançarei cerros sôbre as vossas tabas, levantar-me-ei ao céu e virarei a terra de baixo para cima´.

Grande impressão causou o pajé da circunscrição do Pirapó. As

agitações que provocaram não foi atenuada com o reforço jesuítico, que veio ao Rio Grande, depois do abandono de Guairá e Itati, reunindo, no Caaró, zona do Ijuí, os novos evangelizadores, que falaram perante os principais caciques da redondeza, desde o dia 1.º até o dia 15 de novembro de 1628.

“Por aqueles mesmos dias escreve Jaeger, *ibidem*, página 240 chegaram, também, com todo o segrêdo, Guarerá, Mbaru e Cunharacuá, emissário de Nheçu que, sob ameaças terríveis, por parte daquele feiticeiro, intimidam a Carupé ou Caruperá, feiticeiro e um dos morubixabas principais de Caaró, e outros semelhantes a êle, que dessem morte ao Padre Roque e seu companheiro”.

Efetivamente, pouco depois, os Padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues foram trucidados, friamente, no Caaró, a golpes de macanás, quando celebravam seus misteres religiosos, a 15 de novembro, seguindo-se, dois dias depois, o martírio do Padre João de Castilhos, na missão do Pirapó.

Caro, porém, custou aos matadores sua crueldade. Feitas as diligências do inquérito e recuperação dos corpos, sob a direção do Padre Pedro Romero, que, como companheiro de Roque Gonzales, primeiro pisou terras gaúchas e que foi também o primeiro civilizado que calcou o território de Passo Fundo o exército cristão, sob o comando do cacique Nheinguiru, desbaratou furiosamente os inimigos da fé até os pontos mais distantes.

Chegando à taba do feiticeiro Nheçu, o cacique do rio Paraná, de nome Tabacambi, exigiu dos conjurados a entrega dos matadores. “A resposta escreve Jaeger foi um par de flechas, das quais uma derribou morto a um sobrinho de Tabacambi, que se achava a seu lado” (*ibidem*, 270).

“Rápida e violenta foi a refrega diz Jaeger em que pereceram mais de cem homens; caíram prisioneiros uma multidão de mulheres e crianças... Tal foi o pavor pânico que se apoderou do semi-deus Nheçu... que, seguido de Potiravá e um punhado de fiéis adeptos, se lançou em desapoderada corrida, em demanda do rio Uruguai. Não encontrando canoa, saltou para uma jangada, fugindo nela rio- -acima, a esconder-se naqueles densos bosques”.

Pareceu, assim) exterminada a semente da revolta dos magos. Porém, o fermento continuou. “Na carta Ânua de 13 de agosto de 1637... o Padre Boroa escrevia que o irrequieto Nheçu continuava molestando as Reduções do Alto-Uruguai...” (Jaeger, *ibidem*, página 271, nota n.º 3).

Essa influência, portanto, atingia, agora, as duas restantes Reduções da bacia do Alto-Uruguai: a de São Carlos do Caapi, entre as nascentes do Jacuí- -Mirim, então chamado Ibiraiãpiri, e do Uruguai-Pitã, atual Várzea, então denominado Paricaí; e a de Santa Teresa, situada no Curiti, em Passo Fundo.

Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões Orientais”, I, 48, escrevendo sobre os territórios pertencentes aos dois feiticeiros, Tabacã e Nheçu, indica:

“Compreendidas nessa Província (do Uruguai), ficavam as regiões de que eram caciques supremos ao Ijuí; e a segunda (de Nheçu), deste rio até o Tabacã e Nheçu. A primeira estendia-se do Ibicuí Uruguai-Pitã”.

O Uruguai-Pitã ou Várzea, como sabemos, nasce no distrito de Bela Vista, quase no coração de Passo Fundo, região até onde se estendia o poderio de Nheçu, o famigerado agitador dos índios rio-grandenses.

Mas sua zona de influência ultrapassava o Mondeca (Mato Castelhana), sendo suas prédicas, singularmente objetivas e eloquentes, apropriadas à mentalidade indígena um dos fochos incendiários, de grande poder, contra a obra missionária passofundense, a que se dedicavam, com zelo e sacrifício, os jesuítas da Companhia, sob a direção do venerável Ximenes.

Gonzaga Jaeger, em “As primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul” “Terra Farroupilha”, ao tratar de Santa Teresa, refere-se ao distúrbio ocasionado na referida Redução, “produzido pela influência do feiticeiro Nheçu, assassino do Padre Roque, que ainda vivia naqueles sertões”.

Enquanto a desagregação ameaçava a existência de Santa Teresa, principalmente entre os elementos recém convertidos, procedentes das regiões circunvizinhas, entre os quais se destacavam os carijós ou ibiaçaguaras, que o Padre Ximenes havia atraído o prestígio deletério de Nheçu alvorotava todo o Carioí (Campo do Meio), encontrando eco e

poderoso apoio em Ibapiri, outro famoso feiticeiro (api-cairé), pertencente à parcialidade carijó, com larga zona de influência nas bacias do Taquari e do Guaporé.

Fôra êsse Ibapiri um dos principais instigadores da fúria assassina, de que resultou o trucidamento do Padre Cristóvão de Mendonça, cura da Redução de Jesus-Maria, na encosta do Butucaraí, no rio Pardinho e desde então todo o Tape vivia em alvoroto.

Escreve Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 93:

“A grande zona que compreendia as Reduções de São Cristóvão, Santa Ana e Jesus-Maria, no coração do Rio Grande do Sul, bacia do Jacuí, enfraquecera com a emigração, com o abandono de tudo o que estava feito nesses aldeamentos, onde se modelava uma raça que até então era chamada bárbara. A todo êsse complexo de perigos e ameaças, opunham os jesuítas uma vigilância absoluta... Todo o Tape se alarmava, os neófitos murmuravam e se adaptavam às consequências da guerra”.

O feiticeiro Ibapiri levantava o Cariroí (Campo do Meio), sem dúvida possuído de grande eloquência, como os outros. Embora os documentos que consultamos não o refiram expressamente, tudo indica que, entre seus seguidores, estaria o feiticeiro Chemboabate ou Chemorube, senhor da bacia do Taquari; é possível que o seguisse também o não menos temível Arà-Abaeté, que dominava a encosta oriental da serra do Butucaraí, mencionado na obra de Serafim Leite “História da Cia. de Jesus no Brasil”, vol. VI, 499 e seguintes.

Ibapiri ou Itapari, como dá a entender o referido autor, baseado em Inácio de Sequeira era acostumado a fazer tropelias, acompanhado de suas hordas, sem respeitar seus colegas magos, o que sucedeu com o poderoso Ocara-Abaeté, filho de Ará, “tomando-lhe alguma gente”, caso, aliás, que não se refere à sublevação que historiamos.

O apicairé (feiticeiro) do Campo do Meio, depois de reunir um grande exército, pregando a destruição de Santa Teresa, atravessou o Mondeca (Mato Castelhana), de cujos meandros deviam ter fugido os guaianás extraviados e assim irrompeu no Igairi-Apipe (nascentes do Jacuí ou Povinho da Entrada), numa ação que levou o terror pânico a toda a região do Tape serrano.

Parecia, pois, iminente a queda da Redução passofundense.

Walter Spalding, atribuindo êsses acontecimentos, bem como o martírio do Padre Mendonça, à ação dos caingangs e mamelucos que, sem dúvida, não foram alheios aos fatos que estamos narrando completa o panorama trágico defrontado pelos missionários, no Tape e, particularmente, em Santa Teresa.

ATAQUE FRUSTRADO A SANTA TERESA

A ação conjunta de feiticeiros e mamelucos já estava preocupando, algum tempo antes, os missionários da Companhia. Somava-se a isso a expectativa alarmante de uma invasão dos bandeirantes de Piratininga.

Escreve Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, 128:

“Ao Provincial, Padre Diogo de Boroa, que se dirigia a Buenos Aires, chegaram precisos informes: `que os brasileiros de São Paulo estavam alistando uma invasão à Província do Uruguai, para que, como o haviam feito, faz pouco, no Guairá, recolhessem uma boa porção de cativos’. Tomou o Padre Boroa imediatas providências para evitaí a destruição das Reduções”.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, nota n.º 26, páginas 91 e 92, transcreve a carta ânua de Boroa, em que êsse Provincial informa textualmente:

“...Consultei todos os padres do Colégio sôbre as medidas a tomar, dirigindo-me, no mesmo assunto, também ao Reitor de Córdoba, ao Governador da Província, e a tôdas as personalidades que podiam intervir oportunamente. Opinaram todos que era preciso opôr-se à invasão com fôrça armada, no caso de falhar a diplomacia. Em todo o caso, deviam os padres mobilizar a seus neófitos, porquanto, diziam, não somente perigava a liberdade dos índios das Reduções, seus bens e sua vida, se não também a autoridade dos ministros do Evangelho, a qual não podia consentir semelhantes devastações e pilhagens. Acrescentaram que o melhor seria que dois dos nossos Irmãos coadjutores, antigos soldados, instruissem aos índios na arte militar. Essa medida, diziam, tiraria de

muitas cabeças aquêlê profundo êrro de que os padres eram uns covardes, que faziam traição à sua religião em qualquer emergência, gente relaxada e vagabunda, que não passavam de mendigos, como já parecia de longe, pelos trapos com que se vestiam; e que todos os seus empenhos em reunir em Reduções aos bárbaros não visava outra finalidade que a de entregá-los mais fâcilmente aos inimigos; e que as facas, agulhas, alfinêtes, anzóis e outros presentinhos que lhes davam (os padres), não passavam de atrativos para prender os incautos. Para disfarçar-se, êsses embusteiros facinorosos (mamelucos), vinham vestidos de frades e se chamavam padres”.

“Mas, para voltar ao meu assunto acrescenta Boroa não bastavam os bons conselhos, senão forçoso era pôr mãos à obra. Foi destacado, desde logo, para tomar a seu cargo as medidas que o caso demandava, no Uruguai (Província), o Padre Francisco Dias Tanho, veterano e insigne missionário; e, em sua companhia, os dois Irmãos coadjutores, Antônio Bernal e João de Cárdenas, exercitados ambos, longamente, na arte militar, antes de ingressar na Companhia. Conjuntamente, dei aos mesmos o poder para comprar tôdas as armas e apetrechos necessários para essa emprêsa. Ordenei-lhes, terminantemente, que se limitassem à pura defesa, fortificando as Reduções e sustentando-as contra os ataques até que pudesse chegar o socorro do interior da Província. Além disso, nomeei o Padre Francisco (Dias Tanho) como Superior de tôdas aquelas Reduções, com o encargo de visitá-las oficialmente”.

E o Provincial Boroa assim conclui:

“Partiu êsse Padre (Dias Tanho) em 15 de maio de 1635, bem provido de armamentos. Teve de navegar 180 léguas (pelo rio Uruguai) contra uma extraordinária correnteza do rio. Mas tiveram viagem bastante boa. Apenas chegado (nas Reduções gaúchas), desenvolveu aquêlê homem tôda a sua habilidade, e com ânimo inquebrantável e trabalho indefesso, organizou a defesa das Reduções”.

Efetivamente, a atuação do Padre Dias Tanho, já como Superior, foi providencial para Santa Teresa, ameaçada pelas hostes de Ibapiri, e também para Jesus-Maria, que vivia em constante alarme.

Olyntho Sanmartin, *ibidem*, página 92, escreve a êste respeito:

“E assim procederam os jesuítas nesse transe amargurado. O Padre

Francisco Dias Tanho e os dois coadjutores, Antônio Bernal e João de Cárdenas... lançaram-se à obra de defesa. A ordem era de que se organizassem febrilmente e que se limitassem à pura defesa. Os exercícios e práticas militares tomaram vulto. Os índios assimilaram os princípios técnicos disciplinares, aprenderam a `formar alas, mudar de frente, fazer assaltos em regra e rechazar´. De boa-fé, não podemos acusar a fase instintiva jesuítica, como condenando quando foram agredidos em suas aldeias pelos bandeirantes. A resistência oposta era um direito humano e jurídico que bem pode ser examinado à luz copiosa da jurisprudência hodierna”.

Assim, o Padre Dias Tanho, encarregado da defesa geral das Reduções, teve que enfrentar os acontecimentos de Santa Teresa que, como vimos, estava ameaçada pelos feiticeiros e mamelucos. Veio a Passo Fundo e daqui se correspondia com os Irmãos coadjutores, Cárdenas e Bernal, que se encontravam em Jesus-Maria. Quando aqui chegou, ainda não tinha sido formado o exército de Ibapiri que, então, se encontrava na fase da agitação e preparação guerreira. A atenção do Superior Dias Tanho voltava-se para as tramas bandeirantes, que ameaçavam de invasão às missões rio-grandenses. Mas não havia ainda indícios dela.

Conta Aurélio Pôrto (“História das Missões”, I, 134), textualmente: “Sabendo o Padre Superior (Dias Tanho) que se faziam juntas em Cariroí em frente a Santa Teresa e em Pirajubi, margem direita do Taquari, mas ignorando a intenção com que eram feitas, escreveu ao Irmão Cárdenas que lhe avisasse qualquer `rumor de portugueses´, mas até 20 de setembro de 1635, data da carta, nada averiguara nesse sentido”.

Mas o Cariroí já fervia e os acontecimentos precipitaram-se.

Ibapiri concentrou sua gente e atravessou as densas florestas do Mondecaá (Mato Castelhana) e surgiu no Povinho da Entrada, bem nas cabeceiras do Igaí (Jacuí).

O surgimento dos rebeldes naquele ponto já estava previsto. Era a passagem obrigatória, como divisora de águas altas coxilhas que separavam as nascentes do rio Curiti ou Curitiba (Uruguai-Mirim ou Passo Fundo), das do Igaí (Jacuí), a leste da cidade de Passo Fundo.

Deviam os índios de Guaraé, sob a direção de Dias Tanho, ter aberto trincheiras e erguido paliçadas. Naquele ponto, devia já estar concen-

trado o grosso das hostes cristãs, sob a vigilância dos oficiais indígenas, e alertado pelos esculcas adredemente escalados.

Guaraé, principal cacique, devia ser, sem dúvida, o cabo desse exército, tendo-se em vista sua ascendência sobre os índios e consoante os velhos costumes indígenas que, nesse ponto, em se tratando de guerra, não cediam passo a ninguém.

Sem dúvida, nesse encontro, a gritaria devia ser estridente, de parte dos atacantes, com o indefectível bater frenético dos tambores, buscando aterrorizar os missioneiros.

Mas êstes, ao que parece, enfrentaram bem o embate, com ordem e segurança, sob a direção do Padre Dias Tanho. Dêsse combate, infelizmente, não há uma descrição, pelo menos não a encontramos nos documentos consultados.

Sabemos, sim, seguramente, do resultado final dêsse encontro: dêle saiu morto o feiticeiro Ibapiri, promotor da sublevação, e a conseqüente debandada de seus seguidores, que se entranharam, de volta, no Mato Castelhana. Aurélio Pôrto, que dá tais indicações, pouco esclarece quanto ao assunto, dizendo apenas, em "Terra Farroupilha", página 63:

"Na carta já citada do Padre Dias Tanho, refere-se êle a Ibapiri, feiticeiro, que o Padre Geral (o mesmo Dias Tanho) fêz deter no Igai-Ri-Apipe (cabeceras do Igai)".

Como já se viu, o Igairi-Apipe era a denominação das nascentes do Jacuí, isto é, junto ao Povinho da Entrada, sendo Igai o primitivo nome do Jacuí.

Mas o choque, propriamente, não é referido por Aurélio Pôrto, mencionando apenas, em sua "História das Missões", I, 118, que Ibapiri era o nome "de um feiticeiro morto nas pontas do Igai".

Verifica-se, logicamente, que houve o choque armador, em que pereceu o famoso feiticeiro.

Como vemos, a atuação do Padre Dias Tanho foi decisiva, na calamitosa circunstância, pondo a salvo a Redução passofundense.

Depois dessa ação, dirigiu-se o Superior a Jesus- Maria, onde os cristãos estavam grandemente alarmados conseguindo ali serenar os ânimos. Sobre isso, escreve Sanmartin, *ibidem*, 93:

"Todo o Tape se alarmava, os neófitos murmuravam e se adapta-

vam às consequências da guerra. O Padre Dias Tanho sucedeu ao Padre Mendonça, martirizado, que teve logo de enfrentar Chemorube, perigoso feiticeiro e dado às práticas antropófagas”.

CONFEDERAÇÃO DOS IBIANGARAS (IBIAÇAGUARAS)

Um impostor extraordinário, possuído de tanto ódio como Ibapiri, e sem dúvida dotado de não menor vivacidade, assume a identidade do feiticeiro morto, sendo também êle mesmo feiticeiro.

E por essa maneira curiosa e alucinadora, percorre as malocas do Cariói (Campo do Meio), reacende o facho da guerra, que devia estar já, ali, amortecido com o alijamento do seu homónimo.

É possível que, em sua compleição, fisionomia e ademanos, tivesse muita semelhança com o primeiro, principalmente com o mascaramento de pintura e enfeites do seu costume. Mas o que é de estranhar, para os civilizados, é que êsse impostor conseguisse impor-se, atiladamente, perante os ibiangularas de ibiaçá, ou ibiaçaguaras.

Mas, o que é para nós custoso compreender, para aquêles índios enfeitados era um acontecimento natural, como se vê na seguinte passagem do Cónego Gay, obra citada, páginas 273-4 (relação do Padre Francisco Garcia):

“Entrou nessa circunstância um feiticeiro que eu fiz sentar junto de mim, e comecei a ponderar-lhe a sorte que o esperava, depois de sua morte, se não se convertesse a Deus, etc., e que olhasse com atenção para o condenado da pintura (um quadro, figurando o inferno). Respondeu-me que tão grande era o horror que lhe causava êste espetáculo que não se atrevia a olhá-lo; que êle, em outro tempo, tinha morrido e que tinha visto o inferno da maneira retratada naquela tábuia; e que naqueles lugares lhe tinham assegurado que, mesmo que tornasse a morrer, não havia de ficar nesse fogo, que tomaria a ressuscitar, etc.”

Como surgiu o nosso Ibapiri e de onde veio, talvez jamais o sabermos. Eram comuns, entre êsses índios, os bruxos ambulantes, seguidos de cortesãos, em visita de um povo para outro.

Fácil, pois, seria a tarefa do impostor, na ação de tumultuar êsse gentio, tão crente e primitivo, como era o ibiângara, para o qual a ressurreição do antigo feiticeiro pareceria um aviso das Potestades, ao mesmo tempo em que, para o falso Ibapiri, se afiguraria como um recurso decisivo para atrair as atenções, movendo tôdas as vontades em favor de seus desígnios.

Temendo, talvez, a mesma sorte de seu antecessor, cujo ataque a Santa Teresa lhe foi fatal, desviou as atenções para um imediato assalto ao vale do Jacuí. Onde ainda reinava a consternação e o luto, com a morte do Padre Cristóvão de Mendonça, parecendo-lhe mais fácil a tarefa de vingar-se dos padres. E, assim, levou a agitação para tôda a Ibia, salientando-se como um dos mais fervorosos inimigos das missões.

Sôbre os acontecimentos na Ibia, diz Aurélio Pôrto, à página 119:

“Convocados, reuniram-se em Taiacuapé (caminho do porco do mato) os índios de diversos lugares, principalmente de Cariroí, Pirajubi, Tibiquari e outros, que logo atingiram a centenas”. Note-se que o autor fala numa convocação de feiticeiros, apenas, e não de índios em geral.

O autor, à página 118, dá uma descrição interessante dos fatos que, então, se registravam, e que tinham como centro Taiacuapé, à margem esquerda do Taquari, atual município de Estrela, onde o Padre Ximenes, atacando os escravagistas, destruiu os estabelecimentos de Parapoti:

“Convocados pelos feiticeiros e caciques principais da serra, reuniram-se as Juntas das aldeias de tôda a região. E nelas ficou assentado se congregassem todos os índios para destruir as Reduções do Tape e matar os padres que nelas assistiam. Inicialmente, “em umas como igrejas, em que se juntavam e tinham como púlpitos e batistérios, onde faziam prédicas e batizavam a seu modo, começaram e arremedar e contra-fazer as ações dos padres. E dali diziam que as Reduções deviam ser arrasadas. Tinham já convocado os tigres, que as teriam de assolar, os itaquicéias que estavam para sair de suas cavernas, e os ibipitas, que são uns pseudo-fantasmas, que o vulgo e chusma imagina horrendos e aos quais todos temem”. Obedecia a Junta ao mando dos terríveis feiticeiros Xemboabate e seus filhos Jaguacaporu e Jaguarobi, e outro não menos afamado, Ibapiri, que tomara o nome de um feiticeiro morto nas pontas do Igaí, querendo fazer crer aos índios fôsse êle um morto ressuscitado”.

Segundo o mesmo autor, à página 134, entre os matadores do Padre Cristóvão encontravam-se êsses mesmos feiticeiros Xemboabate, Jaguacaporu e Jaguarobi, “muito insignes dos portugueses”, e que “traziam consigo um rapaz, grande dançarino (hieroquiara, feiticeiro cantador e pregador), com colête de anta, que era dos que enfervorizava; e que se dizia que êsse rapaz era filho dos portugueses, embora fôsse índio; deve ser algum mesticinho diz a nota filho de alguma índia de Jaguacaporu”.

“Não obstante, porém - acrescenta Aurélio Pôrto - a guerra pregada contra os jesuítas espanhóis, por êste hieroquiara, em suas danças e cantos, as indagações feitas pelos índios amigos não autorizaram a afirmar que, nesses acontecimentos, quer antes quer depois do martírio do venerável Cristóvão, houvesse intervenção de bandeirantes, isto é, `nestas juntas de velhacos não têm intervido portugueses, nem tupis, senão unicamente índios velhacos, comedores de carne humana, e feiticeiros´ reconhecia, em sua carta ânua, de 26 de setembro de 1635, o Padre Francisco Dias Tanho, Superior das Reduções”.

As pregações dêsses hieroquiaras dançarinos espalhou terror e pânico entre os tapes cristãos, preocupando, principalmente, aos caciques, e já não apenas aos missionários. Os chefes índios compreendiam melhor sua gente e como era ela sensível às ameaças dos feiticeiros.

“Formada a Junta diz Aurélio Pôrto, página 119 que obedecia a três feiticeiros, entre os quais uma índia gigante, de estatura disforme, despacharam logo para tôdas as partes hieroquiaras (dançadores) para avisar os índios infiéis e atemorizar os cristãos que faziam com danças e cantos, em que diziam que breve se acabariam as Reduções e seriam expulsos e mortos os catecúmenos e os padres. Muitas aldeias foram, pelo temor incutido nos próprios cristãos, aos poucos, se despovoando. Era costume (dos tapes, quando abandonavam as casas, desfazê-las e queimar a madeira; e, assim, aldeias inteiras iam sendo desfeitas, e seus moradores desaparecendo do convívio cristão. As roças também eram abandonadas e as sementeiras perdidas”.

Nessa passagem, o autor descreveu muito bem o pavor que, não sem motivo, despertava a confederação dos ibiangularas, tendo à frente seus ameaçadores feiticeiros, levando o desânimo para o seio dos índios

cristianizados que, sem mais espera, abandonavam suas casas, aldeias e as próprias Reduções.

Pelo que se deduz, nem mesmo a Redução de Santa Teresa escapou a essa defecção, tendo tão perto de si, no Campo do Meio, o terrível impostor Ibapiri, um dos incendiários da Ibia, o mesmo sucedendo com a missão de São Joaquim, no coração do Botucaraí, mais próxima de Taiaçuapé, centro de tódia a convulsão, onde o Padre Ximenes lançou o primeiro e ressonante desafio.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 93, cita Teschauer, e diz que “os métodos mamelucos para atrair catecúmenos eram idênticos aos dos jesuítas: usavam batina, abrindo até tonsura, e plantavam a cruz para, no momento convencionado, escravizá-los, quando tentavam a fuga. Isso trouxe enorme confusão, não podendo os índios distinguir os legítimos dos falsos sacerdotes, prejudicando a obra jesuítica”.

No mesmo livro, à página 86, diz ainda aquele autor:

“Mais de uma Redução estava prestes a desagregar-se, quando o Padre Francisco Dias Tanho chegou à região, evitando, pela sua habilidade, que isso acontecesse. A guerra entre os feiticeiros e catecúmenos, no entanto, não foi possível ser neutralizada. Os acontecimentos tomaram vulto, e ambas as correntes contendoras lograram número, e o embate, com todos os quadros trágicos que uma guerra oferece, se desenvolveu com grande repercussão”.

O CONTRA-ATAQUE DOS CACIQUES TAPES

Nessa conjuntura, os caciques principais, pertencentes às Reduções ameaçadas, resolveram, à revelia dos padres, tomar a si a iniciativa de sua própria defesa, antes que a defecção assumisse um vulto alarmante.

Referindo-se à ação dos caciques, Aurélio Pôrto, obra citada, página 119, esclarece:

“Entretanto, crescia a multidão que, em tórno dos feiticeiros, se congregava para as Juntas de Taiaçuapé. Foi quando, por iniciativa própria, resolveram alguns capitães dos Povos, fiéis aos princípios cristãos,

tomar providências para coibir esse mal que daria cabo de todo o trabalho de catequese dos jesuítas”.

Queriam os caciques cristãos fazer uma guerra a seu modo, sem interferência dos padres. Cremos que Cuaraé, o cacique principal de Passo Fundo, tivesse participado das resoluções, pois que também estava interessado nos movimentos, nas pregações e nas alterações que ocorriam, igualmente, no vizinho Cariroí (Campo do Meio), depois da morte do primeiro Ibapiri, de que o referido Cuaraé devia ser o principal responsável.

Das mesmas resoluções ocupou-se, também, o cacique Ariya, que era o principal da Redução de São Joaquim, no Botucaraí (a que Ximenes ajudou a fundar) chefe este localizado mais próximo de Taiaçuapé (município de Estrêla), onde se processavam as Juntas dos Ibiçaguaras, portanto o mais influenciado numa ação pronta, capaz de livrar seu Povo, para sempre, dos contínuos sobressaltos em que vivia.

Fizeram os caciques o monohongaba (conselho) e decidiram que, para haver uma defesa proveitosa, seria necessário que se conhecesse, previamente, o plano de seus inimigos. E para que isso fôsse conseguido, só havia um meio: participarem eles mesmos, devidamente disfarçados, dos conclaves dos ibianguaras de Ibiacá (carijós ou ibiçaguaras), medida arriscada, mas necessária.

Verificamos, por tal medida, quanto êsses índios eram sensatos e decididos.

Assim, pois, fizeram. Mas nada se diz do que conseguiram colher cada um dos caciques, sabendo-se apenas da missão levada a cabo pelo de São Joaquim (no Botucaraí), cuja ação é assim contada por Aurélio Pôrto, obra citada, páginas 119-20:

“Foi o Capitão Ariya, cacique de São Joaquim, quem conseguiu levar às Reduções exata notícia da extensão do perigo que sôbre elas pairava. Disfarçado como selvagem, levando suas armas, e tendo o corpo pintado, como os infieis, conseguiu entrar em Taiaçuapé, que ficava nas proximidades de São Joaquim, e ali observou que os feiticeiros apresentavam os índios para que dessem sôbre as Reduções de São Cristóvão, São Joaquim e Jesus-Maria, matassem os padres e destruíssem as povoações”.

Desistiram, assim, de novo e imediato ataque a Santa Teresa. A primeira investida, pelo que se soube, seria desfechada contra Jesus-Maria, tão célebre, depois do martírio de seu cura, o Padre Cristóvão de Mendonça.

Relata o mesmo autor, à página 120, as medidas logo tomadas pelos Padres e Caciques:

“Reuniram-se, logo, para organizar a defesa, os jesuítas, sob cuja direção estavam aquêles Povos, e os capitães Antoni, Guiraragué e Ariya, tendo-se resolvido concentrar, em Jesus-Maria, o maior número de índios guerreiros das Reduções da Serra”.

Assim, pois, os índios de Passo Fundo foram, igualmente, convocados para tal ação, já que participavam da causa comum, talvez com maiores encargos morais, sem contar que, qualquer que fôsse o resultado, a todos afetaria. Nominalmente, entretanto, não são mencionados por Aurélio Pôrto, o que, porém, não desdiz a afirmativa:

“A 29 de setembro diz êle feita a concentração, contavam-se ali quinhentos índios de guerra, tendo para isto contribuído Santa Ana com cento e oito, São Cristóvão com noventa e seis, São Joaquim com cinquenta, além do contingente de Jesus-Maria e de seus arredores, o que elevou o total do exército cristão a mais de mil combatentes” (obra citada, página 120).

Os acontecimentos progrediam rapidamente. Vendo-se todos êles reunidos, novos monohongabas (conselhos) se fizeram, decidindo, agora, que o mais acertado era um ataque às posições do inimigo. Entrementes, fizeram-se algumas batidas exitosas, prendendo muitos hieroquiarias inimigos, cujas pregações tanto atemorizavam as famílias tapes.

“Reunidos os índios escreve Pôrto, página 119 armados em guerra, e cobertos de plumas, como era usual nas guerras, foram tendo seus capitães à frente, dar caça aos hieroquiarias (feiticeiros), que eram os promotores daquela desordem. Conseguiram prender muitos dêsses emisários da Junta, sendo alguns mortos e outros aprisionados e levados para a Redução (Jesus-Maria) onde, não obstante os rogos dos padres, eram duramente castigados, como exemplo para o Povo. Diziam-se deuses e, para desengano dos que nêles acreditavam, entregaram- nos

às crianças, que os enchiam de lodo e dêles escarneciam, fazendo-os dançar sob os mais ridículos apodos”.

E, dessa maneira, buscavam os tapes dissipar o mêdo que tais feiticeiros infundiam.

Formado o plano de ataque, não houve mais espera, marchando todo o contingente para a luta.

Num capítulo adiante, na obra do mesmo autor, isto é, à página 134, vemos como se narram os fatos:

“Nessa ocasião diz Pôrto quizeram os padres acompanhar os catecúmenos que iam à guerra, temerosos de que essa sublevação (a dos feiticeiros), que se estendia até as fronteiras do Tape, abrangendo tôda a Província dos ibirajaras (ibiangaras); fôsse promovida pelos piratininganos. Os índios, entretanto, não permitiram a interferência dos religiosos da Companhia, preferindo ir somente sob o comando de seus capitães “êles queriam ir sozinhos, pois índios contra índios melhor se ajeitariam sem padres; que, se houvesse portugueses, então nos avisariam”.

Dessa forma, dispensaram o concurso dos Irmãos Antônio Bernal e João de Cárdenas, veteranos da arte militar, na Europa, e cuja intervenção, aliás, só aceitariam no caso de toparem com bandeirantes, diante dos quais, por serem também gente branca e lhes conhecerem as traças, melhor se haveriam aqueles padres, principalmente depois dos morticínios do Guairá.

Efetivamente, êsses índios, que tão bem souberam deliberar as coisas, em seus conselhos de guerra, melhor ainda as executaram.

Nesse ínterim, os ibiangaras já tinham saído de Taiacuapé, avançando contra a Redução de Jesus- -Maria. E o encontro das duas forças deu-se no rio Pardinho, onde, devido às chuvas, detiveram-se os inimigos.

Aurélio Pôrto, à página 120 da mencionada obra, assim relata o combate:

“Estavam já os infiéis entrincheirados à margem direita do Jequi-Mini (rio Pardinho) que, tendo crescido muito, devido às chuvas que caíram à noite, não dava passo franco, sendo necessário (aos cristãos) fazer uma ponte. E nem todos haviam transposto o rio, quando os fiéis, que os perceberam (isto é, descobriram os inimigos, dentro de suas

cêrcas de guerra), caíram sôbre eles com grande fúria. Ouvida a gritaria que fazem em combate, o resto do exército cristão, a nado, vadeou a corrente, dando sôbre as paliçadas fortes, em que os inimigos se acoitavam. Em pouco tempo, estavam vencidos, em fuga precipitada uns; outros, prisioneiros; muitos feridos; e os principais pagaram com a vida essa tentativa de expulsar de suas terras os jesuítas, que vinham destruir os seus costumes antigos, a sua vida livre, a prática de primitivas usanças, para lhes impor uma civilização que não compreendiam ainda”.

Os catecúmenos, na sua fúria devastadora, foram tomados de seus temíveis instintos.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 93, descrevendo a cena, escreve:

“O arraial inimigo, onde pernoitavam os conjurados, oferecia aspecto horroroso: corpos mutilados, meio assados, de homens e crianças no chão; braços e pernas suspensas nas árvores que se guardaram como em despensa para outros antropófagos e restos dos banquetes canibais. Com a definitiva extinção do grupo orientado pelos pajés, ficou encerrado o terrível epílogo, onde pereceram trezentas crianças”.

Desaparece, daqui por diante, qualquer menção documental sôbre o falso Ibapiri, o agitador do Campo do Meio e da região do Taquari.

Presumivelmente, devia, também, ter acabado a morte, no combate de Jequi-Mini, como aconteceu com alguns feiticeiros e, assim, o seu “reinado”, que foi ruidoso, teve duração efémera, como tormenta de verão.

Êsse foi o melancólico epílogo da Confederação dos ibiangularas ou carijós, singularmente abortada, graças à máscula decisão dos índios tapes.

“Todo êsse movimento trágico de extermínio comenta Sanmartin não era mais que o prelúdio dos embates decisivos que, em breve, se iriam ferir com os bandeirantes que se aproximavam”.

O ataque, dessa vez, seria desfechado por uma aliança de carijós, tupis e bandeirantes.

O FLAGELO DA PESTE

No ano de 1635, assolou as populações indígenas do Rio Grande do Sul, terrível epidemia, estendendo-se qual manto de dor e de morte.

Ao que tudo indica, proveio ela do contato com a população branca, através dos carijós ou ibiaçaguaras, não só no vale do Jacuí, como também em Laguna, lugares de concentração da indiada escrava.

O índio não apresentava resistência a certas moléstias, a que o elemento branco já estava imune. Assim, uma enfermidade de caráter benigno, sem maiores consequências para o organismo europeu, adquiria proporções calamitosas entre os nossos aborígenes.

Segundo Gonzaga Jaeger, Santa Teresa foi vítima do terrível flagelo, como as demais Reduções do Tape e na mesma Ibia. Êsse autor, depois de passar por alto a citação de Santa Teresa, em “Terra Farroupilha”, transcreve, no capítulo “A ocupação do Caapi e do Caaçapaguacu”, o relato do Padre Jerônimo Porcel sobre dita epidemia.

“Os ares do mar (sic) causaram uma epidemia tão atroz diz o padre que podia alguém duvidar se tinha causas naturais ou se era produzida pelo mesmo demônio. Começava com uma intolerável dor de cabeça. Depois, torciam-se os olhos e perturbava-se a razão. Logo, estendendo-se o mal para o pescoço, tirava aos dentes a possibilidade de comer e falar. Depois, rebentavam úlceras tão feias na garganta que viciavam de tal forma a respiração que nem o próprio doente podia aturar. Em seguida, cobria-se o corpo com uma erupção semelhante à lepra, formando-se nas entranhas gusanos peludos de asqueroso aspecto, que causavam agudíssimas dores aos doentes. Finalmente, inchava-se horrivelmente a cara, rebentando em chagas, semelhantes a escrófulas”.

E prossegue:

“Esta peste contagiou, em menos de oito dias, tôda a povoação, grandes e pequenos, homens e mulheres. Ficamos de pé só eu e um môço, de modo que nem os filhos podiam assistir aos pais, nem as esposas aos maridos. Para onde quer que me volvesse, eu não via mais que chagas denegridas, apostemas destilando pus e vermes; e em tôda a parte se me apresentava a imagem da morte. E para cuidar de quatro mil doentes, ficava só eu, com aquêlo jovem”.

Tôda a terapêutica, naquele tempo, limitava-se, a bem dizer, à sangria dos doentes. Eis como narra o fato o Padre Porcel:

“Aconselharam-me algumas pessoas que seria bom sangrar os enfermos; e não havendo outro cirurgião, eu, em pessoa, comecei a exercitar êsse mister desconhecido, abrindo veias dia e noite. Ao mesmo tempo, tinha de preparar comida, buscar água e lenha, sem poder cuidar de mim mesmo. Admirei-me sobremaneira da eficácia da divina graça, que conservou meu pobre corpo, ficando eu às vêzes quatro noites a fio sem dormir, e alimentando-me exclusivamente com pirão de farinha de mandioca, cozido em água ocupado sem cessar com o cuidado dos corpos e das almas”.

O Padre Porcel ainda enterrava os mortos, de oito a dez por dia, num total de 852 pessoas...

O jesuíta português Inácio de Sequeira, que aportou a Laguna em 1635, chamava a essa doença “sarampão”, e conta assim os seus tremendos efeitos, não sem exprobar a crueldade dos caçadores de escravos, consoante se vê no já mencionado capítulo “Derradeiras Missões aos Patos” da obra de Serafim Leite:

“... em um só lugar das praias por onde caminhamos, se tinha alojado um português, que descera do sertão com muita gente; e chegando à praia, só em um lugar, lhe morreram quase duzentas almas, às quais achamos com os corpos inteiros, muitos dêles deitados em suas rêdes, mirrados dos grandes ventos frios, que os não deixaram apodrecer; ali estavam as crianças mortas aos peitos das mães, e outras em circunstâncias que causavam um lastimoso espetáculo para os olhos cristãos; e êste desalmado cristão, vendo êstes mortos, voltou outra vez ao sertão a buscar outros...”

Diz êle que, quando chegaram a Laguna e indo à aldeia dos carijós, “onde cuidávamos (que) tínhamos a gente para carregar o navio, e na verdade estava, mas a peste do sarampão. Achamos só as sepulturas de muitos gentios, e poucos dêles vivos, e os mortos sem receberem água de batismo, estando aguardando por nós, cada hora, para os fazermos cristãos coisa que nos arrancou os corações do peito, vendo que não pudéramos chegar a tempo para os batizar, e, por nosso meio, mediante a divina graça, irem gozar o seu Criador.... De feição que não achamos

vivas mais que até cem pessoas, às quais logo catequizamos e batizamos...”

E prossegue “Aqui achamos ao nosso embaixador, filho do Anjo, o ‘Terreiro Espantoso’, espantosamente varrido de tôda a gente que seu pai lhe dera e (que) o sarampão lhe matara..., contudo, êle e sua mulher e dois filhinhos” (se salvaram) ... O sarampão lhe começou a matar a gente, da qual lhe não ficou mais que êle, sua mulher e filhos”.

Em Passo Fundo e mais regiões do Tape, os padres tudo fizeram por assistir aos enfermos.

Um dos missionários mais abnegados de que temos notícia, foi o Padre Cristóvão de Arenas, o mesmo que introduziu o gado em Santa Teresa, assinalando-se como primeiro tropeiro passofundense.

Sôbre os trabalhos dêsse apóstolo, eis o que nos conta Aurélio Pôrto, obra citada, página 222:

“Por ocasião da peste que dizimou as populações do Tape, atendeu incansavelmente a todos os doentes, curando-os e procurando-os nos mais distantes recantos da terra, por serranias, matos e rios, que transpunha a pé, com as maiores fadigas e sofrimentos”.

Almas heroicas e abnegadas êsses jesuítas, neste só capítulo, enobreceram a espécie humana e tornaram-se dignos da gratidão, respeito e admiração perene da posteridade.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, a página 83, escreve sôbre os efeitos da peste em Santa Teresa:

“A epidemia de que foi vítima arrebatou-lhe 900 criaturas”.

E isso quando a Redução contava ainda pouco mais de “mil famílias, com 1.600 almas cristianizadas”.

Acrescenta à página 94:

“Ao Padre Romero sucedeu o Padre Ruiz de Montoya, que administrou as Missões na qualidade de Superior regional. Os preparativos de natural defesa, a arregimentação dos guaranis, o alarme de guerra, foi abatido pelo flagelo da peste: surgiu a bexiga, o sarampo *pustularam rebentium morbum* em caráter epidêmico. Os enfermos multiplicavam-se assustadoramente) enquanto que os missionários, para os socorrerem, eram insuficientes, em número reduzido. Era isso uma verdadeira conspiração do destino. Antes do choque mameluco, antecipava-se a ceifa

da fatalidade, razia, a destruir o contingente humano, a obra espiritual dos missionários, conquistada com tantos sacrifícios e sofrimentos”.

QUARTA PARTE

ATAQUES BANDEIRANTES

JESUÍTAS E BANDEIRANTES NO SÉCULO XVII

Chegamos, finalmente, ao capítulo das bandeiras. Precisamos relatar, agora, os acontecimentos em que o jesuíta, embora ativo, mas caindo em segundo plano, deixa a iniciativa aos homens de Piratininga.

Rocha Pombo, em sua “História do Brasil”, VI volume, página 6 (edição Benjamim de Aguiar, Rio), pondera, justificando a personalidade dos bandeirantes:

“Na história nunca é demais repeti-lo temos que ver, antes de tudo, os feitos capitais, os grandes lances que interessam à civilização do mundo, ou das nações, sem muito inquirir dos impulsos que agitam os atores, sem a preocupação de controverter os processos, mediante os quais triunfaram, e que é preciso supor sempre os únicos possíveis, consentâneos com a índole do homem, no seu tempo e com a natureza da obra a realizar”.

Tivessem feito obra de pirataria ou não, os resultados de sua ação ou de seu triunfo é o que vale para a civilização e para a história.

Aliás, é Carlyle quem diz admirativamente:

“Que indomável e rude era a energia dos antigos reis do mar, a dos piratas! Silenciosos, de lábios apertados, imagino-os inconscientes de sua bravura, desafiando o encrespado oceano com os seus monstros, desafiando todos os homens e tôdas as coisas...Não houve Homero que os cantasse, mas as façanhas de Agamenon foram de muito menor audácia, de muito menor benefício para o mundo, do que a daqueles... Do que Harolf da Normandia, por exemplo! Harolf ou Rollo, duque da Normandia, o feroz rei dos piratas...”

Não são assim retratados, tal qual, os audazes bandeirantes, que afastaram para longe as fronteiras de Tordesilhas?

É Afonso Celso que nos dá uma página admirável, cantando os seus feitos. Diz êle:

“Há poesia e grandeza imensas, indomável energia, tenacidade incomparável, nesses bandos de aventureiros que, sem itinerário, sem

bússola, guiando-se pelo curso dos rios, pelas altas montanhas ou à lei do acaso... transpondo cachoeiras, pauis, abismos, florestas ínvias, sítios quase inacessíveis, arrostando feras, répteis, selvagens antropófagos, astutos e vingativos, debelando perigos mil vêzes mais formidáveis que os do oceano desconhecido, através de febres, naufrágios, desastres, ferimentos, guerras, sacrifícios constantes lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso! Não os detêm ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, sêcas, frios... E, sem desanimar ante inúmeras catástrofes, percorrem o interior do Brasil, durante um século inteiro, descortinando regiões enormes, realizam excursões, difíceis ainda hoje, com todos os recursos da civilização; fazem ver a face dos brancos onde ela jamais aparecera e onde nunca mais apareceu ...”

Os bandeirantes foram bem isso...Protagonistas de uma epopéia imortal. Verdadeiros heróis da raça, guindam-se às alturas dos semi-deuses da lenda antiga.

Mas, não foram os únicos. Aqui, no Rio Grande, erguiam-se também vultos de estatura colossal: os jesuítas.

Menos felizes que os bandeirantes, não encontraram quem cantasse os seus feitos, quem se atrevesse a exalá-los não sabemos por que preconceito oculto, sectarista ou racista, cuja origem e semente trouxemos da velha Europa, carcomida e viciada, onde fermentavam intrigas, estalavam ódios, esvurmavam mazelas e cujos rebentos ainda hoje afloram, como erva daninha, nesta jovem América.

As vozes laudatórias, que se erguem aqui e ali, são dadas, veladamente, por suspeitas.

Suspeito é Hemetério José Veloso da Silveira, quando defende, talvez com demasiado ardor, a memória ultrajada dêsses preclaros civilizadores do Rio Grande... Suspeito foi Carlos Teschauer, foi Gonzaga Jaeger: pois não eram jesuítas? Suspeito foi, igualmente, Aurélio Pôrto, o enciclopédico historiador gaúcho, embora tivesse, juntamente, entoado cânticos aos bandeirantes.

O jesuíta, séculos já passados, continua sendo denegrido ...

É o que não acontece, felizmente, com o bandeirante, inclusive cantado numa recente epopéia, os “Brasileidas”, de Carlos Alberto Nunes (Edições Melhoramentos, São Paulo, 1962).

E já que citamos essa obra, é interessante dar uma passagem dela, parte de um discurso do herói Raposo Tavares, à página 63, onde êle, falando, surge-nos como um semi-deus civilizador, semeando povoações, ou lhes abrindo caminho, nos Itatins e nos pampas rio-grandenses. Diz o herói:

“Já nos pampas, no agreste de Itatins e no planalto demarcamos a rota com fazendas de gado inumeráveis, atroando nos sertões as boiadas mugidoras”.

Difícil é reconhecer, nesta imagem sublimada, o arrasador do Guairá e do Tape rio-grandense. Referindo-se a essa aventura, diz Souza Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, página 49:

“Em junho de 1637, Raposo Tavares já estava em São Paulo, com enorme botim e grande número de aborígenes, apresados durante sua aterradora incursão”.

Herói, sim...Mas atarrador, apocalíptico!

O jesuíta, igualmente, foi herói, porém civil e magnânimo.

Sofreu as mesmas privações do bandeirante, devassando o desconhecido, as serras, as florestas virgens, os desertos desoladores...Vadeou rios caudalosos, transpôs charcos, sofreu as soalheiras, as chuvas, os frios, os granizos, as geadas, as fomes, as febres...Enfrentou igualmente os animais ferozes, os índios astutos, selvagens, e traiçoeiros... Com ânimo varonil, recobrava-se de desastres formidáveis, entre êles o de Guairá, plano e obra dos bandeirantes...E das cinzas dos Itatins fêz ressurgir, impávido, as gloriosas Reduções rio-grandenses...Contudo, não matava, não devastava, não aterrorizava...O jesuíta não infundia temor, mas afeição...

Por amor aos índios, impunha-se sacrifícios inauditos. Referindo-se ao Padre Cristóvão de Mendonça, diz Aurélio Pôrto, “História das Missões”, página 11: “... só, embrenha-se pelos sertões, tem contato com as mais ferozes tribos da mata e do campo, domina-as pela sua coragem e pelas suas virtudes, fontes inexauríveis de um poder formidável, e funda Reduções e incute no espírito quase inacessível dos índios, essa luz maravilhosa que revestia o seu coração de fé, de ternura e de piedade humana”.

Êsse mesmo jesuíta, por amor aos índios do Caagua, ameaçados, quiçá, pelos bandeirantes, enfrenta a Ibia sublevada e vai confrontar aquelas almas ...“Corre então diz Aurélio Pôrto valente, destemeroso...Ê nessa ocasião, de volta do Caagua, onde consegue impor-se àquelas selvagens simples e primitivos que, junto ao arroio de Ibia, é martirizado e morto pelos ibiangularas...”

Já descrevemos sua morte.

Pois não é que, no furor do ataque, sendo visado exclusivamente pelos selvagens, não fugiu, esqueceu-se de si mesmo; e vendo um moribundo, pedia aos catecúmenos: “Água, tragam-me água para batizá-lo!”

A perda daquela alma doía-lhe lancinantemente, afligia-o muito mais que o sacrifício de sua própria vida. E, sublime de fé, soldado autêntico do dever, deixou-se matar, caindo malferido, exangue, ao lado do moribundo...

Que heroísmo pode igualar a êste?

E não é o único...Mártires e heróis, no jesuitismo rio-grandense, foram ainda Roque Gonzáles, Afonso Rodrigues e João de Castilho, no Caaró e Pirapó, vítimas do mesmo zêlo pelas almas.

Não podiam inspirar terror homens que davam a vida, que se desfaziam, no afã de socorrer e consolar.

Ao jesuíta, chamava o índio Abaré, o que significa homem diferente... Carlos Dante de Moraes, no seu estudo “Tapes e Guaranis sob o Regime Jesuítico” (Província de São Pedro, n.º 7, página 63’, conta-nos como é que os índios viam o missionário:

“Criatura diferente, homem distinto, o jesuíta tornou-se a energia, o amparo, a fortaleza, o consolo, o entusiasmo e a alegria dos índios catequizados. O padre os alimentava e vestia, curava-lhes os males do corpo, protegia a sua vida e velava por suas terras. Êsse homem de roupeta negra, que levava à guisa de cajados uma cruz, nada pedia para si, sem um instante de repouso, a seus caros neófitos. E da sua bôca saíam falas maravilhosas a respeito da outra vida, narrações que estarreciam...”

Voltemos aos bandeirantes.

O que não se deve fazer concordamos é denegri-los... Dizer apenas

que foram pura e simplesmente, maus e piratas...Seria uma visão estreita e acanhada, que não se adapta à colossal estatura dos homens de Piratininga. Cumpre-nos, entretanto, limitá-los e honestamente.

Homens fortes, por certo; valorosos na resignação, na luta e no sofrimento. Ninguém o nega. Tinham a fibra de heróis autênticos, no modelo de Carlyle: uma vontade firme, um pouco rude, mas tanto mais enrijecida quanto maior o sacrifício ou quanto mais ferida pelas provocações inenarráveis.

Afora a rudeza, assim também valorosos foram os jesuítas. Com a diferença de que êstes lutavam por uma causa humana, retos e corretos para consigo e para com o próximo. Os bandeirantes, nesse aspecto, foram uns pobres diabos atormentados:

“Tôdas as manhã, antes de levantar o acampamento...em contrição, (o bandeirante) ouvia a missa diz Rocha Pombo, *ibidem*, página 28. Tão estranho é isto esta associação do culto religioso à faina heroica, acrescenta o autor que nos sugere a suspeita, a certeza mesmo, ao enfrentar com tais expedições, de que aquêles homens têm uma idéia muito nítida da sua função, e que procuram conciliá-la com a misericórdia divina”.

Suponhamos, agora, êsse absurdo: que o jesuíta tivesse sido um visionário, que tudo fazia em nome de um Deus que não se vê, e que, se alguma vez existiu, nunca, ao que se saiba, interferiu, concretamente, na ação dos homens. Partiria, assim, o jesuíta de um falso pressuposto e, por esta forma, tão inocente quanto cego, arrastava aquelas almas selvagens, na busca de miragens enganadoras ou inatingíveis.

Imaginemos isso. E, todavia, somos forçados a reconhecer que, ainda assim, era sincero nos seus propósitos. Esta sinceridade vem confirmada no martirologio de vários dêles. Sinceridade que, para Carlyle, é indispensável a todo o herói.

E isto basta para exaltá-lo. A sinceridade, efetivamente, foi sempre a pedra de toque para um julgamento, digamos, intrínseco ou subjetivo, nas ações humanas. Assim como o resultado dessas ações é o que podemos chamar “efeito objetivo” ou extrínseco... Dêem-lhe o adjetivo que quiserem... Eis pois o que vemos: intrinsecamente, a obra jesuítica foi sincera; e extrinsecamente, civilizadora, altamente social e humana.

Se grande foi a obra do bandeirante, imensa, mais sublime foi a do jesuíta.

Sôbre os jesuítas, de um modo geral, pairam, entretanto, acusações graves: “enquadravam-se dentro do regime político da Monarquia Espanhola”.

Aliás, a frase é de Serafim Leite, um jesuíta, invocada por douta Comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao negar a Sepé a glória de “Primeiro Caudilho Rio-grandense”. Veja-se a obra com êste título, à página 154, de autoria de Mansueto Bernardi, Editora Globo, Pôrto Alegre.

Levanta-se, pois, contra os jesuítas, uma formidável barreira: eram espanhóis e não portugueses...Eram vassalos de Sua Majestade Católica...

Mas, nem essa acusação vale para os jesuítas do século XVII, aquêles que enfrentaram aqui os bandeirantes.

Ou será que haja ainda alguém, cá nestas bandas, que ignore ter sido o Brasil, de 1581 a 1641 inclusive a época que historiamos tão espanhol como o Prata, o Peru e o México?

Êsses missionários eram tão nossos como os portugueses ... O mesmo Portugal, de 1580 a 1640, não passava de uma comarca espanhola... Tudo e todos, uma só e mesma coisa...Dizia-se então que a língua portuguesa como se diz ainda em nossos dias não passava de um dialeto castelhano...Na verdade, compreendemos o espanhol, ainda hoje, mais facilmente, talvez, que um florentino ao napolitano, embora sejam êstes da mesma pátria, falando a mesma língua de Dante.

Ê lícito perguntar agora: de que nacionalidade era Anchieta, o tau-maturgo do Brasil, venerável fundador de São Paulo? Não era êle natural de Tenerife, das espanholíssimas Canárias, filho de pai biscainho e mãe guache?

A que frivolidades se apegam os denegridores da obra jesuítica!

Pois bem: Ximenes, Mendonça, Gonzáles e seus companheiros são nossos...Pertencem-nos a nós, rio-grandenses, tanto quanto Anchieta aos paulistanos...Nem mais nem menos...

São parte do nosso património histórico, aliás, rico e sugestivo, as-

sim como o taumaturgo de Iperoig é uma página, um capítulo glorioso da historiografia paulista.

Nada de restrições e de reticências. Ou será que os rio-grandenses não de sempre privar-se dessa glória? Não teremos o mesmo direito que cabe aos outros?

De nada vale encobrir a verdade. Mais dia, menos dia, ela ressurgirá, ofuscando-nos com sua luz resplandecente.

O que visavam os bandeirantes, ao penetrarem no Rio Grande do Sul, di-lo Aurélio Pôrto, obra citada, página 120:

“O ciclo da caça ao índio, que dá origem à eclosão do bandeirismo, surge com as exigências económicas que logo se deparam aos povoadores de São Vicente. Precisavam de braços para as suas incipientes lavouras, de escravos para organizar os seus contingentes de ‘homens de arco’, afeitos à guerra; e daí, êsse movimento inicial que realizou a expansão por terras dilatadas”.

Luís de Queirós de Matoso Maia, em sua “História do Brasil”, 2.^a edição, 1886, Garnier, Rio, expende à página 206:

“Até meados do século XVII, os paulistas lucravam mais com as expedições para escravizar índios e contra as Reduções dos jesuítas do Paraguai e Uruguai (rios), do que nas suas tentativas de encontrar ouro”.

Êsse, pois, o seu objetivo único: o lucro, sem qualquer sentimento de pátria ou de humanidade.

A justificação do bandeirante, dada pelo respeitável Rocha Pombo, e que lemos no início dêste capítulo, tem tôda a procedência, mas até certo limite.

E isto porque a história não pode ser fâmula e serva, inconsciente do seu papel. Não pode ser mera caudatária, defensora blandiciosa, incondicional e servil dos triunfadores, justificadora dos fortes, ou da obra feita e consumada. Não tem o direito de agradar os fortes, quando são maus e inconsequentes. O contrário disso, seria o mesmo que condenar as conquistas da civilização e do cristianismo, de que tanto nos gloriamos. Uma história com aquelas atribuições, como nos pareceria abjeta!

Cabe, pois, ponderar aqui, no caso específico dos pampas, com um esclarecimento, quanto à tese de Rocha Pombo: se noutras partes contribuíram os bandeirantes, nos “grandes lances que interessam à civiliza-

ção do mundo” como êle diz temos que reconhecer, com tristeza, aliás, que aqui, em nosso Rio Grande, nada mais fizeram do que, a exemplo do Guairá, destruir a civilização nascente e promissora do mesmo mundo local.

Serafim Leite, na “História da Companhia de Jesus no Brasil”, volume VI, página 528, diz bem quando analisa a ação dos mandatários portugueses, naquela época, no que respeita ao torrão gaúcho:

“O que realmente lhes interessava não era a terra, para nela ficar, mas o sangue que dali levavam para fora dela”.

Não queremos, absolutamente, desdourar os feitos do bandeirismo, o que seria, aliás, tarefa inútil, nada construtiva, senão ingloria. O que pretendemos, isto sim no caso específico rio-grandense é dar-lhe a devida proporção e medida.

Pobres rincões pampeanos. Pertencessem êles, então, a esta ou àquela donataria, fôssem dêste ou daquele Capitão-General o caso é que, até quase fins do século XVII, nenhuma das jurisdições administrativas, nenhum de tais figurões nos olhou com benevolência...O que lhes interessou, efetivamente, não foi a conquista da terra, como observa Serafim Leite, mas o viveiro de escravos que aí pululava...Essa foi a civilização que nos deram...

E não que lhes faltassem meios para isso...Não, absolutamente. O próprio bandeirismo, que dilatou as fronteiras, noutras partes do Brasil, e que alcançou o vale do Jacuí, ao sul, é um veemente desmentido. Talvez porque não houvesse ouro, nos pampas, como nas Minas Gerais ou como em Cuiabá...O fato é que o nosso Rio Grande, naquele tempo, só lhes serviu pelos escravos que fornecia...

Walter Spalding, dedicado pesquisador do passado, depois de ressaltar, com justiça, a grandeza do bandeirismo noutras partes do Brasil, onde fundou vilas e cidades, assim se manifesta sobre as bandeiras que penetraram em nosso Estado:

“As que estiveram no Rio Grande do Sul pertenceram ao grupo das exclusivamente preadoras, pois as próprias lutas que alguns mantiveram com as Reduções, resultaram, apenas, em destruição e apresamento, pois não se estabeleceram após a vitória. Por isso, nenhuma utilidade prática trouxeram, para o Rio Grande do Sul, as incursões bandeirantes

do Seiscentos. Nenhuma das que estêve na Capitania del Rei legou novos conhecimentos a seu respeito, e nenhuma delas teve a intenção de conquistá-la para a Coroa de Portugal, e menos ainda povoá-la” (“Génese do Brasil-Sul”, 20).

Com isso, aliás, concorda o próprio Alfredo Ellis Júnior, que diz textualmente:

“A invasão de terras castelhanas, a conquista de Guairá, a expansão geográfica paulista, não teve lugar guiada por fins políticos, mas unicamente económicos. Os paulistas não tiveram como objetivo aumentar as terras portuguesas. Unicamente eles tinham em mente o apresamento do gentio. Eles só pensavam em buscar remédio para suas necessidades económicas. É também o que diz Calógeras, na “Política Exterior do Império, I” (“Meio Século de Bandeirismo”, 196).

Isso nos faz perceber que os bandeirantes aqui vinham e pisavam nossas coxilhas como estrangeiros dominadores, possuídos de ânimo avaro, cruel e tirânico.

Mas, Alfredo Ellis Júnior, *ibidem*, 195, parece também responder a isso, dizendo:

“Os escritos jesuíticos não podem ser tidos senão como depoimentos de testemunhas informantes, porque eles são naturalmente apaixonados, como provindo de partícipes, que tomaram parte íntima na luta, e não como julgado de juízes”. E acrescenta: “Os paulistas não eram tão malvados e cruéis como os autores históricos, baseados nos escritos jesuíticos, querem os pintar. Eles teriam interesse em poupar a mercadoria humana, que eram os apresamentos de índios, que realizavam, de modo que não podiam destruí-la, como mostram os escritos dos jesuítas”.

Efetivamente, não podemos denegrir os bandeirantes, mesmo quando lhes apontamos os defeitos.

Contrariamente ao que pensavam Serafim Leite, Walter Spalding e nós mesmos, inclusive o próprio Alfredo Ellis poderemos afirmar hoje que os bandeirantes tiveram fixação permanente no Rio Grande, erigindo estabelecimentos e fundando um povoado, ou povoados, muito embora seu fito continuasse o da preia de índios.

Prova disso é o Povoado dos Pinhais, de André Fernandes, junto à

destruída missão de Santa Teresa, em Passo Fundo, em que os paulistas se estabeleceram, sob a direção espiritual do Padre Francisco Fernandes de Oliveira, por mais de três decênios povoado que serviu de base de operações a tôdas as bandeiras que depois demandaram nossas coxilhas.

O que êles realizaram, também aqui, em nosso Estado, foi uma conquista, na plenitude do termo. E só daqui se afastaram quando, pela escassez do índio e pelo férreo cêrco das hostes jesuíticas, tornaras-lhes impossível ampliar o cultivo de qualquer outra indústria, como a da lavoura, e entabular comércio regular com São Paulo, em razão da grande distância.

Isso redime e grandemente o bandeirismo no Rio Grande do Sul. Fizeram os paulistas, efetivamente, recuar o meridiano de Tordesilhas, em terras rio-grandenses, merecendo, pois, o título de “conquistadores” que lhes dá Alfredo Ellis com tanta ênfase.

Embora não intentassem outra coisa, senão o próprio lucro, os bandeirantes, no seu heroísmo arrasador e trágico, ampliaram os horizontes da Pátria, ganhando, por ação indireta e até remota, esta porção de terras para o Brasil, dando motivação aos argumentos do Barão do Rio Branco, em sua célebre “Exposição”, perante o arbítrio do Presidente Cleveland.

Assim, pois, o saldo bandeirante foi positivo.

O jesuíta, em sua missão evangelizadora, de extraordinários resultados civilizadores; e o bandeirante conquistador e prepotente realizaram obra imperecível.

Foram ambos, em nossas coxilhas, uma fatalidade histórica. E deles herdamos frutos magníficos, enchendo os anais de exemplos de abnegação e heroísmo, arraigadas tradições que ganharam o nosso povo, tornando-se um fator de coesão e patriotismo.

O DOMÍNIO ESPANHOL E A EXPANSÃO BRASILEIRA

O Brasil dilatou suas fronteiras, nos séculos 16 e 17, graças à iniciativa bandeirante.

Mas o bandeirante, sozinho, nada teria feito. Quem lhe proporcionou a oportunidade e o incentivo e, por assim dizer, as condições precípuas foi, por incrível que pareça, o próprio Governo de Espanha.

O bandeirante não só se movimentou, com pleno direito, pelas extensões de além-Tordesilhas, como também teve o beneplácito ou, pelo menos, omissão, da monarquia espanhola, dominadora, então, de todo o território latino-americano, graças à união das duas Coroas a de Portugal e a de Espanha efetuada sob a égide de Felipe II.

Referindo-se a essa concentração governamental, em detrimento da monarquia portuguesa, diz Renato de Mendonça, em seu livro laureado, "Fronteira em Marcha", capítulo II, páginas 21 e seguintes:

"Mais uma vez, no entanto, o Brasil se beneficiava das desvantagens eventuais sofridas pela sede da monarquia lusitana. Realmente, o domínio espanhol permitiu à América Portuguesa uma expansão territorial, um alargamento das suas fronteiras e a consolidação das novas aquisições até por decretos oficiais de Espanha que não teria sido possível, sem a junção das duas Coroas ibéricas, antes separadas".

Menciona, como única desvantagem, a atração, para nós, da animosidade de ingleses, franceses e holandeses, em conflito com a Espanha o que, aliás, na opinião de Rocha Pombo, sedimentou o sentimento nacional; escreve o autor (à página 25):

"Uma das melhores resultantes da união dos reinos ibéricos foi o levantamento da proibição do comércio entre o Brasil e as colônias espanholas. A Côrte de Madrid aboliu essa interdição, e ativas relações comerciais se desenvolveram. Ressuscitou a velha estrada de caravanas para o Paraguai e, por aí, o tráfego se estendeu até aos famosos distritos de prata do Peru...Mas o norte também se beneficiaria, embora de outra forma. Além da colonização iniciada no nordeste, as regiões do Amazonas se tornariam mais conhecidas, e vários territórios foram definitivamente acrescentados".

Diz a seguir:

"Felipe IV, desinteressado das disputas fronteiriças, entre portugueses e espanhóis na América do Sul, já que esta fazia um só domínio para êle, soberano dos dois reinos, resolveu anexar de vez ao Brasil, pelas Cartas Patentes de 14 de junho de 1637, a parte das terras do Cabo

Norte. Dessa maneira nasceu a Capitania do Cabo Norte nome então dado à Guiana situado entre o rio Oiapoc e a margem esquerda do Amazonas”.

Lembramos aqui que, poucos meses depois, os bandeirantes tomavam, aqui no Rio Grande do Sul, a Redução de Santa Teresa, em Passo Fundo, fixando suas bases de operações contra os domínios jesuíticos.

Renato de Mendonça prossegue:

“O mesmo monarca deu ordens sucessivas para a exploração do Amazonas. E foi cumprindo instruções de Madrid que Pedro Teixeira fêz a sua famosa viagem até Iquitos, no Peru, tomando posse em 1639, da margem esquerda do rio Napo, que ficou como a fronteira ocidental dos territórios lusos da Amazônia. O domínio espanhol acrescenta o autor oferece, em conjunto, um balanço favorável ao desenvolvimento do Brasil”.

Afonso Guerreiro Lima, autor insuspeito, em suas “Noções de História do Brasil”, página 47, cita Rocha Pombo, sôbre o mesmo assunto, e que diz: “Quanto ao Brasil, particularmente, é incontestável que a aneção trouxe vantagens que seria injusto desconhecer:

I - Continuou sob a guarda ou pelo menos a responsabilidade de uma grande potência;

II - Teve sempre portugueses como governadores;

III - Constituiu-se o refúgio do sentimento nacional durante aquêles sessenta anos, em que a soberania da Espanha, lá na Península, andava melindrando em tôdas as almas e consciência da velha pátria, cada vez mais inolvidável nos seus infortúnios. E isto é que convém não esquecer do nosso ponto-de-vista: se a submissão àquele desígnio do destino era, para Portugal, o único expediente, por mais doloroso que fôsse na conjuntura em que se viu para o Brasil foi incontestavelmente de um enorme alcance.

“Primeiro, aumentou aqui a imigração lá do Reino. O português, no Brasil, sentia-se mais na sua pátria do que lá. Sentia-se que isto aqui era também terra portuguesa e que, por mais longe da majestade tutelar, aqui passavam mais desafogadas as almas, em que não tinha morrido a esperança da ressurreição”.

Êsse, aliás, foi o fator intrínseco. A expansão que a própria Espanha tolerava e até autorizava, constituía um desabafo nacionalista.

A tolerância espanhola, todavia, não se estendeu apenas ao Brasil e aos brasileiros. Foram nela incluídos igualmente os portugueses. Sugestiva é a seguinte passagem que Renato de Mendonça, na obra já citada, nos conta com tanta simplicidade: “Conta-se de Felipe II que, recebendo um português ilustre, observou a dificuldade do seu interlocutor em falar um mal castelhano. Disse então o monarca: “Fale em português, que é a minha língua materna”.

O autor estranha, com justiça, a falta de interêsse, de parte dos escritores brasileiros, no tocante a um estudo mais substancial, mais profundo, quanto ao período da dominação espanhola, contrastando com a larga bagagem literária que temos sôbre o domínio holandês num pedaço do Brasil. Diz êle que “são diversos os motivos apontados para essa escassa influência do domínio espanhol no Brasil”, e pondera:

“Falta, aliás, sôbre o período espanhol um estudo sério e profundo, baseado na documentação inédita, em grande parte na própria Espanha. Chega a ser doloroso o contraste entre as monografias cada vez mais abundantes sôbre o domínio holandês e a escuridão e própria rareza dos fatos decorridos no Brasil espanhol”.

A luta contra os espanhóis, aqui no sul, durante a ousada aventura da Colônia do Sacramento, de iniciativa portuguesa, em 1680, foi, sem dúvida, uma das razões do nosso desamor pelo castelhano.

Por certo, sobram-nos razões para exaltar o nosso lusitanismo, feitor de glórias imortais. Todavia, cumpre-nos encarar os fatos com mais justiça, mormente quando foram notórios os benefícios que recebemos, com mãos generosas e amigas, de parte da monarquia castelhana, propiciadora de tantos dons, notadamente o da dilatação territorial brasileira, nos séculos 16 e 17.

E isso muito importa nos dias de hoje, em que nos cumpre, mais do que nunca, fortalecer os laços da amizade latino-americana, seguidamente posta à prova por influências desagregadoras, de âmbito internacional.

AS BANDEIRAS

“A princípio parece que se chamavam bandeiras pequenos grupos de assalto que se destacavam de um corpo de tropas ou de uma guarnição, com alguma incumbência arriscada e dependente mais da rapidez do ataque do que de combate leal” informa Rocha Pombo, “História do Brasil”, vol. VI, página 23, edição Benjamim de Aguilã, Rio.

“Agora a bandeira continua o autor é uma expedição que se distingue por um certo número de particularidades e condições que a tornam uma criação original do Brasil do Sul, e não tendo nada de semelhante, mesmo em outros países do continente, pois o próprio ‘pioneer’ da América do Norte não tivera a função do paulista...Os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos seus lares: o que frequentes vêzes sucede. As provisões que levam apenas bastam para o primeiro percurso da jornada: daí por diante, tudo é enigmático e desconhecido. Só uma raça inteiramente aclimada, afeita ao solo e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados. No íntimo das terras, marcham como se navegassem através dos mares, com a orientação da bússola e das noites consteladas; aqui e ali seguem o curso dos rios, ou os vadeiam. Recolhem por tôda a parte as lendas e as histórias dos índios que falam de outros países distantes e caminhos ainda não trilhados pela civilização”.

É ainda Rocha Pombo, nosso maior historiador, quem nos vai fornecer os dados precisos, corretos, para que nos inteiremos do assunto. Uma bandeira era alguma coisa importante, extraordinária para aqueles tempos remotos, e o seria ainda hoje se ressurgisse aos nossos olhos.

“Nessas bandeiras diz, à página 24 vemos figurar tôda a casta de gente, homens de tôdas as qualificações, índios de tôdas as tribos, mulheres, padres e crianças, e grande número de animais domésticos, cães, galinhas, carneiros, fora as bÊstas de carga. Ê uma cidade que viaja com os seus senhores e os seus governados. Nela não faltam as rixas e as diferenças; mas o alvo principal e a ambição comum os põem de acordo e harmonia. De caminho, as crueldades que praticam são inauditas; os sacrifícios que exigem são terribilíssimos. Os índios perdidos na floresta se lhes agregam, para não sucumbir ante a caudal que passa

e que tudo subverte. Como sempre sucede nessas congruências fictícias que a ambição diabólica reúne e argamassa, esta mesma as desune pela imaginação de crimes monstruosos, envenenamentos e pérfidos homicídios que, como prévio sacrifício, a sangrenta posse do tesouro antecipadamente reclama... Muitas dessas bandeiras orientam-se pelas santas cruzes, piedosos e soturnos símbolos dos naufrágios morais por êsses desertos caminhos”.

Sem dúvida, jornada empolgante no seu heroísmo trágico e fatalístico, em busca do desconhecido, na visão de grandiosas messes.

Um bandeirante transportava o que podia, e tinha tarefas diárias. Rocha Pombo, à página 25 e seguintes nos informa sobre esta particularidade interessante: “A bagagem de um bandeirante compunha-se de infinidade de artigos indispensáveis no sertão: ferramentais, provisões de gêneros que se não encontram facilmente durante a excursão, como sal, pólvora, chumbo de caça, pratos de estanho; rêdes de dormir, calçados, roupa de uso, etc., tudo isto além das armas necessárias. Conduzia tôdas essas coisas num ou dois bornais a tiracolo. Os mais abastados faziam-se acompanhar de pajens, incumbidos, não só de conduzir as provisões, como de arranjar o cômodo para o amo nos pousos, armando a barraca e a rêde, fazendo o fogo no acampamento, baldeando a água, etc. Também os pajens e os peões encarregavam-se de prover de caça o acampamento, quando havia necessidade de renovar as provisões de bôca. Em regra, essas provisões consistiam em paçoca, e mais canjica, e aguardente, congonha (erva-mate), limões e mais nada. O maior embaraço das longas jornadas provinha da dificuldade de obter gêneros de consumo em algumas paragens do sertão. Muitas expedições chegavam a ser torturadas pela fome. Quase sempre o expediente contra a carência de alimentos era o assalto a alguma tribo que tivesse cheios os seus jiraus. Com mais alegria do que se apanhassem escravos, quantas vezes iam os aventureiros pilhar a fartura de uma taba que o mísero silvícola abandonava ao ouvir o tropel da avalanche devastadora”.

Diz Alfredo Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano”, Brasiliãna, página 43:

“As bandeiras de caça ao índio eram corpos de cêrca de 3 a 4 mil índios, com 3 a 4 centenas de paulistas e portugueses. Divididos em com-

panhias, com seus Estados-Maiores, vanguarda, flaqueadores, etc., os paulistas formavam pequenos exércitos que percorriam as selvas, armados uns poucos de armas de fogo e a maioria de arcos e flechas”.

À página 44, informa:

“O cavalo era quase inexistente nas organizações bandeirantes. Quem percorre a documentação paulista, os inventários e testamentos, principalmente, tem a impressão de que não havia cavalaria nas organizações militares paulistas. Aliás, o terreno a ser percorrido pelas bandeiras, de natureza montanhosa, enrugado, pedregoso, coberto de vegetação arbórea, entrelaçada de cipoais, não permitia a passagem fácil senão ao infante. O peão seria pois o grande elemento das bandeiras”.

O mesmo autor, em sua obra “Meio Século de Bandeirismo”, Brasileira, página 195, observa:

“A marcha média dos sertanistas seria 12 a 15 quilômetros por dia, sendo que, excepcionalmente, êles andariam pouco mais que isso, mas a regra geral era isso, e muitas delas (bandeiras) caminhariam apenas 5, 6, 7 ou 8 quilômetros por dia”.

Rocha Pombo, *ibidem*, página 28, informa:

“Na véspera da partida, a expedição tôda ouvia missa solene, e despedia-se da gente da vila (Piratininga), como se fôsse para uma guerra de que nem todos terão a fortuna de voltar...O capelão, na bandeira, era uma figura obrigada: sem êle talvez não se pudessem organizar aquelas grandes companhias...Só a idéia de que lá, no fundo do sertão se pudesse morrer sem assistência e socorro espiritual seria bastante para arredar do cometimento, ainda o mais seguro, mesmo os mais fortes... Antes de sair para o sertão, o chefe da bandeira confessa-se e faz testamento, no qual declara sempre que `indo caminho de guerra e sendo mortal, e não sabendo o que Deus Nosso Senhor de mim fará´...por isso, põe sua Anda em dia. No sertão, em véspera de algum grande assalto, ou diante de algum perigo, confessa-se ainda e comunga; e supre o testamento, se o não tenha feito, por uma declaração da última vontade perante oficiais da bandeira. Ao preparar-se para a viagem, põe o bandeirante todos os seus negócios em ordem, assegura como é possível a situação da família, e prevê a tudo o mais que lhe interesse, pois não sabe que tempo gastará na jornada, nem mesmo se há de voltar salvo e são, ao seio dos seus”.

E acrescenta:

“Quando o alimento e as munições se esgotam, ou quando a terra lhes nega a caça ou os vegetais reparadores, não desanimam: acampam de nôvo, queimam a vegetação bravia, em longos tratos de terra, e fazem a roça, onde semeiam cereais. Êsse acampamento dura até a colheita, que é, sobretudo, de milho, por mais pronta e rápida; e nesse meio tempo, enquanto o milharal cresce, tôda a terra circunvizinha, num raio de muitas léguas, fica conhecida...

E à página 29:

“A grandes expedições que se fizeram de meados (ou pouco antes) do século XVII, até quase meados do seguinte, ficavam muitos meses e até longos anos no sertão. Em certas conjunturas, a bandeira estacionava em algumas paragens, para invemar, ou à espera de monção propícia, da cessação de enchentes, de temporais que impossibilitavam a marcha. Em muitos casos, também a carência de mantimentos obrigava a longas estações, durante as quais ocupava-se a gente em fazer lavouras e reunir provisões. Por fim, a contingência em que se viam, frequentemente, levou os bandeirantes a tomar precauções regulares contra os embaraços a que se viam expostos expedindo, antes do grosso da bandeira, guardas avançadas, que fôssem plantando roças pelo caminho: costume que se fixou na fase de mineração”.

Lucas A. Boiteux, num resumo didático da “História de Santa Catarina”, Edições Melhoramentos, dá-nos alguns esclarecimentos subsidiários, curiosos e que ampliam nossa compreensão:

“Chamavam-se bandeiras diz à página 76 e seguinte aos agrupamentos de homens temerários, audazes, ambiciosos, em número não inferior a quinhentos e chefiados por um cabeça cabo da tropa auxiliado por dois capitães, formados nos principais povoados, com o fito determinado de explorar ouro, fazer escravaria, guerrear o gentio, expandir a conquista. Muitas dessas bandeiras eram promovidas pelo Govêmo (entradas), guiando-se, então, o chefe delas por um regimento registrado na Câmara, onde ficavam também assinalados o nome do pessoal e os fins a que se destinavam. A época própria à penetração do sertão era, no geral, após a Páscoa ou à entrada da primavera, não se fixando tempo de permanência no interior. O cabo da tropa, guiado pelo regimento,

comandava a bandeira, distribuindo justiça e datas de mineração, decidindo a partilha dos índios escravizados e as apreensões; arrecadava e inventariava os bens dos falecidos, julgava os crimes, impondo, bastas vezes, até a pena de morte. Levava escrivão e oficiais de justiça para trabalhos forenses, e sacerdotes para o serviço religioso. Um estandarte era arvorado à testa da bandeira, acompanhado por um grupo de tambores. Vestiam os bandeirantes camisa, braga, gibão e um colete de couro cru, acolchoado, à guisa de couraça; calçavam meias de algodão e grossos sapatos acompanhados de perneiras. As armas que carregavam eram um arcabuz de pederneira, espada e polvarins; levavam chumbo em barra para moldar as balas, consoante as necessidades. Os escravos Índios eram armados de arco e flecha. O bandeirante não usava chapéu: apenas um lenço amarrado à cabeça. Alguns côvados de baeta serviam a um tempo de cobertor e capote. A marcha diária era de três léguas, feitas às primeiras horas da manhã, pois o resto do dia era empregado nas pesquisas, colheitas das provisões e preparo da comida. Os objetos indispensáveis eram transportados em cargueiros, quando a viagem era por terra... Dormiam em rêdes armadas entre as árvores. Costumavam levar longas correntes, munidas de gargalheiras, para prender os cativos. O cabo da tropa e as pessoas de consideração que costumavam acompanhá-lo, quando por terra, seguiam a cavalo”.

Escrevendo sobre o bandeirante, Olyntho Sanmartin, obra citada, páginas 181 e 182, diz:

“Ainda hoje se verifica o pouco que deixou à posteridade. A sua obra civilizadora é parca, diminuta, comprometedora. Sua ação brilha pelo extermínio apenas, passageiramente. Das penetrações feitas, arrancaram o que lhes era fácil e abandonaram o sertão. Os desertos de há três séculos palmilhados pelos sertanistas continuam, muitos deles, até hoje, povoados de tribos, regiões inóspitas, desconhecidas. Diante desse quadro bem poderia surgir a convicção, como traço geral, de que:

a - o bandeirante foi um empreiteiro miliciano (caudilhismo oligárquico);

b - o bandeirante movia-se sob a proteção e o estímulo dos poderes públicos (além-mar e governadores);

c - o bandeirante (chefe) era condutor e juiz (autocracia);

d – o bandeirante era uma força organizada, armada com elementos diferenciais (heterogénea);

e) – o bandeirante se locomovia cercado de todos os recursos morais, materiais, económicos, espirituais e afetivos (composição regular e familiar);

f) – o bandeirante nenhum contingente apreciável incorporou à civilização nacional, notadamente no ciclo de sangue.

Depois dêsse balanço, que o autor dá como negativo, diz:

“Efetivamente, a obra gigantesca do bandeirante, no período mediativo, entre o ciclo inicial e o ciclo final, foi exclusivamente destrutivo. Nada foi aproveitado e nada ficou para a posteridade. Apenas vestígios históricos. O património que nos legou foi uma encruzilhada. Parte foi aproveitada. É tudo o que se pode fixar numa síntese, estudando sua obra, seus feitos, suas tendências e finalidades”.

Por isso é que, nas Histórias do Brasil, século passado, nem se mencionava, quase, o bandeirante, que era uma página em branco. Sua epopéia só começou a ser desvendada pelas publicações dos velhos arquivos paulistas, por determinação de Washington Luís. Foi aí que se soube o que fizeram os bandeirantes, pois não deixaram rastros atrás de si, senão leves e quase imperceptíveis vestígios. E os mesmos arquivos publicados pouco esclarecem para a civilização. Foram os jesuítas que revelaram, claramente, a obra do bandeirantismo, salientando, porém, seus pontos marcadamente negativos.

PREPARATIVOS PARA A DEFESA DE JESUS-MARIA

É ainda Aurélio Pôrto quem melhor estuda a fase bandeirante no Rio Grande do Sul. Não vamos acompanhar suas argumentações sobre a matéria, embora sejam corretas até certa época, como indicaremos na oportunidade.

Diz êle na sua magnífica “História das Missões”, página 125:

“A primeira bandeira que assola o território rio-grandense, ainda sob o comando do grande Raposo Tavares, nêle penetra em fins de 1636”.

Referindo-se à situação bélica nas Reduções, informa à página 136:

“Não surpreendeu às Reduções da Serra o aparecimento da bandeira de Antônio Raposo Tavares que atingiu Jesus-Maria a 2 de dezembro de 1636. Havia muito que os jesuítas a esperavam, tendo, para enfrentar os mamelucos, preparado largamente meios de defesa. Foi dito, linhas atrás, que “em conselho com outros padres, Governador da Província (jesuítica) e Reitor do Colégio, em Buenos Aires, ficou acordado com o Provincial, Padre Diogo de Boroa, deviam as Reduções se opor à invasão com força armada. E, para isto, com o Padre Francisco Dias Tanho, veterano e missionário, são destacados para as Reduções do Tape dois antigos soldados das guerras sul-americanas, Irmãos Antônio Bemal (que havia sido soldado no Chile) e João de Cárdenas, profissionais da arte militar”.

Como vimos atrás, êstes dois irmãos haviam se dirigido a Jesus-Maria, enquanto o Superior Francisco Dias Tanho vinha a Santa Teresa (Passo Fundo), a fim de ser organizada a defesa que, inicialmente, serviu para anular o ataque do primeiro Ibapiri, morto no Povinho da Entrada.

Sobre a defesa em Jesus-Maria, escreve o conspícuo Aurélio Pôrto, página 138, do mesmo livro em que estamos nos louvando:

“De chegada a Jesus-Maria, onde era certo deveriam inicialmente tocar os bandeirantes, os Irmãos Bemal e Cárdenas, instrutores militares, procuraram organizar uma força com os índios guerreiros que ali encontraram. A Ânuia do Padre Boroa, de 13 de agosto de 1637, informa que os índios “assistiam, com grande entusiasmo aos exercícios militares, sob a direção do nosso Irmão Bemal. Cada dia acudiam em tropel ao campo para se exercitarem; ataques e contra-ataques, em ginástica, tiro e esgrima, obedientes à voz de comando e até a um simples sinal”.

Aqui interrompemos a citação de Pôrto para lembrar que idênticos exercícios deviam, então, estar praticando os índios de Guaraé, em Passo Fundo, sob a direção do Superior Dias Tanho (antes e depois da ofensiva de Ibapiri contra Santa Teresa).

Prosseguindo o relato, quanto aos índios de Jesus-Maria, diz Pôrto:

“Com êsses exercícios, em pouco tempo, estavam os índios maravilhosamente aptos para os misteres da guerra. Sabiam formar alas, mudar de frente, fazer assaltos em regra e rechaçar ataques. E (o que não diz o

Padre Boroa, mas que em outros documentos se encontra), o manejo das armas de fogo, podendo com elas atirar com perfeita pontaria.

Além do preparo dos índios para resistir à investida dos bandeirantes, resolveu o Irmão Bernal erguer fortes paliçadas em redor de Jesus-Maria. Eram estas defendidas por uma vaiada, com paredes de taipa”.

O Padre Francisco Dias Tanho, que tudo dirigia de Passo Fundo, através de correspondência assídua com as Reduções, foi, sem dúvida, a alma de todos os trabalhos. Não podia dispensar, naqueles graves momentos, os conselhos ou a assistência do venerável de Passo Fundo, o Padre Francisco Ximenes, conhecedor que êste era da Ibia, bem como da disposição de seus habitantes, não só quanto aos missionários, mas também quanto aos bandeirantes, além do que podia linda informar sôbre as possíveis rotas do inimigo, assim que entrasse na mesma Ibia.

De momento, estava afastado o perigo de um ataque a Santa Teresa, tendo-se em vista que ainda era recente o castigo sofrido pelos ibianguaras, nas margens do Jequi-Mini (Rio Pardinho), infligido pelos caciques tapes tudo indicando, pois, que a primeira investida seria contra Jesus-Maria, conhecendo-se a natureza dos mesmos ibianguaras (carijós ou ibiaçaguaras), e suas estreitas ligações com os bandeirantes.

O Padre Romero (o primeiro civilizado que pisou Passo Fundo) era quem, de Jesus-Maria, enviava informações ao Superintendente Geral das Operações, em Santa Teresa, em abril de 1636 sôbre quanto interessava.

Diz, pois, Aurélio Pôrto, obra citada, página 138 e seguinte:

“Com o enérgico Padre Dias Tanho, escolhido especialmente para superintender as Reduções, nesse difícil momento de provação, ali estava (em Jesus-Maria), com a sua ponderação e judicioso conselho o Padre Romero, que as fundara (refere-se o autor às Reduções do vale do Jacuí), e delas era o Superior. Em 3 de abril de 1636, informava êste que por `por agora não há prova (da existência) de portugueses, nem coisa que dê receio, e eu confio no Senhor’. Conhecendo a tática do inimigo, que mais tarde confirma perfeitamente a sua previsão, diz, em seguida: “Ê certo que antes que os portuguezes cheguem às nossas Reduções, terão muita gente que levar, porque a que estava por reduzir é mais do que a reduzida, e nem são tão pouco recatados que se atrevem a chegar às

nossas Reduções, não deixando as costas resguardadas e mais havendo-lhes dado na cabeça já três vêzes, por aquelas partes”.

O problema da alimentação foi também enfrentado, como era lógico. Prossegue Aurélio Pôrto:

“Convinha prover o abastecimento de possíveis reforços, no caso da invasão bandeirante. Lembrara o Provincial se reservasse para êste fim um corte de gado, em uma das Reduções menos acessíveis ao ataque do inimigo. Escolheu o Padre Romero a Redução de Natividade (entre o Jacuí e o Vacacaí-Mirim), e para ela fêz conduzir `uma tropa de gado escolhido’, 300 reses, `que somente estão à disposição do Superior para o dito fim, e esteja V. R. certo de que, se dentro de três ou quatro anos não chegam a elas, que haverá muito gado para acudir a qualquer necessidade”.

“Mas, não esperavam que os paulistas viessem tão cedo informa o autor e nem que fôsse tanta a gente de que se compunha a bandeira. É ainda o Padre Boroa que informa, em outra carta preciosa que os mamelucos: `saíram de sua vila de São Paulo no ano passado de 1636 e, caminhando sete meses, sujeitando nações com um exército de 150 portugueses com arcabuzes e 1.500 índios tupis bravios, além de outros muitos que se lhes agregaram pelo caminho, à fôrça ou por vontade, acercaram-se de nossas Reduções. Tiveram notícias dêles o Padre Antônio Ruiz (Montoya) e o Padre Pedro Romero, que chegou por novembro à Redução de Jesus-Maria, que está na fronteira, e, julgando que ainda estavam longe, que não eram tantos e nem eram de São Paulo não supôs chegariam até as nossas Reduções”.

Podemos verificar, entretanto, quão iludidos estavam os jesuítas quanto às intenções dos bandeirantes. O Padre Dias Tanho, como vimos, escrevera:

“É certo que antes que os portugueses cheguem à nossas Reduções terão muita gente que levar, porque a que está por reduzir é mais do que a reduzida ...”

Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 195, esclarece com muita penetração:

“Entre a escravidão do índio bravo das selvas, ainda não civilizado, e o índio manso das Reduções jesuíticas, já catequizado, já chamado a

si pela civilização, os bandeirantes, evidentemente, preferiam êstes. É a própria razão natural das coisas que isso faz raciocinar”.

Êsse autor, à página 146 e seguinte, assim se manifesta:

“Esgotado o manancial de índios a apresar, com a destruição do Guairá e do Itati, os planaltinos (paulistas) tiveram de ampliar o raio de sua penetração, para alcançar o lugar onde se encontrasse a mercadoria humana, já catequizada pelos jesuítas, que constituía a matéria-prima de sua indústria apresadora. Os planaltinos tinham de ir até ao sul, no paralelo de 29 a 30 graus de latitude, a uma distância de cêrca de 2 a 3 mil quilómetros do planalto. No território sulino, no vasto sistema fluvial do rio Uruguai, os jesuítas haviam estabelecido uma organização tremenda, pela sua capacidade de reunir uma população densíssima, como logo o foi a dos gentílicos, nessa parte da América”.

E, justificando a ação preadora, diz:

“Eram cêrca de vinte Reduções, reunindo uma população indígena de cêrca de 200.000 almas, que se encontravam em área relativamente reduzida, pois era gente guarani, tirada do primitivismo em que vivia, na infância da humanidade, em plena era da pedra polida, quando ainda gemia sob o regime da caça e da pesca, ou da extração rudimentaríssima, com falta absoluta de condições sanitárias para uma melhoria das normas de vida, no seio da civilização e da cristandade. Com essa modificação, as populações indígenas, fatalmente, teriam de aumentar. Foi o que fatalmente se teria dado no Guará, onde a população cristianizada teria chegado àquela cifra de 200.000 almas ou mais. E o mesmo havia de verificar-se no Tape, mais tarde. É fácil imaginar a que ponto atingiriam essas organizações jesuíticas, no decorrer dos séculos, se porventura não tivessem encontrado a ação destruidora das bandeiras planaltinas! A criação de um país formidavelmente povoado e de sangue puramente americano, seria forçosamente de acontecer no sul do Brasil!”

O argumento de Ellis Júnior não é convincente. É profetizar no escuro. As razias bandeirantes não impediram a formação dos Sete Povos, no século seguinte. A zona missioneira rio-grandense nem por isso deixou de ser brasileira. Podemos admitir a suposição do autor, mas apenas como vaga hipótese, sem maior fundamento.

O ROTEIRO DE RAPÔSO TAVARES

“Aparatosa e perfeitamente equipada estava essa primeira bandeira paulista que, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, demandou terras do extremo sul” - narra Pôrto, à página 140 e prossegue: “Não lhe faltavam, mesmo, para as desobrigas espirituais, dois padres que a integravam, sendo um `clérigo excomungado´, dizem os documentos jesuíticos. Vinham com ela, além do loco-tenente, Capitão Diogo Coutinho Melo, os mais considerados sertanistas de São Paulo, de que Ellis nos dá nominata de 33 componentes conhecidos”.

Sôbre o itinerário dessa bandeira, Pôrto esclarece: “Um só e conhecido caminho existia, então, para os sertanistas que, por terra, demandavam o extremo sul. É a antiga vereda das migrações primitivas e “única existente´, ainda em 1773, no dizer do Brigadeiro Francisco João Róscio, e `não aberto pelos portugueses´, como assinala o Padre Quiroga em seu mapa de 1749. No itinerário que nos deixou, dá Róscio um percurso de 43 léguas e meia, para essa estrada, desde a Capela (Viamão) até o Registro (Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas). Aí vinha entroncar a estrada de São Paulo, identificada pelo Dr. A. Taunay, como a das bandeiras paulistas”.

Com base em Róscio, Aurélio Pôrto dá o roteiro, à página 141, pelo inverso da marcha da bandeira, pois ali se diz como se ia de Viamão a São Paulo, razão pela qual, louvando-nos nessa mesma informação, damos a seguir a rota presumível de Raposo Tavares, submetendo-se que as localidades e fazendas, citadas, no trajeto, não existiam à época da bandeira:

De São Paulo, ponto de partida, acompanhariam a Cordilheira, rumo a Lajes. Depois: Registro (passagem do Pelotas) - Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria - Rio das Antas - Estância do Cedro - Rio Santa Cruz ou Rio Caí - Campo de Pedro Silva Chaves - Rolante - Campestre - Freguesia de Santo Antônio - Rio Gravataí e, finalmente, Viamão.

Ou, como ainda informa Pôrto (páginas 141-2), com base no mapa do Padre Diogo Soares, de 1738:

“Podem-se seguir, desde a Capitania de São Paulo, as suas indicações principais: Barretos Pousos Altos Porcos Frutas Rio Capivari

Tapes Rio Arambaí (Aracambi?) - Rio Pearas (Pelotas? dado erradamente como afluente do Tibiquari interrogações e observação de Pôrto) Vacaria - Rio das Antas - Morretes - Rio Camisas - Roça Nova - São Francisco - Rio Tainhas Rio Comprido Alto da Serra de onde segue para os campos de Viamão”.

“Interessa-nos, porém diz Pôrto somente o percurso entre Pearas (Pelotas?) e Alto da Serra (Cima da Serra: Caaguá). Segundo Róscio, a distância entre o Pelotas e Cima da Serra seria, aproximadamente, de vinte léguas. Dêste último ponto, na serra do nordeste, uma variante do caminho de- flexionava para oeste, atravessando o rio Ibia... O Padre Cristóvão, que foi de Jesus-Maria ao Caaguá, e a bandeira de Raposo Tavares, que foi do Caaguá a Jesus-Maria, atravessaram o Taquari... Conhecido depois do Taquari, é o Taiacuapé...por onde a Junta dos Feiteiros atingiu o rio Pardinho, fronteira de Jesus-Maria. É êste conclui Pôrto o itinerário das bandeiras que investem contra as Reduções jesuíticas no Tape”.

Aqui, Aurélio Pôrto apresenta oposição ao itinerário dado pelo Padre Gonzaga Jaeger (página 142), que afirma, em seu livro “Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul”:

“Já no Rio Grande do Sul, passavam por São Pedro (na Vacaria), Extrema (Vacaria), Lagoa Vermelha (cidade), furavam o célebre Mato Português, cortavam o lindo Campo do Meio, varavam o afamado Mato Castelhana, e daí com mais doze quilômetros de campo, se achavam junto das fontes do Jacuí e Taquari, ambos nascendo no Povinho da Entrada...Cortando os campos da Soledade, entrariam no “Sertão de Ibiticaraíba” ou Botucaraí, a oeste da moderna Candelária, já em pleno território missioneiro, etc.”.

Êsse é o roteiro esposado, também, pelo Dr. Pedro Silveira Avancini, há pouco falecido em Passo Fundo, e que era grande conhecedor da matéria, e que teve oportunidade de percorrer, com o Padre Jaeger, a região. Foi o Dr. Avancini quem chamou a atenção do Padre Jaeger para tal rota, por ser esta a mais natural, para quem tivesse de atacar as Reduções jesuíticas, na margem oriental do Uruguai. Jaeger e Avancini estão com a razão, visto que o caminho lógico devia passar pelo divisor de águas, conhecido pelos índios ibiangularas, como vimos, inclusive,

peio ataque de Ibapiri, feiticeiro que foi morto nas cabeceiras do Jacuí. Para atacar as Reduções que ficavam à margem do rio Uruguai, seria absurdo pensar que as bandeiras fizessem imensa e acidentadíssima volta, em ziguezagues, pelas ásperas serranias do Antas e Taquari, e, assim, descessem para o vale do Jacuí, seguissem para oeste, voltando a subir a serra em São Martinho e, somente então, rumassem para o rio Uruguai (margem oriental).

É evidente, todavia, que a entrada de Raposo Tavares só poderia ter sido por Taiaçuapé, como afirma Aurélio Pôrto, visto que não se tratava de atacar as Reduções do rio Uruguai, mas do vale do Jacuí.

Além disso, como vimos, era de Taiaçuapé que partira o grande brado de rebelião contra os jesuítas, a partir do desafio do Padre Ximenes, que mandou destruir, implacavelmente, os estabelecimentos de Parapoti, preposto acreditado dos paulistas. Além do que, os feiticeiros da Junta ardiam por uma desforra contra Jesus-Maria, ali próxima, depois da derrota sofrida no rio Pardinho (Jequi-Mini).

Se Raposo tivesse feito a rota do Mato Castelhana, então a Redução atacada seria a de Santa Teresa. E não foi. Esta Redução apenas foi tomada em fins de 1637, mas não por Antônio Raposo Tavares, e sim por André Fernandes.

Às páginas 144 e seguintes, escreve o erudito autor da “História das Missões Orientais do Uruguai”:

“Em Caamo (Vacaria), onde havia aldeias povoadas, começou a raziá bandeirante. Mas foi exatamente no Caaguá, onde existiam índios inimigos, que se verificou a quase completa escravização do povo.

E dali partiram, `sujeitando nações´ e aumentando a leva com `outros muitos que agregaram a si, pelo caminho, por fôrça ou por vontade´. Pode-se afirmar, com poucas probabilidades de êrro, levava a bandeira rumo do Taquari, em cujas proximidades dera o assalto aos índios, de que resultou a morte, em princípios de outubro, do bandeirante Brás Gonçalves, o velho. Em novembro, quando o Padre Romero, designado cura de Jesus-Maria, ali chega, recebe a notícia de que, no rio Taquari já estão os paulistas. Julga, porém, não serem tantos e nem que tão depressa atingiram a sua Redução”.

E prossegue:

“A região seria bem conhecida pelos vaqueanos da bandeira. Era ali que, sôbre o Taquari, quatro léguas abaixo da foz do Mboapari (rio das Antas), tinha seus ranchos o índio Parapoti, preposto dos paulistas no resgate de cativos...Há aí um passo e pôrto sôbre o Taquari, e um môrro que domina vasta região. Situou-se, provavelmente, no pôsto de Parapoti, com a vanguarda de exploração e preia de índios, o loco-tenente de Raposo Tavares, que aí devera ter construído, se já não existiam para os mesmos fins, as grandes paliçadas em que eram vigiados os selvagens cativos em tôda a província de Ibiacá” (aliás, Ibia).

“No entanto diz Olyntho Sanmartin, *ibidem*, 93 o perigo que ameaçava as Reduções não partia unicamente dos bandeirantes. O gentio também se insurgia, industriado pelos pajés perigosos, o que fêz nascer o espírito de desconfiança entre os que já estavam incorporados à nova ordem social. A grande zona que compreendia as Reduções de São Crisóstovão, Santa Ana e Jesus-Maria, no coração do Rio Grande do Sul, na bacia do Jacuí, enfraquecera com i emigração, com o abandono de tudo o que estava feito nesses aldeamentos, onde se modelava uma ‘aça que até então era chamada bárbara. A todo esse complexo de perigos, opunham os jesuítas uma vigilância absoluta, chegando a defender-se, por fim, galhardamente...”

Embora o autor aí se refira aos acontecimentos anteriormente verificados e que culminaram com a derrota dos feiticeiros, é fácil deduzir o recrudescimento da hostilidade carijó contra os jesuítas, com, aproximação dos contingentes bandeirantes.

DESTRUIÇÃO DAS REDUÇÕES DO JACUÍ

A marcha de Raposo Tavares foi feita com muito cuidado, passando despercebida dos jesuítas, tomando quase o caráter de um ataque de surpresa.

Diz Aurélio Pôrto, obra citada, páginas 145-6:

“Foi o Padre Pedro Mola, de Jesus-Maria, o primeiro que teve notícia da aproximação do inimigo que, em duas paliçadas, a 12 ou 14 léguas

dali, no rio Taquari, tinha grande número de índios cativos. Foi quando, provavelmente, em fins de setembro, tendo deixado roças feitas para o inverno, e outros prisioneiros, sob a vigilância de alguns bandeirantes e índios amigos, que o grosso da bandeira, sob o comando de Raposo, abalou do Ibia (Piai), em direção do Taquari... Diz o Padre Mola e confirma o Padre Boroa que a distância de Jesus-Maria ao rio Taquari, em que estavam as paliçadas dos mamelucos, seria de 12 a 14 léguas...”

Não foi pequeno o susto dos missionários, quando se viram diante da gravíssima contingência, e o autor que estamos citando, à página 48, escreve:

“Sabendo da notícia de que os bandeirantes estavam no Taquari, a 12 léguas de Jesus-Maria, os Padres Antônio Ruiz de Montoya, Superior Regional das Reduções, e Pedro Romero, que deixara o Superiorato e fôra mandado para cura dessa Redução, em novembro, apressaram umas taipas das quais não fez mais que um rincão, sem cubo algum, e o demais fez cercar mal, de uns paus. Em outro documento fala-se também na construção de um forte que defendia um laço da paliçada. Coube dirigir essas obras de defesa ao Irmão Antônio Bemal, já então com 60 anos e que fôra veterano das guerras no Chile...”

“Foi no dia 1.º de dezembro de 1636, pela tarde prossegue que os Padres Pedro Romero e Pedro Mola e os Irmãos Antônio Bernal e João de Cárdenas, que estavam em Jesus-Maria, quando menos esperavam, souberam que o inimigo estava a duas léguas dali, e nem sabiam ainda que trazia tão grande exército... No dia seguinte, 2 de dezembro, dia de São Francisco Xavier, estando a meia légua de distância, isto é, dois quilômetros e meio, já transposto o rio Pardo, em cuja margem direita ficava Jesus- -Maria, pelas 8 horas da manhã, mandou Raposo Tavares aos padres um parlamentar, com carta de sua autoria...”

Nessa carta, dizia Raposo capciosamente: “Vinha procurar comida para seu exército, e os padres o recebessem em paz”.

Sem atinar no número avantajado dos atacantes, os padres não responderam, predispondo-se à resistência.

“A Redução já tinha ali por matrícula (Pôrto, *ibidem*, 149-50)... mais de 1.600 índios; porém, sendo povoado nôvo, e véspera de colheita, quando a fome costuma ser grande, quase todos, fora de 200, estavam

ausentes, buscando que comer, em seus povoados antigos, e pelos matos e rios... Os duzentos com as mulheres, e outros 100 que vieram de São Cristóvão e Santa Ana, que estavam próximos, com que fizeram 300, se meteram naquela cêrca da casa dos padres e a igreja”.

“Forte e tenaz a resistência que encontraram os bandeirantes (página 153 e seguintes). Ao primeiro ataque, mulheres, crianças e alguns índios não combatentes, refugiaram-se na igreja, que era coberta de palha e paredes de taipa, enquanto os padres, irmãos e índios de guerra, armados de arcabuzes, flechas e tacapes, se abrigavam na muralha e forte, feitos de boas taipas, a que se seguiam cêrcas de paus muito delgados...Vendo os portugueses a resistência que se lhes opunha e o valor com que os padres e irmãos defendiam sua gente...puseram fogo, por duas vêzes, à igreja, arrojando-o nas flechas; e pela segunda vez que o fizeram, conseguiram abrasar a igreja e a casa dos padres, de que se salvaram poucas coisas...Cinco horas durava a refrega quando os padres capitularam, erguendo um pano branco e pedindo paz...”

“Entretanto na Redução prossegue o autor os paulistas saquearam parte das alfaias.”

Não pormenorizaremos...

Vamos dar a palavra a Souza Docca, “História do Rio Grande do Sul”, páginas 49 e 50, referindo-se a esta ação e às que se lhe seguiram:

“Depois de uma resistência de 6 horas de luta encarniçada e sangrenta, conseguiram os paulistas penetrar no povoado, que foi abandonado em desordem pelos seus habitantes, que orçavam aproximadamente em 10.000 (parece haver neste cálculo algum exagêro). Marchavam os bandeirantes em seguida para a Redução de São Cristóvão, à margem do rio Pardo, perto da atual cidade de Santa Cruz, que os jesuítas abandonaram precipitadamente, deixando-a à discrição dos atacantes. Reunindo grande número de neófitos, voltaram os padres à frente dêstes para São Cristóvão, a fim de fazer frente aos bandeirantes. Aí a 25 de dezembro, feriu-se outro cruento combate, sendo os jesuítas vencidos depois de 5 horas de luta, já ao cair da noite, de cujas sombras se aproveitaram habilmente para uma retirada até o Alto Jacuí, onde tomaram posição para enfrentar os bandeirantes.

Negando-se os governadores do Paraguai e Buenos Aires a socor-

rer os jesuítas prossegue o autor resolveram êstes abandonar as povoações que haviam estabelecido nas margens do Jacuí e seus afluentes e foram se localizar, com os catecúmenos que puderam salvar, na mesopotâmia argentina.

Em junho de 1637, Raposo Tavares já estava em São Paulo com enorme botim e grande número de aborígenes apresados durante sua aterradora excursão.

“Os índios serranos diz Aurélio Pôrto, *ibidem*, 157 brigaram com tanto valor que, por duas vêzes, rechaçaram os inimigos (em São Cristóvão) e, depois de pelejar quatro horas e meia, já estando uns e outros cansados, ao cair da noite; ficaram êles (bandeirantes) em pior posição, e se os nossos tivessem umas duas dezenas de espanhóis que interviessem com suas escopetas ou dêles um refrêso (reforço) de mais 300 índios, não ficaria dêles quem desse notícia” na transcrição do historiador das palavras de um jesuíta.

Santa Teresa ficou sozinha no Jacuí, dominando as serras, mas bastante ressentida pelos acontecimentos.

Gonzaga Jaeger, em “Terra Farroupilha”, no capítulo intitulado “Terra Abençoada”, informa que Santa Teresa, “no último ano de sua existência, o de 1637, foi perturbada pela vinda de umas 500 famílias, escapadas de São Joaquim e Candelária, arruinadas pelos tupis e mamelucos”.

Longe de debandarem, os índios passofundenses permaneceram, daqui não arredando pé, durante a tormenta, acolhendo em seus braços os fugitivos das missões destruídas.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, páginas 194 e 195, dá uma descrição precisa da situação:

“A confusão era completa nos redutos jesuíticos. Santa Ana apresentava uma fisionomia de dor e desalento. O Padre Montoya, chegando naquele dia, procurou amenizar o transe terrível por que atravessavam as Reduções do Tape; e, congregando os remanescentes, transportou-se com êles para Natividade, que ficara a noroeste, entre os dois braços de rio Jacuí e uma das nascentes do Ibicuí e fizeram do Jacuí o rio estratégico e salvador, fortificando a passagem por onde os fugitivos ganhavam o caminho de Natividade. Além disso, fizeram armadilhas

nos matos, com tanto engenho que o inimigo que topava com elas perdia fatalmente a vida. Com tais meios de defesa, dificultando mesmo os meios de alimentação; pelo perigo que corriam, saindo pelo mato, retiraram os invasores, em breve tempo, levando ricas prêsas de guerra. Antes, porém, depredaram ainda as aldeias devastadas, incendiando a igreja e a habitação dos missionários”.

Alfredo Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista”, página 151, informa ainda:

“Nessa situação de desespero para a causa inaciana, reuniu o Provincial (Padre Ruiz de Montoya) o Conselho Jesuítico, a 7 de abril de 1637, no qual ficou resolvido o abandono da Redução de São Joaquim, em posição muito exposta; confiar a defesa da Província ao Padre Alfaro, e enviar à Europa representações, sôbre o que praticavam os paulistas, em sua invasão...”

Assim, os índios de São Joaquim, no Butucaraí, abandonaram sua Redução, concentrando-se em Santa Teresa (Passo Fundo), onde grande foi a afluência dos padres e catecúmenos de todo o Tape, visto que sua posição, a mais afastada ao norte, lhe dava plena segurança. Alfredo Ellis Júnior, na mesma página é ainda quem informa:

“... os paulistas esmagaram os índios e jesuítas, obrigando-os a se refugiar ao norte, no Alto-Jacuí, onde se entrincheiraram, aguardando novos ataques, em posição defensiva...”

DESOLAÇÃO E MORTE NO TAPE

Enquanto reinava a confusão e a morte em tôda a Província do Tape aqui, em Santa Teresa, reorganizava-se o exército cristão, agora sob as vistas constantes do estado maior jesuítico, buscando salvar o que restava do desbarato missioneiro.

Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, páginas 83 e 84, escreve sôbre essa quadra difícil da Redução passofundense e de todo o Tape:

“Com o elemento emigrado de São Joaquim e Candelária, Redu-

ções desagregadas pela guerra, o número de famílias de Santa Teresa subiu a mais de 1.500”.

A estimativa do autor parece-nos modesta, mas acrescenta com muita propriedade:

“Nesse ritmo de crescimento, o sentido coletivo já não era de trabalho e de harmonia, mas de constante alarme, pela ameaça do inimigo. A preocupação febril era a defesa”.

Diz ainda, a respeito das fortificações e outras providências, aqui tomadas, para a preservação do reduto passofundense:

“Foi construído um fortim, abertas trincheiras, e um poço profundo; armazenadas provisões para resistir a um possível sítio, dentro de um período necessário para a chegada de socorro. Tôda a zona do Tape vivia numa angústia de expectativas trágicas, como efetivamente sucedeu”.

A respeito do fortim jesuítico, levantado por essa ocasião, em Passo Fundo, julgamos, a princípio, que se tratasse da barreira de pedras que se encontra, ainda hoje, no primitivo passo do rio da Várzea, no Pulador, de que trataremos mais adiante, constando no Apêndice n.º 2 da presente obra. Verificamos hoje que se refere, de fato, a um trabalho jesuítico, mas do século 18, e não 17.

Assim, o fortim mencionado por Sanmartin não devia ser uma construção de pedras, mas de paus a pique, como era de uso por essa época, sendo mais fácil de fazer, atendendo-se ainda à precipitação dos preparativos.

Não deviam descurar, de outra parte, do adestramento dos combatentes, dia e noite, com lições de disciplina e arte militar civilizada. As precauções, assim, foram tomadas em vários sentidos, em que figurava também a preservação do gado, e ainda o cuidado que devia dispensar-se às famílias.

É de se imaginar o abelheiro que devia apresentar então êsse Passo Fundo do século 17, em plena ação de defesa.

Estavam, pois, os jesuítas e os índios de Guaraé entregues às suas próprias forças. E a afluência dos índios de outras Reduções, longe de servir de auxílio, mais prejudicava o abastecimento coletivo e a boa marcha da defesa.

O Padre Diogo de Boroa, que se encontrava no Tape, por ocasião dos referidos acontecimentos, solicitou socorro ao Governador do Paraguai, D. Pedro Lugo y Navarro, o que foi negado, e o mesmo aconteceu com o apêlo feito ao Governador do Prata.

Nesta situação de abandono, sem esperança de uma ação remediável, foram tomadas providências extremas.

Diz Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 196:

“O Superior Regional, Padre Ruiz de Montoya, prevendo o desamparo em que ficara a obra jesuítica pela constante ameaça dos bandeirantes, deu ordens severas para que fôssem abandonadas as Reduções e destruído tudo o que pudesse constituir valor imóvel, conduzindo os neófitos com destino ao Paraná. As Reduções de Candelária (Caaçapá-Mini), Caaró, São Carlos e Apóstolos (Caaçapá-Guaçu), situadas na banda oriental do rio Uruguai, já haviam tomado essas providências, quando o Provincial, Padre Diogo de Boroa ordenou contrariamente. Com tais movimentos sofreu grave perturbação, na sua marcha normal, a vida das Reduções despovoadas”.

Sôbre os acontecimentos subsequentes, escreve Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, 157 e 158:

“Em fins de janeiro, chegou a Natividade o Padre Superior Diogo de Boroa, com o Padre Diogo de Alfaro, que substituiria, como Provincial, ao Padre Ruiz. Êste, o Padre Romero e muitos outros que ali haviam se reunido, organizaram a defesa da Redução, porque era voz corrente que Tavares se dispunha também a atacar Natividade. Ao quarto dia da chegada do Superior, um índio que conseguira fugir do Real de Tavares, levou a Natividade a notícia de que os bandeirantes se dispunham a abandonar as Reduções da Serra.

“Julgaram os jesuítas fôsse a nova um estratagema de guerra para colhê-los desprevenidos. Outros informes confirmaram a exatidão da notícia. Quatro dias depois, quando, à frente de uma fôrça considerável de índios, o Padre Boroa passava o Jacuí, soube que os paulistas haviam abandonado Santa Ana e, apressadamente, estavam saindo de Jesus-Maria, em direção ao rio Taquari.

“Novas informações acrescenta o autor precisavam a causa da

rápida retirada do inimigo. Os índios infiéis, que haviam (os paulistas) deixado em duas paliçadas, no rio Taquari, a 12 ou 14 léguas de Jesus-Maria, tinham-se revoltado e morto alguns `portuguêses` que os guardavam. Os bandeirantes procuravam fortalecer-se naquela região do Taquari, onde estabeleceriam seus quartéis de inverno”.

O exército cristão, de 1.500 catecúmenos, já certo da retirada do inimigo, percorreu, depois da tempestade, as Reduções destruídas de Santa Ana, São Cristóvão e Jesus-Maria; e, mais tarde, no rumo da Serra, a de São Joaquim, no Botucarái.

Por tôda a parte encontrou êsse exército a morte e a ruína.

Diz-se que entre as ruínas de São Cristóvão acharam muitos mortos insepultos, e a cada passo mortos degolados, atravessados de setas, ou golpeados de machadadas, enquanto outros estavam meio assados, tanto de homens, como mulheres e crianças. Tal é o espetáculo doloroso de tôdas as guerras. Foi feita uma grande fossa em que os cadáveres foram sepultados. Sanmartin, à página 195, obra citada, faz uma descrição dêsse achado macabro.

E informa, baseado em Nicolau del Techo, que a prêsa humana feita por essa bandeira foi de 25 mil almas, entre neófitos, catecúmenos e gentios. Isso em doze meses de estadia no sertão gaúcho.

A condução dêsses infelizes diz Sanmartin, *ibidem*, 195 até o planalto paulista era feito, conforme uso dos preadores, em massa, presos uns aos outros, pelo pescoço, às gargalheiras que os cadeados reforçavam”.

Isso é confirmado por Souza Docca, em “História do Rio Grande do Sul”, página 49:

“Em junho de 1637, Raposo Tavares já estava em São Paulo, com enorme botim e grande número de aborígenes apresados durante sua aterradora incursão”.

A BANDEIRA DE ANDRÉ FERNANDES

“Aberta a porta do Tape e Uruguai (missões) às inscrições bandeirantes, que se sucedem quase ininterruptamente, logo se aprestam em

São Paulo, novas expedições que demandam o sul. A segunda bandeira que penetra o território rio-grandense, surgindo pelo Caamo (Campos da Vacaria) e atravessando o Caagua (Cima da Serra), em maio de 1637, já estava sediada no Taquari...” diz Pôrto, *ibidem*, 159.

“Diz o Dr. Ellis que foram organizadores desta bandeira os membros das famílias mais importantes de São Paulo, quais as dos Buenos, dos Cunha Gagos e dos Pretos, irmãos, sobrinhos e filhos do velho sertanista Manuel Preto, falecido em 1630 na luta contra os jesuítas do Guairá. Tinha ela como chefe o Capitão Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno, e como imediato, o Capitão Jerônimo Bueno, seu irmão” *ibidem*, 160.

Os componentes dessa bandeira, entre outros, são os seguintes, consoante Pôrto (páginas 160-1):

“João Preto - Manuel Preto, o môço - Gaspar Fernandes - Estêvão Gonçalves Capitão Francisco Bueno, cabo da tropa - Seu irmão Capitão Jerônimo Bueno (imediato) e seus sobrinhos Amador Bueno, o môço, e Antônio Bueno (filhos de Amador Bueno, o Aclamado), e Lázaro Bueno (não mencionados pelos linhalistas) - Henrique da Cunha Gago, o môço, e seus irmãos Manuel da Cunha Gago, e Francisco da Cunha (Gago) - Manuel Preto, o môço, e seu tio João Preto, e seu primo Gaspar Fernandes Preto - Domingos Gago - Miguel Garcia Rodrigues - Baltasar Gonçalves Málio, e seu filho Estêvão Gonçalves - João Pais Málio - Antônio Ferreira Málio - Gregório Ferreira - Francisco de Siqueira - Antônio de Siqueira - Sebastião Mendes - Diogo Aros - Antônio Ribeiro - Bernardo da Mota - Antônio Cordeiro Pôrto - Pero Vidal - Antônio Botelho - João Fernandes e Antônio Dias Carneiro”.

“Pelos documentos jesuíticos referentes a essa bandeira, adiante insertos, podem-se acrescentar à lista mais seis nomes, além dos de Jerônimo Bueno e um dos Pretos (fulanos?) que dêles constam. São os de André Fernandes, cabo da tropa que destruiu Santa Teresa - Capitão Antônio Pedroso - Capitão Domingos Alvares - Capitão Francisco de Paiva - Capitão João Raposo - Capitão Jerônimo Bueno - Um dos Pretos (fulano?) e Baltasar Gonçalves”.

“... essa bandeira diz o mesmo Pôrto, *ibidem*, 161 deveria ter saído de São Paulo em princípios de 1637, e no sertão do rio Taquari, teria

morrido o bandeirante Gaspar Fernandes, em 26 de maio. Em junho e julho, se procedem aos inventários de João e Manuel Preto, o môço, mortos também no sertão do Taquari”.

Esclarece dito autor, à mesma página:

“Estabelece aí (o Capitão Francisco Bueno, comandante da bandeira) os seus quartéis de inverno, aproveitando, provavelmente, as paliçadas construídas pela tropa de Raposo Tavares que, nessa época, estaria de regresso a São Paulo. Percorre a bandeira o mesmo itinerário do desbravador do Ibiacá (aliás, Ibia) e Tape, isto é, Caamo e Caagua, que assola, levando cativos para o Taquari grande número de índios apressados nessas regiões”.

“Mas só em fins dêsse ano de 37 fala Pôrto depois de transposto o Taquari, aparecem nas antigas Reduções do Tape”.

Essa afirmativa do notável Pôrto não nos parece plausível. Não acreditamos que essa bandeira tenha atravessado o Taquari. Adiante, daremos as nossas razões. Mas, deixemos que o grande autor fale:

“É certo, porém acrescenta que uma grande parte, conduzindo a preia, aliás volumosa, da Província de Ibiacá (Ibia), haja tornado a São Paulo, onde aparecem em 1638 alguns componentes dela, como Amador e Antônio Bueno, que ali casam nesse ano...A outra parte, que depois se divide em duas colunas, tendo como chefes os Capitães Jerônimo Bueno e

André Fernandes, se dirige para a Redução de Santa Teresa, onde se separa, seguindo a tropa comandada pelo Capitão Jerônimo Bueno para as Reduções do Ijuí... Não resta dúvida argumenta Pôrto de que, transposto o Taquari, essa bandeira já tinha como cabo principal o Capitão André Fernandes, que substituiria o Capitão Francisco Bueno, morto no sertão, em 1637, e cujo inventário só foi procedido em 1639...”

Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, no fim da nota n.º 97, às páginas 170 e 171, faz as seguintes considerações sobre a bandeira de Francisco Bueno - André Fernandes:

“A bandeira do Capitão Francisco Bueno, tendo perdido o seu chefe nas margens do rio Taquari, prosseguiu pelo território rio-grandense sob a chefia do Capitão André Fernandes e Jerônimo Bueno, cujo destacamento foi operar no rio Ijuí, tendo a outra parte da bandeira, sob o

comando de André Fernandes, tomado rumo diferente, saindo da base de operações, que era a antiga Redução de Santa Teresa, para realizar as tropelias e assaltos referidos pelos documentos jesuíticos. Acho que tôdas as conclusões tiradas por Aurélio Pôrto sôbre a bandeira Francisco Bueno - André Fernandes - Jerônimo Bueno são merecedoras do mais alto aprêço e fé, e eu as incorporo ao conhecimento das lutas dos planaltinos no Rio Grande do Sul”.

Cumpre-nos, entretanto, esclarecer melhor os fatos.

Das margens do Taquari, onde se encontravam possivelmente em Taiaçuapé ou Pirajubi, lugares das concentrações dos feiticeiros carijós ou ibiangeras, inimigos do Padre Francisco Ximenes os bandeirantes de Francisco Bueno deram volta, buscando o regresso, como o fizeram Amador e Antônio Bueno, “conduzindo a preia” e que casam em São Paulo, em 1638. Separam-se, porém, do grosso dessa bandeira, no Taquari, os elementos do Capitão Fernandes, nôvo chefe da bandeira, com a morte do Capitão Francisco Bueno.

É natural presumir que André Fernandes, buscando então notabilizar-se por façanhas próprias, tenha se separado com os seus seguidores enquanto uma parte regressa a São Paulo, com a prêsa dos Buenos (Amador e Antônio), êle, Fernandes, se dirige para

São Joaquim e, logo após, para Santa Teresa (Passo Fundo), seguindo pela Serra do Botucaraí, caminho natural das migrações indígenas, descoberto pelo Padre Cristóvão de Arenas, por certo muito conhecido dos carijós, senhores do itinerário.

De Santa Teresa, prosseguiriam, em linha reta, para oeste, pelo divisor de águas, em busca das Reduções da Província do Uruguai, a começar pela de São Carlos do Caapi, no atual município de Carazinho.

Êsse deveria ser o caminho percorrido, atendo-se à realidade geográfica e ao conhecimento que dela tinham, como ninguém, os aborígenes, primitivos donos da terra.

Diz Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes do Sul do Brasil”, página 205:

“A bandeira foi dividida...Um dos ponteiros bateu sôbre São Joaquim, sem resultado, pois foram repelidos os atacantes. Resultou disso dividir-se os habitantes da Redução hostilizada, parte incorporando-se

à de São Cristóvão e parte à de Santa Teresa, que reunia 4.000 vidas florescentes”.

São Joaquim, segundo Teschauer e Alfredo Ellis (“Meio Século de Bandeirismo”, 169), teria sido tomada pelos paulistas. Na citada obra, à página 159, Alfredo Ellis escreve textualmente:

“Enormes devastações deveriam os paulistas ter praticado já no caminho, entre os índios carijós e outras tribos sulinas, pois grande foi o pavor que os precedeu, entre os tapes, tendo os índios da Redução de São Joaquim, anteriormente evacuada pelos padres, se dispersado, logo à chegada dos paulistas invasores. Divididos êstes em duas colunas, para mais fãcilmente atacar as Reduções ao sul e ao norte, caíram como raios sôbre Santa Teresa, que tinha cêrca de 4.000 almas...”

O que temos a observar é apenas isso, como já esclarecemos: a divisão da coluna de André Fernandes não procedeu antes, mas depois do ataque a Santa Teresa. E nenhuma bandeira atacou o sul, mas o oeste rio-grandense.

Muito séria, para não dizer crítica, era, sem dúvida, a situação de Santa Teresa, naquela quadra. É quando os jesuítas apelam a Buenos Aires, quanto ao envio de socorro. O apêlo foi feito pelo Padre

Diogo de Alfaro, como se depreende da carta de 4 de janeiro de 1638, do Padre Simão Maceta, que se encontrava em Corrientes. Como anteriormente, os socorros foram negados aos jesuítas.

Ao contrário do que poderia parecer, sendo os índios, por natureza tão vigilante, e os padres tão receosos, atendendo-se mesmo à grave contingência em que uns e outros se encontravam os caminhos estavam sem vigias e os catecúmenos, em sua maioria, espalhados pelos matos e ervais distantes, como se nenhuma grave ameaça pairasse sôbre a Redução local, quando, ao contrário, tudo impunha preparativos e vigilância constante para uma eficaz resistência.

Algo de trágico se passava, efetivamente, em Santa Teresa.

Os elementos fugidos de São Joaquim e de outras Reduções tinham, entretanto, já espalhado o alarme do avanço bandeirante.

“Diz Teschauer que eram 260 os paulistas “cifras certamente muito exageradas”, comenta Ellis, que dá para a bandeira mais de uma centena de piratininganos” (Pôrto, *ibidem*, 160).

Sem falar, naturalmente, dos mamelucos e do exército de aborígenes carijós e ibianguaras que deviam estar, uns e outros, sequiosos de desforra, buscando devolver com juro a afronta do Padre Ximenes e dos índios locais, no caso do aduar de Parapoti, junto a Taiaçuapé, coação de Ibia.

Como vimos, o trabalho mameluco, industriando os índios contra os padres, insinuaram-lhes que êstes reduziam os silvícolas para melhor entregá-los aos paulistas. Tal falsidade gerava consternação na alma simples e crente dos indígenas, além do sentimento de dúvidas e de profundo desamparo.

“Pouca resistência iria opor o povoado escreve Olyntho Sanmartin, *ibidem*, página 205 visto que por tôda a parte corriam notícias desalentadoras, e os próprios neófitos e catecúmenos desconfiavam da sinceridade dos missionários católicos. O episódio de São Tomé, onde, por ter corrido a falsa notícia de aproximação mameluca vitoriosa, deu origem ao pânico violento, tendo os fugitivos incendiado suas casas, igreja, provisões, para logo tudo reconstruírem, ao ser verificado o falso rebate exprime a tensão de espírito, a nevrose que lavrara em todos os setores dos índios, ameaçados pela sanha paulista... A desobediência gerou um ambiente de desconfiança contra a obra jesuítica, que muitos catecúmenos preferiam o jugo paulista à migração proposta pelos padres”.

Os adventícios preferem a fuga. Escreve Aurélio Pôrto, em “Terra Farroupilha”, página 68:

“Sabendo da aproximação da bandeira, fugiram muitos índios, tendo outros emigrado para o Paraná”.

Dessa maneira, o fortim, as barreiras de pedra, as trincheiras, tudo enfim que foi construído para a defesa da Redução, foi completamente abandonado, principalmente pelos elementos já fugidos de outras Reduções e que haviam se concentrado em Santa Teresa. Procuraram salvação em plagas mais distantes.

A situação dos que permaneceram na Redução, ainda obedientes fracamente à voz apostólica dos Padres Francisco Ximenes e João de Salas, devia ser, efetivamente, das mais trágicas, entregues todos ao seu destino inelutável. Preferiam, acima de tudo, permanecer em suas ter-

ras, sua querida paragem natal, sem se importarem com os sacrifícios que lhes adviessem, à mercê dos paulistas.

Inútil se lhes afigurava qualquer resistência, já que não podiam contar com ninguém, desconfiados que estavam com os mesmos caluniados padres, cujo heroísmo, nesse momento singular, é de notável grandeza, pois que, sabendo também que não teriam nenhum socorro humano, dedicavam-se estoicamente aos preparativos do Natal de Jesus, no cumprimento estrito de seus deveres religiosos, sem abandonar aquelas pobres almas aturdidas. Os padres, portanto, igualmente, abandonaram-se aos desígnios da Divina Providência, quaisquer que fôssem os seus superiores decretos.

Nessas condições lúgubres e terríveis, Santa Teresa colocava-se, espontaneamente, à discrição dos bandeirantes.

OS ATACANTES DE SANTA TERESA

“Foi no dia 23 de dezembro de 1637, segundo Azara, ou véspera do Natal, como quer Teschauer, que o Capitão André Fernandes, à frente de sua tropa, chegou à vista de Santa Teresa, magnífica povoação, que tinha mais de 4.000 índios aldeados” escreve Pôrto, *ibidem*, página 163.

“O Irmão Bernal prossegue, à página 164 confirma a declaração do Padre Palermo, feita em 4 de fevereiro de 1638. E ambos informam que andavam os portugueses que atacaram as Reduções desde Santa Teresa até Piratini, entre outros André Fernandes, Baltasar Fernandes, fulano Paiva, fulano Pedroso, Domingos Alvares e fulano Prieto”.

Em notas à mesma página e seguinte, Aurélio Pôrto esclarece:

“O Capitão André Fernandes não é referido nos documentos oficiais paulistas, desconhecendo-se até agora sua atuação como cabo dessa bandeira, cujo comando assume, provavelmente, depois da morte de Francisco Bueno. Azevedo Marques (“Apontamentos Históricos, etc. da Província de São Paulo”, I, 14) nos dá notícia do insigne bandeirante... Paulista de nascimento, filho de Manuel Fernandes Ramos e Suzana Dias, o Capitão André Fernandes foi fundador de Parnaíba em fins do

século XVI ou princípios do XVII. Fêz várias entradas no sertão com seus índios para descobrimento de metais, por ordem régia. Nada nos diz o cronista sôbre a bandeira que identificamos, mas refere que no testamento com que faleceu sua mulher D. Antônia de Oliveira, declarou que `as muitas pessoas indígenas que estavam sob a administração do casal, tinham vindo espontâneamente do sertão, atraídas pelo bom tratamento que lhes dava seu marido, o Capitão André Fernandes´. Deixou de seu casamento um único filho legítimo, o Padre Francisco Fernandes de Oliveira, ordenado no Paraguai, e que foi durante muitos anos vigário de Parnaíba. Além dêste, teve mais seis filhos naturais que reconheceu”.

“Baltasar Fernandes, irmão de André Fernandes diz Pôrto foi o fundador da cidade de Sorocaba, cuja primeira Capela edificou à sua custa. Foi homem de avultadas posses, em que se contavam 12 sesmarias, plantações de algodão e trigo e mais de 400 índios a seu serviço. Foi casado com D. Isabel de Proença, filha de Antônio Castanho da Silva e de D. Filipa Gago, das principais famílias da terra, e teve desse consórcio 12 filhos, dos quais três varões que foram os Capitães Manuel e Luís Fernandes de Abreu, e Antônio Fernandes de Abreu. Morreu o Capitão Baltasar Fernandes em 1660, em Sorocaba”.

“Fulano Paiva: Em outro documento, o auto de excomunhão do Padre Alfaro...encontra-se todo o nome: Capitão Francisco de Paiva, que não consta também dos documentos oficiais referentes à bandeira dos Buenos, não sendo por nós encontrado na `Genealogia Paulistana´, de Silva Leme” informa-nos Aurélio Pôrto. Diz o Dr. J. P. Leite Cordeiro, em trabalho publicado no Diário Carioca, do Rio, `O bandeirante Domingos Cordeiro´, que Francisco de Paiva `era provavelmente filho de Custódio de Paiva, que ficou em 1613 sob a tutela de Domingos Cordeiro”.

“Fulano Pedroso continua Pôrto em suas notas - Capitão Antônio Pedroso, como se verifica de outra citação. OÊ Antônio Pedroso de Barros, notável sertanista, que faleceu em 1652 com testamento, e foi potentado pelo número de 600 índios que tinha em suas fazendas...Era filho do Capitão-Mor Governador Pedro Vaz de Barros e de sua mulher Luzia Leme, e neto materno de Fernão Dias Pais e de Lucrécia Leme”.

“Domingos Alvares Capitão, da gente de prol de São Paulo, de quem não encontramos mais referência”.

“Fulano Prieto A família Prieto singulariza-se pelas suas atividades como bandeirantes. Por várias vezes são os seus componentes citados nestas páginas, e referidos em documentos jesuíticos. Tem origem em Antônio Preto, natural de Portugal, que veio para São Vicente em 1562, acompanhado de seus filhos João, José, Sebastião, Manuel, Inocência e Domingos Preto, sendo alguns grandes preadores de índios. Entre estes: João Preto, solteiro, que morreu a 8 de junho de 1637, fazendo parte da bandeira de Raposo Tavares, no sertão do Rio Grande; Manuel Preto, que foi um dos chefes da bandeira que assaltou as Reduções do Guairá, em companhia de seu irmão Sebastião Preto; Manuel Preto, o moço, filho de Manuel Preto, fazia parte da bandeira de Raposo Tavares e faleceu em 2 de julho de 1637, no sertão do Taquari...Na bandeira em referência, além de João e Manuel Preto, havia um outro, que é o referido na excomunhão do Padre Alfaro. E ainda em 1656, em companhia de Pasqual da Ribeira e Francisco Cordeiro, um outro Manuel Preto é prêsos pelos índios de Japeju, quando, no território rio-grandense, apresava índios, nas proximidades do Jacuí. Dos filhos de Domingas Antunes, filha do tronco, que foi casada com Gaspar Fernandes, exerceram atividades nas bandeiras do sul, onde encontraremos seus nomes: Sebastião Fernandes, Inocência Fernandes e Gaspar Fernandes Preto. Refere a “Genealogia”...que um dos filhos de Inocência Preto, de nome Antônio Preto, “com 38 anos em 1647, estava no sertão sem dar notícias de si e não sabia se era vivo ou morto”. Sebastião Preto e seu filho Antônio Preto tiveram também participação em bandeiras que se dirigiam para o sul”.

Tal era a categoria dos homens que vieram atacar Santa Teresa.

Entre os integrantes dessa bandeira, queremos destacar Jorge Fernandes, filho natural do Capitão André Fernandes, que teve atuação destacada socorrendo seu pai nos momentos angustiosos que atravessou nessa histórica jornada.

A TOMADA DE SANTA TERESA

Diz Aurélio Pôrto, em “História das Missões” I, página 163:

“Eram curas da Redução o Padre Francisco Ximenes e Padre João de Salas, cujos trabalhos apostólicos tinham granjeado resultados dignos de nota. Além dos catecúmenos antigos, haviam afluído para Santa Teresa, localizada nas pontas do Jacuí, proximidades da atual cidade de Passo Fundo, inúmeras tribos que demoravam pela Província de Ibiacá (Ibia), regiões do Caamo e litoral atlântico. Parece também que à aproximação dos invasores, muitas famílias, que ainda estanciavam pelas proximidades de São Joaquim houvessem ido procurar refúgio naquela Redução”.

Entregavam-se os padres a seus misteres sacros, e os índios aos preparativos natalinos, quando se verificou o ataque, apanhando os cristãos de surpresa e adquirindo, por isso, um caráter fulminante.

“Sem opor resistência escreve aquêle autor - entregaram-se os habitantes, que foram logo mandados recolher às paliçadas, construídas ali pela fôrça de André Fernandes”.

Em “Terra Farroupilha”, página 67, o mesmo Aurélio Pôrto escreve:

“Quando, na véspera do Natal, os bandeirantes assomaram junto ao povoado, êste já era de grande importância, pois reuniria para mais de 4.000 almas. A bandeira se compunha de 260 mamelucos e de grande número de índios, que caíram impiedosamente sôbre os habitantes indefesos. Êstes entregaram-se espontaneamente”.

Sôbre o acontecimento, Alfredo Ellis Júnior, em “Bandeirismo Paulista”, página 159, relata com realismo:

“A bandeira tudo destruiu, entregando-se os habitantes de Santa Teresa sem resistência. Êsse ataque se deu em fins de 1637, no dia de Natal, tendo naturalmente a gente dos Buenos se demorado muito tempo, invernando no rio Taquari, antes de iniciar a marcha destruidora para o noroeste, onde ficava Santa Teresa”.

Olyntho Sanmartin conta assim o fato, em sua obra mencionada, páginas 205 e 206:

“Quando a 18 de dezembro (a data não parece combinar com os da-

dos anteriores), os paulistas surpreenderam Santa Teresa, apenas houve o grito de inesperado. Nada de resistência, de luta, de personalismo. Os 4.000 cristãos entregaram-se pacificamente. Inutilmente o Padre Ximenes tentou o resgate, pois as exigências dos preadores eram tais que nada foi possível fazer em benefício dos escravizados. Há o episódio curioso do dia de Natal, em que, em plena missa, se apresentaram diversos mamelucos, com rosários e velas nas mãos, e quando o sacerdote começou a exprobar corajosamente a ação dos invasores, portaram-se tão beatificamente como se aquilo nada fôra com eles”.

“E aos Padres Ximenes e João de Salas fala Pôrto, “História das Missões”, I, 163 deu o chefe (André Fernandes) autorização de se retirarem, o que fizeram em seguida”.

Em seguida não é a expressão própria, tratando-se de Ximenes, o intrépido defensor da liberdade indígena... É o mesmo Pôrto quem por menoriza, a seguir, à página 165, o episódio do Natal:

“Segundo Charlevoix, Techo e outros autores jesuítas, no dia de Natal, entraram na igreja os bandeirantes que, com velas na mão, assistiram às três missas ditas pelo Padre Francisco Ximenes, o qual, subindo ao púlpito, exprobo a injustiça e crueldade com que eles tratavam os índios. Ouviram-no eles com calma e, finda a prática, restituíram dois ajudantes de missa que haviam cativado. Mas, apesar dos rogos dos jesuítas, não consentiram em libertar outros índios da Redução”.

O animoso sacerdote não se limitou a exprobar, com veemência, o procedimento dos bandeirantes, atinente aos catecúmenos. Porém, ainda, correndo embora riscos de vida, tratou de dar aviso e rebate às outras Reduções, enviando um bilhete, por certo incisivo e dramático, ao Padre Antônio Palermo, que dirigia a Redução dos Mártires, no Caaró... E conseguiu que, daqui de Passo Fundo, um índio escapasse da vigilância dos paulistas e levasse urgentemente o recado, com o nobre intuito de salvar os demais Povos missioneiros.

Como se vê da notícia que nos dá Aurélio Pôrto (ibidem, 163), o Padre Ximenes, baseado no que viu e no que estava informado, avisava ao Padre Palermo que “os portugueses haviam dado sôbre a Redução de Santa Teresa, haviam-na destruído, e que já se aproximavam de Caçapá-Guaçu (Redução de Apóstolos, a meio caminho do Caaró), com o

mesmo intento, e que se perderam muitas alfaias, bens, além de gados maiores e menores”.

Noutra informação (Pôrto, *ibidem*, I, 280), especifica-se quanto às perdas sofridas:

“Declararam os Padres Francisco Ximenes e João de Salas que, ao abandonarem Santa Teresa, aldeia destruída por André Fernandes, ali deixaram quantidade superior a 500 cabeças de gado *vacum*”.

Às páginas 281 e 282, dá o autor a informação do Irmão Joaquim de Zubeldia, de que o gado perdido em Santa Teresa foi de 400 cabeças, que deixaram (como aconteceu nas demais Reduções do Tape) “por não poderem transportá-las, quando perseguidos pelos mamelucos, e fugindo de suas contínuas invasões, roubos e hostilidades: se viram obrigados a desamparar seus sítios para salvar suas próprias vidas, etc.”

Outra nota nos dá o Professor José Hansel, em seu livro “A Pérola das Reduções”, página 42:

“Em sua *Ânu*a de 1635, o Padre Romero já faz referência a vacas e porcos. Em Santa Teresa há grande quantidade de porcos e 30 cabeças de cabras que foram transportadas de São Miguel...Com a invasão dos bandeirantes...devem ter ficado em tôda essa vasta região alguns sementais de gado menor, muito embora não se encontrem referências a respeito...”

Recebido o bilhete de Ximenes, que lhe fôra entregue em circunstâncias dramáticas, o Padre Antônio Palermo, por ordem superior, dirigiu-se então à Redução de Santa Teresa, juntamente com o Padre

Gaspar de Siqueira e do Irmão Antônio Bemal (Pôrto, *ibidem*, 163), e de diversos catecúmenos, com a finalidade de auxiliá-los Padres Ximenes e Salas, ambos em triste emergência, buscando ajudá-los no transporte de suas coisas, na retirada de Passo Fundo.

Partindo, pois, do Caaró, o Padre Palermo e seus companheiros estacionaram, em caminho, na Redução de Apóstolos, em Caaçapá-Guaçu (município de Santo Ângelo), “encontrando já muito reduzida a gente que ali estava, devido à fuga de quase todos os índios dêsse Povo e de outros da redondeza, pois que os paulistas já vinham sôbre êles”.

Essa deserção ocorria em vista do anterior aviso de Ximenes que, antes de chegar às mãos de Palermo, devia ter sido visto em Apóstolos,

que ficava no caminho. E, assim, providencialmente, Ximenes, com o seu bilhete, buscou e conseguiu antecipar-se aos acontecimentos.

Entretanto, os Padres Francisco Ximenes e João de Salas afastavam-se de Santa Teresa, abraçando os índios que puderam, com os olhos em pranto, sob a vigilância dos bandeirantes e rumaram para a Redução de Apóstolos, ladeados pelos dois pequenos catecúmenos, liberados por André Fernandes e que seguiam como ajudantes.

Adiante dêles, porém, já seguia um trôço de paulistas e tupis, sob o comando de Paiva e Pedroso, buscando colhêr desprevenidos os índios que encontrassem. Foi, portanto, com êsse trôço de paulistas que o Padre Palermo e seus companheiros, vindos de Apóstolos, se encontraram em primeiro lugar, topando com êles em caminho, antes de avistarem Ximenes e Salas.

Quando vinham vindo, pois, os elementos socorristas, “lhes saíram à frente seis ou sete portugueses, com alguns tupis (Aurélio Pôrto, *ibidem*, 163), todos armados com alfanges (espadas), rodela (escudos), escupis e escopetas (armas de tiro), com os quais apontaram contra os padres e seus companheiros, no intuito de arcabuzá-los. Em seguida (os bandeirantes) tomaram-lhe os índios que os acompanhavam, maltratando-os com palavras e ferindo-os com os alfanges e querendo aposar-se das coisas que levavam para a viagem” (declaração do Padre

Palermo, em 4 de fevereiro de 1638). A muito custo livraram-se dos portugueses.

Assim desimpedidos, prosseguiram os padres a jornada, em direção de Santa Teresa, buscando Ximenes e Salas, a fim de assisti-los.

Deviam ter-se encontrado, ao que parece, ainda na região de Carazinho, e contaram-lhe os retirantes o drama por que haviam passado e que “os mamelucos haviam destruído aquela Redução (Santa Teresa) e cativado grande número de índios, obrigando-os a abandonar ali mais de 500 cabeças de gado vacum que havia na Redução e outras coisas de muito preço”.

E foi assim que se retirou Francisco Ximenes, defensor da liberdade indígena, desaparecendo, desde então, da história passofundense. Com êle se afastava também um dos mais belos ciclos da vida missionária em terras rio-grandenses.

A preia de índios, em Santa Teresa, num cálculo reduzido, não podia ter sido menos que três mil almas, entre homens, mulheres e crianças, tendo-se em vista que estavam matriculados 4.000, como vimos atrás, além dos que afluíram, em chusma, de tôda a parte, fugindo das Missões destruídas pela bandeira de Raposo e de André Fernandes.

Segundo o costume, uma vez aprisionados, eram os índios masculinos engatados pelo pescoço, em gargalheiras, ligados a compridas correntes de ferro.

O modo como se aprisionavam os índios, durante o ataque paulista às aldeias, vem assim relatado pelo Padre Inácio de Sequeira, como vimos nos capítulos iniciais, como se menciona em “História da Companhia de Jesus no Brasil”, de Serafim Leite:

“Com mão armada, sem outros resgates que o da espada e pelouro, e chegando a qualquer povoação, tomam à fôrça aquela gente que mais lhes contenta que é sempre o mais lustroso mulhero e alguns mancebos e meninos dos mais vivos e espertos. Sem respeito algum a matrimónio natural, tiram as mulheres aos maridos; ao pai, os filhos; às mães, se são de idade, os filhos que mais lhes contentam, arrebatando-lhes dos braços, deixando a gente mais inocente em lastimoso pranto...”

Qual teria sido o fim de Guaraé, bravo cacique da Redução de Santa Teresa?

Os documentos jesuíticos nada dizem, e isso porque os únicos informantes dessa fonte, os Padres Francisco Ximenes e João de Salas, tão preocupados estavam com o trágico destino de suas Reduções, não se detiveram em assinalações pessoais, principalmente porque deixaram logo Passo Fundo, ao receberem permissão de André Fernandes.

Ê pois conjecturável tenha sido aprisionado, como aconteceu com a grande maioria de seus índios.

Sua ação devia processar-se mais tarde, depois de a bandeira de André Fernandes deixar as paragens passofundenses, em demanda de São Paulo.

Efetivamente, graves acontecimentos registraram-se nessa jornada, como veremos a seu tempo.

Aprisionado, devia curtir, com seus índios, o travo amargo do cativo, obrigado a ajudar os paulistas nas obras de fortificações, plantios

das roças, durante bom período, enquanto os bandeirantes estacionassem no Curiti que, a partir de então, ganharia o nome de Pinhais, tradução do termo guarani, justificando a denominação já dada pelos jesuítas às Reduções de Santa Teresa de Los Pinales y Yerbazales (Aurélio Pôrto, “Terra Farroupilha”, página 68).

QUINTA PARTE

IGAÍ OU PINHAIS - CENTRO DO BANDEIRISMO NO RIO GRANDE DO SUL

PINHAIS, CENTRO DO BANDEIRISMO NO RIO GRANDE DO SUL

André Fernandes devia ser uma figura singular e extraordinária do bandeirismo, em terras do Rio Grande do Sul.

Verificamos, efetivamente, que entre todos os paulistas que, no século 17, pisaram terras rio-grandenses, foi êle talvez o único que teve uma intuição clara do papel que deviam representar, no movimento expansionista, as entradas piratininganas no extremo sul do País.

Diferentemente de Antônio Raposo Tavares e dos demais bandeirantes que invadiram os sertões gaúchos, André Fernandes não veio unicamente com o objetivo de “incursão preadora”, de interêsse particular, mas sonhou com o domínio destas terras, vendo nelas algo de grandioso e promissor.

Para isso, planejou e executou, em Passo Fundo, um plano arrojado, compreendendo bem a situação estratégica do território: fêz erguer, junto à destruída Redução de Santa Teresa, um povoado permanente, nêle postando, como administrador e orientador espiritual, seu próprio filho, o padre jesuíta Francisco Fernandes de Oliveira.

Escreve Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, páginas 204 e 205:

“Brasílio de Magalhães classifica André Fernandes como ‘um dos maiores apresadores de índios das aldeias do sul’, e diz mais que “entre os paulistas que, no primeiro quartel do século 17, mais se notabilizaram pela sua fecunda atividade, trazendo índios dos sertões longínquos e com êles semeando povoações na terra bandeirante, contam-se três irmãos, a quem se aplicou o agnome de Povoadores: André, Baltasar e Domingos Fernandes”.

André Fernandes repetiria, assim, em Passo Fundo, seus feitos em terras paulistanas: criaria um povoado de índios. E assim foi efetivamente.

“A 21 de outubro (ou agosto) de 1669, apresentaram-se em São Tomé dois índios, foragidos de São Paulo, para onde foram levados meninos, por ocasião dos ataques às Reduções...Entre outras declarações, disseram que `nos Pinhais, junto ao Povo que foi de Santa Teresa, destruído por André Fernandes ... se havia fundado um Povo de índios, cujo cura é o filho do dito André Fernandes, onde se juntam os portugueses que saem de São Paulo para as malocas; e ali se aviam de comida e do quanto necessário, para a vinda e para a volta´ (Sanmartin, *ibidem*, 203 e 204 Aurélio Pôrto, “História das Missões”, I, 195 e 196).

Conforme ainda Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 192 e 193, numa inquirição procedida na Doutrina de Japeju, de prisioneiros procedentes de São Paulo, revelou-se que, nesta e noutras ocasiões (a inquirição é de 1656), “muitas tropas saíram de São Paulo e de um pôsto que chamam de Igaí Jacuí haviam construído um forte e paliçada, onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora, e para ali conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte”.

Pinhais ou Pôsto de Igaí e ainda Pôsto de André Fernandes, foi, portanto, um povoado que permaneceu, a despeito das flutuações da guerra, por mais de 30 anos e, seguramente, 40, em terras de Passo Fundo; e, significativamente decênios depois do desbarato paulista de Mbororé, o que não só atesta sua pujança e teimoso arraigamento à terra dos tapes, mas também o completo domínio da região, desde o litoral, aliás, tóda a Ibia ou Ibiacá

Alfredo Ellis Júnior, em nota de n.º 97, página 171 de seu livro “Meio Século de Bandeirismo”, diz lacônicamente que André Fernandes tinha uma “base de operações que era a antiga Redução de Santa Teresa”.

Na realidade, o Curiti ou Pinhais foi mais do que isto, como se verifica pela passagem divulgada por Olyntho Sanmartin e Aurélio Pôrto, citada acima, e ainda pelas seguintes menções dos mesmos autores:

Em “Terra Farroupilha”, página 67, escreve Aurélio Pôrto:

“Santa Teresa, no dizer dos padres, era um verdadeiro vergel e ponto estratégico admirável para as incursões paulistas, como o compreendeu o Capitão André Fernandes, que daí levou a maior parte aos índios, a que se refere sua mulher, etc.”.

Assinala o referido historiador, à página 166, volume I, de sua “História das Missões”:

“Compreendeu o Capitão André Fernandes a importância estratégica da povoação...organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu, paliçadas e a ocupou definitivamente...”

Transformou Santa Teresa em baluarte do bandeirismo no Rio Grande do Sul, elegendo-a em substituição a Taiaçuapé e Pirajubi (postos de concentração de escravos, no rio Taquari e no Rio Pardo).

Justa, portanto, a afirmação de Aurélio Pôrto, em “Terra Farroupilha”, página 68:

“Junto, numa ameaça constante (para as Reduções jesuíticas), ficara, em Santa Teresa de Los Pinales y Yerbazales, uma avançada permanente de bandeirantes, tendo à frente o Padre Francisco, filho do insigne André Fernandes, para aprovisionar as bandeiras que sucedessem a seu pai, nos sertões rio-grandenses...”

Olyntho Sanmartin, obra citada, à página 204, confirma que o “filho do conquistador, Padre Francisco Fernandes de Oliveira... ficou com a primazia espiritual de Santa Teresa de Los Pinales, transformada em pôsto de socorro, com abastecimento completo aos apelos bandeirantes”.

Essa posição de proeminência dada ao local é novamente assinalada por Aurélio Pôrto:

“Santa Teresa de Los Pinales, ou Curiti, como a denomina o Padre Alfaro, estava em situação vantajosa para se tornar um interposto de aprovisionamento de futuras bandeiras que demandassem as doutrinas jesuíticas” (“História das Missões”, I, 165) - acrescentando:

“Já então aberto pelos índios um caminho ligava a São Carlos do Caapi e outras aldeias cristãs, da bacia do Ijuí. Assinalada no mapa de Carrafa, essa via de penetração entrava no Rio Grande do Sul, acima da foz do Ijuí, perto da Redução de

Assunção; continuava pelos atuais campos de Santo Cristo (Caapi, adita Pôrto), e Santo Ângelo, pela divisa de águas entre o Ijuí e Carandaí; atravessava o Campo do Meio e penetrava, pelas pontas do Uruguai, em Santa Catarina, a sair no litoral, acima do rio Tijucas”.

Passo Fundo e, portanto Santa Teresa, era o centro geográfico e pontos-chave dessa importante via.

Mario Calvet Fagundes, num excelente estudo geográfico (Separata do “Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul”, ano VI, n.º 12, página 8), conta-nos judiciosamente:

“O território de Passo Fundo constituiu o ponto convergente das colunas desbravadoras dos bandeirantes contra os padres missioneiros... A eleição dos caminhos de penetração do território já estava, pela própria fisiografia natural, imposta nas andanças do índio primitivo e histórico da região, e se consolida pelos invasores, quando são conduzidos pelas linhas dos tributários do rio Uruguai que lhes descortina as facilidades do terreno do planalto”.

Já à página 6, o autor dizia:

“Por isso mesmo, é o município de Passo Fundo um centro geográfico de vasta região do Planalto Médio, divisora de águas das bacias do rio Uruguai e do Jacuí-Taquari, confluentes do estuário do Guaíba. O imperativo geográfico que impulsionou o traçado inicial das ligações do sul do Estado com o norte do país, e vice-versa, fêz da região do Planalto Médio um lugar comum da expansão humana, dando nascimento a um crivo de caminhos que consolidavam o intercâmbio dos núcleos populacionais estabelecidos em tôdas as direções da região”.

Essa visão ampla do terreno bem a teve o espírito esclarecido de André Fernandes.

De outro lado, se levarmos em conta o padrão bandeirante, é justo que se proclame, a esta altura, que o egrégio André Fernandes procedeu com bondade e respeito, no contato com os veneráveis jesuítas de Santa Teresa, que foram êsses magníficos Padres Ximenes e João de Salas, verdadeiros exemplos de sacrifício e santidade.

Tratou-os benignamente em todo o tempo que se mantiveram no arraial bandeirante, cedendo-lhes, inclusive, dois ajudantes de missa, o que é procedimento incomum entre aquêles endurecidos caçadores de índios.

Seu trato para com os silvícolas passofundenses também foi humano, não se tendo notícia de nenhum excesso ou mortes, ao costume de outros bandeirantes que invadiram as Reduções. Em nota n.º 84, Au-

rélio Pôrto escreve, em sua “História das Missões”, I, 164, a propósito da magnanimidade dêsse grande paulista para com os índios: “... sua mulher, D. Antônia de Oliveira, declarou que as muitas pessoas indígenas que estavam sob a administração do casal, tinham vindo espontaneamente do sertão, atraídas pelo bom tratamento que lhes dava seu marido, o Capitão André Fernandes”.

Cumpre-nos, agora, considerar um importante aspecto:

Até aqui estávamos convencidos de que os bandeirantes, em suas incursões pelo Rio Grande, tinham um só objetivo: a preação dos nossos índios, sem alimentar desejo de posse da terra.

Êsse também tem sido o pensamento de muitos autores, pretendendo que a fixação bandeirante, em terra gaúcha, só se processou no século seguinte, com as avançadas de João Magalhães.

Retificamos, agora, essa opinião, graças, porém, à iniciativa de um homem verdadeiramente insigne, como foi André Fernandes.

Não é possível, assim, dizer que não houve conquista da terra, nem desejo de fixação, com referência ao bandeirismo seiscentista, no Rio Grande do Sul, quando, com o povoado de André Fernandes, nas imediações da destruída Santa Teresa, permanecem os paulistas aqui, por mais de 30 anos, como atestam Olyntho Sanmartin e Aurélio Pôrto, eméritos historiadores rio-grandenses, baseados em bons documentos...E somente se afastaram tais bandeirantes diante da impossibilidade de sustentar essa posição, tão distante da terra natal e em pleno coração dos domínios jesuíticos, enfrentando um gentio cada vez mais agressivo, como os guaianás, e hostes organizadas, como as dos tapes ou guaranis.

Como se verifica das declarações dos índios passofundenses, fugidos de São Paulo na menção supra de Sanmartin e Pôrto os bandeirantes fundaram, em Passo Fundo, “um Povo de índios”, que havia permanecido até a época da fuga dos declarantes (1669), depois de 32 anos da destruição de Santa Teresa.

Foi mais do que uma conquista pelas armas, Representou a fixação no território, com o erguimento de um povoado, ao estilo bandeirante, lugar constantemente procurado e ardentemente desejado, estância amena, encravada nos desertos, onde as falanges paulistanas podiam ter

parada, depois de muito errarem pelos sertões inóspitos, e onde podiam não só estar em segurança, mas ainda se reabastecerem do necessário, suprindo suas muitas faltas e lugar, enfim, onde ganhavam alento para o recomêço de suas fainas preadores e guerreiras.

Lamentavelmente, a mercadoria aqui procurada não era o ouro nem a esmeralda, fatores de fixação, como sucedeu em Minas e Cuiabá. Nossa mercadoria era o elemento humano, braços para as lavouras... Uma vez esgotadas as possibilidades de sua obtenção, nada mais havia que fazer, senão realizar a debandada...

Tão distante de São Paulo, que não passava também de um povoado, não era possível o estabelecimento, aqui, de fazendas ou quaisquer tipos de estabelecimentos rendosos, que pudessem atrair ousados desbravadores.

Todavia, aqui plantaram, utilizando o braço escravo, como em todo o Brasil. Aqui tiveram igualmente criação de gado maior e menor, de aves, etc., aproveitando, inclusive, as rêses arrebanhadas aos jesuítas. Mas, se negócio havia, era só entre o próprio elemento bandeirante que por aqui aparecia, depois de longas caminhadas pelos sertões bravios. Não podiam, sem dúvida, contar com o comércio paraguaio ou platino, cercados que estavam pelas hostes aguerridas dos tapes e guaranis; sem falar das determinações proibitivas de parte do govêrno espanhol. Este foi, sem dúvida, um dos motivos que determinaram o abandono dos Pinhais, depois de muitos decênios de fixação e prosperidades.

Após ter sido grandiosa na fase missionária, Santa Teresa, sob o domínio mameluco, tornou-se a capital do bandeirismo no Rio Grande do Sul, devido à visão portentosa de um varão de estirpe, como foi o notável André Fernandes.

A posição estratégica, reconhecida por jesuítas e bandeirantes, conferia à povoação de Pinhais uma importância primacial.

Daqui, os paulistas devassavam os caminhos para oeste, em demanda das Reduções do Uruguai; e daqui cortavam pelas vias do Botucaraí, investindo contra as populações do Baixo-Jacuí, ao Sul; e ainda faziam batidas na bacia do Ibicuí, no extremo sudoeste rio-grandense.

Antes de concluirmos êste capítulo, cumpre-nos esclarecer um ponto importante:

Qual o verdadeiro nome do povoado bandeirante, estabelecido em terras passofundenses?

Temos adotado o de Pinhais, como era designada a localidade pelos jesuítas e catecúmenos (Pinales). K a tradução de Curiti, primitivo nome guaraníctico desta paragem serrana, celebrada antigamente pelos seus altos e densos pinheirais nativos.

Como já vimos, os índios passofundenses, fugidos de São Paulo, em 1669, a que nos referimos anteriormente, citaram que “nos Pinhais junto ao Povo que foi de Santa Teresa...se fundou um Povo de índios, etc.” identificando perfeitamente o lugar.

Entretanto, o nome legado pelos bandeirantes foi o de Igaí, que era o primitivo nome do rio Jacuí, no alto da serra e também em muitos outros trechos de seu curso, daí, possivelmente, as formas Igaíba, Iguaiíba e, por fim Guaíba, o formoso estuário que banha Pôrto Alegre. O nome Igaí, dado pelos bandeirantes, pela proximidade do pôsto com o rio Jacuí, confere com o que foi dado à Redução passofundense, mencionada, por isso, em alguns autores, como o Cónego Gay, Evaristo Afonso de Castro e Hemetério José Veloso da Silveira, pelo nome de Santa Teresa do Jacuí.

Sôbre a denominação Igaí, imposta pelos paulistas à referida povoação, temos o seguinte informe, já transcrito de “História de Missões”, do Aurélio Pôrto, volume I, página 193, com referência ao depoimento de prisioneiros bandeirantes, em 1656, perante as autoridades missionneiras do Japeju:

“Revelou a inquirição dos mulatos e prisioneiros restantes que, nesta e noutras ocasiões, muitas tropas saíram de São Paulo e, em um pôsto, que chamam de Igaí Jacuí, haviam construído um forte e paliçada, onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora, e para ali conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte”.

Num estudo sôbre “O Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga”, constante do número 103, da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, ano de 1946, página 294, lemos:

“Iguaí ficará, no entanto, nesse estuário formidável que é o “seio das águas”, da bacia do Jacuí, afetando a forma de Iguaiíba o Guaíba

atual e numa das nascentes mais extremas do grande rio, êsse modesto Igaí, que desce da serra, formando uma das origens do Jacuí”.

O rio, pois, começa com o nome de Igaí. O General Ptolomeu de Assis Brasil, em seu livro “Batalha de Caiboaté”, página 55, em nota de fim de página, esclarece também:

“Até hoje ainda, um dos principais ramos do Jacuí, em Cima da Serra, se chama Gaí ou Igaí”.

Êsse ramo formador do Jacuí é o que nasce no município de Passo Fundo, o qual, por algum tempo, não era dado como o verdadeiro Jacuí, posição que, por alguns, era concedida ao atual Jacuí-Mirim, como foi amplamente estudado no começo dêste trabalho.

O nome Igaí, dado ao pôsto bandeirante de Passo Fundo é o autêntico nome da povoação paulista de que tratamos.

Temos, porém, preferido Pinhais porque essa denominação foi a que perdurou mais tempo, conservando-se ainda no segundo período jesuítico, por tradição que remonta aos primitivos habitantes guaranis.

ATAQUE À PROVÍNCIA JESUÍTICA DO URUGUAI

Em Santa Teresa, onde se haviam concentrado os elementos de André Fernandes, realizou-se o conselho bandeirante, decidindo a divisão do contingente em duas colunas: uma permaneceria no povoado conquistado, sob as ordens do próprio Fernandes, que daria batida nas cabildas indígenas da redondeza e apresaria os catecúmenos extraviados; e outra, sob o comando de Francisco de Paiva e Antônio Pedroso, iria ao assalto das Reduções da Província do Uruguai.

Saindo dos Pinhais (Passo Fundo), onde ficou Fernandes com sua gente e sua avultada preia, dirigiram-se Paiva e Pedroso para oeste, transpondo a tapume de pedras, no Passo do rio da Várzea (trecho dêste rio, que toma o nome de Portão Velho), encontrando, sem dúvida abandonada essa fortificação jesuítica, que fazia divisa entre as Províncias do Tape e Uruguai.

Desfecharam, então, seu primeiro assalto, que foi contra a Redução

de São Carlos do Caapi, no extremo oeste do atual município de Carazinho, destruindo êsse baluarte missioneiro. Dali, os bandeirantes seguiram, em busca da Redução de Apóstolos, na região do Caaçapá-Guaçu, atual município de Santo Ângelo.

“-Magnífica fôra a preia de índios”, na primeira Redução diz Aurélio Pôrto, “História das Missões”, I, 167 e “para não avolumar a bandeira, haviam sido remetidos às paliçadas de Santa Teresa”.

“Êsses índios de São Carlos são, assim, a primeira leva que, de fora, chegava aos Pinhais (Passo Fundo), para concentração, antes da remessa para São Paulo.

“Em Apóstolos (Caaçapá-Guaçu), 15 léguas de 17 e meio ao grau, além de São Carlos, houveram também considerável prêsa” escreve o mesmo autor, que acrescenta:

“Daí rumou o contingente para a Redução destruída de Candelária, nos campos de Caaçapá-Mini, onde ficou até o fim do mês de fevereiro, depois de ter feito incursões por Caaró, não constando, porém, que chegasse até São Nicolau. Localizados em Candelária, fortificaram-se os paulistas em grandes paliçadas, a que recolhiam os índios cativados na região. E nesta paliçada estiveram até fins de fevereiro”.

Ali, pois, se estabeleceram Francisco de Paiva e Antônio Pedroso, na fortificação do Caaçapá-Mini, atual município de São Luís Gonzaga, elegendo a região do rio Piratini para seus quartéis, como pontas de lança, no coração da Província jesuítica do Uruguai, tendo à retaguarda os fortins de Santa Teresa, fonte de constantes abastecimentos e socorros e que serviria de refúgio para o caso de um malogro.

“Nesse meio tempo, dizem os historiadores, embora silenciem os documentos que temos em mão (Pôrto é quem fala), o Padre Diogo Alfaro, que pessoalmente fôra ao encontro dos bandeirantes, teria organizado um exército de catecúmenos, forte de 1.500 combatentes, “que resistiram desesperadamente, até que, dada a superioridade numérica dos mamelucos, foram postos em fuga”.

“Logo depois narra ainda foi organizado um outro exército de 1.300 índios cristãos que resistiram, no comêço, com vantagem, aos bandeirantes; mas, assustados, novamente debandaram até o povoado de Caaró ao qual pegaram fogo”.

“Certo é, porém informa Pôrto o auxílio espanhol de onze soldados que, sob o comando do Mestre de Campo D. Gabriel Insurrealde, por ordem de D. Mendo de La Cueva e Benavides, Governador do Rio da Prata, Tape e Ibiaçá, acudiu ao apêlo reiterado do Padre Simão Maceta, em Corrientes”.

Depois de considerações que não interessam ao caso, o egrégio historiador continua à página 169, volume I, de sua citada “História das Missões”:

“Em meados de fevereiro, em São Nicolau de Piratini, onde se encontra, recebe o Padre Alfaro ordem de excomunhão maior, que lhe manda o Bispo de Buenos Aires, para ser notificada aos paulistas que se encontram em Candelária (Caaçapá-Mini), se continuarem êles a cometer depredações e cativar índios das Doutrinas cristãs. E em data de 19 de fevereiro, adverte (o padre) “ao Capitão André Fernandes (aliás, ausente nessa ação), Baltasar Fernandes, ao Capitão fulano (Antônio) Pedroso, ao Capitão Domingos Alvares e fulano Prieto” e “outros muitos portugueses e castelhanos (?) contra cédulas de Sua Majestade”, que não mais entrem nas Reduções, destruindo-as e cativando índios cristãos, sob pena de excomunhão maior”.

Diz o autor que a intimação foi feita pelo Padre Alfaro a 25 de fevereiro, diante de Candelária (Caaçapá-Mini), onde se encontravam os paulistas. Presenciaram-na, de parte dos agredidos, o Padre Pedro Romero, o notário apostólico, Padre João Batista Hornos, o Mestre de Campo Insurrealde e muitos outros; e da parte dos bandeirantes, Francisco de Paiva, Antônio Pedroso e outros que, ao final, “destruíram as citações”.

Nova notificação foi feita (ibidem, 170), sem resultados práticos.

“A primeiro de março, determinou ainda o Padre Aliaro que, pela última vez, o Padre Hornos fôsse à paliçada dos bandeirantes...Mas o Padre já encontrou a paliçada deserta...”

Aurélio Pôrto não mencionou o ataque a São Nicolau que, todavia, segundo outros autores, se efetivou de maneira fulminante.

“Levando mais de 2.000 cativos conta Pôrto, ibidem, 171 êsses trinta bandeirantes, sob o comando de Paiva e Pedroso, abalaram das paliçadas de Caaçapá-Mini (Candelária), sem serem molestados pelos índios e pelos espanhóis, e atingiram Apóstolos (Caaçapá-Guaçu), e daí

passando novamente por São Carlos do Caapi, reuniram-se ao grosso da bandeira de André Fernandes, que estava em Santa Teresa”.

CAÇADA GERAL AO ÍNDIO NO RIO GRANDE

“Longa foi a permanência de André Fernandes no seu povoado de Pinhais, no coração de Passo Fundo, lançando daqui os formidáveis tentáculos dos bandeirantes para todo o Rio Grande do Sul.

Diz Alfredo Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista”, página 162:

Dois anos (três, dizem outros documentos) levou a gente paulista de Francisco Bueno (aliás, de André Fernandes, seu substituto), internada no sertão. Sustentou ela as mais ardorosas pelejas, como atestam os numerosos falecimentos de bandeirantes, assinalados pelos muitos inventários feitos no sertão. Foi ela, sem dúvida, uma das mais notáveis façanhas em tôda a história do bandeirismo paulista e um dos mais memoráveis capítulos na história da conquista do Rio Grande do Sul pelos nossos vetustos antepassados, na luta tremenda, sustentada por eles contra o jesuíta e o castelhano, para a maior glória da nossa história paulista”.

Assim, durante quase três anos inteiros 1638 a 1640 os bandeirantes de André Fernandes estagiaram nos Pinhais, junto à destruída Redução de Santa Teresa, daqui saindo continuamente os contingentes paulistas, para as diversas direções do Rio Grande, na faina incansável de prear índios e concentrá-los, aos milhares, nos mangueirões passo-fundenses.

Sobre êsses fatos, escreve Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, página 208:

“Por tôda a região reinava a apreensão, o terror sistematizado. Muitos índios espavoridos, dispersos, desorientados, incorporavam-se ao inimigo. Em São Nicolau, apresentaram-se 218; São Miguel, 364; São José, 370; Santa Teresa, 790; em Candelária, 99.

As migrações eram delirantes nas suas marchas sertanejas, apesar de todo o amor votado à terra, onde muitos índios preferiram ficar diante mesmo de todos os perigos. Ruía, assim, acrescenta o edifício gigan-

tesco que, dia a dia, crescia e prosperava, diante do esforço cristão e de uma moral perfeitamente humana. A bandeira de 1637 fôra o complemento terrível à de 1636. Completavam-se, e atraíam novas investidas, até o colapso derradeiro dêsse estranho e corajoso trabalho espiritual que medrava nos sertões do Rio Grande. Tôda a região se despovoava, diante das ameaças, das notícias falaciosas e insensatas que corriam por tôdas as Reduções. O sentido de resistência era substituído pela idéia de salvar-se. O heroísmo, esquecido, diante do fantasma da fuga”.

E o autor conclui:

“Assim, Caaró, Candelária, Apóstolos e São Carlos ficaram inesperadamente desertas, e a luta entre os próprios índolas, cristãos e bárbaros, sob a guia dos pajés, entrechocava-se e debilitava mais ainda o que era possível opor contra o invasor do norte São Cosme e São Damião, São Tomé e São José foram assoladas e resistiram, mas o espírito de paz e de trabalho desaparecia brutalmente. Era a ruína que se esboçava na vasta zona do Tape e do Alto-Uruguai, na sua região oriental. Na fuga, deixavam os jesuítas, entre outros valores, a opulenta riqueza representada por quinze mil cabeças de gado”.

Todavia, os bandeirantes encontravam, aqui e ali, alguma resistência. Escreve Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, 171:

“Conta Montoya, em carta de 30 de setembro de 1638, que um índio de São Cristóvão, que conseguiu fugir dos paulistas, de quem fôra prisioneiro, enganou a um tal Pedroso (devia ser, sem dúvida, um dos cabos bandeirantes, Antônio Pedroso), e o trouxe até o Capivari e avisou os de Caratuí (possivelmente no município de Encruzilhada), para que lhe fizessem uma cilada. Assim o fizeram, e deram sôbre os tupis (elementos da bandeira) que resistiram, matando quatro (tupis) e o português (Pedroso), sem disparar seu arcabuz, se meteu no mato e deixou sua linda rêde, manta, capote, etc. E é fama que o mataram além de Jesus-Maria”.

“Se bem que inexata a última parte acrescenta Pôrto, *ibidem*, 172-mostra, entretanto, a informação, o percurso de volta da bandeira que, de Santa Teresa, desceria até Jesus-Maria, voltando pelo rio Taquari, como fizera a de Raposo Tavares”.

Nisso, porém, erra o emérito Pôrto, e exata está a informação de

Montoya. É inconcebível um tal percurso, quando, de Santa Teresa, podia, como pôde, seguir pelo divisor de águas, por Lagoa Vermelha e Vacaria, até o Passo de Santa Vitória... O que ocorreu com o sertanista Pedroso não podia ser outra coisa senão que, na fuga, rumou para a Serra do Butucaraí, onde se situava Jesus-Maria, Redução destruída por Antônio Raposo, para dali, seguindo sempre pela serra, ganhar os Pinhais, onde se encontravam os estabelecimentos de André Fernandes, de onde partira para a preia de índios.

Olyntho Sanmartin, *ibidem*, 206, comentando êsse período singular da história rio-grandense, fala nestes termos:

“Notável particularidade é essa, igualmente, do Padre Francisco Fernandes de Oliveira, filho dó conquistador, ordenado no Paraguai, que presidiu o povoado (de Pinhais), transformado em pôsto de concentração, onde eram reunidos os índios caçados. A religião, no seu nobre papel de humanidade, em conflito com sua própria doutrina”. Todavia isso e natural, visto que a religião, conforme a doutrina cristã, se distingue os vitoriosos dos pecadores, é para dar mais ênfase na conquista dêstes últimos.

Foi, efetivamente, mortal para a causa jesuítica, no Rio Grande do Sul, o estabelecimento do povoado paulista de Pinhais, assinalando Passo Fundo como ponto centralizador das caçadas ao índio reduzido, depois de ter sido Santa Teresa a sede da libertação dos escravos, ao tempo do venerável Ximenes.

Sim, depois de ter sido o centro orientador de todas as Reduções do Tape, em vista da facilidade de comunicações entre as Províncias do Tape e do Uruguai; depois de ter sido o centro das operações para as entradas na Ibia, como um farol de irradiação catequética passou a ser, por zombaria dos facros, o centro estratégico das investidas bandeirantes contra os mesmos jesuítas... Antes, representava a idéia de liberdade, acenando aos índios com o repúdio à escravidão; agora, torna-se a cidadela de um império escravocrata um símbolo de opressão e de terror, em todo o Rio Grande do Sul.

Contando o que representou para o jesuitismo a penetração de André Fernandes, diz, com muito realismo, o emérito historiador Sanmartin, em sua obra várias vezes mencionada, à página 207:

“Os efeitos dessa segunda entrada eram consequência da primeira, influxo do choque verificado um ano antes. Era bem a alma inculta do homem das selvas que se mostrava, que se despia e se confessava ainda pouco polida, mal identificada ao regime jesuítico. A obra era recente e não dera tempo de amadurecimento, no vasto panorama psicológico. Vibrava no seu seio a imagem bárbara dos sertões, a índole nômade dos seus avós, sob o pêso de uma ancestralidade indômita. Raposo iniciara a desordem material em todo o vasto acampamento das Reduções do Tape, e André Fernandes incentivava a descrença, rompia os vínculos da fé entre a massa congregada pelo valor da catequese. Dividira as opiniões, fragmentara o espírito de unidade, e a própria luta armada se revestira, entre os índios reduzidos, de um tênue e subterrâneo fumo de ceticismo. Desesperavam-se os pobres índios, em sua triste situação. E o desamor à obra jesuítica tinha seu fundamento exatamente pela coincidência do que vinha ocorrendo. Enquanto viviam na sua rusticidade selvagem, não eram elementos alvejados pela cobiça de posse dos portugueses, como agora que já tinham recebido seu verniz de civilidade”.

De fato, os índios bem que perceberam a dolorosa situação: de um lado, regozijavam-se por terem saído da selvageria, e, de outro, recriminavam-se amargamente do benefício, diante da preferência dos paulistas pelos aborígenes cristianizados.

Foi próprio Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 195, quem o expressa claramente:

“Entre a escravidão do índio das selvas, ainda não civilizado, e o índio manso das Reduções jesuíticas, já catequizado, já chamado a si pela civilização, os bandeirantes, evidentemente, preferiam êstes. É a própria razão natural das coisas que isso faz raciocinar. Também assim se manifesta Basílio de Magalhães, ‘Expansão Geográfica’, 117, citando Capistrano”.

Comenta Sanmartin, *ibidem*, 207:

“A rebeldia esboçava-se entre os índios descrentes. Os laços de coesão, tôda a firmeza de unidade social periclitava, e o pensamento daqueles pobres homens da selva era o delito, a conspiração, o desfecho de um jugo que, parecendo humano, agora apresentava a fisionomia de uma traição, de uma ignomínia, de um crime sacrílego”.

E conta:

“O índio convertido, Manuel Jaguacuabucá, incumbira-se, até, de eliminar os missionários, por considerá-los mancomunados com os mamelucos”.

Sem precedentes foi o vulto considerável de índios apresados por André Fernandes. Os pobres eram concentrados em Passo Fundo, num regime indizível de internamento. O povoado local devia apresentar um aspecto único, em tôda a história brasileira.

“Como resultado dessa razia devastadora escreve Ellis, em “Meio Século de Bandeirismo”, 170 teria essa bandeira...feito um apresamento fartíssimo, pois só a Redução de Santa Teresa tinha cêrca de 4.000 catecúmenos. Penso acrescenta o autor que, pelo menos, 20.000 índios foram apresados e conduzidos ao Planalto” (São Paulo).

O mesmo Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista”, à página 160, menciona com ufania:

“Com êste último sucesso, foram os jesuítas expulsos para além rio Uruguai. Apenas lhes ficaram, das duas florescentes províncias de Tape e Uruguai, as Reduções situadas sôbre o Ibicuí que, mais a sudoeste, ainda não tinham sido atingidas pelas incursões formidáveis dos moradores de São Paulo”.

REGRESSO DRAMÁTICO DE ANDRÉ FERNANDES

O Padre Inácio de Sequeira, em página inolvidável, contida na “História da Companhia de Jesus no Brasil”, de Serafim Leite (volume VI, capítulo “Derradeiras Missões aos Patos”) narra a tragédia dos índios apresados, tangidos como animais, dêstes confins do Brasil até o planalto piratiningano.

“Vendo-se assim apartar tão cruelmente, não só da pátria maviosa em que nasceram, em que se tinham criado, mas ainda dos filhos caros que sempre foram, para tôda a nação, os mais doces penhores do mais terno sentimento dos quais uns ficavam pelos matos, embrenhados, onde, para fugirem das unhas desumanas dos portugueses, iam cair nas

dos tigres carniceiros...Basta dizer que...um português, que descera do sertão, com muita gente, e chegando à praia (Laguna), só em um lugar lhe morreram quase duzentas almas, cujos corpos inteiros (e muitos deles deitados em suas rêdes, mirrados dos grandes ventos e frios que os não deixam apodrecer) ali estavam: criancinhas mortas aos peitos das mães...E deste caso se verá que, para os portugueses trazerem doze mil carijós cada ano, hão de partir do sertão com vinte e quatro mil...Também acontece que, muitas vezes, não podendo as criancinhas aturar o passo apressado...se chegam a elas os portugueses; e com uma desumanidade de mais que feras, lhes partem a cabeça com as espadas para que a mãe ou o pai se não detenham, ou tornem atrás...”

A condução dos índios de Santa Teresa e das demais Reduções rio-grandenses, aglomeradas em Passo Fundo, foi feita por terra, sendo uma das jornadas mais acidentadas que há na história do bandeirismo.

A sua demora pelo caminho causou graves preocupações à gente de São Paulo.

Inscreve Aurélio Pôrto, em sua «História das Missões», I, 172:

«Demorada foi a volta a São Paulo, pois em fins de janeiro de 1639, não havia notícias da bandeira em que vinha o Capitão Jerônimo Bueno, motivo por que não se fizeram as partilhas do inventário de seu irmão, Capitão Francisco Bueno, morto no sertão, ‘pelo trazer seu irmão Jerônimo Bueno e até agora não é chegado nem novas dele’. Mas grande parte dela teria voltado anteriormente, como já se referiu páginas atrás».

A demora a que o autor se refere foi devida, em parte, como já vimos, ao fato de terem estacionado longamente em Santa Teresa, o que era ignorado pela gente de São Paulo.

Alfredo Ellis Júnior, em «Meio Século de Bandeirismo», páginas 170 e 171, dá a seguinte notícia:

«A bandeira chegou a São Paulo, de volta de sua peregrinação pelo sul, a 19 de março de 1639, quando surge um dos expedicionários, João Pais Málio, que figura no inventário de Francisco Bueno, a que então se procedeu judicialmente, pois morrera no sertão. Parte da bandeira, porém, desgarrou-se e voltou ao povoado (São Paulo), muito antes, por isso que diversos de seus membros figuram, em São Paulo, desde o ano anterior...» Como vimos, isso ainda deve referir-se à primitiva leva de

Francisco Bueno, morto no sertão do Taquari, e não propriamente aos elementos de André Fernandes, detido em Passo Fundo.

Diz o mesmo autor, em sua nota n.º 100, da aludida obra:

«A bandeira, para percorrer 1.000 quilómetros na ida, mais de mil na volta, e cêrca de 500 quilómetros no Tape, levou dois anos e dois meses, ou sejam 790 dias. Isso nos resulta que a bandeira percorreu uma média de 3,1 quilómetros por dia, durante a viagem tôda. Ora, tendo na ida, a bandeira tido uma velocidade dobrada, isto é, percorrendo o percurso a uma média de 6 quilómetros em etapas diárias, conforme se vê acima, pergunta-se por que na volta não houve a mesma velocidade? Pode ter havido; mas, nesse caso, o percurso no Rio Grande deveria ter sido maior; ou, aí, nessa região sulina, os bandeirantes de Francisco Bueno (aliás, André Fernandes), para lhe dar uma média maior de velocidade, 1.000 quilómetros para a ida, 1.000 quilómetros para a volta, e 2.200 quilómetros de percurso no Tape. Isso nos daria os 6 quilómetros por dia».

Êsses cálculos de Ellis Júnior são oportunos, pois determinam bem o longo estágio dessa bandeira em terras do Rio Grande.

Ao sair de Passo Fundo, ela, sem dúvida, seguiu pelo caminho das migrações, através do divisor de águas das bacias do Uruguai e Jacuí, atravessando a Mato Castelhana, o Campo do Meio, o Mato Português e Vacaria, cruzando o rio Pelotas no Passo de Santa Vitória. Dali, rumo norte, demandou as regiões de Curitibanos, Palmas e planalto piratiningano.

O mesmo Aurélio Pôrto, que dá, sem base plausível, outro trajeto, em terras do Rio Grande, como vimos no capítulo anterior, ao tratar do episódio ligado a Antônio Pedroso, menciona, em «História das Missões», volume I, página 196, em nota de n.º 146:

«Ficava Santa Teresa nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo. . . Ao princípio, era atingida por um caminho que partia da Redução destruída de Jesus-Maria; e, mais tarde, aberta pelos próprios bandeirantes, ligava-a ao caminho que descia de Vitória, no rio Pelotas, uma estrada de penetração para as Reduções do Ijuí, etc.».

Ê a via pré-histórica, aliás, de que nos fala o Cel. Mário Calvet Fagundes, mais tarde retraçada por Cristóvão Pereira, como se vê no seu

estudo geográfico, contido na Separata do «Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul», ano VI, n.º 12, a que já nos referimos. Diz Calvet Fagundes, à página 8 do citado trabalho:

«A eleição dos caminhos de penetração do território (de Passo Fundo), já estava, pela própria fisiografia natural, imposta nas andanças do índio primitivo e histórico da região, e se consolida pelos invasores, quando são conduzidos pelas linhas dos tributários do rio Uruguai, que lhes descortina as facilidades do terreno do Planalto. Como decorrência antropogeográfica, as três correntes humanas de penetração do território, constituídas dos bandeirantes, dos fazendeiros... e dos imigrantes, demarcam, em definitivo, o traçado das rodovias mestras que vão permitir o assenhoreamento da região...”

Como dissemos, o regresso da bandeira de André Fernandes foi dos mais acidentados e imprevistos. Walter Spalding, emérito historiador rio-grandense, facilitou-nos a consulta sobre essa bandeira, em sua bem fornecida biblioteca. Nela nos indicou êle o “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”, de Francisco Carvalho Franco (São Paulo, 1954) em que encontramos a seguinte notícia, no verbete “Fernandes, André”:

“Em 1637, tomou parte (André Fernandes) como um dos principais da bandeira, em que ia como cabo maior Francisco Bueno, o qual tinha como seu imediato o seu irmão Jerônimo Bueno. A bandeira, pela morte do cabo, se dividiu em duas grandes levas: uma, sob o comando de Jerônimo Bueno, foi atacar as Reduções do Ijuí, e a outra, sob as ordens de André Fernandes, foi para as Reduções do Tape, todas em território do Rio Grande do Sul. Começou êle destruindo a Redução de Santa Teresa, e nessa campanha, sem que se conheça ao certo as minudências, se demorou perto de três anos, sofrendo vários revezes e, afinal, desandou o caminho, tendo caído doente e sendo abandonado de seus índios, valendo-lhe apenas o seu filho Jorge Fernandes, que o veio servindo e carregando, através dos sertões, até chegar a Parnaíba(onde residia), como faz certo uma escritura de doação, lavrada nessa vida, a 24 de setembro de 1641, nas notas do tabelião Ascenso Luís Grou. Devia o Capitão André Fernandes ter regressado das Reduções do Tape seriamente enfêrmo, pois a 20 de setembro de 1641, perante o tabelião citado, e no mesmo livro de notas, fêz lavrar o seu testamento, no qual

mencionou que tinha sessenta e três anos de idade, que seu único filho legítimo era o então Padre Francisco Fernandes de Oliveira, tendo filhos naturais Catarina Dias, Jorge Fernandes, Margarida Fernandes e Maria Fernandes”.

Apesar da fragilidade e obscuridade de algumas passagens, êsse relato sugere algumas conclusões interessantes sôbre os acontecimentos dessa jornada, de Passo Fundo ao planalto de Piratininga.

Abalado pela enfermidade e assistido constantemente pelo seu filho Jorge Fernandes, o Capitão dessa bandeira, André Fernandes, não podia cuidar pessoalmente dos seus índios, aos quais dispensava ameno trato e humanidade, como já relatamos anteriormente.

Colocados os silvícolas sob a ação direta de outros dirigentes da bandeira, sabidamente endurecidos e cruéis, os índios cativos rebelaram-se, conseguindo um meio, no ambiente propício dos sertões selvosos, de separarem-se da leva paulistana.

Verificamos que os índios de Passo Fundo, quando da entrada de Jerônimo Pedroso de Barros, em 1641, depois do desastre de Mbororé, procederam de modo quase idêntico, havendo notícia de que, então, mataram muitos bandeirantes.

Sôbre êste último episódio, escreve Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, 191:

“Um destacamento de bandeirantes que saiu à preia de infieis, encontrou, pelas alturas do Tebiquari, um trôço de índios cristãos que, quando da destruição de Santa Teresa, se teria retirado para as imediações dêsse rio. Depois do assalto que colheu alguns, outros se entregaram espontâneamente, com o intuito de, mais tarde, promoverem uma revolta entre os prisioneiros. À noite, levaram a efeito o intento, destruindo-os (aos paulistas). Outros “dez portugueses de outra tropa, que eram os melhores soldados de Jerônimo Pedroso, tiveram igual destino, muitos dêles morrendo atacados pelos índios”.

Êsses índios, efetivamente, tinham seu modo de luta, usando de estratagemas bem próprios de sua índole.

Na fuga, deviam ter tomado a direção de seus pagos nativos, como é lícito deduzir dos conhecimentos que se armazenaram sôbre os tapes serranos.

O índio serrano era um fascinado das forças telúricas: não podia compreender, apesar de suas andanças, qualquer vivência fora da terra natal. Sobre esse profundo sentimento nativo, Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 195, falando dos índios passofundenses que André Fernandes ainda conseguiu levar a São Paulo e que não puderam fugir naquela oportunidade, escreve o seguinte:

“Em agosto do mesmo ano de 1669, fugidos de São Paulo com suas mulheres e filhos, chegam à Redução de São Francisco Xavier dois índios, naturais da Redução de Santa Teresa, que os paulistas haviam apresados 30 anos antes, “mui pequenos”. Batizados pelos Padres Francisco Ximenes e Simão Maceta, curas de Santa Teresa, jamais esqueceram esse índios os rincões de sua terra natal e a ela voltavam, fugindo a seus senhores”.

E Souza Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, páginas 52 e 53, escreve com acêrto:

“O aborígine rio-grandense teve então oportunidade de revelar um entranhado apego ao solo natal. Tão forte era esse sentimento que, a despeito da obediência servil em que fôra educado, desatendeu aos padres (quando lhe impuseram a transmigração), recusando-se a segui-los, preferindo o cativo sob o domínio dos paulistas ou o retomo à selva, ao abandono da terra em que nasceu e vivia”.

Muito embora a indiada cativa, tangida pela bandeira de André Fernandes, fôsse originária das várias Reduções existentes no Rio Grande, é certo que a leva do chefe da bandeira procedia, quase tóda, da Redução passofundense de Santa Teresa, onde êle havia se estabelecido, enquanto seus companheiros maloqueavam por outras partes.

Aurélio Pôrto, em “Terra Farroupilha”, página 67, menciona o seguinte, como já citamos anteriormente:

“Santa Teresa, no dizer dos padres, era um verdadeiro vergel e ponto estratégico admirável para as incursões paulistas, como o compreendeu o Capitão André Fernandes, que daí levou a maior parte dos índios a que se refere sua mulher, etc.”.

Assim, a maioria dos rebeldes de sua leva devia pertencer, inquestionavelmente, à destruída Redução de Santa Teresa.

Essa conjectura é lógico, como também a de que o cacique Guaraé não devia estar alheio aos acontecimentos.

Sem dúvida, era êle um dos cativos da bandeira, sendo daqueles que não quiseram resistir, diante da fatalidade das ocorrências, premeditando, quem sabe, agir quando houvesse oportunidade, ao costume de sua grei.

Maior é ainda a probabilidade ao toparmos com a resignação daqueles 790 catecúmenos de Santa Teresa que vieram entregar-se espontâneamente a André Fernandes, e que citamos no capítulo anterior, na notícia que dá Olyntho Sanmartin, *ibidem*, 208. Deviam ter desistido da inútil resistência, preferindo compartilhar a sorte de seu cacique, o que bem assenta no caráter do nosso aborígine.

É que os índios, pelo seu modo dispersivo, só são capazes de conjugar esforços quando têm à frente um legítimo chefe, o que ficou demonstrado em Caiboaté, após a morte de Sepé Tiaraju. Além disso, as persistentes hostilidades dos Tapes, havidas mais tarde, na região de Passo Fundo, contra o reduto bandeirante de Pinhais, parecem indicar a presença de Guaraé no comando das hostes rebeladas.

Tais as conclusões que tiramos, em face do epílogo dessa bandeira, como está êle relatado no “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”.

SOB O DOMÍNIO BANDEIRANTE

Tentemos aqui reconstituir, ainda que palidamente, o modo de vida dos sertanistas de São Paulo, nestes rincões distantes de sua terra natal.

Não deixa de haver certa similitude entre a povoação de Santo André, berço dos bandeirantes, no planalto de Piratininga, com a povoação de Pinhais, núcleo bandeirante, no planalto de Passo Fundo. Até o período obscuro de três decênios, magnificamente traçado por Manoel Rodrigues Ferreira, para Santo André, corresponde, mais ou menos, ao tempo conhecido da existência, também obscura, dos Pinhais rio-grandenses, à exceção do ambiente de sigilo a que o autor se refere.

Rodrigues Ferreira, em “O Mistério do Ouro dos Martírios”, páginas 392 e 393, assim refere, tentando devassar a bruma envolvente, no que tange aos primitivos tempos da formação paulistana:

“Como decorreu a vida naquele povoado do planalto, durante cerca de trinta anos escreve o autor é ainda hoje um segrêdo. Não há documentos a respeito. Não há, porque aquêles homens ali estavam em sigilo. Provavelmente, de tempos em tempos, em São Vicente, deveriam aportar caravelas portuguesês, com mais gente, tecidos, etc. Em 1532, já aquêles moradores de Santo André deveriam ter percorrido grande parte do hoje Estado de São Paulo. Já deveriam ter aliciado tribos inteiras e trazido as mesmas para o seu povoado. Naqueles primeiros trinta anos, nada mais fizeram, senão adquirir prática do sertão, pôr-se em contato com tribos indígenas, aprender a língua tupi, e adquirir um conhecimento de geografia do sertão, numa área tão extensa quanto possível. Além disso, teriam, evidentemente, que cuidar das suas roças para o próprio sustento. Tudo isso não é coisa que se possa fazer num ano, mas em trinta é bem razoável. E durante êsses trinta anos foram aquêles homens adquirindo espírito sertanista, criando uma escola de sertanismo. Sem dúvida alguma, durante aquêles trinta anos, cada vez que ficavam isolados durante muito tempo, tenderiam aquêles povoadores a cair no desânimo e a esmorecer. Mas, a próxima caravela que chegasse traria novos homens, novos povoadores a Santo André, aonde chegariam com a disposição do recém-chegado em conhecer os segredos daquela natureza exuberante que constituía o sertão vasto, desafiador. Assim, periodicamente a Santo André deveriam chegar novos portuguesês, levando nôvo alento à povoação pioneira”.

A diferença é que os bandeirantes dos Pinhais rio-grandenses já tinham adquirido a prática do sertanismo; é que já não aliciavam os índios, mas cativavam-nos à viva fôrça; é que, em vez de caravelas, o que aguardavam aqui, de tempo em tempo, ansiosamente, era a chegada de uma nova bandeira, trazendo mais contingentes humanos para, então, com dobrado ânimo, investirem os sertões rio-grandenses, não palmilhados ainda anteriormente.

Mais do que isso, aqui, nos Pinhais, o que devíamos encontrar não era um aglomerado de gente socialmente pacífica, mas desordeira

e desatinada, em que pese a organização rígida imposta pelos chefes. Comuns eram as rivalidades, as rixas, e as mortes. E surgiam, muitas vezes, por coisas de pouca monta. Havia, inclusive, abuso da própria autoridade.

A narrativa de Anthony Knivet, publicada sob o título de “Vária Fortuna e Estranhos Fados” (Editora Brasiliense, São Paulo) dá uma idéia desse ambiente.

“No dia seguinte...à noite escreve êle, à página 63 o capitão, vendo Aleixo, o bugre, deitado no chão, tirou a rêde que eu tinha para deitar-me e deu-a ao canibal, tendo eu sido forçado a deitar-me na terra. Queixei-me a alguns portugueses da maldade que me fizera o capitão; responderam-me que se pai mandara-me nesta viagem unicamente no intuito de fazer-me desaparecer...”

Sugestiva é a reconstituição do aplaudido cronista, Viriato Correia, em seu livro “Gaveta de Sapateiro”, no capítulo “A bandeira”, em que evoca:

“Na verdade diz êle um quadro impressionante, vivo, agitado, colorido e rumoroso. Gente de tôda a casta, de tôdas as raças, de todos os feitios. Homens, mulheres, crianças, até velhos e até recém-nascidos. Nobres, negros escravos, mestiços, índios escravizados, europeus que o sertão abrasileirou, aventureiros internacionais, criaturas de passado desconhecido, celerados de que todos sabiam as crônicas. Gente miúda a pé, a graúda a cavalo. Há de tudo. Cães de caça, cães amestrados na perseguição dos índios, bois, carneiros, bodes, patos e galinhas. A carga vai à costa dos homens e ao lombo das bêstas. Bando de mulheres...Capelães para as cerimónias religiosas. E todo êsse mundo de gente, armada. Até as mulheres, até os sacerdotes, até as crianças. Não há arma que ali não exista: a faca esguia, o facão arqueado, o clavinote, o trabuco, o punhal, a flecha, a espada, o bacamarte, o cacête. Arde em tôdas as cabeças a ambição do ouro. Fervem dissensões constantes, ciúmes, intrigas, ódios, que vão até a luta armada, até o sangue, até a morte”.

Tudo isto dá uma idéia do que podia ser o conglomerado bandeirante que viveu em Passo Fundo, por mais de trinta anos. Apenas a ambição do ouro, de que nos fala o autor, com tanto colorido, deve ser substituída, no caso local, por ambição de escravos, o que, porém, no

final, vinha dar na mesma coisa, de vez que cada peça indígena representava mais dinheiro.

O autor, falando sobre a tempera dos cabos ou titulares das bandeiras, assinala no capítulo "O bandeirante":

"Tinha que ser bravo e destemido, quer diante dos seus semelhantes, quer diante dos elementos agressivos da natureza. Não podia ter amor à vida, porque se o tivesse, nunca daria um passo pela imensidão misteriosa do sertão apavorante. Devia estar blindado por uma resignação quase santa para sofrer, a cada passo, as decepções da jornada; para, a cada passo, suportar as hostilidades da sorte. Devia ser um disciplinado e um disciplinador. Devia ter uma tempera mais rija que a tempera comum dos homens. Até a dureza de coração, digamos mesmo a ferocidade, que, defeitos na vida regular, eram nele virtudes necessárias e até imprescindíveis".

Uma bandeira, sob tais comandantes, era uma comunidade organizada. E tal era, igualmente, o núcleo bandeirante dos Pinhais. Rocha Pombo, em sua "História do Brasil", Volume VI (Edição Aguilla, Rio), diz:

"As pessoas que se alistavam na bandeira de um chefe perdiam, por assim dizer, sua liberdade pessoal, ficando sujeitas inteiramente à disciplina e às condições do regime que o costume havia instituído; assim como, desse modo, faziam jus às vantagens que adviessem da expedição, segundo o que se estipulara nos contratos. Na maioria dos casos, os chefes, pessoal seu, escravos e agregados, obrigando-se, portanto, só com os camaradas que se lhes associavam e que faziam de prepostos e subalternos, sob seu comando supremo. Os filhos-família não eram admitidos na bandeira senão acompanhando os próprios pais, ou com o consentimento expresso destes. O bandeirante devia preparar-se à própria custa; e quando muito, o chefe, sob cujas ordens ia servir, lhe adiantava algumas provisões..."

Referindo-se à parte religiosa e espiritual, diz:

"De semelhantes cerimônias do culto nunca se prescindia, como se, no meio dos tumultos e desvairamentos, a consciência daqueles homens reclamasse alguma coisa. O capelão, na bandeira, era figura obrigada: sem êle, talvez, não se pudessem organizar aquelas grandes compa-

nhias, de cujos membros se exige, antes de tudo, coragem e um desprendimento de criaturas que põem tôda a sua confiança em outra vida...Só a idéia de que, lá no fundo do sertão, se pudesse morrer sem assistência e socorro espiritual, seria bastante para arredar do cometimento ainda o mais seguro, mesmo os mais fortes” .

“Além disso acrescenta Rocha Pombo o canelão ia como se fôsse o diretor moral daquele trôço de homens em cuja alma nutria sempre algum sentimento, alguma emoção superior que, ao menos, de instante a instante, lhes disfarçasse o horror, a amargura das vicissitudes: tôdas as manhãs, antes de levantar o acampamento (caso estivessem em marcha), a gente, em contrição, ouvia missa. Tão estranho é isto esta associação do culto religioso à faina heroica que nos sugere a suspeita, a certeza mesmo, ao enfrentar com tais expedições, de que aquêles homens têm mesmo uma idéia muito nítida da sua função, e que procuram conciliá-la com a misericórdia divina. Dir-se-ia, assim, que o esforço daqueles heróis assume proporções de um sacrifício feito pelo homem a alguma potestade suprema que preside ao curso dos acontecimentos humanos...”

Êste sentimento devia estar bem vivo, por exemplo, quando os bandeirantes, depois da tomada de Santa Teresa, à véspera do Natal, foram, no outro dia, ouvir as três missas rezadas pelo Padre Ximenes, demonstrando aquêles preiadores de escravos uma contrição profunda, tanto que receberam com paciência e respeito os veementes protestos daquele sacerdote, que os acusava frontalmente de desumanidade para com os pobres índios.

André Fernandes, como vimos, colocou nos Pinhais seu filho, o Padre Francisco Fernandes, capelão de sua bandeira, como dirigente espiritual e temporal dessa comunidade, há um tempo fixa e instável, de gente permanente e em trânsito, mas que sempre se predispunha à obediência a seus superiores.

André Fernandes, que era homem dotado de raras qualidades, organizado e de intuição clara, deixou o estabelecimento de Pinhais sob inteira administração do filho, que era jesuíta, do que se deduz que formava grandes planos quanto ao futuro do povoado passosfundense.

Sobre a pessoa desse jesuíta paulistano, diz Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, I, 166:

“... havia sido pelo pai confiado ao Governador do Paraguai, Dom Francisco de Céspedes, cuja esposa, D. Vitória de Sá, fôra para ali levada por André Fernandes. Francisco havia-se ordenado naquela Província “ (Paraguai).

Êsse jesuíta fêz longa permanência em Passo Fundo, onde, possivelmente, tenha falecido. Assistiu aos brancos e também aos índios, quer libertos quer escravos, tendo-se notícia de sua estada em Santa Teresa ou Pinhais ainda no ano de 1669, isto é, trinta anos depois dos acontecimentos que vamos narrando. Devia ser não só autoridade incontestada, mas também, como se vê de sua longa permanência, estimadíssimo por aquela comunidade de brancos e índios.

Como entreposto das bandeiras que chegavam ao Rio Grande, o povoado de Pinhais devia contar com bem providos armazéns e depósitos de mantimentos, bem como das diversas utilidades de vestuário e de guerra, visto que a fundação local era eminentemente estratégica e militarizada, enfrentando, a todo instante, embates contra os índios selvagens, como os vizinhos guaianás, que nunca se submeteram a ninguém, e contra os catecúmenos das Reduções jesuíticas.

Estabelecidos nos Pinhais, em Rincão do Pessegueiro, junto, sem dúvida ao inacabado fortim de Três Lagoas, que tentaram edificar nesse local devia estar a região, de soberbas coxilhas, inçada de habitações, cabanas, palhoças, tranqueiras de pau-a-pique, ao costume sertanista. Devia haver grandes roças, trabalhadas, sem dúvida, pelos índios escravizados; e as coxilhas da redondeza deviam, também, ser o local de pasto para a criação de gado. Pelo menos, uma têrça parte das 12.000 reses tomadas aos jesuítas, de que nos fala Sanmartin, além das 500 cabeças já aqui encontradas, em Santa Teresa, devia formar o apreciável rebanho da comunidade paulistana. E, no povoado, uma grande igreja.

Embora chefe espiritual, o Padre Francisco Fernandes devia estar excluído das atividades militares, chefia esta que caberia a outros, principalmente aos capitães das bandeiras que aqui estacionavam, planejando seus ataques às Reduções capitães êsses que eram, ao mesmo tempo, “os patriarcas, os legisladores, os juizes e chefes militares”, na frase de

Oliveira Viana. Porém, sua ação devia circunscrever-se mais particularmente aos elementos de suas bandeiras.

Grande número de paulistas aqui permaneceu, fora de dúvida, desligando-se periodicamente de suas bandeiras, quando chegavam a Passo Fundo; e também grande maioria dos inventários “feitos no sertão do Rio Grande” foi lavrada aqui, nos Pinhais, por morte de componentes dessas levas.

Modêlo de inventário da época é o de Brás Gonçalves, feito anteriormente, na bandeira de Rápôso Tavares. Por êle se verificam os objetos de uso dos preadores paulistas, bem como os preços das utilidades naquela quadra. Rocha Pombo, *ibidem*, páginas 25 e 26, publica-o na íntegra. Os escravos entram no rol, como “coisas”. Eis a enumeração, tal como está no citado documento:

três negros do gentio da terra, de nome Francisco, João e Dionísio, que foram entregues a Baltasar Gonçalves Vidal para conduzi-los a São Paulo e entregá-los à justiça, para distribuí-los pelos herdeiros; uma beruma e uma sovela, arrematadas por Fernando de Godoy (filho do Castelhana), poiseis vinténs, sendo fiador João de Godoy; um martelinho de ferro, arrematado por Baltasar de Godoy (o môço), por um cruzado, fiador José Ortiz de Camargo; umas mangas velhas, arrematadas por Simão da Costa, por um tostão, fiador João de Godoy; uma cabacinha com sal e um ralo, arrematados por José Ortiz de Camargo, por 720 réis, fiador Baltasar de Godoy; um cêsto encourado, arrematado por João de Godoy, por 560 réis, sendo fiador José Ortiz de Camargo; umas chinelas velhas, arrematadas por Miguel Nunes, por 70 réis, sendo fiador João de Godoy; uma ceroulas, arrematadas por Jerônimo Rodrigues, sendo fiador Baltasar Gonçalves Vidal; uns sapatos velhos de cordavão, arrematados por Duarte Borges, sendo fiador João de Godoy; um arrátel de chumbo e uma quarta de pólvora, arrematados por Luís Feyo, por dois cruzados, sendo fiador João de Godoy; um prato de estanho, arrematado por Francisco de Chaves, por 510 réis, fiador Baltasar de Godoy; um facão, arrematado por José Ortiz de Camargo, por 600 réis, fiador Fernando Godoy; um capote e calção, arrematados por João Maciel Bassão, por 21 patacas, fiador Baltasar Gonçalves Vidal; meias de cabrestilho, arrematadas por José Ortiz de Camargo, fiador João de Godoy; uma

fôrma de pelouro, arrematada por José Ortiz de Camargo, fiador João de Godoy; uma enxó, arrematada por Duarte Borges, por uma pataca, fiador João de Godoy um novêlo de linha.

Noutro inventário (ibidem, 26 e 27), vemos a seguinte relação de objetos: Um gibão de armas, sem mangas dois pratos de estanho três cunhas de corte uma enxó um chapéu pardo usado umas meias de lã encarnadas uma foice uma rêde de dormir um manto uma espada.

PINHAIS E LAGUNA

Ativa, sem dúvida, devia ser a comunidade dos velhos Pinhais, quer na guerra, quer na preação, quer nos vários aspectos da vida econômica.

O antigo Curitiba era uma estação, um pouso de inverno para as bandeiras, e, sobretudo, um grande depósito de munições, de vestuários e de comestíveis.

Nas amplas Ocas e sob as cobertas de capim ou de palmas, a que chamamos “ramadas”, acumulavam-se arcabuzes, espadas, adagas, lanças, flechas, pólvora, assim como feijão, milho, mandioca, abóbora...E roupas de algodão, de peles de onça, de veado, de guará, de jaguatirica, bem como tamancos, botas, sapatões...Não se pode conceber nenhum conglomerado humano sem trocas, sem atividade comercial, principalmente sabendo-se que os Pinhais foram estabelecidos, no Rio Grande, para objetivo precípua de “entreposto”, “local de aprovisionamento das bandeiras”.

Uma ligação quase permanente com o pôrto de Patos ou Laguna, então simples mas movimentado ancoradouro, frequentado por paulistas, cariocas, “gente de tôdas as Capitánias”, no dizer do Padre Inácio de Sequeira garantia, por certo, os suprimentos de muitas utilidades, que deviam ser custosos e precários.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, fêz amplo estudo sôbre o “pôrto de Patos”. Embora o autor prove, exuberantemente, um tema diferente do nosso, isto é, que a região dos Patos ficava em Santa Catarina e não no Rio Grande do Sul, no que, aliás, tem razão,

vamos aproveitar alguma coisa de sua farta documentação, e de sua exposição brilhante, para salientar a importância que o pôrto de Patos ou Laguna teve, já no século 17, nos acontecimentos rio-grandenses, particularmente para o povoado de Pinhais, que o espírito audaz de André Fernandes lançou em Passo Fundo.

“Santa Catarina diz Sanmartin, à página 147 foi a grande porta, por onde se escoava a população rural, por onde se formava o tráfico com a Colônia do Sacramento, à entrada do Prata. Todo o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de justiça, deve ser atribuído a Santa Catarina. Os lagunenses estão ligados profundamente ao progresso nacional pelas levas que desceram (naturalmente, nos séculos 16 e 17) e que, já com a chegada, em 1737, de Silva Pais, prestaram altos serviços ao seu desenvolvimento etnográfico, demográfico, económico e pastoril. Além do roteiro natural, que era exatamente a costa oceânica, em seus acidentes hidrográficos, sujeitos às interceptações das marés, existiam trechos longos, de estradas abertas para o tráfego geral, além do Mampituba. Entrando por Santa Catarina, o roteiro prosseguia para o norte, até alcançar São Paulo...O sul era uma coleção de valores ainda desconhecidos dos grandes donatários, traficantes estacionários e sertanistas. O roteiro formara-se já no XVII. século ...”

O autor, à página 128, cita a seguinte passagem de Aurélio Pôrto:

“... coube à ilha de Santa Catarina e depois a Laguna, desde 1504, serem frequentadas pelas expedições que se sucediam, buscando o sul do litoral atlântico”.

Cita, à página 123, um questionário do Padre Luís Pessoa, ainda no tempo de Salvador Correia de Sá:

“Depois da Cananéia, está o pôrto de Paranaguá, após dêste rio nôvo de São Francisco, a ilha de Santa Catarina e, junto a ela, a grande lagoa, chamada dos Patos todos portos belíssimos, e capacíssimos, de muitos e grandes navios, etc.”.

Cita Alcides Cruz, à página 113, nota n.º 13, em que êsse autor afirma, referindo-se ao contato dos carijós de Laguna com mercadores e missionários:

“Se bem que fôssem agrestes e valentes (os índios), contudo tinham índole branda, hospitaleira e cordial. Prendados, assim, recomendavel-

mente, ofereceu-se ensejo a que mercadores de Santos e São Vicente, desde logo, tivessem entabulado traficância com êsse povo, amiudando-se as visitas, a princípio, dêles mercantes; e, depois, de vários jesuítas, também de São Paulo, ou da Bahia, como os Padres Leonardo Nunes, João Lobato, Jerônimo Rodrigues, João de Almeida e outros beneméritos missionários. Quanto aos traficantes do litoral paulista, nem todos procederam com honestidade, e alguns vitimaram os aborígenes com atos vexatórios e bárbaros. Entretanto, alargando o teatro de suas operações, é provável que êsses aventureiros marítimos tivessem conhecido a própria barra do Rio Grande...”

Sanmartin, à página 108, escreve que era “a região dos Patos conhecida e vulgarizada, na época, entre os paulistas e navegadores europeus”, acrescentando, à página 110:

“Não há dúvida de que, por essa época (1635), partiram muitos homens, em barcos, com destino aos Patos, etc.”.

Walter Spalding, em “Gênese do Brasil Sul”, página 53, informa:

“Povoado por indígenas de várias tribos...sofreu Santa Catarina, desde o início do bandeirismo, as incursões daqueles titãs paulistas. Por isso, seu povoamento teve comêço bem mais cedo do que o extremo sul. Também suas costas e, mesmo, interior, foram examinados, estudados e devassados por uma série de navegadores e aventureiros, como o famoso Hans Staden em 1549, e dos quais alguns nela se fixaram por certo tempo: dias, semanas, meses e, até, anos, no século de quinhentos e seiscentos, dando de tudo minuciosas referências. Basta olhar a relação e atuação de cada um dêsses navegadores e aventureiros para se ter uma idéia de sua importância, pondo Portugal na obrigação do povoamento imediato de Santa Catarina...”

O autor, que é um luminar da nossa ciência histórica, também afirma, à página 64:

“Foi somente após a fundação da Laguna que Santa Catarina assumiu importantíssimo papel - o principal, sob o ponto-de-vista do desbravamento com relação ao Rio Grande do Sul”. Embora êle se refira ao período de Colônia do Sacramento, vale também para o período anterior, em que Laguna se distinguiu notavelmente, justamente sôbre êsse aspecto.

Fácil é imaginar o estabelecimento das comunicações entre Laguna e os Pinhais, anexo à destruída Santa Teresa, na região serrana do Rio Grande do Sul.

Diz Aurélio Pôrto (*"História das Missões"*, I, 196, nota 146):

"Ficava Santa Teresa nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo...Ao princípio era atingida por um caminho que partia da Redução destruída de Jesus-Maria; e, mais tarde, aberta pelos próprios bandeirantes (sem dúvida, por André Fernandes), ligava-a ao caminho que descia de Santa Vitória* no rio das Pelotas, uma estrada de penetração para as Reduções do Ijuí, etc."

Mário Calvet Fagundes, em *"Estudos Regionais"* (Separata do *"Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul"*, ano VI, n.º 12), diz à página 9, referindo-se a essa estrada de penetração:

"Os bandeirantes... indiretamente, cooperam... para o revigoreamento das organizações jesuíticas do território passofundense, vigilantes, como extremos orientais, às invasões possíveis, oriundas dos caminhos já abertos, nas passagens do rio Pelotas e canalizadores naturais de qualquer penetração..."

Laguna, pois, seria para os Pinhais o que foi São Vicente e depois Santos para o povoado de São Paulo.

Pôrto frequentado, na época, por toda a sorte de mercadores, era atingido pelo caminho do Passo de Santa Vitória, trilhado já "nas andanças do índio primitivo e histórico", no dizer de Calvet Fagundes (*ibidem*, 8), fazendo ligação com os Pinhais.

"Como decorrência antropogeográfica diz este autor, *ibidem*, 8 e 9 as três correntes humanas de penetração do território (de Passo Fundo), e constituídas dos bandeirantes, dos fazendeiros do planalto catarinense e dos imigrantes, demarcam, em definitivo, o traçado das rodovias mestras..."

Passo Fundo era o entreposto no caminho das bandeiras. Era, pois, através da atual Vacaria e do Campo do Meio que alcançavam os paulistas o seu povoado de Igaí ou Pinhais, onde se forneciam de quanto precisavam, e dali iam ao ataque às missões jesuíticas.

O Dr. Manuel Duarte, num estudo sobre o planalto nordestino, publicado pela *"Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande*

do Sul”, n.º 96, quarto trimestre, ano de 1944, resume os estudos sobre esse itinerário bandeirante. Diz êle à página 191:

“Certo, o imponente chapadão montano constituía antiquíssima vereda, conhecida dos imortais bandeirantes, em periódicas marchas épicas para as missões longínquas, ao longo do século XVII. Atraves-savam-no aquêles indómitos dianteiros da expansão territorial da bra-silidade, do nascente para o ocaso, e mergulhavam na inóspita serrania divisória. Cruzavam o Campo do Meio ou, indefinidamente, o território de ninguém, e se adentravam nos confins missioneiros...”

A BANDEIRA DE FERNÃO DIAS OU DE CAAÇAPÁ-GUAÇU

Com o estabelecimento bandeirante nos Pinhais rio-grandenses, intensifica-se a caça ao índio no sul, com afluência de novas bandeiras, resultando em levadas contínuas de aborígenes para São Paulo e, também, no conseqüente êxodo dos silvícolas para a outra banda do rio Uruguai.

Nova orientação se formava na escola do sertanismo, em São Paulo. Contavam já os paulistas com um estabelecimento fixo no coração do Rio Grande, em ponto estratégico por excelência, a fim de levar a cabo, com maior segurança, seus ataques às Reduções jesuíticas, na faina formidável e rendosa do apresamento de escravos.

Os Pinhais eram um marco que bem expressava os anseios dos piratinhanos.

Saint-Hilaire, em “São Paulo nos Tempos Coloniais” (Editora Monteiro Lobato & Cia., 1922), à página 43, depois de dizer sobre os objetivos bandeirantes, na preia de índios, escreve:

“Outro intuito levavam ainda: animados contra os espanhóis de um entranhado ódio, que mais tarde herdaram os habitantes do Rio Grande, êles pretendiam destroçá-los em seus domínios e impedi-los de invadir territórios que julgavam pertencentes ao Brasil. As possessões espanholas da América e as colónias portuguesas dependiam, na verdade, do mesmo rei, mas nenhuma fusão se havia operado entre êles, e

como já vimos, aos paulistas, tornados súditos dos soberanos de Espanha, pouco se lhes dava de desagradarem a seus novos senhores”.

Diz Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 173:

“Estava conquistado o Tape, invadido o Rio Grande, expulso o jesuíta, escravizado o índio, esmagado o castelhano, e recuado o meridiano de Tordesilhas. O paulista, porém, não se mostrava satisfeito. Ou antes, o nordestino é que não estava satisfeito, pois ainda tinha fome de braços. Ainda queria mais! Parece que a fome económica dos mercados de escravos não se satisfazia com os milhares de índios trazidos dos sertões pelos bandeirantes!”

“A terceira leva que penetra território rio-grandense e cujo trágico destino deu-lhe a designação de bandeira de Caaçapá-Guaçu escreve Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 172 e seguintes teve por cabo principal Fernão Dias Pais, mais tarde imortalizado na epopéia das esmeraldas...”

“Não se pode afirmar, pelos documentos conhecidos acrescenta esse autor a data exata em que, à frente de uma bandeira fortemente aparelhada, o Capitão Fernão Dias Pais saiu do povoado piratiningano, rumo ao sul. Observa o autor do “Bandeirismo” que isto se deu antes de 1.º de janeiro de 1638...Entretanto, sabe-se por informação do Padre Boroa que os mamelucos que acompanhavam “no fim do ano (1638) vieram situar-se na Redução de Apóstolos (Caaçapá-Guaçu)”, depois de haverem, “em oito meses, destruído duas Províncias, além das ditas, que foram Caamo e Caágua (Vacaria e São Francisco de Paula), da jurisdição do Rio da Prata”.

Segundo Ellis Júnior (“Meio Século de Bandeirismo”, nota n.º 96, página 168), eis o tempo do percurso levado pela gente de Fernão Dias:

“A bandeira, na ida, tendo saído de São Paulo nos primeiros dias de 1637, em maio ou junho estava no Rio Grande do Sul, tendo percorrido, na ida, apenas em 180 dias, 1.000 quilómetros, com uma média de quase 6 quilómetros por dia”.

Diz Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 173-174:

“Em princípios de abril já estava a bandeira no sertão do Rio Grande, como se verifica do inventário de Antônio Silveira, com testamento feito no sertão, em 19 dêsse mês, e do qual consta a nominata de 16 ban-

deirantes, inclusive o Cabo Fernão Dias Pais e o morto citado. São êstes diz Pôrto os paulistas ali referidos:

“Paulo da Costa e João Farracho, avaliadores; Domingos Leme da Silva André Bernardes Frutuoso da Costa Antônio Gonçalves Perdomo Valentim de Barros Mateus Leme João de Santa Maria João de Oliveira Domingos Barbosa João Nunes da Silva e Pascoal Leite Pais”. Além dêstes, cita mais o Dr. Ellis: “Pedro Dias Leite Luís Dias Leme Pascoal Leite Fernandes Salvador Simões Romão Freire Sebastião Gil, o môço; Pedro Agulha de Figueiró Cristóvão de Aguiar Girão Maurício de Castilho, o môço; e Manoel de Castilho”.

Pôrto acrescenta à lista mencionada os seguintes nomes: Domingos Cordeiro Fernão Dias Borges Matias de Oliveira Pedro de Oliveira e Custódio Gomes. E informa: “Não passariam de uma centena de paulistas que a integravam...” (elemento branco).

Qual o itinerário dessa bandeira, no Rio Grande do Sul, desde o Passo de Santa Vitória até o Ibicuí e os Ijuís?

Pôrto silencia, mas indica, como vimos, que o “Caamo era a entrada natural das bandeiras que demandavam, por terra, o território rio-grandense, etc.”. Isto é, opina ser o seu roteiro igual ao de Antônio Raposo Tavares, descendo para o vale do Taquari-Jacuí, dali demandando às Reduções do Ibicuí e Ijuí.

Gonzaga Jaeger, reforçado pelo Dr. Pedro Silveira Avancini, no tocante aos caminhos das bandeiras, dá o itinerário do divisor de águas das bacias do Uruguai e Jacuí, contraditados, aliás, por Aurélio Pôrto (ibidem, I, 142): “varando o afamado Mato Castelhana” e, portanto, o povoado de Pinhais, em Passo Fundo.

O caso é que os Pinhais, transformados em entreposto das bandeiras e que perdurou (dita localidade), nesse caráter, cêrca de trinta anos, devia ser um dos pontos de estacionamento obrigatório, para descanso, preparativo e aprovisionamento dessa entrada, como foi das demais que, por essa época e mais de futuro, se internaram pelo sertão rio-grandense. Não seria para nada que André Fernandes fundou o povoado, ali deixando seu próprio filho como dirigente daquela grei.

É o mesmo egrégio Pôrto quem o afirma, à página 196 da mesmíssima “História das Missões”, volume primeiro, como já vimos: “Disseram

mais êses índios que, nos Pinhais, junto ao Povo que foi de Santa Teresa, a qual destruiu André Fernandes...se fundou um Povo de índios, cujo cura é o filho do dito André Fernandes, onde se juntam os portugueses, que saíam de São Paulo para as malocas. Ali se aviam de comida e de tudo que é necessário para ida e volta”.

Nada mais claro.

Escreve Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, 210 e 211:

“Os invasores movimentavam-se entre Taquari e Caí, área que ficava entre Caamo e Caaguá, assim designados naqueles tempos”.

Anulada fica, porém, essa informação, diante do exposto, no que se refere propriamente ao Taquari e Caí; mas observe-se que as regiões do Caamo e Caaguá confinavam com o Passo de Santa Vitória, de onde vinha o caminho pré-histórico que dava em Passo Fundo.

Informa ainda Sanmartin, judiciosamente e com bom conhecimento de causa:

“Ao bipartir-se a fôrça (essa divisão se processou nos Pinhais, aliás), uma coluna atacava as Reduções compreendidas na esfera do Ibicuí, e outra a do Piratini, com planos de maior profundidade territorial e alcance destruidor, atingindo a zona além-Uruguai. Do centro, acentuadamente de leste, pretendiam, em forma de ângulo agudo, tocarem o norte e sul, na direção oeste, atirando os reduzidos contra o rio Uruguai”.

Ora, êsse plano foi, sem dúvida, elaborado na povoação de Pinhais onde se encontrava o elemento informado da situação rio-grandense; e daqui partiu também sua execução.

Dois braços formavam os caminhos que, de Passo Fundo, partiam para as Reduções jesuíticas: um, em reta para oeste, através do Caapi, do Caaçapá- -Guaçu, do Caaró e do Caaçapá-Mini, ia dar nas cambaleantes Doutrinas de São Carlos, Apóstolos, Mártires, Candelária, São Nicolau e Assunção; e outro, para o sul, através da serra do Botucarái (caminho aberto pelo Jesuíta Cristóvão de Arenas), dava para as Reduções de São Cosme e Damião, São José, São Tomé, São Miguel e Natividade, além dos bandos indígenas saídos das destruídas ou abandonadas missões de Santa Ana, Jesus-Maria, São Cristóvão e São Joaquim.

Acrescenta Sanmartin, *ibidem*, 211:

“O plano era de fato enghenhoso, mas os jesuítas estavam de prontidão, tendo à testa o hábil Padre Alfaro, que cedo deu o alarma e tomou posição em Apóstolos (Caaçapá-Guaçu), na banda oriental do rio Uruguai. Essa Redução não apresentava nenhum celeiro humano, pois estava despovoada por completo”.

Parte da bandeira, ao que tudo indica sob o comando de Fernão Dias, assola as Reduções do Tape, com grande ímpeto, fazendo prêsa considerável. Escreve Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista”, 168:

“É (essa a bandeira) que Teschauer assinala, conquistando, em 1638, as Reduções do Ibicuí, as restantes da Província do Tape São Cosme e Damião, São José, São Tomé, São Miguel e Natividade”.

A outra coluna, sob o comando de Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias, vai atacar, no rumo oeste, a Província do Uruguai.

“Soube o Padre Diogo de Alfaro, Superior de tôdas as Reduções em princípios de 1638...que uns 40 paulistas, com número desconhecidos de tupis, depois de assolar as províncias de Caamo e Caaguá (depois ou antes?), pretendiam dar sôbre as Reduções que demoravam a oeste do Jacuí” fala Pôrto, *ibidem*, I, 175. “Consagrou o Superior, às pressas, um contingente de índios, sob o comando de D. Nicolau Nheenguiru, valoroso Capitão-General das Doutrinas jesuíticas do Uruguai”.

“Nesse tempo aduz o autor a bandeira, sob o comando de Fernão Dias Pais e do seu irmão Pascoal Leite Pais (Pôrto não menciona sua junção), depois de assolar várias aldeias, “correndo a terra, cativando e talando comidas”, e tendo alguns encontros com os índios, “foi sitiado em Apóstolos, onde já haviam derramado sangue...”

A essa altura, diz Sanmartin, *ibidem*, 211:

“Apesar do preparo com que o Padre Alfaro procedeu a resistência, os neófitos debandaram ao aproximar-se o inimigo. Estavam rotos os laços morais, na defesa da causa comum. De tal desânimo aproveitaram-se os homens de Fernão Dias, apossando-se de Apóstolos e de São Carlos (aliás, São Carlos já tinha ficado para trás) ... As duas Reduções foram completamente destruídas e aprisionados mais de dois terços dos fugitivos. De imediato, tôda a mesopotâmia do Piratini e Ijuí foi invadida pelos vitoriosos piratininguenses. Caaró resistiu num setor enquanto

outra parte se punha a salvo, transpondo o Uruguai. Dêsse encontro ficou a zona sem domínio, em virtude da indecisão da peleja. Em breve foi reacesa a luta com o socorro que, no dia seguinte, receberam os neófitos, e tão bem se portaram sob a orientação de um morubixaba valente que o contra-ataque foi terrível e radical. Os invasores foram rechaçados e muitos dêles caíram prisioneiros, perdendo ainda os paulistas suas bandeiras. Durou pouco êsse inesperado triunfo, pois mal passara o primeiro dia, a sorte foi invertida, graças a um ardil pôsto em prática pelos invasores. Disso resultou caírem muitos em poder e outros, fugindo, procuraram após, São Nicolau, no extremo ocidente, único lugar que ainda se conservava livre do contato mameluco”.

Aurélio Pôrto, depois de haver mencionado a presença dos dois irmãos, Fernão e Pascoal, nos combates de Caaçapá-Guaçu (Apóstolos), escreve à página 175, obra citada:

“Sabe-se, como se dirá, que 40 bandeirantes...provavelmente em dezembro de 1638, se haviam desligado da bandeira e tomado caminho de volta...”

“...parte da bandeira (página 179), os 40 paulistas que dela se desprenderam em dezembro, poderia estar, como de fato sucedeu, no povoado paulista (Piratininga), em fevereiro de 1639, enquanto a outra parte, em Caaçapá-Guaçu, era aniquilada pelos índios de Nheenguiru...”

Os retirantes seriam comandados por Fernão Dias, segundo conclusões do nosso autor, e teriam conduzido uma preia de mais de dois mil índios, os quais, sem dúvida, vinham sendo concentrados nos Pinhais, à medida que se processavam os apresamentos.

“Na ausência de Fernão Dias Pais, como é de ver argumenta Pôrto, à página 180 assumiria o comando da bandeira o imediato, seu irmão, Capitão

Pascoal Leite Pais, e êste deveria ser o chefe, em Caaçapá-Guaçu...”

E prossegue o autor:

“Em fortes paliçadas, que aí haviam levantado êsses 30 bandeirantes (que ficaram, além dos tupis), custodiavam mais de dois mil índios cativos, apresados nas circunvizinhanças, enquanto, provavelmente, número muito maior de peças era levado pelo grosso da bandeira que voltava (já) ao povoado (São Paulo), aonde chegou em fins de janeiro de

1639, como faz certo o inventário de Custódio Gomes e outras circunstâncias que se referirão”.

“Não obstante as reiteradas solicitações ao governador de Buenos Aires para que enviasse socorro às Reduções, que estavam sob sua jurisdição, nada conseguira o Padre Alfaro. Mas, exatamente nessa ocasião, Dom Pedro de Lugo e Navarra, governador do Paraguai, visitava parte do território do Paraná, lindeiro à região ocupada pelas missões jesuíticas do Uruguai. A êste se dirigiu o Padre Superior (Alfaro), pedindo-lhe assumisse o comando da ação...Aquiesceu Dom Pedro de Lugo...E, “com 60 homens, os melhores soldados de Assunção, bem armados, estando à vista dos inimigos coisa de um quarto de légua, nunca puderam alcançá-los”.

“Chegou o exército dos catecúmenos cristãos prossegue Pôrto sob o comando de Dom Nicolau Nheenguiru, à frente do reduto inimigo, pela manhã, depois de ter caminhado três léguas. Isto foi no dia de Santo Antônio Abade (17 de janeiro de 1639). Vendo o Padre Alfaro que o governador e seus soldados estavam muito distantes do lugar em que estavam os paulistas e que o desânimo já começava a entibiar as energias de seus combatentes, procurava animá-los, incitando-os a que atacassem com valor os mamelucos que, à aproximação dos índios, deixando as paliçadas, haviam-se entrincheirado num pequeno mato. Secundava o padre o Irmão Domingos de Torres, perito na arte militar que, no século, professara, e mestre dos índios no manejo das armas de fogo”.

Lutuosa para o jesuitismo e desastrosa para os bandeirantes resultou a referida ação.

“Foi quando um malvado, escondido em uma choça, a poucos passos, conhecendo-o bem (ao Padre Alfaro), apontou e feriu-o na fronte, sob o olho direito, com que o derribou logo, perdendo a fala, ainda que não o sentido, porque, tomando-lhe um padre a mão e dizendo-lhe que a apertasse para que lhe desse a absolvição e concedesse a indulgência plenária, disse que abriu o olho esquerdo, olhou-o e apertou-lhe a mão, que foi dia de Santo Antônio Abade, pela manhã, depois de haver caminhado todo o exército três léguas de noite”. Foi êste o primeiro tiro que ecoou e, logo em seguida, o Irmão Domingos, com outro tiro certo,

atingiu o próprio capitão da bandeira, ferindo-o gravemente em uma coxa”.

Êsses dois fatos, tão bem figurados por Aurélio Pôrto, marcaram o início da peleja. Diz o referido autor:

“Deram êstes sucessos ânimo e valor aos soldados de Nheenguiru que, avançando resolutamente, arremeteram contra o mato”, matando quatro portugueses (outros dizem que nove), e prendendo dezessete, logo entregues ao Governador Dom Pedro de Lugo, “que estava meia légua distante do lugar do combate, acompanhado de seus soldados”.

Vemos que a fôrça hispano-paraguaia limitou-se a contemplar de longe a refrega, tendo cabido os louros da vitória aos valentes índios rio-grandenses, sob o comando do famoso Nheenguiru. Com essas forças deviam estar os índios que fugiram da bandeira de André Fernandes, pertencentes à destruída Redução de Santa Teresa e sob a chefia do índio Guaraé, segundo nos é lícito presumir, em face dos sucessos dessa quadra.

“Aniquilada a bandeira, entregues os prisioneiros ao governador do Paraguai conta Pôrto, ainda trataram os índios de libertar a chusma cativa, nas paliçadas dos paulistas. Havia ali número superior a 2.000 selvagens, sendo a grande percentagem de catecúmenos apresados nas Reduções. Como material de guerra, tomaram 27 escopetas”.

Valeu, apara seus catecúmenos, o sacrifício do Padre Alfaro, pois que, com sua morte e graças a ela, vieram a libertar-se milhares dêles, depois de estarem terrivelmente selados os seus destinos.

Tudo indica que o desastre paulista em Caaçapá- -Guaçu foi maior do

Os mortos e extraviados deviam ser em grande quantidade, se levarmos em conta o patético do apêlo dos paulistas durante os acontecimentos de Mbororé. Muitos dos extraviados deviam ter afluído às cercas de Pinhais, em busca de alívio e socorro, alarmando o povoado passofundense.

Quanto aos paulistas aprisionados, eis o que escreve o informado Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 178:

“Pedro de Lugo (governador do Paraguai), custodiando os bandeirantes presos, voltou a Assunção...” Cinco dos mais alentados e culpa-

dos...escaparam dali, só restando 12, que o governador, declarando-se incompetente para julgá-los, remeteu, mais tarde, ao de Buenos Aires, com informações falsas e calúnias contra os jesuítas, que muito atenuavam a sua culpabilidade. Quer na volta para Assunção quer ali, foram os prisioneiros muito bem tratados, e `sem cadeias´ e `nem o matador do bom padre, que se soube que era´, não teve por parte do Governador do Governador mais rigoroso tratamento”.

Tal o destino da coluna de Pascoal Leite Pais.

Melhor sorte teve, como vimos, a de Fernão Dias Pais que, seguindo pelo Botucaraí, atacou as Reduções do Tape, quais sejam as de Natividade (município de Júlio de Castilhos), São José (município de Tupanciretã), São Tomé (município de Santiago), São Miguel (município de Santa Maria) e São Cosme e São Damião (município de São Pedro do Sul).

Pascoal devia ressarcir-se em seu regresso, depois de tratar-se, por certo, em Pinhais, recuperando-se ali física e moralmente, juntamente com os elementos de sua bandeira. Na volta para São Paulo foi que devia ter sido feito o ataque às cabildas indígenas do Caamo e Caaguá.

Diz Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 173:

“De passagem por essa região (que hoje se conhece por Vacaria e São Francisco de Paula) tem-se notícia pelo depoimento do Mestre de Campo Valbuena que, em janeiro de 1639, depois do combate de Caaçapá-Guaçu, reunindo índios dispersos prende, por se lhe tomarem suspeitos, os índios Guaimiguru, Abaiani, Marandaça, naturais do Tape; e Antônio (de Guairá), consoante depoimento já referido, em que se vê que a bandeira percorreu as regiões de Caamo, Caaguá...” E Pôrto acrescenta Tbia, o que não nos parece certo.

Alfredo Ellis Júnior, em “O Bandeirismo Paulista”, assim arremata êsses acontecimentos:

“Segundo Teschauer, ficaram essas Reduções (as do Tape), em 1638, completamente arrasadas pelos paulistas, que voltaram a São Paulo, em seguida, levando um número elevadíssimo de índios, além de grandes despojos, da florida cristandade que aí vivia. Assim, pois, Fernão Dias, no sertão do Rio Grande, seria o salteador das Reduções do Ibicuí”.

Todavia, isso não foi suficiente para apagar a mágoa da gente pau-

lista, diante do destroço de Pascoal Leite Pais, em Caaçapá-Guaçu, no atual município de Santo Ângelo.

Por essa ocasião ainda devia estar em Passo Fundo o Capitão André Fernandes, superintendendo o povoado de Igaí ou Pinhais, e dispondo as coisas em serviço das bandeiras que aqui chegavam. Devia ter, na oportunidade, assistido os retirantes de Caaçapá-Guaçu que, a despeito do seu malogro no Entre-Ijuís, recolheu muitos índios da região passofundense e pelo trajeto a São Paulo, através do Campo do Meio, Lagoa Vermelha e Vacaria.

O MISTÉRIO DE DOMINGOS CORDEIRO

Surge na historiografia dessa época o mistério do bandeirante Domingos Cordeiro.

O assunto é exposto mais amplamente por Alfredo Ellis Júnior e Olyntho Sanmartin, pelo que nos basearemos nesses dois autores para tentar devassar a incógnita, ou, pelo menos, indicar pistas em torno do véu que encobre o destino de Cordeiro e outros, dados como mortos pela gente de São Paulo, na qualidade de integrantes da ação de Caaçapá-Guaçu, que historiamos, e que ressurgem na bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, no inventário procedido “no sertão do Rio Grande dos Guaianazes”, em 1641, que é o mesmo que dizer que foi nos limites do povoado de Pinhais, encravado em território de Passo Fundo. Ou, possivelmente, no mesmo povoado.

Referindo-se à bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, batida em Mbororé, Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, páginas 182 e 183, assim formula a questão:

“A propósito dessa bandeira, existe, entretanto, uma curiosidade notável, que é o fato de Domingos Cordeiro e Fernão Dias Borges, dois sertanistas dados como desaparecidos, figurarem como signatários do testamento de Sebastião Gonçalves, feito no sertão, em 163...(talvez 1639 “Inventários e Testamentos”, volume XI, pág. 500). Ora, Sebastião Gonçalves faleceu no ano de 1641, no sertão, em companhia da bandeira che-

fiada por Jerônimo Pedroso de Barros...’Êsse fato me leva a supor que houvesse ligações entre a bandeira desaparecida de Domingos Cordeiro e a de Jerônimo Pedroso. Ou então, o que me parece mais provável, Sebastião Gonçalves fêz o testamento no sertão, quando aí penetrou, anteriormente, em companhia da infeliz bandeira de Domingos Cordeiro. A falta de outros elementos impede, porém, que as conheçamos amplamente, e deixa na escuridão do mistério um informe mais completo sôbre essa bandeira que encontrou a desdita no sertão, provavelmente de além- -Tordesilhas”.

São altamente interessantes as considerações que Olyntho Sanmartin dá ao caso (ibidem, 217 e 218). Diz êsse conceituado autor:

“As invasões sucediam-se, numa vertigem assustadora. Êsse ano de 1638 fôra um ciclo de contínua pressão; ondas de bandeirantes solapavam as terras do sul, sem outro sentimento a não ser o do interêsse comercial que degenerava para o ângulo de represálias e sentido de esmagamento, diante da resistência encontrada...

“Alfredo Ellis Júnior bem o afirma que nesse ano três grandes expedições bandeirantes empenhavam-se nas asperezas do sertão agreste. Domingos Cordeiro comandava essa quarta coluna que, como aríete, fendia os sertões do sul. Com êle estavam, entre outros não identificados, Pernão Dias Borges. Matias de Oliveira e Pedro de Oliveira.

“Dos feitos dessa bandeira prossegue não há maiores informes, bem como do seu fim. Apenas a triste certeza de que nunca mais voltou ao ponto de partida. É difícil identificar até que ponto do território do sul alcançou Domingos Cordeiro, bem como onde foi destroçada sua brava gente. Entende Ellis que, possivelmente, tenha sido aniquilado pelos jesuítas do Tape, porque, nessa época, as razias bandeirantes se orientavam, indiscutivelmente, para essa região rio-grandense’. Opina, ainda o mesmo historiador, que tenha sido esmagado por Nheenguiru. Parece-nos que tais escaramuças, apesar do ano citado de 1639, se trata de encontros registrados com Pascoal Leite Pais, da bandeira de Fernão Dias, seu irmão, conforme é de parecer Taunay.

“Por tais conclusões e consultando as datas de regresso de Fernão Dias Pais, só poderá ser admitido como elemento remanescente daquela bandeira que, separando-se de Fernão Dias, tivesse tomado o comando

de Pascoal Leite, durante determinado período, até alcançar os objetivos visados naquele setor. Pelo depoimento de quatro índios prisioneiros, feitos pelo Mestre de Campo Valbuena, conclui-se a fraca composição da bandeira. Continua, porém, a persistir esta hipótese até melhores provas documentais. Esse acontecimento teve uma grande importância moral, visto ter-se ferido o encontro e destruídos os invasores, num período de calamidade para os jesuítas, verdadeira crise, pânico e derrotas sucessivas”.

E conclui:

“Tôda a enorme massa de neófitos, açodados pelos encontros do Tape, estava se reedificando, criando novas raízes, novos lares mais tranquilos, tratando do plantio às margens do Paraná e Uruguai. Havia como que uma inesperada trégua, depois de tantos males, alvoroços e fadigas nas marchas forçadas, em busca de novos climas pacíficos. Isso não impedia a prevenção de súbitas agressões; e quando, em reconhecimento pelas plagas abandonadas e adjacências, foram destacados os Padres Antônio Palermo e Felipe Viver, mal procuravam recolher famílias desgarradas, dois de seus neófitos foram apanhados pelos mamelucos. Do acampamento, conseguiram fugir de maneira heroica, queimando no fogo as cordas e as carnes dos braços, por onde estavam ligados, e, alta noite, embrenharam-se pelo sertão, até alcançar o reduto cristão”.

Sanmartin dá, pois, Domingos Cordeiro como dirigente ou integrante da hoste paulista, derrotada em Caaçapá-Guaçu, narrando, por isso, nesse ponto, tal ação. E, depois de descrevê-la, o autor encerra o capítulo, à página 222, ponderando:

“Há uma nebulosa que ainda persiste na documentação dessa bandeira, que é a manipulação de datas em conflito com os nomes de Fernão Dias Borges e Domingos Cordeiro”.

Ê, entretanto, do mesmo parecer de Ellis Júnior que, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 176, nota 105-A, diz o seguinte:

“... essa bandeira foi a derrotada em Caaçapá- -Guaçu, onde morreram 4 paulistas que parei em ter sido Domingos Cordeiro e seus companheiros, os quais nunca mais voltaram a São Paulo”.

Mas, então, como é que assinaram o testamento de Sebastião Gonçalves, em 1641, se morreram antes? Sanmartin reluta em aceitar a con-

clusão, e ao aceitá-la, parece indicar que o faz de modo forçado, aduzindo: “apesar do ano citado de 1639”.

Mas, se a bandeira de Cordeiro não foi aniquilada em Caaçapá-Guaçu, podia tê-lo sido em qualquer outro lugar, em outras refregas e em outro tempo...Sanmartin narra, e belamente, que a morte do Padre Alfaro provocou uma reviravolta nos acontecimentos e que os índios passaram da defesa tímida aos ataques dominadores.

Nheenguiru, na Província do Uruguai; Guaraé, na Província do Tape serrano, ou qualquer outro chefe indígena poderia estar assolando a região, causando estragos irreparáveis aos paulistas.

Dar-se-ia, então, o seguinte:

Domingos Cordeiro, desbaratado num encontro com os tapes, “porque, nessa época, as razias bandeirantes se orientavam, indiscutivelmente, para essa região rio-grandense”, na frase de Ellis fixar-se-ia nos Pinhais, desistindo de regressar logo a São Paulo.

Coisa semelhante devia dar-se com muitos outros paulistas que por aqui andaram, a partir da bandeira de André Fernandes que, como vimos, deixou aqui seu próprio filho, o Padre Francisco Fernandes, como administrador do povoado.

Efetivamente, Cordeiro e seus companheiros, desbaratados pelos índios cristãos, permaneceriam nos Pinhais, não regressando ao torrão piratiningano. Aqui aguardariam outra bandeira, com novos recursos, a fim de tentar nova investida recuperadora, quando foram “dados como desaparecidos”. E, assim, em 1641, anos mais tarde, aproveitam a chegada de Jerônimo Pedroso de Barros ao povoado de Pinhais, contratando com êste a empreitada, inclusive servindo Cordeiro de orientador dessa nova bandeira, valendo-se de sua experiência destes sertões do Tape e do Uruguai.

Essa, pois, seria a “ligação entre a bandeira desaparecida de Domingos Cordeiro e a de Jerônimo Pedroso”, a que alude Alfredo Ellis, com muita penetração, quando busca devassar o mistério.

Só assim se explicaria o reaparecimento de Cordeiro na bandeira de Jerônimo Pedroso, em 1641, com o testamento de Sebastião Gonçalves, “feito no sertão dos guaianazes”, paragem assim conhecida pelos

paulistas, dada a existência dos guaianás bravios, senhores do Alto-Uruguai, inclusive de grande parte do território passofundense.

Com o nôvo desastre sofrido, nos acontecimentos de Mbororé e posteriores, Domingos Cordeiro, talvez maltratado pelas refregas, como sucedeu a seus companheiros, e profundamente abalado, continuou no povoado de Pinhais, de onde jamais pôde regressar a São Paulo.

Essa, para nós, é a hipótese mais plausível.

ATAQUES DE CATECÚMENOS E SELVAGENS

A morte do Padre Diogo de Alfaro e o êxito das hostes de Nheenguiru contra as forças de Pascoal Leite Pais foram acontecimentos que, pelo seu caráter incomum, deram nova feição aos embates que se travaram posteriormente.

A vitória indígena patenteou aos filhos das selvas que os bandeirantes, apesar de formidandos, não eram invulneráveis.

O trágico fim do Padre Alfaro, alma varonil da resistência, foi profundamente sentida pela cristandade indígena.

“Êsse fato conta Sanmartin, *ibidem*, 221 causou grande descontentamento entre os jesuítas e seus reduzidos. Já não era mais uma luta de índios e paulistas mercadores ou mesmo de sabor político, entre espanhóis e portugueses. Estava em jôgo a alma jesuíta, o espírito cristão, erguido a uma nova cruzada, a paixão militar que se formava na defesa da obra jesuítica. O homem em reação para combater a força de um elemento criado para destruir. Represálias que cresciam e crepitavam e nesse ambiente, mesmo contrariando o desígnio de Lugo que, com seu liberalismo e censura aos neófitos, entendera que os planaltinos (paulistas) não se moveriam mais em direção ao sul...”

Os catecúmenos de Santa Teresa, filhos de Passo Fundo, que ainda se encontravam sob as malhas de André Fernandes, nos campos de concentração e no trabalho das lavouras, deviam ser os maiores interessados na desforra de seus irmãos de raça. E muitos deviam ter fugido nessa ocasião, rompendo a vigilância de seus senhores, como fariam

ainda mais tarde, em caminho para São Paulo, fugindo em massa das garras de seus opressores, com exceção de umas dezenas que não conseguiriam oportunidade para isso.

Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, página 181, mencionando Teschauer, escreve:

“...iniciava-se entre os jesuítas, índios e castelhanos (?) uma enérgica reação contra as incursões audazes da gente de São Paulo, tendo sido travados combates, em que os jesuítas, com seus índios armados, lograram, por vêzes, levar de vencida os bandeirantes que tão longe avançavam do seu ninho planaltino”.

À página 199, tópico n.º 26, o autor tem essas expressões de desabafo:

“Os índios e os jesuítas, na sua trêmenda luta contra os paulistas, não se conservavam em tímida e indeclinável passividade; êles reagem a mão armada e muitas vêzes levavam a melhor, em prélios que travavam ardididos. Essa reação foi desde o início, segundo Taunay, comentando a defesa de Dom Luís de Céspedes, a isso se refere na sua ‘História Geral’, H, 175”.

Apesar dos ataques dos índios, não consta haverem êstes conseguido, em qualquer tempo desalojar os bandeirantes do seu estabelecimento de Pinhais.

Êste se conservou invicto, a despeito de estar cercado de inimigos irreconciliáveis, como os índios reduzidos e os propriamente selvagens, como sejam os guaianás que, das selvas de Ibitiru, entre o Paricaí (rio da Várzea) e o Curitiba (rio Passo Fundo), desfechavam seus assaltos, pondo os paulistas em constantes prevenções contra êles.

Reza, numa tradição caingang, que nos foi relatada por um índio centenário, uma ação em que os paulistas, estabelecidos em Passo Fundo, há muitíssimos anos, sofreram um revés, ao darem uma batida contra êsses aborígines.

Foi-nos essa tradição relatada pelo velho Caetano (hoje falecido), numa visita que fizemos ao títido dos índios de Rio Carreteiro, em companhia do sr. Caio Moojen Machado, titular da Inspetoria de Terras de Passo Fundo.

Segundo o velho Caetano, os seus maiores sempre contavam que

“no tempo muito antigo”, quando das lutas entre “paulistas e padres”, os índios que eram “avós dos caingangs” foram muito perseguidos, de um lado pelos guaranis e de outro pelos brancos que haviam “armado acampamento”, num lugar distante como “uma corrida de veado” (?) da atual cidade de Passo Fundo.

Contou que certa vez os paulistas atacaram “os avós dos caingangs” nos matos do arroio Miranda, afluente do rio Passo Fundo. Colhidos de surpresa, foram mortos muitos índios, mas os restantes fizeram as mulheres e crianças correrem pelos piques da floresta, “que então ligava com o Mato Castelhana”. Indo muito na frente, as mulheres, com seus gritos desesperados, foram atraí-lo, atrás de si, a chusma paulista, enquanto “os avós dos caingangs”, que esperavam isso mesmo, foram ocultar-se ao longo dessas veredas, dali flechando seus perseguidores, até matá-los a todos, sendo seus corpos, depois, lançados num arroio das proximidades.

Contou que os índios, desde então, lançaram vários ataques ao “acampamento” dos homens brancos. Mas, depois disso, aumentou também a perseguição dos paulistas que, um ano depois, isto é, “na outra colheita do milho”, vieram em número considerável, apresando muita gente dos “avós dos caingangs”, principalmente mulheres e crianças.

Êsse relato do velho Caetano deve corresponder à época que historiamos.

Os bandeirantes, cercados e hostilizados por tantos inimigos, viram-se na contingência de aumentar suas paliçadas, reforçar a guarda das barreiras, inclusive as construídas pelos jesuítas, por ocasião da defesa de suas Reduções, como a taipa de pedras, existente no rio da Várzea, na divisa com a Província do Uruguai, a que nos referimos capítulos atrás.

Não satisfeitos, deviam ter iniciado a construção de fortins de pedras, em pontos apropriados, como aquêles cujos restos ainda existem na localidade de Três Lagoas.

A existência desses vestígios foi por nós referida, em 12 de abril de 1965, em relatório que fizemos ao Prefeito Mário Menegaz, à Divisão de Cultura do Estado e ao historiador Walter Spalding, e remetido aos

mesmos com várias fotografias. Dito relatório encontra-se em apêndice, no fim do presente trabalho.

Falando sobre esse achado, assim se expressou o eminente professor Walter Spalding, em entrevista que deu ao “Correio do Povo”, de Pôrto Alegre, edição de 8 de junho de 1965, página 17:

“As pedras de Três Lagoas lembram, à primeira vista, as construções das missões jesuíticas. Entretanto, quer parecer-nos que a zona de Três Lagoas não foi terra em que os jesuítas tivessem trabalhado. Isto é o que nos diz a história, principalmente as Cartas Anuais, tão pouco conhecidas, infelizmente. A existência desses princípios de muro denotam trabalho mais meticoloso que podem ser atribuídos, sem receio, a elemento português, provavelmente bandeirantes do século 17. A confecção desses muros teria a finalidade de defesa e talvez a formação de algum núcleo bandeirante, como era hábito entre eles fazerem. A finalidade destas construções seria a fundação de um núcleo que se denominaria ponta de lança para maiores proveitos na preação de índios. Pelo que existe em construções bandeirantes, como o fortim de Peperi-Guaçu até o Amazonas, não temos dúvidas de que se trata de obra inacabada ou recém começada de bandeira, provavelmente de André Fernandes ou de outros que aí estiveram. E inacabada porque não se pode conceber uma muralha tão pequena para qualquer finalidade. Aí está, nesse pequeno muro, um princípio de fortim, mesmo porque a espessura das pedras e o modo pelo qual foram colocadas, indicam finalidade de obras de vulto. Se fosse jesuítica, seria para a construção de igreja, o que não acreditamos, dada a presença dos caingangs que nunca se submeteram à catequese, e mesmo porque a colocação da muralha, num vale, à margem de um riacho e na encosta de uma elevação, não permitiria a construção de igreja, enquanto que, para fortim, a posição é ótima, porque um dos ângulos do forte ficaria encravado na própria elevação, como foi construído o forte de Santa Tecla”.

Essas as palavras do emérito historiador Walter Spalding.

Assim, os bandeirantes não se entregavam à ociosidade ou ao desalento. Fizeram seus preparativos de defesa e resistiram aos ataques dos Tapes e Guaranis, com disposição de permanecer no lugar, e permane-

ceram efetivamente, demonstrando um espírito combativo incomum, verdadeiramente admirável.

Mas, tais deviam ser as instâncias de seus inimigos que nunca chegaram a concluir o fortim de Três Lagoas.

Entretanto, o Dr. Paulo Xavier, eminente. Diretor do Departamento de História, da Divisão de Cultura, a propósito da ação bandeirante em nosso Estado, assim nos referiu textualmente:

“A atuação dos bandeirantes no Rio Grande do Sul interrompe-se quando eles se lançam nas descobertas e achados dos metais preciosos, nas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Depois da primeira tentativa dos padres jesuítas, vencidos pelos bandeirantes, voltam os mesmos padres, e não encontrando mais a oposição aguerrida dos bandeirantes, estabelecem os Sete Povos Missioneiros”.

Isso dá a entender, no caso em foco, que, possivelmente, o fortim de Três Lagoas deixou de ser concluído, não nessa época, mas em data posterior, desinteressando-se seus construtores de concluir a obra, a fim de antederem a interesses mais promissores ao norte.

Essa, aliás, é a opinião que, em parte, adotamos. A construção deve ter sido abandonada, atendendo não só à atração dos metais e pedras preciosas, mas também à riqueza das “Vacarias” da campanha rio-grandense.

De qualquer forma, os bandeirantes souberam resistir às investidas dos tapes e dos mesmos guaianás, permanecendo firmes em seu pôsto de Pinhais ou Igaí, a despeito das prementes circunstâncias adversas. Isso porque já deviam estar protegidos, como era de seu costume, por suas caiaças ou caiçaras, que eram fortins de pau-a-pique, e chamadas paliçadas pelos portugueses.

Aurélio Pôrto, como vimos, assinala em seu livro “História das Missões”, I, página 166:

“Compreendeu o Capitão Fernandes a importância estratégica da povoação...organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu paliçadas ...”

Notícia de um forte ou paliçada, no Igaí, como então era chamado o Jacuí, tem-se em 1656, além da informação dada posteriormente, em 1669, pelos dois índios de Santa Teresa, fugidos de São Paulo, e que

disseram, como vimos, haver nos Pinhais “um povo de índios, cujo cura é filho do dito André Fernandes, aonde se juntam os portugueses que saíam de São Paulo para as malocas” e que “ali se aviam de comida e de tudo o que é necessário para a ida e para a volta”.

“Em abril de 1656 diz Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 192 e 193 chegou ao conhecimento de D Matias Jeramini, índio corregedor da Doutrina de Japeju que, de Ibicuí, 20 dias para as terras do Brasil adentro, um grande grupo de paulistas andava cativando índios, etc.”.

Depois de uma batida dos catecúmenos, comandada por êsse índio corregedor, segundo Pôrto, foram presos êsses paulistas e soltos os índios que haviam cativado, mas os preadores conseguiram fugir, com exceção de dois mulatos e alguns outros que foram inquiridos por aquela autoridade.

“Revelou a inquirição dos mulatos e prisioneiros restantes diz Aurélio Pôrto que, nessa e em outras ocasiões, muitas tropas saíram de São Paulo, e em um pôsto que chamam Igaí Jacuí haviam construído um forte e paliçada, onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora, e para ali conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte”.

Sabemos que o povoado de Pinhais foi erguido no Rincão do Pessegueiro, região regada pelo Jacuí, imediações da destruída Redução de Santa Teresa, a qual, por êste motivo, foi conhecida também por Santa Teresa do Jacuí, como vemos na citação de Pedro Gay, Evaristo Afonso de Castro e outros autores.

O forte e paliçada a que se referiram os prisioneiros de São Tomé deviam, portanto, ter sido erguidos já anteriormente nos Pinhais, confirmando a documentação que temos exposto.

O forte a que se referem os prisioneiros não deve ser o assinalado em Três Lagoas, que era de pedra quadrangulada e inconcluso. Seria, porém, uma tranqueira alta, como a que foi mais tarde construída em Rio Pardo, com o nome de Jesus-Maria- José e que tanto se assinalou em nossa História.

A tranqueira paulista de Pinhais era, assim, a primeira que se erguia de modo permanente, no Rio Grande do Sul, a fazer frente aos Governos do Prata e do Paraguai.

O DESBARATO DE MBORORÉ

Viva agitação ocorria em São Paulo e Rio de Janeiro, motivada pelos acontecimentos do sul. Aprestaram-se, ao mesmo tempo, os paulistas no preparo de outra bandeira, a fim de replicarem ao desastre de Caaçapá-Guaçu.

Esclarece Pôrto, em “História das Missões”, I, 180:

“No interregno que vai da ação de Caaçapá-Guaçu ao trágico desbarato de Mbororé, isto é, princípios de 1639 a 1641, não consta da documentação jesuítica espanhola a entrada de qualquer bandeira regular em território rio-grandense”. Esquece as atividades de Domingos Cordeiro, que foi depois do choque de Caaçapá-Guaçu. Está certo, porém, quando menciona que, “de princípios de 1639 a 1641” não conste qualquer entrada, pois Cordeiro, nesse tempo, devia estar, desde o ano anterior, em luta contra os catecúmenos, nas Províncias do Tape e do Uruguai.

Conta, porém, o autor, que Raposo Tavares, em 1640, arremete para o nordeste do País e que, “no mesmo ano, aportava ao Rio de Janeiro, procedente de Roma, o Padre Procurador Dias Tanho, que ali fazia promulgar o breve do Papa, excomungando os preadores de índios, ocorrendo então distúrbios em São Paulo, fortemente abalada pelo desastre de Caaçapá-Guaçu” (páginas 180 e 181).

“Logo após tão graves distúrbios continua o autor que afetavam a vida da Companhia naquelas Capitánias, soube o Padre Tanho, no Rio, onde ficou até novembro, que os paulistas novamente se aprestavam para dar sôbre as Reduções, motivo por que apresou o regresso a Buenos Aires, a fim de providenciar, com tempo, quanto à resistência que era mister lhes opor”.

“Chegando ainda a tempo à Capital do Prata, fêz remeter com urgência ao exército que se encontrava nas Reduções, sob o comando de Dom Inácio Abiaru, Capitão General dos índios, e assistência técnico-militar do Irmão Domingos de Torres, grande quantidade de mosquetes e arcabuzes, e larga cópia de munições de guerra. Constituía-se, assim, formidável exército, forte de 4.000 índios, dos quais mais de 300 estavam armados de arcabuzes, contando até com peças de artilharia, feitas de bambu recoberto de couro.

De outro lado, os paulistas vinham, depois de muitos aprestos, em marcha para o sul. Tinham, como dissemos, objetivos especiais: recolher os parentes extraviados, recuperar os detidos e vingar os que sucumbiram.

“Integravam a bandeira diz Pôrto, *ibidem*, I, 183 elementos de escol da gente piratiningana. O inventário de Sebastião Gonçalves e as referências jesuíticas dão-lhe para cabo principal Jerônimo Pedroso de Barros, ocupando também pôsto de destaque o Capitão Manuel Peres, que assina a carta referida na *Ânu*a do Padre Ruyer. Conhecem-se mais: Capitão Antônio Pedroso de Barros, irmão do cabo; Capitão Antônio da Cunha Gago, o gambeta; Baltasar Gonçalves Bartolomeu Alvares

Sebastião Gonçalves, o falecido; Antônio Rodrigues Clemente Álvares Simão Borges João Leite Matias Cardoso Pedro Nunes Dias

Domingos Furtado Miguel Lopes Mateus Álvares Pedro Lourenço Amador Lourenço João Pires Monteiro Pedro Cabral Domingos Pires Valadares Sebastião Pedroso Baião Antônio de Aguiar Antônio Fernandes Sarzedas Antônio Carvalhais e João de Pina. A êstes nomes se podem acrescentar os constantes do inventário de Luís Dias, feito no sertão, a 28 de dezembro de 1641, e que, além do morto, são os seguintes: Vicente Bicudo Francisco Correia Antônio Gil Sebastião Gil Pedro Furtado Batista Antônio Lopes Perestrelo Francisco Barreto e Antônio Agostim”.

Adianta o autor que “a bandeira deveria ter saído do povoado (São Paulo) em fins do segundo quartel do ano de 1640, dela tendo notícia o Padre Dias Tanho que, em novembro, apressou sua partida do

Rio para Buenos Aires, temendo chegar atrasado junto aos padres, quanto às providências que o acontecimento requeria”.

Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, páginas 225 e 226, narra o ambiente de preparação nas hostes jesuíticas:

“Após o estacionamento verificado com o ato regressivo jesuítico diz o autor suas hostes não permaneceram inadvertidas. O abalo sofrido justificava uma vigilância perfeita e ordenada, a fim de evitar as repetições dos massacres anteriores. O substituto do Padre Alfaro, Padre Cláudio Ruyer, foi de uma grande perícia ao preparar homens para opor-se a uma possível nova invasão. Fôra o Padre Diogo de Boroa o

porta-voz aos neófitos de São Francisco Xavier, da partida da bandeira paulista. Era mister resistir, preparar-se o que já vinha sendo feito cautelosamente pelo Padre Ruyter. As Reduções tinham um caráter militar, perfeita predisposição para os entrechoques armados”.

Qual o itinerário da bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros?

Aurélio Pôrto é incerto, quando trata do assunto em sua “História das Missões”, I, 183. Mas é o mesmo Pôrto que, em outro trabalho, inserido em “Terra Farroupilha”, depois de estudar exaustivamente o assunto, responde à pergunta, como se vê na página 69:

“Por onde penetraria essa bandeira? Segundo as indicações de Ellis, baseada em “Inventários e Testamentos”, foi no sertão do Rio Grande, dos guaianazes. Já identificamos êsse sertão. Ficava ao norte de Santa Teresa (Passo Fundo), para oeste, indo até o Uruguai-Pitã, ou atual rio da Várzea afluente do Alto-Uruguai. Devia essa bandeira, entrando pela estrada já conhecida, rumar para Santa Teresa, local de abastecimento dessas expedições, e daí, em rumo oeste, cruzar o Uruguai, e, pela margem direita, cair sobre Mbororé”.

Essa “estrada já conhecida” era a mesma trilhada pelas bandeiras de André Fernandes (no regresso), Fernão Dias Pais, Pascoal Leite Pais e Domingos Cordeiro, isto é, aquela que, penetrando o Rio Grande pelo Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas, transpunha as regiões da atual Vacaria, Mato Português, eram religiosos e servos de Deus e nós outros cristãos; e sem havermos primeiro falado às canoas de Vossas Paternidades, alçamos uma bandeira branca, à qual nos responderam com muitos escopetaços, coisa que, de cada vez, vai de mal a pior; e assim requeiro a Vossas Paternidades, da parte de Deus e de Sua Majestade, uma e muitas vêzes descarregando a minha consciência e a de todo êste acampamento sobre Vossas Paternidades, do que suceder de hoje em diante, de parte a parte, pois Vossas Paternidades têm causado, pois é claro que não tive tal intenção, e para isto deixo traslado desta carta para que, em todo o tempo, conste esta verdade, pois nós outros não temos intenção de fazer mal aos cristãos. Assim é que aquilo a que vimos não é senão saber dos nossos irmãos, parentes, que os mais dêles são casados e carregados de filhos e filhas, que estão hoje em dia em grande desamparo e miséria em que se vêem; e a mim, como da parte do Pa-

dre Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram as partes que chegasse até aqui para saber dêles. E assim estimarei que Vossas Paternidades me façam a caridade e mercê de que nos vejamos, e principalmente para que nos digam missa e ouçam algumas confissões, pois estamos na Santa Quaresma; e assim não imaginem Vossas Paternidades que tenhamos vindo aqui com cobiça de seus índios, que muito bem sabem Vossas Paternidades o muito gentio que tinha êste rio, o qual eu tenho enviado por diante; com o que Vossas Paternidades venham aqui visitar-se comigo; verão que acharão ser tudo isto certo e verdadeiro; eu fico esperando a Vossas Paternidades ou resposta. E não seja a que se deu a Antônio Raposo Tavares, em Jesus-Maria, e Vossas Paternidades muito bem sabem o que dali resultou, o que entendo que o não farão Vossas Paternidades; e assim querendo Vossas Paternidades chegar até aqui, podem fazer confiadamente, sem receio algum. Eu fico esperando VV. PP., a quem Deus guarde, etc. 13 de março de 1641 anos. De VV. PP. servo que lhes beija as mãos O Capitão Manoel Pires”.

“O ardil já muito conhecido não produziu efeito” diz então, a seguir Sanmartin. Aliás, os padres já conheciam os adversários e bem sabiam das suas artimanhas de guerra.

Mbororé, embora não representasse o epílogo das bandeiras, como alguns têm escrito, foi no entanto desastroso, deixando marcas profundas no capítulo do bandeirismo.

Tal foi o ímpeto do ataque indígena, sob o comando de Abiaru e Nheenguiru, que não restou aos paulistas outro recurso senão o da fuga precipitada.

Essa pugna teve como assistente e comandante espiritual o Padre Pedro Romero, o primeiro civilizado que, com o Padre Roque Gonzales, pisou em terra gaúcha, aliás o primeiro, também, que pisou Passo Fundo.

Os paulistas destruíram 100 canoas das 250 que possuíam, perderam cêrca de 60 homens brancos e grande número de índios aliados.

“Foi desastrosa a retirada diz Sanmartin pois o pânico apossou-se da tropa maltrapilha, cansada e faminta, deixando em cada acampamento feridos, enfermos e moribundos. Na quinta-feira santa foram ainda surpresos os paulistas além do Acaraguá, quando preparavam

festas religiosas. Muitos tupis desertaram e o grosso da bandeira embrenhou- -se pelos matos, pondo-se em marcha na mesma noite. Sexta-feira, cessou em definitivo a luta”.

PINHAIS SOCORRE OS RETIRANTES

A expedição punitiva resultara em funesto malogro. Foi um desbarato completo.

Basta dizer que os bandeirantes foram batidos em Mbororé, onde se lutou até o dia 16, “entre refregas contínuas e assaltos”, e depois em Acaraguá, e, mais tarde, em Tabati (para alguns autores, Jbuti, e que era a designação do rio Comandai, na margem rio-grandense do rio Uruguai).

As perdas bandeirantes podiam somar-se em mais de 60 mortos (elemento branco). Diz Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 189-190:

“...Tendo localizado os fugitivos (em Acaraguá), sôbre êles caiu o forte do exército dos catecúmenos (25 de março), sob o comando de Dom Inácio Abiaru e imediata direção dos padres da Companhia de Jesus. Após refregas incessantes e desesperada defesa dos mamelucos, em que perderam muitos homens, conseguiram êstes pôr-se a salvo, fugindo novamente para os matos. Domingo de Páscoa, não obstante incessantes buscas, perderam os índios o contato com os restos da bandeira destrozada, que já havia tomado grande distância, por ásperas serranias e matos fechados que marginam o Uruguai”.

“E o exército cristão voltou às suas Reduções (ibidem, I, 190), para celebrar com Te Deum festivo e largas manifestações de alegria a auspiciosa vitória. Isto foi a 28 de março, em que deve ter caído a Páscoa de 1641...Trágico o retorno dos remanescentes dessa bandeira. Embrenhada pelos sertões catarinenses, só deve ter atingido o povoado piratingano um ano mais tarde. “ Emende-se aqui o autor: o regresso dessa bandeira nunca poderia ter sido por Santa Catarina, como veremos.

“Sabedores da derrota de Mbororé, apresentaram, os paulistas, em

sua cidade, uma nova bandeira, que dali saiu em 1641, em socorro dos bandeirantes” (Pôrto, *ibidem*, 190). O autor, para essa afirmação estranha, louva-se em Nusdorffer, que escreve:

“No mesmo ano (1641), alguns derrotados que iam fugindo, encontraram socorro nôvo que vinha do Brasil, e juntos voltaram para, em outra parte e outro modo, tentar fortuna: fizeram dois fortes, no rio Uruguai, um chamado Tobati (o nosso Comandai) e outro Apiterebi (Peperi-Guaçu), para sair daí, fazer guerra às Reduções e cativar índios. Descobriram os espias dos índios o seu intento; saíram logo em seguida e, acometendo ao primeiro forte, os destroçaram, matando muitos e libertando os cativos que já tinham. Deram sôbre o segundo forte, e os obrigaram a evacuá-lo com tudo quanto tinham de provisões, munições, víveres e cativos”.

Êste socorro às destroçadas colunas de Jerônimo Pedroso de Barros, a que se refere Nusdorffer, dado como “vindo do Brasil”, foi o que partiu da povoação passofundense de Pinhais, e não de qualquer outra parte, como entendeu Aurélio Pôrto, que afirma ter vindo de São Paulo.

É o mesmo autor que, inexplicavelmente, diz às páginas 182 e 183, de sua mesma “História das Missões”, volume I:

“Refere a Ânua do Padre Ruyer que um tupi, preso pelos índios, informara, depois da derrota dos paulistas, em Acaraguá, que o chefe da bandeira determinara logo após a Páscoa, partirem do rio Acaraguá, tomando seu curso pelas matas para saírem num arroio que está Uruguai acima, chamado Guarumbacá, e aí dividirem-se, indo uns até o Iguacu, enquanto outros passariam pelo salto do rio Uruguai, indo até Santa Teresa para explorar as taperas de Jesus-Maria, e dali ao Caamo e Caaguá, e, finalmente, os outros, pelo Uruguai acima, iriam assolar as aldeias infieis”.

Por esta última informação, verifica-se que os paulistas se dividiram em três colunas, contando já com o reforço dos Pinhais passofundenses; uma subiria ao Iguacu, outra viria diretamente a Santa Teresa, em Passo Fundo, e que devia ser a mais castigada; e outra, a terceira, seguiria pelo Uruguai acima, a fim de dar uma batida aos guaianás, que ficavam a leste do rio Paricaí, atual Várzea, antes de chegar aos Pinhais, onde se encontrariam com seus companheiros.

Mas, Aurélio Pôrto arrazoa diferentemente. Diz êle:

“Depreende-se dessas informações que a bandeira, havia tomado o caminho do Iguaçu (sertão do Rio Grande) e daí reflexionado para a margem direita do Uruguai, passando pelas pontas do Apiterebi, até Mbororé, o que confirma o trajeto apontado pelo Dr. Alfredo Ellis (aliás, Ellis pouco informa nesse ponto). Na volta, porém, alguns elementos se teriam internado pelo Alto-Uruguai, no sertão rio-grandense” (ibidem, 183). Aurélio Pôrto não parece muito claro.

Acresce que a passagem de Nusdorfer, já mencionada, inspira o citado Pôrto, à página 190, que afirma:

“Sabedores da derrota de Mbororé, aprestaram os paulistas, em sua cidade, uma nova bandeira, que dali saiu em 1641, em socorro dos bandeirantes que, acossados pelos índios, se retiraram para o Apiterebi, ali encontrando os remanescentes da bandeira destroçada”.

Lemos com atenção êsse trecho do grande mestre e ficamos a imaginar como poderia dar-se tal fato. E não atinamos...Não pudemos compreender o seguinte :

Os fugitivos de Mbororé, que corriam a bom correr, “acossados pelos índios”, não tinham ainda ultrapassado o Apiterebi (Peperi-Guaçu), sendo, porém, ali encontrados pelos salvadores vindos de São Paulo... A notícia da derrota não podia ter chegado pelo telégrafo a Piratininga, porque então não havia êste invento. No entanto, houve tempo suficiente para que os moradores de São Paulo recebessem aviso dos derrotados, aprontassem nova bandeira e voassem para o Apiterebi, onde encontraram os desbarados conterrâneos, vencendo uma distância de cento e muitas léguas, por um terreno áspero e ingrato...Só nos contos da Carochinha.

Claro é que ditos socorros partiram dos Pinhais, pôsto que foi estabelecido precisamente para esse fim, como diz e repete muitas vêzes o grande historiador, em sua citada obra.

O que é de admirar, entretanto, é que, nesses acontecimentos, apesar de tôdas as calamidades, os bandeirantes continuassem aguerridos e indomáveis.

Efetivamente, destroçados, maltratados, perseguidos continuamente, êsses homens não desistem da faina preadora. Mal recebem os

reforços dos Pinhais, atacam as tribos guaianás, situadas a oriente do rio Paricaí (atual Várzea), não perdendo nunca os objetivos de sua entrada.

Escreve Alfredo Ellis Júnior, em “Meio Século de Bandeirismo”, 185:

“...em 1641, Jerônimo Pedroso se encontrava no sertão dos índios gonaiazes e do Rio Grande. Ora, segundo o mapa da época, do Padre Nicolau Henard, de 1640, os índios gonaiazes localizavam-se precisamente na região serrana do Rio Grande do Sul. O mesmo afirma Teodoro Sampaio, etc.”.

Pôrto igualmente informa em sua “Historia das Missões”, I, 182:

“Já de volta do rio Uruguai, em setembro de 1641, procede-se ao inventário de Sebastião Gonçalves, num “sertão do Rio Grande, dos gonaiaís”. Eram os guaranáis ou guaianás mais conhecidos pela designação de ibirajaras... Diz o Padre Tanho . “que os paulistas vinham também com muitos guaianazes, que haviam vencido pelo caminho” (ainda na ida), e que, de volta, “o inimigo retirou-se para p aldeia dos infiéis que havia cativado”. Ranchearam-se “nas cabeceiras do Apiterebi (Peperi-Guaçu), depois de passar pelo Tebiquari, etc.”.

Êsse Tebiquari está mal identificado, se levarmos em conta a rota de Jerônimo Pedroso ou de seus companheiros. Segundo Gonzaga Jaeger, é o hodierno Jaguari, afluente do Ibicuí (Pôrto, “História das Missões Orientais”, I, 79). Mas não se trata, evidentemente, dêsse rio, tão fora do itinerário.

A propósito dos acontecimentos havidos junto a êsse rio, escreve Pôrto, *ibidem*, I, 191:

“Um destacamento de bandeirantes que saiu à preia de infiéis, encontrou, pelas alturas do Tebicuari, um trôço de índios cristãos que, quando da destruição de Santa Teresa, se teria retirado para as imediações dêsse rio. Depois do assalto que colheu alguns, outros se entregaram espontaneamente, com o intuito de, mais tarde, promoverem uma revolta entre os prisioneiros. À noite, levaram a efeito o intento, destruindo-os (aos paulistas). Outros “dez portugueses, de outra tropa, que eram os melhores soldados de Jerônimo Pedroso, tiveram igual destino, muitos dêles morrendo atacados pelos índios”.

Notemos que o procedimento dêsses índios passofundenses é se-

melhante ao de seus conterrâneos aprisionados por André Fernandes, que tomou Santa Teresa, pois êstes, como vimos, rebelaram-se contra o fundador de Pinhais, abandonando-o em meio caminho, quando da jornada para São Paulo, e tudo indica que não o fizeram pacificamente, mas atacando seus guardiães, antes da fuga.

Tal foi, assim, o revide dos índios de Santa Teresa contra os paulistas de Jerônimo Pedroso de Barros.

Aurélio Pôrto prossegue:

“Além de tôdas essas lutas, ainda se referem os documentos conhecidos à investida de grande quantidade de tigres que assolaram os acampamentos, às intempéries terríveis da estação hibernal e à falta de mantimentos, que originou grandes privações, fome e doenças”.

Dessa forma, e apesar de tantos desastres, os vencidos paulistas de Jerônimo Pedroso, graças aos socorros obtidos nos Pinhais, em Passo Fundo, puderam regressar a São Paulo, aonde chegaram em 1642, bem fornidos de índios para as lavouras do norte.

SEXTA PARTE

**PINHAIS E A COLÔNIA DO
SACRAMENTO**

AS BANDEIRAS POSTERIORES

Sem contar-se a derrota de Mbororé, o simples fato da ausência de Jerônimo Pedroso de Barros, com elevado número de sua bandeira, causou tão forte impressão em São Paulo que Alfredo Ellis Júnior lhe atribui, em grande parte, o malogro do movimento, naquela vila, pró-Amador Bueno, para rei do Brasil, com rompimento da soberania lusitana.

Isso se deu em 1641, quando chegou ao país, segundo Matoso Maia (“História do Brasil”), a notícia da restauração portuguesa, sob Dom João IV, ocorrida no ano anterior.

Escreve Ellis Júnior, em “Raposo Tavares e Sua Época”, página 270:

“Então, com tantos elementos de sucesso, por que fracassou o movimento de Amador Bueno? A meu ver porque concorreram as seguintes causas:

- a) Fraqueza moral de Amador Bueno;
- b) Viver o Planalto em tal estado de liberdade de fato, que não seria de interesse, para os moradores, uma liberdade de direito, etc.;
- c) Estar fora do Planalto (São Paulo), no Rio Grande do Sul, com a bandeira de Jerônimo Pedroso, a que foi a Mbororé, no momento dos sucessos das aclamações, a maior e a melhor parte dos elementos “crioulo-nacionalistas” do Planalto, aonde só chegaram em 1642”.

“A aclamação frisa êsse autor, à página 254 - ainda que tivesse fracassado... foi uma verdadeira fotografia da situação psicológica do Planalto, onde já pulsava, vibrátil e pujante, uma consciência nacional e onde já havia, nítida, uma sentimentalidade própria, a qual empolgava a maior parte da população piratiningana e a quase totalidade da juventude planaltina”.

Embora lá, em São Paulo, se ressentissem com os acontecimentos do sul, nada autoriza que o movimento da aclamação, em favor de Amador Bueno, tivesse qualquer repercussão nos Pinhais, sede da soberania paulista no Tape rio-grandense.

Os bandeirantes que aqui estavam ou que aqui vinham periodicamente

mente, estavam por demais ocupados em enfrentar os choques com o gentio da terra, que defendiam, com vigor, a causa jesuítica e a própria razão de ser de sua vida.

A despeito de Mbororé, muitas bandeiras, posteriormente, deviam ter demandado os sertões rio-grandenses.

Alfredo Ellis, na citada obra, às páginas 276 e 577, enumera as seguintes bandeiras, sôbre as quais as referências são muito vagas e indiciárias, existentes apenas na documentação paulista, com silêncio absoluto da documentação jesuítica”:

- Bandeira de João Pereira - Jerônimo da Veiga, partindo, em 1643, para a região de Além- -Mantiqueira...

- Bandeira de Vicente Bicudo e de Luís Dias, partindo em setembro de 1642, para região ignorada ...

- Bandeira de Jerônimo Bueno, ocorrida em 1644, mencionada por Pedro Taques, na “Nobiliarquia” e como tendo sido aniquilada no Paraguai.

- Bandeira do Capitão-Mor João Mendes Geraldo, ocorrida em 1645, trilhando sertão anônimo ...

- Bandeira de Sebastião Fernandes Camacho, tendo lugar em 1646, em Mogi das Cruzes...

- Grande Bandeira saída em 1646...

- Tentativas de organização de expedição contra Buenos Aires, pela governança central do Brasil, com o concurso holandês...

- Tentativas de organização de corpos auxiliares à campanha da restauração do nordeste, pelo Governador Geral Antônio Telles da Silva, em 1647.

- Bandeira de Antônio Nunes Pinto, que teve lugar em 1647, percorrendo região anônima...

- Grande bandeira de Antônio Domingues, partida para lugar ignorado, em 1648, assinalada em junho desse ano, em sertão anônimo. .

- Bandeira de Antônio Pereira de Azevedo, assinalada em meio de 1648, descendo o Tietê...

- Bandeiras em Maracaju, as quais deveriam ter partido do Planalto em 1647”.

É possível que alguma ou algumas dessas bandeiras, dadas como

“em região ignorada” ou “sertão anônimo” tenham feito incursões no Rio Grande.

Diz Aurélio Pôrto, em sua “História das. Missões” I, 192:

“Não estaca, porém, ante o insucesso de Mbororé, a atividade formidável dos paulistas no sul. Certo é acrescenta que no decênio de 1650-1660, e mesmo no seguinte, se não aparecem grandes bandeiras pelos sertões do Rio Grande, fazem-se entradas inúmeras, subindo para São Paulo chusmas e chusmas de índios apresados, em todos os recantos da terra rio-grandense...De uma dessas entradas, não referida pelos historiadores, ficou farta documentação da Coleção Jesuítica de Angelis. Em abril de 1656, chegou ao conhecimento de Dom Matias Jeramini, índio Corregedor da Doutrina de Japeju que, de Ibicuí, vinte dias para a terra do Brasil a dentro, um grande grupo de paulistas andava cativando índios. Aprestou-se logo a diligente autoridade e, com fôrça bem armada de catecúmenos se pôs resoluta a caminho. Depois de alguns dias de percurso, surpreendeu os paulistas Manuel Preto, Pascoal da Ribeira e Francisco Cordeiro que, com dois mulatos crioulos do Brasil e mais 50 índios tupis, andavam na maloca. Vinham êstes fortemente armados de bôcas de fogo, flechas e alfanges, de que não puderam fazer uso, porque sôbre êles os índios caíram de inopino. Considerável a prêsa que haviam feito entre índios infieis das regiões que tinham atravessado. “Trazia o inimigo três grandes cadeias de ferro. Com suas coleiras, ao pescoço, seguiam de 20 a 30 índios em cada uma”. Além disto, ainda levavam mais quatro cadeias, como as primeiras, sem cativo algum. Dom Matias e seus índios prenderam os bandeirantes e, soltando os índios por êles cativados, puseram nas coleiras de uma das cadeias os paulistas e, em outra, mulatos e tupis, que faziam parte do bando. Aprenderam armas e bagagens e, com esta prêsa preciosa, voltaram rumo a Japeju.

Três dias já haviam caminhado, quando, uma noite, em um pouso, desencadeou-se forte temporal, que os obrigou a afrouxar a vigilância em que mantinham os prisioneiros. Aproveitaram-se êstes da oportunidade, e os três paulistas, com uma dezena de índios, conseguiram fugir, não mais sendo encontrados pelos soldados japejuanos. Não o conseguiram, porém, os dois mulatos, que foram conduzidos à Doutrina, onde depuseram, em longo interrogatório que ali foi feito”.

Prossegue Pôrto, à página 193:

“Revelou a inquirição dos mulatos e prisioneiros restantes que, nesta e noutras ocasiões, muitas tropas saíram de São Paulo e, em um pôsto que chamam de Igaí Jacuí haviam construído um forte e paliçada, onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora, e para ali conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte”.

Em Três Lagoas, município de Passo Fundo, tinham começado efetivamente um forte, junto do arroio do Erval, afluente do Igaí, como era primitivamente denominado o Jacuí, o que já explanamos anteriormente. Lembramos, de novo, que a Redução passofundense de Santa Teresa era conhecida, segundo alguns autores como sendo Santa Teresa do Jacuí, pois ficava no Rincão do Pessegueiro, lugar banhado por este rio. Assim, nos Pinhais ou Igaí, tinham os paulistas seu mantimentos e pólvora, e ali concentravam os índios apresados, antes de enviados a São Paulo.

“Em outro pôsto acrescenta Pôrto que se denomina Tarabirem (aliás, Apiterebi), havia também outro bando de portugueses, e o mesmo acontecia em Ibataiti (aliás, Tabati), onde outros dois paulistas, que não sabiam os depoentes como se chamavam, tinham outras cadeias, com índios cativos, que eram recolhidos a outro forte” (deve ser ao outro forte, talvez, que seria o Igaí ou Pinhais, pois não se sabe de outro, na época, a não ser os já abandonados Pirajubi e Taiacuapé, no Rio Pardo e no rio Taquari). “Mais 10 bandeirantes, dêsse mesmo grupo prossegue o autor, louvando-se na informação jesuítica andavam pela campanha, terra adentro”.

Certos estavam os mulatos depoentes, quando informaram às autoridades jesuíticas que “muitas tropas saíram de São Paulo” e que isso “sucedia de muito tempo a esta parte”.

Alfredo Ellis, em “Bandeirismo Paulista”, página 223, menciona:

“Ao se iniciar a segunda metade do século dos seiscentos, um rei-de, verdadeiramente notável, implantou no bandeirismo, um marco memorável, testemunhando a audácia dos sertanistas de São Paulo. Foi no ano de 1651 conta Taunay que vários bandeirantes, acompanhando Domingos Barbosa Calheiros e Brás Rodrigues de Arzão, chefiando al-

gumas quadrilhas de assalto, em razias e correrias, chegaram à vista da cidade, hoje argentina, de Corrientes, no t ê rmo mesopot â mico de Castela (“Correio Paulistano”, 11-10-921). Dessa arrancada fant á stica que Taunay descobriu, analisando a documenta ç o ã o castelhana, conseguiu o mesmo mestre apresentar alguns nomes de chefes de quadrilhas que constitu i ram a expedi ç o ~ ”.

E esclarece o autor:

“Divirjo, ligeiramente, do dout i ssimo historiador, na identifica ç o ~ desses nomes, mal grafados nos pap é is espanh o is. Francisco Ribeiro poderia ser identificado com o que foi inventariado em 1683 (“Invent á rios e Testamentos”, volume XXVII, 540), ou ent ã o, de prefer ê ncia, com Francisco Ribeiro de Moraes, falecido no sert ã o, em 1665 (“Invent á rios e Testamentos” vol. XVI, 510). N ã o poderia ser com Francisco Pires Ribeiro, como pensou Taunay (“Correio Paulistano”, loc. cit.) por ter ê sse paulista, sobrinho do futuro Governador das Esmeraldas, nascido em 1656. Em 1670, ao se proceder ao invent á rio de sua m ã e, Sebastiana Leite da Silva, tinha ê le apenas 14 anos...”

“Jo ã o Maciel - prossegue o autor - seria, sem d ú vida, o filho de Jo ã o Maciel Valente, cunhado, portanto, de Domingos Barbosa Calheiros (“Genealogia Paulistana”, vol. VIII, 258; Jorge Moreira, que foi juiz em S ã o Paulo...seria o outro chefe bandeirante...”

“Nesse mesmo ano de 1651 informa ainda o autor, à s p á ginas 225 e 226 a bandeira de Barbosa Calheiros deveria ter tornado a S ã o Paulo, pois que logo, ao se iniciar 1652, foi ê le eleito juiz ordin á rio, cargo que ocupou durante todo o ano (“Actas”, vol. V). Em 1651, faleceu no sert ã o Jo ã o Pedroso de Moraes, filho do c e lebre “Terror dos I ndios”, ignorando-se o local d ê sse falecimento e mais detalhes d ê le; é poss i vel, entretanto, que tenha ocorrido na companhia da expedi ç o ~ supra tratada”.

“Sempre em 1651 prossegue havia ainda no sert ã o outra empr e sa de preamento de i ndios. Dela fazia parte, n ã o sabemos em que grau de hierarquia, Capit ã o Ant o nio Pedroso de Barros, um dos maiores e mais ricos potentados paulistas, do cl ã dos Pedroso de Barros, e irm ã o de muitos formid á veis devassadores do sert ã o. Ao falecer sua mulher, Maria Pires, Ant o nio Pedroso estava no sert ã o...N ã o se sabe a paragem sertaneja, onde tenha ido o poderoso caudilho paulista.

“É de notar salienta Ellis Júnior, significativamente que no inventário, procedido por sua morte, logo no ano seguinte, em 1652, só encontrei nos arrolamentos de índios os das nações carijós e guaianazes, ainda bravos e sem batismo, em número de 500, mais ou menos. Isso denuncia claramente um recentíssimo apresamento, fazendo supor que tenham sido trazidos pela bandeira de 1651, da qual fizera parte o falecido. É, pois, possível ter Pedroso penetrado, com sua leva, no território do Guairá devastado. Aí encontraria guaianazes, recém transplantados, bem como carijós, mais para leste, até ao Rio Grande. É, porém, uma simplíssima hipótese que, infelizmente, não acha base mais séria do que uma ligação de raciocínios”.

Não erra muito o autor se ligar essa bandeira aos apresamentos de carijós e guaianazes do Rio Grande do Sul, o que corresponde à documentação divulgada por Aurélio Pôrto.

Como sabemos, vizinhos aos Pinhais, reduto bandeirante, demoravam os indóceis guaianás, nas selvas do Ibitiru, fato que já mencionamos; e os índios carijós ocupavam, nessa época ainda, as várias regiões de Ibia, inclusive Mato Castelhano e Campo do Meio, territórios passofundenses.

Referindo-se a essa bandeira, Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 194 busca ligá-la às informações dos mamelucos e mulatos apresados pelas autoridades do Japeju. E diz:

“É possível que êsse grupo de bandeirantes pertença à leva de Luís Pedroso de Barros, que `em 1956, por ocasião do inventário de sua mãe, Luzia Leme, se encontrava no sertão (Invent. e Test., vol. XV, 410), em lugar incerto e não sabido, como foi justificado previamente por meio de muitas testemunhas inquiridas, como era do rito processual, (*ibidem*), consoante observa o Dr. Ellis. Inclina-se, porém, o historiador, a julgar que essa expedição do sertanista, por êrro de data, fôsse a que Pedro Taques, indicando o ano de 1660 para a partida, diz ter ido até o Peru, onde o Cabo, Capitão Luís Pedroso de Barros, foi morrer às mãos dos índios serranos”.

Continuando suas indagações, Aurélio Pôrto pergunta :

“Quantas bandeiras e entradas não identificadas pelas fontes arquivais terão, nesse largo período de mais de 20 anos, perlustrado, por

todos os seus recantos, a terra rio-grandense? Entre elas, note-se de passagem, parece ter-se dirigido ao sul a do Capitão Antônio Domingues, assinalada em 25 de junho de 1648, em sertão desconhecido pelos `Inventários` de São Paulo, e referida pelo autor do `Bandeirismo`. Da larga nominata de seus componentes, ressalta o nome de Francisco Cordeiro, o mesmo bandeirante que, com Manuel Preto e Pasqual da Ribeira, em uma noite de tempestade de abril de 1656, consegue fugir da corrente de ferro, em cuja coleira os japejuanos o haviam prendido. Ainda em 1669, uma grande ameaça de invasão paira sobre as Doutrinas jesuíticas, principalmente Japeju (Reis), `mais distante das outras, e pelas notícias que lhes deram (aos paulistas), alguns índios fugitivos da dita Doutrina, que cativaram algumas vêzes que a ela se têm acercado`. Em 21 de outubro dêste ano, na Redução de São Tomé, perante as autoridades e padres que nela se achavam, compareceram Ventura Dias, mestiço e filho de português, que depois de se criar entre êles (paulistas) e os acompanhar em várias jornadas que fizeram para cativar índios, os abandonara e fôra até aquela Doutrina. Acompanhavam-no Salvador Nunes e Antônio Costa, também dos portugueses, sendo o último mestiço como o primeiro”.

E informa o autor:

“Declararam que era certa a vinda de uma bandeira, particularmente destinada à Doutrina de Reis do Japeju, e que os `Capitães que tratam dessa jornada são Fernão Dias Pais, Pedro de Barros, João R. Pais, João Andrade, Francisco Camargo, José Camargo, Brás Esteves, grande sertanista que se achou na destruição de Jesus-Maria; Domingos Garcia, Garcia Rodrigues e Domingos Luís, vizinhos de São Paulo; o da (Redução) de Conceição também enumera outros capitães, como Atanásio da Mota, Vasco da Mota, André da Costa e Vicente Peres, que têm o mesmo intento, por ouvi-los tratar com gente poderosa, e de muitos índios que têm para o dito efeito, acrescentando o entusiasmo que têm para isto os fulanos franceses João, Diogo e Dionísio, de cujos apelidos não se lembra, oriundos de uns, que antigamente foram com êles de Vila Rica ou outra povoação. Em São Paulo, os que cita, tratam dessa jornada, por terem morrido muitos índios e muito confiar em sua valentia e gente que têm em suas terras; e os ouviu também dizer que, embora

não conseguissem a licença que haviam pedido, realizariam essa empreza, como em outras ocasiões, saindo ao campo e aí organizando o seu exército. E acrescentou o terceiro (Antônio Costa) `que ouviu dizer que fariam sua viagem até a Lagoa dos Patos, em barcos ou navios para trazer sua matalotagem e demais petrechos de guerra, semente que teriam de semear onde descessem, para ter recursos e comida com que voltar, e dali iriam por terra até o rio Igaí (Jacuí), caminho mais curto e menos difícil, e do dito rio, às doutrinas, sem necessidade de mais matalotagem pelas inúmeras vacas que dizem aí haver´.

Vemos, nessa informação, que êsses novos bandeirantes pretendiam abandonar a velha rota dos Pinhais, atraídos pelas Vacarias da campanha rio-grandense, oriundas dos estabelecimentos jesuíticos, principalmente do Japeju, que começava a ter notável florescimento.

Assim, demandariam, primeiro, à Lagoa dos Patos e ao Jacuí, dirigindo-se, então, por terra, através dessa campanha, ao ataque às Missões dos padres, certos estavam de que encontrariam, em caminho, gado em abundância para as suas necessidades.

Às páginas 195 e 196, Aurélio Pôrto conta a odisséia daqueles índios passofundenses que fugiram de São Paulo, em 1669. Embora repetindo a passagem que já citamos algumas vezes, capítulos atrás, vamos dar na íntegra a redação do referido autor, como temos feito, quando preciso. Ei-la:

“Em agosto (Sanmartin informa que foi outubro) do mesmo ano de 1669, fugidos de São Paulo, com suas mulheres e filhos, chegam à Redução de São Francisco Xavier dois índios, naturais da Redução de Santa Teresa, que os paulistas haviam apresado 30 anos antes, sendo `mui pequenos´. Batizados pelos Padres Francisco Ximenes e Simão Maceta, curas de Santa Teresa, jamais esqueceram êsses índios os rincões de sua terra natal, e a ela voltavam, fugindo a seus senhores. Informaram êsses índios, perante o Corregedor da Redução, Tomás Potira e outros, que era certo tratarem os portugueses de São Paulo de conquistar as Doutrinas de ambos os rios Paraná e Uruguai, e que, para isto, haviam mandado buscar tôdas as munições necessárias, de pólvora e balas e mais dois tiros de artilharia, porque, dizem, querem vingar a morte de seus pais e parentes que, nas refregas dêstes anos passados, os índios destas Dou-

trinas haviam morto, e que, para isto, queriam vir com mais demora, roçando e fazendo chácaras no caminho e ficar o tempo necessário para destruir e acabar completamente todos êstes Povos'. Disseram mais êses índios que, nos Pinhais, junto ao Povo que foi de Santa Teresa, o qual destruiu André Fernandes, que não está muito distante daqui, se fundou um Povo de índios, cujo cura é o filho do dito André Fernandes, aonde se juntam os portugueses que saíam de São Paulo para as malocas. Ah se aviam de comida e de tudo que é necessário para ida e volta".

O povoado de Pinhais, como vemos, desempenhava, ainda em 1669, papel preponderante, no que tange às entradas paulistas em território rio-grandense.

As incursões dos bandeirantes, depois da batalha de Mbororé, não cessaram de efetuar-se, em direção do Paraguai, penetrando na mesopotâmia Uruguai-Paraná.

Mas é para o sul que, a partir de então, dirigiam suas correrias. E ainda em fins do século 17, segundo Frederick Goding, que adiante transcreveremos, apresam os remanescentes dos arachãs, que demoravam ao longo da Lagoa dos Patos, então chamada Upava pelos índios rio-grandenses (do tupi *y*, água, e *paba*, estância, pouso, lugar, onde a água permanece, a lagoa, o lagoeiro, o charco" segundo notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, em "História do Brasil", Varnhagen, volume 4. , páginas 14 e 15).

E são os bandeirantes que, "de sua ida a êses campos das Vacarias, e mesmo ao costão do sul, da Laguna ao Prata, afugentando a indiada para o interior e costas do rio Uruguai, trouxeram dessas viajadas notícia da riqueza, da uberdade das terras, abundância de gado e bondade do clima, que se foram espalhando até chegarem aos ouvidos atentos dos governadores do Brasil" (Rêgo Monteiro, "A Colônia do Sacramento", I, 34).

Foi em 1670, segundo Aurélio Pôrto, que os próprios jesuítas e índios missionários tomaram conhecimento da riqueza bovina que se espalhava, sem dono, pela vastidão da campanha. Diz êste autor, em sua "História das Missões", II, 20 e 21:

"Reunidos os caciques de vários Povos, sob cujas ordens, já afeitos ao manejo das armas, se encontravam algumas centenas de soldados

missioneiros, veteranos de outras campanhas ficou o exército, que se dividiu em três troços, sob o comando geral do Padre Jacinto Marques. Em princípios de 1670, isto é, somente 32 anos depois de terem abandonado as terras do Tape, vadeando o Uruguai pelo passo fronteiro a São Tomé, depois denominado São Borja, entraram os índios em massa nas terras que foram de seus pais. Marchando para leste, percorreram larga extensão do território rio-grandense até o Jacuí, chegando às imediações da tapera da antiga Redução de São Miguel; e daí, transpondo, rumo sul, a coxilha do Tabuleiro, que dá origem às nascentes do Santa Maria e do Vacacaí, estacaram à entrada da Vacaria do Mar, que se estendia até as raias estremadas de Maldonado. Era a primeira vez que se lhes revelava essa riqueza, opulentando o tabuleiro do pampa que se perdia de vista. Um gado forte, grande, quase uniforme na pelagem escura, povoava as campanhas com seus incontáveis rebanhos. É quando, na antevisão de acontecimentos futuros, a que a cobiça dessa imensa riqueza económica dará origem, o Padre Jacinto Marques, apontando aos índios o gado que se perde de vista pelas coxilhas do pampa, exclama: “Estas vacas que vêdes não foram postas aqui por Hernandárias, mas sim pelos padres da Companhia”. E, colocando ali uma cruz, como símbolo de posse, voltou às missões para dar notícia do que vira nessas campanhas dilatadas. “E essa cruz se conservaria ainda até o ano de 1680, em que foi encontrada pelos primeiros índios que foram vaquear ali e pelos que foram ao assédio de São Gabriel” (no Prata).

Esse devia ser o motivo, além de outros, da volta jesuítica ao território gaúcho. Farta gadaria, condições magníficas para subsistência e opulência das Missões.

E os paulistas, sempre ávidos de riqueza, deviam sentir a mesma impulsão de posse que havia arrebatado o Padre Jacinto Marques.

Conquista a serra, onde tinham o seu baluarte, os paulistas começaram a sonhar com a dominação das terras continentais, até as margens do Rio da Prata.

A realização desse alto objetivo, agora de caráter patriótico, além de económico, efetuou-se em 1680, com a fundação da Colónia do Sacramento que acarretaria, lamentavelmente, a ruína de Pinhais, com o deslocamento dos interesses bandeirantes, concentrados agora nas po-

voações marítimas do sul, por onde faziam suas comunicações com o resto do Brasil.

Já então o povoado de Pinhais ou Igaí tinha selado o seu destino. Mas, sua morte foi, sem dúvida, suave preço, graças ao qual ocorreu a expansão conquistadora, pelo elemento luso-brasileiro, com a fixação de suas lindes no Rio da Prata.

Pinhais havia cumprido sua missão.

PINHAIS E A INTEGRAÇÃO BANDEIRANTE NOS PAMPAS

Se ainda em 1669 os Pinhais estavam em plena atividade preadora, quer isto dizer que o povoado devia ter durado por mais alguns anos, possivelmente até a década de 80, quando do retorno jesuítico às paragens rio-grandenses.

Aurélio Pôrto, à página 192, de sua “História das Missões”, I, diz:

“Certo é que no decênio de 1650-1660, e mesmo no seguinte (isto é, 70), se não aparecem as grandes bandeiras, fazem-se entradas inúmeras, subindo para São Paulo chusmas e chusmas de índios apresados em todos os recantos da terra rio-grandense”.

Isso dá uma elasticidade até 1679, isto é, oito anos antes da volta dos jesuítas.

Mas, qual teria sido o fim misterioso de Pinhais?

Não há na documentação que consultamos qualquer indício que o possam determinar de modo convincente.

Comentando a última fase do bandeirismo de preação, aqui no sul, Alfredo Ellis Júnior, em “Raposo Tavares e sua Época”, páginas 292 e 293, salienta:

“Até então as reservas haviam sido gordas. Mas, ao ser atingido o marco da metade do seiscentismo, os planaltinos, se quisessem continuar na exploração do ramo de atividade económica, a que se tinham dedicado, teriam que alongar muito o raio de sua penetração, aumentando-o exageradamente, ou abandonar sua caçada humana, nos estabelecimen-

tos jesuíticos, dedicando-se exclusivamente a apresar índios selvagens. Economicamente, o negócio se fazia, pois, bem duvidoso!

“Uma prova disso acrescenta em parte foi o cruel combate de Mbororé, em que as armas planaltinas foram vencidas, a uma distância de cêrca de 2.000 quilómetros de suas bases! Com isso, em 1648, os planaltinos ainda tentaram buscar, no oeste, em Maracaju, o que haviam conseguido no sul de além rio Uruguai. Mas, esgotados os mananciais de índios mansos, nessa região, êles, em 1651, tentaram novamente a direção sulina, na mesopotâmia do Uruguai e do Paraná. Foi quando Barbosa Calheiros e outros chefiam um importante reidt, sôbre o baixo rio Paraná, como descreve o Professor Taunay, ao comentar documentos jesuíticos...Parece que os resultados disso não foram muito animadores, de modo que as emprêsas de caça ao índio se viram constrangidas a só se entregarem ao apresamento de índios bravios, em regiões onde não se encontravam estabelecimentos jesuíticos”.

“Com isso aduz o autor além dos motivos que já ficaram mencionados, o apresamento declinou, o que se evidencia na segunda metade do século XVII, diante do exame da crônica. Mas, parece que os resultados não foram animadores, pois que o apresamento não prosseguiu nessa direção, não havendo transpirado informes de muitas empreitadas dirigidas para o sertão bravio”.

E assim sintetiza as causas do declínio do apresamento :

Cessaçãõ do domínio hispânico, com o que desapareceu a comunidade territorial, e daí as dificuldades de penetração em território que Tordesilhas prodigalizara à Espanha.

Cessaçãõ da hegemonia naval flamenga, com o que o Nordeste pôde restabelecer o tráfico africano, o que arrebatou dos planaltinos o monopólio de fornecimentos de braços, imperiosamente necessários à indústria agrícola nordestina.

Esgotamento dos celeiros abundantes, que eram as Reduções jesuíticas, o que obrigou o apresamento a alongar o raio de suas incursões ou a apresar índios bravos, o que não era muito interessante, sob o ponto-de-vista económico.

Declínio da lavoura açucareira no Nordeste, determinando menor procura de mão-de-obra”.

A essa altura, convém repetir o pronunciamento do Dr. Paulo Xavier, do Departamento de História da Divisão de Cultura do Estado:

“A atuação dos bandeirantes no Rio Grande do Sul interrompe quando eles se lançam nas descobertas e achados dos metais preciosos, nas Gerais, no Goiás e Mato Grosso”.

Não podemos, efetivamente, esquecer êsse importante aspecto, que pode ser aliado às causas mencionadas por Ellis Júnior.

Assim, a busca do ouro e das pedras preciosas teria, em grande parte além das conclusões de Ellis Júnior, já expostas determinado o abandono dos Pinhais pelos paulistas.

Mas devemos ainda considerar que os paulistas de Pinhais estariam, por essa época, bastante radicados à terra gaúcha. E nôvo ciclo económico se abria à sua visão utilitária, nas Vacarias que, então, cobriam as campanhas do sul, empolgando aquêles homens extraordinários.

Os bandeirantes da nova geração tinham conhecimento dessas Vacarias, como vimos na citação de Aurélio Pôrto (ibidem, I, 195):

“...e dali iriam por terra até o rio Igaí (Jacuí), caminho mais curto e menos difícil, e do dito rio às Doutrinas, sem necessidade de mais mata-lotagem pelas inúmeras vacas que dizem aí haver”.

Isso ainda em 1669.

Essas vacarias deviam ser mais abundantes nas décadas seguintes, atraindo a atenção dos cobiçosos paulistas.

Eram eles os devassadores indômitos, senhores absolutos do chão rio-grandense, penetrando, em suas andanças intérminas, todos os nossos rincões, como pudemos ver de quanto se tem relatado, e como veremos na documentação abundante dos seguintes capítulos.

Pinhais e portanto Passo Fundo teria, indubitavelmente, um papel dos mais significativos, na integração bandeirante, em terra pampeana, e mesmo noutros quadrantes do país.

SANTA TERESA E PINHAIS

Ficam aqui encerrados dois períodos distintos da primitiva história passofundense: o da primeira fase jesuítica, com Santa Teresa, que terminou em 1637; e o dos bandeirantes, com Pinhais, que desaparece entre 1670 e 1680.

Santa Teresa, como vimos, desempenhou um papel humano, de grandeza e beleza moral impressionante, na luta magnífica contra a escravização do silvícola, ampliando sua influência evangelizadora, sob o venerável jesuíta Francisco Ximenes, por todo o Tape e Ibia, até o litoral e baixada do Jacuí, além de aumentar os conhecimentos sôbre a região percorrida por aquêle missionário, primeiro grande devassador das terras rio-grandenses, e cuja relação, juntamente com a carta geográfica do Padre Luís Ernot, seu companheiro, continuam servindo aos estudiosos do nosso passado.

Cumpre-nos ainda falar do destino dos índios de Santa Teresa, cuja transmigração para a outra banda do Uruguai se impunha a todo transe, em face da inquietadora e irremovível presença dos paulistas, nos Pinhais.

Sem duvida, foram os tapes de Santa Teresa e de outras regiões da Serra que mais resistiram à transmigração.

Referindo-se especialmente aos tapes da região serrana, diz Souza Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, página 53:

“Os que maior resistência ofereceram ao abandono da terra natal foram os localizados na então Província do Tape. Foi uma luta tenaz e hercúlea a dos jesuítas durante esta imigração e, a despeito da energia inquebrantável, da coragem inexcedível, da grande ascendência que tinham sôbre os indígenas, poucos, relativamente ao número de aldeados, foram os que chegaram à margem direita do Uruguai. A maioria ficou no território natal, refugiada dos padres e dos bandeirantes”.

Segundo Aurélio Pôrto (“História das Missões”, I, 200 a 202), essa foi a fixação posterior dos Povos retirantes:

“São Nicolau, trasladado em 1637 para a margem direita do Uruguai, incorporou-se ao Povo de Apóstolos, e, em 1687, voltou ao ponto de origem.

Candelária, de Caaçapá-Mini, transmigrou em 1637 para as proximidades da Redução de Itapuá, passando daí para a costa sul do Paraná, sôbre o rio Igaarupá...

Assunção, cuja população fundiu-se com a de outros Povos já existentes à margem direita do Uruguai.

Caaró - Seus remanescentes fundaram Santos Mártires do Japão, que recebeu também os restos dos Povos destruídos de Jesus-Maria do Ibiticaraí, São Cristóvão e São Joaquim, quando da invasão bandeirante...

Apóstolos - Passando o Uruguai, tomou a denominação de São Pedro e São Paulo, localizando-se a 27° 54' 43" de latitude Sul, e 1° 51' 41" de longitude oeste.

São Carlos - Com seus remanescentes e de outros Povos, foi fundado outro com o mesmo nome, entre o Uruguai e o Paraná, a 27° 44' 36" de latitude sul, e 1° 43' 48" de longitude oeste.

São José - Passou para oeste do Paraná, entre Corpus e Santo Inácio Mini, e em 1660 se estabeleceu aos 27° 45' 52" de latitude sul, e 1° 52' 3" de longitude oeste.

São Miguel - Foi para as imediações de Conceição, margem direita do Uruguai...

São Cosme e São Damião - Trasladou-se para o Paraná, entre o rio Aguapeí e Candelária, a cujo povo se incorporou...

Santa Ana - Trasladou-se para o Paraná, perto de Pejuré, donde passou para 23° 27' 45" de latitude sul, e 2° 2' 19" de longitude oeste, a duas léguas do Paraná.

São Tomé - Transmigrou para o Uruguai na latitude de 29° 33' 47", e na longitude oeste de 1.º 43' 17"''.

Quanto à Redução de Santa Teresa, isto é, quanto aos remanescentes de seu povo, o autor (ibidem, II, 55) informa:

"Foi...em 1687 que uma colônia de mais de 2.500 almas, desligando-se de Conceição, foi se localizar no Caaçapá-Mini...onde ainda atualmente se encontra a cidade de São Luís. Dessa colônia constavam descendentes das antigas Reduções do Tape: São Joaquim e Santa Teresa, cujos retirantes haviam sido acolhidos em Conceição".

Os que retiraram de Santa Teresa, em Passo Fundo, eram em tão

reduzido número que não chegaram, sozinhos, a formar um povoado. Tiveram que juntar-se com os de São Joaquim.

Quanto aos que permaneceram, vagueando pelas antigas Províncias do Tape e do Uruguai, nunca deixaram de fazer guerra aos paulistas.

Pinhais, antítese de Santa Teresa, representou o papel de reduto escravagista, porém serviu também de primeiro marco, antes mesmo que o Rio Pardo, da penetração luso-paulista no Rio Grande do Sul. E, assim como Rio Pardo pode pleitear, perante a História, os direitos de Tranqueira Invicta. Não foi só cronologicamente o primeiro forte levantado em terra gaúcha, senão ainda o que mais profundamente penetrou nos domínios castelhanos.

Devemos ainda considerar suas avançadas, como as de Caaçapá-Mini, Caaçapá-Guaçu e aquelas que se ergueram no rio Uruguai e Peperi-Guaçu, nos lugares denominados Tabati e Apiterebi tranqueiras essas que tiveram um papel significativo na história brasileira.

Foram as avançadas de Tabati e Apiterebi, principalmente esta última, no Peperi-Guaçu, que motivaram a anexação das Missões, por ocasião da questão do Contestado com a Argentina em favor do Brasil. Foram essas avançadas, prolongamento de Pinhais e com o concurso da gente piratiningana, estabelecida em Passo Fundo, que se puderam estabelecer os limites com as possessões de Espanha, dando base aos tratados de limites e justificando a reconquista, em 1801.

Nessas avançadas foi que se baseou, notadamente, o Barão do Rio Branco para a vitória da causa brasileira. Foi êsse um dos argumentos decisivos dêsse advogado do Brasil, junto ao Presidente Cleveland, dos Estados Unidos. O desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, em sua obra "Rio Branco, o Geógrafo", diz à página 51:

"Teve (Rio Branco) de recorrer à História e à Antropogeografia e recuar ao século XVII, a fim de verificar se o rio fôra descoberto pelos bandeirantes paulistas ou se pelo governador espanhol Cabeza de Vaca".

Isso se refere ao Peperi-Guaçu.

Afonso de Carvalho, em seu livro "Rio Branco" (Biblioteca Militar), à página 105, aduz:

“O advogado brasileiro, em sua agigantada Memória, historia as causas do dissídio, desde as suas mais remotas origens; analisa o Tratado de Madrid (1750); de El Rio Pardo (1761); de San Ildefonso (1777); prova que o Peperi já era o limite do Brasil desde o século XVII; que é insubsistente a alegação de apontar-se como fronteira um rio descoberto em 1788, etc.”.

À página 106, escreve ainda:

“O Brasil funda o seu direito no fato de que já no século XVII o território a leste do rio Pequiri ou Peperi, depois Peperi-Guaçu descoberto pelos brasileiros de São Paulo, chamados paulistas, e não por Cabeza de Vaca, era dominado pelos mesmos paulistas e fazia parte integrante do Brasil.

Vimos que isso se deu depois de Mbororé. Embora derrotados, os bandeirantes receberam socorros de Pinhais, prosseguindo sua atividade, naquela zona, preando os índios guaianás. Esse local, aliás, foi sempre objeto das “visitas” bandeirantes, levados pela sua faina de apresamentos, e tomavam como rota o curso do Paricaí, chamado depois Uruguai-Pitã, e hoje Várzea, fato ainda referido por Nusdorffer, no século seguinte.

A vitória conquistada pelo Barão do Rio Branco é um efeito remoto da ação dos bandeirantes, aqui no sul. E pode ser consignada, evidentemente, como um dos pontos altos da história passofundense e rio-grandense.

OS BANDEIRANTES NA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE

As teses dos ilustres historiadores Alfredo Ellis Júnior, Paulo Xavier e outros autores são, evidentemente, altamente autorizadas. Mais do que isso: confirmadas, a cada passo, pelos tratadistas, o que nos dispensa de maiores demonstrações.

Resta, entretanto, comprovar a irradiação, em território gaúcho e até uruguaio, de boa parcela dos povoadores de Pinhais ou Igaí, integrando-se à terra onde viveram tantos anos, levados pelo seu anseio

desbravador, já agora burilado, com o deslumbramento oferecido pelas novas oportunidades, não só com aumento de riquezas, como também prestação de grandes serviços ao Brasil.

É certo que os documentos oficiais pouco ou nada esclarecem a respeito, visto que as autoridades, seguindo sempre o rastro dos bandeirantes, aqui chegaram mais tarde, preocupando-se, então, mais com os graves problemas defrontados, notadamente, com a Colônia do Sacramento, aliás, de iniciativa também bandeirante, como veremos na oportunidade.

Sem dúvida, nenhuma citação se faz aos Pinhais ou Igaí, a não ser aquelas que já divulgamos, de origem missioneira. Mas, a História é, sobretudo, uma relação de causa e efeito, como nas demais ciências. O estabelecimento dessas relações é vital, portanto, para a ciência histórica.

O General José Inácio de Abreu e Lima, em sua "Sinopse ou Dedução Cronológica da História do Brasil", publicada pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul", n.º 101, quarto trimestre de 1945, sob o título de "Notas sobre o Rio Grande do Sul" dá uma notícia da maior importância para o conhecimento desse período ainda ignorado da história pampeana.

Esse autor, que fez "um retrospecto sobre a História da América, desde a mais remota antiguidade", escreve o seguinte tópico à página 131, na citada revista:

"É desconhecida a época em que o território do Rio Grande do Sul se principiou a povoar de gente branca, por não existirem documentos exatos deste fato; todavia, é certo que os seus primeiros habitantes foram de São Vicente, de Santos e de São Paulo, e que, muito antes do ano de 1680, havia ali moradores, que se foram aumentando depois da passagem de Domingos de Brito Peixoto, da ilha de Santa Catarina para a Laguna, a quem seguiram muitos paulistas e vicentistas".

É revelado, assim, que já muito antes do ano de 1680, havia aqui moradores, fato que Milliet de Saint Adolphe, em seu "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo" (Paris, 1845), confirma plenamente, dizendo, no verbete "São Pedro do Rio Grande", à página 618, volume 2.º:

"Todo aquele marítimo se achava primitivamente em poder das

nações indianas, distintas pelos nomes de minuanos, tapes e charruas. Os naturais de São Vicente e de São Paulo faziam anualmente entradas nas aldeias dêstes índios para os cativarem, assim que, durante muito tempo, nenhum outro proveito se tirava de tão fértil e extenso território: porém, em 1680, já alguns portugueses haviam feito roças no sertão das terras, o qual serviu largo tempo de lugar de degrêdo para criminosos e para as mulheres de má vida”.

Sem dúvida, era êsse um aglomerado típico de aventureiros que, por aquela época, já se estabelecia nos sertões das nossas campanhas.

O mesmo autor, no verbete “Missões”, volume II, páginas 108 e 109, informa ainda:

“Antes e depois de estabelecidas as Missões, não descontinuaram os paulistas de fazerem, armados, entradas nas terras para cativarem índios, que repartiam entre si, e os vendiam como escravos. Os jesuítas se lhes tornaram odiosos, por isso que ensinavam aos índios a defenderem-se; para tirarem vingança dos padres, alevantaram os paulistas contra êles o povo, fazendo-lhes assuadas e algazarras, tôdas as vêzes que se lhes proporcionava ocasião”.

Verificamos, por êste tópico, que “antes e depois de estabelecidas as Missões, não descontinuaram os paulistas” em suas incursões e estacionamentos nas regiões missioneiras, promovendo rebeldia entre os índios contra os jesuítas.

Ayres do Casal, em sua excelente “Corografia Brasílica”, volume I, página 118, menciona:

“Nos princípios do século dezessete ou fins do precedente, mudaram alguns vicentistas seus estabelecimentos para as vizinhanças da Lagoa dos Patos (isto é, Laguna); e seus descendentes foram-se estendendo para o sul e poente, à proporção que os indígenas lhes largavam o terreno. Não devendo, nem podendo as Capitánias dos irmãos Sousa alargar-se para fora dos limites prescritos (tratado de Tordesilhas), como as terras estavam devolutas, êstes povoadores foram sempre considerados como povos daquelas Capitánias, e designados ora com o nome de Vicentistas, ora de Paulistas, até que, com a criação da Província tomaram o de Continentistas”.

Refere-se Casal, aos irmãos Martim Afonso de Sousa e Pedro Lopes

de Sousa, cuja Capitania, em São Vicente, se estabeleceu em 1531. Atribui o autor aos descendentes dos lagunistas primitivos as entradas no território rio-grandense, “para o sul e para o poente”.

Ferdinand Denis, em “O Brasil”, Livraria Progresso Editora, Bahia, volume I, página 304, repete Ayres Casal:

“Pelo comêço do décimo sétimo século, ou talvez no fim do décimo sexto, alguns habitantes da Capitania de São Vicente transportaram seus estabelecimentos para as proximidades da Lagoa dos Patos (Laguna). Seus descendentes se estenderam para o sul e para o poente, à proporção que os indígenas lhes abandonavam o terreno. Não podendo as Capitánias dos irmãos Sousa dilatar-se além dos limites prescritos, êstes colonos foram sempre considerados como fazendo parte da sua povoação. Por isso, tomam uma vêzes o título de paulistas, outras de vicentistas, até que, elevada a região a Província, adotaram a denominação de continentistas”.

Assim, os bandeirantes foram os primeiros continentistas rio-grandenses.

Confirmando êsses depoimentos, Alfredo Ellis Júnior, em “Raposo Tavares e sua Época”, página 118, referindo-se à expansão bandeirante, dilatando a conquista luso-brasileira, escreve:

“Nessa ocasião (segundo metade do século XVII), surgiram no Planalto (paulista) os Dias Velho, os Cardoso de Almeida, os Brito Peixoto, os Jorge Velho, que buscaram, no longínquo sul e no norte, se firmar pastorilmente, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ou no norte, no Piauí ou na Bahia, etc.”.

Ellis Júnior dá a segunda metade do século 17 para as referidas emprêsas bandeirantes, sem exclusão do Rio Grande do Sul.

Ainda no fim do século 17, os bandeirantes mantinham acesa a sua faina preadora, no Rio Grande do Sul, dando enérgico sinal de sua presença. JÊ o que nos conta Frederick W. Goding, num artigo substancioso, intitulado “Los Aborígenes del Uruguay”, publicado no opúsculo “Impresiones de la República del Uruguay”, em 1912, pela “Lloyds Greater Britain Publishing Company Limited”, de Londres.

Goding conclui seu artigo, referindo-se aos índios “Arachanes” com esta afirmativa:

“Foram exterminados pelos conquistadores brasileiros de São Paulo, nos fins do século XVII”.

Exterminados, não. Apresados, sim.

Mas era a atividade das vacarias a que devia ter influenciado, nessa nova fase, a penetração bandeirante.

Jônatas da Costa Rêgo Monteiro, em sua magnífica obra “A Colônia do Sacramento”, volume I, página 34, escreve:

“Mais fácil aos paulistas as excursões para o sul, pois se lhes antolhavam campos para as suas correrias, em lugar da selva anosa e a eles se atiraram; e de suas idas a êsses campos das vacarias, e mesmo ao costão sul, da Laguna ao Prata, afugentando a indiada para o interior e costas do rio Uruguai, trouxeram dessas viajadas notícias da riqueza, da uberdade das terras, abundância de gado e bondade do clima, que se foram espalhando até chegarem aos ouvidos atentos dos governadores do Brasil”.

As vacarias seriam o nôvo atrativo económico da penetração bandeirante.

Diz-nos Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 229:

“A história das Missões, em sua segunda fase, é uma decorrência natural de sua geografia económica. Dois fatores naturais contribuem para valorizar a terra, nela fixando novamente núcleos de povoamento jesuítico, que o temor das arremetidas bandeirantes expulsara dali, meio século antes. Desde o alto Uruguai, ao norte, até a Serra do Erval, no sul, onde vem morrer a sua diagonal, os ricos ervais nativos, sem cujo produto “os índios não poderiam subsistir”, tentavam arriscadas incursões no território abandonado às feras e aos infiéis. E ao sul, descobertas as Vacarias do Mar, que corriam do Camaquã do Sul até o litoral, entestando com o Prata, abriam-se possibilidades inimagináveis à geografia económica das Missões. Ê sôbre êstes fatores precípuos de sua riqueza, em elementos de subsistência humana, que se reatam os fios da história da civilização jesuítica das Missões, dentro da vasta região que os rios da Prata e o Uruguai abraçam”.

São os bandeirantes, talvez mais que os açorianos, os que contribuem, com maior parcela, no caldeamento da gente branca com os abo-

rígines, aqui no sul, formando êsse tipo lendário que é o gaúcho rio-grandense.

João Cezimbra Jacques, em seus “Assuntos do Rio Grande do Sul”, narra os amores de Imembuí, filha de um cacique minuano, com o jovem Rodrigues, pertencente a uma partida de bandeirantes vicentistas. A tribo de Imembuí aprisiona Rodrigues, cuja morte é decidida em conselho, mas a jovem salva-o, pedindo-o em casamento, no que cede seu pai e cacique. Essa história, que já penetrou nas lendas rio-grandenses, retrata bem aquela época, dando notoriedade ao bandeirante como um dos elementos formadores da gente rio-grandense.

E tanto quanto os tapes, o elemento guaicuru do sul, de que faziam parte os minuanos, contribuiu sensivelmente para o referido caldeamento.

A respeito dêsse grupo guaicuru, que mais se uniu aos bandeirantes, escreve Aurélio Pôrto, em seu

“Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul”, página 24:

“Não obstante as incursões que todos faziam ao território rio-grandense e terem mesmo, como os guenoas, contribuído para a fundação de aldeias, que logo abandonavam, seduzidos pela sua vida livre, só nos importa diretamente o minuano, amigo dos portugueses, desde os tempos da penetração, e que, mais tarde, se radica definitivamente em nossa terra, erguendo aí as suas toldarias e nos transmitindo, pelo gaúcho, um tipo de transição, hábitos, costumes campeiros e indumentária”.

Os paulistas, desde João Ramalho, tiveram forte inclinação pelas nossas índias. E, como seu ancestral, notabilizaram-se pela numerosa prole, sendo produto típico dêsse caldeamento o mameluco bandeirante.

Como centro irradiante dessa fisionomia étnica, o povoado de Pinhais ou Igaí, no planalto médio, desempenhou, sem dúvida, um papel dos mais significativos, ponto que era da concentração da indiada rio-grandense, apresada pelos penetradores bandeirantes.

OS BANDEIRANTES E A COLÓNIA DO SACRAMENTO

Firmados longo tempo nos Pinhais ou Igaí, ponta de lança de sua conquista, no Rio Grande do Sul, os bandeirantes, como vimos, deram batidas em tôdas as paragens da terra continentina, até as margens do Rio da Prata.

Eram êles, tanto ou mais que os jesuítas, as pessoas mais bem informadas a respeito do território e de seus primitivos habitantes. Sua imaginação forte e criadora, desde logo e principalmente na segunda metade de século 17, com o amortecimento da faina preadora, começa a objetivar mais patrióticos desígnios, qual seja o estabelecimento oficial nas margens do Rio da Prata, assegurando para Portugal o domínio de tão rico e formoso quinhão.

São os bandeirantes, portanto, os primeiros a darem dêle informações aos Governadores do Brasil. E também a reclamarem com instância o estabelecimento de uma colónia no Prata.

Repetimos aqui o tópico de Rêgo Monteiro, de sua “A Colónia do Sacramento”, volume I, página 34:

“Mais fácil aos paulistas as excursões para o sul, pois se lhes antolhavam campos para as suas correrias, em lugar de selvas anosas; e a êles se atiraram; e, de suas idas a êsses campos das vacarias, e mesmo ao costão sul, da Laguna ao Prata, afugentando a indiada para o interior e costas do rio Uruguai, trouxeram dessas viajadas notícias das riquezas, da uberdade das terras, abundância de gado e bondade do clima, que se foram espalhando até chegarem aos ouvidos atentos dos Governadores do Brasil”.

Já então desde 1535 os espanhóis haviam fundado Buenos Aires, através de D. Pedro de Mendonça, para servir de pôrto para Assunção, no Paraguai. Escreve Ayres do Casal, em sua “Corografia Brasílica”, I, 119-120:

“Dom Pedro Ortiz de Zárate, Governador desta cidade (Assunção), restabeleceu a colónia de Mendonça (Buenos Aires), e fêz nela sua residência em quinhentos e oitenta, porque os vicentistas não consentiam estabelecimentos castelhanos na margem setentrional do gôlfo denomi-

nado Rio da Prata, do cabo de Santa Maria até a embocadura do Uruguai, donde foram repelidos cada vez que intentaram fazer ali assento, para servir de pôrto à cidade de Assunção, onde não podiam chegar embarcações de porte considerável, enquanto não se deu nôvo princípio a Buenos Aires, razão por que ali se estabeleceram”.

Ia, assim, iniciar-se, entre castelhanos e portugueses, uma competição que duraria um século e que, embora resultasse no malogro lusitano ali no Prata, viria assegurar, de modo definitivo, a conquista lusitana do Rio Grande do Sul, onde já os bandeirantes haviam se firmado decididamente.

O Tenente-Coronel Darcy Alvares Noll, em magnífico estudo sôbre a República do Uruguai, inserto no “Boletim Geográfico” do IBGE, n.º 157 (julho-agosto de 1960), salienta o “evidente interêsse económico” da conquista luso-brasileira, no Prata, conseqüente ao movimento bandeirante. Diz êle nas páginas 624 e 625:

“No século XVII se assinala um evidente interêsse económico, despertado em Buenos Aires e no Brasil, pela riqueza bovina que se desenvolvia sem peias no território oriental; e, enquanto o Cabildo de Buenos Aires se preocupava em regulamentar a exploração nascente, se acentuava a ação de uma política de conquista territorial, a partir dos centros coloniais portugueses do Brasil movimento bandeirante”.

Diz ainda Rocha Pombo, em sua “História do Brasil”, volume VI, página 112:

“Os colonos espanhóis que entram pelo Prata é certo que pouco estenderam, distraídos com o Peru, a sua ação para o norte (do mesmo Prata); de modo que, mais tarde, quando intentaram salvar, ao menos, uma grande parte da bacia platina, já se viram na contingência de enfrentar com os paulistas que, em todo o interior, os haviam precedido. Mas, em todo o litoral do sul e continente vizinho, abaixo dos 25º, em geral, por tôda a bacia do Prata, até a altura do 20”, primeiro, e, mais tarde, muito além, tiveram os castelhanos de entrar em tremenda competição com seus concorrentes”.

Efetivamente, os bandeirantes, desde 1636, com Raposo Tavares, percorriam, como vimos, as terras do sul, sendo os primeiros a pleitearem sua conquista oficial pela Coroa portuguesa. Portugal não ficou

indiferente, mas, sem dúvida, avaliava bem as dificuldades da empresa.

Diz Rêgo Monteiro, obra citada, I, 34:

“Desde 1634, já o Rio da Prata entrava nas cogitações da Administração do Brasil; nesse ano, a 21 de outubro, em seu parecer ao rei, Salvador Correia de Sá lembrava que havia tôda a conveniência do comércio com Buenos Aires, e dizia: “fácil seria, com navios conduzindo 600 soldados e índios, carregados com material do Brasil, construir um forte próximo a Buenos Aires, na Chácara da Catalina, a cavaleiro do riachuelo e da cidade, e enviando ao mesmo tempo uma partida por terra, a rumo do Paraguai (para) poder fazer-se francamente transações comerciais”.

“É ainda Salvador Correia de Sá escreve o General Amyr Borges Fortes, em seu excelente “Compêndio da História do Rio Grande do Sul”, pág. 19 que pede novas terras à Coroa, destinadas a serem doadas a seu filho, João Correia de Sá, e seu neto, o Visconde da Asseca (1675). Em 1676, foi atendida a solicitação e doadas, em Capitania, as terras que se estendiam do limite meridional da doação concedida em 1658 (paralelo da futura Pôrto Alegre), até o Rio da Prata. Coube a Salvador Correia de Sá a iniciativa de pedir ao Govêmo português a construção de uma fortificação na ilha de São Gabriel, no Rio da Prata. A iniciativa foi bem recebida pelo Conselho Ultramarino de Portugal e, logo a seguir, em 1680, posta em prática”.

“Depois da original idéia, no modo de comerciar com Buenos Aires acrescenta Rêgo Monteiro, *ibidem*, I, 35 e 36 só em 1669 Alexandre de Sousa Freire, e, em 1671, João da Silva Sousa, quando Governadores do Rio de Janeiro trouxeram à baila o Rio da Prata; João de Sousa levou ao conhecimento do rei ter sido informado por um tal Matias Mendonça, que tinha estado anteriormente em Maldonado, da riqueza em gado dêsse ponto, e de seu bom pôrto, próximo à bôca do Prata, e enviava ao mesmo tempo um relatório ou relação, feita e assinada pelo seu informante. À vista do relatório, o rei de Portugal mandou ordens que não foram executadas...” Escreve Rocha Pinto, *ibidem*, VI, 116:

“Em 1675 ou 76, dirigiu ainda a Câmara do Rio. de Janeiro ao Regente D. Pedro (de Portugal), uma enérgica representação, e agora fixando o objetivo de fazer-se do Rio da Prata o limite meridional, sugere

rindo para isso a idéia de fundar-se um presídio na margem esquerda do estuário”.

O rei de Portugal não foi surdo, a despeito das limitações do tratado de Tordesilhas, pelo qual a porção rio-grandense e uruguaia ficaram como partes de Espanha. Depois dos fatos ocorridos com Jorge Soares de Macedo, o rei insiste na pessoa do Governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lôbo, dando-lhe longas instruções sôbre como proceder, Rêgo Monteiro, no segundo volume de sua obra mencionada, insere êsse documento real, sob o n.º 1, página cinco em diante. A recomendação de número 33 é interessante sob determinado aspecto:

“Usareis da provisão que vos mandei passar sôbre o perdão que podeis conceder aos homiziados pelos crimes de que não tiverem parte (em juízo), acompanhando-vos, para que, por esta forma, vos possais valer de tôda a gente que vos quiser acompanhar; e outra para vos obedecerem, e guardarem as vossas ordens; e, juntamente, carta minha, para aquelas pessoas que forem, à sua custa, servir-me nesta ocasião, e devem adjutório, e levarem índios de sua administração ; vós lhes segurareis mercê que devem esperar de mim, por êste serviço, para (o) que me informareis das qualidades das pessoas, etc.”.

Êsse tópico só podia valer, tomando-se em conta os bandeirante, não só aquêles que se aventuravam “sem lei e nem rei”, mas também os que tinham muitos índios sob sua administração. Somente os paulistas, pela sua experiência em tais assuntos, é que poderiam valer a Dom Manuel Lôbo, a fim de levar avante tão perigosa empreitada.

Diz Rocha Pombo, *ibidem*, VI, página 117:

“Ordenou logo (D. Manuel Lôbo) ao Governo de São Paulo que alistasse gente de guerra e reunisse tôdas as provisões possíveis. Por fins de outubro do referido ano (1679), deixando em aprestos as tropas e colonos que trouxera do reino e as que já havia engajado aqui (no Brasil), partiu o governador para Santos, e daí foi até São Paulo, a entender-se com alguns dos principais da terra sôbre os contingentes de paulistas que deviam acompanhá-lo...Em São Paulo foi o governador muito bem recebido, e encontrou apoio e concurso eficaz “da parte daqueles que mais contribuíam para aumento da colônia portuguesa”.

Ainda depois de estabelecido no Prata, o governador apela por outros socorros a São Paulo. Rocha Pombo acrescenta à página 118:

“Prevendo (Manuel Lôbo) que não seria fácil, por ali mesmo, fazer a indispensável renovação de provisões para os primeiros tempos, antes que se pudesse contar com a lavoura e a criação dos colonos, escreveu imediatamente o governador à Câmara de São Paulo, reclamando, ainda uma vez, o concurso dos paulistas naquela contingência; tal a confiança que lhes inspirava um patriotismo de que já tivera provas tão exuberantes. Prontamente enviaram os paulistas os socorros, `sem mais interêsse que a honra desta serventia´ e ficou, assim, a nova colônia livre de embaraços por êsse lado”.

Estabelecida, pois, estava a Colônia do Sacramento. Mas, os espanhóis não ficaram inativos.

J. Resende Silva, em “A Fronteira Sul”, página 185, assim resume os acontecimentos:

“Os espanhóis não tinham ligado, até então, qualquer importância a êsse território; bastou, porém, que os portugueses ali se tivessem estabelecido para que nêles se acendessem a ira e o desejo de a possuírem também. A luta se travou para a posse da Colônia. Ê certo que, nessas lutas, os espanhóis levaram sempre grandes vantagens, porque todos os seus esforços se apoiavam em Buenos Aires, quase à vista da posição dos portugueses, ao passo que êstes, só com grandes dificuldades e demoras poderiam receber auxílios do Rio de Janeiro (ou de São Paulo, acrescentamos nós). Sabendo da presença dos portugueses nas margens do Prata, o governador de

Buenos Aires, Don José Garro, ordenou forte expedição, sob o comando do Mestre de Campo Vera Mujica, para expulsá-los. A posição foi assaltada, ficando prisioneira sua guarnição, inclusive Dom Manuel Lôbo. Ao ter notícia da rendição da Colônia, a Côrte portuguesa ameaçou ao rei de Espanha, Carlos II, com um rompimento, caso não devolvesse a Colônia dentro de 20 dias. Carlos II assinou, em 7 de maio de 1681, um tratado, segundo o qual desaprovava a conduta de Garro e devolvia a Colônia aos portugueses, com restituição dos prisioneiros, até que o Papa decidisse a quem cabia o território, segundo o tratado de Tordesilhas”.

Salienta-se, por êsse tempo, a ação dos tapes, das Missões jesuíticas, então a serviço de Castela, os quais aprisionaram Jorge Soares de Macedo, naufragado com muitos elementos seus, na costa uruguaia, em frente ao cabo de Santa Maria.

“Ao rôgo dos náufragos diz Rêgo Monteiro, *ibidem*, I, 64 e 65 para os deixarem ir para a Colônia, foi sua resposta (a dos tapes levá-los para a Redução do Japeju, chamada Los Reyes, a cêrca de 180 léguas distante, onde ficaram semanas presos, guardados como criminosos, até serem remetidos a Buenos Aires, descendo rio abaixo, em grandes balsas, com forte escolta, a serem entregues a Don José Garro, enfurecido com a presença de Manuel Lôbo, que êle reputava invasor de seu território. Em Buenos Aires continuaram presos, sendo tomados depoimentos do chefe Jorge Soares de Macedo, Padre Lourenço e mais alguns companheiros. Em tôdas as inquirições feitas e constantes dos depoimentos, nota-se a preocupação constante dos espanhóis em saber onde andavam Dom Rodrigo Castelo Branco e os paulistas Francisco Raposo, João Nunes Bicudo e Antônio Antunes que, na época, enchiam de temores as Reduções dos padres jesuítas e mesmo dos espanhóis”.

No documento n.º 6-a, “Carta de Don Felipe Rexe Corvalan, Governador do Paraguai, ao Rei de Espanha”, de 1679, ainda antes daquele acontecimento, há êsse trecho que bem expressa aquêle temor dos castelhanos, com relação às penetrações e assaltos dos bandeirantes:

“Disse que o Sindicante se retirara ao Rio de Janeiro, onde aguardará o aviso da fundação, e que o Mestre de Campo Rodrigo Castelo Branco permanecerá em São Paulo, de onde levará gente, nesse ínterim, até cumprir a ordem do Príncipe Dom Pedro (rei de Portugal), que manda em sua cédula se tirem 300 homens do distrito de São Paulo para povoar a costa de Monte Vidio, e com esta ordem, mandou, em São Paulo, sob graves penalidades, que ninguém saia a maloquear índios, dando o Príncipe Dom Pedro perdão a todos os homicidas e facinorosos que quisessem ir à dita jornada, etc.”.

O elemento bandeirante, como vemos, foi o esteio desta conquista, e como tal, grande era a preocupação dos espanhóis, em relação a êsses temíveis antagonistas. Foi o elemento ativo e decisivo nos acontecimentos do Prata, ligados à fundação da Colônia do Sacramento, do que

não se tem cogitado, visto que temos visto salientar, de preferência, os reinóis, notadamente os açorianos, cuja cooperação, aliás, não desmerecemos.

Qual o papel do povoado de Pinhais ou Igaí nos referidos acontecimentos?

É fácil deduzi-lo. Ponta de lança em solo rio-grandense, com irradiação bandeirante por todo o trato continentino, de 1637 até cêrca de 1680, foram seus ocupantes os primeiros informantes da riqueza da região, de que resultou a conquista efetuada até o estuário do Prata.

Pinhais, assim está intimamente ligado aos fatos relacionados com a Colônia, fator precípua da definitiva conquista luso-brasileira do território rio-grandense.

A propósito da atuação marcante dos paulistas, no que tange à fundação da Colônia do Sacramento, lemos em Alcides Lima, "História Popular do Rio Grande", páginas 14 e 15:

"Os territórios do Rio Grande do Sul e os de Santa Catarina estavam destinados ao jugo das Missões jesuíticas espanholas (sic). A Companhia julgava-se com direito a tão vasta porção do território português. Essas duas províncias foram salvas da ação jesuítica (sic) pela audácia e valentia do aventureiro paulista, que era, na época, o terror vivo de tôdas as Missões e de todos os aldeamentos indígenas".

E o autor acrescenta:

"Foi nessas circunstâncias que Portugal determinou fundar definitivamente, no Rio da Prata, um estabelecimento que atestasse ali o seu domínio sôbre aquêles territórios. Obrava assim a côrte daquele país, julgando exercitar um direito. Os trabalhos da criação da Colônia foram confiados a D. Manuel Lôbo, que trazia ordem de fundá-la no lugar que julgasse mais conveniente..."

Em "Cartas de Montevideú", por Carina de Abreu Pessoa (Biblioteca do Exército, Rio 1953), informada obra de polêmica, lemos às páginas 16 e 17:

"Os territórios das nossas fronteiras, no sul, durante o período em que Portugal os esquecia e a Espanha os invadia, eram, frequentemente, percorridos por paulistas, que chegavam até aos aldeamentos missioneiros. Naturalmente, eram êsses aventureiros que levavam notícias do

avanço espanhol pelas fronteiras, e forçavam os portugueses a tomar algumas providências. Assim, depois da fundação da Colônia do Sacramento, registra-se a visita do Capitão-Mor da Laguna, e, em 1737, a ocupação do Rio Grande, pelo Brigadeiro José da Silva Paes”.

A autora atribui, pois, todos êsses acontecimentos à penetração bandeirante e sua insistência junto ao governo de Portugal.

E diz ainda, à página 30:

“Já por êsse tempo, os paulistas penetravam constantemente até o interior do Rio Grande. Muitos se fixavam no território sulino, e a êles devemos a posse de terras que não puderam ser ocupadas pelos espanhóis. Formaram êsses paulistas temerários boa parte do núcleo que depois povoou o Rio Grande. Com a vinda dos colonos açorianos, adensa-se êsse núcleo, e o Rio Grande começa a ser dominado por brasileiros”.

A relação lógica dos fatos e a mesma documentação indicam os bandeirantes como origem dos acontecimentos que, em 1680, determinaram a fundação da Colônia, à margem esquerda do Rio da Prata.

Vejamos ainda:

Tomemos a “História das Bandeiras Paulistas”, volume I, e vejamos o que ali nos diz Afonso de E. Taunay, um dos grandes mestres do bandeirismo.

Informa êle, à página 93, que, pela documentação jesuítico-espanhola, os bandeirantes, já em 1651, visavam o Prata e a tomada de Buenos Aires.

“Dois tupis, muy ladinos, então aprisionados conta o mestre haviam relatado que o escopo da marcha das quatro colunas era Buenos Aires. Criam os paulistas que lhes seria fácil tomar a cidade portenha...”

À página 94, diz Taunay:

“Confessa um dos prisioneiros que os de São Paulo estavam certos da captura de Buenos Aires, desejando acabar con todos los espanoles y quedar se- nores de la tierra toda.

Diz à página 113:

“Já em 1675 representava o Cabildo de Assunción a Carlos IV quanto estava o Paraguai en notable detrimento y riesgo de perder-se...Vencido o Paraguai, não encontrariam os paulistas obstáculo algum para se apossarem de Tucumã e do Prata”.

Escreve à página 116:

“O General João da Silva de Sousa, Governador do Rio de Janeiro, de 1670 a 1678, contara ao diplomata (Abade Maserati, espanhol), que os moradores de São Paulo, “gente sublevada e foragida”, não ligavam a menor importância à autoridade do Governo Geral do Brasil, e viviam com grande desenfreamento falto de amor y respecto à la Justiça...

“Prevenia Maserati que em Lisboa nada constava da tal expedição (de Dom Manuel Lôbo) ao Prata de novecentos paulistas e quatro mil tupis. A 17 de agosto de 1679 o Conselho das Índias aprovou uma indicação para que Sua Majestade enviasse verdadeiro ultimato ao Govêrno de Portugal a fim de que coibisse terminantemente os excessos dos paulistas. Vinham chegando à Espanha novos e graves depoimentos sôbre a situação das Reduções. O Provincial, Padre Tomás Dombide, opunha-se terminantemente ao projeto dos governadores de Buenos Aires, D. Andrés de Robles e D. José de Garro, que queriam transportar seiscentos índios das Reduções para os colocar nos arredores da sua cidade. “Como! exclamava o Provincial desguarnecer-se tão importante fronteira!” E a tal proposta enunciava conceitos da maior relevância num documento de alto valor psicológico Siendo el Paraguay y Uruguay las dos províncias más cercanas al Brasil, consideran-las los brasilenos pertencientes à la corona de Portugal so color de que estan debajo de su demarcación

Diz à página 120:

“Em Madrid, no entanto, reinava uma atmosfera de otimismo. O embaixador, Abade Maserati, informava que D. Manuel Lôbo tinha como principal missão refrear os paulistas, gente que vivia con gran disolución en todo como bárbaros. Apesar de tudo, a 31 de dezembro de 1679, escreveu Carlos II aos Governadores do Prata e do Paraguai que estivessem atentos às passadas de D. Manuel Lôbo”.

À página 121 e seguinte:

“A tentativa malograda de 1680 como que provocou a recrudescência de atividade das bandeiras paulistas, como denuncia a documentação sevilhana. Em 1680, era Francisco Pedroso Xavier denunciado como atuando em operações de guerra, em que perdeu a vida. Gorbalan, em janeiro de 1681, relatava que algumas companhias de los mamalucos de San Pablo estaban para salir al sertón a bengar la muerte de Francisco

Pedroso Javier. Sabia-se que estavam furiosos com a perda da Colônia”.

E conclui, à página 122, com êste tópico :

“A Real Audiência de La Plata, esta acenava a Carlos II con el riesgo que se hallan las Reduciones de ser invadidas por los de San Pablo, llenos de ódio por el desalojamiento que se les hizo de las islas de San Gabriel”.

Diante do exposto, não há que se negar a influência bandeirante nos acontecimentos do Prata, com relação à Colônia do Sacramento.

Os acontecimentos encadeiam-se, a partir do estabelecimento paulista de Pinhais, em Passo Fundo que, aliás, foi origem, com se tem demonstrado, do assenhoreamento do território continentino pelos sertanistas de São Paulo.

Encerraremos o presente capítulo com a conclusiva afirmação de Walter Spalding, em “Génese do Brasil-Sul”, página 42:

“Conforme vimos, foram os bandeirantes e outros incursionistas que, do 3.º quartel do século XVII em diante, tornaram conhecidas dos governadores do Brasil e, portanto, de Portugal, as terras situadas ao sul dos rios Mampituba e Pelotas-Uruguai, até as margens do Prata, e habitada por indígenas e espanhóis. Em consequência surgiram, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1669 e 1671, os primeiros pedidos, ou sugestões ao Príncipe D. Pedro, Regente de Portugal, para serem povoadas aquelas terras por gente lusa. Doado, entretanto, aquêle território em sesmaria ao Visconde de Asseca, foi renovado o pedido de povoamento em 1678, surgindo daí a idéia da fundação da Colônia...”

SÉTIMA PARTE

IDADE-MÉDIA RIO-GRANDENSE

IDADE-MÉDIA PASSOFUNDENSE E RIO-GRANDENSE

Encerrado o ciclo áureo de Santa Teresa e, posteriormente, de Pinhais ou Igaí, o município de Passo Fundo entra numa fase obscura, semelhante ao período medieval europeu, e que se estenderia até o ano de 1827, quando da chegada dos novos povoadores, ainda paulistas, abrindo o ciclo municipalista contemporâneo.

Todavia, êsse período de obscuridade não deixou de ser fecundo, como veremos daqui por diante.

Dessa mesma penumbra participou boa parte do Rio Grande do Sul, principalmente a região serrana e parte da campanha, para cujos moradores, fixos ou errantes, os Sete Povos das Missões cuja fundação se iniciou na década de 80 seriam luzeiros, como Bagdad e Espanha mourisca, na Idade-Média Européia, deslumbrando pelo seu grau de civilização e influenciando beneficentemente na formação rio-grandense.

Nem por isso o Rio Grande deixaria de dever, e muito, aos bandeirantes que incursionaram sempre pelos sertões da campanha gaúcha, que haviam se propagado de Pinhais e que continuariam se propagando por Laguna.

Florêncio de Abreu, num estudo sobre o “Gado bovino e a sua influência na antropogeografia do Rio Grande do Sul”, dá dêsse importante significado à faina bandeirante, como se vê à página 27, da revista “Província de São Pedro”, n.º 11:

“Para promover o crescimento célere da criação, impuseram os missionários, de comêço, a proibição de matar as vacas; e, com o decorrer do tempo, estabeleceram vacarias em determinados sítios, de onde não se tirava rês alguma. Com tais métodos e as boas pastagens, o gado multiplicou-se rapidamente. Pôsto que possa parecer paradoxal, as primeiras incursões predatórias dos paulistas, na região das Reduções, contribuiriam decisivamente para a propagação, de modo assombroso,

do gado, em tôda a margem oriental do Uruguai até a costa do mar, as chamadas Vacarias do Mar”.

E acrescenta:

É que, por um lado, vencidos por Antônio Raposo e sua gente em sucessivos e cruentos combates, que culminaram com o de São Nicolau, em 1638 (aliás, êste último fato pelos sucessores de Raposo), os jesuítas e os índios que puderam escapar transpuseram, espavoridos, o Uruguai, e estabeleceram novas Missões entre êsse rio e o Paraná, deixando dêste lado, ao abandono, muito gado...”

Oliveira Viana, num estudo intitulado “A Conquista da Planície Platina”, publicado pela mesma revista, n.º 8, páginas 7 e 8, embora se refira ao momento imediatamente posterior, escreve com muita clarividência:

“Tôdas estas vastas e belas campinas do interior: os vales gramíneos do Jacuí, do Ibicuí e do Uruguai; a fértil região das Missões, a planície incomparável do Prata, a estender-se, ilimitada, desde o Jaguarão e Quaraim às margens do grande estuário, tudo, em suma, o que há de mais dadivoso e fecundo no extremo sul, está, infelizmente, fora da linha de Tordesilhas e é a Espanha que possui. Como no centro-sul, com os bandeirantes e sertanistas de São Paulo, também ali temos que fazer recuar, à ponta de lança, as fronteiras dos nossos domínios. Em pouco mais de meio século, conseguimos dilatar, pela força das armas, as nossas lindes com a Espanha...”

Falando sôbre a influência jesuítico-guarani, relativamente à formação do tipo rio-grandense, que se processa por êsse tempo, Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 232, menciona:

“A geografia do gado imporá ao homem, imperativamente, em função do meio, novas condições modificadoras de sua vida material e moral, em suas modalidades topográficas, económicas e sociais. Os índios, que se tornaram cavaleiros, e os brancos, que se integram, por um abaixamento de nível de civilização, às toldarias volantes daqueles, a que se associam, nas faixas das vacarias e no nomadismo da vida livre do pampa constituirão, então, êsse tipo primitivo, semibárbaro, que foi o gaudério, o gaúcho do campo, com seu linguajar bizarro, costumes

rurais, altivez e bravura, e cuja influência predominará na formação das populações campesinas da bacia do Uruguai”.

E o autor poderia ampliar o conceito geográfico por todo o torrão rio-grandense.

“A história do gado escreve ainda, à página 233 vai ser, de ora em diante, nesse meio em que se debatem dois povos, por antagonismos político- -econômicos, a própria história do homem e da terra. No ápice, surgira a figura apostolar do jesuíta. E o criador da riqueza, o desbravador da terra, o catequista primitivo e o fundador de uma civilização que deixará traços precisos e fortes a vinculá-lo, por todos os tempos, à justa consagração da posteridade”.

O território de Passo Fundo, abandonado pelos paulistas, é retomado então pelos guaianás ou caingangas, arrastados pelo ódio ao branco, bem como a) elemento guarani, dos quais eram inimigos tradicionais. Avassalam, assim, a região, fazendo tropelias e atos de vingança, tornando as paragens serranas, por todo o alto Uruguai e alto Jacuí, um lugar perigoso e funesto para qualquer um dos referidos elementos que por ali se aventurasse.

Não obstante, tal era o apêgo ao mate que os catecúmenos das Reduções, embora já radicados além Uruguai, vinham, de tempo em tempo, em busca da preciosa erva, para eles indispensável, atendendo ao consumo dos Povos para ali trasladados.

“Durante todo esse tempo escreve Pôrto, *ibidem*, I, 336, falando daquele período não obstante o perigo da própria vida, pela contínua incursão dos tupis (bugres), e da distância enorme que tinham a percorrer, jamais deixaram os índios de se suprir de erva nos matos nativos dessa planta, existentes em território rio-grandense”.

E conta à página 312:

“Verdadeiras devastações de vidas utilíssimas faziam nos índios ervateiros os tupis”.

Diz o Cónego Gay, em sua “História da República Jesuítica”, página 99:

“Quando os índios das Reduções jesuíticas vão beneficiar a erva nos matos, é preciso que vão com precaução de não separar-se, porque os tupis (bugres) os vigiam do mato, à maneira de tigres, e se vêem

algum andar só, retirado dos outros, o atacam; e se não pode escapar, matam e comem (?). Os guaranis têm um medo extraordinário dos tupis e dêles narravam muitos casos incríveis, originados pelo terror que lhes infundiam. Um desses era que os pés dos tupis não têm dedos, mas sim dois calcanhares, porque, pelas suas pisadas, não se conhece se vão ou vêm”.

A região serrana, ao norte, estava pois completamente abandonada aos índios selvagens. E que os bandeirantes não mais cruzavam por estas paragens.

Contando já com as comunicações marítimas da Colônia do Sacramento e, mais tarde, do pôrto de Rio Grande, não lhes interessou mais aquela posição estratégica que, noutros tempos, muito lhes havia servido. Essas comunicações, por terra, com o norte, deviam restabelecer-se mais tarde, com Sousa Faria e Cristóvão Pereira.

As lides bandeirantes deslocaram-se para o sul.

Carlos Teschauer, em sua “História do Rio Grande do Sul”, volume II, capítulo II (omitimos a página, porque só temos cópia do trabalho, sem outra indicação), informa sôbre êsse período singular da história rio-grandense:

“Desde os primeiros tempos, era objeto da ambição dos portugueses uma zona considerável do Uruguai, que lhes permitisse ocupar as costas do oceano e a margem setentrional do Prata. Por isso, não lhes convinha que sua ação política e militar fôsse circunscrita pelo curto raio da Colônia do Sacramento. Inspirando-se em tais idéias, resolveram valer-se do concurso dos indígenas, já que não tinham outro elemento à disposição, nem outro recurso. Ofereceram-se lhes por amigos e protetores, proveram- -nos de armas de fogo, vestidos, tabaco e outros objetos estimados por êles, conseguindo atraí-los completamente. Não foi difícil instigá-los a um ataque às Reduções, temível baluarte e antemural contra suas pretensões sôbre o Uruguai, visto que eram essas hordas selvagens os inimigos naturais dos índios civilizados. Os que primeiro aceitaram o plano dos portugueses foram os charruas, os iaros e mboanes, que procuraram granjear o consentimento das demais tribos, que entraram igualmente na coligação, ganhando-se também uns renegados e vários desertores espanhóis. Deu-se isto em fins de 1701”.

Informa êsse historiador que as primeiras hostilidades dos coligados foram contra o Japeju, onde fizeram muitos mortos, apoderando-se, depois, da grande estância de São José, ao sul do Ibicuí, do que resultou a reação guaraníca, sob o comando de Alexandre Aguirre, conseguindo vitória sôbre os índios infieis.

Essa guerra que, de um lado, aliava espanhóis e tapes e, de outro, bandeirantes e índios campeiros devia prolongar-se até o século seguinte.

O gaúcho, nesse longo período medieval, vai se formando, em meio de lutas, de assaltos às vacarias, de cargas montadas e abate ao gado xucro manancial das couramas que se exportavam, com fabulosos lucros, inclusive para Buenos Aires, onde imperavam infrenes a corrupção e o contrabando.

Os Povos missioneiros, a despeito de tudo, foram sendo retransmudados, nos intervalos dessas pugnas, para a margem oriental do rio Uruguai. O último Povo que voltou para cá foi o de Santo Ângelo, em 1707, demonstrando a tenacidade inquebrantável dos jesuítas, partes ativas dessa fase singular da nossa história.

O florescimento dêsses povos indígenas e o grau de civilização alcançado constituem, sem dúvida, um dos fatos mais notáveis da América e de tôda a história da humanidade.

OS SETE POVOS

Encerrado definitivamente o ciclo escravagista, vimos que os jesuítas voltaram a margem oriental do rio Uruguai. Mas, receosos ainda de qualquer surto agressivo dos portugueses, cuja expansão já se estendia ao Rio da Prata, não se arriscaram os padres à fixação mais profunda em território gaúcho, limitando-se a erguer os Sete Povos ao longo do mesmo rio.

Tal o seu receio que, no ano de 1700, “no tempo do mesmo Dom Manuel de Prado Maldonado, foram 154 índios tapes, como espias, contra os portugueses, e avançaram até as cercanias de São Paulo, andando

mais de 500 léguas (sic), vencendo imensos obstáculos de matos, pântanos, e serras, tardando cinco meses” (n.º 46 dos “Documentos Arquivais”, de Nusdorffer, na “História do Rio Grande do Sul”, Teschauer, volume III).

A fama dos Sete Povos logo se estendeu pelo Brasil e pelo mundo inteiro, tal a sua organização social e alto nível de civilização logo adquirido pelos índios rio-grandenses, e não admira que as Cortes de Espanha e Portugal tanto se interessassem, mais tarde, em sua conquista e domínio.

Muito se tem escrito sobre os Sete Povos, a saber: São Borja, São Nicolau, São Lourenço, São Miguel, São João, São Luís e Santo Ângelo.

Não faremos, assim, redação nossa para descrevê-los, preferindo ressuscitar as magníficas páginas do Cónego João Pedro Gay, “História da República Jesuítica do Paraguai”, páginas 316 a 324, pelo muito que têm de lhanza e espontaneidade.

Diz êle (ou Bompland, que seria o verdadeiro autor, conforme Spalding):

“Todos os Povos jesuíticos da província eram semelhantes e traçados pelo mesmo modelo, com pequenas diferenças: ver um dêles era ver todos portanto, descrever a um dêles é descrever todos.

Os Povos são situados sobre alegres colinas, adornadas de uma esplêndida vegetação, e das quais correm alguns arroios ou mananciais de águas cristalinas; e em seus declives existem várias chácaras e campos cultivados. Ao ver de longe êstes grandes telhados de telhas vermelhas que a igreja domina, mas sem ter torres, se diria que é um dêsses castelos antigos que o feudalismo tinha levantado para assegurar sua independência e despotismo nas províncias agrícolas da França, mas que a luz do século tem transformado hoje em imensas fazendas de produtos agrícolas e industriais, se as palmas, as laranjeiras que se avistam em tôda a parte não fizessem lembrar outro país, outro clima.

Entra-se em uma espaçosa praça quadrilátera, de que, com frente ao norte, o colégio, a igreja e o cemitério fazem o costado mais predominante.

As outras três faces da praça, na qual desembocam ora cinco, ora nove ruas, são formadas de galerias simetricamente repartidas de vinte

a vinte e quatro braças de comprimento, e quatro a cinco de largo, com varandas de ambos os lados.

“Pelo alinhamento das mesmas ruas se formam outras quadras com a mesma planta e perspectiva, se o aumento da povoação o requer. Na fachada principal da praça e fazendo-lhe bem frente se encontra a igreja, sempre magnífica, de três ou cinco naves, e tôdas com capacidade de conter muitas mil pessoas. São de arquitetura irregular e de pouca duração, por causa das muitas madeiras de que são feitas as numerosas colunas dobradas que sustentam o pesado telhado, e das linhas que se acham intercaladas no centro das paredes do edifício, que contêm, mesmo que sejam feitas inteiramente como em alguns povos de grossos pedruscos de grés, sem cimento, mas em geral as paredes são feitas em parte com pedras lavradas, em parte com tijolos crus e branqueados de tabatinga. Entra-se na igreja pelo pórtico em forma de concha, em geral sustentada por oito ou mais colunas de pedras quadradas ou redondas, de uma só peça e de um vulto e pêso enorme, e a cujo piso se-chega por uma gradaria de pedra branca e vermelha. Vários Povos, sem embargo, tinham essas colunas de madeira.

Da mesma pedra são feitos os arcos, nichos, coroas que enfeitam o frontispício e os frisos, cornijas que coroam o frontispício e as colunas e as estátuas dos santos que adornam a frente, onde há três portas de madeiras diversamente lavradas.

À direita da porta principal vê-se uma capela com seu altar e pia batismal, ordinariamente de pedra vermelha primorosamente lavrada, assim como o seu pedestal, e em alguns Povos, de barro vidrado com um grupo ou pintura, representando o batismo de Nosso Senhor.

As colunas que separavam as naves e que são nove ou doze de cada lado, têm em seu intercolúnio a estátua de um apóstolo de dimensões maiores que o natural e ricamente lavradas e adornadas. As capelas não são menos ricas nem menos esplêndidas. Os confissionários, curiosamente esculpidos e pintados, são colocados entre as capelas. Ordinariamente há cinco altares com retábulos do tamanho que requer a igreja, feitos de madeira com colunas, cornijas, entalhadas de diversos feitios, debuxos, guarnições, estátuas, molduras douradas e pinturas, em que são representados os sagrados mistérios.

O altar-mor com seu retábulo ocupa o fundo do côro, que é todo dourado com mais ou menos profusão de adornos e de riquezas. O côro, de alto abaixo, está coberto de estátuas de santos: a do padroeiro do Povo coroa a cornija do altar-mor; a meia laranja esculpida e pintada a ouro tem em seus quatro pendores um nicho com o busto de um Papa.

Os soalhos são feitos com lousas de pedra bastante brunidas; são de dois palmos quadrados pelo ordinário; raras vêzes o ladrilho é empregado para êsse fim. Há igrejas de trezentos e cinquenta palmos de comprimento e de cento e vinte de largo, como a de São Miguel. A nave principal da igreja de Santa Rosa, com a de Corpus, era a mais rica e suntuosa, tinha duzentos e oitenta palmos de comprimento, e a nave principal do templo de São Luís, trezentos palmos de comprimento e cem de largo. Atrás do retábulo do altar-mor, que acaba de se destruir, lê-se: 1728, 15 de maio.

Os retábulos e as estátuas de santos que ocupam seus nichos são pela mor parte toscos, e poucos são os que se encontram em boa escultura. As pinturas das paredes, do zimbório e do pórtico são pela mor parte toscas e desproporcionadas. As alfaias de prata, como jarros, bacias, cruces, castiçais, lâmpadas, candelabros são mui numerosos e grandes, posto que pouco polidos, com exceção de raras peças. Os vasos sagrados são muitos e da melhor obra, e alguns são de ouro. Igualmente os ornamentos são numerosíssimos, mui ricos e de grande preço.

Imediata ao lado direito da capela-mor, se acha a sacristia, igualmente adornada com um altar carregado de esculturas. Vastos armários aplicados contra as paredes são igualmente trabalhados com o mesmo luxo e esmêro. Em tôdas existe lavatório, mas em algumas, como em São Luís e em Santa Rosa, o lavatório é de mármore, e neste último Povo a água se derrama em uma grande bacia de prata.

Nos Sete Povos da margem oriental do Uruguai, o templo de São João foi o único concluído pelos jesuítas, os outros nunca o foram.

“Bem que para o serviço de Deus, diz o Sr. de Doblaz já citado, nenhuma riqueza seja excessiva; contudo, atendendo à pobreza dos Povos e dos naturais, parece que os jesuítas se excederam na riqueza das alfaias e ornamentos de seus templos. O que é para admirar é que

nestas grandes construções não se encontrem outros pregos se não os que seguram as fechaduras.

Entre a igreja e o portão grande do colégio se acha a torre, feita de madeira, formada de quatro pilares, altos e grossos, com dois ou três entablamentos, que fazem outros tantos corpos, e seu competente telhadinho. Sobe-se nela por uma escada pelo claustro ou pátio do colégio. Na torre há muitos sinos, nunca menos de seis de vários tamanhos e alguns bastante grandes e de bom som.

Nos Povos mesmo, como em Apóstolos, eram fundidos os sinos. As torres de São Miguel e de Santa Rosa eram de pedra lavrada.

Imediato ao lado esquerdo da igreja se acha o cemitério que se comunica por uma porta especial, fazendo também frente à praça, e de bastante capacidade para todo o Povo, e cercado de paredes altas.

Está plantado de ciprestes, palmeiras e laranjeiras, que formam ruas por onde circulam as procissões, e que dividem terrenos para sepulturas de cadáveres inocentes, de membros das irmandades, etc., sendo todos os fiéis nêle sepultados, exceto os padres jesuítas, que se enterram separadamente na capela, junto ao altar-mor.

Ao meio do cemitério, há uma grande cruz lavrada. A do Povo de São Lourenço é uma gigantesca cruz de uma enorme pedra, que de uma só peça é formada com dois pares de braços. Ela, ainda atualmente, está estendida no meio do cemitério, porque a derrubaram do seu pedestal para procurar dinheiro em seus alicerces. No dito cemitério, no de São Nicolau e da Cruz, encontram-se lousas sepulcrais com inscrições em guarani.

Existe no mesmo cemitério, ordinariamente pegada à igreja, uma capela com pinturas em que se representam ao vivo as almas penando no purgatório, e no altar do qual (também lavrado) se dizia missa tôdas as segundas-feiras.

Fora do Povo, à distância competente como de dois ou três mil palmos em cada Redução, há uma ou duas ermidas com capelas parecidas à paroquial nos retábulos, pinturas e adornos, às quais se vai em procissão nas rogações e várias vêzes no ano, em tempo de necessidades. Estas capelas são dedicadas a algum santo da especial devoção dos fiéis, como Santo Isidro, Nossa Senhora de Loreto, etc.

Pela sacristia da igreja, em todos os Povos, há comunicação com o colégio, onde se acham os cubículos dos padres jesuítas, e vários edifícios destinados a diversos usos. O colégio dos jesuítas é um vastíssimo edifício que, de um lado (este) é flanqueado pela igreja em todo o seu comprimento, e forma um quadrado de casas, que fazem frente à praça, à direita da igreja.

Estas casas têm dupla varanda, exterior e interior, que descansam sobre formosas colunas de pedra lavrada ou de madeira da altura ordinariamente de vinte e cinco palmos, com seus competentes pedestais e capitéis. No centro, se encontra um claustro ou pátio vasto de duzentos ou trezentos palmos de cada lado, no qual se vêem quadros de várias datas: o da Cruz, tem a data de 1730, o de

São Luís, de 1746, e o de São Lourenço, de 1717; e em alguns Povos se acha um poço no centro desse claustro. Um lindo portão serve para entrar no claustro.

Ele se acha colocado a igual distância de ambas as extremidades do pátio e, desde o portão, uma calçada em linha reta ao cubículo principal, onde reside o cura. Os aposentos destinados aos jesuítas são vastos, de trinta e mais palmos quadrados, bem soalhados, forrados e pintados com vistas deliciosas. As varandas externas e internas são magníficas. O colégio de São Luís tem quatorze colunas quadradas na frente dos quartos dos Padres, e na frente paralela, treze em cada uma, das duas outras faces do seu claustro, as quais são de vinte palmos de comprimento e três de cada face. Em São Lourenço as colunas são mais delicadas, mais delgadas, e por isso se colocaram duas unidas para fazer a fôrça de uma só, e são redondas, como em São João.

Em São Borja, as colunas eram de madeira. No ângulo reto do colégio, correspondente à sacristia, está o refeitório dos jesuítas, quase sempre todo edificado de pedra lavrada, com lindas portaladas que serviriam magnificamente para capelas. Esta peça tinha sempre subterrâneo, mais ou menos extenso. As casas que vêm em seguida paralelas à igreja contêm as escolas, e várias oficinas de ourives, pintores, entalhadores, ferraria, muitos armazéns e uma casa forte para prisão.

Contíguo ou nos arrabaldes, se encontra um recolhimento de viúvas e donzelas, e hospital. Uma espaçosa varanda exterior, tomando os

fundos inteiros do colégio, da igreja e do cemitério, olha para uma horta murada, de pedra e barro, com ruas alinhadas e plantadas de pinheiros, laranjeiras, limoeiros, marmeleiros, macieiras, pessegueiros, nogueiras da Europa, oliveiras, parreiras e outras muitas árvores e arbustos, tanto indígenas como exóticos; *el único lujo que se permitian los Padres diz Monsenhor Martin de Moussy era el de una hermosa huerta bien plantada de naranjos, parras, higueras, duras-neros, granaderos, guayaveros, bananos, palmas etc., e de todos los legumes de Europa; pues este lujo era simple e poco custoso; cualquier propietario inteligente puede ahy conseguir otro tanto e nel suelo de Misiones.*

Quanto às casas da praça, elas se acham repartidas em quartos de trinta palmos quadrados. Cada quarto contém uma e mais famílias, que comem, cozinham em um só aposento e que o desalinho que lhes é próprio o tornam logo negro, imundo e asqueroso, notando-se que poucos dormem em rédes ou hamacs, e sim no chão”.

Já Hemetério José Veloso da Silveira, autor não menos informado, diz, em seu livro “As Missões Orientais”, hoje preciosidade bibliográfica:

“Cada sala era o alojamento de uma família, que o dividia interiormente com esteiras ou biombos de taquara. Para a saída e entrada, tinham uma porta, e ao lado desta, uma janela de rótulas, como vimos em São João, São Luís e São Borja, onde ainda existem conservadas duas casas dêsse tempo”.

Considerando-se, antes de tudo, que isso era nos albores do século XVIII, quando as condições habitacionais do povo, em Portugal e Espanha, não eram muito melhores; e quando, no Brasil, só as Casas-Família, em São Paulo, Rio e Bahia viviam com algum decoro; e quando ainda, no Rio Grande do Sul, tudo era bravio campanhas e serras imensas, infestadas de índios e animais selvagens.

Considere-se a perfeita disposição urbana, a organização da assistência social e do trabalho que, segundo os documentos, atingiram alto nível, enquanto referidos setores constituem ainda hoje grave problema, por sua acabrunhadora ineficiência; considere-se, enfim, os belos edifícios, as esculturas, as indústrias, com mão-de-obra puramente indígena e teremos uma idéia da grandiosa obra jesuítica, nos Sete Povos.

Sôbre o que foi essa obra, eis o juízo insuspeito de Antonino Xavier, nosso caro mestre, exposta já no intróito de seu valioso livro “Anais do Município de Passo Fundo”:

“Foram os jesuítas os primeiros civilizadores da região missioneira do Estado do Rio Grande do Sul, na qual está situado o Município de Passo Fundo. Aí estabeleceram êles, no século XVII, as Missões Orientais do Uruguai, arrancando das trevas do barbarismo os indígenas e convertendo o território em Província da Companhia de Jesus.

“Homens dotados de vasto saber e inquebrantável tenacidade de caráter, oriunda, sem dúvida, do intenso fervor religioso que os dominava, não tardou que seus ingentes e abnegados esforços, vencendo as imensas dificuldades de tamanha emprêsa, transformassem o bárbaro país em um centro de adiantada civilização e importantíssima atividade económica, fazendo-lhe sorrir a esperança de vir a representar proeminente papel na evolução do Nôvo Mundo”.

Consoante Sousa Docca, “História do Rio Grande do Sul”, páginas 55 e 56, eis a relação dos Povos e datas de suas fixações:

São Nicolau - Reconstruído em 1687, no mesmo local em que fôra fundado em 1627 (aliás, 1626), com tapes e guaranis. Foi a primitiva Capital das Missões Orientais. E hoje sede do 2.º distrito do município de São Luís Gonzaga;

São Luís Gonzaga - Fundado em 1687, com restos dos povoadores da Redução de São Joaquim, tapes e guaranis (aliás, também com resto dos moradores de Santa Teresa, como já vimos), que voltavam da margem ocidental do Uruguai. Foi, depois de 1801, elevado a capital das Missões Orientais. Ê hoje sede do município do mesmo nome;

São Miguel - Fundado em 1687, à margem esquerda do arroio Santa Bárbara, tributário do Piratini. Foi a segunda capital das Missões Orientais e um centro populoso e industrial. Mais de 10.000 almas aí viviam antes da guerra de 1756. E hoje sede do 3.º distrito de Santo Ângelo;

São Francisco de Borja - Ou simplesmente São Borja, como é hoje conhecido, fundado em 1690, pelos jesuítas Marcelo de Lorenzano e Francisco de S. Martins, a três quartos de légua da margem esquerda do Uruguai, com charruas e minuanos. Foi depois da conquista, em

1801, sede do Comando da Região Missioneira e Capital das Missões Orientais. Aí nasceu André Taquari, mais conhecido por André Artigas, famoso caudilho indígena e o principal auxiliar do grande caudilho oriental José Artigas. É atualmente sede do município do mesmo nome;

São Lourenço - Fundado em 1691, com tapes e guaranis, entre os rios Ijuí e Piratini e próximo às nascentes do Chimbocu. É atualmente sede do 7.º distrito do município de São Luís Gonzaga;

Sã" João Batista - Fundado em 14 de setembro de 1698, com povoadores de São Miguel, pelo Padre Antônio Sepp, próximo à foz do Ijuzinho. É hoje simples povoado do município de Santo Ângelo; foi, entretanto, uma povoação florescente e populosa;

Santo Ângelo - Fundado em 1707, à margem direita do Ijuí, com tapes e guaranis. É atualmente a sede do município do mesmo nome. Em Santo Ângelo nasceu o General Carlos de Alvear, quando seu pai aí se achava, em 1759, na qualidade de 1.º Comandante da segunda partida espanhola, na demarcação de limites, em virtude do tratado de 13 de janeiro de 1750.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS SETE POVOS

Mas é Aurélio Pôrto, em sua magnífica "História das Missões Orientais", volume II, quem dá uma notícia interessante sobre a organização social dos Sete Povos.

Vejamos o que diz esse autor, na página 174, e nas seguintes:

"Os Povos eram governados por autoridades civis, recrutadas entre os índios de mais merecimento e prestígio. A administração de cada Povo compunha-se de um corregedor, dois alcaides-mores, de 1.º e 2.º votos; um tenente de corregedor, um alferes real, quatro regedores, um alguazil-mor, um alcaide da Irmandade, um procurador e escrivão, os quais constituíam o cabildo ou ajuntamento.

Os cabildos acrescenta o autor eram eletivos, procedendo-se à escolha no primeiro dia de cada ano, sob a direção do cura que dirigia os respectivos trabalhos e examinava as conveniências de sua organização,

com o aproveitamento dos melhores elementos da povoação. Realizada a eleição, era a data respectiva remetida ao Governador que a aprovava, confirmando assim o voto popular.

Reveste-se de excepcional solenidade a posse dos cargos de administração da comuna. Em dia determinado, tôda a população se reunia junto ao pórtico da igreja, onde se colocava uma cadeira para o padre e uma grande mesa, sôbre a qual se viam o bastão do corregedor, as varas dos alcaides e as demais insígnias dos outros membros do cabildo. Figuravam ainda sôbre a mesa o simbólico compasso do mestre de música em uma bandeirinha de sêda, as chaves da porta da igreja que pertencem ao sacristão, as dos armazéns que cabem ao mordomo e outras insígnias de oficiais económicos, além das bandeiras, bastões e outros distintivos dos oficiais de guerra, que todos também são confirmados em cada ano ou mudados, como os componentes do cabildo.

Em duas filas de bancos, que ficavam fronteiras aos lados da mesa, à proporção que vão sendo chamados, tomam assento os membros da administração e cabos militares que foram eleitos.

A tudo preside o cura com seu companheiro e outros padres que se encontram no Povo, porque em cada um há dois ou mais, conforme a necessidade. Faz aquêle uma preleção, depois de ler textos do Evangelho, em que explica a significação do ato, e os males que advirão da falta de cumprimento dêsses deveres funcionais, e termina por chamar o primeiro dos eleitos, isto é, o corregedor, para que tome posse de seu cargo.

A cada posse, os músicos, com suas charamelas e clarins, tocam alguns compassos de uma marcha festiva, enquanto os chamados vão tomando assento nos bancos que lhes são destinados. A tudo preside o contentamento do povo em geral.

A êstes sucedem, na chamada, os que fazem parte da administração da igreja, sacristão, etc., e por último, os cabos e mais oficiais militares, componentes da milícia missioneira, aos quais, como aos primeiros, são entregues os seus distintivos.

Todos os Povos dividem-se em classes, tendo cada uma delas os seus alcaides privativos. Assim os tecedores, os ferreiros, os carpinteiros, pedreiros, e mais ofícios de monta e de maior necessidade.

As mulheres têm também os seus alcaides: são velhos de conduta exemplar e de grande devoção, que cuidam de todos os seus trabalhos e avisam em suas desordens.

O mesmo acontece com os rapazes de sete anos para cima, cujos alcaides os obrigam a ir juntos para a doutrina, atos de devoção, e outros que importam em seu bem espiritual e temporal, assim como trabalhar nas lavouras do Povo, para que, desde pequenos, aprendam a prover a sua subsistência e se acostumem ao trabalho.

As mulheres, desde sete até quinze anos idade em que costumam casar têm também as suas aias, espécie de alcaides, que as acompanham à igreja, ensinam e fiscalizam os trabalhos que lhes são peculiares.

Cada Povo está dividido em várias parcialidades, que levam nomes de Santos: Santa Maria, São José, Santo Inácio, etc., e que constam de oito a dez, conforme a população de cada Doutrina, e cada uma dessas parcialidades têm quatro a seis cacicados, de que são chefes os membros do cabildo.

Os caciques constituem a casta nobre do Povo, reconhecidos pelo rei e têm o tratamento de Dom. Cada cacique tem trinta, quarenta ou mais vassallos, que o acompanham ao trabalho, prestando-lhe obediência e respeito, auxiliando-o a fazer a sua casa, lavouras e serviços da comunidade, mas não prestam vassalagem de tributos especiais, porque os caciques, embora considerados como nobres, não se eximem de trabalhar como qualquer um de seus vassallos.

Os índios que se destacam pela prática de qualquer ofício, como sucede com os carpinteiros, estatuários, pintores e outros, ficam logo colocados em plano superior, que lhes dá certas prerrogativas de nobreza.

Desde o corregedor até o último vassallo se confundem no trabalho. Cultivando as terras da comunidade ou as suas próprias; fazendo as colheitas que são ali de junho a dezembro de cada ano; beneficiando a erva do Paraguai, ou carregando, para transportar madeiras dos matos a fim de fazer as construções, etc., e em todos os mais trabalhos vão sempre conduzidos pelo seu chefe ou maioral.

...Era por meio da infância, educada em princípios rigorosos da moral cristã, que os fundadores dessas aldeias ainda selvagens procuravam penetrar no coração dos índios. E eram as crianças, como se disse,

que, ao retornar à casa, levavam aos pais uma pequena parcela do que havia aprendido nessas escolas em que a par de outras disciplinas, ensinava-se o catecismo na própria língua materna”.

...Na organização dos Sete Povos as escolas de ler, escrever e de música ocupam lugar de destaque na praça principal, ao lado dos aposentos dos padres. Ficam elas no primeiro pátio, que é o dos padres, a fim de que possam ser melhor fiscalizados. Não são os padres os seus mestres, porque têm de atender a outros múltiplos afazeres e ministérios, mas sim alguns índios especializados no ensino que conseguiram cultura superior à comum, e demonstram notável vocação para o ensino”.

...Mais tarde, além das regras em que enquadravam as suas ações, dentro dos postulados gerais da Companhia, e das prescrições indeclináveis da mesma religião, baixou o Padre Tomás Donvidas, em 1689, um Regulamento Geral das Doutrinas, aprovado pelo Geral, Padre Tirso Gonzales. Estão nêle codificados os preceitos de ordem espiritual e temporal que presidem à ação dos padres doutrineiros e de seus companheiros, em cada um dos povos dirigidos pela Companhia. Traçam-se, em linhas gerais, normas rígidas de conduta moral, de assistência e de fiscalização mútua entre os padres, e dependência de seus superiores.

Além do Provincial, que superintendia os negócios de tôda a Província, havia no Paraná um Superior, auxiliado por quatro consultores, e o Vice-Superior, no Uruguai, por outros quatro, tendo cada um dos superiores um monitor.

Para os casos urgentes de guerra, havia quatro superintendentes nomeados pelo Padre Provincial, um no Uruguai acima, outro no mesmo rio para baixo, outro na banda (oriental) do Uruguai e outro no Paraná acima. “E cada um dêles terá dois consultores para as coisas da guerra”.

Em cada Povo assistiriam dois padres, sendo um o cura e o outro o companheiro, subordinado àquele, como também os Irmãos coadjutores que se tornassem de mister, encarregados da assistência temporal da Doutrina.

O Regulamento, que é extenso, prevê todos os casos relativos ao trabalho dos índios, suas obrigações para com os padres e o povo, es-

tipêndio quando em serviços de outras Doutrinas, laços de família, e castigos pelas faltas cometidas que iam da reclusão em cárcere, com grilhetas, até três meses, aplicando-se-lhes, nesse espaço de tempo quatro vueltas de azotes de a vinte e cinco por cada vez.

“Os crimes de homicídio importavam na pena de prisão perpétua.

Os caciques, corregedores e alcaides não poderiam ser castigados sem ordem expressa do Superior e isto mesmo somente com admoestações em caráter particular.

Atende o Regulamento aos mais variados aspectos da vida administrativa, económica e espiritual das Reduções, e deveres dos sacerdotes e dos índios.

Não tinha residência fixa o Vice-Superior dos Sete Povos de Missões, mas durante anos o encontramos em São Borja”.

Diz ainda Aurélio Pôrto:

“Aí estêve muito tempo o Padre Salvador Rojas, que exerceu êsse cargo. Ao tempo da fundação dos Povos era Vice-Superior do Uruguai, o Padre Alonso de Castilho, a quem sucede o Padre Antônio Ximenes. Mais tarde, em 1730, aparece o nome do Padre Jerônimo Herrán, como Superior.

“Poucas são as indicações sôbre os padres que dirigiram os Povos, como curas e companheiros, desde a sua fundação até o início de sua decadência com a Guerra da Demarcação.

“Em pesquisa assaz trabalhosa, foi possível dar, mais ou menos, os nomes dos seus fundadores. Muitos outros vultos de alta significação da Companhia, passaram por ali, deixando magníficos atestados de virtude cristã e de afanosos trabalhos. Humildes e desconhecidos, seus nomes desapareceram na voragem do tempo.

“Apensa ao ‘Catalogus’ de 1744, ficou no entanto, uma relação preciosa sôbre os jesuítas que nesse ano dirigiram os Sete Povos, que são os seguintes:

1. SÃO NICOLAU

Cura: Padre Rafael Genestar, professo;

Companheiro: Padre Miguel Starimon.

2. SÃO LUÍS

Cura: Padre Sigismundo Aperger, professo;

Companheiro: Padre Lourenço Daff, professo.

3. SÃO LOURENÇO

Cura: Padre Francisco Xavier Limp, professo;

Companheiro: Padre Jerônimo Zacarias, professo.

4. SÃO MIGUEL

Cura: Padre Diogo Palácios, form.;

Companheiro: Francisco Rivera, professo.

5. SÃO JOÃO BATISTA

Cura: Padre Luís Charlet, professo;

Companheiro: Padre João Batista Marquesetti,
professo.

6. SANTO ANGELO Cura: Padre José Martin, professo;

Companheiro: Padre André Fernandes, professo.

7. SÃO FRANCISCO DE BORJA

Cura: Padre José Guinet, form.;

Companheiro: Padre Jacob Tankuntsen, form.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A SOCIEDADE JESUÍTICA

Não podemos tecer considerações sôbre o regime, a disciplina e os resultados alcançados pelos jesuítas, moldando o selvagem rio-grandense, tal como se apresentam os fatos nos Sete Povos, sem primeiro partir de suas concepções filosóficas e sociais, matéria que procuraremos resumir ao necessário, a fim de compreendermos, embora perfunctoriamente, o pensamento dêsses extraordinários civilizadores do Nôvo Mundo.

Não podemos colher tais elementos na concepção mística de Santo Inácio de Loyola, criador da Companhia de Jesus, visto que, no seu tempo, essa organização lutava ainda por se credenciar na velha Europa,

então seu campo predileto de ação, e cujos problemas eram substancialmente diferentes daqueles que imperavam na jovem América.

Como dissemos no início deste livro, os jesuítas que se lançaram à obra de construir uma civilização, nas bacias do Paraná, Paraguai e Uruguai, tinham em mente a criação de uma sociedade diferente daquelas que se consagravam, em seu tempo, alicerçando-se assim os missionários nos postulados de Tomás Campanella, embebidos nos arroubos utópicos de “A Cidade do Sol”, obra arrojada, com uma feição cristianizada de “A República”, de Platão.

Nela, desenvolve esse filósofo uma ordem social em que predomine a ciência da natureza, adotando a filosofia de que o trabalho material deve recobrar os seus direitos. Embora com a humildade de um crente católico, Campanella sonha com uma sociedade em que não haja clero, nem nobreza e governada pelos que tenham recebido melhor instrução, ao mesmo tempo em que suprime a propriedade privada. As autoridades regulam as relações do matrimônio com regulamentos eugênicos. O orgulho deve ser extirpado dos corações, como o vício mais nocivo, enquanto o produto do trabalho deve ser entregue a cada um, segundo seus méritos e necessidades. Todas as artes e ocupações ficam distribuídas entre todos, não se exigindo mais do que quatro horas de trabalho por dia, podendo empregar-se o resto do tempo na aquisição de conhecimentos, discutir, ler, escrever, passear ou exercitar-se fisicamente convido dizer que os jesuítas, na aplicação desta última regra de Campanella, aplicaram as horas de folga, que eram as mais do dia, em orações e exercícios religiosos. E, diga-se de passagem, que a justiça aplicada pelo cura, segundo diversos autores, não chegou jamais à pena capital, como vimos na transcrição do Cónego Gay que, neste e noutros aspectos, se deixou arrastar pelo pensamento da época, ferrenhamente adversa à obra dos jesuítas, inclusive de parte de autoridades espanholas, que não viam com bons olhos o desenvolvimento do jesuitismo em terras, como as do Paraguai, que consideravam exclusivas da Coroa espanhola.

Jacques Chevallier, em “História do Pensamento”, assim resume a filosofia de Campanella, paradigma do jesuitismo na América:

“Campanella, como todos os platônicos da Itália, sonha com uma religião natural, com um cristianismo aberto à tradição de Platão e dos

sábios, que permita a unidade humana e regeneração da humanidade: anunciava esta mensagem em seu *Prodromos Philosophiae Instaurandae* 1594. Predicou na Calábria, a partir de 1599, apresentando-se como um nôvo messias, o que lhe valeu vinte e sete anos de prisão; expôs (sua mensagem), por fim, em sua “Cidade do Sol”, escrita em 1602 e publicada em 1623, que dedicou ao rei de Espanha, na esperança de vê-lo realizar essa cidade ideal, regida pela Filosofia e pelas três primazias: Potência, Sabedoria e Amor em que todos viveriam sob o regime da comunidade que suprime o egoísmo, que, assim, fica privado de seu fim. Embora nela não se encontrem nem ricos nem pobres, senão que todos seriam pobres por nada ter de próprio, e ricos por possuírem tudo em comum...poucas leis, porém estritamente observadas”.

Tal concepção da sociedade, em que pese o primado da sabedoria e da ciência da natureza, levaria o homem a uma vivência primitivista, sem o colorido da antiga coexistência tribal, que brota de sua espontaneidade, no culto às tradições e aos costumes. Seria uma vida primitiva, mas artificial, sem o encanto das sagas heroicas, semeadas pelo caminho das clãs, relatando seus sonhos e vicissitudes.

Daí o paradoxo de haver essa utopia naturalista desnaturado o nosso índio, tirando-lhe a personalidade no trato das letras e das artes, terreno em que poderia ter brilhado inconfundivelmente, graças à sua vibrante e magnífica espontaneidade.

Se êxito conseguiram os jesuítas, no trato com o nosso aborígine, devem-no ao postulado do Amor, um dos primados de Campanella, sem dúvida, mas realçado por inexcedível dedicação e corajosa fé, sensibilizando as cordas vibráteis do coração indígena.

Muito há que se opor a Campanella, pois, embora sua doutrinação incluísse a primazia do amor fraterno, sentimento que depende, aliás, de condições espiritualizantes, não dimanadas de simples regras ou de rígida disciplina visualizaram nela, mais tarde, os teólogos e filósofos um sonho que se diluiria no animismo telesiano e, afinal, descambaria no materialismo ateu sobretudo, uma sociedade impraticável nos estágios superiores da civilização.

“Seu deísmo naturalista - diz Jacques Chevallier - com o racionalismo ateu de Pomponazzi e o panteísmo de Bruno, alimentou a irreligião

de um Vanini...Firma-se, irrestritamente, nos “libertinos” que tornaremos a encontrar na França, nos começos do século XVII, e contra êle se dirigirá o esforço de Descartes e de Pascal, assim como dos apóstolos da renovação católica em França”.

Mas, vejamos:

A despeito dos prejuízos ideológicos de Campanella, sua indiscutível sinceridade ganhou um rumo edificante na sensibilidade jesuítica.

O que, aliás, valeu aos jesuítas foi a persistente fidelidade à concepção apostólica, profundamente arraigada, exorbitando em fogo e lavas de amor divino, empolgando e arrebatando, assim, aos índios como aos civilizados, vencendo, pelos seus arroubos, insuperáveis obstáculos, causando espanto aos seus coevos, amigos ou inimigos.

E aquilo que, pela doutrina de Campanella, não poderiam concretizar entre os civilizados, sempre insatisfeitos, murmurantes, irreduzíveis na conservação de suas aquisições humanísticas tentaram-no os jesuítas entre os índios, mais sensíveis e crentes, cujas paixões, hábilmente conduzidas, poderiam explodir, como explodiram, em arrebatamentos místicos e devocionais.

O índio, aliás, era menos propenso às comodidades materiais, às atrações da propriedade privada, aos entesouramentos e aos hábitos egoísticos que são a pedra de tropêço do civilizado coisas que custava ao selvagem pôr em prática e até mesmo compreender.

Jean de LeGravery, em “Viagem à Terra do Brasil”, final do capítulo XII, dá este testemunho:

“Observei que os selvagens amam as pessoas alegres, galhofeiras e liberais, aborrecendo os taciturnos, os avaros e os neurastênicos. Posso, pois, assegurar aos sovinas e aos aventos, aos que comem dentro da gaveta, que não serão bem-vindos entre os tupinambás, porquanto detestam tal espécie de gente”.

Quanto à concupiscência, efetivamente encontrada no selvagem, não o era menos entre os civilizados, como ainda hoje, apesar das nossas regras de moralidade e postulados de higiene mental...

De outro lado, justo é considerar a seguinte observação de Carlos Dante de Moraes, num estudo sobre “tapes e guaranis sob o regime jesuítico”, número 7 da “Província de São Pedro”, página 58:

“O material humano de que dispunham os jesuítas, na antiga Província do Paraguai, era extremamente frágil e inconsistente. Por mais que se esforçassem, jamais conseguiram tornar o índio capaz de nutrir-se e vestir-se por seu exclusivo labor e iniciativa. A incúria dêste, a sua indolência, a sua falta absoluta de previsão permaneceram sem diferença apreciável do estado selvagem”.

Isso, aliás, não diminui, mas empresta, pelo contrário, maior vulto ao nível civilizador que os jesuítas conseguiram, milagrosamente, inculcar no silvícola rio-grandense.

O mencionado autor, à página 62, faz uma observação que é justo consignar:

“A história da civilização jesuítica, no território do Rio Grande, abrange duas fases bem distintas. A primeira compreende a catequese inicial dos tapes e guaranis e o estabelecimento das primeiras Reduções. Termina com a destruição destas pelos mamelucos e o êxodo dos catecúmenos, que conseguem escapar às bandeiras para a banda ocidental do Uruguai. A segunda nada mais é que a história dos Sete Povos Orientais. Somente na primeira fase Aurélio Pôrto divisa finalidade meramente religiosa, intuídos lididamente espirituais. É o período heroico da conversão das gentes selvagens, dos sacrifícios sôbre-humanos, regado pelo sangue dos mártires, iluminado pelas virtudes de homens que eram santos. A segunda fase, porém, inaugurada após a descoberta das Vacarias do Mar, `despe-se da sua simbólica beleza espiritual, porque reside no puro utilitarismo económico’. Ao lado das razões económicas, o ilustre historiador também apresenta as de ordem política: o jesuíta servindo ao espanhol, feito instrumento dêste, na luta pela ocupação da terra, em face do português que avança e procura firmar os domínios”.

Há, sem dúvida, êsse aspecto, na segunda fase, que, para nós, oriundos da gente portuguesa, e encarando as dificuldades que os jesuítas nos impuseram, lado a lado com o espanhol se apresenta como deformação dos princípios religiosos e configuração de um sentimento anti-nacional.

Cumpre-nos lembrar, entretanto, que os jesuítas não viam no português um inimigo, pelo fato de ser português, mas unicamente porque, no ciclo das bandeiras, praticou atos funestos para as Doutrinas atos

que aquêles religiosos, não sem razão, qualificaram de barbarismo e sacrilégio, puníveis com a excomunhão, determinada, aliás, por bulas papais. E ninguém mais do que o lusitaníssimo Vieira verberou os crimes e desumanidades dos caçadores de escravos.

Quanto aos seus interesses económicos, não tiveram êles o cunho egoístico que se lhes atribui. Isso pela razão única do seu voto e da severidade dos regulamentos loiolanos.

Se grandes lucros havia, principalmente com a exportação da nossa erva-mate, o produto era revertido em benefício e riqueza das Reduções, além do maior prestígio e glória de sua Ordem.

São do mesmo Aurélio Pôrto, aliás, as seguintes considerações, obra citada, páginas 227 e 228:

“Operários humildes da vinha do Senhor, obscuros obreiros de um monumento imperecível de fé, na renúncia de todos os bens terrestres, sem ambições, praticando o bem entre selvagens e procurando, com o sacrifício das próprias vidas, trazê-los ao redil de Cristo, êles avultam nesse cenário grandioso, circundados por um halo glorioso de santidade. Não importa a nacionalidade a que pertenceram. Americanos do sul, espanhóis, franceses, italianos, belgas, alemães e portugueses êles representavam a universalidade da Companhia e não tinham predileções nacionalistas. O império da cruz, universal e eterno, pelo conhecimento de Deus e pela fraternidade humana, a que incorporaram as chusmas de índios, que mais tarde foram expressões de civilização cristã, era o único escopo dêsses heróis e dêsses santos a sua atividade em terras do Rio Grande do Sul”.

Essas palavras, que Pôrto dirigiu aos jesuítas da primeira fase, podem ser aplicadas aos da segunda, em que vemos alçar-se a figura apostolar de um Antônio Sepp, fundador do Povo de São João, dominador da região passofundense.

A ECONOMIA DOS SETE POVOS

As Reduções, com o grau de civilização já atingido, não poderiam manter-se e progredir nas medidas previstas pelos Padres, sem uma base económica, fruto de um labor constante e organizado.

A imprevidência do índio era, sem dúvida, um fator negativo.

“Para socorrer à penúria que disso poderia resultar - diz o Cónego Gay, *ibidem*, 260 - estabeleceu-se em cada Povo mandar-se fazer grandes plantações de tôdas as plantas e frutos cultivados, para o que se escolhem as melhores terras, mais próximas ao Povo, e os índios que são mais diligentes e que têm maior aptidão para cada uma dessas lavouras. Os produtos dessas grandes lavouras se recolhem em armazéns bem acomodados, e, segundo as necessidades, se repartem, como esmola (isto é), gratuitamente a todos”.

À página 261, acrescenta:

“Nem tôdas as Reduções recolhiam os mesmos frutos ou igual abundância, ou por causa da adversidade das terras, ou porque os administradores se inclinavam mais para qualquer ramo de produção.

Assim, umas Reduções abundavam de trigo, carneiros, vacas, cavalos, mulas, etc.; e outras sobressaíam em colheitas de algodão, anil, cana-de-açúcar, mel de pau, cêra, etc.

Êles permutavam entre si os produtos (nos Povos não existia o uso de vender por dinheiro), cedendo um Povo as sobras de um artigo a outro, que dêle necessitava, e recebendo o valor em qualquer outro produto de que carecia.

Padecendo qualquer dos Povos jesuíticos qualquer carestia, que ordinariamente provinha da sêca, ou outros acidentes que custavam o suor do lavrador mais solícito; ou de alguma epidemia os demais

Povos o socorriam gratuitamente em tudo quanto podiam.

Desta comunhão de bens entre todos os Povos, e entre os habitantes de cada Povo entre si diz o mencionado autor resultava vestindo todos, sem exceção alguma, da mesma maneira e tendo igual sustento, onde ninguém guardava o que lhe sobrava; e em que cada um era servido em suas precisões, não havendo pobre nem rico: resultou uma cristandade, vivo retrato da primitiva Igreja...”

“Com semelhante abundância e proporção diz ainda o autor os jesuítas puderam logo ensinar quase todos os ofícios a seus neófitos, como o fizeram para renovar as construções dos Povos, com pedras lavradas e materiais mais sólidos; edificar e decorar os majestosos templos, etc.”

“Cada casal escreve - Souza Docca, *ibidem*, 55 - dispunha de uma pequena chácara, onde trabalhava para si dois dias da semana. A sobra do fruto que aí colhia, não podia vendê-la: era trocada com seus irmãos de raça”.

A estas roças particulares, de que nos fala o autor, os índios chamavam *jetamini* (roça pequena), diferenciando-as da roça maior, existente em cada Povo, e que pertenciam à comunidade, chamadas *jetaguaçus*, mas particularizadas pelos jesuítas com o nome de *tupambaé*, com a significação de “coisa que pertence a Deus”.

Os produtos dos *tupambaés* dos Povos eram os únicos que permitiam excedentes, com finalidade de exportação, obtendo-se assim, com tais meios, a importação dos artigos não produzidos nas Reduções.

Hemetério José Veloso da Silveira, em “As Missões Orientais”, página 22, informa:

“Os celeiros da Redução abundavam em gêneros de consumo, quer destinados às rações do alimento, quer as do vestuário. Para êste, funcionavam os teares, onde as índias (chamadas ainda hoje *chinas*), trabalhavam em cardar, fiar e tecer fazendas de lã e algodão, ponchos e os enxergões para montaria”.

E nota à parte, descrevendo êstes dois artigos missioneiros, diz o autor:

“Os ponchos de então eram, como ainda hoje, chamados *bicharás*: um tecido grosseiro de lã, com abertura em meio para enfiar pela cabeça do indivíduo.

O *enxergão* é um pequeno tecido, mais espesso, em que descansam os arreios sôbre o lombo do animal”.

O Cónego Gay, num mapa constante de sua obra citada, página 621, e seguintes, menciona os “principais produtos da indústria na Província de Missões”, “Produtos naturais”, etc.

Eis a sua relação:

Erva-mate - rêdes ou ramais - xergas - couros curtidos - couros em

geral - couros de tigre (onça), de tamanduá - crina - lã de ovelhas - queijos - manteiga - charutos - açúcar - melado - aguardente - trigo - tabaco - uvas - cânhamo - milho - arroz - mandioca - feijão - abóboras - melões - melancia - laranjas - limas de tôdas as qualidades - cidras - marmelos - bananas - ananases - mamona - anil - batata-inglesa - batatas-doces - maçãs - grumixamas - goiabas - algodões - amoreiras - romãs - cerejas - ameixas - pêras - azeitonas - noqueira-da-europa e cacau.

Quanto aos produtos minerais, informa que o ouro havia (indícios), em São João e outras Reduções; prata (indícios) em São Lourenço; cobre, em São Francisco de Assis, São Borja, São João Mirim, etc.; ferro, “em tôda a parte, com abundância”; águas salubres, em São João Mirim, São Borja, etc.; pedra magnésia, em São Nicolau, São Luís e São Borja; cristais, “em tôda a Província”, etc.

Quanto aos produtos do reino animal, diz que eram os seguintes:

Gado vacum - gado cavalari - gado lanígero (três produtos existentes em tôda a Província) - abelhas - macacos - bugios - veados - avestruzes - tigre (onça) - leões (suçuaranas) - tatus - guaraxains, etc. - peixes - capivara - jacaré - raia - bagre - pati - pacu - dourado (em tôda a Província) - aves: jacus - tucanos - araras - papagaios - periquitos - corvos brancos - pavões (urus) - patos de tôdas as qualidades - cariamás ou sariás - pombas de várias qualidades - garças brancas - e tôda espécie de aves domésticas.

Mas, seus produtos principais eram a erva-mate e os derivados de suas gadarias.

A REGIÃO NO SÉCULO 18

Na segunda fase do domínio jesuítico, Passo Fundo desempenha, é verdade, um papel secundário, mas nem por isso deixou de atuar sensivelmente.

Por essa ocasião, o ambiente gaúcho, depois de meio século de ausência loiolana, sofrera algumas mudanças quanto à toponímia, principalmente na larga faixa norte, objeto primeiro de nossas cogitações.

Essa imensa região, que cobre quase todo o norte do Estado, era, pela pouca penetração, no século 18, tanto do elemento branco, como tape civilizado que ali se arriscavam às fugidas tinha, tôda ela, uma designação comum, que variava conforme as circunstâncias:

Serra dos Pinhais - Pinhais - Serra dos Pinarés - Pinarés - Vacaria da Serra - Vacaria dos Pinhais - Vacaria - Campos da Vacaria - Vacaria dos Pinarés, e, castelhanamente: Baqueria de los Pinales - Baqueria de los Pinarés, etc.

Mais tarde, êsses variados nomes foram se particularizando, mais ou menos arbitrariamente quanto às origens históricas; e foram se aplicando a determinados lugares, originando confusões de parte dos autores que buscavam designar, com essas denominações genéricas, determinadas zonas que a integraram, tornando difícil, por vêzes, estabelecer o ponto geográfico, assim como elucidar importantes fatos da história.

Particularizemos alguns registros.

PINHAIS

Era a designação dada pelos jesuítas e catecúmenos, já no século anterior, a Passo Fundo, como se verifica em tôda a primeira fase do domínio jesuítico, já tratado, e que se conserva na segunda.

No final do século 18, êsse nome já se havia estendido para tôda a região que ia do rio da Várzea até os territórios dos atuais municípios de Vacaria e São Francisco de Paula.

VACARIA E CAMPOS DA VACARIA

Quando os jesuítas transferiram grande parte do seu gado, da Vacaria do Mar para a região serrana, formando a Vacaria da Serra, a fim de estar mais próximo dos Povos, região designada por Vacaria ou Campos da Vacaria era o da atual região serrana, desde a Serra de São Martinho, em Santa Maria (sul), até o rio da Várzea, em Passo Fundo (norte), e desde a Serra de São Xavier, em Tupanciretã (oeste), até a Serra do Butucará, em Santa Cruz e Soledade (leste).

Visaram os jesuítas, com essa mudança, afastar seu gado das incursões dos paulistas, castelhanos e índios do grupo Guaicuru do Sul, e

cuja atividade depredadora se fazia sentir nas campanhas do Rio Grande e da atual República do Uruguai.

Fundos da Vacaria era a denominação dos atuais municípios de Vacaria e São Francisco de Paula, (assim como Lajes, em Santa Catarina), onde foi colocado o gado de reserva. O nome persistiu na atual Vacaria, com a supressão do primeiro termo, tornando-se simplesmente Vacaria. Registra-se, assim, uma transposição toponímica, de influência lagunista, possivelmente depois da criação da freguesia de N. S. de Oliveira da Vacaria.

Nos fins do século 18, Vacaria e Campos da Vacaria ganharam enorme extensão, devido à raridade demográfica, abrangendo tôda a zona da serra, a partir do Jacuí (bacia) até dentro do território catarinense.

Vejamos, porém, o testemunho dos autores.

GENERALIDADES NA DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA

Aires do Casal, em sua “Corografia Brasílica”, volume I, página 132, consigna:

“O rio Jacuí (rio dos Jacus), forma-se na parte ocidental dos Campos da Vacaria, com união de várias ribeiras, etc.”

Referindo-se aos índios guaicanãs que, como vemos em Aurélio Pôrto (“História das Missões”, I, 196-416-417), habitavam a serra do Botucaraí, diz ainda Aires do Casal, obra citada, I, 141, que habitavam “nos Campos da Vacaria”.

O mesmo autor, à página 131, dando notícia do rio Toropi, diz que “vem dos Campos da Vacaria”, e da mesma forma o Caciqueí, o que dilatada os referidos campos até Júlio de Castilhos.

Vejamos, segundo Milliet de Saint Adolphe (“Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo”), a grande extensão que abarcava o topônimo Vacaria:

“Antas ...nasce nas vertentes ocidentais da Serra Geral, corre ao oeste-sudoeste, pelos Campos da Vacaria, e vai juntar-se com o rio Taquari...”

Botucaraí: nome de numerosa tribo de índios que dominavam nos

montes chamados Campo da Vacaria, ao oriente das nascentes do Jacuí...

Espírito Santo da Cruz Alta: nova vila da Província de São Pedro do Rio Grande. Era a antiga freguesia da Cruz Alta, a oeste dos Campos da Vacaria...

Jaguari ou Jacuari: ribeirão da Província de São Pedro do Rio Grande; nasce nos Campos da Vacaria, corre para sudoeste, no distrito de Missões...

Santa Maria: povoação da Província de São Pedro do Rio Grande, no distrito e ao poente da vila de Cachoeira, perto dos Campos da Vacaria...

Jacuí: grande rio da Província de São Pedro do Rio Grande...correndo do norte para o sul pelos Campos da Vacaria...

Toropi: rio da Província de São Pedro do Rio Grande: vem dos Campos da Vacaria, corre rumo sudoeste, etc."

Vejamos o que diz Francisco João Róscio", em seu "Compêndio Noticioso" ("Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul", números 105 a 108, 1.º a 4.º trimestres de 1947). Diz à página 64:

"Dêste lugar em que o dito Jacuí atravessa a Serra, sai ou se afasta um rabo de montanha que acompanha o mesmo Jacuí até certa distância e faz separação de algumas de suas vertentes laterais com as dos seus correspondentes que vão ao Ibicuí, e depois lança de si uma corda de mato emboscado que atravessa o mesmo Jacuí e os Campos da Vacaria..."

À página 67:

"... são os Campos de Cima da Serra chamados Campos da Vacaria, que é uma extensão de terreno vasto e longo, cortado e banhado para os seus lados meridional e setentrional com vários rios que se esgotam, da parte meridional para o rio Guaíba, e da parte setentrional para o rio Uruguai. É formado pelo meio com um albardão grande, que se alarga e estende até as aldeias e Campos das Missões Jesuíticas, no Uruguai; e fechado pelos lados meridional e oriental pela serra e cordilheira Geral; pelo lado setentrional com o rio Uruguai, que tem seu nascimento na mesma cordilheira; e pelo lado ocidental, pela costa do mato, de que já tratei na passagem do Jacuí, quando atravessa a mesma serra".

Em “Dois Ofícios de Alfonso Mabilde”, publicados na mesma revista, n.º 98, ano 1945, página 245, lemos:

“A partir da aurora da centúria XIX, irradiou-se para os fundos da vacaria súbito deslocamento de povoadores paulistas, que se foram acampando à margem esquerda do rio Pelotas e ao longo da imensa serra de Erechim, etc.”

Vemos, por êsse documento, que a região do Pelotas era chamada Fundos da Vacaria.

Walter Spalding, em “Génesis do Brasil-Sul”, página 74, escreve:

“Com a abertura da estrada ou caminho dos conventos...importantes artérias estavam abertas, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, por duas vias: a do interior (Sousa e Faria-Cristóvão Pereira) e a da costa...além de mais outra: a que dava no planalto da Vacaria, conhecida talvez desde 1690 ou antes e que forneceu os primeiros gados dos `campos missioneiros´ de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Cruz Alta”.

Domingos de Araújo e Silva, em seu “Dicionário Histórico e Geográfico”, referindo-se ao rio das Antas, diz:

“Formado pelas águas dos rios das Camisas e das Tainhas...atravessa os Campos da Vacaria, e faz barra na margem esquerda do rio Taquari...”

A origem da Vacaria da Serra está claramente indicada por Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 274:

“Destinadas às três Reduções de Santa Teresa (Passo Fundo), visitação e Caayacó, pôs o Padre Romero, em Santa Ana e São Cristóvão mais 200 cabeças (de gado) que foram mais tarde levadas para a primeira dessas Reduções (isto é, Santa Teresa-Passo Fundo), constituindo, em parte, a origem da atual Vacaria”.

E Aurélio Pôrto louva-se na citação daquele jesuíta (Pedro Romero), que informa em carta ânua:

“A estância dessa Redução (Santa Teresa) é tão boa como qualquer da serra, e o gado está muitas vezes bom...”

Pôrto, depois de citar essa informação do jesuíta, utiliza-se, em suas comparações, de Santa Teresa, para demonstrar as qualidades de bom pasto o diz à página (275):

“...sendo o seu gado (de São Joaquim) levado para Jesus-Maria

onde havia excelentes campos de pastagens, que rivalizavam com os de Santa Teresa”.

Nos tempos jesuíticos, e daí até cêrca da fundação da freguesia de N. S.” de Oliveira da Vacaria, os nomes Vacaria da Serra, Vacaria dos Pinhais, Vacaria dos Pinarés, Campos da Vacaria, etc. compreendiam mais particularmente a região de Passo Fundo e circunvizinhança, visto que os missionários e seus catecúmenos ali tinham os pontos extremos, para oriente, de suas atividades vaqueiras. Dali para diante, o gado não era para ser tocado (Fundos da Vacaria região de atual Vacaria e São Francisco de Paula).

Isso fêz com que Hemetério José Veloso da Silveira, em seu livro “As Missões Orientais”, negasse que êstes dois municípios tivessem feito parte da zona missioneira.

Diz êle às páginas 329 e 330:

“Mas nunca poderão ser consideradas terras missioneiras os campos e bosques dos municípios de São Francisco de Paula e Vacaria, porque o Mato Português, as contravertentes que formam o rio Ligeiro ou Lajeado até confluír no Uruguai; as contravertentes que formam o rio Carreiro até lançar-se no Taquari foram sempre os limites setentrionais das Missões Orientais”.

O Cónego Gay, em “História da República Jesuítica”, página 542, dá a seguinte notícia dos Campos da Vacaria:

O rio Uruguai: “Pelo lado esquerdo, como a uma légua mais adiante da foz do Timbó, o Uruguai recebe o Uruguai-Pitã ou Vermelho que deixa à sua direita os campos chamados antigamente: Vinte Mil Vacas, e hoje Vacaria”.

Isso quer dizer que os Campos da Vacaria ficavam à direta do Uruguai-Pitã (atual Várzea), indo até o Mato Português (conforme Hemetério) isto é, em território passofundense, confirmando a assertiva de Aurélio Pôrto (“História das Missões”, I, 274), em Santa Teresa (Passo Fundo), constituía, em parte, a origem da atual Vacaria.

Pôrto, *ibidem*, I, 280, escreve ainda:

“Declararam os Padres Francisco Ximenes e João de Salas que, ao abandonarem Santa Teresa...ali deixaram quantidade superior a 500 ca-

beças de gado vacum. É com êste núcleo, mais tarde reforçado, como se dirá, que se estabelece a Vacaria da Serra”.

Nosso mestre, Antonino Xavier, em suas “Apostilas Geográficas”, refere à página 21, sôbre o Campo do Meio, distrito de Passo Fundo:

“A dar crédito à tradição que, há longo tempo, me foi transmitida por Augusto César, ousado sertanista...e por êle colhida de uma índia da nação Coroada, fôra tal campina o Potreiro Grande dos jesuítas, ao tempo das Missões Orientais do Uruguai”.

VACARIA DOS PINARÉS

É uma variante toponímica de Vacaria dos Pinhais.

A designação Pinhais impôs-se pela flora regional, como zona de araucária, que se tornou característica.

Aos pinhais, os jesuítas espanhóis chamavam castelhanamente pinaies.

Pinares é evidente corruptela do pinales espanhol. Teve como origem o fato de a língua tupi-guarani não utilizar a consoante *l*, pelo que, na pronúncia, tinha o som de *r* brando.

O Padre Anchieta, em “Cartas, Informações, etc.”, página 433, referindo-se à linguagem dos tupinambás, escreve:

“Na pronúnciação, são subteis, falam baixo que parece que não se entendem, e tudo ouvem e penetrar; em sua pronúnciação não põem *f*, *l*, *z*, *s* e *rr*” (isto é, *r* forte).

Veja-se ainda em Gabriel Soares de Sousa (“Tratado Descritivo”, Brasiliana, 364); Batista Caetano, A. Lemos Barbosa, Ermano Stradelli (Vocabulários Guarani, Tupi, Nheengatu), em que se omitem as chamadas na letra *l*; Pedro Luís Simpson (no início de sua “Gramática da Língua Brasília”); Adauto Fernandes (“Gramática Tupi”, 93), etc.

Ressalta, pois, que pinarés ou pinarés é corruptela guaranítica do termo espanhol pinales.

É o mesmo Aurélio Pôrto que, à página 55, da mencionada “História das Missões”, primeiro volume, quem registra que os índios pinarés ocupavam a região “onde existiam bosques de araucária, de cujos frutos se alimentavam”.

Quanto a tornar oxítono o termo, com acentuação do e (ré), é isso da índole do linguajar tupi-guarani, encontradíssima em toda a parte, nos documentos linguísticos, históricos e etnográficos, dispensando maiores demonstrações.

Os tapes, errantes e dispersos na margem oriental do Uruguai e região passofundense, depois do êxodo missioneiro de 1638 e 1639, expandiram pelas regiões de araucária a referida designação (Pinaré) aos índios guaianás, que nelas habitavam, desde o Rio Grande até oeste do Paraná.

E o elemento branco, principalmente os jesuítas, que impuseram antes a designação pinales (espanhola), tiveram, na sua volta ao território missioneiro, que adotar a corruptela, aliás já consagrada pelo uso entre os indígenas rio-grandenses.

Ora, a designação do planalto gaúcho como terra das araucárias, como já vimos, é nativa de Passo Fundo, chamada primitivamente Curiti, pelos tapes, com a significação de Pinhal ou Pinhais.

“Santa Teresa de Los Pinales ou Curiti, como a denomina o Padre Alfaro, estava em situação vantajosa, etc.” é o que registra Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 165.

Vejamos ainda à página 166:

“... informam perante o corregedor de São Francisco Xavier que, nos Pinhais, junto ao Povo que foi de Santa Teresa, destruído por André Fernandes... se havia fundado um Povo de índios, etc.”

A mesma passagem é repetida à página 196. Veja-se também Olyntho Sanmartin, em “Bandeirantes no Sul do Brasil”, páginas 203 e 204, aliás, passagem várias vezes citadas por nós, no decorrer do presente trabalho.

O TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO

Os pinheiros eram a característica marcante do território passofundense e objeto de constante referência, pois é ainda o Cónego João Pedro Gay, em sua “História da República Jesuítica”, página 312, fala no “grande mato de pinhais araucária...chamado até hoje Mato Castelhana, etc.”

Efetivamente, outrora a região de Passo Fundo destacava-se entre tôdas sob êsse aspecto florístico.

Os têrmos Pinhais, Pinares, Pinales, Vacaria dos Pinhais, etc. eram particularmente de Passo Fundo, estendendo-se mais tarde por tôda a região norte do Estado, na faixa leste-oeste que constitui o *divorthim aquarum* das bacias Uruguai-Jacuí.

A função histórica privilegiada de Passo Fundo torna-se mais clara:

“O território de Passo Fundo constituiu o ponto convergente das colunas desbravadoras dos bandeirantes, em início, contra os padres missioneiros sob a bandeira de Espanha, dos portugueses e espanhóis unidos para sufocarem a desobediência jesuítica, e dos portugueses isolados contra os dominadores do território das Reduções espanholas, para incorporá-lo definitivamente ao território brasileiro” (Cel. Mário Calvet Fagundes, *ibidem*, 8).

Passo Fundo era, aliás, os limites extremos do território missioneiro, norte-leste, como bem observou Hemetério José Veloso da Silva, em passagem citada. Temos ainda o Cónego Gay, *ibidem*, 90, que diz: traçando os limites missioneiros:

“... e ao nordeste, as matas virgens do Uruguai, até o Mato Castelhano...”

Novamente, à página 383, dando os limites das terras do Povo de São João, o mais extremado ao norte do Estado, informa:

“... pelo leste, com as vertentes do Jacuí e serra de São Martinho...”
E o Jacuí nasce em Passo Fundo.

Diz ainda o autor, mais explicitamente, à página 537:

“Em geral, se lhe dá mil e quatrocentas léguas quadradas (ao território das Missões), mas considerando que os jesuítas se estendiam ao norte, até o Mato Castelhano...pode-se calcular em mais de duas mil léguas quadradas...”

E sôbre a denominação Vacaria, dada a Passo Fundo, é ainda o Cónego Gay quem, à página 542, dá um depoimento conclusivo:

“Pelo lado esquerdo, como a uma légua adiante da foz do Timbó, o Uruguai recebe o Uruguai-Pitá (ou Vermelho), que deixa à sua direita os campos chamados antigamente: Vinte Mil Vacas e hoje Vacaria ...”

Ora, à direita do Uruguai-Pitã (Várzea), vem primeiro a cidade de

Passo Fundo, depois o, Povinho da Entrada, seguindo-se o Mato Castelhana e Campo do Meio tudo isso território passofundense e só além surge o Mato Português, Lagoa Vermelha e a atual Vacaria, já a cêrca de 180 quilómetros do rio da Várzea.

Tais as observações que julgamos necessárias, neste capítulo, antes de proseguirmos a narrativa histórica, que depende, para sua exatidão e fidelidade, da perfeita localização topo-geográfica.

OITAVA PARTE

O RETÔRNO JESUÍTICO NA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE

AS ESTÂNCIAS DOS SETE POVOS

Cada Povo tinha a sua estância e o seu erval. Não era possível prosseguir na catequese, sem atender, em primeiro lugar, à subsistência das populações indígenas, aliás, imprevidentes e necessitadas.

Diz Florêncio de Abreu, num estudo sôbre o gado bovino, na revista “Província de São Pedro”, n.º 11, página 27:

“No empenho de remover tão precária situação e, sobretudo, no congregar os silvícolas de modo a torná-los aptos a receber a catequese uma solução se impôs desde logo aos padres da Companhia: a do estabelecimento de currais de gado nas Reduções”.

Os currais, na vizinhança do Povo, garantiam-lhe o abastecimento de carne, e eram êles, por sua vez, reabastecidos pelo gado trazido das dilatadas “vacarias” do mar e da serra, nas quais dito Povo conservava sua respectiva estância.

O termo “vacaria” - explica Aurélio Pôrto - “designou, inicialmente, o lugar em que se encontravam quantidades de gado selvagem ou chimarrão; dizia-se também da ação de abater grandes porções de animais bovinos para o aproveitamento do couro e gorduras: “Fazer uma vacaria, ou vaquear” (ibidem, I, 308).

E informa:

“Ao sul, no território da atual República Oriental do Uruguai, ficavam as Vacarias do Mar, que se estendiam desde o litoral atlântico até o rio Uruguai”.

Tendo, porém, os espanhóis feito grandes abates nessa “vacaria”, trataram os jesuítas, a bem dos Sete Povos, fundar outra no coração da região serrana.

“Tal foi a devastação nas Vacarias do Mar - diz Pôrto, ibidem, I, 315 - que, consoante Coni, em 1743, extinguíam-se os gados, pois nessa data se levava de Buenos Aires para Montevideu a primeira tropa bovina para abastecimento da cidade. Foi a fase inicial dessa devastação,

no primeiro decênio do século 18, que se deu origem à Vacaria do Rio Grande do Sul, a antiga Vacaria dos Pinhais...”

Depois de dizer que as estâncias, propriamente ditas, tiveram início em 1657, fala-nos o autor, à página 320 dessa providência jesuítica:

“Ao princípio, medrosamente, não passam do vale do Uruguai... Mais tarde, com o restabelecimento dos primeiros Povos Orientais, ocupam suas estâncias e vacarias quase todo o atual território rio-grandense, com exceção apenas do trato de terra compreendido pela bacia oriental do Taquari, se bem que no planalto, estendiam-se até os campos da Vacaria”.

“Cada estância - diz o autor, à página 321 - subdividia-se em Postos, ou pequenas Invernadas, sob as ordens de um posteiro. Quer nas estâncias, quer nos Povos, erigiam-se pequenas capelas que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades”.

As estâncias dos Sete Povos estavam intercaladas com as de São Xavier, Santos Reis (Japeju), Cruz (Nossa Senhora da Assunção), São Tomé e Conceição que eram Reduções estabelecidas no outro lado do rio Uruguai.

Eis a relação dêesses empreendimentos rurais dos Sete Povos:

ESTÂNCIA DE SÃO MIGUEL

“A estância de São Miguel - diz Pôrto, *ibidem*, I, 327 - que compreendia uma vasta extensão territorial, mais ou menos correspondente aos antigos domínios da Redução dessa invocação, abandonada pelos tapes, em 1638, e de onde, dispersando-se pelo sul, seus gados primitivos formaram a Vacaria do Mar - estava encravada entre as estâncias dos Povos de São Tomé, Conceição, São Nicolau, São Lourenço, São João e São Luís, fechando o perímetro, ao norte, os ervais de Santo Ângelo, que ficam entre as cabeceiras do Ijuí, Jaguarí, Toropi e Jacuí”.

Constam os limites dessa estância dos documentos de doação de suas antigas terras, feitas pelas autoridades, quando, em 1687, o Povo de São Miguel voltou à banda oriental do Uruguai: “Pelas partes das terras de São Luís, desde as cruces do Guirapondi, até o Ibicuí ou Nha-

guaruí, a juntar-se com o Urubuquá. Desde essa junção, baixando pelas cabeceiras do Guacacaí, até o Retangué (lugar que foi povoação, diz o autor) de São Miguel, paragem bem conhecida em que até agora há laranjas. E daí, subindo ao alto, por onde correm os limites da estância de São Lourenço; seguem estas linhas até as primeiras cabeceiras do Toropi, junto às quais está a capela de São Pedro que por aquela parte é princípio da estância de São Lourenço que, pelo alto correm, entre os Caaguaçu da Serrania e o Ibiraié- piri até o Jaí”.

Em aditamento às especificações dêsse antigo documento, citado por Aurélio Pôrto (e constante da Biblioteca Nacional, “Missões”, I, 29, 5, 19) - esclareçamos que o Jaí era como então se chamavam as cabeceiras do Jacuí; o rio Ibiraié- pira era o nome do atual Jacuí-Mirim, por cuja linha e margem direita, como se vê no mapa da “Guerra Jesuítica” (1756), mandado fazer por Gomes Freire de Andrade, segue a estância de São Lourenço. Milliet de Saint Adolphe, em seu “Dicionário”, verbete “Jacuí”, informa que êste rio “é formado pela reunião das águas dos ribeiros Jacayoiba (hoje Ibirubá), Ibirayopira (que é o Ibiraié- piri do documento acima) e Jaí...”.

Assim, a estância de São Miguel vinha confinar com as terras de Passo Fundo.

De outro lado, diga-se que Caaguaçu da Serrania era o nome dado à grande selva que, desde as nascentes do Ijuí, corria para o norte, até o Alto Uruguai. Com êsse nome era ainda conhecida, no século 18, nos Itatins (bacia do Paraná), como se vê em Pôrto, *ibidem*, II, 54. Em parte, essa denominação substituíu a de Ibituruna, dada à mesma extensa região (de Caá-guaçu, mato grande).

A estância de São Miguel, segundo Pôrto, era a mais extensa, e comunicava-se com a Vacaria do Mar (hoje República Oriental do Uruguai), “pela coxilha que divide as nascentes do Ibicuí, Vacacaí, Camaquã e rio Negro”.

ESTÂNCIA DE SANTO ÂNGELO

“A Santo Ângelo - informa Pôrto, *ibidem*, I, 331 - pertencia a estância de São Francisco Xavier, que ficava em terras antigamente ocupadas

por êste Povo da margem ocidental do Uruguai, com dois ou três Postos”.

A estância de São Xavier, que passou a Santo Ângelo, tinha as seguintes confrontações (Pôrto, *ibidem*, I, 324):

“... ficava entre os rios Ijuí e Nhucorá. Havia dentro dêsse território três estâncias de gado, sendo as duas últimas entre as cabeceiras do Ijuí e Jacuí, no hodierno município de Palmeira”.

ESTÂNCIA DE SAO NICOLAU

“A de São Nicolau - diz Pôrto, *ibidem*, I, 326-327 - ficava entre as de Conceição, São Borja e São Miguel, separando-se desta última por todo o curso do Ibicuí-Guaçu, desde a margem esquerda do rio Jaguari até as nascentes do Ibicuí, na Coxilha Grande, lombada de que saem as vertentes dos quatro rios que são: o rio Negro, o Ibicuí, o Camaquã, e o Vacacaí-Guaçu. A oeste dos campos de Conceição, dividiam-se os de São Nicolau pelas vertentes do Ibicuí da Armada até quase atingir as vertentes do rio Tapitanguá, afluente do rio Negro”.

ESTÂNCIA DE SÃO JOÃO

Diz Pôrto, *ibidem*, I, 329:

“A estância de São João, estabelecida logo depois da fundação dêste Povo, ficava entre os rios Vacacaí, Santa Bárbara, e cabeceiras do rio Camaquã, correspondendo, mais ou menos, ao atual município de São Sepé...”

ESTÂNCIA DE SÃO BORJA

“Em seus campos, ao sul do Ibicuí - diz Pôrto, *ibidem*, I, 331- tinha o Povo de São Borja, em suas estâncias, vários postos, etc.”.

Diz o autor à página 326:

“Entre as estâncias de Japeju, Santo Ângelo e São Nicolau, ficava a de São Borja, encaixada entre o Ibicuí, Ibirapuitã, indo morrer no Upamoroti, atuais divisas dos municípios de Livramento e Dom Pedrito, estendendo-se ao sul até as nascentes do rio Negro”.

ESTÂNCIA DE SÃO LOURENÇO

Informa Pôrto, *ibidem*, I, 329, que a estância de São Lourenço ocupava duas regiões distintas: “A primeira, estendia-se no norte da estância de São Miguel” (zona da campanha rio-grandense) ...vasta extensão territorial que atingia, ao norte, as nascentes do Jacuí e do Jacuí-Mirim, Ijuí e Piratini”.

Compreendia, na serra, vários dos atuais municípios, a oeste do Jacuí: Santa Maria, Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta, Ibirubá, Santa Bárbara, Panambi, etc.

ESTANCIA DE SAO LUÍS

Informa Pôrto, *ibidem*, I, 327-328, que a estância de São Luís ia das cabeceiras do Vacacaí-Guaçu e Vacacaí-Mirim até o arroio Iaiá-Raiti (ao norte). E acrescenta (páginas 328-329):

“Mais tarde, os campos de São Luís se estendem pela parte oriental e margem esquerda do rio Jacuí, até o rio Taquari, costeando a linha dos ervais da serra do Butucaraí, limitando-se a oeste pelos campos da estância de São Miguel, e ao sul, pelas das de São João e São Lourenço”.

Essa estância, aliás, começava no rio da Várzea, a oeste, como diz Gay, *ibidem*, 542, onde ficavam “os campos chamados antigamente ‘Vinte Mil Vacas’ e hoje Vacaria...” isto é, ao norte da estância de São Lourenço, e ocupavam todo o Rincão do Pessegueiro, já tendo, ao sul, pela linha do Jacuí, a estância de São Miguel; estendia-se ainda pela bacia do Caapigui (rio Taquari), que não era seu limite extremo, a leste, como quer Pôrto, mas abrangia ainda o Campo do Meio, chamado Potreiro Grande, pelos jesuítas, na informação de Antonino Xavier (“Apostilas Geográficas”, página 21), ao Sul do qual ficava a estância de São João, concordando assim com as indicações dadas pelo autor.

Potreiro não seria o nome dado pelos jesuítas, embora conservado pela tradição, pois que o Campo do Meio era um viveiro de vacas e não de potros. Foi assim designado figuradamente, correspondendo a um “campo com área delimitada e cercado, destinado a recolher animais que ficavam à mão, servindo ainda para aquerenciar, costear, dester-

neirar, estabular manadas, entropilhar, etc.” - conforme Luís Carlos de Moraes, “Vocabulário Sul-Rio-grandense”.

OS ERVAIS DOS SETE POVOS

Cada Povo tinha o seu erval, assim como tinha sua estância.

Ocupemo-nos agora dos ervais, que eram nativos e que, para os índios, “eram como o pão e o vinho”, na expressão jesuítica.

“O uso da erva-mate entre os índios - diz Aurélio Pôrto, no livro que temos citado, ‘História das Missões’, I, 333 - vem dos tempos imemoriais, de que não se pode achar notícia na vasta documentação sobre o assunto. Quando os jesuítas penetraram no Rio Grande do Sul, o seu uso estava generalizado, não só entre os tapes, chamados guaranis, como entre os silvícolas de outras origens”.

“Dá-nos notícia o Padre Ximenes dos sofrimentos que padeceu, quando da mudança da Redução de Santa Teresa” - escreve o autor, à página 334, acrescentando: “E nos informa que os índios se alimentavam (por dois modos) `dormindo e bebendo a erva”.

Em “Povos Primitivos da América do Sul”, Buenos Aires, 1943, Pedro Montenegro tem a seguinte menção a respeito da erva-mate:

“O Todo-Poderoso criou, nestas terras, as últimas da América, esta árvore tão formosa e agradável à vista, como gostosa e proveitosa a seus habitantes: o cheiro de suas folhas é muito semelhante ao louro europeu, porém mais brando. Cresce mais alto e mais grosso o seu tronco, coberto por uma casca lisa, brancacenta ou cinzenta, que serve para refinar as tintas anegradadas... e de refinamento do vinho, podendo-se usar dela tanto para tintas vegetais como para emplastos medicinais, com que se pretende comprimir, dessecar, unir e confortar os membros relaxados, contusos ou quebrados, por ser de calor temperado, e de constar de partes quentes e frias... Socorreu Deus com êste remédio a esta pobre terra, por ser mais condizente com ela do que o chocolate e o vinho a seus habitantes...”

João Cezimbra Jacques, em “Assuntos do Rio Grande do Sul”, pá-

gina 205, e seguintes, depois de informar que a erva-mate era denominada cogói e caá, “sendo esta última palavra mais usada”, conta:

“O mate tem entre os índios guaranis uma origem mitológica. Começaram êles a usar como bebida a erva-mate, caá, por indicação de um pajé, feiticeiro. Segundo a lenda, tendo Anhang aparecido a êsse pajé, narrou-lhe as virtudes e os males do caá. E desde então, começaram a usá-la com as devidas precauções para tirar dela as vantagens tônicas e medicinais, evitando seus inconvenientes.

Não só os pajés, como os caciques nas grandes decisões, nos conselhos, nada resolvem sem tomar alguns tragos de mate. Tal é a conta que têm de suas virtudes.

Os índios guaranis usam o caá em infusão, com água não muito quente, a que chamam caay (mate) e com água fria, como refresco tônico, a que chamam tereré. Na opinião dêles, a água quente, fervendo, tira-lhe as virtudes e faz mal”.

A preparação da erva-mate, nos ervais, era feita pelo sistema chamado cariju, durante o tempo dos jesuítas.

Cariju, segundo Cezimbra Jacques (ibidem, 207), vem de caá-ariju.

“De caá (erva), de ari (em cima) e de yu (amarelo) - espécie de casa encaibrada e ripada, em que se colocam os manojos da erva, previamente sapecada, nos retângulos formados pelas ripas e os caibros; e faz-se o fogo debaixo, com o qual se a seca, em seguida, cancheá-la, isto é, reduzi-la a pequenos fragmentos, a facão de pau”.

O sistema do barbaquá, de origem paraguaia, veio depois.

Diz Hemetério, em “As Missões Orientais”, página 178, que o ervateiro se chamava carijeiro, devido a essa atividade nos carijus, e que “quase vivem da colheita e preparação da erva-mate”.

“Entrando para o mato - diz à página 180 - escolhem para seu alojamento um lugar apropriado; depois de roçado e bem limpo, levantam o cariju.

É êste um galpão de 36 a 50 metros quadrados, mais ou menos, sôbre grossas forquilhas, com a competente cumeeira - e, portanto, duas águas - aberto por todos os lados e coberto de palhas de jerivá ou de outra palmeira. É ali que êsses homens passam as noites e os dias de copiosa chuva, durante o tempo da safra, que começa em meados de

março abril, e finda em meados de agosto...Pronto êsse rancho ou abaracamento, vão entrando pelo mato, já previamente explorado, podando tôdas as árvores que encontram, ou seja os chamados paus em ser ou as chamadas socas”.

E explica em nota que se chamam paus em ser as árvores que ainda não foram podadas, e que se chama soca à árvore que já foi podada e que, decorrido o espaço de quatro anos, tem de sê-lo de nôvo.

Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 327, e seguintes, baseado e bons documentos, dá a indicação dos ervais pertencentes a cada Povo. Vejamos:

ERVAIS DE SÃO LOURENÇO E SÃO NICOLAU

Incluindo na área de São Lourenço e São Nicolau os ervais de São Tomé, Povo estabelecido na outra banda do Uruguai, informa o autor, na referida página:

“Delimitavam-nos uma cruz de pedra, tendo no braço de oeste, São Tomé; no de leste, São Nicolau; e na parte da base, voltada para o sul, São Lourenço. Os ervais dêste Povo (São Lourenço) iam até o Uruguai-Pitã (no texto consta tupi), que desemboca do Uruguai, mas foram pelos índios abandonados, depois de uma incursão dos tupis (Guaianás) que mataram dezenas de ervateiros”.

ERVAIS DE SÃO LUIS

“... Tinha seus ervais mais próximos, pois lhe pertenciam os da Conceição, que ficavam no atual município de Ijuí”.

No volume II, da mesma obra, página 81, diz o autor, baseado em Teschauer, que constam os seguintes ervais, que pertenciam a Conceição: no Uruguai: Nazareno, Santa Maria, Conceição, São Miguel, São João, Santos Mártires, Quirigui, Corá, Jeruati, Paindé; em Nhucorá: Santa Ana, Santo Ângelo, São

José, São Pedro e São Paulo, Santo Antônio, Santo Inácio, São Francisco Xavier; e no Ijuí: Conceição, São Miguel, São Francisco Xavier e Santa Teresa”.

Só êstes últimos, no Ijuí, é que ficaram para o Povo de São Luís, de-

pois que os Povos retransmigraram para esta banda do Uruguai. Ficam excluídos da jurisdição de São Luís, os de Uruguai e Nhucorá.

ERVAIS DE SANTO ANGELO

O Povo de Santo Ângelo “explorava os de Nhucorá no Alto Uruguai” - diz o autor.

Segundo a mesma nota de Pôrto, acima citada, (ibidem, II, 81) - os ervais da região de Nhucorá, eram os seguintes: Santa Ana, Santo Ângelo, São José, São Pedro e São Paulo, Santo Antônio, Santo Inácio e São Francisco Xavier.

ERVAIS DE SÃO BORJA

A Missão de São Borja, “que era o mais meridional dos Povos”, explorava os “ervais do Camaquã do Sul, que iam morrer na Lagoa dos Patos, distante mais de cem léguas dessa Missão”.

ERVAIS DE SÃO MIGUEL

Assinala Pôrto, (ibidem, I, 343) que, tendo degenerado o plantio de ervais junto aos Povos, voltaram os índios de São Miguel e de São Lourenço, como antigamente, aos ervais nativos, do Alto Jacuí.

ERVAIS DE SÃO JOÃO

Vimos que a estância de São Luís ficava na região passofundense. Entretanto, os ervais da mesma região pertenciam a outro Povo, que era o de São João.

“Iremos encontrar nos Diários de Demarcação, especialmente no ‘Diário Resumido’, do Dr. José Saldanha, nunca assás citado - notícias referentes à localização desses ervais. A entrada desses extensos e preciosos bosques nativos de *ilex paraguayensis* era pela estrada carroçável, aberta pelos jesuítas, que, passando pela Cruz Alta, ia até as imediações da atual cidade de Soledade. Passando o arroio dos Paus Queimados, nome que provém de uma grande quantidade de erva devorada pelo fogo, e que ficava na latitude de 29° 2′ 24”, e na longitude oeste de 9°

50´ - começavam os grandes matos de erva que abrangiam os atuais municípios de Soledade (extremado ao sul pela serra de Butucaraí), município de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Palmeira, até o rio Uruguai”.

E Aurélio Pôrto indica:

“Um pouco a oeste, limitado pelo rio Jacuazinho, na latitude sul de 28” 52’, encontrava-se o primeiro pôsto ervateiro dessa região, pertencente ao Povo de São João: `uma pequena meia praça, formada de matos onde estão os ranchos velhos dos ervateiros do Povo de São João, no ano antecedente, chamado êste erval de Caacorá, que quer dizer `curral de mato’: êste é o primeiro dos ervais do Povo de São João”.

Adiante, às páginas 337-338, menciona;

“Vários pleitos entre êsses Povos ocorrem pela posse dos ervais. Em 1742, os juanistas e miguelistas disputaram os ervais da Conceição (povo que ficava do outro lado do Uruguai). Para solucionar a questão, o Superior dos jesuítas comissionou o Padre Pedro Cabrera, que decidiu a contenda em favor dos índios de São João. Ficou êsse -perímetro assinalado com diversas cruces, inclusive uma lápide em que se inscrevera: “Ano de 1742 - Assinalaram-se êstes ervais e puseram estas cruces de pedra com as letras que se vêem nelas, por ordem do Padre Pedro Cabrera, estando presente o corregedor Pedro Chaury, o Secretário Francisco Cuaracy, e outros quatro homens de ambos os Povos”.

A REOCUPAÇÃO DE PASSO FUNDO PELOS JESUÍTAS

Às páginas 157 a 172, o Padre Bernardo Nusdorf-fer (“História do Rio Grande do Sul”, do Pe. Carlos Teschauer, vol. III) - nos dá uma longa relação de serviços prestados pelos tapes à causa espanhola, e que foi apresentada pelos jesuítas em defesa da Companhia.

Essa relação vem desde o ano de 1637 até 1735, incluindo a colaboração tape nos esforços contra a Colónia do Sacramento. Foram os nossos tapes decisivos nessa luta, porquanto os espanhóis, por si mesmos ou com a ajuda de outros índios, convocados na bacia do Prata, não teriam o êxito que alcançaram.

Diz Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, II, 170 e 171:

“Nas lutas que se sucedem, desde a fase inicial das investidas bandeirantes, expugnação da Colônia do Sacramento, até os últimos entrechoques com os rio-grandenses, tôdas as vêzes que era quebrada a paz entre portugueses e castelhanos, coube sempre aos índios missioneiros a maior parcela de esforços e um tributo elevado de sangue”.

Não vamos pormenorizar essas lutas, senão apenas assinalar aquilo que se relaciona com Passo Fundo, objeto do presente trabalho.

Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 26 e 27, escreve:

“O Tratado Provisional de 1681 manda restituir a Portugal as desmanteladas ruínas da Colônia. Em 1683, Duarte Teixeira Soares recebeu das mãos do Governador de Buenos Aires, José Herrera Sotomayor. Trata-se então de reconstruir as suas desmanteladas fortificações. Mas, em 1705, novamente assediada pelos espanhóis, resolve- Veiga Cabral, que a comandava, retirar-se, a fim de evitar um sacrifício inútil, ante a desproporção da força inimiga que a apertava em extremado cêrco. E novamente destruída a Colônia do Sacramento, para que, no dizer do Governador Inclán, “não fique memória do inimigo”.

“(…) Não era somente a Colônia, novamente entregue aos portugueses pelo Tratado Provisional, que constituía grave perigo para as Doutrinas Jesuíticas do Uruguai. Temiam-se muito mais as incursões das bandeiras paulistas que ainda perlustravam terras de Espanha, alargando para oeste a preia de índios infiéis e cristãos. A Província do Paraguai e mesmo Santa Cruz de la Sierra, eram ainda taladas pelas razias bandeirantes. E o Padre Diogo de Altamirano, que viera como Procurador Geral da Companhia, informava em 1683 “que outras esquadras de portugueses de São Paulo” se aprestavam para penetrar os sertões.

“Assim - prossegue Aurélio Pôrto - para não serem tomados de improviso, era mister uma vigilância contínua. Informa o Padre Nussdorffer, em seu citado depoimento, que todos os anos, contingentes de 80 homens armados, das respectivas povoações jesuíticas do Uruguai, percorriam, como espias, não só as regiões rio-grandenses, como as do Alto-Uruguai, até as proximidades da Laguna, de onde poderiam vir os portugueses maloquear e atacar as Reduções cristãs.

“(…) Além da defesa natural que suas forças regulares oporiam à

invasão dos mamelucos que, na Laguna, mais próximos de suas aldeias, tinham um entreposto - não era de menor importância a assistência que prestariam às Vacarias, que começavam a ser assoladas pelos próprios espanhóis, e o cuidado eficiente que precisavam dispensar às estâncias recém fundadas no vale do Uruguai, onde eles projetavam estender ao coração do Rio Grande do Sul, bem como a exploração intensiva dos Ervais de yerba provechosa, não só para o consumo dos índios, mas para o comércio florescente do mate, de que exportavam para Buenos Aires quantidades apreciáveis”.

Cumpria uma vigilância pronta quanto aos paulistas, eternos aproveitadores da obra jesuítica. Diz, efetivamente, Nusdorffer, *ibidem*, III, página 163, e Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 164:

“1700 - Em tempo do mesmo sr. D. Manuel do Prado Maldonado, foram 154 índios tapes espíar os portugueses, e correram até as cercanias de São Paulo, caminhando mais de quinhentas léguas e vencendo imensas dificuldades de bosques, pântanos e serranias, em cuja diligência levaram cinco meses”.

A região de Passo Fundo, desde o arroio Erval, no distrito de Pulador, até a costa do Mato Castelhana, e ainda além, no Campo do Meio, era então apenas percorrida pelos índios pinarés (caingangs) que, habitualmente, atacavam grupos dispersos de tapes e civilizados, respeitando, porém, os contingentes armados, que eram espionados, no máximo, sem sofrer qualquer dano.

Assim, os jesuítas trataram de colocar um pôsto armado no Passo do rio da Várzea, a poucos quilómetros da localidade de Pulador, onde se encontra ainda a barreira de pedras, de que tratamos detidamente no Relatório que apresentamos ao sr. Prefeito Mário Menegaz, e tida por nós, inicialmente, por vestígio bandeirante, como a de Três Lagoas, mas que foi identificada pelo emérito historiador Walter Spalding como obra jesuítica. O Relatório consta em apêndice, no fim da presente obra.

O parecer do historiador Walter Spalding, consignado nas páginas do “Correio do Povo”, de Pôrto Alegre, edição de 8 de junho de 1965 (pág. 17), diz o seguinte:

“Pela fotografia, verifica-se que se trata da clássica formação de muros de pedra irregular, usada para magueiras, divisas e fronteiras

das possessões jesuíticas. Essas muralhas, ou melhor dito, cêrcas de pedra, existiram em tôda a zona missioneira e são ainda conhecidas por serem conservadas em Santiago e, agora, estas de Passo Fundo, além das de Vacaria, com mais de dois quilómetros de extensão. Entretanto, estas do Passo do rio da Várzea, em Passo Fundo, parece que tiveram outra finalidade. Construídas na margem esquerda do rio da Várzea, lado oriental, justamente no passo, fechando-o, tendo para o lado ocidental uma coxilha; e mesmo por ser carreira dupla de pedras, cheia, como nas paliçadas da Idade-Média, de terra e pedra miúda - formaram a antemural da defesa da possessão dos jesuítas de Santa Teresa (como era ainda conhecido o local pelos jesuítas) de todo o oeste rio-grandense, pelos mesmos jesuítas. É provável que para o norte de Santa Teresa também existam muros semelhantes para defendê-los dos ataques dos seus clássicos inimigos, os caingangs, que, depois, serviram também para defesa contra os bandeirantes”.

E é nas terras de Passo Fundo, pela segurança que apresentava a região, a despeito das raras e temíveis entradas paulistas - que os loiolanos iniciam a Vacaria da Serra ou dos Pinhais e ainda Pinarés.

Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, página 316, escreve: “Dessa forma, antes que acabassem as vacas da Vacaria do Mar, procuraram os padres criar outra vacaria... Para isso, descobriram umas campanhas para o oriente, distantes 78 léguas dos Povos, com 60 e mais léguas de extensão (légua de 20 ao grau, informa Cardiel), que não pertenciam a particulares e sim aos antepassados dos índios...escolhendo-as para fundar essa segunda vacaria, que se chamou dos Pinhais, etc.”

Em nota n.º 173, à página 319, esclarece: “Cardiel dá para a fundação dessa vacaria o ano de 1731, mas... em 1706, era ãi a estância dos Pinhais, onde já tinha seus gados o Povo de São Luís”.

Queremos aqui lembrar que o Povo de São Luís era, em parte, formado pelos remanescentes tapes que, fugindo aos paulistas em 1637, haviam abandonado a Redução de Santa Teresa, refugiando-se na de Conceição, no lado argentino, voltando depois, seus descendentes, a formar no Rio Grande do Sul, o Povo de São Luís Gonzaga.

Na nota 164, página 315, também assinala Pôrto: “As Vacaria dos Pinhais foi primitivamente uma estância de São Luís. Já contava regular

número de cabeças de gado em 1706, como informa o Padre Gabriel Patino”.

E no texto, informa o autor:

“Foi na fase inicial...no primeiro decénio do século XVIII, aue se deu origem à Vacaria do Rio Grande do Sul, topônimo que existe, assinalando uma vasta e rica região no nordeste do Estado”.

Fala ainda na Vacaria dos Pinhais, reduzida pelo autor à extensão de Lagoa Vermelha, atual Vacaria, Bom Jesus e São Francisco de Paula, nas páginas 318 e 328 (volume I), e páginas 186 e 187 (volume II).

Já vimos atrás que a Vacaria propriamente dita, não incluía, como quer Pôrto, o atual território da Vacaria, assim como os demais acima assinalados, regiões estas designadas pelos jesuítas: “Hondos de Baqueria de Los Pinares” - tidas por invernadas ou lugares onde se encontravam os gados de reserva, e não de lida e gasto pelos Povos.

Cumprе notar que Aurélio Pôrto, depois de reter que o tѐrmo “vacaria” só podia ser, na serra, o relativo ao município dѐsse nome parece acordar, de súbito, para a realidade, declarando em sua aludida “História das Missões”, I, 320:

“Mais tarde, com o restabelecimento dos primeiros Povos Orientais, ocupam suas estâncias e vacarias quase todo o atual território rio-grandense, com exclusão apenas do trato de terra compreendido pela bacia oriental do Taquari, se bem que, no planalto, estendam-se até o campos da Vacaria”.

Essa é a expressão exata: estendiam-se até lá... Eram, pois, lá, os Fundos da Vacaria.

Era onde se achavam as “vacas soltas” encontradas pela penetração portuguesa, vinda de Santa Catarina, em 1729.

O Dr. Manuel Duarte, apesar de opinar diferentemente, sem atender que os jesuítas não podiam chamar fundos para o que estava mais próximo dѐles (Passo Fundo, por exemplo), apresentou, todavia, interessante estudo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 96, 1944, onde fala da penetração lusa no planalto vacariano, à página 191:

“Já hoje, ponto é pacífico e líquido, êste: - só no primeiro decénio da centúria XVII, esboçar-se-ia a frustrante tentativa de possessão pas-

torícia das Missões loiolana, no planalto nordestino, até então literalmente afestoado de fera carniceira e do nomádico gentio intratável. (...). Entretanto, sobrevive ainda leve controvérsia quanto à data precisa em que se operaria essa penetração jesuítica, exclusivamente pastoril, sôbre as vizinhanças de Laguna. Desfere a primeira na espessa obscuridade do tema debatido, o depoimento do insigne sertanista reinícola, sargento-mor Francisco de Sousa Faria, na sua `Notícia Prática`, de 21 de fevereiro de 1738. De feito, incumbido de abrir caminho entre Curitiba e a Colônia do Sacramento, pelo governador e geral de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, assoma o intrépido Sousa e Faria, em 1729, O tôpo dos Aparados, etc.”.

(...) Apesar, porém, da autenticidade dêsse documento contemporâneo, cumpre fixar o ano de .709 por época do grande evento, conforme se infere la “Sécula Jesuítica” do Padre Burriel, o qual assim egistra a entrada de Francisco de Sousa e Faria:

“ - Na costa que corre quase desde Santa Catarina até a lagoa dos Patos e Rio Grande, cercada de ásperas montanhas que chamam Pinhais, puseram os índios guaranis, no ano de 1709, umas baquérias de 100 mil cabeças soltas, sem temor de portugueses, como em terras próprias; porém, no ano de 1729, entravam os portugueses, deixando em um pau êste letreiro: `Viva EI Rei de Portugal, a 10 de julho de 1729`; pelo mesmo caminho hão saqueado milhões de cabeças de todo o gado, e cavalos e mulas...”

“.... Assim que” - escreve Sousa e Faria - “gado tirado das campanhas da Nova Colônia e lançado naquele sítio pelos tapes das aldeias dos padres jesuítas...”

Está claro, por tudo o que ficou exposto, que, êsse gado lançado - além do Mato Português - pouco ou nada aproveitaram os jesuítas. Foram ditos rebanhos recolhidos pelos portugueses ou paulistas e levados para o norte.

A Vacaria da Serra, de que vinha se servindo o 3ovo de São Luís e outros, só poderia ser aquela que tinha como ponto extremo, a leste, o Campo do Meio, fértil em tradições jesuíticas, bem como a região passo-fundense do rio da Várzea, e daí para o ml, em tôda a região serrana; e também para o norte, até o rio Uruguai.

O Cónego Pedro Gay, em sua “História da República Jesuítica”, página 542, citando os afluentes do rio Uruguai, diz com muita precisão:

“Pelo lado esquerdo, como a uma légua mais adiante da foz do Timbó, o Uruguai recebe o Uruguai-Pitã (ou Vermelho), que deixa à sua direita, os campos chamados antigamente: ‘Vinte Mil Vacas’ e hoje Vacaria”.

Não se trata da atual Vacaria, que dista cerca de duzentos quilômetros do rio Uruguai-Pitã ou Várzea, mas sim dos campos do Pulador, do Uruguai- -Mirim (Passo Fundo) e Campo do Meio.

Era no rio Uruguai-Pitã ou Várzea, primitivo Paricaí, que os jesuítas construíram sua barreira de pedras, fechando o Passo, próximo à localidade de Pulador, na propriedade do sr. Jardelino Braz, conforme nosso relatório, em apêndice. Nessa barreira estratégica havia uma guarda guarani, e também uma capela, rodeada de casas ou ranchos de estilo missioneiro.

Segundo a tradição recolhida pelo Instituto Histórico de Passo Fundo, exposta pelo saudoso sócio André Pitthan, que viu os restos da capela, tinha esta a invocação de São João Pequeno ou seja, para os índios - São João Mirim.

Diz Hemetério, em suas “Missões Orientais”, página 13, que existiu, uma capela de São João Meri, “na estrada que vai para a Redução de São João”. Deve ser a mesma, embora houvesse, na época, várias capelas da mesma invocação - e isso porque o orago de São João Pequeno ficava na encruzilhada do caminho de São João (Povo) com seus ervais, situados em Passo Fundo. Ali também bifurcava o caminho de São Joaquim, que, saindo da guarda de São João Mirim, no rio da Várzea, ia dar na região do rio Pardo, na destruída Redução de Jesus-Maria, caminho êste trilhado por Francisco Ximenes, cura de Santa Teresa e Padres Arenas e Yegros, célebres tropeiros das Missões.

Hemetério, no mesmo livro, página 11, diz sobre as estâncias:

“Nem todo êsse território estêve baldio e desaproveitado. Aí houve grandes estâncias, onde o gado se contou por dezenas de milhares de reses, como nas estâncias de Santa Tecla, São Luís e outras, deixando também vestígios das capelas que, em diversas situações, existiram”.

A Estância de São Luís que, como a de São Miguel, era das mais extensas, abarcava a região passofundense, do que já falamos atrás.

Diz Antonino Xavier, em suas “Apostilas Geográficas”, página 21, citando velha tradição do Campo do Meio:

“A dar crédito à tradição que, há longos anos, me foi transmitida por Augusto César, ousado sertanista...e por êle colhida de uma índia da nação coroadada, fôra tal campina o Potreiro Grande dos jesuítas, ao tempo das Missões Orientais do Uruguai”.

“O Campo do Meio - diz Afonso Evaristo de Castro, em sua “Notícia Descritiva”, 166 - tem a extensão de seis e meia léguas que formam vastas e verdes campinas, cortadas por mansos ribeiros, sombreadas aqui e ali por redondos e majestosos capões. Colocado assim entre um círculo, formado por espêssa mata virgem, torna-se baluarte inexpugnável, fazendo lembrar as remotas praças fortes dos romanos, egípcios e gregos, que ainda existem, por êsses mundos de além-mar, circundadas por grossas e toscas muralhas artificiais, enquanto que as nossas são filhas da natureza, onde está manifesta tôda a sua opulência e originalidade”.

Também nós ouvimos tradições relativas ao Campo do Meio, que nos foram relatadas pelo Cel. Aparício Fagundes de Sousa e sr. João Antônio Batista, autoridade distrital, ambos nascidos no lugar e grandes conhecedores da região.

Segundo os mesmos, que igualmente trataram com os índios coroados (caingangas), que por ali ainda chegam - o Campo do Meio era o Potreiro, onde os jesuítas colocavam os “apartados” para “desmamarem”.

“Apartados”, segundo dita informação, eram os novilhos já crescidos, que eram afastados da vacaria e colocados em potreiro ou campo apropriado, a fim de mudarem de regime alimentar, com bons pastos, até que, tomando-se adultos, fôssem reintegrados na vacaria propriamente dita para uso dos missioneiros.

Informa Aurélio Pôrto, *ibidem*, I, 328:

“... os campos de São Luís se estendem pela parte oriental e margem esquerda do rio Jacuí, até o rio Taquari, costeando a linha dos ervais da serra do Butucaraí, limitando-se a oeste com os campos da estância de São Miguel, e ao sul pelos das de São João e São Lourenço”.

E acrescenta:

“Foi o Faare João de Yegros e o índio Lourenço Abayebi que descobriram êsses campos e os povoaram com gados trazidos das Vacarias do Mar. Antes, com 15 índios, no ano de 1597, abriu o padre ali uma picada, levantou capela e casa de estância, nas proximidades do lugar que foi São Cosme e São Damião, entre os Vacacaís. Puseram-se ali as vacas que o Padre Yegros, com muitos índios, quatro cantores e dois capitães, foi buscar às vacarias, no ano seguinte”.

Diz ainda Aurélio Pôrto, prosseguindo sua informação :

“Foram estas 42.000 vacas, contadas pelo padre, cantores e capitães, que o sabem muito bem, pelo exercício continuado que disso têm”. Em 1699, os de São Luís foram às Vacarias com 60 vaqueiros e trouxeram mais 20.000 vacas; e, de outra vez, 18.000. Em 1700, ocupou São Luís os campos da Vacaria dos Pinhais, onde fundou estância”.

Vacaria dos Pinhais, já vimos, ficava em Passo Fundo. As referidas 20.000 vacas, trazidas pelos de São Luís, em 1699, com 60 vaqueiros - seriam aquelas que foram colocadas na margem oriental do Uruguai-Pitã ou Várzea, citadas pelo Cónego Gay, que denomina o lugar de “Campo das Vinte Mil Vacas e hoje Vacaria” (“História da República Jesuítica”, página 542).

Diz ainda Aurélio Pôrto, *ibidem*, 329:

“Para o serviço de cada tropa, exigia-se grande número de vaqueiros e animais. O Padre Yegros passou nas vacarias oito meses, trazendo de cada vez de 20 a 22.000 cabeças para a internada de São Luís”.

A Internada de São Luís eram os chamados Fundos da Vacaria dos Pinhais, a região atualmente conhecida por Vacaria, com município dêste nome.

E Pôrto diz ainda:

“Levara (o Padre Yegros) 60 vaqueiros, 500 cavalos e 100 mulas, fazendo várias entradas nas Vacarias do Mar. Cardiel nos dá uma idéia dêsses condutos de milhares de cabeças, com que os padres povoaram as suas grandes estâncias, menos acessíveis à destruição que faziam nos gados das Vacarias do Mar, os espanhóis e portugueses da Colônia: Não 50 ou 60 índios, com cinco cavalos cada um. Põem êles, num alto, uma pequena manada de bois, ou vacas mansas, para serem vistos

das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeiam ou as acurralam 30 ou 40 homens para sua guarda. Entremeadas com essas, as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem pegar e trazer a seus Povos, de distâncias consideráveis, 6.000 ou mais cabeças”.

Assim, o Padre Yegros e o índio Lourenço Abayebi foram os primeiros tropeiros que, no século 18, chegaram com tropa de gado em terras de Passo Fundo, seguindo a mesma trilha do Padre Cristóvão de Arenas que, no século anterior, deixara aqui o primeiro lote de 500 vacas para a Redução de Santa Teresa.

ESBOÇA-SE, A LESTE, A PENETRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Referindo-se às primeiras entradas que, depois do bandeirismo, foram feitas em terras gaúchas, escreve Sousa Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, página 57:

“A primeira entrada foi entre os anos de 1684, quando Domingos Brito Peixoto iniciou suas explorações no sul, e 1689, quando morreu Francisco Dias Velho. Foram êsses dois beneméritos paulistas os chefes dessa entrada. Constara-lhes a existência de minas de prata na serra de Butucaraíba. Aprestaram-se para a devida exploração, e partiram à frente de alguns homens, guiados pelo indígena que informara a existência daquele metal. Após 15 dias de jornada, chegavam nas proximidades do cêrro de Butucaraí que era, segundo o indígena, o local das minas. Quando tentavam escalar o cêrro, foram repelidos a tiros por indígenas, dirigidos por padres jesuítas. Abalaram os exploradores, em retirada tão fugaz que no decurso de seis dias percorreram a distância que haviam vencido em quinze, tal o temor com que se retiraram”.

Domingos de Araújo e Silva (“Dicionário Histórico e Geográfico”, págs. 103 e 104), Alfredo Varela (“Rio Grande do Sul”, pág. 28) e outro autores, dão o ano de 1715 para a primeira entrada lagunista no Rio Grande do Sul.

A “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, do IBGE, volume 34, página 135, dá essa entrada como sendo feita pelo Rio Pardo, via fluvial, noticiando o seguinte:

“Uma das mais remotas referências, por parte de portugueses, à região (Rio Pardo), encontra-se na “Notícia Prática da Costa e Povoação do Mar do Sul”, por Manoel Gonçalves de Aguiar. Êste viajou a Laguna, em fins de 1714, e retornou em inícios de 1715. Informa que lhe narrraram referentemente à existência de ouro em território rio-grandense, ter uma bandeira de Francisco Dias Velho e do Capitão- -General-Mor Domingos Brito Peixoto, penetrado o Rio Grande até a serra chamada Butucaraíba, onde foi aprisionado um indígena. Frente a jesuítas e índios armados, regressaram com tal presteza que fizeram em 6 o trajeto que lhes custara 15 dias. Essa bandeira passou, face aos dados prestados na notícia, por Rio Pardo (?).

“Francisco Brito Peixoto, Capitão-Mor de Laguna, conforme estudos do General Borges Fortes - prossegue a notícia do IBGE - teria vindo ao Rio Grande do Sul em 1715. Trazia por objetivo localizar jazidas de metais e pedras preciosas, bem como pontos que servissem para futuro povoamento. A escolha de locais, que apresentassem alto grau de segurança contra incursões dos indígenas missioneiros, ou contra invasão espanhola, desde que o latente conflito estivesse prestes a eclodir, talvez fôsse o motivo principal de sua incursão”.

E acrescenta que Brito Peixoto teria subido pelo Jacuí até o Passo do rio São Lourenço, etc.

Isso contradiz o roteiro secular da penetração bandeirante, depois de Raposo Tavares, através do divisor de águas das bacias do Uruguai e do Jacuí, caminho primitivo dos índios que, da Laguna, entrava no Rio Grande pelo Passo de Santa Vitória, cruzando terras da atual Vacaria, Lagoa Vermelha e Passo Fundo, e já amplamente comprovado quando tratamos da penetração bandeirante.

Assim, damos por inteiramente inconsistente a informação do IBGE, sôbre essa entrada, visto que tôdas as que foram feitas pelo Jacuí, por elemento paulistano, procederam do mar, via barra do Rio Grande.

Arthur Ferreira Filho, em resumo, assim relata o fato em sua “História do Rio Grande do Sul”, 2.^a edição, páginas 28 e 29:

“Brito Peixoto, sem perda de tempo, entrou em comunicação com os tapes do planalto vacariano, e lançou pelo litoral uma partida de reconhecimento até além do rio Tramandaí. Era essa a primeira vez que o bandeirante pisava a campanha...com o propósito de nela fixar-se. Levado por informações dos nativos, penetrou no sertão rio-grandense até o Butucaraí, onde diziam existir jazidas de ouro, o que não se confirmou”.

Ao que tudo indica, essa foi a segunda entrada, se nos louvamos nas afirmações de Sousa Docca, atrás mencionadas. E se é a segunda, nada tem ela que ver com Tramandaí, como se tem afirmado em bons autores.

A propósito ainda dessas entradas, diz Domingos de Araújo e Silva, em seu “Dicionário Histórico e Geográfico”, páginas 103 e 104:

“Em 1715, o Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Távora, ordenou a Francisco de Brito Peixoto, então capitão-mor da vida da Laguna, que mandasse explorar as campanhas do Rio Grande do Sul, a fim de reconhecer se elas eram habitadas por estrangeiros; resultou dessa expedição, feita por 5 homens que foram aprisionados pelos minuanos e a que só a fuga restituiu à liberdade a certeza de que elas estavam desabitadas, o que foi confirmado pela segunda expedição, composta de 65 homens, que pouco depois partiu, encontrando, em seu trajeto, indígenas que, por determinação dos missionários, procuravam lugares apropriados para o estabelecimento de novas Missões”.

Embora levando em conta a obscuridade dessas informações, e sem pretendermos afirmar categoricamente nada sobre o assunto, diremos que a expedição do Butucaraí, de Passo Fundo, poderia ter cruzado o Jacuí, em algum dos seus diversos passos, rota já aberta no século 17, pelo Padre Cristóvão de Arenas, e reaberta em 1700 pelo Padre João de Yegros.

Eis como Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, I, 338, relata o acontecimento:

“A exploração desses ervais nativos datava de larero tempo. Diz o demarcador D. José de Varella e Ulloa, numa controvérsia com o Brigadeiro Sebastião X. da Veiga da Câmara, comissário português, que:

“Um índio, respeitável pela sua ancianidade, testificava que, no ano de 1716, os moradores do Povo de São João haviam feito grande

colheita de erva nos matos do Jacuí. Outras mais consideráveis se registravam nos anos de 1720 e 1737. Outros documentos de origem portuguesa confirmam a asserção. Foi exatamente no ano de 1716 que um índio, chegado a Laguna, deu a Brito Peixoto a notícia de que num monte chamado Butucaraíba, os jesuítas tinham grandes minas de prata, que conduziam em carrêtas para as Missões. Aprestou o capitão-mor uma bandeira e, descendo a serra, chegou até ali”.

Essa expressão, “descendo a serra”, afasta a hipótese da via fluvial... E o autor prossegue:

“E descobriu junto ao morro grandes carreiros em que os índios, chefiados pelos jesuítas, com caminhos feitos de carros e cavaladuras, para levarem a prata para as suas aldeias - os receberam a tiros de mosquete. Levaram os lagunistas a notícia da prata, mas essa prata nada mais era do que a erva que ali fabricavam desde tempos remotos”.

Efetivamente, iniciava-se, na região serrana, um novo ciclo econômico: o da exploração da erva mate.

Os novos acontecimentos do sul, relacionados com a Colônia do Sacramento, vieram influir, pouco depois, nos registros serranos.

Noticiando os sucessos do sul, diz Amyr Borges Fortes, em seu excelente “Compêndio da História do R. G. do Sul”, 2.^a edição, página 27:

“Veio, entretanto, agravar a situação da Colônia a fundação de Montevidéu pelos espanhóis, em 1725. A fundação desta nova povoação, às margens do Prata, foi tentada em 1723, pelos portugueses, a mando do governador da Colônia - Antônio Pedro de Vasconcelos - sem êxito, porém. Os espanhóis, com recursos mais abundantes, renovaram a tentativa em 1725, com grande empenho, o que contribuiu para o rápido desenvolvimento da nova povoação e tornando mais acentuado o isolamento da Colônia do Sacramento. A povoação portuguesa passava, assim, a representar um núcleo lusitano verdadeiramente deslocado e conquistado numa área de franca expansão espanhola”.

Urgia a abertura de caminho, por terra, ligando a Colônia com os núcleos populacionais do Brasil. Diz então Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 115:

“Em 1720, com a data de 23 de maio, o paulista Bartolomeu Pais de Abreu oferece seus serviços a El-Rei para abrir uma estrada que ligasse

a Capitania de São Paulo ao Rio Grande. Em compensação, pedia terras, a patente de capitão-mor do distrito do dito Rio Grande e guardamor das minas que se descobrissem, tendo direito à isenção de impostos, por nove anos, para os animais que êle e seus sócios exportassem. Não obstante a carta do Conselho Ultramarino, de 18 de abril de 1722, esperar se levasse a efeito a diligência, não foi ela posta em prática. Só em 1727 iniciaria a realização do projeto Francisco de Sousa e Faria, amigo e companheiro de Cristóvão Pereira e, como êste, exportador de couros, tropeiro de gado e, mais tarde, seu lugar-tenente na fundação do Rio Grande. Estudando a abertura do caminho, diz (o general) Borges Fortes: “Em 20 de setembro de 1727, o governador Caldeira outorgava a Faria uma carta-patente em que, atendendo aos relevantes serviços que a Sua Majestade ia fazer, na abertura do caminho do Rio Grande de São Pedro para os Campos Gerais da Vila de Curitiba, e as utilidades que interessavam à Real Fazenda, pelos Quintos dos gados e cavalgadas que, pelo dito caminho, se iriam transportar para tôda a Capitania de São Paulo...outorgava-lhe... o pòsto de sargento-mor da vizinhança do Rio Grande e seus sertões”.

Falando da penetração de Sousa e Faria, a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, do IBGE, à página 383, louvando-se sem dúvida, nas informações do historiador Dr. Manuel Duarte, menciona êsse tópico importante, relativo ao território da atual Vacaria:

“O território do município está assentado na zona fisiográfica dos Campos da Vacaria. É uma das povoações mais antigas do Estado. Os espanhóis adiantaram-se aos portugueses e fundaram padrões de domínio nos campos dessa zona. Nessa vasta região, Francisco de Sousa e Faria, que recebera a patente de “sargento-mor das vizinhanças do Rio Grande de São Pedro e seus sertões”, encontrou uma grande cruz de madeira, com o seguinte letreiro: “Maries 16 de dezembro ano de 1727 Pipe Capítulo Marcos Omopo”. O sargento-mor não teve dúvidas: mandou desplantar a cruz, substituindo o letreiro pelos seguintes dizeres: ‘Inri - Viva EI Rei de Portugal Dom João V, Anno 1729’ - colocando-a no mesmo lugar”.

A penetração de Passo Fundo, por elemento luso- -brasileiro, par-

tiria sempre do leste, como havia ocorrido ao tempo do bandeirismo, através do Mato Português.

Sobre essa penetração, escreve o Cel. Mário Calvet Fagundes, em seus "Estudos Regionais", separata do "Boletim Geográfico do R. G. do Sul", ano VI, n.º 12, página 9:

"A terceira corrente de penetração (depois da jesuítica e bandeirante), constituída de imigrantes organizados, no objetivo de ocupação efetiva das terras rio-grandenses, também atinge somente os campos de Vacaria, não se atrevendo a romper a resistência dos povoadores silvícolas da região oeste, cujo limite é o território de Passo Fundo.

É o que se passa em 1728, com a coluna do sargento-mor Francisco de Sousa e Faria, que ruma em definitivo, partindo do sul-rio-grandense para os Campos Gerais de Curitiba.

Os bandeirantes, de escasso êxito em seus objetivos de apresamento de riquezas, indiretamente cooperam, pela resistência que lhes antepõem os Povos das Reduções - para o revigoração das organizações jesuíticas do território passofundense, vigilante, como extremos orientais, às invasões possíveis, oriundas dos caminhos já abertos nas passagens do rio Pelotas e canalizadores naturais de qualquer penetração, pondo em perigo o sossêgo da vida missioneira.

Os fazendeiros do planalto catarinense - prossegue o autor - atraídos pelas mesmas facilidades que as passagens do Pelotas ofereciam, repisam os caminhos já abertos no território rio-grandense, e se estabelecem ao nordeste do Estado, ante a resistência tenaz do ocupante da região de Passo Fundo, que os fazem estacar na zona fronteira dos campos da Vacaria".

"Após Francisco de Sousa e Faria - diz ainda o autor -, em 1732, Cristóvão Pereira, ao atingir, pelo tronco já estabelecido, o planalto rio-grandense, lança-se por êste, numa inflexão para oeste, marcando nova estrada de penetração, com mais de 300 pontes, sem, contudo, estabelecer núcleos de fixação".

Passo Fundo, como vemos, como domínio jesuítico, opunha-se tenazmente à penetração lusa, tendo como vigilantes os índios tapes, das Missões Orientais do Uruguai.

GUARDA JESUÍTICA NO MATO CASTELHANO

Amyr Borges Fortes narra, com precisão, em seu “Compêndio de História do Rio Grande do Sul”, 2.^a edição, páginas 27 e 28, os novos acontecimentos do Prata, dizendo:

“Em 1735, devido a um incidente diplomático que causou desavenças entre Portugal e Espanha, a Colônia, ainda governada por Antônio Pedro de Vasconcelos, é novamente assediada pelos espanhóis. Vasconcelos e seus comandados ofereceram resistência séria e mesmo heroica aos agressores, conseguindo opor-se à invasão espanhola até setembro de 1737, isto é, durante vinte e três meses. Então, pelo armistício de Paris, os espanhóis são obrigados a levantar o sítio e retirar-se para Buenos Aires”.

De 1735 a 1737, diversos acontecimentos assinalam um capítulo importante da história rio-grandense, a que não esteve distante a região serrana do nordeste, e também Passo Fundo.

Prossegue o historiador gabrielense:

“O ano de 1737 estava destinado a fixar acontecimentos do maior relevo para a história de nossa terra. O governador do Brasil Meridional, o grande Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, com o fim de amparar a Colônia contra o sítio a que estava submetida, desde 1735, determinou a organização de uma expedição que, a mando do Brigadeiro José da Silva Pais, deveria ir logo ao rio da Prata. Assim procedeu o Brigadeiro Silva Pais, verificando, porém, quando chegou ao estuário platino, que os recursos que trazia eram insuficientes para permitirem ação eficiente contra os espanhóis. Resolveu, portanto, retirar-se para outro ponto da costa, mais ao norte, onde pudesse estabelecer uma base de operações e aguardar novos recursos, capazes de permitir uma ação enérgica e decisiva.

Subindo ao longo do litoral - prossegue o autor objetivamente resolveu fixar-se nas proximidades do canal de São Pedro, que liga a lagoa dos Patos ao oceano. Achou esta posição muito boa, sem contar ainda que teria excelente linha de penetração no continente, a qual poderia proporcionar facilidade para uma ação interior contra os sitiados da Colônia do Sacramento. Mandou, pois, que se construísse, sem maiores

delongas, uma fortificação, que denominou de forte de Jesus-Maria-José, e outra mais ao sul, o forte de São Miguel”.

Sôbre êsse importante fato, acrescenta Aurélio Pôrto, em sua “História das Missões”, II, 144 e 145:

“Com o Brigadeiro Silva Pais...vem o casco do Regimento. São os primeiros 37 dragões que, procedentes do Regimento de Minas Gerais, pisam a serra rio-grandense. Destinava-se à Colônia do Sacramento, onde se pretendia organizar êsse corpo. Vias, em vista dos acontecimentos supervenientes que determinaram a fundação do Rio Grande, determinou o Brigadeiro sediá-lo em nôvo Presídio, embora destinando-o a agir e socorrer aquela praça”.

Os sucessos no Rio Grande do Sul, tanto na campanha continental, como na zona serrana, têm nessa época, por grande protagonista a Cristóvão Pereira de Abreu, o mesmo que acompanhou João de Magalhães, em sua entrada no litoral gaúcho, procedente de Laguna, e que, depois, foi auxiliar os portugueses, ia Colônia, e que contribuiu não pouco para a fundação do povoado de Rio Grande.

Aurélio Pôrto (ibidem, II, 116), firmado no depoimento do General Borges Fortes, dá novos informes lôbre o trabalho desbravador dêsse homem extraordinário:

“Cristóvão Pereira...voltara à Colônia, onde, organizando uma tropa de oitocentas cavalgaduras, entre cavalos e béstas, transpôs o canal do Rio Grande, intentando, pelo nôvo caminho, levá-la a São Paulo. Deixando a tropa no norte do canal, onde outros tropeiros já se achavam receosos de seguir adiante, pelo temor dos índios missioneiros, em setembro de 1731, acompanhado de três pessoas, foi percorrer o caminho que Sousa e Faria abrira. Atingiu os campos de Cima da Serra e aí se demorou dois dias, não encontrando índios”.

E acrescenta, louvando-se ainda no General Borges Fortes:

“Cristóvão Pereira tinha consigo cartas do Provincial das Missões para o Capitão-General de São Paulo, e dirigiu-se, logo depois dêsse reconhecimento, a Santos e à sede da Capitania (São Paulo), onde obteve auxílios liberais para regressar ao sul, e os recursos que lhe permitiram melhorar as condições do nosso caminho. Entrou êle, com um piloto e sessenta e tantas pessoas, remontando o curso do mesmo Araranguá,

seguindo o trajeto do Sargento-Mor (Sousa e Faria), e foi aperfeiçoando o caminho que êste abriira. Saindo, assim, no planalto, mandou que seguissem escalonadamente as tropas de animais que haviam sido retidas no Rio Grande. Entre a sua e as dos demais tropeiros, alcançavam essas tropas mais de cento e trinta pessoas. Prosseguiu em sua tarefa, com inteligência e atividade, e, verificando os erros com que fôra traçado o primeiro caminho, ora embrenhando-se pela serra, ora atravessando terríveis pantanais, desviou no sítio chamado Boa Vista, onde Sousa e Faria se detivera por seis meses - atirando-o para oeste, percorrendo melhores terrenos e indo adiante encontrar o primeiro caminhamento”.

Isso já se processava na região da atual Vacaria.

Mais tarde, escrevia-lhe Silva Pais, conforme revela Pôrto, mais adiante, à página 128:

“Em 16 de março de 1738, escreve-lhe Silva Pais: `Agora é preciso passar para a parte norte todos os gados do pampa e Vossa Mercê pode passar tôdas quantas vacas quiser, para sua estância, pagando os quintos de Sua Majestade...”

Cristóvão Pereira, segundo diz o mesmo autor, pouco adiante, “povoara suas duas estâncias de grandes quantidades de gado que, regularmente, fazia subir para as feiras de Sorocaba e para as Minas. A primeira dessas fazendas estava localizada entre os rios Tainha e Camisas, no rio das Antas. Essa fazenda tinha o designativo de `Menino Diabo’. A outra, ficava no rincão que, depois tomou o seu nome, no hodierno município de São José do Norte”.

Assim, muito se deve a êsse campeão dos sertões e povoamento do nordeste do Estado, o que não deixou de influir sôbre os domínios jesuíticos, com sua extrema oriental no território de Passo Fundo.

O Conselho Ultramarino (3 de julho de 1736), tendo em vista os novos sucessos da Colônia, apela para a necessidade de os paulistas incursionarem por terras jesuítico-castelhanas, a fim de afrouxarem êstes os esforços contra aquela posição portuguesa.

Ê o que vemos na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 109 e 112, primeiro ao quarto trimestre de 1948, página 90, onde se lê na consulta do Conselho:

“Aos conselheiros Galvão e Vargês parece o mesmo que ao Con-

selho, acrescentando que, visto dizer o Brigadeiro José da Silva Pais, na sua carta, de que os castelhanos haviam entrado no rio de São Pedro, se faz agora mais preciso que V. Majestade se sirva tomar resolução nas consultas que têm subido, para que V. Majestade haja por bem mandar se situe uma povoação na margem meridional daquele rio (o que se executou, como vimos atrás) e lhes parece representar a V. Majestade será conveniente mandar um bom número de armas e as munições necessárias para a Capitania de São Paulo, para que os moradores dela procurem, pelo sertão, invadir as aldeias sujeitas aos castelhanos, fazendo-se assim a diversão, a fim de que se não engrossem as tropas espanholas da parte da Colônia, o que poderá conseguir-se com pouca despesa da Fazenda Real, como se viu na expedição contra os gentios payagoazes, podendo esperar-se bom sucesso, por serem os paulistas os que melhor sabem penetrar o sertão, e estando sempre prontos a fazê-lo por qualquer interesse que se lhes proponha”.

Pouco depois, a 2 de novembro de 1736, Cristóvão Pereira, em carta a Gomes Francisco de Andrade, reforçava êsse parecer, tendo em vista as dificuldades por que passavam os espanhóis em vários pontos dos seus domínios. Diz êle:

“... ainda que ganhemos Monte Vedio e conservemos a Colônia, ficamos em dois currais, se não formos senhores da campanha, que o inimigo nos pode impedir com mui pouca fôrça...bem pode V. Ex.” desenganar-se que, sem fazer esta diligência, se não há de conseguir nada, e que nunca, em melhor ocasião (do que agora), em que o inimigo se acha com mui poucas forças: os paisanos desertando todos os dias e sem esperança de socorro das Províncias vizinhas, porque a de Córdova se acha atualmente com as armas na mão com o gentio, da mesma sorte Santa Fé e Corrientes; a do Paraguai também inquieto e levantado em bandos, e muito menos das aldeias dos Padres, porque, além das desordens que houve entre índios e castelhanos, por cuja causa se retiraram, estão também cuidadosos nas suas aldeias; e agora mais, com o assalto que a gente daqui lhe deu em uma estância, de que já há notícia em Monte Vedio, e se diz (que) foi um destacamento dos paulistas que foram a descobrir campo para entrar maior número...” (“Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 104, 1946, página 360).

Tal era a situação, diagnosticada por Cristóvão Pereira, bem como as medidas que foram adotadas pelos portugueses, valendo-se, mais uma vez, do concurso valoroso dos bandeirantes, agora para a abertura de novas frentes contra as possessões espanholas, embora sob a égide jesuítica.

Tendo notícia desses movimentos, que foram de grande efeito, os jesuítas buscaram acautelar-se, inclusive preparando os índios intensivamente, com os objetivo de resistência, e colocando-os nas três passagens estratégicas ou previstas, isto é: nos Pinhais, em Santa Tecla e no Passo do rio Uruguai - esta última, provavelmente junto à foz do Comandai, onde os bandeirantes mantiveram, no século anterior, o fortim ou paliçada de Tabati.

Referindo-se aos sucessos do Prata, ligados a estes fatos, diz Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 195:

“É quando se dá o nôvo assédio da Colônia, em que mais de 3.000 índios tomam parte destacada, além de outros contingentes que, permanentemente, percorrem as campanhas rio-grandenses, e lugares por onde podem vir os portugueses de São Paulo”.

Depõe Nusdorffer (“História do R. G. do Sul”, Carlos Teschauer, III, 169), enumerando a atividade dos índios tapes:

“Além do que acima fica referido, tem-se mandado espias pelos lugares por onde podem vir os portugueses de São Paulo, como também para as campanhas do mar do Brasil, rio Uruguai acima. Isso se fez e se faz todos os anos, remunerando-se quatro Povos do mesmo rio (Uruguai) e outros quatro por outra espia, que vai rio Paraná acima. Estas espias se compõem de 80 índios, cada ano, e caminham pelo menos 50 léguas”.

Daí a seguinte menção-de Alfredo Varela, em seu livro “Rio Grande do Sul”, página 20:

“Os espanhóis se haviam adiantado, e fundaram padrões de domínio até na Vacaria, mas o vicentista Manoel Dias da Silva, explorando o território, em 1735, substituiu os marcos daquela nação por títulos portugueses”.

A situação na campanha e na serra, em 1737, é assim descrita por Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 186 e 187: “Além dos minuanos, que são gran-

des fornecedores de gado aos tropeiros e estancieiros do continente, aparecem também inúmeros tapes, egressos das Reduções, que mantêm largo comércio de tropas, não só com a Colônia do Sacramento, como também com os primitivos povoadores do Rio Grande. Êstes últimos se integram definitivamente às origens do nosso povoamento e os vamos encontrar, quando - fundado o Presídio - registrando ali os primeiros batismos, em 1737, de `filhos de tapes das Missões da Companhia”.

“O avanço dos tropeiros no território - prossegue o autor - até então ocupado pelas estâncias dos Sete Povos, determina o recuo dos jesuítas, que se extremam à exploração de sua pecuária, a linhas menos acessíveis à invasão dos portugueses. Além da Vacaria dos Pinhais (é assim chamada pelo autor a atual Vacaria), de que os tropeiros extraem inúmeras tropas, que vão constituir o núcleo das primitivas estâncias, que se estendem do nordeste até os Campos de Viamão, vadeando o Rio Grande, entram na terra dos tapes, onde ficam as estâncias de São Luís e São Lourenço, de que tiram numerosos rebanhos”.

Passo Fundo, como vimos, fazia parte da vasta estância de São Luís, e era um dos pontos visados pela ocupação luso-brasileira.

Nessas condições, tudo indicava que os bandeirantes viriam atacar as Reduções pela passagem tradicional do Mato Castelhana, através do território passofundense.

Os jesuítas, então, montaram, à entrada dêsse mato, no local do hodierno Povinho Velho, a sua segunda guarda guarani ou tape.

A êsse propósito, diz o Cónego Gay, *ibidem*, página 312:

“Para resguardar-se dêles (isto é, dos paulistas) os jesuítas estabeleceram corpos de guarda pela serra do Erval, na margem oriental do Uruguai, e sôbre as costas do Grande Mato de Pinhais Araucária, que cobre uma parte da serra limítrofe às Províncias de Santa Catarina e do Paraná, chamado até hoje Mato Castelhana, que dava passo às tribos bárbaras e aos paulistas”.

Os jesuítas procuraram ainda resguardar-se dos próprios espanhóis, que eram muito intrrometidos, com prejuízo para as Doutrinas. Diz o mesmo Gay à página 324:

“Para evitar tôda comunicação com os espanhóis, e conter os índios (os jesuítas) fizeram cavar fossos profundos e levantar fortes paliçadas,

seguras por cadeados, nos lugares de passagem necessária e inevitável - e aí colocavam sentinelas e guardas vigilantes, para não deixarem entrar nem sair ninguém, sem ordem por escrito. Rodeavam o território da jurisdição de novos fossos, portas - e guardas nos lugares de passagem, para não deixarem os habitantes de cada Redução emigrarem, ou irem de uma para outra. Não permitiam andar a cavalo, senão a pequeno número de índios indispensáveis, para levarem suas ordens, de um para outro lado, e para o cuidado das estâncias que não requeriam muita gente, pois que estavam também entrincheirados os campos, onde pastavam os animais, pelo que vinham a ser verdadeiros parques”.

Um desses entrincheiramentos, como vimos atrás, era o do Passo do rio da Várzea, sôbre que se manifestou o historiador Walter Spalding, em entrevista ao “Correio do Povo”, de Pôrto Alegre.

A nova guarda, colocada à entrada do Mato Castelhana, vigiava a conservação do renascente povoado de Pinhais, agora apenas como estância e como lugar de extração da erva-mate.

Como guarda militar indígena, o pôsto do Mato Castelhana foi, como outros, objeto de determinações específicas, por essa época.

Gay, *ibidem*, páginas 312 a 314, assim relata essas determinações:

“Os jesuítas, à vista dos perigos, não se descuidaram em aperfeiçoar a organização militar das suas Reduções, para o que mandaram vir do Chile alguns padres que tinham sido militares e que redigiram várias ordenanças, três das quais eram:

240 - Faça-se em todos os Povos quanta pólvora se puder - Padre Zea. (deve ser o Padre Miguel Zea).

241- Nos casos de guerra, haverá quatro superintendentes, designados pelo Padre Provincial: um, em Uruguai acima; outro, na banda oriental do Uruguai; e outro, no Paraná; e cada um terá seus dois consultores para os casos de guerra.

242 - Os Povos da outra banda do Uruguai (Rio Grande do Sul), farão, por sua parte, a vigia dos Pinhais, nos tempos costumados, e se lhes designarão paragens para deixar seus sinais - Padre Inácio Frias - Padre José de Aguirre”.

Sôbre essa Guarda de Pinhais ou do Povinho da Entrada, na orla ocidental do Mato Castelhana, de que nos fala Gay, escreve o historia-

dor Antonino Xavier, em “Seara Velha”, página 41 e seguintes, referindo-se às tradições que colheu, ouvindo gente antiga: “Zona lendária - Merece êste qualitativo o Campo da Entrada, na parte que, um dia, em velhos tempos da história passofundense, veio fixar-se, constituindo vasta fazenda... o assaz lembrado José Domingues Nunes de Oliveira, a cuja memória tive já ocasião de aludir em outro volume que publiquei.

E que na formação do ambiente psicológico de um lugar, tem o passado influência, naturalmente exercida na proporcionalidade da emoção que origine êle: e tal fator é tão importante na zona em referência, que para excitar a imaginação popular, oferece etapas de alta sugestão, como sejam a cruzada jesuítica, em tórno de cuja evocação jamais deixa de aflorar a crença dos tesouros enterrados...

...Seja primeiro a entrar em revista o seu famoso Capão da Guarda que à precedência se recomenda, pela sua posição elevada, mercê da qual teria sido talvez escolhida para ponto de permanência da guarda a que - refere antiga tradição - lá estivera no tempo do domínio espanhol, para vigiar a fronteira com as terras de Portugal traçada aí pelo Mato Castelhana.

Com assento em tal fato, andam em tórno dêsse capão lendas várias, em que o fundo da narrativa é sempre o magno assunto do dinheiro enterrado, que tanto anima e delicia as cavaqueiras do povo, ao silêncio da noite, na zona rural do município. Vem depois a célebre lagoa em que - di-lo outra lenda - os jesuítas, em fuga, mergulharam uma carretilha, cheia de coisas de ouro, para que não fôsse prêsda da lusitana gente que lhes ia ao encalço. Seguem-se as panelas várias, aqui e ali apontadas, mas que, apesar disso, continuam no seio da terra, à espera de que as desvende algum cavador afortunado.

Vem, afinal, fechando com chave de ouro tal série de lendas, o misterioso ‘Gritador Noturno’ que, desde velhas eras... se faz ouvir em um pontão e cujo grito desce o rio do Peixe abaixo, sem que ninguém lhe saiba o tórno da extraordinária jornada”.

Essas as lendas de tal paragem, narradas pelo sempre fidedigno historiador passofundense.

O sr. Adelino Kurtz, fazendeiro muito conhecido em Passo Fundo e membro de tradicional família local, e cujos estabelecimentos se acham

naquele recanto - afirmou-nos, quanto à última lenda, que havia descoberto a razão dela. Segundo o sr. Kurtz, o “Gritador” seria um abutre que, do cimo de um pequeno capão, existente nas proximidades de sua casa, lançava às horas tardias, gritos roucos e profundos, mais ou menos por esta maneira: “hou-hou-huuu”, que o nosso informante procurou imitar guturalmente.

Mas é óbvio que êsse abutre não existiu sempre, de modo que chegasse até nós, como uma das relíquias do passado. E, assim, de qualquer modo, a lenda do “Gritador” permanece viva e sugestiva naquela zona tradicional de Passo Fundo.

A lenda do “Gritador” é bastante expressiva: era do costume dos vigias guaranis comunicarem-se, à distância, por meio de gritos assoviados, profundos, entrecortados, imitando certas aves noturnas.

Armando Vivante, autor portenho de nomeada, cita em seu livro “Povos Primitivos de Sul-América”, Buenos Aires, página 75, uma passagem do Padre Pedro Lozano, em que êste jesuíta, falando das tribos do Chaco, informa:

“Têm sempre um corpo de guarda em algum (lugar) alto, perto do acampamento, e de noite, muitas sentinelas e espias, duas ou mais léguas à sua volta, dando-se aviso, uns aos outros, com certo modo de assovio, pelo que estão muito alertas e apercebidos, colocando-se os varões em armas, com muita presteza, quando há algum aviso de inimigos...”

É ali, pois, no velho Capão da Guarda, à entrada do Mato Castelhana, que se colocaram as milícias tapes, que tantas lendas originaram neste município.

Essa Guarda impediria a passagem da gente lusa, em qualquer ocasião, e ainda no caso de os bandeirantes tentarem cruzada, por terra, durante os sucessos da Colônia do Sacramento.

Tal era a importância estratégica do Mato Castelhana.

Mas não era essa a única guarda na estância de São Luís, na parte que abrangia o território passofundense, além da já mencionada guarda de São João Pequeno, no rio da Várzea, e que pertencia aos guardiães dos ervais de São João.

São Luís, além do pôsto de esculcas e estancieiros, no ocidente do

Mato Castelhana, que, segundo a tradição recolhida, era servido de uma capela sob a invocação de Santa Teresa, a Nova tinha dois outros: um pôsto e capela, de nome Santa Ana, junto ao Passo do rio Jacu, entre Ernestina e Pessegueiro, em Passo Fundo, consoante a tradição legada pelos índios guaranis e recolhida pela gente antiga, ainda em 1920; e outro pôsto, de Nossa Senhora de Loreno, no Campo do Meio, no lugar antigamente conhecido por Guarda Velha, pertencente, noutros tempos, ao finado Coronel João Fagundes de Sousa, onde se encontraram vestígios de capela jesuítica, cujas ruínas submergiam na mata.

Restos dos postos de Santa Ana e de Nossa Senhora de Loreno ainda se encontram. Mas, sôbre êste último, o de Loreno, deu-nos algumas informações o Coronel João Fagundes de Sousa, residente em Passo Fundo, dizendo-nos que seu avô, do mesmo nome, era proprietário daquelas terras, no Campo do Meio, razão pela qual sua fazenda era chamada Fazenda da Guarda Velha. Uma irmã do nosso informante, viúva do finado Coronel Quim César, guarda ainda uma imagem de Nossa Senhora que seus antepassados haviam encontrado nos matos, no referido local.

Referindo-se a êsse período significativo da história rio-grandense, Amyr Borges Fortes, em seu excelente “Compêndio de História do Rio Grande do Sul”, página 31, escreve, depois de relatar os ataques bandeirantes do século anterior:

“Novamente investiram os paulistas contra as Reduções, destruindo o Vacaria dos Pinhais e dispersando o gado, do qual, porém, milhares de cabeças foram encaminhadas para São Paulo”.

Esta ação dos paulistas contra a Vacaria dos Pinhais, de propriedade jesuítica, limitou-se, porém, aos “Hondos de La Baqueria” ou Invernada de São Luís, no planalto nordestino, vindo a penetração bandeirante, possivelmente, até o Mato Português, jamais ultrapassado, por aí se perdendo no arrebanhamento do gado precioso, pertencente aos Sete Povos, e pouco oferecendo em episódios bélicos.

Mais pela tradição do que pelos documentos, temos recolhido memória - inclusive em Antonino Xavier - de entreveros entre a indiada tape e os paulistas, na banda oriental do Mato Português, ações estas em que, às vêzes, eram os missioneiros que fugiam, desbaratados, e outras,

os bandeirantes que se dispersavam, porém levando sempre por diante algumas e excelentes manadas do gado ali disperso.

A isto se limitaram os ataques paulistas na zona do planalto.

VACARIA DOS PINHAIS: SEU FLORESCIMENTO

A Convenção de Paris, de 1737, veio restabelecer as pazes entre portugueses e castelhanos, e o Secretário de Estado Antônio Guedes Pereira, de Lisboa, em 30 de maio dêsse ano, escreve à autoridade brasileira (não mencionada na publicação), comunicando, entre outras coisas, o seguinte:

“Também remeto a V. S.a outra carta para o conde de Sarzendas, a qual V. S.a lhe enviará com segurança e brevidade, porque nela lhe participo a notícia da Convenção feita em Paris, e as ordens que, em execução dela, deve mandar aos sertanistas do seu distrito, no caso que tenham intentado nalguma entrada no País espanhol, pelas aldeias vizinhas ao rio Uruguai, ou por outra parte” (“Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 104, IV trimestre de 1946, página 414).

E na carta que escreve ao Conde de Sarzedas (ibidem, 428), pede que se faça chegar a notícia da paz a tôdas as zonas beligerantes:

“E como em 17 de agosto do ano passado se ordenou a V. Ex. procurasse convidar os sertanistas dessa cidade e seus contornos a invadirem, pelo ser tão, as aldeias vizinhas ao rio Uruguai e mais terras dos castelhanos, fazendo por aquela parte tôdas as hostilidades lícitas, para diversão e ressarcimento da injusta guerra que êles moviam sôbre as terras desta Colônia: é o mesmo Senhor servido que, pelos meios que a V. Ex.” pareçam convenientes, procure fazer chegar a notícia da referida ordem, que de presente se lhe remete, para a cessação das hostilidades dos sertanistas que houverem partido com o dito fim, para que, em virtude dela, não prossigam em cometê-los de nôvo”.

A pacificação foi altamente benéfica pai a ambas as partes, não só na região planaltina, mas em lodo o Rio Grande do Sul.

Amyr Borges Fortes, em seu “Compêndio de História do R. G. do Sul”, págs. 28 e 29, escreve:

“Restituída a paz às relações entre Espanha e Portugal, resolveu Gomes Freire que se desse expansão ao povoamento da fortificação fundada por Silva Pais e que foi o núcleo da atual cidade do Rio Grande. Assim, com a fundação do Rio Grande, no ano de 1737, começa propriamente a vida administrativa de nosso Estado, tendo sido então criada a ‘Comandância’ do Presídio, denominação dada à povoação então surgida ao redor do forte de Jesus- -Maria-José e subordinada ao comandante da fortaleza. A concessão de sesmarias, que se vinha processando desde 1732, fêz com que surgissem as estâncias, as quais contribuíram para a fixação do homem à terra”.

E acrescenta:

“O gado continuou a ser a principal riqueza explorada, no território, já de fato incorporado ao Brasil. Criou-se, no caminho que conduzia para o norte, um pôsto de controle e registro do gado saído do Rio Grande - Guarda do Registro - sob a invocação de Santo Antônio e que, em vista das patrulhas de soldados aí existentes, ficou logo conhecido por Santo Antônio da Patrulha, elevado, em 1740, à categoria de freguesia”.

O Rio Grande do Sul estava então dividido em dois territórios distintos: o jesuítico e o português. Ambos sem comércio entre si, vivendo em constante vigilância um sobre o outro.

Aurélio Pôrto, *ibidem*, II, 156 e 157, transcreve uma carta do Padre Melchior Strasser, náufrago, recolhido carinhosamente, em 1744, na costa do Rio Grande - carta esta em que êsse jesuíta informa, depois de elogiar o bom tratamento que lhe fêz a autoridade portuguesa:

“Do outro lado dessa povoação (Rio Grande e seu território) estão os limites das Reduções do Paraguai, das quais a mais próxima é a de São Miguel. Mas elas não têm comércio algum entre si, porque tudo o que passa de um lado, para outro lado do rio (Vacacaí-Jacuí), é considerado por ambos como uma hostilidade”.

Por essa época, como de tempos atrás, bandos volantes de índios armados percorriam, incessantemente, o Campo do Meio e mesmo além do Mato Português, fazendo a vigilância contra os avanços luso-brasileiros que, pelo oriente, vinham se estendendo para aquêles lados.

Diz o Dr. Manuel Duarte, num estudo publicado pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul”, n.º 96 (1944), página 193:

“Em verdade, só a partir de 1740, iria assomando, nas bandas orientais do majestoso planalto e às faldas da serra Geral, tênue corrente migratória, ponteada de audazes sertanistas e veteranos tropeiros do insulamento. Integravam-na desabalados adventícios, que desciam de Curitiba, galgavam das planuras de Laguna, vinham das ilhas oceânicas ou de Portugal longínquo. Encontravam-se no vasto escampo maravilhoso e, aí se iam acantonando”.

O gado de reserva que, em 1700, foi colocado pelos jesuítas, fora das utilidades normais dos missioneiros, além do Mato Português, vinha sendo pilhado pelos paulistas e lagunistas desde 1729, nada aproveitando a êles, por isso, os índios aldeados.

A partir das entradas de Sousa e Faria, de Cristóvão Pereira, de Manuel Dias da Silva, ou de outros antes dêles - êsse gado começou a ser desbastado com a maior intensidade.

Aurélio Pôrto, Manuel Duarte, Amyr Borges Fortes e outros autores, têm como Vacaria dos Pinhais o território do atual município de Vacaria e adjacências. Segundo o último autor, os paulistas, em suas investidas contra as Reduções, destruíram a “Vacaria dos Pinhais e dispersando o gado, do qual, milhares de cabeças foram encaminhadas para São Paulo” (“Compêndio”, pág. 31). Essa dispersão de gado é confirmada por bons documentos. Mas é preciso novamente destacar ou distinguir aquilo que devemos compreender por Vacaria dos Pinhais.

Efetivamente, para o elemento luso-brasileiro, que penetrava então no planalto do nordeste rio-grandense, aquela porção de campos era a Vacaria da Serra ou Vacaria dos Pinhais, da qual aquêles fundos eram o prolongamento natural, atendendo-se mesmo à fisiografia regional.

E foi assim que, para o elemento português e brasileiro, passou aquêle planalto, a partir da zona de Cima da Serra e adjacências, a ser chamado - desde então - Vacaria dos Pinhais.

Para o jesuíta, entretanto, aquêles campos continuariam sendo “los Hondos de La Baqueria de Los Pinares”, onde tinham seu gado sôlto, e como que intocável de reserva, para o futuro aproveitamento dos Sete Povos - fundos êsses que têm sido confundidos pelos autores, considerando-os, inclusive, como Estância de São Luís.

Enquanto os ditos Fundos da Vacaria vinham sendo perlustrados

pelos luso-brasileiros, com a dizimação de seus rebanhos, verificamos que a Vacaria dos Pinhais, propriamente dita (ou seja a Estância de São Luís), permaneceria intata até 1756, após o desbarato dos índios missioneiros, em Caibaté, quando viria, por sua vez, a ser devastada pelos soldados espanhóis, segundo o depoimento de Nusdorffer (Carlos Teschauer, "História do R. G. do Sul", III, pág. 397).

Sem dúvida, o desbastamento dos Fundos da Vacaria, no planalto do nordeste, não era encarado com bons olhos pelos índios missioneiros. Desde 1727, os jesuítas, prevendo os avanços bandeirantes, tinham ali colocado o seu marco, patenteando possessão loiolana, que vinha desde 1700. E naqueles mesmos fundos, quando estavam lançando o gado grosso, deram-se ao trabalho de construir cêrcas de pedra, em vastas extensões, em pontos apropriados, a fim de impedir o desgarramento das manadas alçadas. Cêrcas essas que Walter Spalding menciona, como já citamos anteriormente, e que nós, em recente estada no município de Vacaria, pudemos verificar pessoalmente.

Por isso, as entradas bandeirantes e outras, naqueles Fundos da Vacaria, eram odiosas para os jesuítas e seus índios, pois viam desfeitas suas reservas de gado.

Os índios missioneiros, partindo da Estância de São Luís, aqui nos Pinhais passofundenses, recolheram parte dêsse gado para o Campo do Meio, lugar que julgaram bem defendido pelo vasto e espêssimo Mato Português. E nessas lidas tiveram, sem dúvida, alguns entreveros com os preadores bandeirantes, por ali desgarrados, afugentando os mais para o oriente, de onde provinham.

"Não desanimaram os padres jesuítas - diz Amyr Borges Fortes, *ibidem*, pág. 31 - os quais, com a firme determinação de não deixar perecer sua obra de catequese, apelaram novamente para a Vacaria do Mar. Levaram nôvo rebanho para as margens do rio Uruguai, onde fundaram um estabelecimento pastoril a grande estância do Japeju e que se poderia chamar de Vacaria do Uruguai. Do gado desta nova vacaria, que logo se multiplicou fartamente, resultou todo o gado `crioulo´ de nossa zona fronteira, da mesma maneira que, dos remanescentes das vacarias do Mar e dos Pinhais, descende o gado que constitui hoje uma apreciável parcela do rebanho bovino rio-grandense. ã tenacidade e fir-

meza com que os jesuítas levaram adiante a formação de seus rebanhos, devemos êsse grande e inestimável serviço”.

Assim, o que os paulistas haviam destruído ou levado, pertencia às manadas dos Fundos da Vacaria dos Pinhais, e não propriamente dessa Vacaria que teve sempre por núcleo fundamental a região de Passo Fundo, como temos amplamente registrado.

O velho Curiti dos índios, ou Pinhais dos jesuítas e bandeirantes, era conhecido por Campo das Vinte Mil Vacas. Era a região circunscrita pelo rio da Várzea, a oeste, Mato Português a leste; rio Uruguai ao norte; e rio Jacuí ao sul.

Era, pois, aí, segundo Gay (ibidem, pág. 542) o famoso lugar das Vinte Mil Vacas ou Vacaria.

Paradoxalmente, a ruína pastoril dos Fundos da Vacaria veio trazer a prosperidade da Vacaria dos Pinhais, na parte norte da Estância de São Luís.

Os rebanhos “chimarrões” que o índios, em grandes lotes, trouxeram daqueles fundos, arrancando-os da pilhagem bandeirante, vieram enriquecer a estância passofundense, que se tornou famosa na história pastoril das Missões Orientais.

Sôbre a Estância de São Luís não encontramos, entretanto, particularmente, qualquer dado, a não ser que, em 1768, depois da depredação espanhola de 1756 e seguintes - possuía 7.579 cabeças de gado vacum, 838 cavaleares, 174 muares e 1.966 ovelhuns - e que representam ínfima parcela de sua riqueza pastoril de 1730 a 1740, quando se verificou seu apogeu. Sôbre os dados acima, veja-se Aurélio Pôrto, ibidem, II, 188.

Não deixa, entretanto, de ser valiosa a seguinte informação de Hemetério J. V. da Silveira (“As Missões Orientais”, págs. 18 e 19), que isso registra:

“Essas (estâncias) não estavam entregues ao acaso, nem o pessoal que delas cuidava, tirado dos próprios índios, deixavam de observar, lá mesmo, um modus vivendi semelhante ao das Reduções. É assim que nas estâncias havia 15 ou mais casebres para alojamento do pessoal de trabalho, que vinha preencher um certo tempo de destacamento, findo o qual regressava, substituído por outro, para a sua Redução.

Em tôda a estância houve uma capela, construída com paredes de

pedra e coberta de telhas, com seu campanário e pequenos sinos. Interiormente tinha a capela um altar e nicho, de talha dourada, para a imagem do padroeiro. Isso vimos e ainda existe na estância de São José, município de São Borja.

Nenhuma (estância) deixou de ter o indispensável para a celebração da missa e mais atos do culto divino. Como os índios que iam para as estâncias eram casados, aí mesmo eram batizadas as crianças recém-nascidas.

Afastado alguns metros da capela, existia o cemitério murado de pedras. Dêses ainda existem os da citada capela de São José, o de Santa Bárbara, o de São Tiago, São Pedro Tujá e outros.

“Quando um padre ia à estância fiscalizar o serviço feito, fazer apartar (o gado) e mandar para a Redução as reses de consumo, aboletava-se com o irmão leigo, na sacristia da capela, onde era-lhes servida a refeição. Quer êle estivesse, quer não - a capela abria-se ao romper da aurora, e ao entardecer, para as orações quotidianas. O serviço das estâncias não diferia do que atualmente se pratica nas mais bem dirigidas fazendas rio-grandenses ou argentinas, às quais, parece, as Reduções serviram de modelo”.

Deve ter sido dessa época a origem do tradicional costume do capelão de orações, que persistiu por muito tempo nas campanhas rio-grandenses, sabendo-se que, nas estâncias, nem sempre estava o padre para o procedimento dos terços.

Augusto Meyer, em seu “Guia do Folclore Gaúcho”, página 175, diz a êsse respeito:

“O tirador ou puxador era a pessoa convidada a entoar a ladainha nos terços; no Rio Grande do Sul também era chamado capelão. Ficava ajoelhado em frente do oratório da família, a certa distância dos fiéis, que formavam o côro. O tirador geralmente era sujeito de garganta limpa e afeito a essas funções de celebrante leigo. Na campanha percorria as estâncias e ranchos, oferecendo seus préstimos, em troca de pousada por alguns dias”.

Também é possível que outra seja a sua origem, mas o estilo é bem indígena e guarani.

Isso nos lembra a ladainha cantada, com o título de Cristo Nhande-

jara (Cristo, Nosso Senhor), recolhida por Hemetério (ibidem, 283 e seguintes), no Povo de São Luís, a que pertencia a estância passofundense, e Povo também formado por índios da antiga Redução de Santa Teresa. Era cantada em guarani, dando-se a seguinte tradução:

“Cristo, Senhor Nosso - Livrai-nos, Senhor - Dos nossos pecados - Ai, Cristo, Senhor Nosso!”

Depois de cantar tôdas as fases da Paixão, em toada melancólica e triste, finalizava:

“Eis aí o sepulcro - Onde foi encerrado - Teu sagrado corpo - Por nossos pecados - Ai, Cristo, Senhor Nosso!”

ERVAIS DE SÃO JOÃO

“A mais importante indústria extrativa é a da erva-mate, produto da *ilex paraguayensis*, que abunda em Missões...Fundaram esta indústria os jesuítas que não só exploravam as árvores que povoavam as florestas, como fizeram largas plantações em seus domínios aquém do Uruguai. Constituía para êles importante fonte de renda, pois em grande escala comerciavam êste gênero com os povos do Prata”.

Êsse é o registro de Alfredo Varela, em seu livro “Rio Grande do Sul”, página 450, acrescentando:

“Foram os únicos que tentaram sistematizar o trabalho da extração; depois da expulsão dos padres da Companhia, correram as coisas ao sabor dos ervateiros, que faz destroço considerável no útil vegetal”.

Os ervais de Passo Fundo eram propriedade do Povo de São João, assim como os campos de criação pertenciam ao de São Luís.

“Tome-se uma régua, ponha-se uma das extremidades sôbre a barra do Rio Grande, que leva suas águas ao oceano, e a outra sôbre a povoação de Vila Rica, no Paraguai. Em tôda essa linha se acham ervais espontâneos” - eis o que revela o sábio Bompland, conforme Aurélio Pôrto, “História das Missões”, I, 331.

Refere Pôrto, a seguir, que êsses ervais, no Rio Grande do Sul, partindo do rio Uruguai, nas alturas de Nhucorá, seguiam uma linha noro-

este-sueste, sucedendo-se, ao longo dessa linha: “os ervais da Conceição (Rincão de Nossa Senhora), que cortavam pequena parte do antigo município de Cruz Alta, hoje compreendida também pelo município de Ijuí”.

“Mas - acrescenta - a zona ervateira por excelência, explorada quase um século pelos Povos de Missões, foi a que se estende do Jacuí às nascentes do Uruguai, isto é, hoje compreendida pelos municípios de Nonoai, Passo Fundo e Soledade; desde a serra do Butucaraí até o atual município de Erechim” (ibidem, 331).

Passo Fundo ficava, assim, no centro da região ervateira do Estado.

Diz ainda Pôrto às páginas 337 e 338: “Vários pleitos entre êsses Povos correram pela posse dos ervais. Em 1742, os juanistas e miguelistas disputaram os ervais da Conceição (Povo que ficava do outro lado do rio Uruguai). Para solucionar a questão, o Superior dos jesuítas comissionou o Padre Pedro Cabrera, que decidiu a contenda em favor dos índios de São João. Ficou êsse perímetro assinalado com diversas cruces, inclusive uma lápide em que se inscrevera: “Ano de 1742 - Assinalaram-se êstes ervais e puseram estas cruces de pedra com as letras que se vêem nelas, por ordem do Padre Pedro Cabrera, estando presente o Corregedor Pedro Chaury, o Secretário Francisco Cuaracy, e outros quatro homens de ambos os Povos”.

O autor menciona às páginas 336 e 337 que, para quem ia de Cruz Alta, na direção da cidade de Soledade e arroio Paus Queimados, ia encontrar, começando dêste arroio, “os grandes matos de erva”, bem como o primeiro pôsto ervateiro, noticiado por Saldanha, com o nome de Caacorá (Curral de Mato), isto é, “o primeiro dos ervais do Povo de São João”.

Tôda a região de Passo Fundo, Soledade, Lagoa Vermelha, Erechim, Sarandi, Carazinho, etc., oferecia vastos e excelentes ervais, por onde os ervateiros - consoante uma tradição regional - se introduziam, preferentemente nos lugares acessíveis às carrêtas e devidamente rondados pelos guardas armados de sua Redução, prevenidos contra qualquer ataque de surpresa, principalmente dos índios bugres ou caingangs, e também das onças carniceiras que infestavam essas paragens.

Refere ainda Aurélio Pôrto, I, 336: “É o Padre José Cardiel que nos

dá um informe precioso em sua `Relación Verídica', tratando da erva, "tão usada como pão e vinho na Espanha": "Antigamente - diz - iam nossos índios fazer esta erva (assim se diz por lá) aos matos distantes dos Povos, 50 e 60 léguas, porque não a havia a menor distância. Os Sete da Banda Oriental do Uruguai iam por terra, em carrêtas, os demais pelos rios Uruguai e Paraná...Os de terra, voltavam com seus carros carregados, depois de muitos meses..."

Isso confirma as deduções do nosso mestre, Antonino Xavier, "Pai da História de Passo Fundo".

Embora êle não dispusesse, no seu tempo e no seu meio, de elementos para afirmativas categóricas, apresentou, na introdução dos seus magníficos "Anais" (1908), várias razões pelas quais os jesuítas deviam ter influído, outrora, no território passofundense.

Entre elas, cita a passagem obrigatória do Mato Castelhana e, como argumento decisivo, a riqueza do território em erva-mate.

É interessante a sua argumentação, embora já dispensável pela confirmação documental. Verificamos que um raciocínio claro, baseado em autênticas premissas, pode alcançar um grau máximo em objetividade histórica.

Antonino Xavier, sem dispor de nenhum documento indicador que assinalasse Passo Fundo, em qualquer fato jesuítico, assim mesmo conseguiu chegar à realidade que já temos comprovado, tantas vêzes, neste livro.

Nos seus argumentos, em que invoca a premissa da erva-mate, eis o que diz às páginas 7 a 9: "Ao tempo em que os jesuítas eram senhores da região missioneira, o território de Passo Fundo fazia parte do Govêmo de São João Batista, Povo cujas ruínas demoram não longe da confluência dos Ijuís..."

Se o território foi ou não utilizado pelos jesuítas para qualquer fim, não o diz a história contemporânea, aliás aprofundada por não poucos investigadores ilustres; porém, tendo-se em vista a sua topografia e condições especiais, deve-se admitir que o fôsse, atentas as razões que vamos expor, baseadas na própria história das Missões.

Sabido que foram os jesuítas os civilizadores dos seus aborígines, torna-se forçoso admitir que êsses missionários, para isso, o visitassem,

o que, aliás, é corroborado pela tradição popular, uma das fontes de que se apropria o historiador para a reconstrução das eras passadas.

E se o visitaram, é lógico que ao seu espírito de vasta erudição e profundamente observador, não passassem despercebidas as imponentes riquezas naturais de tão privilegiado solo, principalmente êsses imensos ervais, então ostentando todo o vigor primitivo e que, com a máxima facilidade, poderiam ser explorados, em benefício do erário das Missões, cujo principal rédito - di-lo a História - provinha da erva-mate, exportada em larga escala para as praças platinas, onde o seu consumo era enorme.

Poderão nos objetar que a empresa se tomava inviável pela distância a que ficavam os Povos jesuíticos, mas o argumento não oferecerá resistência alguma, se considerarmos que os jesuítas, segundo o testemunho fidedigno de Southey, mandavam buscar no Peru o mármore para as vidraças de seus templos e colégios, porque o vidro não resistia às tempestades do sul que, naquela época, se faziam sentir nas Missões.

Se para obterem um artigo dispensável como êste, transpunham centenas e centenas de léguas, em demanda do país dos incas, claro é que nenhuma dificuldade lhes poderia oferecer o fabrico da erva-mate em Passo Fundo, tratando-se apenas de uma distância de, quando muito, 40 léguas, através de terrenos extremamente favorável ao transporte do produto, que, ao contrário daquele, além de ser exigido pela necessidade de um vasto consumo local, reunia ainda a conveniência de constituir, como já ficou dito, uma importante fonte de receita para as Missões”.

Essa dedução de Antonino Xavier está plenamente confirmada pelo depoimento do Padre José Cardiel (Pôrto, *ibidem*, I, 336), que nos diz que os jesuítas iam buscar a erva a 50 e 60 léguas de distância, em carrêtas, regressando depois de muitos meses.

Antonino Xavier prossegue: “Para os jesuítas, que dispunham de abundantes meios de transporte, como se pode avaliar...e que, além disso, tinham às suas ordens um pessoal numerosíssimo, que não convinha permanecer inativo, a fim de não quebrar a severa disciplina em que vivia, tão necessária à boa ordem das Reduções - semelhante empresa não passava de incidente sem importância alguma.

Havia, é certo, nos arredores dos Povos e noutros pontos mais próximos que o Passo Fundo, extensos ervais a explorar; mas é claro que não poderiam suprir as necessidades de mais de um século de ativa exploração, porque a árvore do mate não é inesgotável, e carece de longo repouso, entre um e outro corte, sob pena de se extinguir, para o que, certamente, não concorreriam os jesuítas, cuja previdência, nesse particular, ficou sobejamente demonstrada pelas grandes plantações de mate que fizeram junto às Reduções.

Acresce que, posteriormente, por ocasião da demarcação de limites entre Portugal e Espanha, nos termos do tratado de 1777, propondo o comissário português o estabelecimento da raia, na região missioneira, pela Coxilha Geral - a isso se opôs o espanhol, alegando que as Missões ficariam esbulhadas dos ervais de que se achavam de posse, desde sua fixação no território, o que constitui argumento de grande força em favor do juízo que emitimos, conforme se verificará pelo mapa do Estado”.

Mas, na sua “Oração ao Mate”, folheto publicado já em 1935, Antonino Xavier pisa terreno mais firme. Em bela prosa, invoca o mate e lhe diz: “Incompreendido, a princípio, e malsinado até, foste combatido pelos missionários jesuítas, que te julgaram pernicioso à civilização dos índios, que êles, no seu zêlo apostólico, visavam converter à doce e consoladora religião de Jesus Cristo. Baldado, porém, todo o esforço em tal sentido feito, e talvez porque apurar viessem as extraordinárias virtudes que encerravas, trataram de aperfeiçoar-te, e na inteligência que lhes era própria, de cultivar-te nas suas Reduções, o que fizeram em larga escala, escolhendo, na tua variedade botânica, as melhores variedades que apresentavas. Assim, firmado o teu papel nas Missões Orientais do Uruguai, as bandeiras paulistas, aventurosamente perlustrando-as, te conheceram e levaram para leste e norte, trocando o teu nome guarani caá pelo de congonha, tirado da língua dos caingangs, na qual eras tu chamado congoin, palavra que dizer queria: “o que alimenta, o que sustenta” Ao mesmo tempo em que te dilatavas para o sul do Rio Grande, entre o povo continentino, das vastas estâncias, e lá, numa eloquente das tuas propriedades admiráveis, te adaptavas de tal modo ao viver da terra que, daí em diante, eras o companheiro indispensá-

vel, quer das madrugadas, quer do descanso do gaúcho, quando êle, retornando da lide campeira, à sombra do umbu, aguardava o preparo, lá dentro, do saboroso churrasco, ao fim do qual, de nôvo te cevava e, regaladamente, libava”.

NONA PARTE

**PASSO FUNDO E A GUERRA DOS
SETE POVOS**

O TRATADO DE MADRID

O Tratado de Madrid influiu tanto na história rio-grandense do século 18, modificando as condições anteriores, quanto o estabelecimento de Pinhais ou Igaí, em Passo Fundo ou a fundação da Colônia do Sacramento, no Prata, na centúria anterior.

Como temos feito até aqui, vamos dar a palavra a um autor abalizado para, concisamente, nos relatar o acontecimento. E, no caso, escolhemos, entre tantos outros de igual mérito, ao historiador Arthur Ferreira Filho que, em sua “História do Rio Grande do Sul”, 2.ª edição, às páginas 36 e 37, assim se expressa:

“Esse tratado, o mais sério, o mais justo, o mais objetivo de quantos se haviam realizado entre as duas nações peninsulares, fôra planejado por Alexandre de Gusmão, grande paulista, ministro de D. João V. Conseguiu o eminente brasileiro convencer o monarca de que mais convinha a Portugal o território de Missões, que lhe assegurava uma fronteira natural, do que a distante Colônia do Sacramento, constantemente ameaçada, exigindo caríssimas medidas de defesa, incompatíveis com os recursos bélicos à disposição. E que, perdendo embora a Colônia, juntamente com as remotas Molucas e Filipinas, bem poderiam tais perdas ser recompensadas com o acréscimo que se obtinha noutros pontos do Brasil, e com possibilidades, mesmo da futura descoberta de apreciáveis jazidas de ouro no território missioneiro. Esses argumentos levaram o enfatuado D. João V a abrir mão da Colônia. Porque o rei de Portugal, preocupado em imitar a grandeza de Luís XIV, não via no Brasil outro interesse além do ouro e dos diamantes, com que alimentava um fausto pueril e desatinada fúria de desperdícios.

Entretanto, o tratado teve, desde logo, ferrenhos opositores. O comandante da Colônia lamentava-se, amargamente, de ser constrangido a entregar uma praça que havia custado tanto sangue. Outros entendiam que, perdida a Colônia, estariam abertas aos castelhanos as portas

de todo o Brasil. Êstes se esqueciam de que as Missões eram uma ponta de lança cravada em nosso flanco ocidental”.

Acrescenta Amyr Borges Fortes, em seu “Compêndio” já citado, às páginas 38 e 39: “Pelo Tratado de Madri, a fronteira meridional do Brasil com terras de Espanha, seria definida por uma linha que partiria de Castilhos Grandes, um pouco ao norte da atual Maldonado, em busca das vertentes da lagoa Mirim e do rio Negro, prosseguindo daí até encontrar o rio Ibicuí, por cujo curso desceria para, finalmente, alcançar as águas do rio Uruguai.

Aceitas, por ambas as potências, os termos do Tratado de Madrid, os governos interessados nomearam seus delegados para, em comissão mista, procederem à demarcação das fronteiras assim admitidas, concretizando, pois, no terreno, suas possessões”.

Rodolfo Garcia, em nota à “História do Brasil”, de Varnhagen, tomo IV, páginas 198 e 199 (3.^a edição), dá a “relação das pessoas enviadas do Reino para a expedição dos limites da América do Sul”:

“Primeira Tropa: De Castilhos até a foz do Ibicuí: Coronel Blasco, astrónomo Padre Panigáí, Tenente de Mar e Guerra Rolim de Vandrek, ajudante Pithon, Tenente Hestko, Cirurgião Pogliani... Segunda Tropa: Do Ibicuí até defronte do Iguereí: Tenente General José Fernandes Pinto Alpoim...Astrónomo Padre Pinceti, Capitão Reverend, ajudante Cavagna, desenhador Ponzzone, Cirurgião Maurício da Costa...Terceira Tropa: Da foz do Iguereí até a do Jauru: Sargento-Mor José Custódia de Sá, astrónomo Miguel Ciera, Capitão Hanelle, Tenente Hatton, Geógrafo Bazines, Cirurgião Bartolomeu da Silva...”

Como comissário titular ou delegado especial foi designado o General Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro.

Segundo Bernardo Nusdorffer, em “História do R. G. do Sul”, de Carlos Teschauer, vol. III, página 207, a representação espanhola estava assim composta:

“Comissário principal: D. Gaspar de Munive, Marquês de Valdelírio, 41 anos de idade; 2.^o Comissário: D. João de Echevarria, 41 anos; 3.^o Comissário: D. Francisco de Argueda, 32 anos; 4.^o Comissário: Manoel de Flores, 31 a 32 anos, tenente de navio; Padre Luís Lope de Altamirano, 50 e tantos anos; Padre Rafael de Córdova, 35 anos; Padre Inácio de

Altamirano; Oficiais demarcadores: D. Atanásio Baranda, D. Francisco Millan, D. Alonso Pacheco e D. Blas Gascon, Secretário de Valdelírios”.

O Padre Nusdorffer, que só admitia um Rio Grande jesuítico, isto é, nem castelhano e nem português, menciona ainda às páginas 470 a 473, um comentário corrente nas Missões, por essa época, e que traduzia o pensamento jesuítico a respeito das injustiças do Tratado de Madrid.

Diz êle: “Entretanto, oiçamos outra novidade. E é a que segue:

Dizem os que favorecem aos lusitanos, neste negócio, que estas terras dos Sete Povos, que agora se entregam à Coroa de Portugal, não eram já dos índios, senão dos portugueses, porque êstes já a tinham conquistado nos anos de 1634, 36, 38, do século passado, quando então os portugueses de São Paulo, do Brasil, com suas conquistas, haviam chegado, pelo rio Uruguai, até São Xavier; e, por terra, até o Povo de São Nicolau.

Que os mesmos (portuguêses), alguns anos antes, haviam se apoderado das terras do Jacuí e do Igaí (Pinhais), quando se apoderaram dos Povos de São Paulo de Caaçapá-Guaçu, desta nação Guarani; de São Carlos, de Santa Teresa, Jesus-Maria, Visitação, São Joaquim, São Cristóvão; e que haviam fugido, como covardes, os de São Miguel, São Cosme, São José, Natividade, Santa Ana, Candelária e São Tomé e, assim, estas terras, desde então, já não eram dos índios, mas dos portugueses. E que, ao se lhes entregar agora estas mesmas terras e Povos, não se faz mais do que entregar-lhes o que é seu.

E que, tirando delas agora aos índios, não se faz mais do que retirar delas aos possesores de má fé, entregando-as ao seu dono (Portugal), do qual já eram.

Êste é o argumento nôvo, com que agora se saem...Respondo:

1º) - Todo o mundo erudito sabe que Alexandre VI, Sumo Pontífice, a 4 de maio de 1493, com uma Bula sua, repartiu a América entre estas duas Coroas (de Portugal e Espanha). A linha que as dividia passava pelos dois pólos, cortando a equinocial no grau 330 de longitude (pôsto o primeiro meridiano na ilha Ferri)...Agora, pois, o Povo de Santo Ângelo, que era o Povo, dentre os Sete, mais próximo dos portugueses e suas terras do Brasil, tem de longitude, segundo observações astronómicas do Padre José Quiroga, só 323,55. Para o grau 330, faltam, portanto, 6

graus. Dando a cada grau 20 léguas, são 120 léguas. Logo, Santo Ângelo e, conseqüentemente, todos os demais 6 Povos, estão fora das terras de Portugal e de suas conquistas. Só se pode duvidar quanto às terras de suas estâncias, que podem ter entrado algo em suas conquistas (de Portugal). Logo, é falso que estas terras eram dos portugueses e que os portugueses a podiam conquistar.

2º) - Os mamelucos do Brasil, do povo de São Paulo, não são e nunca foram portugueses. Logo, ainda que se concedesse que os mamelucos a tenham conquistado, não o seria pelos portugueses.

Que os mamelucos não são portugueses, são os mesmos portugueses que o dizem e o disseram. E prova-se: Quando ditos mamelucos destruíram e cativaram, na Província do Guairá, no Paraná, mais de 14 ou 13 Povos cristãos, e a outros seis no Igaí, afugentando outros oito com suas execráveis crueldades, os padres missioneiros desta Província, em todo o mundo, se queixaram desta crueldade e insolência, dizendo que os portugueses do Brasil haviam-lhes destruído e cativado seus Povos e cristãos, impedindo que infinidade de infiéis se convertessem, etc.

A ilustríssima e honradíssima nação portuguesa saiu em defesa de sua honra, dizendo que os mamelucos do Brasil, que tal praticaram, não eram portugueses, nem os conheciam por tais; que êsses mamelucos eram gente heterogênea (colheditia) de franceses, huguenotes, holandeses, calvinistas, ateístas, judeus engastados e engendrados nas índias Caribes, e gente indomável, que não tinham lei nem rei; e queixaram-se a um dos nossos Padres Gerais, e o Geral escreveu aos missionários, proibindo-lhes chamassem mais a êsses mamelucos, de portugueses, nem aos portugueses do Brasil, de mamelucos - e assim o li entre as cartas dos nossos Gerais, etc.”

O Tratado de Madrid, justíssimo sob o aspecto territorial, como fri-sou judiciosamente Arthur Ferreira Filho, era, no entanto, clamorosamente iníquo ao tratar ou dispor dos índios missioneiros. Determinava simplesmente a evacuação dos índios, com seus bens móveis e semoventes, em todo o território das Missões, do lado de cá do rio Uruguai, impondo-lhes uma transmigração forçada para a outra banda.

Diz o General Ptolomeu de Assis Brasil, em seu livro “Batalha de Caibaté”, página 28:

“Embora firmado na melhor das intenções, êsse tratado - discutível para os interesses portugueses quanto ao território - era evidentemente iníquo para a infeliz população das Missões, computada, então, em 30.000 naturais”.

Souza Docca, em sua “História do Rio Grande do Sul”, como já citamos anteriormente, fixou bem um aspecto inconsiderado da alma aborígine, nas páginas 52 e 53, quando tratou da evacuação, no século anterior, das Missões assoladas pelos bandeirantes - dizendo:

“O aborígine rio-grandense teve então oportunidade de revelar um entranhado apêgo ao solo natal. Tão forte era êsse sentimento que, a despeito da obediência servil em que fôra educado, desatendeu aos padres, recusando-se a segui-los, preferindo o cativo sob o domínio dos paulistas ou o retorno às selvas, ao abandono da terra em que nascera e vivia. Êsse sentimento tão altamente revelado e que tanto impressionou aos Padres, foi por êle explorado mais tarde, para se oporem ao Tratado de 1750, oposição essa que deu margem à guerra guaraníca”.

Veremos, todavia, que o ilustre historiador não teve razão, quanto à pretendida “exploração” pelos padres, dêsse sentimento nativista.

É o mesmo Souza Docca que, pouco adiante, externa:

“Forte, muito forte, porém, era o apêgo à terra natal. Êsse sentimento, passado o primeiro estado de inconsciência, em que a obediência passiva predominara, se manifestou intenso e começou a repulsa ao abandono da terra. Muitos se desgarram durante a marcha e se internaram nos matos, onde foram respirar, desafogados e satisfeitos, pela liberdade e pela alegria de ficarem. Outros levaram a desobediência até o sacrilégio, como aconteceu com os que eram dirigidos pelo Padre Alfaro, que chegara ao ponto de quebrar o altar portátil dêste sacerdote. Um tuxava da Redução de São José ameaçou de morte o Padre Cataldino que caiu de joelhos, entregando-se ao golpe, que o cacique não quis desferir, impressionado com essa atitude ou condoído da humildade”.

Diz Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, II, páginas 205 e seguintes: “Por ocasião da execução do Tratado, dirigiam os Sete Povos, como curas, companheiros e auxiliares, os seguintes padres:

SAO BORJA

Padre Miguel Amengual, e os companheiros, Padres Antônio Plaines e Jaime Mascaro;

SÃO NICOLAU

Os Padres Carlos Tux e João Gilge;

SÃO LUÍS

(Com jurisdição sobre a estância de Passo Fundo, acrescentamos à menção de Aurélio Pôrto): Os Padres Inocência Erber e Jacinto Marques;

SAO LOURENÇO

Os Padres Tadeu Enis, Francisco Xavier Limp e José Unger;

SAO MIGUEL

Os Padres Lourenço Balda, Miguel de Sotto e Diogo Palácios;

SÃO JOÃO

(Com jurisdição sobre os ervais de Passo Fundo, acrescentamos ainda à menção do mesmo autor): Os Padres Luís Charlet, Pedro Viedma e Adolfo Skal;

SANTO ANGELO

Os Padres Bartolomeu Pisa e José Garcia”.

E Pôrto acrescenta: “Muitos outros aparecem dirigindo momentaneamente os Povos ou sendo capelães de suas estâncias”.

Diz o Coronel Calvet Fagundes, nos já citados “Estudos Regionais”, separata do “Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul”, ano VI, n.º 12, página 7:

“Nesta condição, o território (de Passo Fundo) resistiu, através dos

tempos, às incursões dos bandeirantes, ávidos de riquezas minerais, de gado e escravos, que mais se recrudescem após o Tratado de 1750 Tratado de Madrid inoperante em sua resolução, pela ação organizada das Reduções, sob a chefia dos padres jesuítas, e improficuo ante o apêgo do selvagem à sua terra...Foi o território de Passo Fundo guarda avançada na resistência à invasão dos portugueses e espanhóis, com o estabelecimento de uma fôrça permanente, nas orlas do Mato Castelhana..."

A consequência do Tratado de Madrid foi a desastrosa guerra de 1752 a 1756, chamada Guerra das Missões ou Guerra Guaranítica, de que teve participação, em vários momentos, o território passofundense.

A OPOSIÇÃO INDÍGENA

Escreve Aurélio Pôrto, em sua "História das Missões", II volume, página 202:

"Antes mesmo de deixar o Rio de Janeiro...determinou o General Gomes Freire de Andrada que o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu passasse a São Paulo, onde deveria recrutar duzentos paulistas escolhidos para constituir um corpo de batedores que procedesse no conhecimento prático do terreno da Comissão Demarcadora. Satisfez Cristóvão Pereira o encargo; e, em 1752, ia se reunir a êsse alto comissário à frente do contingente que trouxera".

O mesmo autor, em nota à mesma página, diz: "Encontram-se no "Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul" (Museu Júlio de Castilhos), às Folhas de Mostra dêsse corpo de paulistas, organizado por Cristóvão Pereira, dos quais muitos ficaram no Rio Pardo, constituindo troncos da família rio-grandense. Pertencem, em sua maior parte, a antigas famílias bandeirantes, cujos nomes figuram entre os mais assinalados da era das bandeiras".

Escreve Ptolomeu de Assis Brasil, em "Batalha ' de Caibaté", página 45:

"Tanto que Gomes Freire recebeu a designação para o nôvo encargo, cogitou, com aquela dexteridade que era um traço de seu patriotis-

mo comprovado, dos preparativos para executá-lo no mais curto prazo. E foi assim que, partindo a 19 de fevereiro de 1752, no citado navio (“N. S. da Lampadosa”), para Santa Catarina; desembarcou a 29 na fortaleza de Santa Cruz, hoje Anhato-Mirim. Daí, em escaler, pela barra do sul, à Laguna e Garopada, de onde prosseguiu a cavalo, pela praia, até Rio Grande e Castilhos, local designado pelos soberanos para darem início à demarcação, e onde se encontrou com Valdelírios”.

E acrescenta à página 47:

“A 29 dêsse mês (outubro de 1752), ficou terminado o assentamento do primeiro marco norte-sul, sôbre uma pedra chamada Boa Vista, junto ao mar, mais próxima ao monte de Castilhos Grandes, tendo na face norte as armas de Portugal; na face sul, as de Espanha, com inscrições alusivas. Em novembro foi colocado o segundo marco, em índia Muerta. Em dezembro, ficou assentada a direção da primeira linha do alto do Xafalote, seguindo a divisória pelo cume de um monte, cujas vertentes vão, pela parte de Espanha, ao mar, e pela de Portugal, à lagoa Mirim”.

E acrescenta:

“Achando-se todos acampados, desde 28 de dezembro, em índia Muerta, aí foi ter o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que participou ao General Freire achar-se já na guarda do Chui o contingente de 200 sertanejos paulistas, adrede trazidos para abrirem picadas e caminhos. Foram designados para prestar seus inestimáveis serviços à primeira partida”.

Entrementes, os índios missioneiros, que até então descreiam da execução do Tratado de Madrid, que iria expulsá-los de suas terras, viam a dura realidade, depois de dois anos de protelações. Vendo ruírem tôdas as suas esperanças de ficarem em sua terra natal, agitaram-se, revoltando-se contra portugueses, espanhóis e contra os mesmos padres que insistiam em sua remoção para a outra banda do rio Uruguai.

Iriam êsses índios, daqui por diante, traçar os rumos do seu destino, independentemente, escrevendo sua própria história.

De parte da Companhia de Jesus, veio como comissário, para tratar da transladação dos índios, o Padre Luís de Altamirano.

O Padre Bernardo Nusdorffer, Superior dos jesuítas regionais,

levando a mensagem do padre comissário, dirigiu-se aos Sete Povos, “mostrando-lhes a conveniência de cumprir as determinações reais”.

É o mesmo Nusdorffer quem descreve os acontecimentos missioneiros, relativos à Guerra Guaranítica, conforme seu “Relatório da Transmigração e Guerra dos Sete Povos”, que se vê na “História do Rio Grande do Sul”, volume IH. A essa obra recorreremos, daqui por diante, em tudo o que se refere a êsse período (1752-1756), e o faremos com assiduidade, em razão de sua espontaneidade e riqueza documental.

Escreve êle, *ibidem*, 198 e seguintes, referentemente ao ano de 1752:

“A 9 do mesmo mês (março), cheguei a São Nicolau. A 11, falei ao cabildo e caciques que havia no Povo, pois outros não se achavam e estavam, porém, em guerra e não haviam regressado. Puseram-se em nossas mãos, dizendo (que) queriam ser vassallos do rei de Espanha e não dos portugueses. Perguntados sôbre a terra para a qual desejavam mudar-se, responderam que não sabiam que terra podiam escolher. Um cacique principal, cujos avós foram os primeiros que aceitaram o batis-mo, respondeu que êles - desde seus avós e desde o princípio - tinham a terra que habitavam, etc.

A 14 de março falei aos luisistas, em seu Povo, e se puseram em mãos de S. Majestade, e vindo, no outro dia, todo o cabildo e caciques novamente aos meus aposentos, se pôs de joelhos o corregedor, depon-do aos meus pés o seu bastão, dizendo que ao nosso rei se sujeitava em tudo, de própria vontade, perguntando-me, logo sôbre as terras para onde podiam mudar-se. Concordaram quanto a um rincão, entre Iberá, rio de Santa Lúcia e Mirinai; e respondi-lhes que falaríamos outra vez sôbre isso...que sôbre êsse rincão havia suas dificuldades, por terem-no pedido os de Conceição, seus parentes; que, com êste Tratado perdiam também o caminho para a estância do Ibicuí, etc.

A 17 de março, falei aos lorenzistas, e vieram a obedecer a S. Majes-tade, (concordando) em mudar-se.... responderam que queriam outra vez juntar-se com os de Santa Maria-Maior, de onde haviam saído para fazer o Povo de São Lourenço... (págs. 199-200).

No mesmo Povo de São Lourenço, falei com o Padre Palácios, cura

de São Miguel, para que, entrementes, falasse aos seus (índios), enquanto eu me encaminhasse para lá (págs. 199-200).

A 19 de março falei aos miguelistas... (págs. 199-200).

A 22 de março, falei aos de São João...

No dia 23 de março, falei, no Povo de São João, o cabildo de Santo Ângelo e seus caciques, sobre o mesmo assunto... (pág. 201).

A 10 de abril, vim a São Borja, e lhes falei, contando todos em não estarem sujeitos aos portugueses (pág. 202).

Falei com êle (cacique principal de São Nicolau) luas vêzes.... Tudo (o que êle falava) eram despropósitos de uma má cabeça. Disse-me, entre outras coisas, sobre essa mudança: "... não dizeis vós outros mesmos que ainda que o inferno se levante contra a Igreja que não há de prevalecer? (págs. 111 a 214).

Consultei com meus assistentes sobre o que se podia fazer com semelhantes más cabeças, e foram)s demais de parecer que se tivesse paciência para não piorar as coisas, e que com imposição de penas podiam enfurecer-se, e que, se saíssem mal, i nós outros deitariam culpa de tudo.

... Eu, como havia sido seu cura; e duas vêzes seu Superior e Provincial; e como os havia visitado muitas vêzes, já como Superior e (já) como Provincial, quis provar que os podia fazer mudar (de tensão) e persuadir com cartas minhas. Escrevi-lhes, em carta, quantos motivos me pareceram bons para êles. Leu-se-lhes a carta três vêzes: no púlpito de sua igreja e fora. Obrigou-os o padre (cura de São Nicolau) e lhes deu papel para que me escrevessem, em resposta. Responderam que não queriam mudar-se e todo o meu trabalho ficou perdido...

No tempo em que o padre Superior andava por aí, durante sua visita, colheram a um mulato, casado com uma nicolaísta e seu estancieiro, o qual, por ordem do padre, pretendia dar umas reses aos demarcadores quando (êstes) chegassem. Puseram (o mulato) em cárcere, maltrataram-no a pauladas e quiseram matá-lo, dizendo que êle queria entregar aos espanhóis o seu gado, bem como aos portugueses...

Foram encontrar o mesmo padre Superior, dizendo-lhe, a gritos, tirasse o Padre Carlos (de São Nicolau) e lhe ordenasse não mais falar sobre a mudança. Esta foi a primeira semente de rebeldia...(página 214).

Despropositaram-se muito contra o Padre Diogo (Palácios) e Miguel Herrera (do Povo de São Miguel). Havendo ido os dois a meio caminho para prover as coisas, os que haviam de caminhar à frente, com suas mulheres, tomaram as mulas e cavalos que pretendiam tomar e voltaram ao povoado. Ao cavalição do Padre Miguel Herrera, mataram; às cartas (que o mesmo trazia) abriram; e outras mil insolências (fizeram), dizendo que os Padres Diogo e Herrera não mais pensavam nisto (trabalho de roçar e outros), mas queriam entregá-los aos portugueses (páginas 214-215).

Chegou, finalmente S. Revma. (o Padre Comissário, Altamirano) ao Povo de Japeju, com o Padre Rafael de Córdova e Irmão João Bullet, que o assistiam; e com o Irmão Terrán, que vinha ajudar nas estâncias; e o Padre Lourenço Balda, por intérprete.

...Ficou em Japeju de 15 de agosto até 9 de setembro, atarefado em escrever a Roma, a Madrid, ao Marquês (de Valdelírios), etc. (pág. 215).

A 9 de setembro saímos para a Cruz...A 19, saímos da Cruz para São Borja, onde chegamos a 21 de setembro. Aqui, em São Borja, chegou a primeira proposta do Padre Diogo Palácios, propondo deixar seu curato (de São Miguel). Pedia também que tirassem o Padre Herrera da estância (de São Miguel) por estarem de mal com ele os miguelistas, que o queriam matar. O padre comissário queria desde logo mudar êsses padres, e enviar por cura o Padre Lourenço Balda, mas finalmente se deixou persuadir...que chamasse ao Padre Diogo e se informasse melhor sobre o que havia (págs. 215-216).

A 2 de outubro, saímos para São Tomé, onde preferiu estar o padre comissário...

Veio o Padre (Diogo Palácios) informando-lhe que aquilo, dia a dia, piorava...(pág. 216).

A 15 de outubro, soube-se, por carta do Padre Charlet que os juanistas, combinados com os miguelistas, seus parentes, já não queriam mudar-se...que haviam pedido ao padre superior que tirassem daí o Padre Bartolomeu Pisa, por ter um irmão entre os portugueses, casado... (página 217).

Assinalou (o padre comissário) as pessoas que deviam ir com as transmigrações.

O Padre Ovando com o Irmão Terrán, haviam de ir à estância de São Lourenço para tirar o gado.

O Padre Miguel Sotto e o Irmão Antônio Munhoz, à estância de São Luís (anotamos que a essa estância pertencia os campos de Passo Fundo), para o mesmo (fim), ou à de Santo Ângelo.

O Padre Escal (Skal) à de São João, e o Padre Enis para companheiro de São João.

O Padre Danesi por companheiro, em São Luís; e o Padre Fleischer, com os luisistas, ao nôvo Povo.

O Padre Mascaro ao nôvo Povo de São Lourenço” (pág. 217).

A Santa Maria e Mártires se lhes ordenou que ajudassem aos lorenzistas, quando passassem...

Aos Povos de baixo, que ajudassem a São João...

Ao Padre Marqueseti, que se dessem 300 vacas a São Lourenço...

A São Cosme e Itapuá, que ajudassem a fazer ranchos para os lorenzistas...

Quando se pediram cavalos para São Miguel a vários Povos (a uns, 100, a outros 80) foram a vários preceitos, a particulares outros, ao Padre Cardiel ou outro cura do Uruguai, 11; outro, 9, e outros 2, etc. (pág. 218).

Até aqui, um apanhado, a esmo, tirado da obra do Padre Nusdorffer.

Ptolomeu de Assis Brasil, *ibidem*, páginas 50 e 51, assim resume em que deu a transmigração tentada:

“Pelas ruas, bradavam (os índios), entre outras, exclamações desesperadas como estas: `Juntemo-nos todos; acabemos com os nossos mortais inimigos´.

Tais informações foram levadas ao conhecimento de Altamirano que recebeu, também, um manifesto dado como escrito pelo índios dos Sete Povos, lamentando-se e protestando resistir. As mudanças já iniciadas por alguns dêles, deixaram de ter prosseguimento, ante as dificuldades, embaraços e má vontade manifesta e até certo ponto justa, mas insana.

As gentilidades de São Luís, dirigidas pelo Padre José Garcia, chegaram a atravessar o Uruguai, rumo ao Mirinai, mas temendo hostilidade dos charruas, e chamadas pelos luisistas restantes, estimuladas pela

revolta de São Nicolau, regressaram, depois de terem feito 259 léguas de penoso percurso.

Altamirano, de São Tomé, onde permaneceu precavido, de 2 de outubro de 1752 a 31 de janeiro de 1753, viu-os passar. Quando partiu de Japeju a La Cruz, a São Borja, onde estanciou os últimos dez dias de setembro; e a São Tomé, teve de viajar receoso, escoltado por 80 santafecinos, 50 índios e um padre que servia de intérprete. Malevolamente, foi espalhada nos Povos a balela de ser Lope Altamirano português disfarçado em sacerdote jesuíta, para dêles tomar conta. Em setembro de 1752, trezentos homens, comandados por José Tiaraju - Sepé - saíram de São Miguel, determinadamente, para o repelir ou matar.

Sepé, famoso mais tarde, marchou para Japeju, paradeiro de Altamirano, com o fim de verificar se eram fundadas as denúncias, e no último caso, lançá-lo ao rio. Estava Altamirano, acidentalmente, em Santo Tomé quando recebeu secreta notícia, por um mensageiro do Padre Lourenço Balda, sobre o que se tramava contra sua pessoa.

Reputando inútil, então, qualquer tentativa, temendo possíveis consequências, fugiu de Santo Tomé em 31 de janeiro, para Santa Fé, de onde foi a Buenos Aires, chegando a 6 de abril de 1753”.

Os índios tinham determinado permanecer em sua terra natal, mesmo contra portugueses, espanhóis e toda ordem dos jesuítas.

OS JESUÍTAS E O CUMPRIMENTO DO TRATADO

Alguns historiadores ainda não se libertaram do parcialismo, no tirante a êsse período fundamental da história do Rio Grande.

Uns, levados pela paixão contra o jesuitismo em geral, sem distinguir entre o jesuitismo europeu ou político, e o jesuitismo americano ou missionário - acusam os padres pela resistência indígena aos trabalhos da demarcação de limites.

Outros, defensores intransigentes do jesuitismo, também sem discernir seus dois galhos, de procedimento tão diverso entre um e outro, e sem mesmo atentarem em que o próprio Sumo Pontífice condenou o ramo europeu pelos seus desmandos, acarretando a extinção da or-

dem - tudo fazem por enegrecer os fundamentos do lusitanismo no Rio Grande do Sul.

O próprio Aurélio Pôrto, historiador de alto coturno, a quem tanto devemos na elaboração deste livro, faz algumas e injustas restrições aos jesuítas, nessa quadra. Pelo menos, lança labéu sobre a memória de alguns missionários, no volume II de sua "História das Missões", página 210, onde escreve:

"É quando surge, no cenário das missões, a figura malsinada do Padre Lourenço Balda, sobre cuja memória pesam responsabilidades tremendas pelo trágico desenvolvimento dos negócios missioneiros".

E acrescenta à página 212:

"Além do Padre Balda, considerado a alma da resistência, os Padres Adolfo Skal, Tadeu Enis e Miguel de Sotto, assumem maiores responsabilidades. Acusam-nos os documentos, inspirados em ódio aos jesuítas, de serem os organizadores da resistência armada, etc."

Pôrto, sem querer, anula a seriedade da acusação, ao invocar, por suas próprias palavras, os "documentos inspirados em ódio aos jesuítas". São documentos parcialíssimos, que devem ser aproveitados com cuidado, como elemento de prova.

Nusdorffer, apesar de jesuíta, olhava os acontecimentos com mais objetividade, apesar de ser parte nos acontecimentos. Por toda a sua relação, verifica-se que seus juízos são, por vezes, verdadeiros libelos contra esse ou aquele jesuíta, incluindo o padre comissário, Altamirano, mas não pelos motivos trazidos pelos autores anti-jesuíticos. E libelos também contra os índios rebelados, contra os portugueses e contra os espanhóis. Podemos não concordar com a maioria dos seus juízos, mas não podemos desprezar, como elemento probante, aquilo que nos relata.

O Padre Lourenço Balda, malsinado por Aurélio Pôrto, é, segundo Nusdorffer (ibidem, 230), quem prega comoventemente aos índios, em prol da transmigração, com perigo de sua própria vida.

"Os de São Miguel - diz o relator - aos quais falou o Padre Balda, vieram de joelhos, no dia de Natal, com o Menino Jesus na mão, e com lágrimas nos olhos se resolveram à mudança e transmigração, ainda fossem os chefes do primeiro alvoroto".

E à página 233:

“No princípio do ano, para arraigar mais os bons intentos de seus miguelistas, ordenou o Padre Balda uma procissão de sacrifício em seu Povo...”

À página 235:

“...meteram-lhes (os nicolaístas, falando aos miguelistas), tais coisas e patranhas na cabeça que, estas espalhadas pelo povo, bastaram para alvoroçar os miguelistas pela segunda vez, piorando as coisas, de maneira que todo o trabalho do Padre Balda e de outros padres ficou perdido”.

À página 244:

“Vamos, pois, ao último ato desta tragédia, ao Povo de São Miguel. O Padre Lourenço Balda, seu cura, ouvindo as sem-razões que, em nome dos nicolaístas, se espalhavam pelo Povo, procurou atalhá-las, demonstrando-lhes que eram mentiras dos índios (nicolaístas); e ainda que não fôssem agora (isto é, transmigrassem), ajudados de cavalos e mulas, assinalou o tempo, pouco mais ou menos, em que haviam de sair (de São Miguel) para o (lugar) Baldés, ao menos uns 300 índios dos 400 que pedia o padre comissário. Porém, a maioria dos amotinados, muito firmes em não querer mudar-se e deixar suas terras juntou-se, a 19 de janeiro, ao som do tambor, na praça, com suas armas, perto de 600 índios, levando por diante de si, na praça, aos que eles sabiam desejar a mudança e aos que, por suspeita, julgavam ter levado ou trazido correspondência do padre comissário, e, ainda, aos que falavam em favor da mudança.

Tropas e quadrilhas de soldados (página 245, corriam por várias partes, em busca dos tais. Um piquete, com monteiras ajustadas, tirou da casa do Padre ao maestro de música; outro, foi à horta, em busca do môço (serviçal) do padre, que fazia cozimentos de não sei que conserva; e tiraram-nos dali com violência. Perguntaram-lhes os padres o que queria dizer aquilo, aquela insolência e desrespeito. Responderam-lhes (os índios) de armas caladas e voz desentonada, aos gritos, que precisavam `daqueles´ - e os levariam a força, sem deter-se”.

Narra Nussdorffer o motim e a difícil intervenção dos padres que, apesar de tudo, salvaram aquelas vidas, de antemão condenadas pelos

amotinados. A violência dos índios terminou pateticamente, em fervorosas orações na igreja, a convite dos sacerdotes.

“Disseram (os índios) depois ao Padre Balda que bem sabiam que nós outros (os padres), não tínhamos culpa nessa mudança, senão que o padre comissário é quem a tinha tôda. E, assim, queriam ir armados a São Tomé, para lançá-lo rio abaixo, e que nisto estariam firmes”.

Vimos que, efetivamente, foram em busca do padre comissário, com esta determinação, tendo à frente o índio Sepé Tiaraju, principal amotinado de São Miguel.

Diz Nusdorffer, então à página 246:

“O Padre Balda se valeu do Irmão (que ali tinha chegado)... para dirigir, com segurança, cartas ao padre comissário, avisando-lhe dos intentos dos índios, pois não tinha outro modo de despachar a correspondência, dado que os amotinados a recolhiam e abriam, como já haviam feito com outras que êle (Padre Balda) havia escrito ao padre comissário”.

Vimos também que o aviso do Padre Balda chegou a tempo, causando a fuga de Altamirano para Buenos Aires.

E é a êsse Padre Balda que Aurélio Pôrto e outros autores, fazendo eco aos versos de Basílio da Gama, acusam de mentor dos índios rebeldes! Bem triste chefe devia ser, nessa condição de prisioneiro, vigiado e constrangido pela indiada em desatino...

Vejamos ainda à página 247:

“Tinha, pois, o Padre Comissário já cinco cartas do Padre Balda, com avisos tão fatais; e vendo as coisas em tão mau estado e ainda em perigo a sua pessoa; e vendo que cada dia chegavam piores notícias, de que o buscariam - e entre elas uma, de que os miguelistas já estavam em Itacorá, pôsto da estância de São Nicolau, no caminho de São Tomé (ainda que fôsse falsa) - determinou escapar...

A 28 de janeiro, chegou aviso do Padre Balda de que uma tropa de descontentes, de 300, haviam saído efetivamente de São Miguel...”

E à página 248, diz o Padre Nusdorffer:

“O mêdo que concebeu o padre comissário, com as cartas do Padre Balda, ao que parece, não foi mediano, porém grande, sem podê-lo dissimular...Chegou a 2 de fevereiro à Cruz e a 3 do mesmo ao Japeju...”

Não menos precária era a situação dos Padres Tadeu Enis, Adolfo Skal e Miguel de Sotto, outros três acusados por Aurélio Pôrto e os autores anti-jesuíticos.

Os índios, temendo a fuga dêles, desfalcando o serviço religioso, buscavam retê-los, pois não se conformavam sem uma assistência espiritual, único ponto em que os padres ainda tinham ascendência. Mas punham-nos sob vigilância, interceptando tôda correspondência, não hesitando em atacar o mesmo matar os estafêtas, em meio do caminho, armando-lhes emboscadas.

Sôbre os Padres Balda e Enis, além de outros, narra Nusdorffer a seguinte passagem:

“Chegaram êles (os demarcadores) a Santa Tecla, a 27 de fevereiro (1753), nas cabeceiras do rio Negro.

Descobriram-nos logo os 60 soldados (índios) que os miguelistas tinham ali, e os fizeram deter aí, recebendo dos mesmos cartas que o Sr. Dom João de Echevarria, Dom Francisco Bruno Zavala e o Padre Fabra escreveram ao Padre Miguel de Herrera, que já não estava na estância.

Pediam-lhes (página 255), nas cartas, bois, cavalos e dois vaqueanos para prosseguir o seu trabalho e fazerem suas diligências. Os índios receberam as cartas. Não as entregaram ao Padre Tadeu Enis; levaram-nas a São Miguel, e, ainda que o Padre Herrera já estivesse ali, recém chegado da estância, nem a êle, nem ao Padre Balda as entregaram. Nem lhes disseram que as traziam, senão que as levaram direito ao Padre Superior. Êste as remeteu ao Padre Balda, dizendo que respondesse às mesmas...

Respondeu o Padre Balda, mas quando chegaram as cartas à estância já havia 13 dias que os demarcadores se retiraram.

Quando o Padre Enis soube que (os demarcadores) haviam chegado, quis ir vê-los. Não o deixaram os miguelistas, dizendo-lhe que os portugueses haviam de fazer com êle o que fizeram com o Padre Marcos Villodas, noutro tempo, ferindo-o e levando-o cativo à Colônia. Quis (o Padre Enis) escrever-lhes. Nem isso lhe permitiram”.

Diante dos demarcadores, cujos trabalhos ficaram interrompidos, os índios disseram, entre outras coisas (páginas 255 e 256), que “Deus lhes havia dado esta terra, e aos portugueses o Ibicuí-Maroti, e não

esta"; e, perguntados, em carta, por Dom João de Echevarria, sôbre a razão pela qual interrompiam os trabalhos de demarcação, invocaram o nome do Padre Balda, com muita malícia:

"Ao princípio - diz Nusdorferr - responderam com dislates, de que o Governador, o Provincial, o Superior e o seu Cura, o Padre Balda não o queriam."

Até aqui temos visto em que difícil e premente situação se encontravam os Padres Balda e Enis, dois dos incriminados por Aurélio Pôrto e outros autores.

Os dois outros acusados, Padres Miguel de Sotto e Adolfo Skal não estavam em melhor situação. Foram levados, no correr dos acontecimentos, para uma distante paragem da estância de São Miguel, pertencente à Serrania do Tape, lugar denominado Apucaçuró (Nusdorffer, *ibidem*, 494), aqui na região serrana, entre os Ijuís e o Jacuí-Mirim.

Ali ficaram até depois de ter sido efetivada a transmigração que se seguiu ao descalabro de Caiboaté. Muito embora chamados pelos seus Superiores e pelas autoridades espanholas, do outro lado do Uruguai, os referidos padres não puderam atendê-los, diante da vigilância dos índios.

Sôbre êsse episódio, fala Nusdorffer, em seu "Relatório", na obra citada, páginas 487 a 490, a página 494. Diante da intimação recebida, os dois padres conseguiram comunicar-se com aquelas autoridades, enviando cartas, tendo o Padre Adolfo Skal respondido no item 2.º:

"Que ambos não se haviam metido (em Apueaçuró) por sua vontade, senão que os índios os haviam levado à fôrça; e que também contra sua vontade se encontravam detidos; e que se pudessem ir, não havia necessidade de recomendação e nem de ordem, pois que, espontaneamente, teriam partido com tôda a presteza" (*ibidem*, 488).

É o mesmo Aurélio Pôrto quem escreve, no mesmo volume, às páginas 208 e 209:

"Tratavam os Povos de efetuar a mudança, e muitas famílias haviam já transposto o Uruguai para tomar conta de suas novas terras, quando surgiu um movimento de rebeldia, que partiu dos índios de São Nicolau. Um índio ladino, Cristóvão Paicá, que havia estado longos anos, fugido entre os portugueses do Brasil, contrariando as insinuações

dos padres que cumprissem a ordem real, lhes fêz ver a injustiça que se lhes fazia, arrancando-os de suas casas. Lavrou logo a rebeldia que se comunicou a outros Povos”.

As alegações de que os jesuítas insuflaram os índios não procede, por falta de fundamento sério - e partem tôdas, sem maior exame, de fontes anti-jesuíticas.

O que é patente, nessa quadra, é a firme determinação dos índios contra a mudança. Nossos indígenas sabiam bem o que queriam, proclamando-o alto e a bom som. Não eram manobrados, porque a ninguém atendiam. E, na sua simplicidade, tampouco defendiam interesses de ordem económica, social ou política.

Queriam, isso sim, permanecer em sua terra natal, num grito inconsciente de nativismo que aquelas almas primitivas, apenas douradas pela civilização, tornavam irracional, impetuoso, fôsse lá contra quem fôsse, num fatalismo trágico e sublime, como alguns dos grandes movimentos humanos da história universal.

Nada melhor espelha a situação do que a seguinte carta do Padre Bartolomeu Pisa, datada de Santo Ângelo, dirigida ao padre comissário, Luís Altamirano:

“Aqui estou com êstes índios, como antes, senão pior, e não terem se só contra mim atribuo-o à Providência de Deus. Não há que insinuar-lhes a entrega, porque se põem como uns tigres; não lhes falo palavra, de temor que façam algumas das suas, porque sei que vários Povos os estão incitando a que se levantem, persuadindo-os com mil disparates. Meu padre comissário: estamos, nós outros, aqui apenas com a Providência de Deus. Porque, por têmos muito insistido (na mudança), chegam a entender que nós outros somos os autores de sua desdita. Com isto, perderam por nós a reverência e estima: olham-nos quase como a seus maiores inimigos. Por amor de Deus: Vossa Reverendíssima não nos ordene que lhes falemos outra vez, porque, certamente, farão algum disparate conosco, por estarem como que despeitados por tanto lhes falarmos sôbre a entrega...Santo Ângelo, maio, 1, de 1753” (Carlos Teschauer, “História”, III, 99.

Nada nos parece mais eloquente e mais dramático do que esta car-

ta amargurada que, inutilmente, retrata o angustioso drama vivido pelos missionários, nesta importante quadra da história rio-grandense.

ASSALTOS AOS REBANHOS DOS ÍNDIOS

Surgidos os primeiros alvoroços de 1752, ano que expira com a fuga do Padre Luís Lope de Altamirano, atemorizado pela tentativa de Sepé de jogá-lo águas abaixo - os índios, no decorrer do ano seguinte, de 1753, estiveram muito ativos em todo o vasto território ocupado pelas Missões.

O trabalho dos demarcadores luso-castelhanos, por isso mesmo, foi lento, registrando Coruja Filho, em "Datas Rio-Grandenses" apenas dois fatos:

"6 de janeiro de 1753: Na presença do General Gomes Freire de Andrade e do Marquês de Valdelírios, colocado nesta data o terceiro marco dos limites de Portugal e Espanha, no monte chamado dos Reis.

12 de janeiro de 1753: Das forças de Gomes Freire, acampadas no Monte dos Reis (Serra de Maldonado), saem o Primeiro Comissário, Coronel Antônio Cardoso, e o seu auxiliar Capitão José Inácio de Almeida, para continuarem a estabelecer a demarcação dos limites até a boca do rio Ibicuí".

Aventureiros espanhóis e portugueses foram, então, penetrando mais fundo na terra missioneira, preando a animalada sôta, confiados no reconhecimento da demarcação, de parte dos padres dos Sete Povos, sem contar, porém, com a resistência dos índios, que vinha inverter os papéis quanto à disposição desses Povos.

Como era de esperar, isso foi causa de alguns incidentes graves e sanguinolentos. Nusdorffer narra os fatos desse ano (1753), na ordem que os colocamos abaixo.

Na página 263:

"O caso da chamada do Padre Limp à sua estância distante foi este: um grupo de tupis rapinantes, portugueses e espanhóis vagabundos haviam penetrado na distante estância de São Lourenço e acometeu

o gado vacuum do dito Povo. Notaram-no os donos por dois cavalos que escaparam aos ladrões, vindo com os lombilhos ao rancho ou curral do índio estancieiro. Convocou (êle) logo a (sua) gente. Foram e acharam um grupo de cavalos, dos ladrões, pastando fora de um mato. Espiaram-nos, e viram que os ladrões estavam dentro do mato, escondidos.

Deram um jeito de recuperar quarenta e tantos cavalos. Um dos ladrões saiu armado e feriu, com dois flechaços, a um índio, e foi morto pelos estancieiros que, apartando-se, foram buscar reforços, já que não eram mais que oito os índios (missioneiros). Quando voltaram, entraram no mato e viram que já os ladrões tinham-se afastado até os ervais de São Borja. Acharam umas 40 vacas `acollaradas´ umas às outras, etc.”

Nas páginas 277 e 278:

“Depois de haverem os índios lido e respondido à carta do governador, os padres escreveram, de além Uruguai (lado rio-grandense), que não se via outra coisa mais nos Povos que prevenções em armas, para se defenderem dos espanhóis e livrar as estâncias dos portugueses.

Corre, entre as estâncias distantes, de São Luís, São Lourenço, São João e São Miguel, um rio caudaloso, que êles (índios) chamam Guacacaí que, finalmente, com outros rios, deságua e forma o rio Grande ou Igaí (Jacuí).

Neste Guacacaí, saíram três portugueses, com uma mulher, numa canoa: o que intentavam, não se sabe. Vieram os estancieiros e caíram sôbre êles e os mataram. Assim, chegados ao fim de julho, quando ouvimos, de repente, a 28 de julho, que o Padre Superior havia saído de Candelária a São Tomé para receber ao Padre Alonso Fernandes, Vice-Reitor do Alto de São Pedro, de Buenos Aires, que vinham às Doutrinas, com o título de Vice-Provincial, Vice-Comissário, Visitador, e que já ali se encontrava, etc.”

Na página 292:

“Entre as notícias que trouxeram os Padres Roque e Salvador, do Uruguai (lado rio-grandense), conhecidas entre os índios da outra banda (idem), uma era a seguinte:

Que os portugueses entraram na estância distante de São Luís e que puseram cruces (marcos), num lugar que os índios chamam Santo Antônio e, em sua língua, Araricá (onde antigamente tinha estado o

Povo de Apóstolos, quando recém convertido, e que agora se encontra nesta banda do Uruguai, fugido dos assaltos dos portugueses).

Dito pôsto tinha sido povoado com vacas, pelos luisistas, havia mais de 25 anos. E que daí, haviam os portugueses passado a furtar vacas noutra paragem da mesma estância, chamada Santa Teresa, e que queriam já escolher, na dita estância, um lugar para uma povoação portuguesa”.

Essa menção de Santa Teresa, pelo jesuíta Nusdorffer, é interessante, e tudo indica que os jesuítas buscavam perpetuar o antigo nome da gloriosa Redução passofundense, que, nessa época (1753), embora destruída, vinha prevalecendo como topônimo para os jesuítas que se encontravam do outro lado do Uruguai, principalmente os da Redução de Conceição, para onde tinham afluído os remanescentes da Redução passofundense, depois dos ataques bandeirantes do século anterior.

Aurélio Pôrto dá a designação de Santa Teresa ao erval dos Ijuís, dizendo louvar-se nos “Inventários”, de F. X. Brabo, conforme Teschauer, “História do Rio Grande do Sul”, volume II, página 14 (veja-se Aurélio Pôrto, “História das Missões”, II, 81, nota 82).

Mas, na relação dada por Teschauer, *ibidem*, volume III, página 187, do referido F. X. Brabo, Madrid, 1872 não consta o nome de Santa Teresa, nos referidos Ijuís, aonde apenas vêm citados os ervais de Conceição, São Miguel e São Xavier.

Santa Teresa que, na referida notícia de Nusdorffer, estava sendo cogitada pelos portugueses, para a fundação de uma povoação, devia ser a região estratégica de Passo Fundo, tendo-se em vista que a penetração luso-brasileira já vinha de leste, através da atual Vacaria, conforme já vimos em capítulo anterior, e conforme também o Dr. Manuel Duarte, que adiante citaremos.

Voltemos a Nusdorffer, página 292, que prossegue no seu relato:

“Até aqui a notícia. O Padre Lourenço Ovando que, por ordem do padre comissário, esteve 5 meses na estância de São Lourenço, que está em frente à de São Luís, e separada apenas pelo rio Guacacaí, confirmou, em parte, esta notícia, dizendo que ainda quando êle estava na estância de São Lourenço, se viam fogos até o Araricá.

Vendo, pois, os luisistas êstes fogos, avisaram logo os Povos; en-

quanto não chegasse o reforço, êles, ainda que poucos, foram verificar o que aquilo significava. Acharam os portugueses, e, sem mais, acometeram aquêles que encontraram, espalhando-os.

Eram onze índios fugitivos, aos quais se haviam juntado 20 portugueses de Laguna.

Embora os caciques dos Povos tivessem mandado reforço, quando êste chegou, já os acharam espalhados (aos portugueses e índios fugidos); não obstante, seguiram seus rastos, encontrando 39 ranchinhos, que logo queimaram. Derrubaram a cruz dos portugueses (marco), trouxeram a placa e os cravos, e deixaram numa tabuinha êste letreiro: que ali os esperavam 3 mil índios.

Encontraram o lugar onde tinha estado o tôldo de seu chefe prossegue Nusdorffer. Acharam umas navalhas e facas que, com a pressa, os ditos portugueses não puderam recolher. Os luisistas foram adiante e encontraram o rasto, por onde haviam saído aquêles ladrões. Acharam também o Passo, onde (os portugueses) desembarcavam de uma e de outra banda, subindo numa lancha, pelo rio Guacacaí acima, fazendo couros. Perseguram-nos por algum tempo, até que, devido ao cansaço dos cavalos, tiveram que voltar. Ficaram alguns luisistas por vigias. Isso contam os padres da outra banda (lado rio-grandense), quanto a êsses sucessos”.

O território de Passo Fundo, conhecido notadamente por Pinarés (Pinhales ou Pinhais), era um dos pontos mais vigiados pelos piquêtes indígenas.

Havia guardas constantes no Campo do Meio, junto à Cruzaltinha, hoje estância do sr. Gil Monteiro, onde se encontra, uma barreira de pedras, em posição estratégica, como primeiro pôsto avançado sara leste; também no Povinho Velho, na orla ocidental do Mato Castelhana; e também a guarda do pôsto de São João Pequeno ou São João Mirim, no Passo do rio da Várzea.

Os Pinarés, que era, como dissemos, a denominação genérica dêsses postos, eram uma constante preocupação, em virtude de ser passagem obrigatória para os avanços luso-brasileiros, vindo pelo planalto do nordeste, e ser também caminho para embicar para o sul, através do Rincão do Pessegueiro, em demanda dos campos e serras de Soledade,

Santa Cruz e Rio Pardo, por onde também subiam as avançadas dos aventureiros bandeirantes, espanhóis e índios foragidos das Missões Orientais.

O sistema defensivo de Pinarés ou Pinhais é o primeiro citado por Nussdorffer, *ibidem*, 305, referindo-se à movimentação febril dos índios por todo o vasto território missioneiro:

“Tudo era andar ; diz êle. Não bastava que os padres e o mesmo Superior, lhes pedissem que se aquietassem. Despacharam (os índios) espias (vigias) aos Pinarés, outros a Santa Tecla, outros a São Domingos Soriano”.

É o que registra o Dr. Manuel Duarte, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul”, n.º 96, 4. trimestre de 1944, ao tratar da penetração luso-brasileira, pelo planalto nordeste, durante o decênio de 1750, muito embora êle considerasse os Pinarés como lugar do atual município de Vacaria, o que já ficou demonstrado ser inexato. Diz êle:

“Em verdade, no curso do decênio de 1750, era ainda devoluto o centro da vastíssima `Baqueria de Los Pinares´ das Missões, cujos índios aldeados mantinham patrulhas volantes, nas proximidades das fronteiras invadidas, e defendiam com destemor e intransigência seus já minúsculos rebanhos bovinos”.

Passo Fundo era, pois, no cenário da Guerra Missioneira, prestes a estalar, um dos baluartes dos índios tapes, na defesa de suas terras e dos seus rebanhos.

DECLARA-SE A GUERRA CONTRA OS SETE POVOS – ATAQUE A RIO PARDO

Mas, o acontecimento relevante de 1753 foi a interrupção da demarcação de limites, por obra de Sepé Tiaraju, que se tornou, daí por diante, a alma da resistência indígena.

O Padre Tadeu Enis, que se encontrava no pôsto de Santo Antônio, o Nôvo, nas cabeceiras do rio dêste nome, pertencente à estância de São

Miguel, é dado pelos autores anti-jesuíticos como mentor dessa interdição. Ptolomeu de Assis Brasil, em “Batalha de Caibaté”, página 52 e 53, escreve:

“Enquanto tais sucessos se desenrolavam (refere-se o autor à ‘caçada’ dos índios de Sepé, em busca do Padre Comissário, Luís de Altamirano que fugiu, por isto, para Buenos Aires), chegaram informações aos Povos, do Padre Tadeu Enis, propositadamente destacado para Santo Antônio (o Nôvo), nas cabeceiras do arroio dêste nome (hoje município de Lavras), para observar os movimentos porventura resultantes da ação dos comissários demarcadores. Segundo avisos dêsse padre, aproximavam-se os operadores, já tendo alcançado as terras da estância de São Miguel”.

Vimos, já, no relato de Nusdorffer (ibidem, 215- -216 e 255) que o Padre Tadeu Enis seguira para aquêlo pôsto de estância, pertencente ao Povo de São Miguel, apenas como substituto do Padre Herrera, que os miguelistas, alvoroçados, queriam matar. E vimos também que os mesmos índios, sempre desconfiados, não lhe entregaram as cartas dos demarcadores, que pediam ajuda, ficando êsse padre estancieiro, durante êsse primeiro contato, na completa ignorância do que ocorria, vindo sabê-lo mais tarde, por comunicação do Padre Balda, aviso que chegou tarde, porquanto quando se providenciou nos auxílios aos demarcadores, êsses já haviam partido, por intimação dos índios de Sepé.

Escreve Ptolomeu de Assis Brasil, ibidem, 53, a respeito do contato dos índios com os demarcadores:

“Zavala e Echevarria, oficiais demarcadores espanhóis, conferenciaram, sem resultado, com Sepé, conhecido do segundo. No prosseguimento das operações, atingiram os comissários, a 27 de fevereiro de 1753, a capela de Santa Tecla, onde costumava officiar o Padre Tadeu Xavier Enis, pôsto da citada estância da Redução de São Miguel; havia alguns ranchos, e um destacamento de 60 índios miguelistas armados, disposto a impedir o avanço para o norte. Comandava-o, já o vimos, Sepé. Desde logo declarara, exagerando, como de resto costumava fazer, que dispunha de elementos para se opor à entrada dos portugueses, que não poderiam passar, facultando tal concessão, se a aceitassem, somente aos espanhóis, a quem forneceram vacas e liberdade de mo-

vimentos - "Que as terras dos portugueses não eram estas e sim as do Ibicuí-Maroti".

Ora, os demarcadores não puderam ter nenhum contato com o Padre Tadeu Enis. Não puderam fazê-lo, porque os índios a isso se opunham.

Prossegue o autor:

"A 24 de março, chegou à Colônia do Sacramento um próprio, com a comunicação enviada de Santa Tecla, em que os operadores diziam ter já percorrido e demarcado umas cem léguas, quando encontraram os guaranis prontos a embargar-lhes o passo; que, pretendendo conquistar a boa vontade deles, deram- -lhes alguns gêneros levados adrede, tratando-os benevolmente. Todavia, de nada valeu a cortesia dos europeus. Os índios diziam que "os padres lhes aconselhavam a defender terras que eram suas e que ninguém devia tirar-lhes"; que "el-rei estava muito longe e que eles só conheciam os seus benditos padres" (Carta de Gomes Freire a Valdelírios). Como não esperassem semelhante atitude e não tivessem instruções para conquistar a passagem, empregando força material, resolveram os expedicionários retroceder, retirando-se a 4 de março, acompanhados pelos índios - como desejaram - até Aceguá, chegando o Capitão José Inácio à Colônia, a 11 de abril, e o Coronel Francisco Antônio a 12".

E continua:

"Os espanhóis que se destinavam a Buenos Aires, aí aportaram a 8 de maio. Também o Padre Altamirano, como vimos, recém chegara a esta povoação. O Marquês (Valdelírios), tendo conferenciado com os seus patrícios, tomou conhecimento dos fatos por eles testemunhados, e decidiu entregar a Andonaegue uma carta do seu rei, ordenando-lhe, no caso de sublevação ou resistência, a evacuação à força de armas dos Sete Povos das Missões, que se haviam de entregar à Coroa portuguesa".

Altamirano, presente, como derradeira tentativa para consecução de pacífica transmigração, propôs afastar até 15 de agosto os curas das respectivas Doutrinas, na esperança de que os indígenas segui-lo iam, receosos de perderem o pão espiritual e assistencial, reputados imprescindíveis. Foram designados para levar a cabo essa tarefa os Padres Alonso Fernandes e Roque Balester.

A 22 de junho, os chefes, espanhol e português, tiveram uma conferência em Martim Garcia, ficando deliberada a expedição da terceira partida de demarcadores, destinada a seguir para o rio Jauru (até o Jaraiés), a 950 léguas da Colônia do Sacramento.

Aprovaram a medida do afastamento dos curas das Reduções, sem o prejuízo dos preparativos bélicos. Nôvo encontro ficou apazado para logo que viesse o resultado das diligências combinadas.

O resto dêsse ano (1753) e a primeira metade do seguinte, foram consagrados aos preparativos bélicos procrastinados, segundo alguns, por Andonaegue, que pedia prazo para recrutar e organizar forças, providenciando, entretentes, por intermédio dos padres da Companhia, para que os guaranis realizassem a mudança, sem ser preciso obrigá-los pelas armas. Para isso, assegurar-lhes-iam tempo suficiente à construção das novas moradas e à colheita dos frutos pendentes.

A missão dos Padres Fernandes e Balester foi infrutífera prossegue Ptolomeu de Assis Brasil. Em 24 de agosto, comunicava o primeiro, em carta, que não bastavam a persuadi-los “as cédulas, as cartas nem as exortações suas e dos curas, aos quais, por outra parte, não havia podido afastar dos Povos, por não o permitirem seus habitantes’.

Em 23 de outubro, reiterava “ser impossível, mesmo ao rei em pessoa, conseguir a transmigração dos indígenas’, fugindo, em seguida, ameaçado.

Era inútil tentar meios pacíficos. A guerra foi declarada”.

E conclui Ptolomeu de Assis Brasil, à página 55:

“A 26 de novembro, recebeu Gomes Freire, na Colônia, correspondência de Andonaegue, avisando-o de que pretendia, no mesmo verão em que se encontravam, efetuar a evacuação dos Povos rebelados. Sim, era preciso que êste Governador demonstrasse algum esforço, não só para secundar o muito empenhado pelos seus colegas, como para não aumentar o desagrado ou prevenção do seu rei. Com efeito, já em março, chegara a Buenos Aires, correspondência da Espanha, em que Fernando VI se mostrara desgostoso com Andonaegue pela morosidade em executar o Tratado, ordenando-lhe que procedesse à evacuação e repreendendo-o por já não o ter feito”.

Diz Coruja Filho, em “Datas Rio-grandenses”, tratando do dia 29 de janeiro de 1754:

“Os índios de Santo Ângelo das Missões recebem ordem dos cabildos para se reunirem ao Povo de São Miguel, e se preparam para repelir o ataque dos portugueses que se acham acampados nas cabeceiras do rio Negro”.

E informa a seguir:

“Em janeiro de 1754 diz Enis apareceu nas cabeceiras do rio Negro um numeroso esquadrão de portugueses, pelo que se alarmaram os jesuítas e índios das Missões. Foram despachados correios para vários pontos, a fim de se reunirem os cabildos, se tomarem pareceres e unânimemente, proclamarem que deviam defender-se”.

Assim, o ano de 1754 inicia-se para os missioneiros com os anúncios da guerra.

Os cabildos indígenas, mentores dos Sete Povos, decidem, pois, defender sua terra, e elegem o Povo de São Miguel, o mais decidido, para centro de operações. Sepé Tiaraju, cacique desse Povo, integrante do seu cabildo, começa a avultar no cenário missioneiro.

Foram conclamados também seus parentes, índios da outra banda do rio Uruguai. Diz Nusdorffer, *ibidem*, 320 e 321:

“O certo é que eles (os índios), ao saberem que já saíam os espanhóis e se maneavam eles não quiseram ser os últimos; e saíram dos Mártires cem; vinte da Conceição; de São Tomé, 126; da Cruz, 100; do Japeju, 500”.

E acrescenta:

“Aos Pinhais, dizem que foram 220, e que outra tropa, sabendo que os espanhóis haviam de passar sobre o rio Negro, em determinado Passo, foram até Santa Tecla, a fim de passar o referido rio, em suas cabeceiras, deixando-se cair sobre os espanhóis.

Esse contingente de 220 homens de guerra, enviados pelos cabildos aos Pinhais, em Passo Fundo, deviam ter permanecido na guarda de São João Pequeno ou São João Mirim, que ficava na barreira do Passo do rio da Várzea, próximo ao Pulador, posto este guardado, tradicionalmente, por índios do Povo de São João.

Nusdorffer esclarece ainda (*ibidem*, 338 e 339):

“Tinham (os índios), por tôdas as partes, tanto de cristãos como de infiéis, contra a parcialidade dos espanhóis e contra a dos portugueses. Aos de Santo Ângelo, deram incumbência quanto aos portugueses, até os Pinhais e Ervais. Os de São Luís e de São Lourenço cuidavam até o forte dos portugueses (isto é, até as primitivas estacadas de rio Pardo). Em Santa Tecla havia outro vigia avançado, no caso de virem os portugueses pelo caminho dos demarcadores. Isso se passava entre êles (índios), sem que os padres soubessem o que faziam, senão depois de muito tempo, pelos respectivos efeitos”.

O primeiro ataque dos índios foi desfechado pelo norte, vindo dos Sete Povos até Pinhais, em Passo Fundo e daí descendo para o rio Pardo.

Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, II, 226 e 227, fala sôbre a fundação do forte riopardense e da refrega que ali se iniciou. Eis o que escreve:

“A fundação do Rio Pardo, tranqueira que, na foz dêsse rio, a cavaleiro do Jacuí, é mandada construir pelo Capitão de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante de Viamão, e para cuja defesa é destacado o Tenente Francisco Pinto Bandeira decorre não só da necessidade de defesa dêsse ponto avançado, lindeiro às Missões, como também do aproveitamento das tropas que por aí deveriam transitar para atingir os Povos. Para essa diligência foi designado o Cabo João Gomes de Melo, engenheiro, que construiu, na eminência depois chamada Alto da Fortaleza, um forte que, mais tarde, recebeu o nome de Jesus-Maria-José. Constava de 60 praças, paulistas e aventureiros êsse destacamento, de que um têrço ficou guarnecendo Rio Pardo, enquanto o restante, 40 praças, acampara na forqueta do Jacuí”.

E relata os sucessos:

“Passando o rio, para a outra margem, um dos paulistas foi atacado por dois índios tapes que ali estavam de alcatéia, no último dia de janeiro de 1754. E isto determinou se procedesse com maior cautela, pois era certo que o pequeno destacamento seria atacado pelos indígenas, recolhendo-se assim à tranqueira os quarenta soldados que estavam destacados na Forqueta”.

Acrescenta:

“Passados 23 dias do encontro dos paulistas e os dois tapes, na

madrugada do dia 23 de fevereiro, foram os nossos atacados por um grande número de índios que, segundo se julgou, passavam de 1.000, e persuadidos, talvez, a nos apanharem descuidados, com efeito nos investiram, mas com tão mau sucesso que, depois de um combate vigoroso, que durou até as nove horas da manhã, se retiraram, deixando 19 mortos, e à proporção, muitos feridos, cujo número não se pôde até o presente averiguar...Dos portugueses morreu tão somente um paulista, ficando feridos o Tenente de Dragões (Pinto Bandeira) de uma flecha em um braço, um Cabo de Esquadra de Infantaria...e mais dois paulistas de flechas” (“Invent. de Documentos”, Anais da Biblioteca Nacional, Vol. L, Verb. 19.224, página 514”).

Informa ainda o autor:

“Segundo Enis, compunha-se a fôrça missioneira de 110 índios de São Luís, e quase 200 de São João. Conseguiram entrar no povoado de surpresa e entregavam-se ao saque, quando os portugueses, refeitos, voltaram a atacar, infligindo-lhes uma derrota”.

Como já informamos, os Povos de São João e São Luís tinham jurisdição sobre Passo Fundo, pertencendo ao primeiro os Ervais e ao segundo, a Estância de Gado. Suas fortes guarnições, postas nos Pinhais, enviaram contingentes para o referido ataque.

A referida ação vem pormenorizada por Nusdorffer, *ibidem*, páginas 322 e 323:

“Supôs-se, nos Povos do Uruguai-Acima que os portugueses estivessem arranchados nos fins da distante estância de São Luís, nesta banda do rio Igaí (Jacuí), entre êle e o rio Jobi (rio Pardo).

Logo que receberam essa notícia como certa, alvorotaram-se, fazendo convocação, com o fim de afastarem os portugueses da paragem em que se encontravam. Os índios que seguiram nesta primeira empreza, (partindo) de São Luís, São Lourenço e São João - os quais, naquelas cercanias tinham suas estâncias seriam como 350.

Logo que chegaram perto, mataram dois escravos que se achavam de sentinelas avançadas; e, colhendo os demais portugueses, mui de repente, mataram cêrca de 14 dêles. Os demais portugueses livraram-se como puderam pelos matos.

Se não tivesse faltado juízo ao índio guarani, teria podido, de uma

vez, livrar-se dêsse embarço. Os índios, vendo as choças abandonadas, pela retirada de seus donos, (escondidos) nos matos, deram-se logo à pilhagem. Entraram numa casa grande, largaram suas armas, pegaram de achas, destroçando caixas e baús, carregando tudo o que encontraram.

Um quis pôr fogo à casa. Gritou-lhe outro, mergulhado na pilhagem, que o não fizesse, que tudo aquilo era dêles, sem fazer conta de que seus donos podiam recobrar-se do primeiro susto, para recuperar não só o que estavam furtando, mas ainda a vida, como de fato ocorreu, porque os portugueses, vendo que os índios estavam distraídos no saque, organizaram-se e colocaram-se em ordem, armados, começando a combatê-los.

Um mulato, com um tiro de esmeril, derrubou logo a três (índios). E os portugueses, pouco a pouco, aproximando-se da casa de onde saíam os índios, carregados de fardos - conforme estes iam saindo os iam matando. Carregaram com pedregulhos um canhão que traziam.

Os índios, vendo que muitos dos seus caíam e que outros muitos se encontravam malferidos, retiraram-se. Iam todos êles a pé (na retirada), porque, de propósito, haviam deixado seus cavalos noutra lugar.

De São João (Povo), morreram 10, e feridos 18; de São Luís, morreram 12, e entre seus feridos se encontravam seu mestre de campo e seu alferes real. A êste último, que estava malferido, (os índios) não podiam retirar. Prenderam-no os portugueses, atando-lhe as mãos às costas, e degolaram-no...

Dos portugueses, afora os 16 mortos já ditos, ficaram muitos dêles feridos. Um português principal, dizem, lançou-se no rio. Êste foi morto a flechadas.

Também contam os índios que morreu, no princípio, alguma chusma. Os srs. portugueses, ao que se informa, comunicaram a Buenos Aires, por um próprio, que haviam matado 30 índios, e que os índios haviam matado 4 portugueses. E que iam perseguindo os índios, para acabar com todos êles...

Os índios, como se disse acima, escaparam a pé, na retirada, (fazendo-o) sossegadamente, levando seus feridos, sem que nenhum português os perseguisse. Assim ocorreu o primeiro ataque ao forte, a 2 de

fevereiro, e foi malogrado pela muita cobiça, pouca inteligência e demasiada confiança-própria, prendas naturais do índio guarani”.

SEGUNDO ATAQUE A RIO PARDO

A respeito do primeiro ataque missioneiro do forte do rio Pardo, refere Aurélio Pôrto, em “História das Missões”, II, 227-8:

“Tendo ciência dêsses acontecimentos, destacou o General Gomes Freire, para Rio Pardo, o Regimento de Dragões, sob o comando do Tenente-Coronel Tomás Luís Osório, que se transferiu para aquêlo pôsto em março de 1754. Impunha-se essa providência porque, já sob a direção de um padre jesuíta, os índios não tardariam a voltar para nova facção, com melhor organização e maior número de combatentes”.

O autor, dando a direção dos ataques como partidos os jesuítas que, entretanto, não passariam de expectadores contrafeitos, apenas faz eco às acusações de fonte luso-castelhana, predominantes no exército combinado.

Efetivamente, Coruja Filho, em “Datas Rio-grandenses”, diz na efeméride de 11 de março de 1754:

“O General Gomes Freire recebe, na Colónia do Sacramento, a notícia de ter sido atacada a fortaleza de Jesus-Maria-José, de Rio Pardo, por mil índios, comandados por um padre da Companhia de Jesus, tendo sido ferido por uma flecha, no braço esquerdo, o Tenente Francisco Pinto Bandeira”.

Ainda no tocante àquele encontro, escreve Ptolomeu de Assis Brasil, *ibidem*, páginas 56 e 57:

“Informados do mau êxito dessa primeira expedição, providenciaram os missioneiros de São Luís para a remessa de uma segunda, melhormente aparelhada. Foi designado ainda para dirigi-la José Tiaraju, o Sepé, o mais hábil e cauteloso guerrilheiro guarani daqueles tempos. A formação física e moral do clarividente Tiaraju foi plasmada nas Missões, exclusivamente sob a orientação jesuítica, mui provavelmente em São Miguel, onde chegou à categoria de corregedor, função proemi-

nente de justiça e policial, a que só atingiam índios cristãos eleitos por qualidades singulares”.

E diz adiante, à página 57:

“O conhecimento que êste tapejara tinha da região, a sua audácia e presença de espírito, contribuíram para elevá-lo à altura de chefe incontestado. A maior cópia de recursos em homens proveio das Reduções de São Miguel, São Lourenço e São João. Trouxeram dois pequenos canhões. Eram, via de regra, feitos de taquaruçu, retovados de couro, raramente de ipé (lapacho). Resistiam a três disparos e ficavam inutilizados. O efetivo com que marchavam sôbre o Rio Pardo numerava 500 homens”.

Não é demais traçarmos aqui o itinerário dessa expedição missioneira. Costuma-se fixar Santa Tecla por ponto de referência. Sabe-se, porém, que esta guarda tinha por objetivo, segundo Nusdorffer (*ibidem*, 320 e 321), a vigilância sôbre os demarcadores e das forças que, porventura, proviessem do território atual da República do Uruguai.

Mas não é êsse o caso presente, como também o do primeiro ataque a Rio Pardo.

Como vimos amplamente, ao tratar dos acontecimentos do século anterior, o caminho natural e imemorial, utilizado também pelos jesuítas, era pelo divisor de águas, entre o Ijuí e o Comandai, inicialmente rumo oeste-leste, até Pinhais ou Pinarés, em Passo Fundo. E daí, embicavam para o sul, por outro caminho antigo, até a região do Rio Pardo, onde se fixava no século 17 a destruída Redução de Jesus-Maria.

Ponto de referência deve ser, pois, não a guarda de Santa Tecla, mas sim o sistema de vigilância e defesa que os missoneiros mantinham nos Pinarés, citado sempre em primeiro lugar nas diligências de ataque e defesa.

O Cel. Calvet Fagundes (“Estudos Regionais”, separata do “Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul”, ano VI, n.º 12), para repetir apenas a citação dêsse autor, sem falar dos que já mencionamos, inclusive Nusdorffer, diz com procedência:

“Foi o território de Passo Fundo guarda avançada na resistência à invasão dos portugueses e espanhóis, com o estabelecimento de uma

fôrça permanente nas orlas do Mato Castelhana, localizado ao ocidente do Mato Português, etc.”

Apenas uma correção: os índios de Tiaraju não passaram pelo Mato Castelhana, onde, segundo a tradição, se erguia, na época, a nova capela de Santa Teresa, no Povinho da Entrada. Isso porque não buscavam, no momento, o planalto nordeste, como fizeram e fariam mais tarde, em outras ocasiões. Buscavam, isso sim, o rio Jobi (Rio Pardo), ao sul de Passo Fundo.

Assim, o que devem ter feito, cercados de precauções como estavam, foi chegar à guarda de São João Pequeno ou Mirim, no Passo do rio da Várzea, no Pulador, quebrando daí para o sul, através do Rincão do Pessegueiro, tendo ali cruzado o Passo do Jacuí, pelo caminho antigo, perlustrado já pelos tropeiros jesuítas, Arenas e Yegros, ganhando os campos da Restinga, em Soledade, até as cabeceiras do rio Pardo, no Butucarái.

Essa fôrça, como a primeira, atacou pelo norte. E devia ter chegado em Passo Fundo, na guarda de São João Pequeno, para tomar as informações dos vigias, a respeito do movimento dos portugueses.

“Tiaraju - diz Ptolomeu de Assis Brasil, *ibidem*, 58 - algumas léguas antes de atingir o objetivo, para evitar que o inimigo tivesse conhecimento da sua aproximação, empreendeu largo desbordamento, procurando um caminho mais coberto, ao norte, para atravessar o rio Jobi (Pardo), em uma ponte improvisada, num ponto bem acima da passagem ordinária, perto do forte, e na qual a vigilância da guarnição portuguesa o poderia assinalar”.

É, aliás, o que informa Nusdorffer, *ibidem*, 330, de onde o autor tirou êstes e outros importantes dados sôbre esta ação.

Demos ainda a palavra a Assis Brasil (página 58 e seguintes):

“Transposto o rio, depararam os guaranis, por mero acaso, à saída da mata que margina, a cavallhada dos portugueses, que êstes supunham bem segura, em esconderijo que lhes parecia inteiramente fora de mão. Como estava guardada apenas por cinco pretos, não foi difícil aos guaranis matarem-nos, embora à custa da vida de três dos seus dos quais um era tuxava em São Miguel ante a resistência daqueles cinco obscuros heróis.

Tomada a cavallhada, puseram-na logo em perfeita segurança, fazendo-a passar à outra margem e afastando-a suficientemente. Aproximando-se do forte, e deparando as obras improvisadas recentemente, detiveram-se cautelosa mente, reconhecendo com meticulosidade as posições dos portugueses. Verificaram que estas dispunham agora de um fôso e uma nova paliçada, daí ao longo do caminho que leva às embarcações, assegurando-lhes retirada até o pôrto do Jacuí.

Segundo alguns autores não tendo os portugueses sido atacados imediatamente, como logicamente esperavam resolveram acenar aos índios com uma bandeira branca para que se aproximassem confiantes. Assim, veio o chefe, Sepé, incauto, sem que nada lhe acontecesse, tendo penetrado no forte, onde, bem acolhido, foi imitado por 25 companheiros que havia deixado fora, e mais outros tantos que a êstes seguiram espontâneamente. Com esse ardil (ou traição), foram capturados e desarmados 53 missioneiros”.

Diz ainda o autor:

“Segundo alguns historiadores, os fatos passaram-se de outro modo: a 29 de abril (1754), pelas oito da manhã - conta Jacinto Rodrigues da Cunha (Diário) - chegaram três esquadrões de índios a pé e a cavalo, os quais atacaram o forte por três lados com fogos de artilharia e flechas. Vinham sob as ordens de Tiaraju e de dois jesuítas. O ataque foi tão bem iniciado e dirigido que o Tenente de Dragões, Francisco Pinto Bandeira, resolveu oferecer-se ao Comandante Osório para assaltá-los, e partiu a desalojá-los a todo o risco. Entretanto, o fogo da artilharia quebrou-lhes o ímpeto, pondo-os em fuga. Na debandada, deixaram duas peças de calibre 2, e seis índios mortos. Na perseguição imediata, caiu prisioneiro o chefe Tiaraju e 52 índios. Pretenderam então os missioneiros trocar os guaranis prisioneiros pela cavallhada que tinham arrebatado. Esta, porém, já estava em mãos distantes, abrigada, ou quiçá, em caminho das Missões, para onde, enfim, a conduziram”.

O que é fato, é que Sepé ficou prisioneiro - e Assis Brasil prossegue:

“Mau grado a enorme falta que o conceituado Tiaraju fazia aos seus, não conseguiram logo os portugueses solução favorável ao escambo, pois os índios, precavidos, guardavam como proveitosas, as suas

presas, ou preferiam conservá-las porque, maliciosos, não confiavam na restituição prometida.

Para abreviar a permuta, alvitrou Tiaraju que o enviassem acompanhado por uma escolta a persuadir os detentores da cavallhada, das vantagens da troca; deixava como reféns os seus 53 companheiros.

Tiaraju, guardado por doze praças, nu, em pêlo, sem esporas, desarmado, mal montado, saiu à cata dos seus. Espírito atiladíssimo, tinha percebido que os soldados que o guardavam eram maturrangos. E ao chegar à orla da mata, antes de passar o Jobi, numa rápida e decisiva arrancada, cerrou pernas ao mísero corcel, gritando para o estimular, tomou logo a dianteira, de modo que - no momento oportuno, atirando-se do cavalo ao chão - embrenhou-se na mata, atravessou o rio a nado, e, deixando desnorteada a escolta que o perseguia, tiroteando, logrou escapar-se”.

Nusdorffer, *ibidem*, páginas 331 e 332, assim narra a prisão e fuga de Sepé:

“Um célebre índio miguelista, chamado Joseph (de quem falei já na primeira parte, no caso dos demarcadores em Santa Tecla) - vendo o sinal de paz, e que o chamavam para falar, aproximou-se sem nenhum receio, e entrou no forte, a ver o que queriam, deixando fora a outros 25 miguelistas; falaram largo tempo calmamente. E vendo os que estavam lá fora, e outros que a êles se juntaram, que nada faziam a Joseph, também êles quiseram arriscar a fortuna, por mais que Joseph lhes gritasse que não entrassem. Os portugueses, vendo os índios dentro, fecharam o forte, desarmaram-nos e, repartindo-os entre si, deram a cada português o seu, para que dêle se servisse como escravo.

A Joseph tomou (para si) o Tenente do forte, Dom Francisco Pinto, sobrinho, ao que parece, de Dom Gomes Freire. Trataram-nos muito bem, muito embora os tivessem aprisionado com boa lábia, traição e fingida paz. Gritara aos índios que ficaram de fora que lhes restituíssem os cavalos e que, então, soltariam seus companheiros. Os (índios) de fora (já) não tinham os cavalos dos portugueses, que se encontravam já na outra banda (do rio), em mão de outros. E, assim, vendo que em nada podiam ajudar aos seus companheiros, afastaram-se, deixando seu Capitão Joseph com os que, voluntariamente se meteram na tranqueira,

em mão de seus inimigos. Sobre esta segunda empreza, diz o Padre Arnal que Gomes Freire deu notícia ao senhor Marquês (de Valdelírios), durante a caminhada para o Rio Grande, numa falua, dizendo-lhe que os índios haviam investido, pela segunda vez, ao forte de São Miguel (assim o chamam êles), sendo mortos 9 índios, ficando prisioneiros 40, que foram logo levados para as minas, arrebandando dêles 15 cavalos e 2 dos 4 pedreiros, que levaram um saco de balas e alguns carcazes de flechas.

Os índios mortos - prossegue - foram três, os cinco negros. A nenhum pedreiro colheram. Quanto aos que entraram no forte, foram 53. Nem foram levados às minas, senão para o Rio Grande, onde só chegaram 14, que o mesmo Gomes Freire devolveu, livres, aos Povos, sabendo, aliás, e não aprovando a traição dos seus.

Depois de uma ou duas horas, os portugueses, lastimando-se pelos seus cavalos furtados, deixaram os demais índios com os seus novos amos, e despacharam ao Capitão Joseph, com uma escolta de 12 portugueses do forte, e dois negros bem armados para que falassem aos seus para que restituíssem os cavalos (Nusdorffer dá a entender, nesta passagem, que os negros seriam índios). Joseph, cavalgando e vendo que (os da escolta) não sabiam andar a cavalo, quando menos pensavam, escapou-lhes, deixando-os confundidos, ainda que chovessem sobre êle muitos tiros, ao qual nenhum alcançou. Alcançou os seus, falou-lhes sobre os cavalos furtados, mas nenhum quis restituí-los, e com isso regressaram aos seus Povos. Nisso parou a segunda empreza contra êste forte”.

O EPISÓDIO DOS PRISIONEIROS TAPES

Os índios que permaneciam cativos, em número de 53, procuraram desviar de si as acusações de seus captores, e para isso lançaram mão de artimanhas.

Como vimos, tinham êles que os padres buscavam auxiliar aos portugueses e espanhóis, ao insistirem os sacerdotes na transmigração.

Não sabemos se por fuga psicológica ou se por uma requintada astúcia, no que eram, aliás, insígnies - conseguiram êsses índios impressionar as mentes lusas, impingindo-lhes coisas que levaram a guarnição do forte a suspeitar e a indignar-se contra os jesuítas que, em todos os acontecimentos não tinham parte, senão nos esforços transmigracionistas.

Registra Ptolomeu de Assis Brasil, *ibidem*, 60, a seguinte comunicação do simplório comandante da guarnição de Jesus-Maria-José:

“O comandante do forte, em informações a Gomes Freire, datadas de 20 de abril e 21 de junho, dizia que os prisioneiros declaravam terem vindo os padres em sua companhia até o Rio Pardo, sem contudo passarem o rio. Narrava ainda que os guaranis mataram os prisioneiros inimigos e deceparam logo a cabeça, porque “os padres lhes asseguravam que os portugueses, pôsto se lhes fizessem muitos ferimentos - muitos dêles ressuscitavam, e que o mais seguro era cortar-lhes a cabeça”.

Fácil, no entanto, é descobrir o engodo dos índios, atribuindo aos padres o que era seu costume ancestral. Diz André Thevet, em seu livro “Singularidades da França Antártica”, edição “Brasiliiana”, página 223; referindo-se aos rituais funerários dos tupinambás:

“...ligavam-nos (ao morto), e amaram-no com algumas cordas... de tal modo que, segundo a opinião dos índios, não seja possível ao defunto retornar ao mundo coisa, aliás, que muito temem. Dizem os selvagens que isso já aconteceu outrora aos seus maiores e ancestrais, motivo pelo qual resolveram tomar a deliberação de enlaçar o cadáver. Tão bem avisada e engenhosa é essa pobre gente”.

Além do que, os índios do Brasil, de um modo geral, tinham crença curiosa quanto à cabeça. Muito embora tivessem um inimigo abatido, já cadáver, não se consideravam vingados enquanto não lhe partissem a cabeça.

Citando Horta Barbosa, numa transcrição que faz Dante De Laytano, na “Revista do Museu Júlio de Castilhos”, n.º 6 (1956) página 215, encontramos essa passagem:

“Em épocas primitivas, se uma pessoa morresse longe de sua aldeia, seus companheiros enterravam o corpo no lugar, mas guardavam a cabeça do mesmo num vaso. Ao retornarem à casa, celebravam uma cerimónia fúnebre e enterravam a cabeça no cemitério da comunidade”.

“Porfiam os índios - diz outro autor - em quebrar a cabeça dos inimigos, ainda mesmo quando os encontram já mortos, com o objetivo de conquistarem novos nomes” (Nota de Estevão Pinto, à página 229, letra “m”, em “Singularidades da França Antártica”).

A. Metraux, em “Religião dos Tupinambás”, edição “Brasiliana”, página 268, escreve:

“Com a colonização européia, os tupinambás cedo perderam ocasião de fazer a guerra, por ausência de adversários a combater. Isso, todavia, não impediu a sobrevivência dos velhos hábitos. Os derradeiros tupinambás dirigiam-se às taperas inimigas, com o objetivo de desenterrar os mortos. Trazendo os crânios para a aldeia nativa, os tupinambás, ornando-os de plumas, partiam-nos a golpe de tacape. E o autor dessa façanha desempenhava, em seguida, os rituais prescritos para os casos reais, tomando até nome”.

Os guaranis missioneiros, afrouxados os laços que os prendiam aos padres, regrediam aos seus hábitos ancestrais. E, com muita malícia, atribuíam suas próprias façanhas aos jesuítas, que eram tão mudacionistas quanto os espanhóis e os portugueses. Lançavam, assim, a intriga entre aqueles que consideravam seus adversários.

Ptolomeu de Assis Brasil, prosseguindo no seu relato (“Batalha de Caibaté”, pg. 60 e seguinte), escreve:

“O Tenente-Coronel Tomás Luís Osório remeteu, sob a guarda do furriel Gaspar José e de uma escolta de 15 soldados, em uma grande falua, pelo Guaíba, os prisioneiros, para o rio Grande de São Pedro, a fim de serem interrogados pelo general que aí se encontrava então.

Durante a viagem, quando já no Guaíba (Lagoa de Viamão), sublevaram-se, matando, no porão, onde estavam presos, os três sentinelas que lhes montavam guarda. Tomaram conta da embarcação, fechando o furriel e a escolta - reduzida a 6 homens, por terem perecido 3, e se acharem 2 feridos (o autor, aqui, não dá a conta exata, pois, sendo 15 os homens da escolta e ainda o furriel, devem ter sido omitidos alguns) - na câmara, onde haviam corrido para tomar armas e reagir.

Os valentes da escolta não desanimaram: abrindo um buraco para o porão e fazendo por êle violento fogo (disparos) para o convés, mataram 13 índios. Os sobreviventes, lançando mão de um machado, logra-

ram fazer um grande rombo na embarcação, uns dois palmos abaixo da linha da água, com a idéia de submergi-la para que todos perecessem.

A pequena guarnição, vendo em tempo o eminente perigo, tapou o rombo com capotes e outros recursos de que pôde socorrer-se. Em seguida, vencendo grandes dificuldades, trataram de subir ao convés, atacaram os índios, atirando-os à água, onde os que caíam morriam afogados”.

Essa passagem não é crível para quem estudou os hábitos guerreiros dos nossos índios. É mais de aceitar que os índios se lançassem, desesperadamente, às águas, para morrer, do que esperar que os poucos soldados viessem atirá-los ao rio. Os índios, desarmados como estavam, foram chacinados no convés e, para não caírem ali às mãos dos inimigos, buscaram a morte que melhor acharam.

Restaram vivos - conclui Assis Brasil - apenas 14 ou 15. Conduzidos ao Rio Grande, trabalharam em galés. Quando, meses depois, a guarnição embarcou para Santo Amaro, com destino ao Rio Pardo, foram todos êles conduzidos, libertados e mandados às Reduções”.

A continuação, porém, dêsse episódio dos prisioneiros tapes, vamos encontrá-la em Nusdorffer, *ibidem*, 360 e 361, em que o autor, contemporâneo aos acontecimentos, faz o seguinte relato:

“Em fins de agosto e princípios de setembro, soube-se no Uruguai-Acima, como certo, que Dom Gomes Freire havia chegado de Rio Grande, com 9 embarcações, ao seu forte do rio Yobi ou Rio Pardo, com seus granadeiros que, dizem, chegariam a 200.

Trouxe consigo os índios cativos, que tinham ficado com vida, depois que se rebelaram no barco ou barcos que os transportavam para Rio Grande, como já se contou acima. Eram êles 14, de vários Povos, aos quais Gomes Freire deu liberdade, buscando aproveitar-se dessa gloriosa ação para seu intento.

Em presença dos mesmos, mandou fazer o exercício de armas, a fim de que tivessem o que contar a seus parentes. Depois, disse-lhes que entraria em seus Povos pela estância de São Luís, com 2 mil homens; e (que) outros dois mil paulistas deveriam vir pelos Pinarés até o Povo de Santo Ângelo”.

Assim, o plano de Gomes Freire de Andrade era, primitivamente,

subir pelo caminho do Butucaraí, que vinha dar em Passo Fundo, por onde tinham transitado os missioneiros, duas vêzes, para atacarem Rio Pardo. E, na guarda de São João Mirim ou Pequeno, que ficava no Passo do rio da Várzea, deveria êle esperar o contingente paulista, já combinado, que procederia de Laguna e dos sertões catarinenses, passando pelos Pinarés, denominação atribuída pelos portugueses à região dos matos Português e Castelhana. Como vimos, os bandeirantes conheciam, desde o século passado, o caminho, dos Pinarés, palmilhado, inclusive, pelo reinol Cristóvão Pereira. E, assim, depois da junção dos dois exércitos, em Passo Fundo, marchar para Santo Ângelo.

Veremos, no capítulo seguinte, que isso não foi uma farsa, objetivando o despistamento dos índios.

Prosegue Nusdorffer, em sua preciosa informação, sôbre o colóquio de Gomes Freire e os missioneiros:

“Também lhes perguntou, primeiro, se haviam acometido o forte por ordem dos padres missionários, ao que responderam que não. Segundo: se conheciam os tratados de Suas Majestades, os reis de Portugal e Castela. Responderam:

“Nodoro hendu catuy - no qual disseram o que quiseram, porque o ouviram mais de uma vez.

Pediu, pois, êle, em vista disso, que o explicassem melhor, acrescentando que seu Fidelíssimo Monarca já havia enviado a Buenos Aires a paga e o preço de seus Povos, etc.

Feito isto, despachou-os aos seus Povos, mas as cartas (que enviou) as entregou a dois espanhóis que deviam ir com os índios: um, portenho, e outro, paraguaio.

Os índios tomaram por vários caminhos. Um miguelista chegou à estância próxima, de São Lourenço, com varíola, de que morreu a li; e a propagou a 3 outros lorenzistas, estancieiros, aos quais assistiu um padre com o Santíssimo Sacramento.

Os dois espanhóis, com suas cartas, caíram em mãos dos índios que estavam do espias, em piquêtes, por tôdas as partes. E os índios, sabendo das cartas, pediram-lhas (aos espanhóis) tôdas. Foram entregues as que estavam destinadas aos caciques, sem dificuldade, mas reservaram (os índios) as outras, endereçadas ao sr. Governador (Andonaegue) e

a vários cabos de milícia que, com êle, se encontravam no real do Uruguai.

Mas, os índios, não se contentando com as cartas, ameaçaram-nos (aos espanhóis) de morte, e (os espanhóis) lhes deram ainda (as cartas) restantes, as secretas.

Uma era do Capitão Gorroti ao sr. governador (Andonegui), em que lhe dava conta de que o exército português contava com 1.150 homens, e lhe pedia um carro com avios, contando-lhe a necessidade com que (êles, portugueses) lutavam. Supunha o Capitão Gorroti que seu governador (se encontrava) a poucas léguas distante dêles. Calcula-se que Dom Gomes Freire, em suas cartas, dava contas ao governador de sua chegada ao seu forte (Rio Pardo) e do que até aí se fêz, de sua parte. As cartas ficaram em mão dos índios. O que fizeram com os espanhóis não se sabe precisamente, porque uns dizem que os devolveram a Gomes Freire, e outros (o que é mais provável) que os tenham matado”.

EPISÓDIO DO ESPANHOL VILALBA

Relata Ptolomeu de Assis Brasil (“Batalha de Caibaté”) à página 61 e na seguinte:

“Partindo Andonegui de Buenos Aires, num dos primeiros dias de maio, a 20 ou 21, rompia marcha pela margem do Uruguai, tendo como primeiro objetivo ocupar a Redução de São Borja.

Previamente, iniciara a concentração de tropas e material no rincão de Valdez ou Real de Las Gallinas, sôbre o rio Negro.

De São Borja, marchariam sôbre as imediatas, ao norte, 13 embarcações, sob o comando de Echevarria, subiram o rio Uruguai, arrebatando as igaras e ubás (canoas) dos índios, acompanhando e protegendo a marcha do exército espanhol, de modo que dos povos ribeirinhos do Paraná não pudessem os sublevados receber recursos.

Gomes Freire, cuja missão era auxiliar o general espanhol, de quem levava instruções expressas, partiu poucos dias antes para o Rio Pardo, improvisado centro de abastecimento na linha de comunicações, via Rio

Grande e Pôrto Alegre, sendo seu primeiro objetivo Santo Ângelo, o mais oriental dos Povos, cumprindo-lhe, em seguida, tomar os que se seguissem imediatamente, rumo ao ocidente. Dois oficiais espanhóis o acompanharam”.

Vemos que êste relato combina com Nusdorffer. Prossegue Assis Brasil:

“Segundo combinação assentada, previram os dois Generais a hipótese favorável de atingir, com os exércitos, até 15 de julho, os primeiros objetivos retroassinalados.

Andonaegui avançou mui lentamente, não passando do Salto Grande do rio Uruguai, em julho, e indo somente até o arroio Caçupá. Fêz alto no arroio Tigre, distante 20 léguas do rio Ibieuí. O esgotamento dos cinco mil cavalos com que iniciara a marcha, obrigou-o a deter-se e a retirar.

A sua marcha pela margem esquerda do Uruguai deu lugar a que os indígenas, desde logo, talando os campos, iniciassem as hostilidades, primeiramente levantando todos os gados, de modo a tirar os meios de viverem e avançarem as tropas castelhanas. Além disso, o péssimo inverno privava os animais de alimentação conveniente: o pasto excicado desnutria-os. Julgou, pois, o general (espanhol) não ter outro remédio senão recuar para a região ao sul do arroio Arapeí. Em princípios de setembro, iniciaram a retirada até o Salto Pequeno; depois até o Dayman. Por êsse tempo, soube-se que Gomes Freire, com suas tropas, chegara em frente ao rio Jobi.

A 3 de outubro, os castelhanos haviam sido insistentemente inquietados por vultosos grupos de amotinados, oriundos dos povos de Japeju e La Cruz. Nesse dia, aproximadamente 400 índios, sob as ordens do cacique Rafael Paracatu, atravessando o Arapeí, vieram audaciosamente provocá-los. Andonaegui fê-los atacar com cem homens, sob o comando do Coronel Tomás Hilson, que os derrotou completamente, mais da metade aí tombando para sempre, deixando 72 prisioneiros, inclusive Paracatu, armas e cavahadas. Nusdorffer dá 120 mortos e 48 prisioneiros.

Em seguida, pouco caso ligando ao cumprimento dos seus deveres à palavra empenhada, e às ordens de Valdélrios, que, aliás, o expro-

bou acerbamente, Andonaegui retirou-se mais para o sul, para o antigo acampamento do rio Negro, onde permaneceu muitos meses. No seu Diário, anotou, consolando-se: “que para os passados males, são ociosos os remédios futuros”.

Dia 11 de agosto, segundo Coruja Filho (“Datas”), “as tropas do General Gomes Freire de Andrade desembarcaram no pôrto da fortaleza de Jesus-Maria-José, do Rio Pardo, e abarracaram no campo, fora da dita fortaleza”.

O general, porém, chega dias mais tarde, isto é, a 15. E no dia 16, “manda os soldados paulistas abrir um capão, no Rio Pardo, e fazer uma ponte sôbre dezoito canoas para passar todo o exército, carros, carrêtas, cavalhadas e boiadas, peças de artilharia nas suas carrêtas e todo o trem de guerra” (Coruja Filho, *ibidem*).

Diz Assis Brasil, *ibidem*, página 63:

“Os aborígines, na margem oposta do rio, davam evidentes mostras de hostilidade, inconveniente pelo efeito moral à tropa recém vinda. Foi necessário fazê-los afastarem-se sob o fogo dos canhões.

Dois dias depois, foi determinada a abertura de uma picada na mata que margina o Jobi, e a construção de uma ponte improvisada de canoas, própria à passagem do exército, com todo o material, etc.”

Coruja Filho e Assis Brasil, ao tratarem desses movimentos do general português, baseiam-se no Diário do Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, que faz o relato dessa campanha.

Na efeméride de 24 de agosto de 1754, diz Coruja em suas “Datas Rio-grandenses”:

“Tinha um efetivo de 1.633 homens o poderoso exército organizado pelo General Gomes Freire, a fim de evacuar as Missões sublevadas, para o que havia acordo com os espanhóis, que faziam cessão das referidas Missões aos portugueses. Nesse exército, achava-se o célebre Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, constituído quase que exclusivamente por soldados rio-grandenses (?). Era comandante do Regimento o Tenente-Coronel Tomás Luís Osório, e entre os oficiais mais notáveis encontravam-se os Capitães Francisco Barreto Pereira Pinto, Francisco Pinto Bandeira, Tenente Antônio Pinto da Costa, Alferes Antônio Pinto Carneiro. Já ia adiantada a marcha da força, quando

esta teve de se estacar, para mandar um contingente prestar auxílio à guarnição da fortaleza de Jesus-Maria-José, onde se manifestara violento incêndio. Foi inútil êsse auxílio, porque, quando chegou a Rio Pardo a fôrça, já estava destruída a fortaleza e completamente perdidos o fardamento, munição, arquivo, etc.”

Nessa marcha, o exército chegou, dia 28, à estância de São Luís, em seus extremos meridionais. Essa estância, para o norte, abarcava os atuais municípios de Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Soledade e Passo Fundo, além de outros.

Na efeméride de 28 de agosto, diz Coruja:

“Chegando a São Luís, primeiro abarracamento onde descansou a coluna de Gomes Freire, êste general deitou um bando para que nenhuma mulher acompanhasse o exército, sob pena de que as casadas teriam um ano de prisão e os maridos galês, ou multa de Cr\$ 400, sendo nobre; as mulatas e negras forras seriam marcadas na cara e as cativas vendidas em praça pública. Nas proximidades de São Luís, teve o exército o primeiro rebate a inimigo. Tarde da noite, foram as guardas avançadas despertadas pelos gritos de uma sentinela. Tôdas as tropas pegaram em armas ao toque das caixas. Procurando-se averiguar a origem do alarma, verificou-se que, tendo uma sentinela se aproximado de um dos capões, encontrou-se com um cachorro tão grande que parecia um tigre e, assustando-se ela, bradou às armas”.

Escreve Assis Brasil, *ibidem*, 64, prosseguindo o relato:

“A 1.º de setembro, o exército acampou defronte do cêrro Butucaraí, de onde se avistavam fogões de guaranis, a 2, atravessou o rio do mesmo nome (Butucaraí)”.

Esclarece Coruja, entretanto:

“No dia 6 de setembro de 1754, as forças de Gomes Freire divisaram os primeiros fogos dos índios tapes. Imediatamente, o exército colocou-se em observação, temendo qualquer ataque dos índios que, longe de pretenderem atacar os portugueses, desejavam apresentar-lhes protestos de amizade. Nesse dia, conta o cronista da expedição, o General Gomes Freire mandou enforcar um negro, por ladrão, assistindo a essa diligência o quartel-mestre com a sua guarda.

No dia 7 de setembro de 1754 - prossegue Coruja - as forças do

General Gomes Freire chegaram à falar com os índios tapes que paravam nas margens do Jacuí. Um dos índios, que parecia o cacique, mandou dizer ao comandante-em-chefe do exército português que os tapes eram muito amigos daquela gente branca e mandava-lhe de presente um pouco de xarque - não permitindo, entretanto, que os portugueses passassem do ponto (em) que se achavam. Gomes Freire não quis atacar os índios e procurou temporizar, até tomar uma resolução definitiva”.

Já que não contamos com o Diário do Capitão Jacinto Rodrigues, continuamos a valer-nos de Assis Brasil que, a esta altura, diz à página 64 de sua já mencionada obra: “... a 7, chegou ao Passo do Jacuí, no ponto referido, achando-se os índios acampados na outra margem. Conquanto procurassem meios e modos de importunar, sem tréguas, os portugueses, máxime durante as marchas, logo que êstes fizeram alto, à margem esquerda do rio (isto é, margem norte), no citado Passo, começaram os indígenas a demonstrar desejos de entendimento com o general. Mandaram perguntar notícias de Sua Excelência, enviando-lhe presentes de xarque - advertindo-o, em todo o caso, que tinham ordens de oporem-se à sua passagem para a outra margem. Segundo o Diário, o general tinha intenção de transpor imediatamente o rio, como era natural, tanto assim que providenciou para ser feito um reconhecimento ofensivo, determinando a travessia, a nado, num ponto acima, de uma força de 200 homens, protegidas pelas peças de bronze, postadas convenientemente junto ao rio, apoiando as três Companhias de Granadeiros e as peças de amidiar de que êstes dispunham. Uma vez atravessado o rio, essa tropa cobriria a passagem do grosso. Tais providências, entretanto, não tiveram execução, por ter chegado pela madrugada, pouco antes de serem iniciadas, um chasque precedendo um emissário do Governador Andonaegui, trazendo ordem de suspensão imediata do avanço. Com efeito, na tarde de 12, chegou um capitão espanhol. Em carta trazida por êste oficial, Andonaegui comunicava ter atingido as proximidades de Japeju, com suas tropas, onde encontrou os índios revoltados. Mataram-lhe numa emboscada, um sargento-mor correntino e cinco praças; tinha a sua cavallhada esgotada; recuaria cinco léguas para sítio de boas pastagens, a fim de fortalecê-la; por último, recomen-

dava a Gomes Freire que não adiantasse mais a sua marcha, sem que êle também o fizesse”.

A respeito dessa marcha ali interrompida, momentaneamente, acrescenta o autor: “Conselho de Oficiais, reunido no acampamento português, decidiu que fôsem aguardadas novas instruções nesse local que haviam atingido com tantos sacrifícios pessoais e despesas vultosas. Essa decisão foi remetida, a 15, pelo Alferes de Dragões Antônio Pinto Carneiro que seguiu com o mensageiro espanhol”.

A essa altura, torna-se necessária a menção do episódio do espanhol Vilalba que, a nosso ver, teve influência nos planos de ataque de Gomes Freire, desistindo de mandar uma coluna, através da serra do Butucarái, até os Pinhais, para que ali, na guarda de São João Mirim, ou Pequeno, em Passo Fundo, próximo à localidade atual de Pulador, se juntasse ao contingente paulista que abriria caminho através dos Matos Português e Castelhana, como estava previsto.

E é também presumível que o abandono do ataque pelos Pinhais tenha sido consequência da mensagem de Andonaegui.

Gomes Freire enviou para os Pinhais ou Pinarés, pelo caminho do Butucarái, várias expedições, segundo se depreende de Nusdorffer, as quais davam, estrategicamente, atrás do Mato Castelhana, já em pleno domínio missionário, tendo apenas como obstáculo a guarda guarani postada pelo Povo de São João, no Pulador, fechando o Passo do rio da Várzea, guarda que, por isso, era denominada São João Pequeno ou Mirim.

Uma dessas expedições teve por guia o castelhana Vilalba, cujo nome de batismo ignoramos. Foi escolhido pelo general português por ser prático dessas paragens.

Êste aventureiro espanhol conhecia, efetivamente, a região, sôbre o qual, Nusdorffer, *ibidem* 383, diz que dois ou três anos antes, “havia vindo pelas serras dos Pinarés à estância de São João”, (aliás, Guarda de São João, visto que a estância dêsse Povo ficava no atual município de São Sepé).

Relata que Vilalba veio “com outros portugueses, fingindo-se fugitivo e, na realidade, era espia. Os índios juanistas o acolheram então e o levaram ao seu Povo (Redução de São João Batista). Aí estêve até que os

Superiores (jesuítas) mandaram que o largassem e despachassem pelo mesmo caminho pelo qual tinha vindo”.

Seu conhecimento da região iriam ser aproveitados por Gomes Freire. Entretanto, de início, foram utilizados outros vaqueanos.

“Soube-se êste ano que, enquanto os índios hostilizavam os portugueses, no ano passado de 54, no rio Pardo ou Jacuí, ditos portugueses haviam despachado várias expedições de gente, para que, pela Serrania do Tape até as cabeceiras do Igaí ou Jacuí, tentassem encontrar, dentro do possível, algum caminho, pelo qual se pudesse chegar aos Povos, sem as grandes dificuldades que se lhes ofereciam, e que já experimentavam, através da estância de São Luís...”

E informa Nusdorffer, a seguir: “A primeira expedição foi de 20 homens, todos castelhanos, gente aventureira e refugiada entre os portugueses. Esta primeira expedição pereceu tôda, pelo (assalto) dos tigres, misérias e às mãos dos caribes”.

Êsses caribes deviam ser os caingangs ou coroados que, então, infestavam a região de Passo Fundo e que se aliaram aos missioneiros rebelados, conforme ainda a informação de Nusdorffer, *ibidem*, página 338, em que diz textualmente:

“Tinham (os índios missioneiros), por tôdas as partes, tanto de cristãos como de infieis, contra a parcialidade dos espanhóis e contra a dos portugueses”.

Informa que, depois de desbaratada a primeira expedição, “seus ossos e armas quebradas foram encontrados pela terceira expedição” (página 383).

Sôbre a segunda tentativa de passagem pelos Pinhais é a seguir mencionada pelo autor, em curtas linhas:

“A segunda expedição foi de 10 homens. Dêstes, nenhum regressou mais ao Rio Pardo”.

Justamente, a terceira, foi comandada pelo espanhol Vilalba, enviada por um Pinto, sem qualquer menção, também, sôbre o nome de batismo dêste último. E, como temos visto, os Pintos eram vários, no Rio Pardo. Escreve Nusdorffer às páginas 383 e 384:

“Na terceira expedição, um fulano Pinto, cabo dos portugueses que estavam em Rio Pardo, despachou 6 homens, e entre êles um, cha-

mado Vilalba, espanhol, nascido em Vila Rica. Um destes seis morreu de picada de serpente, e outros três de fome (ou inanição), como o contou esse Vilalba...”

Pelo que se depreende de Nusdorffer, Vilalba conseguiu passar despercebido pela guarda do rio da Várzea, chegando mesmo até próximo ao Povo de São João Batista, onde havia estado anteriormente.

Na realidade, não devia ter ultrapassado a citada Guarda, que era, aliás, do Povo de São João. Eis o que relata sobre Vilalba:

“Este, com outro companheiro, andou pelos matos próximos à estância que ficava perto do Povo de São João. Os estancieiros juanistas descobriram seus fogos, e aproximaram-se, finalmente, dos mesmos, verificando logo que eram espanhóis ou portugueses, pelo que determinaram matá-los. Acometeram a um, que sacou de uma faca para defender-se, sendo morto pelos índios. O outro, falando em guarani, suplicou que não o matassem, que ele era Vilalba, que dois ou três anos antes havia estado em São João, e que conhecia o seu cura”.

Informa Nusdorffer que os índios, de pergunta em pergunta, acabaram descobrindo quem era ele e que não passava de espião, anteriormente chegado ao seu Povo com alguns portugueses e que, depois de recolhido à Redução, fôra despachado pelo mesmo caminho, e que, por isso, acabou regressando aos portugueses. Entenderam, pois, os índios, com muita acuidade, que ele voltava ao mando dos mesmos portugueses, servindo-lhes de guia até os Povos. Nusdorffer conclui assim o episódio:

“Havendo já averiguado o que queriam, (os índios) acabaram também com ele. Suas vestes estavam tôdas esfarrapadas: seu corpo coberto de chagas. Acharam na lareira um pequeno alforje e nêle um mólho de palmas, sete ou oito pedaços de couro duro, que se usava nas carrêtas dos índios, pelo caminho dos ervais e isto era a comida dos dois. Acharam também onze dobrões de ouro, com a efigie do rei de Portugal, Dom José I, e oito pesos de prata que (os índios) trouxeram ao seu Povo”.

O DESBARATO DE CAIBATÉ

Depois da trégua de 1755, assinada pelos caciques e Gomes Freire de Andrade, o palco das ações guerreiras desloca-se para o sul do Estado.

Não pormenorizaremos a evolução dos acontecimentos, assinalando apenas a morte do bravo Sepé, famoso caudilho missioneiro, numa escaramuça, a 7 de fevereiro de 1756, no Batovi, seguindo-se a matança de Caibaté, a 10 do mesmo mês, em que o poderoso Exército Combinado de Espanha e Portugal, comandado pelo Marquês de Valdelírios e por Gomes Freire de Andrade, desbarata a fôrça indígena, que deixa em campo cêrca de 1.400 mortos, puro efeito desmoralizante das bôcas de fogo européias assunto esmiuçado pelos autores, como Bauzá, Enis, Nusdorffer, Ptolomeu de Assis Brasil e outros.

Em tais ações entraram contingentes indígenas da região serrana, inclusive de Passo Fundo, como se pode depreender da seguinte passagem de Nusdorffer (*ibidem*, 393), embora sem especificação alguma:

“Entrementes, iam seguindo também os índios para a sua guerra, conforme haviam combinado em suas assembléias: uns da banda do norte da Serrania, outro do sul (da mesma), todos para se juntarem com os de São Miguel, em sua estância”.

Prosseguindo em sua marcha, para a ocupação dos Sete Povos, o exército combinado galga a serra, depois de muito trabalho, e trava rápido combate no arroio Churiebi, de onde os índios fogem, sem perdas de monta, ação esta festejada, com algum exagêro pelos europeus.

Com isto, ficara franqueado o caminho para a ocupação das missões.

Sôbre a mal denominada “batalha” de Caibaté, que foi decisiva na Guerra Guaranítica, destruindo o poderio dos Sete Povos, convém dar mais pormenores, diante do que ela representa para a história rio-grandense e passofundense.

Eis o que relata Ptolomeu de Assis Brasil (*ibidem*, 110):

“O fogo e o choque tiveram tal impetuosidade que dominaram desde logo, completamente, as massas inimigas (indígenas), pondo-as em desabalada fuga. Mortos vários morubixabas, e ante tão desigual duelo, nada lhes restava, sem dúvida, senão abandonar o campo de ba-

talha, espalhados por tôda a redondeza, procurando livrar-se ao mal-fadado e inglório excídio. Barraqueiras, fossos, covas...armas, vidas... foi tudo desvairadamente abandonado. Muitos, mais alucinados do que destemidos, descobertos pelos europeus, nas brenhas e barrocas que havia, de um e outro lado do seu campo...fazendo-se fortes, atiravam com flechas. Êstes eram prontamente esmagados com as repetidas cargas de mosquetes. Nesses peraus, por tôda a parte, a tiro, a lança, perseguidos a fundo pela cavalaria, infantaria, peças de amiudar, iam mordendo o pó da argila que os abrigaria para sempre em holocausto à fé e à igno-rância mal conduzidas!”

E prossegue, dando o vulto da catástrofe:

“Deixaram tudo! Mil e quatrocentos mortos, 127 prisioneiros - quase seu exército todo! Material: peças de artilharia (de duas libras), feitas de taquaruçu, retovadas de tiras de couro cru, como maneadores, permitindo uns três ou quatro disparos; 3 de artilharia, calibre um, espingardas, lanças, flechas, arcos, roupas, caixas, duas bandeiras de `nobreza´ e o arreamento dos que haviam desencilhado os cavalos para combater a pé. Escaparam-se quatro ou cinco centenas de homens, a maior parte dos que se achavam a cavalo.

Os nossos esquadrões de Dragões, da esquerda, e a gente de Corrientes, homens valorosos, carregavam sôbre os do lado direito, e por distância de uma légua foram matando índios...”

Narra ainda que Valdelírios “fêz celebrar em Buenos Aires a vitória com `Te Deum´ e repique de sinos. No Rio Grande também houve `Te Deum´, iluminaram-se as fachadas das casas durante três noites, e houve missa cantada com o Senhor exposto”.

Analisando os acontecimentos de Caibaté, verificamos que o desastre coube, por culpa, ao substituto de Sepé Tiaraju, o cacique Nicolau Nheenguiru, o segundo dêste nome, que não seguiu à risca o plano de guerra, estabelecido pela assembléia dos índios missioneiros, que incluía a região serrana, mais favorável à defesa, como lugar da resistência.

Relativamente a êsse plano dos missioneiros, diz Nusdorffer às páginas 393 e 394 da obra citada:

“Os índios que compareceram nas assembléias (que entre êles

foram muitas), dizem que tinham sido combinados os seguintes pontos, no caso de os espanhóis e portugueses virem, mais uma vez, por Santa Tecla para atacarem os Povos:

1.º) - que não haviam de entregar-se, mas resistir, ainda que fôsse preciso morrerem todos nessa demanda; e que tampouco se mudariam, como se lhes impunha;

2.º) - que se juntariam a eles os (índios) infiéis, conforme promessa que (êstes) fizeram;

3.º) - que fôsse comandante de todos o corregedor de São Miguel (Sepé Tiaraju);

4.º) - que São Miguel colocaria vigias bem avançados para (os Povos) receberem uma notícia com tempo;

5.º) - que, feito o reconhecimento dos exércitos e verificado que os índios já reunidos, fossem bastantes para acometê-los, que fôsem (os exércitos) acometidos; mas, se, pelo contrário, os espanhóis fôsem em maior número, se fizesse a retirada da tropa indígena para as passagens da serra, pedindo mais gente, e que só nas passagens da serra os acometessem (aos exércitos), dado que as próprias dificuldades dessas passagens lhes asseguraria (aos índios) a vitória”.

Era êsse, pois, o plano que Sepé Tiaraju trazia em mente, quando caiu na escaramuça de 7 de fevereiro. O plano, aliás, bem urdido, devia ter sido imposto ou, pelo menos, defendido por Sepé o mais inteligente e atilado dos índios missioneiros.

Tombara em plena ação de guerrilhas, recuando desde Santa Tecla, em Bagé, até o Batovi, em São Gabriel, firme no propósito de levar avante o seu plano de guerra. Sua morte selou o destino dos Sete Povos...

Ptolomeu de Assis Brasil, (ibidem, 84) comenta:

“O plano de Tiaraju, evidentemente promissor, era impedir a travessia da serra Geral, onde pretendia, com todos os seus, empregar o decisivo esforço e onde a natureza lhe daria mão poderosa para conter o passo aos generais e seus exércitos...”

A região serrana, evidentemente, poderia ter sido a salvação dos missioneiros...Poderia, de outro lado, prolongar a guerra, forçando os portugueses à aceitação de um Tratado de Santo Ildefonso, antecipado de vinte anos...

DÉCIMA PARTE

**PASSO FUNDO BALUARTE
CASTELHANO**

LUTA INDÍGENA CONTRA OS ESPANHÓIS — A TRANSMIGRAÇÃO

Mas os índios opuseram maiores obstáculos do que vem narrado pelos nossos historiadores.

Diz Nusdorffer, *ibidem*, página 397: “Depois desta derrota dos índios (Caiboaté), marchou o exército espanhol até Santa Catarina, pôsto da estância de São Miguel, a fim de apartar-se dos cadáveres que ficaram no campo; e, de Santa Catarina, torcerem algo para o oriente, metendo-se na estância do Povo de São Luís, onde se apoderaram do rodeio de vacas que aí tinha dito Povo, e ficaram até 20 de março”.

Trata-se da parte sul dessa estância, que ia da baixada do Jacuí para o norte, pela serra do Botucaraí, chegando, na parte norte, a abarcar a região de Passo Fundo. Essa entrada dos espanhóis devia ter apenas atingido a serra do Botucaraí. Diz Nusdorffer, em seguimento:

“Os índios que tiveram a fortuna de escapar, ficaram espalhados por vários caminhos que levavam a seus Povos...O que foi o principal motor da luta disparatada (Nheenguiru) escapou com vida, e voltou a todos os Povos, pedindo socorro de novos soldados e gente armada, para avançar logo outra vez contra o espanhol...”

Adiante, à página 403:

“Tôda esta tropa, em fins de março, já estava de volta a seus Povos, ficando só os miguelistas em sua estância, e no Passo de São Luís uns 600 índios de São Luís, de São João, Santo Antônio e São Lourenço, para defender seus passos” (passagens).

Na mesma página, fala:

“O dano que faziam os espanhóis, metidos em meio da estância de São Luís, ainda sem governar-se, era considerável. O que eles gastavam de vacas era o menos: a fome que causavam nos Povos era o pior. Ti-nham a seu gôsto a estância de São Luís, a de São Miguel, ao lado direito tôda; a de São João e de São Lourenço à sua espalda, bem como o passo por onde soíam passar o gado os lorenzistas, juanistas e luisistas, em

frente. De sorte que não podiam passar pelo meio do exército êstes três Povos.

“Os de São Luís tinham como que 13 mil vacas mansas e como que 2 mil chimarrões, as primeiras pouco antes contadas. E perdeu tudo, com umas 500 cabeças, entre bois e (vacas) leiteiras que não puderam retirar. Assim o testifica o Padre Erber.

A verdade é que São Lourenço e São João tinham algum gado na banda do norte, porém era pouco e logo se acabou, de sorte que foi mister que outros Povos os ajudassem com gado, bem como ao Povo de São Miguel. Êste último tinha seu passo livre, por terem-se ido os espanhóis à estância de São Luís; porém os índios temiam ocuparem-se em recolher as vacas, sem serem pressentidos dos espanhóis; e, por mêdo disso, todos os estancieiros (foram) meter-se nos matos”.

Prossegue Nusdorffer à página 405:

“Já dissemos acima como, para guardar êsse passo (de São Luís, no rio Jacuí, na serra), ficaram uns 600 índios juanistas, luisistas, lorenzistas e angelistas. Os de São João se haviam entrincheirado a seu modo, em um mato, à entrada do caminho. A 22 ou 23 de março, chegaram à sua vista os espanhóis, em esquadrão. Saíram-lhes os índios ao encontro, disparando um gênero de peças de artilharia que haviam feito de canas bravas, retovadas com couro; os espanhóis, finalmente, os afastaram com suas granadas e fuzilaria, fazendo-os sair de sua tocaia.

Não parece que o dano fôsse muito, nem de uma nem de outra parte: os índios contam um só ferido, e dizem também que, dos espanhóis ficaram feridos ou mortos, dois.

No resto do caminho ou passagem do mato, não parece que (os espanhóis) encontrassem resistência, porque sabemos que a 24 de março já se haviam pôsto da banda do norte de tôda a serra, na estância de São Lourenço, no pôsto chamado São Martinho, 400 espanhóis a cavalo.

Os índios, vendo-se privados de sua passagem, recolheram-se, pouco a pouco, aos seus Povos, tristes e desconsolados, sim, porém não escarmentados, deixando apenas alguns espias por aquelas partes.

Da passagem de São Martinho aos Povos serão 50 léguas, todo o caminho sem especial embaraço, nem de rios nem de matos, quando não há chuvas extraordinárias.

Nessa passagem se detiveram os espanhóis até fins de abril para passar seu trem, e quiçá, também de propósito, o faziam os srs. governadores, para ver se suas exortações faziam algum efeito no ânimo dos índios, para que se impedisse a efusão de sangue e se determinassem de uma vez pela mudança e pronta evacuação de seus Povos, como se lhes pedia”.

Diz à página 427:

“Também soubemos que os exércitos combinados se recolheram a invernar. Os srs. portugueses, em sua maioria, em Santo Ângelo, com o seu cabo (Gomes Freire), deixando só uns 200 para a defesa da igreja de São Miguel e do que ficou do segundo pátio, e do Povo e de suas casas. Os espanhóis dividiram-se entre o Povo de São João, onde ficou o sr. Andonaegui, e em São Lourenço, onde ficou aquartelado o sr. governador de Montevideo, e dizem, esperavam o sr. Marquês de Valdelírios, o que havia de fazer juridicamente a entrega destes Sete Povos à vista de olhos”.

Cessara a resistência contra os invasores.

Todavia, os índios, internados nas matas, em grande número, não se davam por conformados. Vinham asilar-se nas matas do Caaguaçu, nas nascentes dos Ijuís e por tôda a extensão da Serrania do Tape, até a região de Passo Fundo, de onde, aliás, acabavam se afastando diante das entradas dos portugueses, abrindo caminho para Laguna, partindo da Redução de Santo Ângelo.

Os índios que permaneceram nos Povos, forçados pelas circunstâncias ou por não terem tido tempo de fugir - foram obrigados a transmutar-se para além rio Uruguai, em obediência aos termos do Tratado de Madrid.

Vamos citar apenas um episódio, contado por Nusdorffer, *ibidem*, página 433: “Os juanistas, que haviam jurado também mudar-se, quando os padres seu cura e seu companheiro lhes falaram, para que tratassem de compor (os pertences) das casas da igreja e de seus armazéns, para caminhar e transmigrar para esta banda (isto é, margem ocidental do Uruguai) estranharam e nada quiseram a êste respeito, dizendo que já os generais lhes haviam dito, bem como os soldados, que podiam ficar em suas terras e em seu Povo, mesmo que ficassem com os portugueses...”

Tão arraigado era o apêgo dêsses pobres índios à sua terra natal que, a despeito de quanto lhes aconteceu, ainda não acreditavam na dureza de seu destino e na impiedade de seus opressores. Bastava uma conversa, uma palavra de esperança, lançada por algum soldado imprevidente, para que, como rastilhos de aleluia, como um repique festivo dos sinos, se propagasse por todo o Povo.

Acrescenta, porém, Nusdorffer:

“De sorte que foi mister que os dois generais lhes falassem outra vez e os desenganassem, (dizendo- -lhes) que haviam de sair de suas terras.

Mostraram os miseráveis tal tristeza ao ouvir isso que aos próprios chefes lhes caíram as lágrimas.

Um dêles perguntou a um índio por que estavam tão tristes, e êste lhe respondeu, chorando:

- É impossível! Se soubesse o nosso rei o que padecemos, não podia deixar de compadecer-se de nós e nos deixaria em nossas terras!

O mesmo General Gomes Freire - acrescenta Nusdorffer - diz (que) não pôde conter-se, sem dizer:

- Ah! Que lástima tenho dêsses pobres meninos e mulheres!...Quisera eu mesmo que os vissem os reis e me mandassem retirar...E o faria logo, e com muito gôsto e alegria!”

Escreve o autor à página 479:

“O dia 2 de agosto estava assinalado para a transmigração de 6 caciques, com seus vassalos e famílias, do Povo de São João. Chegando o dia de sua saída, os demais índios que haviam de transmigrar (com os referidos caciques), se esconderam nos matos e não apareciam - para que o sr. Andonaegui visse como lhes penalizava deixar suas terras e terem feito êsse juramento. Supõe-se que êle (Andonaegui) fêz castigar ao tenente do Povo, com 100 açoites, em rôlo, pondo-o depois nos grilhões ou por ter êle (tenente dos índios) a culpa disso ou porque nêle se descartavam.

A transmigração de 180 famílias - acrescenta o autor à página 480 - de São João, finalmente, se executou a 19 de agosto (1756), e foram encaminhados com os Padres Luís Charlet e Tomás Garcia. Não lhes deixaram levar nada, senão o mais necessário para o caminho...”

Deixamos de mencionar o que aconteceu com os demais Povos, onde idênticos dramas ocorreram.

PORTUGUÊSES EXPLORAM A REGIÃO DE PASSO FUNDO

Estabelecidos em Santo Ângelo, os portugueses trataram de restabelecer comunicações com Laguna, através dos Pinhais, isto é, passando pelo divisor de águas, caminho natural, por meio do Mato Castelhanos e Mato Português.

É quando surgem as denominações Pinarés de Missões, em Passo Fundo, e o Pinarés do Brasil, além do Mato Português, região que se situava entre as atuais Lagoa Vermelha e Vacaria, já frequentada pelos lusitanos e explorada por Cristóvão Pereira.

No mapa de Michaele Antônio Ciera (1772), vemos traçado um caminho que, partindo de Santo Ângelo, descia para São João e São Miguel, infletindo daí para leste até encontrar o caminho dos ervais de São Nicolau, no Botucarái. Antes de alcançar a corrente do Jacuí, separava-se deste, rumo nordeste, cruzando pelo Jacuí-Mirim e daí, por Passo Fundo, corria na direção de Lagoa Vermelha e Vacaria.

Nesse mapa, a região dos Pinhais está em branco, vendo-se apenas o pontilhado do referido caminho, onde se lê: “Caminho nôvo que vai para Laguna”.

Acima, num dístico, encontra-se a seguinte informação:

“O caminho marcado com pontos pretos, que vai de São Miguel a Laguna, está pôsto segundo as notícias de quem o descobriu, mas há de advertir que não está conforme deve ser na realidade”.

Efetivamente, a carta, aliás, não obedece às exigências cartográficas atuais, dando causa à deformação do traçado feito pelo qual se indica tal caminho.

Na carta recebida das Missões pelo Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, datada de 19 de junho de 1756, conforme nota de Rodolfo Garcia à “História do Brasil”, de Vamhagen, tomo 4.^o, página 213, temos a seguinte informação:

“Aqui ficamos todos vivandeiros, por não haver que vender, nem quem nos conduza o nosso trem, e tomou nesta missão quartel de inverno o exército espanhol (São João), e o nosso o foi tomar a Santo Ângelo, distante quatro léguas”.

E adita:

“Vossa mercê terá cartas pelo nôvo caminho que se abre pela Serra Vacaria, pelo qual se expede um chasque para essa praça” (Arquivo de Marinha e Ultramar, etc.).

Tais informações são confirmadas por Nusdorffer, às páginas 434 e 435, obra citada:

“Tivemos as seguintes notícias: (...) que a carne estava muito escassa e má (nos Povos), que não havia pastos para os animais naquela banda, por causa das cruéis geadas que haviam caído; que os portugueses se proviam de alimentos nos Pinarés do Brasil, e que os castelhanos pediam a êstes Povos graxa, sabão e todo o gênero de grãos, etc.”.

Sôbre a penetração portuguesa nos Pinarés das Missões e daí aos Pinarés do Brasil, como então ficou sendo chamada a região da Vacaria, escreve Nusdorffer à página 478:

“... estando já em São Xavier, soube o padre que o Mestre de Campo, de Santo Ângelo, com alguns índios e mulheres, tinham ido aos Pinarés, porém que esta partida levou consigo um destacamento de 50 portugueses que o sr. Freire havia enviado para trazer-lhe as cartas de Lisboa, que de propósito fêz deter em certa paragem dos Pinarés, até que êle enviasse por elas. Os demais índios estavam quietos, em seus Povos, etc.”

Notícia mais precisa sôbre a região passofundense é dada por Nusdorffer à página 505:

“Li duas cartas de um cavalheiro italiano que está em Santo Ângelo, em que dizia que, não obstante a vinda de Dom Pedro de Zeballos com fortes instruções e tropas, para que se executasse o primeiro projeto do Tratado, esperava-se em Lisboa uma composição dêsse negócio, com satisfação para as partes, por outra nova divisória e árbitrio, que Dom Gomes Freire havia proposto ao seu soberano, com cartas eficacíssimas, cujo resultado se esperava, no mais tardar, a princípio de abril”.

E acrescenta:

“Soube-se também que aquele destacamento de 50 portugueses que Dom Gomes Freire, logo que chegou a Santo Ângelo, despachou pelos Pinarés, até o Brasil (Vacaria e Laguna), para trazer-lhe as cartas detidas e que (êle) suspeitava perdidas, devido à tardança (soube-se) finalmente que haviam chegado, dando-se por excusa que o caminho era muito mais longo do que haviam informado os índios vaqueanos”.

E adita significativamente:

“Referiram-se também que haviam achado as cabeceiras do Jacuí, que saía de um charco ou pântano muito grande, que estava muito perto das cabeceiras do Uruguai-Pitã (atual rio da Várzea, cujas cabeceiras ficam em Passo Fundo); e que êste (Uruguai- -Pitã) desemboca no Uruguai Grande, um pouco mais acima, onde, desde a banda do poente, vem a cair no rio ou arroio Peperi, que é um têrmo nomeado no Tratado. De sorte que parece que a mesma natureza havia pôsto êstes rios, de modo que pudessem servir de marcos entre as duas Coroas”.

E Nusdorffer, duvidando da sinceridade de Gomes Freire, quando êste alegava demora no regresso dos exploradores tem essa tirada:

“O que quer dizer que tudo isso são patranhas e que êste destacamento não foi em busca de cartas, senão foi examinar, com os olhos, as terras...Pode-se dizê-lo sem o menor escrúpulo”.

Quanto ao Jacuí a que se refere esta notícia, deve ser o Jacuí Mirim, cujas nascentes, efetivamente, ficam próximas às do rio Uruguai-Pitã ou rio da Várzea, que nasce nas proximidades de Bela Vista.

O destacamento enviado por Gomes Freire de Andrade, com partida de Santo Ângelo, deteve-se, como bem desconfiou Nusdorffer, na região do rio da Várzea, em Passo Fundo, descobrindo que êsse rio ia desembocar no rio Uruguai, no rumo do Peperi-Guaçu, ou Peperi, citado no Tratado de 1750.

Assim, a região de Passo Fundo foi detidamente explorada pelo destacamento explorador português, composto de 50 soldados e índios vaqueanos, com suas famílias, sob o comando de um Mestre de Campo.

Êsse destacamento tinha, pois, dupla incumbência: uma a de esperar as cartas que viriam do Reino, via Laguna e Vacaria; e outra, a de, enquanto não chegassem os chasques com ditas cartas, fazer a exploração da região passofundense, tendo em vista o rio da Várzea, por

onde devia correr a divisória, rumo direito até o Peperi, na outra banda do rio Uruguai, entre Santa Catarina e atual província de Missões, na Argentina.

Identificada a região em que os exploradores portugueses se detiveram, que é a do rio da Várzea, em território passofundense, confirma-se que esta região era chamada Pinarés, antigamente Pinales e Pinhais.

Clara é a citação de Nusdorffer, à página 478, já mencionada:

“... porém esta partida levou consigo um destacamento de 50 portugueses que o. sr. Gomes Freire havia enviado para trazer-lhe as cartas de Lisboa, que, de propósito, fêz deter em certa paragem dos Pinarés...”

Essa paragem era o passo do rio da Várzea, onde se encontra ainda a trincheira de pedras, dos jesuítas (Pulador), aliás, passagem obrigatória, a única naqueles tempos, e, portanto, fortificada. Era ali que estava destacada a guarda de São João Pequeno ou São João Mirim, com capela e diversos ranchos indígenas, conforme já tivemos ocasião de mencionar, alguns capítulos atrás.

DESERTORES PORTUGUÊSES FOGEM VIA PASSO FUNDO

Difícil, entretanto, se tornava a permanência dos exércitos espanhóis e portugueses, nos Sete Povos, em vista da falta de alimentos e outras necessidades.

Escreve Nusdorffer, *ibidem*, às páginas 502 e 503:

“O senhor Andonaegui...fêz todo o possível na busca de sustento para as suas tropas, porque bem podia persuadir-se de que o que trouxeram de alimento as carrêtas, do Jacuí (Rio Pardo), não suportaria tanto (tempo); nem suas tropas, nem os índios haviam semeado naqueles Povos como o fizeram os portugueses em Santo Ângelo. Além das 4 ou 5 mil vacas que (êle, Andonaegui) pediu ao Padre Superior, escreveu (pedindo) aos padres que estavam com os miguelistas, na serra ou em sua estância: `que lhe enviassem umas 2 mil reses da estância de São Miguel´. Despachou suas cartas aos padres por uns índios miguelistas

que, de suas roças, tinham vindo aos Povos. Além das vacas que lhes pedia, ordenava-lhes, outra vez, que voltassem ao Povo de São Miguel, trazendo consigo tôda a chusma (de índios) e suas famílias que lá se encontrassem.

Responderam-lhes os dois padres: o Padre Miguel de Soto, que havia sido estancieiro de São Miguel, dizendo-lhe, a respeito do gado que pedia, que lhe era impossível cumprir a ordem de S. Ex.": primeiro, por não possuir cavalos; segundo, porque os índios não se achavam agrupados, porém muito espalhados em várias paragens, nos matos, de sorte que, nem os poucos que estavam com os padres sabiam dos lugares onde se encontravam os demais, de modo que se pudesse juntar o suficiente para completarem o número necessário para a faina de vaquejar, isso na hipótese de possuírem cavalos, e não os possuíam; terceiro, ainda que se agrupassem tantos (índios) e viessem todos, para reunirem as vacas para S. Ex.a, os (índios) infiéis que os cercavam (isto é, da redondeza), estavam insolentemente alertas e que, em apenas ouvirem uma palavra a respeito de (remessa) de vacas para os espanhóis, roubariam certamente vacas e cavalos, a bem de confiná-los (livrar), como tinham feito aos de Santo Ângelo, que haviam pretendido dar algumas reses aos portugueses; quarto, que os mesmos padres passavam a viver de palmitos e alguns pescados que colhiam nos rios dali, bem como os índios, sendo grande fortuna colherem, de vez em vez, algum touro, com armadilhas de laços, armados de noite; quinto, que S. Ex.a (Andonae-gui), ordenando-lhes conduzir a chusma (de índios) e regressarem (os padres) a São Miguel, (respondia) que isso não era menos impossível, por não quererem os índios, de modo absoluto, nem mesmo deixar que se afastassem os padres".

Já anteriormente o caso tinha sido bem exposto aos Superiores Jesuítas, que se encontravam em Conceição, do outro lado do Uruguai (banda argentina), conforme verificamos na seguinte notícia de Nussdorffer à página 487 de seu citado "Relatório":

"Estando, entretanto, o Padre Superior nos Povos do Uruguai (banda ocidental), chegaram dois índios de São Miguel, com cartas dos Padres Adolfo Escal (Skal) e Miguel de Soto, procedentes da serrania do Tape, onde se encontrava boa parte dos miguelistas refugiados. Essas

cartas eram resposta a uma correspondência do Padre Superior, enviada por ordem do Governador Andonaegui, escrita de São João, intimando-os (aos dois Padres), com advertências, a que viessem (à parte ocidental) ou com os índios ou sem eles, dando obediência ao sr. Governador”.

Nas referidas duas cartas anteriores, os Padres Adolfo Skal e Miguel de Soto fizeram uma exposição, com sete motivos, pelos quais os índios não permitiam que os ditos padres saíssem e nem se falasse em transmigração para a outra banda do Uruguai.

Nusdorffer esclarece ainda, na página 494:

“O Povo de São Miguel tinha sido esvaziado (de índios), desde 22 de maio, pois, com muito trabalho, de idas e vindas, pôde o Padre Balda recolher umas 220 famílias, das roças, para (levá-las) a Conceição: quanto aos demais, alçados... Um grupo deles (estavam) nos matos do (rio) Piratini; outros, metidos entre os infiéis (sem dúvida, entre os caingangos passofundenses e imediações), e boa parte na Cerrania do Tape, numa paragem chamada Apicaçuró, nas proximidades de sua estância, com os dois Padres Adolfo Escal e Miguel de Soto, levados à fôrça, recusando-se a vir (à banda ocidental) e nem deixar que viessem os padres”.

Não menos embaraçosa era a situação dos portugueses, em Santo Ângelo. Efetivamente, Gomes Freire em carta a Sebastião José de Carvalho, escrevia, já em 1757, entre outras coisas:

“Devo buscar remédio a tal atraso (refere-se aos assuntos demarcatórios e outros), e só poderei dar-lho com repetidíssimas providências minhas e breves respostas a elas, as quais, na distância onde estou, me é embaraçoso adiantá-las tanto como o caso pede; e no inverno me será sumamente mais difícil, pelos passos e rios que medeiam, e pôsto que não seja muita a distância destes Povos ao rio Jacuí (Rio Pardo), não devemos expor entre índios dispersos, os transportes, sem seguras escoltas; e estas, no inverno, com pouco trabalho, são perdidas; e a continuar êste quartel sem pagamento e com maior ruína de fardas, as não poderei ter em brida tal que embarace uma grossa deserção fácil, e já intentada pela Vacaria”. (Rodolfo Garcia, nota a Varnhagen, *ibidem*, 213 a 227).

Por esta carta, confessa Gomes Freire que, diante da situação precária em que se encontravam as tropas portuguesas, em Santo Ângelo, temia a deserção em massa, porquanto esporadicamente tal fuga fôra

intentada, através da Vacaria, isto é, através de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria atual, e daí ao pôrto de Laguna ou ao Viamão.

Confessava ainda que a falta de alimentos era premente:

“Desta certa ruína, no inverno, só me podem livrar - pôsto destruídas com a presente corrida - as estâncias de São Lourenço, São Luís e São João, que bordam o rio Jacuí; e, quando, por algum incidente, nelas, ou delas me falte o abasto, tenho na minha retaguarda as estâncias do Rio Pardo e Viamão, que me serão seguro remédio” (ibidem, 219).

Esclarece ainda, falando na sua retirada de S. Ângelo:

“Como me faltam carros para o meu transporte, e tinha, como já disse, vacas para alguns meses, ofereci ao general (espanhol) para a sua mesa, o trigo que guardava para semear, sabendo o pouco que êle tinha para comer; entreguei-lhe 100 fânegas e 1.000 vacas, e dei permissão aos nossos soldados e oficiais vendessem o trigo e legumes que haviam colhido e o tinham reservado para as suas sementeiras. Deixei aos padres e índios de Santo Ângelo, 1.000 vacas, e ainda conservo sobradamente as que hei de gastar na marcha e até as poder haver (reaver) das estâncias que bordam o Jacuí; somente de bois de carro me acho faltos, mas porei os meios que puder, nas dez léguas que me faltam a chegar ao Jacuí e Rio Pardo...” (ibidem, página 227, carta de 20 de maio de 1757).

As aperturas e as preocupações de sua governadoria obrigaram Gomes Freire à retirada. Se permanecesse mais tempo, seu exército passaria fome, como estava acontecendo com os espanhóis. Assim, providentemente, escapou em tempo, e sobrou-lhe, assim, para distribuir algum sobejo para os espanhóis, padres e índios.

Diz Graciano A. de Azambuja, em seu “Anuário”, ano de 1900, página 215:

“Depois de permanecerem as forças portuguesas durante quase um ano, nas Missões Orientais em Santo Ângelo à espera dos comissários espanhóis, para continuar a demarcação interrompida, o General Gomes Freire de Andrade, chamado por graves assuntos à sede do seu Governo (Rio), retirou-se com as suas tropas para o Rio Pardo, tendo antes despachado a partida de demarcadores para que se não atribuisse qualquer obstáculo à demarcação. Isso teve lugar em 1757”.

Vimos, efetivamente, que a expedição portuguesa, com 50 soldados

e muitos índios, sob o comando de um Mestre de Campo, fôra despachada, de Santo Ângelo, para a região do rio da Várzea, em Passo Fundo, pelo qual desceriam até o Peperi, ponto citado no tratado de limites.

Prossegue, entretanto, Graciano A. de Azambuja:

“Enquanto os demarcadores da primeira partida entravam em enormes discussões, perdendo tempo a respeito das vertentes ou galhos principais do rio Negro e do Ibicuí, seguiu a segunda partida, em 1759, a começar os seus trabalhos; e, apesar dos muitos obstáculos e penosas privações por que passou, faltou-lhe apenas para desempenhar tôda a sua tarefa, demarcar uma extensão de cêrca de 5 léguas do curso do Peperiguaçu, do Salto da Marca para cima, que deviam ser ligados às vertentes do Santo Antônio”.

A segunda partida, como vemos, explorou e demarcou as regiões do rio da Várzea, em 1759, com base nas explorações antecipadas da expedição portuguesa que, três anos antes, devassara o rio da Várzea...

Informa ainda Azambuja, em seguimento:

“Parece, porém, que os respectivos governos estavam à espera de sua conclusão para nulificá-la, porquanto, a 12 de fevereiro de 1761, celebraram os reis de Portugal e Espanha nôvo tratado, pelo qual foi nulificado o de 1750, e portanto anulados os limites que se acabavam de demarcar. Voltaram, portanto, as Missões Orientais do Uruguai ao domínio da Espanha, sob o qual permaneceram até princípios do século seguinte”.

Sôbre os resultados merencórios da Guerra Guaranítica, resultante do tratado de 1750, escreve Gustavo Barroso, em seu livro “Nos Bastidores da História do Brasil”, página 79:

“Assim, foi inútil desperdício de sangue o que ensopou o Campo de Caiboaté. Nunca houve uma guerra, relativamente aos efetivos nela empenhados, tão mortífera e, ao mesmo tempo, de tão precários resultados. Daí o estado de ruínas daquelas prósperas Missões que jamais puderam voltar ao antigo florescimento”.

DERRADEIRA E TRÁGICA ARRANCADA DOS MISSIONEIRO

Em sua “História das Missões”, volume II, página 260, o historiador Aurélio Pôrto escreve sôbre êsses tempos conturbados:

“O Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º de outubro de 1777, procurou então dirimir as dificuldades oriundas dos pactos anteriores que não consultavam os interesses gerais, assinalando, em seu artigo IV, que, `para evitar outro motivo de discórdias entre as duas monarquias, qual tem sido a entrada da lagoa dos Patos ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas margens têm pretendido pertencer-lhes ambas as Coroas, convieram agora em que a dita navegação e entrada fiquem privativamente para Portugal, pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí até que, passando por cima das dos rios Araricá e Coiaqui, que ficarão da parte de Portugal, e as dos rios Piratini e Abamini, que ficarão da parte da Espanha, se retirará uma linha que cubra os estabelecimentos portugueses até o desembocadouro do rio Peperi-Guaçu, no Uruguai”.

Consequência imediata dêste tratado, na região que defronta as Missões Orientais - diz Pôrto, em aditamento - é a penetração que fazem os primitivos povoadores de Rio Pardo e Cachoeira, para o sul e oeste do Jacuí, excedendo mesmo, com seus estabelecimentos de criação, as raias prefixadas”.

Novamente a região de Passo Fundo é devassada pelos demarcadores, calcando as margens do rio Uruguai-Pitã ou Várzea, a bem de satisfazerem as exigências das duas caprichosas Cortes. Descrevendo o albardão de Santa Ana, Aurélio Pôrto, em seu “Dicionário Enciclopédico”, informa que já em 1776 ali tinham estado os demarcadores que trataram das indicações dos pactos anteriores. Pelo menos é o que dá a entender, quando diz:

“Na direção do Uruguai-Tupi (aliás, Pitã), nesse albardão, encontrava-se uma cruz com a data de 1776”.

Descrevendo os progressos da atividade portuguesa no território ocupado, Alfredo Varela, em “Rio Grande do Sul”, diz à Página 51:

“... o Tratado de Santo Ildefonso nos reduzia o país ao norte de uma

linha, indo do mar ao Tahim, do Rio Negro, e a leste da Coxilha Grande. Ainda e às regiões ao norte do rio Piratini e das cabeceiras por cima de tudo, desistimos graciosamente da Colônia! ”

Acrescentando nas páginas 52 e 53:

“A paz subsequente, que não se alterou por mais de vinte e três anos, permitiu a franca expansão das forças locais. A cultura do trigo levantou-se ao seu apogeu, a criação do gado desenvolveu-se rapidamente; fundaram-se as primeiras xarqueadas. No quadro em que relatamos o movimento da indústria rio-grandense, consultando-se os dados correspondentes a essa época, vê-se a situação próspera da pública economia. A despeito dos embaraços oriundos de uma administração atrasada, a prosperidade ia em aumento, ainda que nada fizessem por fomentá-la ou facilitá-la os governos de então. O sistema de distribuir as terras, que tanto interessava ao futuro do Rio Grande, era feito na maior desordem, produzindo-se, dentro em pouco, uma inextrincável confusão.

“Com o fito de fundar estabelecimentos na zona contestada, foram concedendo-se sesmarias, sem plano, de forma que, em poucos anos, não havia meio de combinar as cartas, cujas determinações se contradiziam ou que, observadas, dava azo à invasão de terras já possuídas anteriormente.

A seu turno, o Conselho Ultramarino, a quem fôra cometido êste serviço das concessões de terras, desconhecendo a geografia e topografia americanas, aumentava o mal, distribuindo sesmarias a torto e a direito. Tamanho desconcerto foi agravado ainda pelo arbítrio dos governadores e capitães-generais, que davam e retomavam parcelas do solo, despojavam de terras arroteadas os velhos possuidores para galardoar os validos e potentados, violências em que muito se distinguiu Sebastião Xavier da Veiga Cabral que, durante vinte e um anos, dirigiu os destinos do continente. Sucedera no govêrno a José Marcelino, a quem devemos a criação do centro definitivo do govêrno rio-grandense e algumas medidas para regularizar as coisas da campanha, ordenando o povoamento das estâncias e sua cultura, em parte - medidas estas que Cabral procurou completar, estabelecendo a obrigação de terem marca

os gados, e observar-se uma certa proporção entre o tamanho dos campos e a quantidade dos animais que haviam de conter”.

Acrescenta a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, volume 34, página 175:

“Em janeiro de 1784 foi iniciado o trabalho da demarcação de limites (do Tratado de Santo Ildefonso, 1777), tendo o governador citado (Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral da Câmara), sido substituído (no govêrno) pelo Coronel Rafael Pinto Bandeira (para assumir as funções de 1.º comissário).

A comissão estava assim constituída: 2.º comissário, Coronel Francisco João Róscio; engenheiros: Capitão Alexandre Elói Porteli e Francisco das Chagas Santos; astrónomos: Dr. José de Saldanha e Capitão Joaquim Félix da Fonseca Manso; médico: Cirurgião João Manoel de Abreu; comissário assistente da Tesouraria: Manoel José da Silva Menezes; comissário pagador: Sebastião Pereira Barbosa; capelão: Padre João Ferreira Roiz (aliás, Rodrigues); secretário: Capitão de Dragões José Inácio da Silva. Artífices: 2 carpinteiros, 1 ferreiro e 1 canteiro. Acompanhavam a comissão técnica 15 praças do Regimento de Dragões, 15 do Regimento de Cavalaria Ligeira e os oficiais Capitão Francisco de Oliveira, Tenente Vasco Pinto Bandeira, Tenente Bernardo Antônio Pinto, Alferes Carlos dos Santos Barreto e Alferes Jerônimo Gomes.

Os demarcadores de ambas as nações não se entendiam; cada comissário interpretava o tratado de acordo com os interesses de seu País. O representante da Espanha era o 1.º Comissário Dom José Varela. Queixas e mais queixas de ambos os comissários iam ecoar no Vice-Reinado do Brasil, como no de Buenos Aires. Os trabalhos da demarcação arrastaram-se de 1784 a 1797, época em que foram subitamente interrompidos”.

Os protestos, aliás, tinham partido dois anos depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, isso é, em 1779, por iniciativa dos índios missioneiros, revoltados contra as conquistas de suas terras pelo elemento lusitano. A rebelião rebentou na região serrana.

Quem narra o fato é o Dr. Manuel Duarte, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul”, n.º 96, ano de 1944, página 205:

“Consigna o precioso relato do Alferes da Companhia Auxiliar,

Manuel da Fonseca Pais, de 23 de março de 1781, que o Capitão José Carneiro Geraldês, após a violenta irrupção gentílica, em 1779, `retirou sua gente e animais para as partes do Via- mão, deixando os campos devolutos. Ao passo que das bandas do oeste e norte confina em terras reiúnas, em cuja contiguidade, já nas sinistras vizinhanças da extrema de Baqueria de los Pinhales loiolana, fundaria posse, pouco depois, o Alferes da Companhia Auxiliar, Manuel da Fonseca Pais, a qual seria destruída pelos silvícolas, na invasão de 1779”.

Mas é nas páginas 195 e 196 que o autor narra o sangrento episódio:

“Invariáveis e sumários, os processos de improvisação da estância em voga, `manu militari’: esmada, a trouxe-mouxe, a área cobiçada à ambição do fazendista, expropriavam-se, na redondeza acessível, os se-moventes aos guaranis aldeados...

Entretanto, nestas temerárias práticas do arbítrio impune, avança-se demais contra o desconhecido, confiante na presteza da Cavalaria Ligeira...

Foi o que sucedeu em 1779, quando da violenta irrupção do gentio missioneiro, o qual, à medida que se adentravam no ignoto os militares e paisanos recém-vindos, à sôfrega procura de terras baldias, em satisfação de apetites territoriais, cautamente se retirava (o índio) para os fundos da Baqueria de los Pinhales (aliás, para o centro dessa vacaria), ao mesmo tempo em que retraía seus rebanhos...”

Êsse recuo de que nos fala o Dr. Manuel Duarte devia processar-se das regiões da atual Vacaria e Lagoa Vermelha e talvez mesmo para aquém do Mato Português e Campo do Meio, para a região do Mato Castelhana adentro.

Prosegue o mesmo autor, narrando os fatos:

“Desenganadamente, dois militares afrontariam o perigo da mais ousada vizindade indígena: Cipriano da Costa Monteiro, que ultrapassaria o vale do rio Santa Rita (isto é, aquém de Lagoa Vermelha e já, portanto, no Mato Português, beirando o Campo do Meio), em cuja margem direita se alojaria (isto é, punha o seu rancho), com habitação residencial e gadaria, na posse escolhida; e o Comandante Manoel da Fonseca Pais, que se acantonara sôbre a Extrema, na sesmaria do Bom

Sucesso, que fundara em 1774, e em cujo imóvel até hoje vivem descendentes (Pereira e Fonseca) dêsse insigne povoador.

Por ocasião da fera desafronta guaraníca, foram estas duas propriedades cruelmente depredadas, incendiados os respectivos prédios, dizimados os rebanhos bovinos e mortos escravos e mais pessoas residentes, que não lograram escapar-se à hedionda sanha assassina e arrasadora.

Veemente e desumana a réplica lusa: o Capitão Joaquim José Pereira reúne a sua Companhia de Cavalaria Ligeira, composta da fina flor da população planaltense, e avança resoluto contra os agressores missioneiros.

Cercados num capão e, prisioneiros, foram sumariamente executados, segundo alguns cronistas, 78 bugres indefesos.

Ao passo que, segundo reclamações do Vice-Reino do Rio da Prata, de 400 foi o número de `súbditos da Coroa de Espanha', imolados nessa impiedosa refrega, de bárbaro ajuste de contas, conforme enérgicas correspondências dos governos das colônias luso-hispânicas..."

Inacreditável e lentamente continuaria sem povoadores a esplêndida campanha (páginas 197-198).

Êsse ataque foi desferido pelos índios que guardavam o Mato Castelhana e, possivelmente, o Campo do Meio, e a represália devia ter atingido não apenas guaranis, mas igualmente bugres ou caingangs, auxiliares da vindita missioneira.

Na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", volume 34, página 383, referindo-se a essa época tumultuada da história gaúcha, há o seguinte registro.

"Nas serras das Antas, ficaram, porém, os ferozes caingangs, que traziam em sobressalto os fazendeiros estabelecidos nas proximidades da referida serra, hostilizando-os em tôdas as ocasiões em que tivessem oportunidade. Os brancos, em represália, procuravam tirar desforra, e a matança continuava".

Assim se narra, nessa obra, a derradeira arrancada guarani de 1779, partida do extremo oriental das Missões, no Mato Castelhana, onde se fixava a famosa guarda dos índios tapes:

"Em 1799 (aliás, 1779), as hostilidades recrudesceram de tal manei-

ra que os índios chegaram a massacrar famílias inteiras, saqueando e queimando os lares dos fazendeiros, em território dos atuais distritos de São Manoel, Ipê e Segrêdo (município de Vacaria). Os proprietários das fazendas reagiram, havendo, como é óbvio, mortes em grande número, refugiando-se, por fim, os selvagens nos confins das matas. As famílias remanescentes, temendo novos massacres, abandonaram em definitivo os campos da Vacaria. O êxodo quase foi geral”.

O Coronel Mário Calvet Fagundes, nos seus já mencionados “Estudos Regionais”, separata do “Boletim Geográfico”, ano VI, n.º 12, páginas 7 e 8, assim resume os fatos:

“Foi o território de Passo Fundo guarda avançada na resistência à invasão dos portugueses e espanhóis, com o estabelecimento de uma força permanente nas orlas do Mato Castelhana, localizado ao ocidente do Mato Português...

O espírito de apêgo à terra, existente no índio da região missioneira, mais se reforça com a organização coletiva que lhe impunha o jesuíta, ao ponto de colaborar com o português, quando êste, em virtude das hostilidades entre Espanha e Portugal, decorrentes do manifesto espanhol de 1801, lança-se à conquista dos Povos Missionários, que passam a integrar o território rio-grandense”.

Dante De Laytano, em seu mencionado artigo “Origem de Passo Fundo”, publicado no “Correio do Povo”, em 3 de fevereiro de 1957, escreve:

“Foi uma epopéia de morte que o colonizador europeu e seu descendente escreveram com todo o requinte para acabar com o índio. Era preciso eliminar os Tatu-Guaçu, os Languiru, os Baldeta, os Cacambo e os Sepé Tiaraju, ameaças permanentes de aguerridos exércitos. Os índios vingaram-se em longas represálias. O povoamento de Passo Fundo foi agitado pela tropelias da indiada feroz que perturbou, de diversas maneiras, a fixação do colonizador”.

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE

**AVANÇOS LUSOS E CONQUISTA
DAS MISSÕES**

A CONQUISTA DAS MISSÕES

É quando surge a epopéia de Borges do Canto e seus companheiros que, em 1801, com quatro dezenas de lidadores, efetuam, numa arrancada homérica, a conquista dos Sete Povos, influenciando radicalmente nos destinos passofundenses.

Nessa conquista, o território e o elemento de Passo Fundo não tiveram parte, pelo que nos dispensamos de pormenorizá-la, remetendo o leitor à magnífica obra “As Missões Orientais e seus Antigos Domínios”, de Hemetério José Veloso da Silveira, que transcreve na íntegra o Relatório ou Memória de Gabriel Ribeiro de Almeida, um dos heróis da façanha.

Vamos resumir os fatos no relato de Arthur Ferreira Filho, em sua excelente “História Geral do Rio Grande do Sul”, páginas 49 e seguintes:

“Por êsse tratado (de Santo Ildefonso) seriam domínios de Espanha tôdas as terras banhadas pelas águas tributárias do Uruguai, a jusante do Peperi-Guaçu. Se ao menos a nova fronteira trouxesse consigo o respeito e a paz entre os habitantes desta parte do continente, teria um lado bom para lhe atenuar os defeitos. Mas, nem isso aconteceu. Castelhanos e índios missioneiros continuavam assaltando e saqueando propriedades sitas em território possuído pacificamente pelos portugueses. Repetiam-se rapinagens nos campos, os assassínios, os assaltos a casas de família, as violações e os incêndios.

Em represália, alguns rio-grandenses, e paulistas aqui radicados, invadiam as terras indevidamente ocupadas pelos castelhanos e arrebanhavam gado *vacum*, cavalhada e muares. Eram auxiliados nessas emprêsas pelos charruas que, dominadores da região do Quaraí e, maltratados pelos espanhóis, estavam sempre dispostos a hostilizá-los. Além disso, a paz tão desejada pela Coroa portuguesa e obtida ao preço do oneroso tratado, foi de curta duração.

Napoleão Bonaparte, o general que, com o título de Primeiro Côn-

sul, se fizera ditador da França, jogou com incrível facilidade o rei católico contra a rainha fidelíssima. A 20 de fevereiro de 1801, Espanha declarou guerra a Portugal e logo invadiu o território vizinho, desprevenido e desarmado. E fez mais: contra expressa disposição do tratado que havia imposto, determinou ao vice-rei de Buenos Aires que atacasse o continente do Rio Grande.

Quando a notícia desses acontecimentos alcançou o Governador Veiga Cabral, este, ao invés de esperar pelo ataque, tomou sem mais delongas a iniciativa da luta. Uma coluna comandada pelo veterano Coronel Manuel Marques de Sousa, nome que já havia brilhado vinte e quatro anos antes, na retomada do Rio Grande, lança-se audaciosamente sobre o inimigo, estacionado nas imediações de Jaguarão. Alcança brilhante vitória no Passo da Perdiz (17 de junho de 1801), e, poucos dias depois, toma Cêrro Largo, que se rende após breve resistência. Por outro lado, o Coronel Patrício Correia da Câmara repeliu o chefe castelhano, Coronel José Quintana, quando este tentava transpor o rio Santa Maria, com presumível intuito de hostilizar Rio Pardo.

Ao mesmo tempo, acontecimento inesperado e transcendente viria alterar de maneira substancial o “status quo” das nossas incertas fronteiras.

As Missões Orientais, desde a queda dos jesuítas, passaram a ser administradas por um govêrno subordinado ao vice-rei de Buenos Aires. A população guaraníca havia diminuído de três quartas partes. Os habitantes espanhóis eram raríssimos, e um pouco além dos funcionários que exerciam sobre os guaranis e mestiços autoridade opressora. Em menos de quarenta anos, a decadência da civilização plantada pelo jesuíta chegara a situação lastimável.

Debalde o govêrno espanhol aboliu o sistema de comunhão, dando aos índios a plenitude da propriedade, assim da terra, como dos demais bens. Não lhes valeu o estímulo, porque faltava a insubstituível influência do poder espiritual, a que se havia afeiçoado o guarani. A decadência continuou. De tudo o que antes houvera, só restava o gado. Os índios abandonavam o trabalho e as terras. Os cercados tombavam, o matagal invadia as taperas e os ranchos se esboroavam, transformados em ruínas.

Maltratados pelos espanhóis, os remanescentes guaranis encaravam com simpatia a hipótese de mudar de senhores.

Ora, entre os aventureiros que talavam a campanha aquém do Uruguai, arrebanhando cavalcadas e muares, para remetê-los em tropas a São Paulo, havia um que se distinguia pelas qualidades de bravura e audácia desmedida, e pela condição de incomparável vaqueano da região. Chamava-se José Borges do Canto, nascido em Cachoeira e filho de fazendeiro de origem açoriana.

Podia cruzar, em linha reta, qualquer parte da vastidão continental, orientando-se, à noite, por sinais que seriam imperceptíveis ao comum dos homens. Nunca se perdia, por maior que fosse a viajada, por menos conhecido que lhe fosse o terreno. Era expressão vigorosa da primitiva geração de gaúchos. Um gaúcho bárbaro, para quem a melhor lei era a pata do cavalo e o fio da espada. Bárbaro como os gauleses do tempo de César.

Pertencera ao Regimento de Dragões, como soldado raso, de onde desertara por seu temperamento inamoldável à rigidez da disciplina de quartel. Ou, quem sabe? pela consciência de que, prêsso à estreiteza de um pôsto ínfimo, privava a Pátria do chefe capaz de grandes cometimentos, como sobejamente provou. Quando Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro gaúcho, foi autorizado a hostilizar os castelhanos das missões, Borges do Canto apresentou-se, com vinte companheiros de andanças, ao Coronel Patrício Correia da Câmara, comandante da fronteira do Rio Pardo, oferecendo seus serviços contra os dominadores ilegítimos daquele território.

Aceito o oferecimento, foi a pequena fôrça de Borges do Canto elevada a quarenta homens com o acrescentamento de alguns aventureiros destemidos, inclusive o paulista Gabriel Ribeiro de Almeida.

Enquanto o intrépido Santos Pedroso, depois de surpreender e tomar a localidade de São Martinho, ocupava o Povo de São Nicolau, Borges do Canto partia, numa arrancada fulminante, sôbre São Miguel, capital das Missões, pondo-a sob apartado cêrco. Na travessia, reforçara sua minguada coluna com a adesão de 300 índios. O governador espanhol, Coronel Francisco Rodrigo, pretendeu resistir, mas Borges do Canto, com rapidez e perícia, cortou-lhe todos os recursos de gado e ca-

valhada, obrigando-o à capitulação. Logo depois, com a mesma audácia e rapidez de movimento, submeteu São Luís, São João e Santo Ângelo.

Enquanto isso, Santos Pedroso tomava São Borja, ocupava os passos principais do rio Uruguai, prevenindo a vinda de reforços ao inimigo, e assim completando a conquista do vasto e rico território. O estupendo feito, um dos de maiores consequências na história militar sul-americana, fôra realizado em poucos dias. A incorporação compreendia área mais vasta do que o próprio reino de Portugal. As Missões Orientais, outrora florescentes sob a dominação jesuítica, achavam-se em deplorável estado de pobreza e de atraso. A administração espanhola tratava apenas de arrecadar dízimos dos couros e da erva-mate exportada.

A população indígena, a meio caminho da civilização e que, ao tempo do Tratado de Madrid, orçava pelos 20.000 habitantes, não ia agora além de uns 1.500 indivíduos de ambos os sexos. Recebeu Portugal uma terra fértil e despovoada, com a densidade rara no mundo, de um habitante para 53 quilómetros quadrados, aproximadamente. Tal circunstância, aparentemente desvantajosa, resultou, contudo, benéfica para o Rio Grande do Sul. As terras foram distribuídas aos conquistadores e a outros que se comprometessem habitá-las e defendê-las. Embora a distribuição se processasse tumultuariamente, ora pelo capitão-general, ora pelos comandantes da fronteira, dentro em poucos anos estavam praticamente povoados. A amenidade do clima e fertilidade das terras exercia sôbre os bandeirantes das capitânicas vizinhas verdadeiro fascínio. De São Paulo, deslocaram-se centenas de famílias para povoar as Missões. E tão grande foi o êxodo, que o govêrno paulista se alarmou e pensou em medidas capazes de estancar o movimento migratório. As comarcas de Curitiba e Lajes viram o têrço, no mínimo, de seus habitantes seguir para o Eldorado missioneiro.

Ora, isso foi providencial para a segurança da nova fronteira, já então definitivamente marcada pela linha de água do rio Uruguai.

Evitava-se, assim, o êrro cometido pelos castelhanos, que pensavam assegurar a posse das terras, fazendo-as figurar nos mapas, ou estacionando nelas pequenos destacamentos militares”.

Aqui precisamos acrescentar algo sôbre Passo Fundo e a região do Alto-Uruguai.

Essa região não estava assim tão despovoada. Cobriam-na as levas de índios guaranis e caingangs, que ali afluíam, desde fins da Guerra dos Sete Povos, fazendo de suas matas um baluarte contra a invasão dos brancos.

Enquanto no resto do território rio-grandense, região sul do Jacuí e tôda a campanha, logo foi desaparecendo o traço indígena, aí, no Alto Uruguai constituíam os aborígenes o pavor dos colonizadores e dos aventureiros.

Diz bem Dante de Laytano, no seu artigo “Origem de Passo Fundo” (“Correio do Povo”, 3-2-1957):

“O povoamento de Passo Fundo foi agitado pelas tropelias da indiada feroz que perturbou de diversas maneiras a fixação do colonizador. Ainda tiveram que enfrentar os passofundenses as investidas castelhanas, obrigando, numa dessas vêzes, a Manoel da Silva Pereira do Lago, administrador geral dos Povos, remanescentes das missões primitivas, a retirar-se, com as famílias, para Passo Fundo. Entre dois fogos, em pleno século passado, o território ia sendo conquistado palmo a palmo”.

E acrescenta judiciosamente:

“Ainda hoje, toldos e postos do Serviço de Proteção aos índios - no município ou em terras que já pertenceram a êle - atestam a existência de índios domados e vencidos. O índio sempre foi uma constante preocupação dos passofundenses, como se vê logo, nos dois anos seguintes da fundação do município, quando Alberto Marques Berthier, comandando uma leva que saiu daquele território, seguiu para Lagoa Vermelha, onde fundaria um núcleo”.

E foram os índios guaranis e caingangs, graças a êste refúgio territorial, oferecido pelas densas matas de araucária, que nos legaram as tradições dos primitivos tempos jesuíticos e bandeirantes, inclusive conservando o batismo indígena dos principais acidentes geográficos, de que tanto nos valemos para a feitura dêste livro.

Foram os índios guaranis e caingangs que, amando a tradição de seus maiores, e apegando-se à terra com tanto ardor, conservaram essa riqueza toponímia primitiva, impondo-a aos elementos adventícios, os

brancos povoadores, prestando inestimáveis serviços à história da região.

Para melhor elucidar este ponto, basta dizer que ainda no ano de 1900, um século depois dos fatos que estamos narrando, a Secretaria das Obras Públicas, pela Diretoria de Terras e Colonização, fez uma carta geográfica especial, dando a situação dos toldos de índios do Rio Grande do Sul. Nessa publicação cartográfica revela-se o seguinte:

O Toldo do Inhacorá, 2.º distrito do município da Palmeira, possuía 400 habitantes; os dois Toldos de Nonoai (Guarani e Caingang), 600 habitantes; Guarita, 200; Faxinaí (Lagoa Vermelha), 500; Caseros, 100; Ligeiro (Passo Fundo), 500; Carreteiro, 80; Ventarra, 80; Erechim, 180; Votouro, 100; e ainda Lagoão (Guarani), município de Soledade, 200 totalizando 2.940 habitantes indígenas.

No “Translado da Documentação Antiga de Passo Fundo”, em poder do Instituto Histórico de Passo Fundo, livro “Auto de Corpo de Delito”, páginas 5 e 6, verificamos que uma escrava de Joaquim Domingues de Brito, morador “no terceiro quarteirão de Passo Fundo”, tinha uma escrava guarani, de nome Maria Petrona, e que foi assassinada por outro escravo, de nome Felisberto. Isso no ano de 1837.

Os índios faziam parte da vida passofundense, e graças a isso pôde conservar-se a tradição jesuítica, tão abundante em Passo Fundo e cuja importância histórica é justo encarecer.

A gente primitiva, como sabemos, tinha por hábito conservar integralmente o relato dos antigos, transmitindo-os de pais a filhos, o que era, aliás, uma necessidade sociológica, de ricas motivações, para as culturas que ainda não dispunham da escrita.

O POVOAMENTO PELOS COLONIZADORES BRANCOS

Alfonso Mabilde, num trabalho transcrito, benemeritamente, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, n.º 98, ano de 1945, registra à página 245:

“A partir da aurora da centúria 19, irradiou-se para os Fundos de

Vacaria (atual município de Vacaria), súbito deslocamento de povoadores paulistas que se foram acantonando à margem esquerda do rio Pelotas e ao longo da imensa serrania do Erechim. Transpunham a íngreme serra do Pelotas e se distendiam na amplidão...onde se iam alojando”.

Escreve o Dr. Manuel Duarte, na mesma revista, n.º 96, ano de 1944, à página 202:

“Galgado, porém, o planalto rio-grandense, cujo vasto quadrante, dos Aparados da Serra e Serra Geral às ribanceiras dos rios Turvo, Bernardo José e Prata, já se achava integralmente desbravado e subdividido, entre veteranos posseiros...parte dessa mole migratória se foi albergando no acampado devoluto, do interior à encosta da serrania impenetrável. Por essa amplidão imponente se iria disseminando.

Ao passo que a grande massa dêsse deslocamento populacional transpunha as duas serras mediterrâneas (Mato Português e Mato Castelhana) e se afundia no imenso intervalo deserto, onde se distributivamente se acantonaria, na fundação da estância babilônica.

Dêsse brilhante alvorecer de brasilidade propulsora, a pedra fundamental de futuras cidades missioneiras - Passo Fundo, Palmeira, Cruz Alta, São Francisco de Assis, Vila Rica, Soledade, Povinho, sem falar nas aldeias históricas, que seriam continuadas”.

Cezimbra Jacques, em “Assuntos do Rio Grande do Sul”, páginas 10 e 11, menciona com acêrto:

“Um exame um tanto detido sôbre êste importante assunto, nos leva à convicção de que os elementos que entravam na formação rio-grandense foram: açorianos, primitivos colonos aqui introduzidos e em Santa Catarina, pelo govêrno de Portugal; os paulistas bandeirantes que se estabeleceram nos campos da Vacaria, nos de Cima da Serra de Viamão e mais tarde nos de Passo Fundo, Cruz Alta e Missões; os espanhóis que aqui penetraram diversas vêzes, quando parte do Rio Grande do Sul se achava sob o domínio daquela nação; quando vieram grande número de prisioneiros da gente de Andresito Artigas e em diferentes emigrações do Prata, nos tempos das duras crueldades e de agitações dos notáveis caudilhos Artigas e Rosas; sendo mesmo a cidade de Uruguaiana, em parte, fundada com elementos de emigração dêsses tempos, vindos de além fronteira”.

Antonino Xavier, Pai da História passofundense, louvando-se em Afonso Evaristo de Castro, dá a João de Barros a autoria do primeiro devassamento das plagas passofundenses, no século 19. Hoje, porém, diante de quanto foi exposto, uma tal hipótese não encontra guarida. Mas, como o assunto é interessante, vejamos a menção de Antonino Xavier, em seus magníficos “Anais do Município de Passo Fundo”, páginas 11 e 12:

“João de Barros, abastado tropeiro paulista, havendo, em 1819, mais ou menos, comprado uma tropa na fronteira do sul, procurou remover o inconveniente dessa jornada (via Viamão e Vacaria), empreendendo a travessia de Missões a rumo direto do passo de Santa Vitória, guiado tão somente pelo seu tino de viajante prático, visto que inteiramente desconhecia esta região.

Tendo atravessado sem obstáculo a campanha missioneira, chegou ao Mato Castelhana, aí detendo-se por alguns dias, a fim de abrir um pique no mesmo, feito o que, o transpôs, saindo no Campo do Meio, em cuja extremidade oriental teve de abrir outro pique no Mato Português, igualmente transpondo-o e indo retomar a estrada de Viamão ao pé da Vacaria.

Divulgada a notícia dessa audaciosa aventura, depressa afluíu para o nôvo caminho tôda a comunicação que o comércio de muares, então em grande prosperidade, alimentava pela antiga estrada, que foi abandonada pelos tropeiros, visto que o trajeto pela região missioneira, sôbre encurtar enormemente a distância, reunia ainda a vantagem de ser feito por terrenos mais favoráveis, quase todos de campo e sem o grande inconveniente dos rios de nado. Resultou daí que a deserta campanha de Missões em pouco tempo se encheu de moradores, tornando-se um importante centro pastoril e comercial.

Mas - acrescenta - o Passo Fundo, apesar de atravessado a todo comprimento por essa estrada, não pôde ser povoado senão com demora de alguns anos, devido aos terríveis coroados, cuja cólera seria fatal ao branco audacioso que nêle fôsse domiciliar-se, atendendo-se à guerra sem tréguas que lastrava entre as duas raças. Só em princípios de 1827 é que, um tanto atenuado o perigo, chegou ao território o primeiro morador civilizado, que foi o Alferes Rodrigo Felix Martins, estabelecendo-se

junto ao rio Jacuizinho, não longe da atual estação de Pinheiro Marcado. Logo após chegaram Alexandre da Mota e Bernardo Pais, domiciliando-se aquele na Estância Nova, e este no Pessegueiro; e, em fins do mesmo ano, ou princípios do seguinte (1828), Manoel José das Neves e outros formaram no local da futura cidade um pequeno núcleo, que foi a origem da mesma” .

Em seu livro “O Município de Passo Fundo na Exposição Nacional”, página 5, menciona: “Foram seus primitivos habitantes os índios guaranis, seguindo-se os coroados...em poder dos quais se achava o território, quando, em 1827, começou o povoamento pela raça branca” .

E, fazendo o resumo histórico da cidade, à página 39, informa:

“A cidade de Passo Fundo teve suas origens no ano de 1828, quando o paulista Manoel José das Neves, cabo de milícias que servia na Campanha Cisplatina, tendo adquirido, por concessão do Comando da Fronteira de São Borja, o terreno que hoje constitui a área urbana, nêle estabeleceu-se com alguns com- provincianos, formando um pequeno núcleo de moradores ao longo da estrada geral” .

Já antes, porém, segundo Hemetério José Veloso da Silveira, em suas “Missões Orientais”, página 372, o desbravamento tinha sido feito por Atanagildo Pinto Martins, em 1816:

“O local da atual cidade de Passo Fundo - diz êle - foi descoberto em 1816 por uma escolta de exploradores paulistas, ao mando do alferes de milícias Atanagildo Pinto Martins, subalterno do Capitão Antônio da Rocha Loires, quando este, por ordem do govêrno de São Paulo, partiu de Guarapuava, atravessando grandes florestas virgens, a fim de ver a possibilidade de uma mais breve ligação com a capitania do Rio Grande do Sul. Atanagildo, obedecendo àquele chefe, destacando-se dêle, embrenhado sempre pelo mato, conseguiu (ir) sem obstáculo até São Borja, de onde regressou. Nessa remotíssima data encontrou o local deserto, não estanciando bugres, ou antes não os encontrando em todo o seu trajeto, até reunir-se ao seu chefe” .

Diz à página 372:

“Quando a população da fronteira tinha obtido concessões de quase tôdas as terras devolutas lá existentes, quando foi forçoso procurar as mais afastadas, como as da região serrana, chegando mesmo a aproxi-

mar-se ou ultrapassar da Cruz Alta, alguns aventureiros mais ousados foram-se aproximando do Passo Fundo.

Se, como já se tem escrito, um tropeiro, negociante de muares, aqui passou durante o segundo decênio subsequente à conquista das Missões, seria guiado por informações do itinerário de Atanagildo, transmitidos, quiçá, pelo Capitão Antônio da Rocha Loires, pois embora então imprensa não houvesse, todavia as notícias passavam de boca em boca, e com mais ou menos exatidão eram obtidas”.

À página 373:

“O que, porém, faz-nos vacilar em crer no bom êxito da marcha dêsse tropeiro, foi o não ter sido continuada por outros condutores de tropas nos anos subsequentes a 1819, e o local do Passo Fundo continuasse deserto até 1827.

Só em 1826, quando o então Major Manoel da Silva Pereira do Lago, administrador geral dos Povos das Missões, fugiu de São Borja, em consequência da ousada invasão de Fruto Rivera, tornou-se o Passo

Fundo, embora por alguns dias, um grande acampamento das famílias daquele extremo da fronteira, que acompanharam o fugitivo chefe. Apenas, porém, o caudilho oriental desocupou a margem do Uruguai e seguiu incólume para o seu país, rico dos despojos, colhidos em sua marcha, tôda essa população emigrada voltou a seus lares na campanha da Fronteira. Esse fato, sim, concordamos, tornaria mais conhecida esta região e menos temida a travessia para a ela chegar-se.

Já então existia o núcleo da povoação chamada Cruz Alta Nova - hoje cidade - com capela que, por longos anos, foi sua igreja matriz. Então a fama da fertilidade das terras do Passo Fundo, conhecida ao simples aspecto do terreno, a abundância da erva- -mate, tudo isso teria aguçado os desejos dos homens pobres para adquirir terras que, em breve, mudariam sua sorte e condição social.

Facílimo tornara-se obter um campo, não precisando os pretendentes recorrer ao tardio, por vêzes burlado e a êsse tempo revogado expediente de solicitar cartas de sesmaria, como sucedera em todos os territórios de Santa Maria, São Gabriel e outros além do Ibicuí.

Aqui, como em quase tudo o que constitui o território da Cruz Alta,

Palmeira e outros - bastava uma petição ao comandante da fronteira ou aos comandantes dos Povos, e o despacho deferido, completava um título de legítima aquisição.

Outros, porém, nem se deram a êsse trabalho. Tomavam posse de um rincão devoluto, aí se conservando, até que a sábia lei de 18 de setembro de 1850 tomou legitimáveis tôdas as ocupações e as concessões dos comandantes, uma vez havendo cultura efetiva e moradia habitual.

Foi em 1827 ou 1828 que começou o povoamento do território do Passo Fundo. O capitão de milícias Manoel José das Neves obteve quatro léguas quadradas, envolvendo nesse perímetro o local da atual cidade e seus subúrbios. Trouxe para aí sua família, escravos, gado e fundou uma modesta fazenda pastoril e agrícola. Pelo mesmo tempo que o capitão Neves, foram chegando e arranchando-se outros chefes de famílias que foram outros tantos criadores do futuro município, e citaremos os nomes de João José dos Santos - Evaristo Francisco de Borba - Manoel de Sousa Duarte - Cesário Antônio Lopes - Theodoro da Rocha Ribeiro - Bernardo Castanho da Rocha, no Pinheiro Tôrto - Bernardo Antônio de Quadros, na Cruzinha - Joaquim Fagundes dos Reis - José Domingues, à entrada do Mato Castelhana, onde travou relações amistosas com os índios selvagens e tomou-se o protetor dos viandantes que, indo com êle, escapavam de serem mortos.

Devido à influência dêsse velho, puderam estabelecer-se no Campo do Meio, os cidadãos: Manoel José de Quadros - Antônio Alves de Resende - Isaías Pacheco de Quadros (ourives) - um Velho Rosa, que faleceu com mais de 100 anos - e o adolescente Francisco Xavier de Castro, único vivo, pai do finado Major Francisco Xavier de Castro (o Chicuta), que tão brilhante papel representou na Campanha contra o Paraguai.

Como sucedera na Cruz Alta e em tôdas as povoações da fronteira que logo trataram de fundar o seu campanário - aqui, os poucos moradores existentes cuidaram da escolha do local mais conveniente para a povoação e que seria o centro de tôda a circunscrição territorial, assim no espiritual como no temporal. Êsse local, como acima dissemos, era nas terras concedidas ao Capitão Manoel José das Neves. Êste, em 1830, com sua esposa, fêz doação de meia légua quadrada, de campos e matos, devendo os moradores da povoação e subúrbio pagar o devido fôro

para sustentação do culto. Dentro em pouco estava pronta e funcionava a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Até então, o território tão pouco povoado do Passo Fundo não passou de um imenso Quarteirão do Juizado de Paz de São Borja ou do Delegado dêste na Cruz Alta. Quando esta foi elevada a vila, em 1834, o Passo Fundo teve logo a categoria de Distrito com os seus juizes de paz eleitos”.

Diz Antonino Xavier, nos seus aludidos “Anais”, páginas 12 e 13:

“Lugar de imponente riqueza natural, dispondo de campos magníficos para a criação de gado e de vastíssimo ervais para o fabrico da erva-mate, essas vantagens ao lado da facilidade de aquisição das terras, para o que simplesmente bastava um requerimento ao comandante da fronteira de São Borja, trouxeram-lhe rápido desenvolvimento, por via da fundação de importantes fazendas, em regra povoadas com o produto da erva-mate, nas praças da fronteira meridional, onde a iam vender a vantajosos preços, em troca da criação, ali baratíssima. Seis anos depois da chegada do primeiro morador civilizado, em 1833, o território continha já 104 fogões, constituindo o 4.º quarteirão do município de São Borja e sendo seu inspetor Joaquim Fagundes dos Reis.

Em 1834, o território foi dilatado pela descoberta, por Bernardo Castanho da Rocha e alguns companheiros, dos campos de Nonoai, assim chamados por ser êsse o nome do cacique dos índios que aí moravam”.

A essa informação, convém observar, todavia, o seguinte relato de Hemetério, obra citada, páginas 433 e seguintes:

“A descoberta do que, há meio século, é chamado Nonoai, deve-se à iniciativa do govêrno de São Paulo. Desde fins do século 18, existia já um comércio ativo dos habitantes daquele Estado operoso e empreendedor com a Capitania do Rio Grande do Sul...

...Em 1817, foi removido o Capitão-General Dom Luís da Cunha Meneses, Marquês do Alegrete, do govêrno do Rio Grande do Sul para o de São Paulo onde manifestou desejos de ligar as duas Capitánias por uma estrada que, atravessando os sertões limítrofes, fôsse sair no território de Missões. Não chegou a executar seu plano, porque durante dois anos incompletos dêsse seu nôvo govêrno, o território das Missões con-

tinuava (como desde o tempo em que êle ainda governava o Rio Grande do Sul), alarmado com as invasões dos Artigas (José e seu filho André); porém, terminada essa situação difícilima, o nôvo governador de São Paulo, Dom Feliciano Mascarenhas, Conde da Palma, mandou, em fins do ano de 1819, chamar à sua presença o capitão de milícias Antônio da Rocha Loires (pai do autor do manuscrito), nomeou-o comandante de uma fôrça de 60 exploradores, indo como subalerno o alferes Atanagildo Pinto Martins.

Partindo de Guarapuava, penetrou a fôrça expedicionária um grande sertão, abrindo picadas, vadeou p rio Iguaçu, abaixo da foz do Jordão, saiu nos campos de Palmas, de onde foram a Lajes, depois aos Curitibanos, transpondo outro sertão, que ficou sendo (ou já era) chamado Mato Português, cortaram pelo Campo do Meio e, ao fim de 6 léguas, esbarraram no sertão que ficou denominado Mato Castelhanao.

Aí abriram um pique de mais de 4 léguas, saindo IOS campos desertos do Passo Fundo, onde vagueiam bugres, os quais ou não os avisaram ou, se os /iram, deixaram-nos prosseguir, temendo-lhes as armas de fogo, mais mortíferas que as suas setas.

Caminhando pela extensa coxilha, onde manam os tributários caudalosos do Jacuí e do Uruguai, passaram pela despovoada Cruz Alta, e dando volta por Tupanciretã, chegaram, com mais de 56 léguas de marcha, ao apetecido têrmo da viagem, isto é, ao Povo de São Borja, a nova capital das Missões.

Apresentaram-se ao comandante geral, Francisco las Chagas Santos, que acolheu benignamente os expedicionários, encarregando o chefe Atanagildo de agradecer ao governador de São Paulo tão proveitosa exploração que, por seu turno, levaria ao conhecimento do govêrno em Pôrto Alegre. Deu-lhes para p regresso alguns recursos e instruções, bem como papel para lançarem suas notas, e uma planta, embora tôsca, do terreno a percorrer. Se houvesse mandado (e podia fazê-lo), uma escolta mais numerosa acompanhar os jesuítas, até os limites das duas capitánias, outro e mais proveitoso teria sido o fim dessa expedição que quase ficou ignorada.

Atanagildo voltou, mas querendo levar mais longe mas descobertas, dividiu, em má hora, sua escolta.

Do lugar posteriormente chamado Pinheiro Marcado, destacou 8 homens, sob as ordens do inferior Carlos Neves, servindo de vaqueano o índio João Jongue.

Ordenou-lhes de atravessar o sertão, que aparecia ao norte dessa coxilha (encravado nesse imenso sertão, encontrariam os totalmente ignorados campos, mais tarde descobertos e chamados de Nonoai) - e tossem sair em linha mais ou menos reta, nos campos de Palmas, onde encontrariam a êle, Atanagildo.

Esperou aí pelo inferior Neves e mais companheiros, mas dois meses quase se passaram sem que aparecesse um só homem dessa comitiva. Pensou então houvessem sido colhidos e exterminados pelos selvagens. Decorridos 28 anos, quando o Distrito de Nonoai começou a ser regularmente povoado, quando penetraram os filhos do velho Capitão Rocha Loires, encontraram bugres, que foram testemunhas (talvez partes) dessa matança, que contaram-na com todos os pormenores, assegurando que os corpos ficaram insepultos”.

Assim, precursor de Bernardo Castanho da Rocha, na penetração de Nonoai, foi o infeliz Carlos Neves, trucidado pelos índios coroados.

Antonino Xavier, prosseguindo, em seus “Anais”, página 13, o relato do povoamento de Passo Fundo, diz:

“No mesmo ano (1834) passou o quartirão a constituir o 4.º Distrito do município de Cruz Alta, criado por lei de 28 de maio, elegendo, em seguida, seus primeiros juízes de paz a Joaquim Fagundes dos Reis (efetivo), Bernardo Castanho da Rocha, Rodrigo Felix Martins e João dos Santos (suplentes).

Ainda nesse ano, Joaquim Fagundes dos Reis e mais 8 ou 10 moradores, dirigiam um requerimento à autoridade eclesiástica de Pôrto Alegre, pedindo licença para a ereção de uma capela, sob a invocação de N. Senhora da Conceição Aparecida de Passo Fundo, e sendo deferido, foi a mesma edificada no local hoje ocupado pela matriz, ficando pronta em fins do ano seguinte”.

Diz Dante de Laytano, no artigo já aludido “Origem de Passo Fundo”:

“Os primitivos moradores procediam da comarca de Curitiba e em grande maioria eram paulistas”.

Aqui concluímos êste livro, dando as derradeiras informações por onde começou o nosso insigne Antonino Xavier a sua obra histórica. Dois séculos de história passofundense já haviam decorrido então.

Que diremos, neste final, sôbre a obra jesuítica?

Absolutamente nada.

Como sempre, daremos a palavra a autores mais categorizados do que nós. E ninguém mais insuspeito para opinar do que Antonino Xavier. Eis o que expressa em seus formosos "Anais", à página 6:

"Da passada grandeza de Missões, destruída por tantas vicissitudes, apenas restam, hoje, as venerandas ruínas dos antigos Povos, pelas quais, apesar dos estragos que acusam, se pode ainda avaliar a importância das construções que o jesuíta sábio erigiu para os misteres do ensino e do culto religioso, aliando ao apuro arquitetônico a solidez das praças de guerra, como revelação flagrante de que, ao seu gênio arguto, não fôra surpresa o trágico sucesso de 1756.

Mas a memória da malograda província perdurará, mesmo quando, de há séculos, tiverem desaparecido êsses derradeiros vestígios materiais de sua existência gloriosíssima...

Porque, para a perpetuar, ficará o monumento imorredouro da História que, justiceira, há de impô-la à admiração da posteridade, por dois grandes motivos:

O devotamento sublime do jesuíta à obra da civilização e o heroísmo extraordinário dêsse povo que, só e sem os recursos da arte militar contemporânea, não vacilou em lutar até a morte, em defesa da Pátria, contra duas das maiores nações européias de então".

APÊNDICE N.º 1

VESTÍGIOS BANDEIRANTES EM TRÊS LAGOAS - PASSO FUNDO

VESTÍGIOS DE ESTABELECIMENTOS BANDEIRANTES DO SÉCULO 17

LOCALIDADE: TRÊS LAGOAS (Município de Passo Fundo)
RELATÓRIO AO EXMO SR. MÁRIO MENEGAZ, PREFEITO
MUNICIPAL

Relator: Jorge E. Cafruni - Dirigente das Pesquisas e Diretor de Gabinete

MATERIAL ENCONTRADO

Parapeitos ou muros de pedras irregulares, sobrepostas, pelo sistema de “amarração”, isto é, incidindo o meio da pedra da ordem superior sobre a juntura de duas outras, na ordem inferior. As pedras variam de tamanho, desde cerca de 80 centímetros até 30 de comprimento e de 50 a 10 centímetros de largura. A espessura também muito variável. Os restos dessa pequena muralha apresentavam uma extensão de 30 a 40 metros, estando apenas dois metros de extensão ainda intatos, se bem que a parte superior tivesse sido demolida em época recente, como aconteceu com o resto, encontrando-se as pedras espalhadas e, em alguns lugares, amontoadas. A largura do muro é de 40 a 50 centímetros. As pedras, segundo a denominação local, é do tipo “pedra-ferro”, arrancadas de duas pedreiras próximas, uma no topo e outra na base da encosta, em que se encontram as ruínas. Foram tiradas com marrêtas, apresentando um trabalho grosseiro. O muro, que devia apresentar uma forma quadrangular, seguia um alinhamento regular. Seus restos intatos tinham um metro de altura.

Os restos do muro e as pedras dêle afastadas pela demolição - ocasionada quer pelo crescimento das árvores, primitivamente, quer pelos chamados “escavadores de tesouros jesuíticos”, em épocas mais recentes - apresentam-se cobertos de espêso limo verde, confundindo-se com a vegetação ambiente, pouco se distinguindo do verde da mata penum-

brosa. A maioria das pedras soltas acham-se enterradas ou semi-enterradas, cobertas de húmus e de vegetação rasteira, do tipo samambaia e outras.

O guia da expedição, sr. Aldino Cullmann, residente nas proximidades das ruínas, assim que chegou ao local pareceu hesitante, exclamando:

- “Não compreendo! Havia de quatro a cinco paredes...Eram bonitos de ver. Agora está tudo desmanchado!”

Êsses vestígios encontram-se em meio de mato bruto e sujo, vendo-se, por entre as ruínas, árvores seculares, das seguintes espécies: canela guaicá, camboatã, angico, guabiroba, guabiju, tarumã, etc., ainda entre-laçadas de cipós.

SITUAÇÃO

As ruínas encontram-se numa encosta coberta de matos, em cujo pé corre um “lajeado” ou sanga, que vai desaguar, quilómetros adiante, no arroio do Eral. A encosta faz frente para o ocidente, e fronteando a mesma, que é um tanto abrupta, acha-se outra encosta, mais suave, já desmatada, formando grande clareira que sobe até o tópo selvoso. Essa clareira devia ter servido para plantações recentes.

A ANTIGUIDADE DAS RUÍNAS

De momento, só se pode atestar a antiguidade do achado através da vegetação ambiente, no qual se acha encravado e submergido. O lugar faz parte de um bosque em que predominavam os pinheiros e madeiras de lei, assim como jerivás. O sr. Aldino Cullmann, que é fazendeiro no lugar, assim como o sr. Afonso Marcondes - êste com 85 anos de idade e que foi proprietário daquelas terras - informam que aquilo foi sempre um matão impenetrável e bravio, e assim foi sempre, desde o tempo de seus pais e avós. O mesmo informou o conhecido fazendeiro, residente em Pessegueiro, sr. Almirante Formighieri.

Segundo um dos informantes, êsses matos começaram a ser penetrados no ciclo económico da madeira, quando foram sendo derrubados os pinheiros, e que eram arrastados por picadas, com bois de arrasto.

Foi quando, provavelmente, foram descobertas as ruínas, entrando na cobiça dos escavadores de tesouros jesuíticos. Mas nenhuma divulgação se deu então sôbre tal achado.

Pelos depoimentos acima e de outras pessoas que conheceram perfeitamente a região, pode-se conferir ao achado uma antiguidade mínima de dois séculos.

OS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS SÔBRE A REGIÃO

Êsse cálculo recua para além do estabelecimento de Bernardo Paes Proença, de Manoel José das Neves, de Fagundes dos Reis e de outros colonizadores que deram origem ao atual município de Passo Fundo, e cuja data mais antiga, segundo podemos verificar em Antonino Xavier, não vai além de 1827.

Isso nos obriga a recorrer às obras de Aurélio Pôrto, principalmente à sua “História das Missões Orientais do Uruguai”, em dois volumes, edição da Livraria Selbach, 1954. Diz Aurélio Pôrto, na referida obra, primeiro volume, página 103, o seguinte:

“A primeira povoação dessa nova série foi Santa Teresa, localizada nas terras do cacique Guaraé, nas pontas do rio Passo Fundo, antigo Uruguai-Mirim. Ereta a cruz, em fins de 1632, aldeados os índios, nada mais se pôde fazer, devido às dificuldades que os padres encontravam de ir até ali... Para obviar essas dificuldades, que contribuíam para o relaxamento dos costumes cristãos, já em bom caminho, resolveu o Superior fôsse Santa Teresa mudada para pôsto de mais fácil acesso, conforme a sugestão do Padre Francisco Ximenes, cura de Apóstolos, e fundador da primeira Santa Teresa...Vencida a resistência dos índios e feita a transmigração do Povo, a 22 de março de 1633, erguia o Padre Ximenes a cruz que marcava o local da Redução. Dá Rêgo Monteiro para esta as coordenadas prováveis de 28.º 12´ latitude sul, e 9.º 8´ de longitude oeste do Rio de Janeiro, coincidentes, mais ou menos, com as da atual cidade de Passo Fundo...”

Nas páginas 160 e seguintes, o historiador conta que a Redução passofundense de Santa Teresa foi assaltada e tomada pelos bandeirantes, nas vésperas do Natal de 1637, cinco anos depois, e quando essa Redução contava com mais de 4.000 índios reduzidos. Na página 165, diz:

“Santa Teresa de Los Pinales, ou Curitiba, como a denomina o Padre Alfaro, estava em situação vantajosa para se tornar um interposto de provisionamento de futuras bandeiras que demandassem as Doutrinas jesuíticas. Já então, aberto pelos índios, um caminho legava a São Carlos do Caapi (no atual município de Carazinho) e outras aldeias cristãs, da bacia do Ijuí. Assinalada no mapa de Carafa, essa via de penetração entrava no Rio Grande do Sul, acima da foz do Ijuí, perto da Redução de Assunção, continuava pelos atuais campos de Santo Cristo e Santo Ângelo; pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí; atravessava o Campo do Meio e penetrava pelas pontas do Uruguai, em Santa Catarina...” - Continuando, na página 166, diz:

“Compreendeu André Fernandes (comandante da bandeira) a importância estratégica da povoação...organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu paliçadas e a ocupou definitivamente. Dois índios ali cativados em pequenos, 30 anos depois, ao fugirem de São Paulo, em 1669, informam perante o corregedor de São Francisco Xavier que, “nos Pinhais, junto ao Povo que foi de Santa Teresa, destruído por André Fernandes... se havia fundado um Povo de índios, cujo cura era o filho do dito André Fernandes, onde se juntavam os portugueses (bandeirantes) que saíam de São Paulo, para as malocas (isto é, caçadas de índios). Ali se aviam de comida e de todo o necessário, para ida e volta”.

E Aurélio Pôrto narra um dos ataques às Reduções do Ijuí, desfechado de Santa Teresa (Passo Fundo), na mesma página 166:

“Terminada a ocupação de Santa Teresa, mandou o caudilho André Fernandes que um destacamento de 30 a 40 paulistas, apoiado por mais de 1.000 tupis amigos, fôsse assolar as Reduções do Ijuí, cativando os cristãos ou infiéis que ali se encontrassem...Magnífica fôra ali a preia de índios que, para não avolumar a bandeira, haviam sido remetidos às paliçadas de Santa Teresa” (Passo Fundo).

Não há necessidade de maiores citações para uma ilustração do panorama histórico.

CONCLUSÕES

Sabe-se, pelos documentos jesuíticos, citados, aliás, pelo mesmo autor, que as primitivas Reduções jesuíticas, do século 17, erguidas em solo rio-grandense, eram de pau-a-pique, pouco melhores que as tabas dos índios, e cobertas com palmas de jerivás. Combatidos pelos bandeirantes, que lhes destruíram essas Reduções, passaram os jesuítas para a outra margem do Uruguai. Mais tarde, afastado o perigo bandeirante, que perdurou por meio século, voltaram ao território gaúcho, estabelecendo os Sete Povos das Missões, na costa do rio Uruguai. Somente nesta segunda fase é que os jesuítas trataram de dar um caráter permanente às construções, erguendo-se com blocos de pedras ou de alvenaria. As paredes eram de muita espessura, atingindo, nas igrejas, um metro. Suas Reduções, de outro lado, sempre se situavam no tópo dos outeiros e coxilhas, onde sobressaía uma grande cruz, que podia avistar-se de longe.

Nada disso confere com o achado de Três Lagos, município de Passo Fundo. Sua localização é numa encosta, lugar de difícil acesso, muito próprio para os tipos de fortins do século 17, eficientes para conter assaltos dos índios. Parece que seus construtores desejaram mais ocultar-se ou pensar em sua segurança. As ruínas atestam grosseiro acabamento, que difere das obras jesuíticas conhecidas. As muradas não passam de uma composição de pedras irregulares, se bem que quadranguladas, sobrepostas, sem preocupação estética, visando unicamente utilidade, necessidade e defesa; e até, possivelmente, de tocaia.

Dada a antiguidade com que se evidencia o achado, só pode o mesmo ser atribuído aos bandeirantes que, no século 17, infestaram o município, consoante os depoimentos do conspícuo historiador Aurélio Pôrto.

AS PESQUISAS

Tiveram elas início no domingo, 27 de dezembro de 1964, quando o relator, em busca de indícios sôbre as antigas missões jesuíticas, para ilustrar sua obra em preparo “Passo Fundo das Missões” recorreu ao Exmo. Senhor Prefeito Mário Menegaz, de Passo Fundo, com o fim de

obter apoio nas pesquisas. Foram estas autorizadas através da Secretaria do Ensino, de que é titular o Professor Antônio Donin.

A EQUIPE DE INVESTIGAÇÃO

Ficou ela composta do relator, como dirigente; e srs. Napoleão Monteiro da Silva, chefe do Serviço de Telecomunicações da Prefeitura, como pesquisador-informante, com uma orientação específica; sr. Antônio Gonçalves da Silva, fiscal geral da Prefeitura, como assistente; sr. Bento Tavares, chefe da secção de pintura da Prefeitura, como prático; sr. Jesus Dutra Fernandes, motorista, encarregado do transporte da equipe; sr. Adão Cirilo Caum, substituto dêste último.

ORIENTAÇÃO DAS PESQUISAS

O relator, tendo em vista a mudança da Redução de Santa Teresa, que estava situada nas pontas do Jacuí, isto é, no Igari-Apipe, citado por Aurélio Pôrto (atual Povinho Velho ou Povinho da Entrada) mudança esta que, segundo Pôrto, foi para o local das coordenadas já citadas, nas proximidades de Passo Fundo (cidade); e tendo também em vista a facilidade reclamada pelos jesuítas para suas visitas à Redução passo-fundense deu como área de investigação a região do antigo Rincão do Pessegueiro, que fica entre os arroios Erval (na divisa com Carazinho) e o Pinheiro Tôrto, visto que essa situação dava imediato acesso para os jesuítas, quer para as Reduções do Ijuí, quer para as que se situavam antigamente na região de Rio Pardo e encostas da serra do Butucaraí.

INDÍCIOS

O primeiro indício investigado, por informação do sr. Napoleão Monteiro da Silva, dava como referência uma pedra com inscrições, em propriedade do sr. Antônio Susin, na extremidade leste do Rincão do Pessegueiro. A pesquisa foi feita no domingo, 27 de dezembro de 1964. Nenhum resultado positivo.

Posteriormente, investigações feitas a outros recantos, da área de Rincão do Pessegueiro, ficaram também anuladas, por falta de provas

convincentes, como, por exemplo, na fazenda do sr. João Pereira da Veiga. Dia 26 de março (1965), o sr. Napoleão Monteiro da Silva volta novamente, agora com a informação de que o sr. Aldino Cullmann, fazendeiro em Três Lagoas, conhecia um local, com evidentes vestígios de origem jesuítica. Dia 6 de abril, dirigiu-se a equipe a Três Lagoas, marcando com o sr. Aldino Cullmann, que reside próximo à capela de Nossa Senhora Aparecida, o dia da pesquisa, que seria no domingo, dia 11 de abril corrente. A equipe, neste dia, às 8,30 horas da manhã, saiu da cidade, e às 9,10 horas encontrava-se novamente com o sr. Cullmann, com o qual saiu até a fazenda do sr. Joaquim Palhano, a fim de lhe pedir permissão de entrar em sua fazenda, já que os citados indícios ficavam em sua propriedade. O sr. Palhano não foi encontrado em casa, sendo a permissão dada pelo seu capataz. Regresso e marcha para o local colimado, por uma estrada de mato, que se fez com o jipe. Numa clareira roçada, estacionou-se, iniciando-se os preparativos para o pequeno churrasco de almoço.

A equipe, composta do relator, do sr. Bento Tavares e do guia sr. Aldino Cullmann, e seus filhos Ari Cullmann, de 12 anos, e João Carlos Cullmann, de 3 anos - cruzou a roça e dirigiu-se diretamente, numa distância de 500 metros, ao local dos indícios, abaixo da roça. Chegada ao local dos indícios: onze horas da manhã.

SITUAÇÃO

O local, que fica em Três Lagoas, dista cerca de 12 quilômetros de Pulador, cerca de 20 da cidade de Passo Fundo, e cerca de 10 das divisas de Carazinho e Não-Me-Toque; cerca de 2, da capela de Nossa Senhora Aparecida, em linha reta, capela que fica no dorso de uma coxilha, no comêço da zona dos campos.

O lugar do achado pertencia ou fazia parte da antiga posse dos Marcondes, do finado Joaquim Marcondes, passando depois para seu filho Afonso Marcondes, já com 85 anos de idade, o qual transferiu a propriedade ao sr. Gomercindo Dutra, e êste para o atual proprietário, sr. Joaquim Palhano. Fica na divisa com as terras do sr. Joaquim Bueno.

Eis o que nos cabia relatar ao Exmo. sr. Mário Menegaz, DD. Prefeito Municipal, patrocinador destas pesquisas.

Passo Fundo, 12 de abril de 1965

(Ass.) - JORGE E. CAFRUNI - Relator.

Êsse o relatório.

Cópias do mesmo foram remetidas pelo sr. Prefeito Mário Menegaz, em 19 de abril, ao Dr. Ariosto Jaeger, então titular da Secretaria de Educação do Estado; ao Diretor da Divisão de Cultura, da mesma Secretaria, e também ao emérito historiador gaúcho, Walter Spalding, profundo conhecedor do assunto.

O Secretário de Educação, em correspondência enviada ao sr. Prefeito de Passo Fundo, de n.º 909/65, de 27 de abril, assim se expressou:

“Ilmo. Sr. Mário Menegaz

M. D. Prefeito Municipal

Passo Fundo - R.S.

Senhor Prefeito.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do expediente de 19 do corrente, pelo qual V. S.” encaminha para meu conhecimento e providências o relatório da pesquisa histórica executada pelo sr. Jorge E. Cafruni.

Comunico-lhe, outrossim, que o citado relatório será encaminhado à Divisão de Cultura para conhecimento e estudo.

Apraz-me ainda agradecer a V.Sa. por sua valiosa colaboração, emprestando decisivo apoio à equipe que foi desbravar ruínas em Três Lagoas.

Sem outro particular, renovo meu testemunho de admiração e apreço.

Atenciosamente

(Ass.) Deputado Ariosto Jaeger

Secretário de Educação e Cultura”.

Assim, a Divisão de Cultura ficou com duas cópias do citado relatório, uma que foi enviada pelo Prefeito e outra que foi encaminhada pelo Secretário de Educação. Segundo nos comunicou verbalmente o Dr. Paulo Xavier, uma dessas vias foi entregue ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. No setor oficial, até o momento, foi o que aconteceu.

De seu lado, o historiador Walter Spalding, de posse do Relatório e fotografias das ruínas, deu entrevista ao “Correio do Povo”, de Pôrto Alegre, edição de 11 de junho do mesmo ano (1965), assim se manifestando sôbre êsse achado:

“As pedras de Três Lagoas, município de Passo Fundo, lembram à primeira vista as construções das Missões Jesuíticas. Entretanto, quer parecer-nos que a zona de Três Lagoas não foi terra em que os jesuítas tivessem trabalhado. Isto é o que informa a História, principalmente as Cartas Ânua, tão pouco conhecidas, infelizmente. A existência dêsse princípios de muralhas denota um trabalho mais metuculoso que pode ser atribuído, sem receio, a elemento português, provavelmente bandeirantes do século 17. A confecção dêsse muros teria a finalidade de defesa e talvez a formação de algum núcleo bandeirante, como era hábito entre êles fazerem. A finalidade destas construções seria a fundação de um núcleo que se denominaria ‘ponta de lança’ para maiores proveitos na preação de índios”.

Respondendo a uma pergunta do jornalista, disse:

“Pelo que existe em construções bandeirantes, como o fortim de Peperi-Guaçu até o Amazonas, não temos dúvidas de que se trata de obra inacabada ou recém começada de bandeirantes, provavelmente de André Fernandes, que por lá andou entre 1637-1640”.

E aduziu:

“E inacabada porque não se pode conceber uma muralha tão pequena para qualquer finalidade. Aí estão, nessa pequena murada, uns princípios de fortim, mesmo porque a espessura das pedras e o modo pelo qual foram colocadas, indicam finalidades de obras de vulto. Se fôsse jesuítica, seria para construção de igreja, o que não acreditamos, por não haver naquela região, perseguidos como eram pelos seus inimigos naturais, os caingangs, que nunca se entregaram à catequese; e

mesmo a colocação da muralha num vale, à margem de um riacho, na encosta de uma elevação, não permitiria a construção de igreja, enquanto que, para fortim, a posição é ótima, porque um dos ângulos do forte ficaria encravado na própria elevação, como foi construído o forte de Santa Tecla”.

O fato principal desta entrevista do eminente historiador é que confirma a conclusão do relatório, isto no sentido de que são aquelas ruínas evidentes vestígios bandeirantes.

Infelizmente, a documentação fotográfica não alcançou a murada a tempo. Quando realizamos a exploração, tendo em vista as frustrações anteriores, não levamos fotógrafo. Mais tarde, em data de 5 de maio, isto é, 24 dias depois do achado, quando nos dirigimos novamente ao local, juntamente com uma representação de professores e alunos do Colégio “Nicolau de Araújo Vergueiro”, de Passo Fundo, e munidos de máquina fotográfica, encontramos as muradas completamente desfeitas, por obra dos “caçadores de tesouros jesuíticos” que, sabendo de nossas explorações, não perderam tempo...Removeram tôdas as pedras, lavaram-nas e escovaram-nas, tirando-lhe o limo esverdeado que as cobria, na ânsia de verificarem a existência de alguma inscrição que lhes indicasse o local do ambicionado tesouro oculto...Gente daninha, que destruiu magnífico vestígio de um trabalho feito há três séculos...O que não puderam fazer foi destruírem as pedras...Encontramo-las atiradas a esmo, amontoadas, pouco abaixo, na encosta. Ainda assim, as fotografias que então tiramos dessas pedras não serviram, por falta de “flashes”.

Isso nos obrigou a uma terceira visita ao local, levando conosco o prestimoso fotógrafo Isaac Linetzki, e com o acompanhamento dos srs. Bento Tavares e Jesus Dutra Fernandes, membros da equipe exploradora, e do nosso filho Luís M. Cafruni ocasião em que, a 15 de maio de 1965, foram tiradas várias fotos, sob diversos ângulos. Essas foram as fotografias que enviamos, depois do Relatório, à divisão de Cultura do Estado e ao historiador Walter Spalding.

O diário “O Nacional”, de Passo Fundo, em sua edição de 12 de maio de 1965, publica o relatório dos professores e alunos do 3.º ano Científico, do Colégio “Nicolau de Araújo Vergueiro”, expedição dirigida pela professora D. Delma Rosendo Gehm e integrada pelos profes-

sores: Vicente Fontana Cardoso e Cora Leitão Leite, e alunos: Olga Bendorovicz, Neusa M. Cruz, J. A. Zacchia, César M. Duarte, Jorge Melo, Gelson Brum Bartolomei, Rui Locatelli Wolf, Gilson Brum Bartolomei, Paulo Letti, Carlos Fernando Garcia, Paulo Roberto Lopes, Victor Hugo Sebben, R. Branco, Maria Carla de Almeida, Antônio Didoné. Integrava também a expedição o sr. Cyrano Annes, perito em arqueologia e geologia. E ainda o sr. Waldemar Gehm, conceituado homem do comércio passofundense. Nós íamos como informantes. Chegada que foi essa expedição em Três Lagoas, foi ela ainda integrada pelo guia sr. Aldino Cullmann e seus filhos.

Narrando essa excursão, diz o Relatório, a certa altura:

“À frente, o guia sr. Aldino...Após, os alunos e o Professor Vicente; completando o grupo, formando a cauda, o historiador Jorge E. Cafruni, a Professora Delma e Sr. Waldemar Gehm; mais ou menos 500 metros foram andados numa encosta de mato e entre roças. Logo a seguir, o caminho foi feito em mato, ora limpo, ora bastante cerrado, onde a cauda da excursão, perdendo de vista a ponteira que se deslocava rapidamente, perdeu-se em meio da mata. Fazendo uso de gritos à moda índia, atraíram os srs. Antônio Batista Proença e João Batista Fontana que, estando trabalhando em roças próximas à mata, foram em auxílio. Também o cãozinho do guia - sr. Aldino -, e chamado Totó, em companhia do menor Waldir, filho do guia, chegaram em seguida em socorro dos perdidos. Novamente unidos, nós, os perdidos, fomos colocados em meio à linha que marchava em fila indiana para evitar novos contratempos. Foi vencida uma clareira com roças, um estrada abandonada, um riacho que foi batizado pelos excursionistas `arroio Padre Francisco Fernandes, filho de André Fernandes, o primeiro bandeirante que aqui aportou no século 17; e, logo após, mato cerrado, sem caminhos, sem clareiras, em declive, por pedras soltas, úmidas e limosas e terreno perigoso, de difícil acesso, e falso, pelas decomposições de matéria orgânica. Vencida quase tôda a descida íngreme, deparamos com bases de pedras, tipo ferro, com dimensões diversas, parecendo muradas, em parte cobertas pelo trabalho do tempo; outras ainda expostas, numa dimensão de mais ou menos seis metros. Entre duas árvores seculares, estava uma parte dessa murada, parecendo fortim, mas demolida re-

centemente - provando as escavações que, ali, andaram criaturas de espírito medíocre, demolindo um documento que poderá ser de grande valia histórica para nossa terra, em busca de vil metal; nas cercanias da demolição, foram vistas outras escavações recentes provando o mesmo intento.

E prossegue o relatório dos professores e alunos:

“O geólogo sr. Cyrano Annes, orientando os alunos com seus aparelhos de trabalho, ordenou pequenas escavações, em procura de matéria orgânica, a fim de ser realizado exame de laboratório que identifique os anos em que está (a ruína) soterrada. Nada conseguiu-se retirar, em virtude de estarem as pedras superpostas, e com auxílio de alavanca, só foi conseguida amostra de pedras e pequenas camadas: nada apresentaram de matéria orgânica, pois seria necessário cavar mais de um metro de profundidade e talvez tôda a extensão. Como já marcavam 11 horas e 30 minutos (três horas de marcha, e meia no local), o sr. Cafruni relatou os fatos históricos e os documentos que o levaram às explorações. O guia, sr. Aldino, contou que êsse local foi totalmente desconhecido pelos seus donos até o mês passado, abril de 1965, quando, em perseguição de caça de um veado, com surpresa, êle e dois amigos, depararam com os muros de pedras pretas.

Pedras limosas e cobertas de musgos... A notícia logo se espalhou na região, e o resultado era o que presenciávamos: demolição em procura de tesouro.

Foram tiradas algumas fotos. Foi iniciada a marcha de retorno para o almoço; nossos estômagos já estavam presos à “coluna” e as nossas pernas já se curvavam ao cansaço. O guia propôs que seguíssemos caminho mais perto, porém avisava que era preciso coragem para enfrentar o mesmo. Todos aderiram, por ser de menor distância. Não foi fácil a travessia. Os alunos, com o guia, foram abrindo picada na mata densa, atravessando as curvas do arroio ‘Padre Francisco Fernandes’, a pé, e procurando os vaus do referido arroio, onde árvores seculares, caídas entre as margens, facilitavam a travessia da cauda da excursão. Assim, entre a mata, as roças, encostas de mato e trechos de velhas estradas, chegou às 12,30 horas ao local de partida (casa do guia)”.

Êsse relatório dos professores e alunos do 3.º Científico do Colégio

“Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro”, feito em várias vias, foi remetido ao Governador do Estado, Eng.^o Ildo Meneghetti, e ao Secretário de Educação, Dr. Ariosto Jaeger, bem como ao Prefeito Mário Menegaz.

APÊNDICE Nº 2

BARREIRA JESUÍTICA NO PASSO DO RIO DA VÁRZEA-PASSO FUNDO

VESTÍGIOS DE FIXAÇÃO JESUÍTICA EM PASSO FUNDO

LOCAL: ANTIGO PASSO DO RIO DA VÁRZEA (PULADOR)

RELATÓRIO APRESENTADO AO EXMO. SR.

MÁRIO MENEGAZ, PREFEITO DE PASSO FUNDO

Relator: Jorge E. Cafruni - Dirigente das Pesquisas

Observação: neste relatório, seu autor, por êrro de interpretação, atribuiu a barreira do rio da Várzea como obra bandeirante, verificando, mais tarde, tratar-se de vestígios da dominação jesuítica, do século 18.

Depois do achado de 11 de abril corrente, na localidade de Três Lagoas, município de Passo Fundo, e constante de vestígios de murada ou barreira, identificados como de origem bandeirante, do século 17, conforme relatório apresentado ao Exmo. Sr. Prefeito Mário Menegaz, em data de 12 de abril de 1965 - as pesquisas prosseguiram, em busca de novos indícios antigos, em conformidade com as indicações do saudoso historiador Aurélio Pôrto.

A EQUIPE DE PESQUISAS

Ficou composta do relator, e dos srs. Cyrano Annes, colaborador; Napoleão Monteiro da Silva, pesquisador-informante; Bento Tavares, prático; Jesus Dutra Fernandes, encarregado do transporte da equipe; sr. Paulino Carneiro de Sousa, informante e guia, com 76 anos de idade. Essa comissão, exceto o sr. Napoleão Monteiro da Silva, que se encontrava ausente, dirigiu-se, dia 21 de abril - dez dias depois do primeiro achado - para o passo do rio da Várzea, onde o sr. Paulino Carneiro de Sousa afirmava se encontrarem vestígios de construção antiga.

A REGIÃO EXPLORADA

Enquanto se aguarda a presença de um técnico em arqueologia, da Divisão de Cultura do Estado, órgão da Secretaria de Educação, conforme o solicitado pelo Exmo. Sr. Prefeito Mário Menegaz, em ofício de 19 de abril corrente - a região explorada continua sendo a mesma: o antigo Rincão do Pessegueiro, cujos limites são: ao norte, a região do Pulador; ao sul, o rio Jacuí; a leste, o arroio Pinheiro Torto; e a oeste, o arroio do Eral.

O nôvo achado ocorreu no primitivo Passo do rio da Várzea, conhecido antigamente por Uruguai-Pitã, e, anteriormente, Paricaí - lugar situado na antiga fazenda do sr. Dego Mello, hoje propriedade de Jar-delino Braz, a poucos quilômetros de Pulador (cinco a seis quilômetros), direção nordeste.

O MATERIAL ACHADO

No primitivo Passo do rio da Várzea (Uruguai-Pitã), margem esquerda (leste) encontram-se restos de murada antiga, cuja memória se perde. Essa murada, com cêrca de um metro de largura, um metro de altura e uma extensão de cêrca de 100 metros - é feita sem argamassa, com "pedras-ferro", tipo laje, com uma espessura de 10 a 15 centímetros, em sua grande parte, vendo-se também pedras bem maiores e da largura de um metro para menos. As pedras são dispostas pelo sistema de amarração, de feitio tôsko. As várias camadas parecem aderir umas sôbre as outras, recebendo a conformação do solo. A oxidação preta acusa resíduos de carbono vegetal. Em alguns pontos, a barreira é feita com duas camadas de pedras menores, ficando o vão ou interstício cheio de pedras miúdas. Grande parte da murada já está desmanchada. Conservam-se porém cêrca de 100 metros intatos. Referindo-se à sua antiguidade, assim se expressou o zelador da fazenda:

- "Essa barreira é muito antiga. Foi feita no tempo dos escravos".

Não havendo tradição nenhuma sôbre dita murada, nota-se que, buscando dar uma explicação, a gente simples do lugar apela para a única explicação para as coisas antigas que não compreende: "foi feito no tempo dos escravos".

A suposição não se justifica, entretanto, levando-se em conta que, no tempo dos escravos, isto é, no Império, nenhum acontecimento histórico conhecido pode atestá-la. Viviam fazendeiros, proprietários de imensos latifúndios - e mais nada, a não ser bugres extraviados. Nenhum fato histórico de importância comoveu o povo do local, a justificar dita barreira.

UTILIDADE

Quanto à utilidade da referida barreira, não podia ser nenhuma das seguintes que podem ser sugeridas:

1) - Divisa de terras: não, porque a divisa natural é o rio; ao longo de uma das margens corre dita barreira, distante alguns metros;

2) - represa de águas, em caso de enchente: não, porque a estrutura da barreira, com pedras sobrepostas, sem argamassa, não impediria a infiltração das águas, com danos para a murada;

3) - trincheira improvisada, por ocasião da Revolução Farroupilha: não, porque tanto as forças farrapas, como as imperiais apenas cruzaram por este município, no período revolucionário, sem qualquer ação, que não fôsse de algumas prisões. Acresce que sua passagem foi rápida;

4) - trincheira improvisada, por ocasião da Revolução de 1893: não, porque o Combate de Pulador, na Fazenda dos Melos, foi improvisado, de um dia para o outro, ferindo-se noutro local, a sudeste do referido trecho do rio da Várzea, em área já demarcada.

Indubitavelmente, dita barreira teve uma finalidade bélica, situando-se numa posição estratégica, qual seja o Passo do rio da Várzea, antigamente um dos pontos de acesso entre Passo Fundo e Carazinho.

É interessante verificar que os vestígios do fortim bandeirante, de Três Lagoas, descoberto dia 11 de abril, fica na linha do arroio do Erval, cujas nascentes vão encontrar a linha do rio da Várzea, onde se acha a murada em estudos. Essa linha corre em direção norte-sul, partindo dos cabeços do rio da

Várzea, correndo pelo dito arroio do Erval até sua desembocadura no Jacuí.

O saudoso historiador Aurélio Pôrto - o mais informado sobre os

tempos primitivos - em seu: "De procedência não guarani é a grande família ibirajara, povoadora da região chamada de Ibiaçá, pois se limitava, no Rio Grande, pelo rio Jacuí até suas cabeceiras; rio da Várzea, até o rio Uruguai..."

Na mesma obra, à página 22, verbete "Aborígenes", informa ainda o autor, empregando quase as mesmas palavras:

"A primeira Província (Ibiaçá) era compreendida entre o rio Jacuí até suas cabeceiras, na serra; rio da Várzea, até sua foz, no rio Uruguai..."

Repete ainda, à página 48, de seu livro "História das Missões Orientais do Uruguai", volume primeiro:

"A Província de Ibiaçá deveria estender-se desde Laguna e cabeceiras do Pelotas (rio Uruguai), baixando pelo afluente do Uruguai - o Uruguai-Pitã, antigo Paricaí" - isto é, rio da Várzea.

A linha rio da Várzea - arroio do Erval (norte-sul) separava, assim, depois da conquista da Redução de Santa Teresa, em Passo Fundo, pelos bandeirantes - o território da Província do Uruguai, habitada pelos guaranis e que afundava até a fronteira com a Argentina.

A barreira, por si só, colocada como está, na passagem do rio da Várzea, num ponto que coordena com a linha bandeirante de Três Lagoas, faz pronunciado sentido. E maior é o seu sentido, quando se vê que se trata de limite entre duas províncias jesuíticas, no século 17, quando se deram as ações dos bandeirantes, fixando-se em Passo Fundo, atacando daqui as Missões do Ijuí.

MOMENTO DO ACHADO:

Ocorreu às 11,30 horas da manhã, do dia 21 de abril de 1965.

Eis o que nos competia relatar, de momento, num primeiro estudo, após o contato inicial feito com o achado. O sr. Cyrano Annes, conhecido desenhista e prático em assuntos arqueológicos, fez um croqui dessa barreira, cujas extremidades fecham sobre as margens do rio.

Passo Fundo, 22 de abril de 1965

(Ass.) - JORGE E. CAFRUNI - Relator"

Êsse, pois, o nosso Relatório sobre a barreira do rio da Várzea.

Cópias desse relatório foram enviadas ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, do Estado, Dr. Ariosto Jaeger, à Divisão de Cultura, e ao historiador Walter Spalding, profundo conhecedor da matéria.

Dia 5 de maio - isto é, no mês seguinte - uma expedição do 3.º Científico do “Colégio Nicolau de Araújo Vergueiro”, de Passo Fundo, visitou o local, assim como também as ruínas de Três Lagoas (veja-se o Apêndice n.º 1), para onde se dirigiu em primeiro. Diz o relatório dos professores e alunos (conforme, aliás, foi publicado no jornal “O Nacional”, de Passo Fundo, em 12-5-1965):

“Depois de um descanso de meia hora (em Três Lagoas), a caravana rumou de ônibus para o local de Pulador, onde, tomando a chamada Estrada Velha, para o antigo Passo do Rio da Várzea, encontrou uma barreira, ainda intata, numa extensão de mais ou menos 160 metros. As pedras sobrepostas mostravam a maneira primitiva de sua colocação, atestando pela coloração e musgos, a sua antiguidade. Em ambos os locais (Três Lagoas e rio da Várzea), foram batidas fotos que, infelizmente, não puderam ser aproveitadas em sua totalidade, devido à falta de luz reinante no local”.

Dia 15, entretanto, foram tiradas novas fotografias, quando nós, em companhia do fotógrafo Isaac Linetzki, e dos membros de nossa equipe exploradora, srs. Jesus Dutra Fernandes e Bento Tavares, e ainda de nosso filho Luís M. Cafruni - lá estivemos uma terceira vez, fotos que remetemos aos destinos das cópias de nosso relatório.

O historiador Walter Spalding, de posse do relatório e fotografias, concedeu entrevista ao “Correio do Povo”, de 8 de junho de 1965, onde assim se manifesta sobre essa antiga barreira:

“Pelos fotografias, verifica-se que se trata da clássica formação de muros de pedra irregular, usadas para mangueiras, divisas e fronteiras das possessões jesuíticas. Essas muralhas, ou melhor dito, cercas de pedra, existiram em toda a zona missioneira e são ainda conhecidas por serem conservadas em Santiago e, agora, estas de Passo Fundo, além das de Vacaria, com mais de dois quilômetros de extensão.

“Entretanto - acrescenta o historiador - estas do Passo do rio da Várzea, em Passo Fundo, parece que tiveram outra finalidade. Construídas na margem esquerda do rio da Várzea, lado oriental, justamen-

te no Passo, fechando-o - tendo para o lado ocidental uma coxilha; e mesmo por ser carreira dupla de pedras, cheia, como nas paliçadas da Idade-Média, de terra e pedra miúda, formaram o ante-mural da defesa da possessão dos jesuítas de todo o oeste rio-grandense, ocupado pelos mesmos jesuítas. É possível que para o norte de Santa Teresa também existam muros semelhantes para defendê-los dos ataques dos seus clássicos inimigos, os caingangs - e depois serviram também para defesa contra os bandeirantes”.

Essa conclusão inesperada de Walter Spalding, profundo conhecedor do assunto, nos obrigou a rever nossa conclusão, contida no relatório, onde, num primeiro exame, atribuímos ou demos a entender que dita murada era produto bandeirante, por obedecer à mesma linha, norte-sul, isto é, nascentes do rio da Várzea e nascentes do rio ou arroio do Erial, antiga fronteira das províncias jesuíticas e também fronteira contra a dominação bandeirante, estabelecida em Santa Teresa ou Pinhais, em Passo Fundo.

Revedo, pois, as “Memórias” do Instituto Histórico de Passo Fundo, juntamente com o sr. Emílio da Silva Quadros, Secretário dessa entidade, verificamos o depoimento do saudoso sócio, sr. André Pitthan, em que êste já testificava a existência da referida muralha, no Passo do rio da Várzea, em propriedade do sr. Felipe Porfírio, com a seguinte menção: ser a mesma dos jesuítas, «que ali tinham uma capela, sob a invocação de São João Pequeno (ou São João Mirim), cujos restos ainda conseguira ver, noutros tempos, isto é, uns restos dos alicerces, do que existe ainda tradição, legada pelos índios guaranis, cujos toldos ainda permanecem nesta vasta região do Alto-Urugai».

Muito embora não se refira a muralhas, como essa do Passo do rio da Várzea, o historiador Walter Spalding publicou um poema intitulado “Cêrcas de Pedra”, dedicado a José de Figueiredo Pinto (Cecito) “e também conhecido por José Cabral, o Poeta” (“Almanaque do Correio do Povo”, ano de 1963), em que aquele historiador, já como poeta, nos conta sugestivamente:

“Velha cêrcas de pedra que atravessas
os campos do CECITO:

Quem sabem a tua idade, a tua história?
Talvez sejas “recuerdos” dos escravos,
ou “recuerdos” dos índios das Missões.
Em tuas pedras que o tempo patinou
dos musgos mais variados de begónias
e de verdes avenças, nas baixadas,
quanto sangue de negro e quanto suor,
quantas lutas, talvez, de guaranis,
ou de tauras charruas e minuanos,
amoldaram-te, tôasca divisória
de estâncias e potreiros!

E aí estás, velha cêrca pedregosa,
com teus restos, lembrando outras idades,
cortejada por árvores lindas,
que o rumo te acompanham!

Ipés, de imbaúvas, caneleiras,
tarumãs com seus frutos côm de sangue,
botejados em cálices dourados,
lembrando o sangue ardente que tombou
do índio vago, charrua e minuano,
dos tipos que o gaúcho argamassaram
neste solo sagrado!

Branquilha, aroeirão, pau-ferro, “moio”,
cedro, açoita-cavalo de flor linda,
de um rosa arroxeadado a recordar
amores de saudades de outros tempos;
angico, catiguá, sete-sangrias,
pessegueiro bravio, o belo umbu,
tradição das campinas do Rio Grande,
das coxilhas, canhadas e repechos,
prá dar sombra e conforto ao viandante...

A figueira, rainha pampeana,
com seus braços imensos sempre abertos
para o abraço fraterno;

E o espinilho, ardiloso que, em pequeno,
se defende com seus acúleos bravos,
com as belas chinocas meio ariscas,
dos olhos sedutores da gauchada
que a rodeia, toreando-lhe os instintos.

Mas, tal como o espinilho
que depois de maduro perde o espinho
e se cobre de flores sorridentes
e de frutos que são gôtas de sangue,
retiradas da terra e que na terra
tombaram, fecundando-a,
a chinoca que o tempo amadurou
se entrega meigamente
para a raça continuar.

Velha cêrca de pedras que atraíste
a bela flora arbórea do Rio Grande
para teres, constante, junto de ti
sabiás cantadores, bem-te-vis,
o amoroso beija-flor.
tico-tico, chopins, peterriris,
que outros chamam ucharras,

Tesoura, alma-de-gato e, entre outros mais,
o fomeiro gentil - o João-de-barro
que ao índio ensinou, qual engenheiro,
suas ocas construir, depois ao guasca,
o rancho tradição, onde nasceram

êsses tauras que a lança, a espada nua,
e patas de cavalo demarcaram
as lindes dêste coração gaúcho,
estrêla do Brasil,
que é o Rio Grande do Sul.

E por volta, nos campos verde-gaio,
perdizes a piar e quero-queros,
sentinelas dos plainos e coxilhas,
voluteando, serenos sob o céu
claro e azul, dêste pago e, sobretudo,
ao pôr do sol, sangrando no horizonte,
a saudade do dia que findou.

A sombra dos caponetes
ao longo da velha cêrca
e na ardentia do sol
catando sem nada achar
no lombo duro dos touros,

das vacas e dos terneiros,
das ovelhas e carneiros,
da tropilha de “pintados”
e mais alguns pêlos duros,
um bandito de chimangos
- pula aqui, salta colá -
se entrecruza violento,
com maitacas e caranchos,
meio sem norte, perdidos,
como maulas perigosos
em busca de votação...

Velha cêrca de pedras que atravessas
os campos do Cecito:
és a marca primeira destas terras

onde o guasca largado se perdia
a correr avestruzes, cervos, pardos
e a imensidão de gado chucro, alçado,
orlhano no mais, que o pampa povoava.

Velhas pedras limosas,
relicário gauchesco de outras eras:
eu vos rendo homenagem
e vos passo revista em continência -
continência ao Rio Grande do passado,
ao Rio Grande piázote, altivo e bueno,
ao Rio Grande do Sul, do guasca nobre,
destemido, viril e hospitaleiro”.

(Estância do Cecito, em Santiago, 27 de março de 1962 -
WALTER SPALDING)

O historiador Walter Spalding, perguntado por nós a respeito dos versos: “Reuerdo dos escravos ou reuerdo dos índios das Missões”, esclareceu: “Estas cêrcas de pedra da estância de Figueiredo Pinto são nitidamente missioneiras. Entretanto, no tempo dos escravos, de 1740 em diante, também cêrcas de pedra foram levantadas, mas sua confecção é algo diferente, mais aperfeiçoada”.



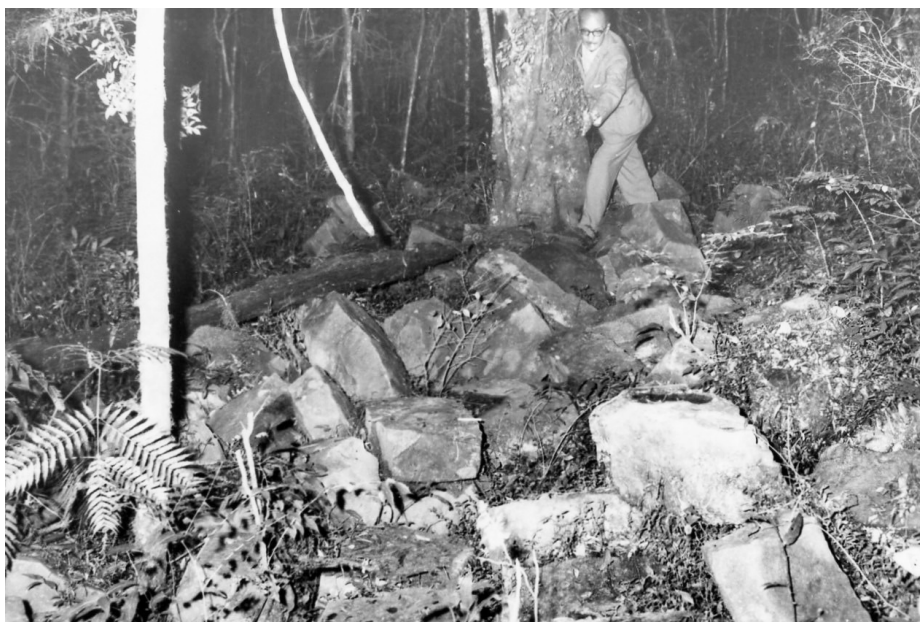
TRÊS LAGOAS (município de Passo Fundo): Os restos das ruínas do estabelecimento bandeirante, do século 17, já vinham sendo demolidos pelos caçadores de tesouros, anteriormente á descoberta de 11 de abril de 1965, pela expedição oficial do município, mandada pelo Prefeito Mário Menegaz. Presume-se que os arrastadores de toras de pinheiros, durante o ciclo madeireiro, que se extinguiu por volta de 195, foram os primeiros a darem com o achado, conservando porém o segrêdo, quando foram demolidas algumas muradas. Dessa época, provavelmente, é a derrubada das pedras que se vêem nesta foto, entremeadas de samambaias e outras ervas rasteiras.



TRÊS LAGOAS (município de Passo Fundo): No exame dos vestígios bandeirantes do século 17, encontrados na expedição de 11 de abril de 1965, verifica-se a disposição dos alicerces que ainda se conservaram, em que se vê perfeitamente o seu alinhamento. Êsses alicerces foram as únicas partes das velhas muradas de fortim que se conservaram intactas, diante da fúria dos caçadores de tesouros.



TRÊS LAGOAS (município de Passo Fundo): Em plena mataria foram encontrados vestígios de fortim bandeirante, do século 17. Isso foi a 11 de abril de 1965, graças ao apoio do Prefeito Mário Menegaz, que autorizou a formação de uma equipe de funcionários municipais para a pesquisa. Havia então muradas altas cobertas de limo verde. As fotos iniciais ficaram estragadas, devido à falta de luz, na obscuridade da mata. Mais tarde, a 15 de maio desse ano, isto é, 34 dias depois da descoberta, quando foram tiradas as fotografias gerais do achado, as muradas tinham sido demolidas pelos caçadores de tesouros, vendo-se, apenas, montões de pedras atiradas ao léu...



TRÊS LAGOAS (município de Passo Fundo): A demolição das muradas bandeirantes, de um fortim inacabado (século 17), dá à objetiva em aspecto de devastação: tal a impressão que causam as pedras espalhadas no interior da mataria verde. Quando os bandeirantes fizeram este início de fortim, a encosta da elevação estava, por certo, desmatada e roçada, mas os séculos encarregaram-se de encobri-lo com densa mata de pinheiros, cambatás, angicos, tarumãs, guabiobas, guabijus e outras madeiras de lei.



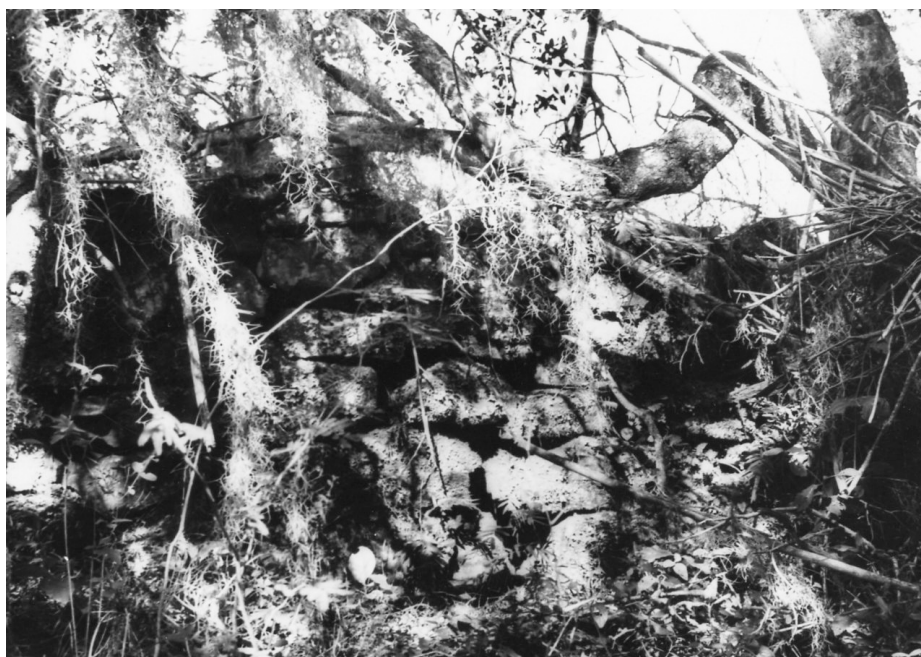
TRÊS LAGOAS (município de Passo Fundo): Com profunda mágoa, alguns dos membros da equipe desbravadora, da Prefeitura Municipal, contemplam e examinam a devastação das ruínas bandeirantes do século 17, obra dos calçadores de tesouros. Com isso, inapreciável monumento histórico do município, importante, inclusive, para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, ficou perdido ou, pelo menos, perdeu parcialmente o seu valor, antes atestado por singela grandeza.



PASSO DO RIO DA VÁRZEA, em Pulador (município de Passo Fundo): Entre as ruínas jesuíticas, ainda conservadas neste município, encontra-se a barreira de pedras do século 18, situada no Passo do Rio da Várzea, há poucos quilômetros da localidade de Pulador, e junto à qual havia, antigamente, uma capela, sob a Invocação de São João Pequeno, ou São João Mirim, onde permanecia uma guarda guarani, pertencente ao Povo de São João, um dos Sete Povos Missionários.



PASSO DO RIO DA VÁRZEA, em Pulador (município de Passo Fundo): Alguns elementos da equipe exploradora municipal postaram-se em cima da barreira jesuítica do século 18, com postura de quem dá um passo à frente, a fim de demonstrar, diante da objetiva, a espessura da murada, que é de certa de um metro.



PASSO DO RIO DA VÁRZEA, em Pulador (município de Passo Fundo): Alguns pontos da barreira jesuítica, de cerca de sessenta metros de extensão, estão envolvidos pelos arbustos que margeiam o rio da Várzea, dando um aspecto selvagem a estes vestígios do século 18.



PASSO DO RIO DA VÁRZEA, em Pulador (município de Passo Fundo): Os membros da equipe examinadora, mandada organizar pelo Prefeito Mário Menegaz, examinam a textura da muralha jesuítica, destinada a guardar os ervais do Povo de São João, diante das incursões dos índios Pinarés (também chamados bugres, caingangs, etc.), e também preservando ditos lugares ante a penetração paulista.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

projetopassofundo@gmail.com
<http://projetopassofundo.com.br>

Jorge Cafruni contraiu núpcias com Rita Menna Barreto Maurmann, em Passo Fundo, no dia 9 de julho de 1941. Em virtude da crise nas importações, devido à 2ª Guerra Mundial, Cafruni foi demitido, passando então a dedicar-se ao jornalismo. Cafruni trabalhou na redação do jornal *O Nacional*, foi redator de debates da Câmara Municipal e da Rádio Passo Fundo, diretor da Rádio Municipal e chefe de Gabinete do prefeito Mário Menegaz (1964-1968). Completamente engajado na sociedade local, Cafruni participou ativamente de diversas entidades, sendo o idealizador do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), criado em 1954. Autor de diversas obras literárias e históricas, entre elas *Auroras e Crepúsculos* (1948), *Irapuã* (1951) e *Passo Fundo das Missões* (1966), um estudo histórico do período jesuítico e bandeirante da região de Passo Fundo. Cafruni e Dona Rita tiveram dois filhos: Abidal José e Luiz. Jorge Edeth Cafruni faleceu em Porto Alegre no início da década de 1970.

Registro da entrega do livro "Passo Fundo das Missões" ao governador Ildo Meneghetti, pelo autor, Jorge Edeth Cafruni, em 1966. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.





Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Portal
Domínio Público
Biblioteca digital desenvolvida em software livre

